



**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**  
**Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas**

## **A União Africana e a emergência de Estados-Directores no Continente Africano: O Caso de Angola**

**(Tese elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais,  
especialidade de Relações Internacionais)**

**Eugénio Luís da Costa Almeida**

**Orientador: Professor Doutor José Adelino Maltez**

### **Constituição do Júri:**

**Presidente: Reitor da Universidade Técnica de Lisboa**

#### **Vogais:**

**Doutor Luís Filipe Lobo-Fernandes, professor catedrático da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho**

**Doutor José Carlos Gaspar Venâncio, professor catedrático da Universidade da Beira Interior**

**Doutor António da Costa de Albuquerque de Sousa Lara, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa**

**Doutor José Adelino Eufrásio de Campos Maltez, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa**

**Doutor Victor Manuel Ferreira Marques dos Santos, professor associado com Agregação do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa**

**2009  
LISBOA**

NOME: **EUGÉNIO LUÍS DA COSTA ALMEIDA**

ORIENTADOR: **PROFESSOR DOUTOR JOSÉ ADELINO MALTEZ**

DATA: **31 de Maio de 2009**

TÍTULO DA TESE: **A UNIÃO AFRICANA E A EMERGÊNCIA DE ESTADOS-  
DIRECTORES NO CONTINENTE AFRICANO: O CASO DE ANGOLA**

**RESUMO:**

Tendo em vista a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, na especialidade de Relações Internacionais, o autor procurou ao longo da Tese apresentar a sua perspectiva sobre como seria possível relacionar a existência de potências regionais em África com as linhas programáticas que norteiam a União Africana.

Para isso, o autor elaborou um plano de trabalho, que foi seguido ao longo da Tese com as alterações normais que a investigação causou e a isso o levou, onde o contributo dos movimentos de *negritude* norte-americano contribuíram para a emergência dos movimentos pan-africanistas, a problemática histórica da independência angolana e todo o que condicionou os anos seguintes até à sua Paz, em 2002, sem esquecer todos os condicionalismos externos que ajudaram a moldar a história angolana, e desta até ao estágio actual de potência regional emergente aliado às relações de Angola com o Continente africano e com os seus principais parceiros estratégicos nas regiões onde se insere como um emergente Estado-Director.

**Palavras-chave:** *Angola, União Africana, Potências regionais, Comunidades*

# **THE AFRICAN UNION AND THE EMERGENCE OF STATES DIRECTORS IN AFRICAN CONTINENT: THE CASE OF ANGOLA**

## **ABSTRACT:**

**In order to obtain the degree of Doctor of Social Science, in International Relations variant, the author has over the Thesis give his views on how it would be possible to relate the existence of regional powers in Africa with the programmatic lines that guide the Union African.**

**For this, the author developed a work plan, which was followed throughout the Thesis with the normal changes that caused the investigation and this led him, where the contribution of the “negritude” movement of the U.S. contributed to the emergence of the pan-African movement the problematic history of Angolan independence and all that conditioned the following years until peace in 2002, while all external circumstances that helped shape the Angolan history, until the current stage of emerging regional power allied relations of Angola with the African continent and its key strategic partners in regions where it forms as an emerging State-Director.**

**Key-words:** *Angola, African Union, Regional Powers, Communities*

## Índice

<i>Agradecimentos</i>	4
<i>Siglas e Acrónimos utilizados</i>	7
<b>1 Introdução</b>	<b>11</b>
1.1 Porquê do tema	11
1.2 O objectivo primordial do tema	12
1.3 Enquadramento do Problema	13
1.4 Delimitação do Objecto	15
1.5 Método e questões metodológicas	16
<i>I. Da Negritude norte-americana às interdependências africanas</i>	22
<b>2 Da Pré-história do Associativismo Político Africano às Independências Coloniais</b>	<b>22</b>
2.1 Os movimentos afro-americanos pré-independentistas	22
2.2 A emergência dos movimentos pan-africanistas africanos	25
2.2.1 Do pan-africanismo às independências africanas	26
2.3 As independências africanas e a OUA	27
2.3.1 O fim da Europa Colonial	28
2.3.2 A 3ª. Comissão da ONU	29
2.3.3 A Descolonização e o seu efeito no espaço Geopolítico Mundial	29
2.3.4 Os novos actores no Concerto das Nações	31
<b>3 Angola, da Crise da Independência à <i>suseranização</i> regional</b>	<b>33</b>
3.1 A independência angolana e a emergência das duas Repúblicas	33
3.1.1 De Alvor à Dipanda	34
3.2 O perfeito palco africano no complexo jogo e xadrez das duas Superpotências em África	36
3.3 República da África do Sul, a potência regional da África Austral	38
3.3.1 Da União Sul-Africana à República da África do Sul	38
3.3.2 Das convulsões internas na África do Sul à SADC	43
3.4 Angola entre as duas repúblicas	45
<i>II. Angola, de Colónia a Potência Regional Emergente?</i>	48
<b>4 Angola e as crises pós-independência</b>	<b>48</b>
4.1 A independência angolana e a emergência das duas Repúblicas	48
4.1.1 As duas repúblicas	49
4.1.1.1 República Popular de Angola	51
4.1.1.2 República Democrática de Angola (no Huambo)	51
4.2 Angola o “ <i>perfeito bispo</i> ” do jogo global	53
4.3 África do Sul a potência meridional africana na questão angolana	56
4.3.1 Angola e a luta anti-apartheid	56
4.3.1.1 A queda do Apartheid na África do Sul	58
4.3.2 O regime de Luanda é questionado internamente	62
4.3.2.1 O 27 de Maio de 1977	62
4.3.2.2 A força do Poder	66
4.3.2.3 Acordos de Lusaka, de Fevereiro e Junho de 1984	69
4.3.2.4 Conferência Quadripartida de New York	71
<b>5 A II República e a emergência de uma nova potência</b>	<b>72</b>
5.1 Acordos de Gbadolite	73
5.2 De Bicesse à II República	75
5.2.1 As eleições de 1992 resultam na II Guerra fratricida	77

5.2.2	O Protocolo de Lusaka aborta	81
5.2.3	Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN)	82
III.	<i>Da II República a Potência Regional?</i>	86
6	Angola no caminho para potência regional?	86
6.1	O que é uma Potência Regional?	86
6.2	De Lusaka a Luena	89
6.2.1	Acontecimentos ocorridos entre 1991 (Bicesse) e 1997 (GURN)	89
6.2.2	De um quase desfalecido GURN à sombra protectora de Angola	101
6.2.2.1	Economia muda de rumo	102
6.2.2.2	O poder castrense angolano e o seu subsídio para a asserção do poder político	112
6.2.2.3	A Sociedade Civil e a Igrejas na ajuda à Paz	121
7	A Pax angolana no contexto externo	123
7.1	Uma parte importante para a segurança de África	126
7.1.1	Angola na SADC	126
7.1.2	Angola na África Central e na Comissão do Golfo	129
7.1.2.1	Comunidade de Estados da África Central (CEEAC)	129
7.1.2.2	O conflito nos Grandes Lagos	132
7.1.2.3	A Comissão do Golfo da Guiné	138
7.1.3	Angola e a segurança africana	141
7.1.4	A difícil coexistência de Angola com as ONG	145
IV.	<i>Comportará África a existência de potenciais Estados-Directores?</i>	147
8	Os Estados-Directores em África	147
8.1	Da Organização de Unidade Africana à União Africana	147
8.1.1	A União Africana	148
8.2	Potências emergentes	150
8.2.1	As protopotência	154
8.2.2	Condicionantes externas	158
8.2.2.1	Angola na crise institucional do Zimbabué	160
8.2.2.2	A África no caminho dos Estados Unidos de África?	162
9	Conclusão: Que Prospectivismo Futuro?	165
	<i>Bibliografia</i>	169
	<i>Anexos</i>	

Erro! Marcador não definido.

## Índice de Figuras e Mapas e Quadros

<i>Figura 1 – (A Migração Banto para África Austral)</i>	39
<i>Figura 2 – (Diferentes Migrações para África do Sul)</i>	40
<i>Figura 3 – (Datas das independências na África Austral)</i>	43
<i>Figura 4 – (Proscritos do 27 de Maio)</i>	65
<i>Figura 5 – (Distribuição do petróleo de Cabinda)</i>	104
<i>Figura 6 – (Distribuição preferencial do petróleo angolano)</i>	105
<i>Quadro 1 – (Estrutura da economia angolana (2005-2007))</i>	111
<i>Quadro 2 – (Principais compradores de material de guerra)</i>	114
<i>Quadro 3 – (Principais potências militares africanas)</i>	115
<i>Figura 7 – (Estados-membros da SADC)</i>	127
<i>Figura 8 – (Estados-membros da CEEAC)</i>	130
<i>Figura 9 – (O Golfo da Guiné)</i>	139
<i>Quadro 4 – (G20 versus G-20)</i>	151
<i>Quadro 5 – (Os 20 maiores PIB de África, em 2003)</i>	152

<b><i>Quadro 6 – (os 20 maiores PIB de África, em 2008)</i></b>	<b><i>153</i></b>
<b><i>Figura 10 – (Potências regionais em África?)</i></b>	<b><i>154</i></b>
<b><i>Figura 11 – (potenciais zonas de influência do Senegal e do Quénia)</i></b>	<b><i>155</i></b>
<b><i>Figura 12 – (potenciais zonas de influência da Nigéria e da Rep. da África do Sul)</i></b>	<b><i>156</i></b>
<b><i>Figura 13 – (Potencial zona de influência de Angola)</i></b>	<b><i>156</i></b>

## **1 Agradecimentos**

Qualquer obra literária, estudo ou ensaio, não é possível de ser realizada sem que haja contribuição de terceiros e apoios e colaboração daqueles que mais próximos estão da matéria em estudo.

E se o estudo for uma Tese para o grau de Doutoramento mais sentido faz que se realce o inestimável apoio que o autor obteve ao longo dos tempos que esta tese demorou a ser elaborada, principalmente tendo em consideração certos condicionalismos, principalmente, profissionais por que, até determinada altura, o autor sentir.

Assim, é de toda justiça saudar e agradecer todo o apoio incentivos incondicionais que o Professor Doutor José Adelino Maltez, enquanto meu professor orientador e, também, enquanto politólogo e mestre na área das Ciências Políticas, além de conhecedor de uma parte substancial da realidade que é Angola, me proporcionou com inteligência, experiência e sugestões. O êxito que, espero, esta Tese terá muito a ele deve ser dedicado.

Às pessoas que colocaram o que sabiam à minha disposição para obter, estudar, analisar, ponderar, as bases para esta Tese, nomeadamente aos meus antigos colegas de profissão e da área associativa onde estou integrado, nomeadamente, nos Órgãos Sociais da Casa de Angola, em Portugal.

Estes agradecimentos devem ser igualmente extensivos a pessoas que me proporcionaram momentos inesquecíveis de cultura e saber como:

Os jornalistas Orlando Castro e Jorge Eurico, ambos genética e umbilicalmente ligados à nossa Terra-Mãe, Angola, que me incentivaram a escrever e publicar análises relacionadas com esta matéria em importantes órgãos de comunicação social lusófona, em geral, e angolana, em particular;

As personalidades que retiraram um pouco do seu tempo para responderem a diferenciados questionários que remeti, alguns dos quais, extensivos e bastante aprofundados. As matérias em questão a isso o admitiam. Porque poderia esquecer de algum nome, os mesmos estão registados numa lista que se anexa no final da Tese;

O apoio que a Universidade Lusíada de Angola (ULA), com particular reconhecimento ao mui digníssimo Reitor, Professor Mário Pinto de Andrade e aos administradores, embaixador Rui Mingas e doutor Domingos Kimpolo Nzau, bem a muitos dos seus docentes, como o Dr. Belarmino Van-Dúnem, responsável pelo Departamento de Relações Internacionais, de Luanda, que se prestaram a fornecer durante a curta estadia que me foi proporcionada em Angola;

À disponibilidade da doutora Adélia de Carvalho, minha antiga colega de Mestrado, tal como o doutor Mário Pinto de Andrade, angolanos como o autor, que, sempre que se deslocavam a Lisboa ou o assunto se proporcionava, me traziam matéria considerada importante e passível de ser analisada para a elaboração da Tese;

Ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e alguns amigos e colegas que fiz durante a minha passagem por lá para fazer o Mestrado, na ajuda e incentivos prestados;

Ao apoio que colegas investigadores e não investigadores do Centro de Estudos Africanos, do ISCTE, no acesso a algum material considerado para a elaboração das Tese;

A colaboração que recebi de alguns sectores da Embaixada de Angola, nomeadamente, do departamento cultural que sempre que necessário, me disponibilizaram para consultar obras e jornais lá depositados;

Bem assim de alguns Ministérios de Angola e de altos funcionários relacionados com o Ministério das relações Exteriores, que seria fastidioso aqui enumerá-los, embora não possa nem deva deixar de referir a total disponibilidade dos embaixadores Manuel Domingos Augusto, embaixador plenipotenciário e permanente de Angola, na União



Africana e na Comunidade Económica de África, e Nelson Cosme, para me ajudar, apesar dos condicionalismos temporais serem muitos escassos.

À doutora Beatriz Morais pela disponibilidade evidenciada nas informações prestadas sobre a SADC, de que é a Secretária Nacional;

O apoio que alguns amigos, muitos deles totalmente anónimos já que só conheço os seus *nicknames*, nomeadamente da área bloguista, pela pronta disponibilidade com que colocaram os seus apontamentos e artigos que pudessem servir de enriquecimento às análises para a elaboração da Tese; e

Finalmente um agradecimento muito especial à minha família que me incentivou, impulsionou e acarinhou nos momentos menos apelativos para não esmorecer, mesmo que com eventual prejuízo material, e que, sem os quais, dificilmente esta Tese teria tido um fim.

O autor

## **2 Siglas e Acrónimos utilizados**

(A)NP – Afrikaner National Party (*ver NP*)

ACS – American Colonization Society

AFRICOM – United States Africa Command (*Comando dos EUA para África*)

AMISON – African Union Mission in Somalia (*Missão da União Africana na Somália*)

ANC – African National Congress (*Congresso Nacional Africano*)

ASF – African Standby Force (*Força Militar Africana de Prontidão*)

AWF – Frente Nacional Africânder ou Movimento de Resistência Africânder

CABGOC – Cabinda Gulf Oil Company

CCFA – Comissão de Constituição da Forças Armadas

CCPM – Comissão Conjunta Político-Militar

CEA – Comunidade dos Estados Africanos,

CEAST – Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe

CEEA – Centro de Estudos Estratégicos de Angola

CEEAC – Communauté Économiques d'États de l'Afrique Centrale (*Comunidade dos Estados da África Central*)

CEMGFA – Chefe de Estado-maior das Forças Armadas

CIA – Central Intelligence Agency (*Agência Central de Inteligência*)

CICA – Conselho das Igrejas Cristãs de Angola

CIM – Contra Inteligência Militar

CISSA – Comité dos Serviços de Inteligência e Segurança de África

CMVF – Comissão Mista de Verificação e Fiscalização

CNDP – Congrès National de Défense du Peuple (*Congresso Nacional para a Defesa do Povo*)

CNE – Comissão Nacional de Eleições

COMESA – Common Market for Eastern and Southern Africa (*Mercado Comum da África Austral e Oriental*)

Congo Democrático (*ver RDC*)

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Dipanda – Dia da independência de Angola

DISA – Direcção de Informação e Segurança de Angola

DTA – Aliança Democrática do Turnhalle  
EAC – East African Community (*Comunidade dos Estados da África Oriental*)  
ELNA – Exército de Libertação Nacional de Angola  
ELP – Exército de Libertação Português  
EUA – Estados Unidos da América  
FAA – Forças Armadas de Angola  
FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola  
FAPLA – Forças Armadas de Libertação Popular de Angola  
FARDC – Forças Armadas da República Democrática do Congo  
FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda  
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola  
GURN – Governo de Unidade e Reconstrução Nacional  
IFP – Inkhata Freedom Party  
LRA – Lord Resistance Army (*Exército da Resistência do Senhor*)  
MAKO – Movimento para a Autodeterminação do Congo  
MDC – Movement for Democratic Change (*Movimento para a Mudança Democrática*)  
MFA – Movimento das Forças Armadas  
MIREX – Ministério (ou *Ministro*) das Relações Exteriores  
MONUA – Mission d'Observation des Nations Unies à l'Angola (*Missão de Observação das Nações Unidas em Angola*)  
MONUC – United Nations Organization Mission in Democratic Republic of  
(*Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo*)  
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola  
MPLA/PT – MPLA-Partido dos Trabalhadores (*ver MPLA*)  
Ninjas – grupo de elite da Polícia Nacional angolana  
NP – National Party ou (*Partido Nacional*)  
NU – Nações Unidas  
ONG – Organizações Não Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
Op. cit. – obra(s) citada(s)  
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
OUA – Organização Unidade Africana

PAC – Pan-African Congress (*Congresso Pan-Africano*)

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PAJOCA – Partido da Aliança Juventude, Operários e Camponeses de Angola

PAM – Programa Alimentar Mundial

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PDP-ANA – Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional Angolana

PIN – Produto Interno Bruto

PLD – Partido Liberal Democrático

PNDA – Partido Nacional Democrático de Angola

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POC – Partidos da Oposição Civil

PRS – Partido de Renovação Social

PSD – Partido Social-Democrata de Angola

RAS – República da África do Sul

RCA – República Centro-Africana

RDC – República Democrática do Congo (*às vezes também RD Congo*)

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

RNA – Rádio Nacional de Angola

RPA – República Popular de Angola

RTI – Radio France Internationale

SADC – Southern African Development Community (*Comunidade de Desenvolvimento da África Austral*)

SADCC – Southern African Development Coordination Conference (*Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral*)

SADF – South Africa Defense Fosse (*Forças Armadas de Defesa Sul-africana*)

SDN – Sociedade das Nações

SIE – Serviços de Inteligência Externa

SONANGOL – Sociedade Nacional de

SWAPO – South-West Africa People's Organisation (*Organização dos Povos do Sudoeste Africano*)

TPA – Televisão Popular (depois, *Pública*) de Angola

TPI – Tribunal Penal Internacional

Troïka – grupo de negociadores do Processo de Paz angolano (*EUA, Rússia e Portugal*)

UA – União Africana

ULA – Universidade Lusíada de Angola

UNAVEM – United Nations Angola Verification Mission (*Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola*)

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (*União Soviética*)

USD – United States Dollar (Dólares dos EUA)

VORGAN – Voz Galo Negro (*Emissora radiofónica oficial da UNITA*)

### **3 Introdução**

#### ***3.1 Porquê do tema***

Quando na década de 50 a Organização Unidade Africana (OUA) foi criada, estava subjacente, como trave-mestra da sua criação, e após todos terem ascendido à independência, a unidade dos Estados africanos.

As independências ocorreram, mas a unidade africana mantém-se distante. Para isso, muito contribui o fraco desenvolvimento económico, político, social e, principalmente, a falta de unidade interna dos Estados africanos, a grande maioria enormes mosaicos étnico-culturais, onde as diferenças em vez de esbatidas, pelo contrário, foram-se, ao longo das décadas, acentuadas.

Este continua a ser o grande problema africano. Salvo raras excepções, apresentam-se perante o Sistema Internacional como Estados, com fronteiras delimitadas na Conferência de Berlim de 1815, e não como Nações. Esta foi uma das razões invocadas para que o presidente líbio, Muammar Kadafi, propusesse, em Syrte, a 9 de Setembro de 1999, a transformação da OUA em União Africana (UA).

De facto, há muito que a OUA estava esgotada. Todavia, não é do entendimento do autor que seja a sua transformação em União Africana que resolva os grandes problemas dos estados e povos africanos. Muito menos quando se verifica que esta União Africana mais parece uma cópia adaptada dos Tratados constitutivos da União Europeia.

Continua-se a esquecer a plêiade multi-cultural de tribos e Nações que cada Estado africano agrupa dentro de si; esquece que a União Europeia foi criada, numa primeira fase, para apaziguar tendências político-beligerantes e centenariamente expansionistas dos dois grandes Estados euro-centrais (França e Alemanha); e, principalmente, continua a esquecer que alguns Estados têm uma tendência de auto-projecção e

afirmação nas suas zonas de influência. São aqueles, geopoliticamente, costumamos a designar por Estados-Directores.

Líbia e Angola, por razões diferentes, são dois dos casos mais paradigmáticos no Continente Africano, não esquecendo, naturalmente e porque foi, e é, manifestamente, a primeira grande potência regional de África, a República da África do Sul.

Angola, enquanto potencial Estado com eventuais capacidades para ser uma potência na região Central, principalmente, e, em certa medida, Austral de África, foi a matéria principal da investigação que ora se apresenta.

### ***3.2 O objectivo primordial do tema***

Naturalmente que o principal objectivo que presidiu à apresentação e elaboração deste projecto de Investigação, visa a obtenção do Grau de Doutor em Ciências Sociais, na especialidade de Relações Internacionais, por parte do autor.

Por outro lado, o facto do autor gozar da dupla nacionalidade angolana e portuguesa e Angola mostrar uma cada vez maior apetência para envolver-se em muitos dos assuntos africanos, em geral, e centro-meridionais, em particular, particularmente quando envolvem influências políticas e militares, bem assim tentar projectar alguma da sua força económica – que já dispõe, embora, por vezes se manifeste ser mais virtual que real –, mais o impeliu o autor a enveredar por este tema.

Mas se estes dois factos foram importantes para a vontade inicial a investigação levada a efeito ao longo dos últimos anos veio mostrar que, independentemente das inúmeras tentativas de diferentes Estadistas Africanos em projectar no Sistema Internacional a imagem de uma África una, indivisível e centralista, atentando numa futura integração no seio da UA, a realidade mostra-nos que todos, e cada um dos líderes africanos, independentemente dos seus discursos mais ou menos contemporizadores e uni-africanistas, deseja fazer afirmar o seu Estado, quer no seio geopolítico local, quer no seio dos chamados Estados em vias de desenvolvimento.

Em alguns casos, quando as crises internacionais o justificaram, ter um papel intervencionista, mostrar poder ter capacidade decisória e, ou, negocial pode ser importante para uma total, ou quase total, prossecução das suas vontades políticas e institucionais. Recordemo-nos da posição africana, no seio do Conselho de Segurança, e das inúmeras negociações que os mesmos fomentaram, durante a crise do Iraque, na chamada 2ª. Guerra do Golfo.

### ***3.3 Enquadramento do Problema***

Apesar das principais linhas programáticas da União Africana, como o foram, também, em certa medida, as da OUA, passa por incentivar os Estados africanos a uma maior integração continental.

Admite, e aconselha, que essa integração seja feita em passos seguros, ora através dos habituais mecanismos que as Organizações comunitárias regionais existentes já dispõem, como são os casos da Comunidade dos Estados da África Ocidental, da África Oriental, e, particularmente, os da África central e da SADC onde Angola, virtual potência emergente, é parte integrante, visando uma posterior integração mais abrangente, ou seja, numa futura Comunidade dos Estados Africanos, que já está em embrião.

Além do incentivo comunitário, a União Africana vem, progressivamente, a incutir nos Estados Africanos a necessidade de se constituir um Comité Militar (*Military Staff Commit*) e uma Força Militar Africana de Prontidão (*African Standby Force*, ASF), quer a nível geral, seja a nível regional, com a integração dos principais motores castrenses africanos na referida força.

O objectivo desta ASF, fundada em Julho de 2004, em Adis-Abeba, foi uma consequência da transformação da OUA em União Africana e, subsequentemente, da substituição dos mecanismos da inicial organização pluricontinental de *Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos* para *Prevenção, Pacificação e Manutenção de Paz*,



em concordância com o Artigo 13 da Comissão da União Africana e na linha do que propunha o antigo Secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, em 1992<sup>1</sup>, quando defendeu a necessidade da ONU criar organismos para a prevenção e resolução de conflitos, segundo três importantes mecanismos para a efectivação desse objectivo: *Diplomacia preventiva*, *Pacificação de conflitos* (peacemaking) e *Manutenção da paz* (peacekeeping) o que iria implicar a presença das tropas da paz (*peacemakers*) na região atingida antes, durante e depois do conflito<sup>2</sup>.

A ASF, passa por manter em permanente prontidão um corpo militarizado constituído por, numa primeira fase, 5 brigadas regionais, entre 15 a 20 mil efectivos, divididos em brigadas de 3 a 4 mil militares, e que deverá estar cumprida em 2010 no termo da segunda fase da sua implementação.

Uma dessas brigadas, a *SADC Brigade*, actualmente sediada no Botswana sob a coordenação da Cooperação em Política, Defesa e Segurança da SADC, e que teve a sua génese no Centro Regional de Formação para Manutenção da Paz (RPTC), no ano de 1995, e que estava estacionado em Harare, inclui efectivos de Angola, República da África do Sul e de Moçambique, que ainda não ultrapassa os 1.330 militares.

Ainda assim, esta força, predominantemente de manutenção de Paz, já participou, em cerca de uma dezena e meia de operações em África e fora do continente. Neste caso sem qualquer participação, ainda, de Angola.

Todavia e apesar destas alterações que União Africana parece querer implementar no Continente Africano, verifica-se que certos Estados ainda não abdicam de continuar a projectar a sua sombra dominante nas suas zonas geopolíticas de eventual influência. São os habitualmente denominados de Estados-Directores, de potências emergentes ou regionais.

Destacam-se, por razões geopolíticas e estratégicas diferentes, o Egipto e a Líbia, no *Mashrec*, região do Nordeste de África, Marrocos, no Magrebe, Senegal, na Costa

---

<sup>1</sup> BOUTROS-GHALI, Boutros, *Um programa de paz*, Nueva York, 1992.

<sup>2</sup> VAN-DÚNEM, Belarmino, *As FAA têm uma palavra a dizer na futura força africana em "Standby" (FAS)*, in Jornal de Angola, edição de 7 de Fevereiro de 2006.

Ocidental, Nigéria, no Golfo, timidamente, o Quénia e, eventualmente, o Uganda, na Costa Oriental, Angola, no Centro e parte Austral de África, e a República da África do Sul, na zona meridional africana.

No caso concreto do estudo, Angola, até porque parece projectar-se em duas regiões simultaneamente e em paralelo com outros potenciais Estados com capacidade de projecção potencial, é, como já foi referido, o principal ponto de incidência analítica deste estudo, ou seja, desta Tese.

### ***3.4 Delimitação do Objecto***

Desde a conturbada independência de Angola, que os angolanos têm procurado se afirmar no contexto das Nações, seja no tribunal Mundial, em geral, como na vida política, militar e social africanas, em particular.

Teve um relativo sucesso no seio das Nações Socialistas e Não-alinhadas, na fase em que o monopartidarismo e o socialismo soviético imperava segundo a sua máxima revolucionária “*Angola é e será trincheira firme da revolução em África*”<sup>3</sup> ao assumir o combate pela independência da Rodésia e da Namíbia ou na ajuda e influência que teve para o fim do *Apartheid*, como o está a ser, actualmente, após a obtenção da paz interna e a que, também não foi alheia, a sua participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas que ajudou a projectar a imagem de Angola como um Estado apaziguador, embora, muitos factos pareçam demonstrar o contrário como se irá verificar ao longo da presente Tese.

Por esse facto, a investigação terá por análise o período que vai da independência até ao presente, com incidência maior nas crises político-militares ocorridas nos últimos doze a quinze anos, ou seja, desde o fim do “*apartheid*” até à crise dos Grandes Lagos, onde Angola mostrou ter sido um pivot importante na resolução do conflito, a par da África do Sul, esta numa fase inicial, sem descurar, no entanto, alguns factos importantes que,

---

<sup>3</sup> VAN-DÚNEM, Belarmino, *op. cit.*

colateralmente, acabaram sempre por condicionar a maneira evolutiva com que a política angolana se tem projectado na região, ou regiões, onde se insere.

### ***3.5 Método e questões metodológicas***

A investigação foi, predominantemente, feita através das tradicionais fontes de investigação, com particular destaque para as obras escritas (ensaios, estudos e outras obras literárias) e imprensa, aliadas a entrevistas orais ou escritas, e questionários, a diversas e indiferenciadas personalidades que directa ou indirectamente estiveram, ou pudessem ter estado, ligadas ao objecto do estudo, sem descurar, no entanto, os novos meios de investigação, como reportagens televisivas e, principalmente, acessos electrónicos (portais noticiosos, blogues, páginas pessoais, motores de busca, etc.).

Complementarmente, e infelizmente só o foi possível muito perto do fim da elaboração desta Tese, o autor obteve informações credíveis nos próprios locais do objecto do estudo, ou seja, em Angola, com particular incidência porque é aí que está a maior fonte de informação, em Luanda e, pontualmente, em Cabinda.

De destacar, neste caso particular e uma vez mais, para o apoio que a Universidade Lusíada de Angola (ULA), nas pessoas do seu mui digníssimo Reitor, Professor Mário Pinto de Andrade e administradores, embaixador Rui Mingas e doutor Domingos Kimpolo Nzau, bem assim de outros docentes que se prestaram a fornecer durante a estadia.

Mas porque nem sempre é possível conciliar a história, a política e a geografia, cabe aos estudiosos torner a questão através da geopolítica e do estudo que enquadra aquelas disciplinas num determinado contexto ou num determinado estudo.

E isso, não poucas vezes, condiciona o(s) investigador(es) quanto à metodologia de trabalho.

Recordando o saudoso professor Políbio de Almeida, um quando se trata de assumir riscos num determinado trabalho ou estudo, pertencente às Ciências não exactas, como são as Ciências Sociais, o “*investigador faz, normalmente, «um compasso de espera»: sopesa, reconsidera, verifica, confronta, repete e só depois estará apto a dizer «parece que», «talvez», «a não ser que»*” (ALMEIDA, 1990, página 15).

Se isto é válido para as habituais escolas de geopolítica, Angola consegue provocar um evidente acrescento de outros itens: apaga, reestrutura, reescreve.

E isto foi o que aconteceu, não poucas vezes ao longo desta Tese.

Quantas vês o autor depois de ter um capítulo quase pronto, descobria outras informações importantes que além de reformular a análise efectuada obrigava a alterar, em substância, todo o anteriormente escrito e, por vezes, condicionando as linhas de pensamento futuras.

E o autor, notou isso mesmo, e de uma forma mais intensa, durante a sua recente estadia em Angola onde a vontade de ajudar e as alterações filosóficas das pessoas levava-as a serem mais abertas, mais dinâmicas nos esclarecimentos prestados e, nalgumas vezes, sentiam a necessidade de rectificar algo que, anteriormente e noutras circunstâncias, tinham dito e que pareciam inquestionáveis.

E porque não foi intenção do autor de colmatar eventuais lacunas sobre uma matéria ainda pouco, muito pouco, estudada na área científica em que a mesma insere como disso mesmo o autor pode constatar nas conversas que foi mantendo ao longo do estudo com diferentes personalidades que estavam, directa ou indirectamente, ligadas ao mesmo, este estudo não pode, ainda assim, prescindir de procurar deixar pistas que permitam, mais tarde, serem aprofundadas quer pelo autor, em trabalhos subsequentes resultantes de investigações que possam ser levadas a efeito, como por outros investigadores e analistas que considerem ser isto uma matéria e este um estudo embrionário a melhor desenvolver. Até porque o autor admite que ainda persistem muitas lacunas que necessitam de serem devidamente analisadas e melhor questionadas.

Como foi anteriormente referido, algumas matérias que, à partida, pareciam cientificamente inquestionáveis, e não esquecer que este estudo começou a ser preparado em 2004, acabaram por serem reformuladas e evidenciar outras mais valias em princípio nada previsíveis.

Assim, e de uma maneira geral a Tese foi dividido como segue:

1. A primeira parte da Tese abordou, denominado de *Da Negritude norte-americana às independências africanas*, ainda que sinteticamente, dado já haver bibliografia científica suficiente sobre o mesmo, a história da negritude norte-americana e os efeitos que a mesma provocou no pré-associativismo africano e nas independências africanas, principalmente, despontadas na segunda metade do século XX.

Foi abordado, também, dada a sua interactividade a independência de Angola e a sua *suseranização* regional perante a então potência regional dominante, a República da África do Sul.

2. Na segunda parte, sob o título/questão *Angola, de colónia a Potência Regional Emergente?*, foram analisadas as crises que se sucederam à independência, com algum natural destaque para a crise entre as “escolas” netistas e nitistas com o Fraccionismo e como ela parece ter moldado as políticas angolanas, segundo princípios menos soviéticos e mais cubanizados, mas sempre dentro do espírito que norteava as principais peças do xadrez no complexo jogo global que se desenrolava no cone austral de África entre Angola e os Países da Linha da Frente e a República da África do Sul e que levaria à queda do Apartheid e ao fim do segregacionismo rácio que pautava em algumas zonas da região.

Da queda do Apartheid à independência da Namíbia e à Paz que parecia ter chegado em 1992, os principais estadistas e estrategos angolanos conseguiram moldar o Estado no caminho de se tornar numa pequena potência militar com alguma projecção política, sem que, no entanto, não tivessem acontecido importantes factos que condicionaram que essa pretensão fosse mais efectiva.

3. E por isso, na terceira parte do Tese, que consideraria mais nuclear, e intitulada *Da II república a Potência Regional*, foi questionado o que é entendido por potência regional e qual a escola que serviu de base para o estudo geoestratégico de Angola, no contexto regional onde se insere, aos acontecimentos subsequentes às crises resultantes após os fracassados processos de Paz de Bicesse e de Lusaka, como sendo as mudanças no sistema político angolano.

Também aqui não foram descuradas matérias, ainda que genericamente, como a evolução da Economia angolana de soviética para uma economia de mercado, a contribuição da Sociedade Civil para Paz angolana, e como esta teve profunda influência para o actual contexto externo que se regista nas duas regiões onde Angola, com maior ou menor, projecção está implantada.

4. Finalmente a última parte coloca várias questões daí que o seu título seja *Comportará África a existência de potenciais Estados-Directores?*

É entendimento do autor que a existência de potência regionais em África colide com os interesses da União Africana, até porque, recordemos, a UA deseja uma plena integração dos Estados na Comunidade visando uns futuros Estados Unidos de África, tão defendido por Muammar Kadafi e por alguns dirigentes de Estados sem vocação global.

Não é essa a interpretação formal, que não oficial, dos diplomatas angolanos nem, tão pouco, da maioria dos analistas africanos. Pelo menos nos próximos 15 a 20 anos.

Como recordava um diplomata angolano, próximo da União Africana, numa conferência havida na Universidade Lusitana de Angola (ULA), em Luanda, e que também foi realçado pelo presidente da Comissão da UA, Jean Ping, África deverá tendencialmente caminhar para uma integração político-económica mas sempre dentro dos parâmetros que norteiam a vida social e cultural dos africanos.

Ou seja, e como o autor recordou por quando de uma outra Conferência, desta feita na ULA do Lobito, a uma questão de um dos presentes, os Estados Unidos da América,

só muito recentemente – e já tem mais de 200 anos de vida como Nação –, viram o seu Povo assumir o espírito nacionalista pleno, principalmente após os conflitos onde surgiram como, eventualmente, atacados. Até aí muitos Estados mantinham um estatuto de quase total autonomia e os seus habitantes eram primeiro cidadãos do Estado e só depois dos EUA. Essa visão demorou muitos anos com se sabe.

Por isso como é expectável que após anos e luta pelas independências os Estados africanos, principalmente aqueles que se perfilam como potências, podem admitir vir a ser integrados numa qualquer estrutura denominada Estados Unidos de África e perderem uma parte substancial daquilo que ganharam com muito sangue, muitas vítimas e muita economia subterrânea.

Daí que a matéria desta IV parte inclua uma parte conclusiva, não a Conclusão porque é entendimento do autor que esta é uma matéria que, embora temporalmente balizada, pelas condicionantes que incidem sobre um estudo como este, permite deixar questões e ponderações para o futuro. Por isso a parte final foi intitulada de *Que Prospectiva de Futuro?*

Relativamente à Bibliografia, apesar das inúmeras fontes que acedeu, foi entendimento do autor não discriminar todas as consultadas na medida em que algumas foram-nos pontualmente e continham elementos já também obtidos por outra via, não parecendo que acrescentassem algo diferente.

Todavia, não pode o autor deixar de lamentar que algumas fontes consideradas importantes continuem a não compreender que a transparência é um bem inequívoco e natural numa boa Governação. Naturalmente que nos referimos ao Governo de Angola.

Apesar da boa vontade demonstrada por alguns dos interlocutores em fornecer dados adoptáveis para a elaboração da presente Tese, é um facto que muita da matéria necessária, como por exemplo, as linhas de força da política externa angolana que poderiam ajudar a melhor compreender quais os objectivos concretos e efectivos da governação angolana na arena diplomática e política internacional, global e, ou, regional, ou assuntos relacionados com a actividade castrense, mesmo o número de

efectivos das FAA – uma simples e inócua foto de uma fachada de um edifício militar ainda pode ser considerado como tentativa de espionagem –, continuam a ser um tabu para as autoridades angolanas. A própria Assembleia Nacional, por exemplo, não tem a percepção real de quais são as citadas linhas de força. Por outro lado, foi com surpresa que, passados, vários meses após as eleições legislativas e a tomada de posse do primeiro Governo da III República, os portais oficiais ainda se encontrem ou manutenção ou desactualizados e desajustados à moderna realidade mundial.

Finalmente, foi também entendimento do autor ser apensado alguns anexos que pela sua natureza e melhor compreensão de alguns factos mereciam acompanhar a presente Tese. Deve ser referido que os Mapas e Gráficos foram elaborados pelo autor com base em fontes devidamente assinaladas no próprio local ou em nota de rodapé.



## **4 Da Negritude norte-americana às interdependências africanas**

## **5 Da Pré-história do Associativismo Político Africano às Independências Coloniais**

A génese do moderno Associativismo Africano está, em grande medida, nos movimentos anti-esclavagistas norte-americanos e nos movimentos afro-americanos subsequentes e em alguns movimentos religiosos da Reforma, com particular incidência no cone austral de África, nomeadamente, na formação dos *boers* na África do Sul e nas lutas religiosas que aí decorreram e que acabaram por se tornar, mais tarde, num princípio de uma doutrina política em África, pouco admissível mas que perdurou por mais de 60 anos, o Apartheid.

Todavia, não é de desprezar para o fortalecimento dos consciências e ideais africanas, nomeadamente as lutas de libertação, a participação de destacados e neófitos dirigentes africanos ao lado das potências colonizadoras na II Guerra Mundial.

Ainda assim, foi nos valores dos movimentos anti-esclavagistas norte-americanos, sustentados na vitória unionista da Guerra da Secessão dos EUA que permitiu acabar com a escravatura neste país<sup>4</sup>, que o Associativismo Político africano conseguiu criar bases para o aparecimento desses dirigentes, como adiante se constatará.

### ***5.1 Os movimentos afro-americanos pré-independentistas***

Resumidamente o movimento norte-americano anti-esclavagismo assentava no sagrado princípio da Constituição norte-americana de Filadélfia em que todos os homens nascem livres.

Suportados nesse princípio, e após o fim da Guerra de Secessão norte-americana com a vitória dos Unionistas (defensores do fim da escravatura) sobre os Confederados

---

<sup>4</sup> O escravagismo americano acabou *de jure*, mas não *de facto*, quando o Congresso aprovou em 31 de Janeiro de 1865, através da 13ª Emenda à Constituição, a abolição da escravatura no país. Foi o culminar dos esforços de Frederick Douglass.

(grandes latifundiários do Sul que mantinham, e desejavam mantê-lo, inúmeros escravos), aliado às teses não esclavagistas de John Brown (um colono branco enforcado no Kansas por incitamento à revolta dos negros), Frederick Douglass, William L. Garrison e da escritora Beecher Stowe, emergiram pensadores, na maioria negros, ou afro-americanos, como Booker Washington e William Edward Burghardt DuBois, o tobaguenho George Padmore (1903-1959) e o jamaicano – depois naturalizado norte-americano – Marcus Garvey (1887-1940) que divulgaram e panfletaram teorias, a maioria antagónicas entre si, quanto à ideia de “homens-livres” e de livre convivência<sup>5</sup>.

Mas se as suas ideias eram antagónicas, foram, ainda assim, a base para os movimentos surgidos na outra margem do grande lago que é o Atlântico.

Para isso muito contribuíram ingleses e norte-americanos quando criaram cidades/regiões, que mais tarde se tornaram países, como Freetown, hoje capital da Serra Leoa, e Monróvia, capital da Libéria – de notar que este país foi criado por iniciativa dos norte-americanos que quiseram reenviar para África os afro-americanos libertados onde pudessem criar um país só seu.

Naturalmente que a criação destes “*territórios-países*” originou problemas futuros na região pelo facto da maioria, senão a quase totalidade, dos afro-americanos libertos e expatriados para a Libéria nada tinha a ver com a população autóctone daquela zona africana.

Mas antes dos EUA e da Grã-Bretanha criarem estes territórios livres, mais tarde, países independentes, vamos sintetizar alguns dos movimentos que muito contribuíram para a base agitadora da futura consciência emancipalista e anticolonial africana.

*i.* Se os EUA fizeram valer o grito de Liberdade para os escravos, foi, todavia, a Grã-Bretanha que tomou a dianteira para a criação de zonas livres para antigos cativos no Continente africano. Para isso muito contribuíram personalidades como

---

<sup>5</sup> Sobre esta matéria ver **ALMEIDA**, Eugénio Costa, *África, Trajectos Políticos, Religiosos e Culturais*, 2004, págs. 64 a 68.

Granville Sharpe, o juiz Mansfield, o naturalista Smeathman e o parlamentar William Wilberforce. Estes homens viriam a ser os grandes impulsionadores da criação, na região hoje reconhecida como Serra Leoa, através da *Saint George's Bay Association*, a primeira companhia majestática negra, da colónia de Freetown, mais tarde tornada capital serraleonesa<sup>6</sup>.

*ii.* Enquanto os britânicos criavam uma colónia livre de escravatura na costa ocidental africana – de notar, todavia, que os novos habitantes quando chegaram a esta região já lá encontraram uma zona com habitantes autóctones que acabaram, de uma forma ou outra, subjugados aos “*novos livres*”, resultando para os autóctones, na prática, numa “*escravidão*” encapotada – os afro-americanos criavam e debatiam teorias que os levassem de retorno à Casa-Mãe, ou seja, ao sagrado Continente Africano, com os incentivos nada altruístas, como mais tarde se veio a constatar, de personalidades como o presidente Bushrod Washignton, John Latrobe ou do empresário negro Paul Cuffe, que viria a criar a *American Colonization Society* (ACS), em 1817.

Esta Sociedade foi a factor impulsionador que faltava ao *desgastado* movimento Garveyista que preconizava a criação de uns Estados Unidos de África<sup>7</sup>, o grande impulsionador do pan-africanismo.

Em 1819, a ACS obteve do governo norte-americano a autorização para constituir na costa ocidental africana um Estado Livre para os Negros. Os primeiros enviados estabeleceram-se em Sherbro, uma ilha a poucas milhas da colónia britânica de Freetown, acabando por se juntarem a estes. Todavia, nem todos aplaudiram esta miscigenação. Dado o espírito republicano e anti-colonialista dos norte-americanos, contrário à linha régia britânica, alguns dos afro-americanos livres começaram a se dirigirem mais para sul, concretamente para a região do Cabo Montserrado, onde criaram uma comunidade aparecendo, mais tarde, outras comunidades em Great Barra e Sinoe.

---

<sup>6</sup> ALMEIDA, Eugénio Luís da Costa, *Tolerância Político-Religiosa em África (Repercussões na Política Externa do Continente Africano)*, (Dissertação para o Mestrado em Relações Internacionais), 2000, não editado, págs. 64 a 69.

<sup>7</sup> Sobre esta matéria ver SANTOS, Eduardo dos, *Pan-Africanismo de Ontem e de Hoje*, 1968, págs. 28 a 33, e ALMEIDA, Eugénio Costa, *op. cit.*, 2004, págs. 67 e 68.

Em 1847, Monróvia<sup>8</sup> foi palco da principal decisão dos representantes das três grandes comunidades ao decidirem, com o beneplácito da ACS, proclamar a independência e adoptar uma Constituição, na linha da norte-americana, já elaborada pela ACS dois anos antes. Estava criada a República da Libéria.

Não há dúvida que, inequivocamente, os ensinamentos dos movimentos afro-americanos estiveram na génese de algumas das principais bases para a emergência de alguns dos movimentos da nova consciência emancipalista africana<sup>9</sup> aliados aos ventos revolucionários soviéticos e chineses o que, subsequentemente, criou um sentimento de unidade africana consubstanciada, primeiro, nas independências das colónias europeias e, posteriormente, na Organização de Unidade Africana (OUA), mais tarde, União Africana (UA).

## ***5.2 A emergência dos movimentos pan-africanistas africanos***

Se os movimentos afro-americanos – os primeiros a quem se pode outorgar a ideia pan-africana – fizeram emergir a consciência africana para a gerência dos seus desígnios políticos não é menos verdade que a sua presença, essencialmente como primeiros peões numa defesa de interesses militares das potências colonizadoras, na Guerra de 1914-1918, aliado à presença de alguns africanos em Academias e parlamentos das potências coloniais e a forma como se bateram na Guerra de 1936-1945, a II Guerra Mundial, consolidou essa vontade social e política de se emanciparem, segundo os ideias pan-africanistas emergentes no início do século XX.

Este novo ideal, emerge com a realização de uma Conferência africana realizada em Londres, em meados de 1900, como contestação à Exposição Universal de Paris, considerada pelos africanos negros como imperialista, colonialista e opressiva dos interesses dos indígenas, logo, contrária aos grandes interesses dos africanos. É

---

<sup>8</sup> Estabelecida, inicialmente no antigo protectorado português de Cabo Mesurado, adoptou, em 1822, o nome de *Christopolis*; em 1824, em homenagem a James Monroe, à época presidente dos EUA, mudou para a actual designação.

<sup>9</sup> O continente africano foi sempre varrido por movimentos contrários à colonização conforme se pode atestar em ALMEIDA, Eugénio Costa, *op. cit.*, 2004, págs. 29 a 40 e 53 e seguintes;

consensualmente aceite que esta Conferência foi o precursor do pan-africanismo onde designação surgiu pela primeira vez.

Entre os congressistas encontravam-se personalidades como Henry Sylvester-Williams (1869-1911), o impulsionador desta Conferência e a quem se atribui o termo<sup>10</sup>, ou o moderado bispo Alexander Walters (1858-1917), da *Igreja Africana Metodista Episcopal do Sião*, que desde cedo tentou juntar as emergentes teses políticas às ancestrais enunciações eclesiásticas.

Estava criado o movimento político pan-africanista, moderado e tolerante que, embora susceptível de excessos, como os que deram origem a alguns movimentos emancipalistas africanos armados, também serviu para o aparecimento de homens como Senghor, Césaire, Wauthier ou Sartre que criaram e defenderam as teses da “*Negritude*”, do “*nacionalismo africano*” ou do “*socialismo africano*”<sup>11</sup>. Foi precisamente devido aos movimentos pan-africanistas que, em 1963, em Adis-Abeba, surgiu a Organização de Unidade Africana, OUA.

### **5.2.1 Do pan-africanismo às independências africanas**

Apesar do movimento pan-africanista não mais ter parado de crescer, a Guerra de 1914-1918 emudeceu, um pouco, o movimento.

Só em 1919, se voltou a reunir o movimento pan-africanista, desta feita, em Paris, aproveitando do facto de próximo desta cidade decorrerem as conversações de Versalhes que iria celebrar o Armistício e voltar a trazer a Paz ao Velho Continente e às suas possessões coloniais.

O Congresso de Paris, essencialmente dominado por africanos francófonos, foi o resultado lógico e natural do apoio dos africanos no esforço de guerra francês. Por exemplo, durante a ofensiva do Marne, na Guerra 1914-1918, a onda vitoriosa prussiana parecia não encontrar barreiras, levando o primeiro-ministro francês da altura, Georges

---

<sup>10</sup> ANDRADE, Mário Pinto de, *A Política de Integração regional em África*, Lisboa, 1998.

<sup>11</sup> SANTOS, Eduardo dos, *op. cit.*, 1968, pág. 51 e seguintes.

Clemenceau (1841-1929), a solicitar a Blaise Diagne (1872-1934)<sup>12</sup>, o primeiro deputado negro da Assembleia Nacional francesa, eleito pelo círculo ultramarino do Senegal, que tentasse incorporar um batalhão, constituído exclusivamente por negros, que pudesse sustentar o avanço prussiano.

Apesar de algumas, não poucas, dificuldades provocados por políticos franceses colocados nas Colónias, Diagne conseguiu juntar cerca de 80.000 homens que combateram em território francês europeu ajudando a ganhar a guerra.

Após o armistício de 1918, Diagne, com o apoio expresso de Clemenceau e secundado por William DuBois (1868-1963) que tinha apresentado, durante a Conferência de Paz de Versalhes, uma petição solicitando a criação de uma Carta de Direitos do Homem Africano, organizou, em Paris, o primeiro Congresso Pan-africano do pós-Guerra que seria denominado de *I Congresso Pan-africano para a Protecção dos Indígenas de África e dos Povos de Origem Africana*.

Foi o primeiro de seis Congressos realizados entre 1919 e 1953<sup>13</sup>, sendo que um dos principais, o realizado em Kumasi, Gana, em 1953, sob os auspícios de Kwame Nkrumah (1909-1972)<sup>14</sup> o que mais impacto teria na nova e reemergente consciência política africana. Neste Congresso o movimento emancipalista e a unidade africana ficaram inexoravelmente ligados e imparáveis. Por causa desta Conferência, o Gana e Nkrumah ficaram a ser considerados como os grandes impulsionadores do movimento independentista africano, da década de 60.

### ***5.3 As independências africanas e a OUA***

O fim da II Guerra Mundial desvendou uma Europa destruída, empobrecida e, acima de tudo, sem qualquer poder político ou militar, submetida à vontade política e económica dos americanos e à força militar dos soviéticos, os reais vencedores da Guerra.

---

<sup>12</sup> A sua ascendência materna é bissau-guineense, por via do grupo étnico *Manjack*, ou manjaca, que se espalhou por vários países limítrofes.

<sup>13</sup> Sobre os Congressos Pan-africanos, ver SANTOS, Eduardo dos, *op.cit.*, 1968, págs. 79 e seguintes e ANDRADE, Mário Pinto de, *op. cit.* 1998, páginas 36 a 39.

<sup>14</sup> A Costa do Ouro (*Gold Coast*) tornou-se independente em 1957, sob a liderança de Kwame Nkrumah, adoptando, se bem que historicamente de uma forma incorrecta, a denominação Ghana (Gana).

O facto dos vencedores terem sido duas potências extra-europeias – os soviéticos, politicamente, consideravam-se globalistas e não como europeu<sup>15</sup> –, mais contribuiu para a imagem de decadência que, na altura, a Europa transmitia ao Mundo e, em particular, às suas colónias afro-asiáticas.

Este facto, aliado às ancestrais ideais autonómicas dos norte-americanos e ao expansionismo do movimento socialista da União Soviética (URSS), foi determinante para que as principais potências colonizadoras europeias perdessem, progressivamente, a maioria das suas colónias.

### **5.3.1 O fim da Europa Colonial**

Outro dos factores, e não menos importante pelas consequências políticas futuras, que contribuiu para as independências das colónias africanas foram as independências da península hindu e da Indonésia.

A Europa, exangue, não conseguia defender os seus domínios coloniais. A reconstrução europeia fazia despender inúmeros recursos, a maior parte financiados pelo plano do general *Marshall*, Secretário de Estado norte-americano, o que condicionava a normal satisfação das necessidades básicas das colónias, fossem elas militares ou económicas.

Por outro lado, o fim da Guerra e a necessidade de precaver novos holocaustos bélicos levou à criação da Organização das Nações Unidas (ONU), pela Conferência de São Francisco, em 1945. Desta feita, e ao contrário do que havia sucedido com a extinta Sociedade das Nações (SDN), criada na sequência do Armistício da Guerra 1914-1918, onde pautaram pela completa vacuidade, a nova Organização contou com a plena integração dos EUA. Nela os signatários comprometeram-se a defender a Paz Mundial, a prescrever a Resoluções dos conflitos por via armada e defender o Direito à autodeterminação dos povos oprimidos.

---

<sup>15</sup> A esta dicotomia, talvez não sejam estranhas as ideias de Malte Brun (1775-1826), Raoul Blanchard (1877-1965) ou Otto Molden (1918-2002), que admitiam a Europa como uma extensão peninsular da Ásia; cf. **MALTEZ**, José Adelino, *Curso de Relações Internacionais*, 2002, pág.85.

A ONU agrega 3 Comitês principais e várias comissões especializadas de onde se destacou, principalmente entre o início da década de 60 e os meados da década de 70, para o efeito descolonizador de África, a 3ª Comissão,

### **5.3.2 A 3ª. Comissão da ONU**

A 3ª. Comissão, sucessora do Comité de Tutela da extinta SDN que, no final da Guerra de 1914-1918, tinha entregue algumas das possessões germânicas em África à suserania britânica, francesa (Togo e Camarões), belga (Território de Urundi, actuais Ruanda e Burundi) e sul-africana – esta ainda que indirectamente porque oficialmente teria sido colocada sobre suserania britânica, mas integrada na União Sul-Africana, passou a ser considerada como tutela sul-africana – (o Sudoeste Africano, actual Namíbia), tornou-se numa das principais Comissões especializadas da A ONU.

Quando foi criada, e ao contrário do Comité de Tutela, a 3ª Comissão tinha como principal objectivo apoiar jurídica e politicamente a autodeterminação, o auto-governo e independências das colónias europeias. Actualmente, só um território nas ilhas do Pacífico, administradas pelos EUA, se mantém sob o regime de território sob tutela.

### **5.3.3 A Descolonização e o seu efeito no espaço Geopolítico Mundial<sup>16</sup>**

Com a Carta de S. Francisco, onde desde logo ficou consagrado o direito dos povos livres ascenderem à autodeterminação e com a formação da 3ª. Comissão, surgiram, ou melhor, reemergiram, os movimentos autonómicos, nomeadamente na Ásia, alguns dos quais já reclamados antes da II Guerra Mundial, como foram os casos dos hindus, ou, no decorrer a Guerra, o dos indochineses e malaio, (apoiados nas promessas nipónicas de independência como *prémio* pela sua ajuda na luta contra os europeus e norteamericanos.

Por isso, não surpreendeu que britânicos e franceses, completamente exaustos da Guerra, sem recursos financeiros, politicamente debilitados e desapoitados por norte-

---

<sup>16</sup> Sobre a problemática “Descolonização” ver **LARA**, António de Sousa, *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o estudo da sua História)*, 2000, 173 págs.



americanos e pelos soviéticos, se vissem constrangidos a conceder autonomia e independência às suas colónias ultramarinas.

A aliança de um efeito pré-libertador que os germânicos – tal como os nipónicos na Ásia – impulsionaram, em especial no Egipto, e a consciência social e política que os africanos ganharam, devido ao elevado contributo prestado junto dos vencedores, provocou a germinação do desejo autonómico e independentista.

Um desejo que ficou mais fortemente alicerçado quando, a 14 de Dezembro de 1960, já com alguns territórios africanos independentes ou em vias disso, os nacionalistas africanos passaram a ter como suporte institucional, a *Resolução 1514/60* da ONU, a qual consagrava o direito à *Declaração sobre o Direito de independência dos povos coloniais*<sup>17</sup>.

Foi o *boom* independentista da década de 60. Com ele surgem novos actores no Sistema Internacional e afirma-se o princípio irreversível da descolonização africana que teve o seu apogeu com as independências lusófonas entre 1974 e 1975; no Zimbabué em 1980, após os Acordos de *Lancaster House*, entre britânicos e os movimentos locais *anti-apartheid*; e da *Namíbia*, em Março de 1990, no seguimento dos *Acordos Quadripartidos* de New York, entre americanos, angolanos, cubanos e sul-africanos, mais adiante referido no *ponto 3*, com a independência de Angola.

Com os novos países africanos, aliados aos latino-americanos e asiáticos, surgem movimentos políticos que condicionarão, durante quase duas décadas a geopolítica mundial. Toda a geopolítica mundial girava de acordo com o eixo criado pelas duas superpotências, EUA e URSS, com a China Popular, discretamente, como se de um jogo de *Majhong* o Mundo se animasse, a manobrar alguns Estados dos Não-Alinhados, entre as duas superpotências e criando condições futuras para aparecer, senão uma quase superpotência mundial, pelo menos como um Estado com capacidade directora na área asiática, primeiro, e na região do *Rimland*, depois.

---

<sup>17</sup> COLARD, Daniel, *Droit des Relations Internationales: documents fondamentaux*, 2<sup>ème</sup> éd., 1988, pág. 61 e segs.

E esta característica de instrumentalização política (também militar e económica) regional acabou, directa ou indirectamente, consoante os casos e as regiões, por se tornar extensiva a outros Estados, quer na Europa, quer na América Latina, quer, em menor escala como adiante verificaremos, mas com possibilidades futuras de se cimentar, também em África.

Ou seja, começavam a emergir os Estados-Directores, base subnuclear desta Tese, e, com eles, o desenvolvimento de regiões sob influência que tem caucionado a actual globalização mundial.

Angola, base nuclear deste trabalho, surge como um potencial actor com pretensões a potência regional, tendencialmente directora, matéria adiante clarificada.

#### **5.3.4 Os novos actores no Concerto das Nações**

Se as independências das antigas colónias europeias e norte-americanas permitiu surgir, no seio da Comunidade Internacional, novos Estados também não é menos verdade que se tornaram, rapidamente, em meros peões no jogo político que emergia entre o liberalismo capitalista norte-americano, apoiado nos seus aliados da OTAN/NATO, vulgo Aliança Atlântica, e o socialismo soviético da URSS, fomentado, em paralelo, pelos países que orbitavam na Organização do Tratado de Varsóvia, vulgo Pacto de Varsóvia.

A primeira beneficiada com a presença de novos Estados foi a ONU que viu passar dos iniciais 51 Estados-membros para mais de uma centena de Estados, em meados dos anos 60 do século XX<sup>18</sup>, a maioria distribuindo-se, geopoliticamente, pelas duas potências mundiais.

Essa foi uma das razões porque os africanos e o aliado soviético conseguiram fazer vingar, em Assembleia-geral da Nações Unidas, Resoluções e Declarações que através do Conselho de Segurança, e por via do veto que os EUA, a França e os Reino Unido

---

<sup>18</sup> Cf. em [http://www.onu-brasil.org.br/conheca\\_onu.php](http://www.onu-brasil.org.br/conheca_onu.php).

detinham, muito dificilmente conseguiram fazer aprovar. A *Resolução 1514/60* foi uma dessas beneficiadas, assim como as inúmeras críticas resolutivas aprovadas contra o colonialismo português e a repressão política que se fazia sentir sobre os “*territórios não-autónomos*”<sup>19</sup> administrados por Lisboa, ou contra o *apartheid* sul-africano.

Outras das razões para que a mentalidade da ONU mudasse foi o aparecimento do movimento de Bandung, resultante de uma Conferência afro-asiática realizada nesta localidade da Indonésia, mais tarde, em 1961 transformado no Movimento dos Não-Alinhados a que pertenciam, ainda assim, muitos dos alinhados às duas superpotências.

Esta Conferência, realizada em Abril de 1955, reuniu 29 Estados e 30 movimentos de libertação nacional. As suas principais reivindicações assentavam no fim do colonialismo e da segregação racial. Quando em 1961, se metamorfosearam em Movimento dos Países Não-Alinhados, num contexto de intensificação da guerra-fria entre os dois blocos político-militares, os países de Bandung, afirmavam que se recusavam a se colocar ao lado de um dos dois blocos, e afirmavam-se como países do Terceiro Mundo, como uma terceira força potencial.

Parecia que novos ventos varriam o cenário internacional. Em menos de dez anos, de 1955 a 1964, 33 países alcançaram a independência, notadamente no continente negro. A independência da Argélia, conquistada com o alto custo de uma guerra colonial particularmente violenta, tornou-se um símbolo para os africanos e para os movimentos de libertação nacional. Na avaliação de Henri Lopes, um ex-primeiro-ministro do Congo, “*esse país do Maghreb carregou a cruz por toda a África e sua luta permitiu que houvesse descolonizações pacíficas no resto do império colonial francês*”<sup>20</sup>. Nos territórios de administração portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé) os efeitos das lutas de libertação só obtiveram resultados reais

---

<sup>19</sup> A XIV Assembleia-geral das Nações Unidas, decidiu, em 1959, criar uma comissão especial – o chamado *Comité dos Seis* – com o objectivo de definir exactamente o conceito de “*território não-autónomo*”. No ano seguinte, a Assembleia-geral aprovou o relatório do Comité dos Seis, incorporando-o na Resolução 1541/60; cf. em RODRIGUES, Luís Nuno, *Os Estados Unidos e a questão colonial portuguesa na ONU (1961-1963)*, não datado, in: [http://www.ipri.pt/eventos/pdf/FLAD05\\_LNR.pdf](http://www.ipri.pt/eventos/pdf/FLAD05_LNR.pdf).

<sup>20</sup> Cf. RUIZ-DIAZ, Hugo, *Com a palavra, os países do sul*, in: <http://diplo.uol.com.br/2005-09,a1156>, Setembro de 2005.

na primeira metade dos anos 1970 com o Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e com a subsequente linha doutrinária do Movimento dos Capitães.

## **6 Angola, da Crise da Independência à suseranização regional**

Se as potências coloniais participantes na II Guerra Mundial concederam, se não à totalidade, pelo menos à grande maioria dos seus territórios africanos a independência, Portugal, primou pela manutenção do estatuto colonial até 1974.

Em grande parte, esta tomada de posição contrária às independências das colónias portuguesas estava subjacente à política interna do Estado português que pela sua não participação directa no II conflito mundial e pela sua posição geoestratégica no então contexto internacional, permitiu-lhe conseguir protelar, ainda que sob a sombra efectiva de uma guerra, a pretensão autonómica dos povos africanos sob domínio português. Uma situação que se manteve até ao Golpe de Estado ocorrido em Abril de 1974 e levado a efeito por militares que estiveram na guerra colonial.

Entre Agosto de 1974, com o reconhecimento *de jure* da independência da Guiné-Bissau (o movimento emancipalista que combatia a dominação colonial portuguesa, o PAIGC, tinha já declarado a independência do território em Setembro de 1973) e Novembro de 1975, Portugal concedeu a liberdade autonómica a todos os seus territórios coloniais africanos.<sup>21</sup>

### **6.1 A independência angolana e a emergência das duas Repúblicas**

Angola foi o último bastião português<sup>22</sup> em África a ascender à independência., o que aconteceu em 11 de Novembro de 1975.

---

<sup>21</sup> Sobre esta matéria ver ALMEIDA, Eugénio Luís da Costa, *op.cit.*, 2000, págs. 75 a 79.

<sup>22</sup> Quanto a esta questão defendo que a Região Autónoma da Madeira, geograficamente situada a cerca de 700 quilómetros do cabo de Meddouza situado entre as cidades marroquinas de Jadida e Agadir, é território africano sob administração ultramarina de Portugal. Uma incómoda matéria já superficialmente referenciada no meu ensaio sobre África, *op. cit.* de 2004, pág. 26.

Até chegar a esta data, e desde que Portugal assumiu a vontade de conceder a independência às suas colónias, o território angolano foi palco de diversos e conflituosos problemas devido, em grande parte, não só ao facto de estar perante a existência três movimentos emancipalistas que, desde as lutas coloniais se guerrearam entre si, aliado ao facto de Portugal ter perdido, ou dilapidado, capacidade de gerir administrativamente a colónia como, principalmente, as duas superpotências terem visto Angola como um palco privilegiado para as suas disputas geopolíticas na região, que, como adiante verificaremos, se tornou numa efectiva e preponderante placa giratória das movimentações estratégicas dos EUA e da União Soviética para o domínio do centro-austral de África.

### **6.1.1 De Alvor à Dipanda**

Antes de ascender à independência (Dipanda), um complexo mosaico social, político e militar criado pelos três movimentos emancipalistas angolanos, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional para a Libertação Angola (FNLA) e a União Nacional para a independência Total de Angola (UNITA), aliado ao facto da minoria branca e mestiça não estar, no início, totalmente ligada a qualquer um dos movimentos mas que, mais tarde, por já sentir falta de uma clara identificação à Metrópole – a maioria já tinha nascido em território angolano – se juntou aos mesmos, tornou evidente que a independência angolana, e ao contrário do ocorrido nos restantes territórios coloniais portugueses, salvaguardando uma pequena e temporária crise em Moçambique, não seria nem simples nem tranquilizadora.

A descolonização portuguesa tornava-se um imperativo das forças progressistas portuguesas no que era seguido por uma importante fatia dos militares que compunham o Movimento das Forças Armadas (MFA) que tinha levado a efeito o golpe de 25 de Abril.

Relativamente ao termo “descolonização” – um termo tão pouco consensual que alguns correctores ortográficos nem o reconhecem, daí que não surpreenda que também alguns autores escrevam esta palavra em itálico, – há quem questione se de facto houve uma

descolonização portuguesa em Angola, na linha de Pezarat Correia, no seu livro “*Descolonização em Angola*”<sup>23</sup>, ou se houve, tão só, uma “*descompatibilização*” por parte de Portugal face aos movimentos independentistas angolanos e face à sociedade lusobântica, como lhe chama Alexandre Gourgel<sup>24</sup>, ou seja, entre Portugal e os países africanos lusófonos.

Gourgel defende a denominação de “*descompatibilidade*” porque, na sua concepção foi isso mesmo que aconteceu entre Portugal que surgia como “*incapaz e controlar a sua própria instabilidade política, institucional e social*” e as “*demandas independentistas dos países africanos*”<sup>25</sup>.

Até ao dia de 11 de Novembro de 1975, data da independência e reconhecido em Angola como o “*Dia da Dipanda*”, o território sofreu inúmeras convulsões políticas, sociais e, principalmente, militarizadas que nem os diferentes Acordos celebrados entre os movimentos e entre estes e a potência colonizadora – este denominado de Acordos de Alvor, que concedeu o direito à independência, – conseguiram esbater<sup>26</sup>.

Face à inoperância portuguesa, por um lado enquanto ainda potência colonizadora, e à inconstância que os três movimentos mostravam, e mostraram, no Governo de Transição criado na sequência dos Acordos de Alvor, levou a que os três movimentos irmãos se fraccionassem e colocassem Angola sob o espectro de uma guerra fratricida como viria a ocorrer, e apesar de contínuos Acordos celebrados entre os beligerantes fratricidas, durante alguns longos anos, após a independência.

Para isso muito contribuíram as duas superpotências mundiais da altura e os peões portugueses que se moviam no seio dos movimentos angolanos.

Uma das principais consequências foi redistribuição dos movimentos pelas suas zonas de influência regional. O MPLA circunscreveu-se a região de Luanda e a uma faixa entre a capital e a província de Benguela, a FNLA sediou-se na região bakongo até

<sup>23</sup> **CORREIA**, Pezarat, *Descolonização de Angola: A jóia da coroa do império português*, 1991.

<sup>24</sup> “**GOURGEL**, Alexandre Nascimento A., *Subsídios para uma compreensão sensata*”, in *Angola, A festa e o Luto: 25 anos de independência*, 2000, página 16.

<sup>25</sup> *Idem*, *Ibidem*.

<sup>26</sup> Ver Gráficos A1 e A2 em *Anexos*, pág. Anx-17/18

poucos quilómetros de Luanda e a UNITA ocupou quase todo o território entre Malange e o Sul, principalmente a zona ovimbundo do planalto central. Por isso, não surpreendeu que a 11 de Novembro cada um dos movimentos tenha declarado a independência de Angola, se bem que a UNITA e a FNLA, oficialmente, o tenham feito em conjunto.

Assim, a Dipanda angolana teve duas celebrações em outras tantas cidades e, subsequentemente, duas Repúblicas auto-proclamadas. Em Luanda, o MPLA proclama a independência festejando a República Popular de Angola, onde o socialismo, de base soviética, se tornava no *modus vivendi* da sociedade. No Huambo, a antiga cidade de Nova Lisboa, a UNITA e a FNLA proclamavam a República Socialista Africana de Angola, sem uma clara identificação administrativa do sistema político que iria aí ser implantado. A UNITA era um movimento que assentava ideologicamente numa base predominantemente maoísta enquanto a FNLA alinhava, inequivocamente, pelos ideais norte-americanos sem, contudo, desprezar eventuais apoios provenientes da República Popular da China nem deixar de apoiar a teoria doutrinária mobutiana da *Autenticidade Cultural Africana*<sup>27</sup>.

## ***6.2 O perfeito palco africano no complexo jogo e xadrez das duas Superpotências em África***

Se a crise político-militar que sobreveio à dupla independência foi prontamente aproveitada pelas duas superpotências da época, Estados Unidos da América, que apoiaram a coligação UNITA/FNLA (Coligação), e pela União Soviética, que protegeram a República Popular de Angola (RPA), liderada pelo MPLA, apoiadas estrategicamente por países das suas respectivas órbitas políticas, não é menos verdade que a mesma começou, com o já referido bem antes de 11 de Novembro.

Todavia, foi junto desta data e posteriormente que o problema se mais agudizou. As duas superpotências e os seus principais peões os dois contendores tanto por via de apoios político-económico-militares, como, e principalmente, através de participações directas em combate com forças militarizadas por dois dos seus principais peões,

---

<sup>27</sup> Sobre esta matéria ver ALMEIDA, Eugénio Luís da Costa, *op.cit.*, 2000, das págs. 171 a 174.

respectivamente, a República da África do Sul (RAS), ainda sob a influência do *apartheid*, ao lado da Coligação, e Cuba, na solidariedade socialista com a RPA, como adiante verificaremos.

Angola tornava-se no principal tabuleiro africano no confronto para a afirmação da influência das duas superpotências em África, principalmente no cone austral, uma das zonas geoestratégicas mais importantes nas rotas marítimas.

Não esquecer que o Ocidente, leia-se, os EUA, já tinha “*perdido*” Moçambique para a órbita socialista e começava a ver as pressões internacionais para o fim do *Apartheid* na África do Sul a serem incrementadas.

Porque apesar do Ocidente não concordar com o regime segregacionista sul-africano e a manutenção do seu protectorado sobre o então Sudoeste Africano (Namíbia) também não poderia aceitar que esta zona nevrálgica para o domínio dos mares pudesse cair na esfera soviética. O Ocidente, e particularmente os EUA, não se esquecia das teses geopolíticas de Halford Mackinder (1869-1947)<sup>28</sup> e de Nicholas Spykman (1893-1943)<sup>29</sup> nem, tão-pouco, a doutrina que “*África é uma zona dos interesses vitais dos EUA*”<sup>31</sup>, de certa forma reforçada durante a administração Reagan e claramente confrontada pelas teses socialistas que apoiavam a tese africanista de “*África para os africanos*”<sup>32</sup> bebida nos primórdios pré-africanistas dos afro-americanos.

Por outro lado, não se pode esquecer que a África do Sul era a única entidade que na região mostrava, e mostra, ter capacidade de projecção regional. Uma protopotência regional, um “Estado-Director” na África meridional.

---

<sup>28</sup> Mackinder, sinteticamente, afirmava que quem controlasse o “coração do mundo”, o *heartland* (situado mais ou menos entre Berlim e Moscovo), controlava também a “ilha mundial” (a Eurásia e África), e quem controlasse a “ilha mundial” controlaria o mundo; ora os EUA ainda conseguia manter o controlo de uma parte substancial da “ilha mundial” devido ao facto de ter a rota do Cabo, na RAS, livre, segundo a linha doutrinal do “poder marítimo” do almirante Alfred Mahan (1840-1914).

<sup>29</sup> Já Spykman, reformulando a tese de Mackinder, afirmava que o poder mundial não era de quem controlava directamente o “coração do mundo”, mas sim de quem fosse capaz de cercá-lo, como os EUA o fizeram durante toda a Guerra-Fria. Uma vez mais, era necessário manter a rota do Cabo totalmente livre.

<sup>30</sup> Sobre esta matéria ver **ALMEIDA**, Políbio F. A. Valente de, *Do Poder do Pequeno Estado, Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, 1990, das págs. 88 a 178, e **MALTEZ**, José Adelino, *Curso de Relações Internacionais*, 2002, págs. 280 a 284.

<sup>31</sup> **GROMIKO**, Anatóli A. (dir.), *A Casa Branca e o Continente Negro*, 1986, pág. 3

<sup>32</sup> **GROMIKO**, *op. cit.*, 1986, pág. 3



## **6.3 República da África do Sul, a potência regional da África Austral**

Tendencialmente define-se um Estado-Director, e essa a linha de pensamento a adoptada, como um Estado com capacidade de influenciar, política, económica, militarmente ou pela conjugação de parte ou de todos estes valores uma determinada região geográfica onde se insere.

Só que por vezes, um Estado apresenta ter mais poder potencial que poder efectivo. E a África do Sul sugeria, à época, ter um poder potencial efectivo aliado ao facto de ser um importante *check point* nas rotas marítimas entre o Ocidente atlântico e os principais produtores petrolíferos devido, em grande parte, à crise político-militar que mantinha fechado o Canal do Suez, a via marítima mais curta entre o Ocidente e a fonte do petróleo.

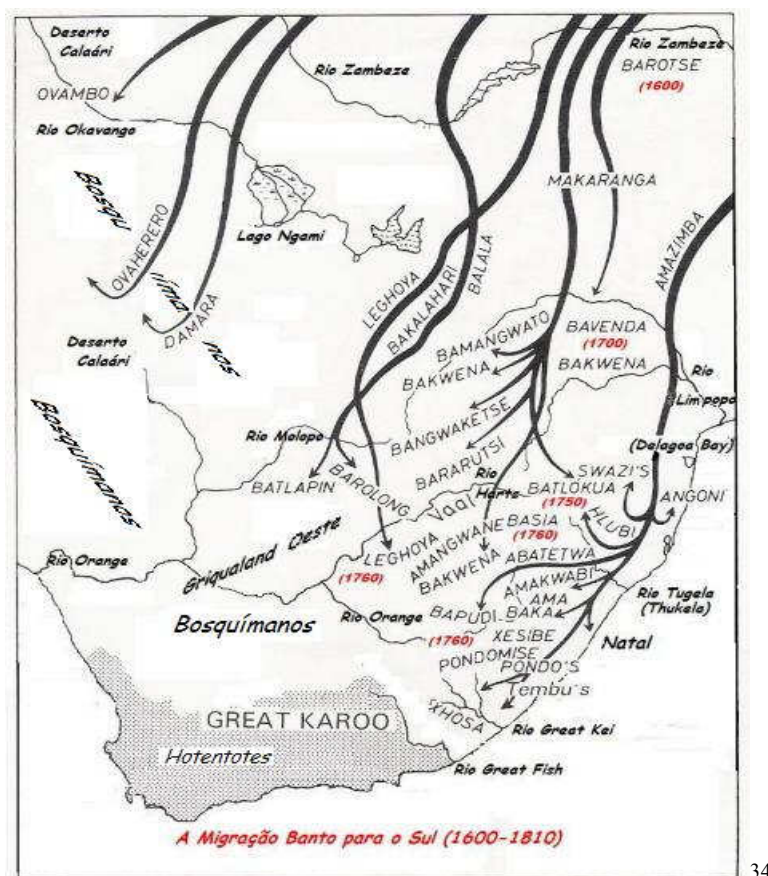
Esta situação privilegiada, no contexto marítimo, manteve-se até à Paz celebrada entre hebreus e egípcios, em “Camp David”, em 1978, durante a Administração democrata de Jimmy Carter<sup>33</sup>. Com a Paz, o Canal de Suez voltou a abrir-se à navegação mundial e, por esse facto, aliado, mais tarde, à perda de influência que as principais personalidades do Apartheid vinham a sentir, e que teve o seu fim em 1990, a África do Sul sentiu esmorecer um pouco da posição hegemónica que detinha no contexto afro-austral e, bem assim, uma quase postura monopolista, principalmente a nível de metais preciosos e estratégicos, sobre a economia Ocidental.

### **6.3.1 Da União Sul-Africana à República da África do Sul**

---

<sup>33</sup> James Earl “Jimmy” Carter, presidente dos EUA entre 1976 e 1981 conseguiu juntar e celebrar, em 1978, em Camp David, base perto de Washington, os líderes máximos de Israel e do Egipto. O acordo selou uma paz duradoura entre Israel e Egipto. Assinado por Menachem (ou Menahem) Begin (1913-1992), enquanto primeiro-ministro e Chefe de Governo israelita, e por Anwar al-Sadat (1918-1981), presidente do Egipto, possibilitou ao presidente egípcio a reconquista da península do Sinai, território ocupado pelas tropas israelitas desde a chamada Guerra dos Seis Dias, em 1967.

Tal como quase todos os Estados africanos – exceptuam-se, talvez e com muito boa vontade, o Egipto e a Líbia – a República da África do Sul (RAS) emergiu de uma colonização e, ao contrário de outros viu as suas fronteiras serem criadas ao longo dos decénios e não por via – quase que imperativa – da Conferência de Berlim.



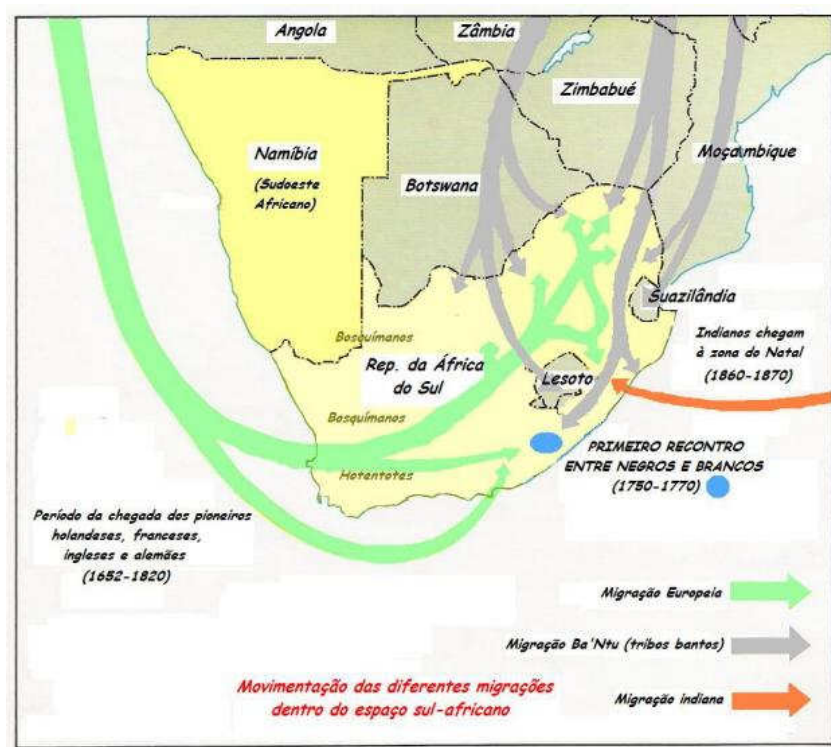
34

**Figura 1 – (A Migração Banto para África Austral)**

De acordo com alguns teorizadores, ao contrário da maioria dos actuais Estados africanos, só a parte norte da actual RAS, até à região do onde viveriam os zulus, swazis, sotho-tswanas e xhosas (principalmente estes os que mais próximos estavam do Cabo, mas, ainda assim, a cerca de 1000 km a este daquela região austral, nas margens do Rio Great Fish, ainda que já na parte leste austral), estaria efectivamente habitada pelo que a maior parte do território que hoje forma a RAS achar-se-ia dominado pela fauna e flora e por povos Khoi-Sans que estariam disseminados entre o Rio Orange e o Deserto de Calaári e, em menor número, perto da Grande Escarpa, no Norte da actual

<sup>34</sup> Estas duas imagens (Figuras 1 e 2) tiveram por fonte *Mini Atlas of South Africa*, 1987).

Província do Cabo<sup>35</sup>. O considerado primeiro povoamento do extremo austral de África aconteceu por volta de 1650 com a instauração da primeira colónia na actual zona do Cabo por parte de holandeses. Só em finais do século XVIII é que os ingleses conseguiram ter a primeira colonização na região, ainda que precária e sem qualquer afirmação efectiva<sup>36</sup>.



**Figura 2 – (Diferentes Migrações para África do Sul)**

Em qualquer dos casos, foi da conjugação antropológica e histórica resultante das movimentações e confrontos entre africanos, ingleses, com a vitória final acontecer para o lado britânico após a derrota dos bóeres na II Guerra Anglo-Bôer (ou *South*

<sup>35</sup> A ocupação humana da região austral tem sido objecto de diferentes estudos histórico-antropológicos variando as suas conclusões conforme os interesses político-sociais em confronto. Alguns autores sul-africanos, nomeadamente aqueles que eram próximos do apartheid, insistem que os xhosas eram os povos dominantes na região leste, o que é secundado por Ki-Zerbo, e por povos Khois-Sans (hotentotes e bosquímanos) nas duas margens do Rio Orange, a região do *Griqualand West*. Por sua vez, Ki-Zerbo (págs. 430 e 431) reconhece a existência de hotentotes a sul da Grande Escarpa que actualmente delimita as províncias do Cabo Ocidental (Western Cape) e do Cabo Setentrional (Northern Cape) enquanto os bosquímanos dominavam a norte dessa Escarpa até Angola.

<sup>36</sup> A fundação da primeira colónia na região do Cabo aconteceu em 1652 quando um grupo de holandeses sob o patrocínio da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC), aí aportaram comandados por Jan van Riebeeck, tornando-se nos precursores dos bóeres ou africanos (o que só viria a acontecer quando em 1685/8 se lhes juntaram os huguenotes francófonos, a maioria, tal como os holandeses, de matriz calvinista). Os ingleses só em 1795 procuraram colonizar a região mas só o conseguindo na segunda e decisiva tentativa, em 1806. As duas figuras tiveram como base de trabalho,

*African War*), em 1889, que resultou na assinatura do Tratado de Paz de Vereeniging<sup>37</sup> entre os dois povos, e da posterior subjugação dos povos banto que, em 1910, foi constituída a União Sul-Africana que englobava os estados que hoje formam a RAS, os Reinos do Lesoto e da Suazilândia e a República do Botswana (na altura os protectorados de Bechuanalândia, Suazilândia e Basutolândia).

Entre a passagem da União Sul-Africana (ou União da África do Sul, como também alguns autores descrevem) e a constituição formal da República da África do Sul aconteceram alguns acontecimentos que, pelo impacto político e social que tiveram na última metade do século XX, levam-me a debruçar, ainda que ligeiramente, sobre eles.

Em Janeiro de 1912, numa Conferência havida em Bloemfontein, surge a primeira grande organização política de maioria negra, o Congresso Nacional Africano (ANC – *African National Congress*), fundado por, entre outros, Solomom T. Plaatje (1876-1932), seu primeiro Secretário-geral (1912-1917), Walter B. Rubusana (1858-1936) e Sefako M. Makgatho (1861-1951). O ANC tinha por génese unir os africanos numa Nação e de forjar o instrumento da sua libertação. De acordo com o movimento político, é a população negra africana que tem o direito, como primeira detentora da terra, determinar o seu rumo e escolher o seu destino, ao mesmo tempo que reconhecem ao outros grupos étnicos que habitam o país, o direito de serem parte integrante da nação libertada.

Foi uma pedrada no sistema boerizado da União que não aceitando o aparecimento de uma organização política negra recusou, sistematicamente, estabelecer qualquer diálogo com o ANC o que levou este movimento, em 1955 num Congresso do Povo, enveredar pela luta armada. No Congresso foi aprovada a “Carta de Liberdade” (*Freedom Charter*), que segundo os Congressistas, exprimia “*as esperanças e aspirações de todos os progressistas da África do Sul*”<sup>38</sup>.

Face ao aparecimento do ANC, a elite branca africânder funda o Partido Nacional (NP – *National Party* ou, também reconhecido, um pouco mais tarde, como *(A)NP*, *Afrikaner*

---

<sup>37</sup> Sobre esta matéria ver Sinopse Histórica do ANC em <http://www.elcalmeida.net/content/view/377/34/> e CAMPOS, Armando, *África do Sul, Potência Regional*, 1996, págs. 57 a 63.

<sup>38</sup> Cf. em *A Revolução Sul-Africana, Documentos Fundamentais do ANC, 1912-1982*, pág. 27.

*National Party*). Na génese do NP – Daniel F. Malan (1874-1959) e Johannes Strijdom foram alguns dos principais impulsionadores, e futuros líderes, da sua criação – estavam princípios próximos de políticas bismakianas – antes e durante a Grande Guerra de 1914-1918 o exército e o aparelho militar prussiano andou a apoiar os movimentos africânderes anti-anglófonos – e segregacionistas, tão queridas do movimento *Broederbond* (Irmandade)<sup>39</sup>, que tiveram o seu efectivo princípio constitucional após a vitória dos africânderes nas eleições de 1948, embora, oficialmente, o segregacionismo africânder, o *Apartheid*<sup>40</sup>, só tenha tido o seu início em 1950 com a aprovação dos “*Group Areas Act*” e “*Population Registration Act*” considerados como as primeiras e principais pedras angulares do Apartheid.

Se a vitória dos nacionalistas os sul-africanos nas eleições de 1948 foram importantes para as políticas implementadas, não menos importante foi a vitória das forças militares sul-africanas no expulsar das forças nazis na região, mais concretamente, no Sudoeste Africano que tomaram sob Tutela no final da Grande Guerra de 1914-1918<sup>41</sup>.

De notar, todavia, que o território do Sudoeste Africano não foi entregue à União Sul-Africana mas ao domínio britânico que, por sua vez e oficialmente, ainda persistia como tutelando a União Sul-Africana, já que este País fazia parte da Comunidade Britânica, o que aconteceu até Maio de 1961 quando a União Sul-Africana decidiu se tornar na Republica da África do Sul o que lhe valeu o convite, logo aceite, para sair da Comunidade Britânica. Daí que os sul-africanos nunca deixaram de considerar, mesmo depois da sua saída da Comunidade, o Sudoeste Africano como parte integrante da República o que nunca foi reconhecido pela 3ª Comissão da ONU.

A derrota dos nazis e a implosão da Alemanha, aliado à forte penetração das forças soviéticas na Europa permitiu que o Sudoeste Africano passasse, durante muitos anos,

<sup>39</sup> CAMPOS, Armando de, *op. cit.*, 1996, págs. 68 e 69.

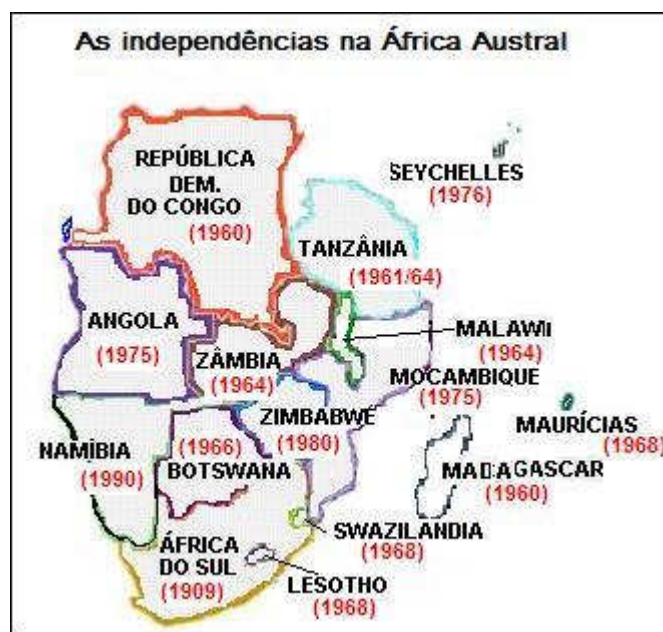
<sup>40</sup> Apartheid foi um movimento segregacionista implementado na então União Sul-Africana, de 1950 a 1990, e que consistiu na separação, quase integral, entre brancos e não-brancos, ao ponto do sistema Parlamentar Sul-Africano, durante a vigência do apartheid, ter sido constituído por 3 (três) Câmaras, uma para brancos, outra para Asiáticos e uma terceira para os Mestiços. De notar que os negros não eram considerados como classe política, já que não estavam representados a nível parlamentar.

<sup>41</sup> No final da Guerra 1914-1918 os territórios coloniais da Alemanha prussiana foram distribuídos, sob a forma de “mandatos” às potências vencedoras. O Sudoeste Africano, tomado em 1915 pelos sul-africanos ficou sob o domínio britânico que, por sua vez, deixou sob a protecção da União Sul-Africana.

despercebido à Comunidade Internacional. Este facto só se alterou por quando das independências das colónias euro-africanas e pelo facto da 3ª Comissão nunca ter reconhecido a quase anexação do Sudoeste Africano pela República da África do Sul, acabando por aquele território ascender à independência, sob a denominação de Namíbia, como mais adiante constataremos e, domo de futuro, denominaremos o Sudoeste Africano.

### **6.3.2 Das convulsões internas na África do Sul à SADC**

Até a Namíbia se tornar independente vários e importantes factos aconteceram no cone austral de África que modificariam, em definitivo o mapa da região.



*Figura 3 – (Datas das independências na África Austral)*

A maioria dos países que formam o cone austral de África (inclui-se os estados insulares mais importantes) estava independente ou tinham acabado de ascender à independência. Faltavam, somente, a Namíbia e a Rodésia do Sul – esta, entretanto,

tinha declarado unilateralmente a independência sob domínio político branco<sup>42</sup> – e democratizar a política segregacionista sul-africana.

Como foi atrás já referido, os sul-africanos tinham adoptado uma política de segregação racial, o Apartheid, que durou até meados de 1990, data que o então presidente Frederick de Klerk decidiu abandonar algumas das políticas que suportavam o regime e que teve o seu epílogo final em 1994, quando o Nelson Mandela se tornou no primeiro presidente não-branco da RAS<sup>43</sup>.

Durante o período do Apartheid a regime sul-africano consolidou a sua força regional, tornando-se na maior potência da região e uma das maiores potências de África tendo, inclusive participado em actos militares fora das suas fronteiras, nomeadamente em Angola, Zâmbia e Moçambique atacando tanto bases do “Umkhonto we Sizwe” (*Lança da Nação*), o braço paramilitar do ANC como as da SWAPO (Organização dos Povos do Sudoeste Africano) que lutava pela independência da Namíbia.

No caso concreto de Angola, a participação sul-africana foi muito para além do combate às organizações anti-Apartheid. Os sul-africanos participaram em fortes e sangrentos combates apoiando a UNITA contra o então regime pró-soviético do MPLA. A batalha do Cuito Cuanavale, em terras angolanas, foi uma das mais sangrentas e aquela que ajudou a mudar o curso da política austral quer de Angola, quer da África do Sul quer, ainda, dos países que apoiavam as partes em confronto.

Enquanto a RAS não mudava de política os países limítrofes, agrupados numa chamada “*Linha da Frente*” apoiavam os movimentos e organizações anti-Apartheid que singravam, ainda, tanto na RAS como na então Rodésia (de ora avante, denominaremos

---

<sup>42</sup> A Rodésia do Sul, inicialmente, fazia parte da Federação da Rodésia e Niassalândia, ou Federação Centro-Africana, que se desmembrou com a independência da Niassalândia, em 1963, sob designação de Malawi, e da Rodésia do Norte, sob designação de Zâmbia. A Rodésia do Sul nunca viu a sua pretensão independentista ser bem acolhida pelo Reino Unido pelo que, em 1965, unilateralmente, declarou a sua independência, sob domínio político branco e o apoio inequívoco da África do Sul e tácito de Portugal, à época, ainda potência colonial que dominava Moçambique, com quem os rodesianos faziam – e fazem – fronteira. Só mais tarde, e depois das alterações políticas que ocorreram na região. Viu reconhecida a sua independência da coroa britânica em 1980.

<sup>43</sup> Sobre a temática África do Sul, num aspecto mais lato, proponho uma leitura atenta a **CAMPOS**, Armando de, *op. cit.*, 1996.

de Zimbabué, nome adoptado após o fim do regime branco e da sua efectiva independência).

Mais tarde, os países da Linha da Frente, agruparam-se, inicialmente, numa organização supranacional que visava o desenvolvimento e cooperação entre os Estados da região, denominada Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC – *Southern African Development Coordination Conference*), estabelecida, em Julho de 1979, e formalmente ratificada em 1 de Abril de 1980 pela Declaração dos Governos dos Estados independentes da África Austral, feita em Lusaka; após a independência da Namíbia, passou a denominar, desde Agosto de 1992, de Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC – *Southern African Development Community*).

Mais tarde, e após as alterações registadas na RAS esta entrou na SADC e acabou por se tornar no maior farol político e económico para o desenvolvimento da região, beneficiando, em grande medida, das crises político-militares de Moçambique e, principalmente, de Angola.

Estava, assim, encontrada a maior – e até então única – potência regional da África Central e Austral: a África do Sul que perdurará até 1992 quando Angola entra no primeiro período de Paz e subsequente desenvolvimento quer militar, quer económico, quer, ainda e principalmente, político.

#### ***6.4 Angola entre as duas repúblicas***

Tal como já foi atrás referido, Angola ascendeu à independência (Dipanda) em finais de 1975 embora sob o espectro da divisão política e militar suportada claramente pelos interesses antagónicos das potências globais da altura, EUA e URSS e, discretamente como tem sido seu apanágio, da República Popular da China, à época, embora alinhada no movimento dos Não-Alinhados, era contrária quer aos interesses norte-americanos quer, principalmente após o cisma sino-soviético dos anos 60, ao regime liderado por Moscovo.



Daí não ser estranho que apoio e material militar chinês estivesse em mãos da UNITA ou da FNLA, movimentos apoiados tanto pelos EUA como por países mais moderados de África ou, principalmente, pela RAS.

Por outro lado, não esquecer que estávamos, aquando das independências das colónias portuguesas e durante o período que mediou entre a Dipanda e o fim da primeira guerra fratricida entre o MPLA e a UNITA, em 1992, em plena Guerra Fria que teria o seu fim em meados de 1989 com o desmoronamento do bloco do soviético, depois de, no ano anterior, Mikhaïl Gorbachev ter anunciado o fim da “Doutrina Brejnev”.

Angola, era, como já foi afirmado anteriormente, um perfeito palco para as manobras que subjaziam sob a capa da Guerra-fria.

Havia, nos contendores uma autêntica *suseranização* aos poderes globais e regionais instituídos e que, formarão a actual conjectura centro e meridional africana que condiciona, claramente, a integração pluricontinental que a União Africana quer (quis) implementar por quando da sua criação em 9 de Julho de 2002, em Durban, África do Sul.

Recordar que a União Africana assenta tanto em princípios, inicialmente caros à antiga OUA, como o fomento da *Unidade e Solidariedade entre os respectivos Estados Africanos*; defesa da *soberania, integridade territorial e independência dos seus Países*; ajuda à *erradicação todas as formas de colonialismo no Continente*; promoção da *equidistância entre os diferentes Blocos políticos internacionais*, ou seja, que vigorasse uma política de Não-alinhamento; a apologia da *resolução pacífica dos conflitos intra e extra-Estados*; e, a condenação de *todas as formas de assassinatos políticos e actividades subversivas contra os Estados africanos provocadas por vizinhos ou outros Estados*, como, também, na alínea b) do Artigo 3.º do acto Constitutivo afirma “*respeitar a soberania, integridade territorial e independência dos seus Estados-Membros*” – o que é reforçado no Artigo 4.º “Princípios” alíneas a) e b) “*igualdade soberana e interdependência entre os Estados-Membros da União*”; “*respeito das fronteiras existentes no momento da acessão à independência*” – aqui é a defesa

inequívoca da intangibilidade das fronteiras coloniais –, o que, claramente, coloca em causa a regra número um da extinta OUA, quanto ao respeito pela soberania interna de cada país, ainda que em nome da solidariedade pluricontinental, como se infere, também no mesmo artigo 3.º na alínea c) quando, e declaradamente, advoga “*acelerar a integração política e socioeconómica do Continente*”.

Ou seja, a União Africana procura, na linha do que advoga a União Europeia, onde, visivelmente, bebeu alguns dos princípios que a norteiam, uma maior e mais profícua política de integração continental, onde se subjaz, a criação de uma comunidade Económica Africana como antecâmara de uns fátuos Estados Unidos de África tão ao gosto do líder líbio, coronel Muammar Kadafi.

E se é verdade que Se é verdade que a União Africana poderá ajudar os Estados africanos a melhor se compreenderem e respeitarem, também não é menos verdade que alguns Estados têm procurado mostrar que estão melhor preparados para gerir os interesses africanos. São as potências regionais ou “Estados-Directores” emergentes, grande parte delas “*preparadas*” e “*fomentadas*” na vigência da chamada Guerra-fria.

## **7 II. Angola, de Colónia a Potência Regional Emergente?**

### **8 Angola e as crises pós-independência**

Angola foi, até ascender à independência em Novembro de 1975 uma colónia portuguesa.

Tal como já foi referido no Capítulo anterior, a sua ascensão à independência, e ao contrário da generalidade das colónias afro-portuguesas que assumiram os seus destinos, foi conturbada facto que se prolongou num largo período após independência, cerca de 27 anos.

#### ***8.1 A independência angolana e a emergência das duas Repúblicas***

Quando em Fevereiro de 1975 Portugal e os movimentos independentistas se juntaram em Alvor, para definirem os contornos político-administrativos que levariam Angola à independência, era já visível que os movimentos que lutaram pela emancipação da jóia da coroa colonial portuguesa, FNLA, MPLA e a UNITA, não se entendiam, conforme comprovam os sucessivos encontros efectuados antes e após-Alvor<sup>44</sup>, como nunca o conseguiriam durante o período de transição que decorreria até à data da independência.

Esse facto foi tão mais evidente quanto os meses subsequentes o mostraram e confirmaram as dúvidas e incertezas do que aconteceria quer até à Dipanda como do que viria a acontecer, nos anos seguintes à mesma.

Dois factos devem ser assinalados e que demonstram que nem Portugal nem os Movimentos estavam de boa fé quanto à sua disponibilidade em coexistir e levar o território à independência dentro da serenidade e do desenvolvimento que se esperava fosse continuado e que era do conhecimento quer da antiga potência colonizadora, naturalmente, quer dos Movimentos emancipalistas.

---

<sup>44</sup> Ver Gráficos A1 e A2, em Anexos

O tecido social e económico foi completamente destruído por convívência de terceiras partes externas ao processo, embora, saliente-se, com o conhecimento de algumas – de todas – das partes que entraram em conflito.

A maioria dos técnicos, portugueses, angolanos e descendentes, abandonaram o território deixando-o quase exangue e os que ficaram viram-se quase sem capacidade para retomar e dirigir o novo País. Os quadros que vinham do exterior, por muito qualificados que fossem, e muitos eram-no, estavam ora sujeitos às vontades dos seus comités políticos ora não conheciam a verdadeira realidade social e económica angolana. O período de Transição isso o mostrou.

### **8.1.1 As duas repúblicas**

Por esse motivo, aliado ao facto de no dia da Dipanda, e como já referido, duas repúblicas terem sido proclamadas, antagónicas e bem armadas, levou a que o novo País entrasse em contínuas convulsões políticas, administrativas e, principalmente, militares como adiante será exemplificado.

A proclamação das duas independências simultâneas e em locais diferentes, consoante a distribuição regional de cada uma das forças em presença no palco do conflito que havia começado, quase imediatamente, após a assinatura dos Acordos de Alvor, mais não foi que o resultado normal de quem não podia, ou não queria, se entender quanto aos destinos administrativos e políticos do novo e emergente país.<sup>45</sup>

Tal como já foi anteriormente referido o MPLA, com as FAPLA<sup>46</sup>, estava quase que circunscrito à região de Luanda e, pontualmente a pequenos núcleos espalhados pelo território, em grande parte apoiados nas forças cubanas que, entretanto, tinham aportado a Angola; a FNLA estava mais localizado na região bakongo até poucos quilómetros ao norte de Luanda, com apoio de mercenários portugueses ligados ao ELP (Exército de

---

<sup>45</sup> Conferir no ponto 3.1.1., páginas X e X.

<sup>46</sup> Cada movimento tinha uma força militarizada. A FNLA tinha o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA); o MPLA tinha as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA); e a UNITA as Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA).

Libertação Português) e a alguns angolanos que não se reviam nos outros dois movimentos, comandados pelo coronel Santos e Castro, antigo governador militar do Uíge; e a UNITA ocupou quase todo o território entre Malange e o Sul, designadamente na zona ovimbundo do planalto central e recebendo o apoio do exército sul-africano que, entretanto e sob a desculpa de proteger os seus interesses económicos, nomeadamente, a defesa da barragem da Matala que fornecia luz à Namíbia, invadiu o território e progrediu até à margem sul da foz do Cuanza<sup>47</sup>, cerca de 60 quilómetros a sul de Luanda, ladeados por forças militarizadas da UNITA.

A proclamação de duas repúblicas em Angola por cada um dos movimentos, se bem que a UNITA e a FNLA, oficialmente, o tenham feito em conjunto, mais não foi que o desenvolvimento natural das quezílias que norteavam os diferentes movimentos apoiados pelas duas superpotências globais. Em Luanda o MPLA anunciava a República Popular de Angola (RPA) e no Huambo a coligação UNITA/FNLA declarava a sua República no Huambo.

De notar que a república aclamada no Huambo quase não passou mais do que mera uma proclamação pública, dado que seria a RPA a única a ser, de imediato, reconhecida – embora a potência colonial só o fizesse algum tempo depois – tanto pelos países socialistas do bloco soviético, como pela generalidade dos países africanos, latino-americanos, com especial destaque para o Brasil que o fez ainda antes de Portugal<sup>48</sup>, ou asiáticos, a maioria próxima do movimento dos Não-alinhados. Por outro lado os Estados considerados mais moderados, mesmo os africanos, abstiveram-se de reconhecer qualquer das repúblicas, acolhendo e aceitando, somente, a independência

---

<sup>47</sup> Algumas fontes mais recentes afirmam que o corpo de engenharia das forças de defesa sul-africana (SAFD) ficou estacionado nas margens do rio Keve, no Kwanza Sul, devido ao facto da ponte ter sido dinamitada pelas forças conjuntas FAPLA/Cubanas e porque, entretanto, os EUA que tacitamente terão apoiado a invasão, teriam solicitado aos sul-africanos que transferissem parte do seu armamento para as forças comandadas por Santos e Castro e que se encontravam perto da entrada norte de Luanda. Sabe-se que algum desse material, nomeadamente 3 canhões de G-5, com alcance de 50 km chegaram a ser utilizados nos ataques que foram iniciados contra Luanda a 6 de Novembro. Todavia o ataque terrestre previsto para acontecer nos dias que antecederiam a independência, nunca chegou a ser efectuado. Segundo Santos e Castro, e corroborado por companheiros seus, Holden Roberto informou-lhe que não poderia fazê-lo porque artilheiros sul-africanos, por ordem dos EUA, teriam desmantelado as culatras dos G-5 e retirados por helicóptero para alto-mar, frente a Ambriz, onde aguardava um navio para levá-los de volta à RAS.

<sup>48</sup> Portugal só reconheceu a RPA em 24 de Fevereiro de 1976.

de Angola, vindo, mais tarde, a reconhecer, também eles, a RPA em grande parte devido à implosão da do Huambo.

### **8.1.1.1 República Popular de Angola**

Tal como a sua irmã gémea do Huambo, a RPA foi proclamada pelos representantes máximos do movimento que a suportava sem a presença – nem no arear da bandeira colonial que aconteceu antes das 00 horas do primeiro dia do novo País – da potência colonizadora. Na véspera e em reunião do seu Comité Central o MPLA tinha nomeado o seu presidente, António Agostinho Neto (1922-1979), para proclamar o surgimento da nova república e para se tornar no primeiro presidente do “seu” novo País.

Porque esta será aquela que virá ter mais importância no contexto africano e no desenvolvimento desta Tese, deixaremos a sua análise e maior desenvolvimento para os capítulos seguintes.

### **8.1.1.2 República Democrática de Angola (no Huambo)**

Um dos primeiros problemas com que o autor se deparou na análise deste facto, começou logo pela denominação da mesma.

Seria fastidioso aqui deixar as diferentes denominações que várias e distintas personalidades contactadas me facultaram. E a grande maioria estava ou em Angola ou estiveram ligadas directamente ao processo.

Ainda assim, é quase certo que a república foi proclamada com o nome de República Democrática de Angola embora alguns outros nomes<sup>49</sup> também sejam dados como

---

<sup>49</sup> De notar que alguns documentos da época, os quais o autor já não conseguiu recuperar, pelo que são citados de memória, para melhor certificar, afirmavam que a república anunciada no Huambo se denominava de República Democrática e Socialista Africana de Angola enquanto outros afirmavam, talvez aqui tenha havido alguma dissensão ou manipulação política, República Negra Socialista e Democrática de Angola. Estas serão as três denominações mais credíveis.

certos, talvez, devido a traduções que à época foram feitas a partir de telegramas de agências noticiosas anglófonas e francófonas que cobriram o dia da Dipanda, ou a extrapolações político-partidárias dos diferentes quadrantes políticos em jogo.

A República proclamada no Huambo, por Daniel Chipenda (-1996), antigo vice-presidente do MPLA e líder da “Revolta Leste” – uma das facções que existiam, antes da independência, dentro do MPLA<sup>50</sup> –, teve como chefe de um Governo efêmero, constituído por ministros dos dois movimentos, José N’Dele que foi, também ele, um dos ministros – da Educação e Cultura – do Governo de Transição<sup>51</sup>.

Este governo e a República que o suportava duraram somente entre 11 de Novembro e 22 de Dezembro de 1975. A sua implosão deveu-se, em grande parte, ao facto dos dois movimentos da coligação terem entrado em confrontos. Não esqueçamos que as relações entre os líderes dos dois movimentos coligados nunca foram das melhores além de terem claras concepções políticas e administrativas diferentes, atestadas quando ambos, na década de 60 do século XX, estiveram estado ligados ao GRAE (Governo revolucionário de Angola no Exílio) onde Álvaro Holden Roberto (1923-2007) se apresentava como líder máximo do Governo e Jonas Malheiro Savimbi (1934-2002) surgia como o seu Ministro das Relações Exteriores<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> O MPLA sofria de dissensões internas que se tornaram em tendências. A liderada por Daniel Chipenda, o líder militar e que dominava um número considerado de militantes das FAPLA a que se juntaram, mais tarde, catangueses e militares de Mobutu, era denominada de “Revolta Leste”. As outras eram a “Revolta Activa” cuja figura máxima era Mário Pinto de Andrade (1928-1990), e a terceira, se é que se pode chamar de facção, estava ligada a Brazzaville e tinha como líder o presidente oficial do partido, Dr. Agostinho Neto.

<sup>51</sup> O Governo de Transição para a independência, conforme ficou estipulado nos Acordos de Alvor, tomou posse a 1 de Fevereiro de 1975, sob a supervisão de um Alto-Comissário português, general Silva Cardoso, tinha 12 ministros assessorados por 9 secretários de Estado. Os ministros eram 3 personalidades portuguesas e outras tantas de cada um dos três movimentos de Libertação, a FNLA, o MPLA e a UNITA que também nomearam os secretários de Estado, em número de 3 cada; cf. **ALMEIDA**, Eugénio Costa, *Linhas de força da política externa portuguesa pós-74: Os Acordos de Alvor*, 1990.

<sup>52</sup> O GRAE surgiu, em Abril de 1962, na sequência da criação da FNLA pela incorporação do Partido Democrático de Angola (PDA) na UPA, organização que começou a guerra de libertação em Março de 1962. No espaço de um ano este Governo foi reconhecido por 32 países africanos e pela então OUA como o único representante do povo de Angola. Savimbi demitiu-se do GRAE em Julho de 1964 acusando Holden de ter métodos excessivamente autoritários.

Todavia, é comumente aceite que a República proclamada no Huambo se desintegrou com o avanço das forças cubanas para sul e a ocupação, por parte destas, da cidade do Huambo, em 8 de Fevereiro de 1976.

Formalmente acabava aqui a República Democrática de Angola sem que tivesse visto, alguma vez, a sua proclamação ser aceite e reconhecida internacionalmente. Ainda assim, quer o então Zaire, quer a RAS, acolheram a sua existência e apoiaram-na.

Mas não foi só o facto dos dois movimentos não se terem entendido nem a República não ter conseguido acolher reconhecimento internacional junto daqueles que mais próximos estavam que levou à sua desintegração. As superpotências, mais especificamente os EUA, também não reconheceram esta existência.

Os jogos de interesses globais começavam a ser fortemente dirimidos pelas duas superpotências e pelos respectivos aliados no complexo tabuleiro que era, à época e deveremos ter sempre presente esse contexto temporal, o Continente Africano.

## ***8.2 Angola o “perfeito bispo” do jogo global***

A independência de Angola mostrou quanto activas estavam as duas superpotências da época, EUA e URSS, bem como estavam distribuídos os diferentes peões nesse complexo tabuleiro de xadrez que era o Continente Africano, em particular a estratégica rota do Cabo, no cone austral de África e os países que ladeavam o regime do apartheid.

Relembremos que nos anos 70, do século XX, o Canal de Moçambique, a rota do Cabo e o Golfo da Guiné eram os pontos estratégicos mais importantes para escoar, por via marítima, o petróleo do Médio Oriente para os EUA e para a Europa, principais consumidores do crude explorado quer na península arábica quer no Irão.

As diversas crises político-militares entre árabes e israelitas tinham levado ao encerramento do Canal de Suez, o principal e mais rápido caminho marítimo que o Ocidente tinha para receber o “ouro negro”.



Ainda antes da independência tropas conscritas cubanas<sup>53</sup> e material de guerra soviético<sup>54</sup> entraram em Angola para apoiar as FAPLA e o MPLA na sua luta contra os dois movimentos que se lhe opunham bem assim contra a presença de forças regulares sul-africanas que, pelas razões já apontadas tinham entrado no sul do território, no início de Agosto de 1975 com o apoio tácito dos EUA<sup>55</sup>.

Apesar de, sistematicamente, os documentos oficiais emitidos pelo MPLA, anunciar que a presença de cubanos só aconteceu depois de 5 de Outubro de 1975, facto corroborado por algumas fontes que, segundo estas, terão confirmado em documentos desclassificados pelo Departamento de Estado norte-americano e eventualmente reafirmados pelo então agente responsável da CIA em Angola antes da independência, Robert Hultslander<sup>56</sup>, entre finais de Julho e meados de Agosto de 1975 o autor assistiu ao desembarque de tropas cubanas no porto do Lobito, tendo, na altura, presenciado à primeira e grave altercação entre militares portugueses, os então chamados boinas negras, e forças das FAPLA que procuravam impedir o acesso das pessoas a uma zona que consideravam restrita. Só o bom senso de um oficial português, que na altura não foi bem aceite pelos civis presentes e que estavam a embarcar na sequência fuga aos confrontos que já começavam a acontecer, um pouco por todo o sul de Angola, nem por alguns dos seus próprios homens, impediu que uma crise muito grave e de consequências difíceis de quantificar tivesse ali acontecido.

---

<sup>53</sup> O autor, no início do segundo semestre de 1975, teve a oportunidade de presenciar, no porto do Lobito, ao desembarque de forças cubanas, o que seria, recentemente, validado por uma entrevista de Otelio Saraiva de Carvalho a um órgão informativo angolano.

<sup>54</sup> Cargueiros soviéticos aportaram a Point Noire, Congo-Brazzaville, com grandes quantidades de material de guerra destinadas ao MPLA e depois enviadas, primeiro, por via marítima onde seriam descarregados em praias desertas e, mais tarde, por via aérea para Luanda. De registar, no entanto, que também esta tática foi utilizada pelos EUA para aprovisionar a FNLA; cf. **RIBEIRO**, General Gonçalves, *Vertigem da Descolonização; da agonia do êxodo a cidadania plena*, 2002.

<sup>55</sup> Cf. **GLEIJESES**, Piero, *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*, 2002.

<sup>56</sup> Hultslander (cf. Gleijeses, op.cit.) ter divisado nunca. Todavia, Henri Kissinger, de acordo com Gabriel García Márquez, em artigo publicado na 53ª edição da revista *Tricontinental*, de 1977, e citado no “Digital Granma Internacional”, em 2 de Novembro de 2005, terá afirmado ao então presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez, que os “serviços de informação [dos EUA] estão muito deteriorados porque só soubemos que os cubanos iam para Angola quando já estavam lá mesmo”; cf. em (<http://granmai.co.cu/portugues/2005/noviembre/juev3/45carlota.html>).

Também numa recente entrevista a um semanário angolano<sup>57</sup> o tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho – e já entretanto afirmado num artigo do Diário de Notícias de 31Julho2005 – terá afirmado que, em Julho de 1975, numa conversa havida com Fidel Castro este o sondou sobre o envio de militares para Angola o que, face às não respostas do líder da revolução portuguesa, Fidel avançou com a “Operação Carlota”<sup>58</sup>, ou seja envio de militares, cerca de 1 semana depois, o que corrobora os factos narrados e assistidos pelo autor.

Tudo porque Agostinho Neto teria solicitado esse apoio a Fidel Castro recordando os ancestrais laços de amizade e cooperação revolucionários que remontavam a Agosto de 1965 quando Che Guevara participou em actos de guerrilha no Congo Democrático e reforçados em 1966 quando Neto, juntamente com o comandante Endo, das FAPLA, se avistou com Castro.

O primeiro pedido de ajuda do MPLA a Cuba aconteceu em Maio de 1975 quando Flavio Bravo, um comandante cubano, se encontrou com Agostinho Neto, em Brazzaville, e este lhe pediu ajuda para transportar um carregamento de armas, além de o sondar sobre a possibilidade de uma ajuda mais ampla e específica mas não claramente qualificada. Cerca de três meses após esse encontro, mais concretamente a 21 de Agosto de 1975, o comandante Raúl Díaz-Argüelles<sup>59</sup>, deslocou-se a Luanda, à frente de uma delegação civil de cubanos, e, nessa altura, Agostinho Neto foi mais claro quanto à ajuda necessária. Nessa altura solicitou o envio dum grupo de instrutores para fundar e dirigir quatro centros de treino militar, dado ter material bélico proveniente do então bloco soviético mas sem homens preparados para o operar, além de um apoio militar mais amplo que seria concretizado conforme a citada entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho a O País.

---

<sup>57</sup> Cf. semanário angolano **O País**, edição nº 24, de 24 de Abril de 2009, página 10.

<sup>58</sup> Segundo Marquez, terão estado estacionados em Angola, cerca de 12 mil cubanos na primeira fase da Operação Carlota que se prolongou até 1976; cf. em <http://granmai.co.cu/portugues/2005/noviembre/juev3/45carlota.html>.

<sup>59</sup> Raúl Díaz-Argüelles, sob o pseudónimo de Domingos da Silva, chegou a Luanda para organizar as FAPLA. Tornou-se no comandante das forças conjuntas FAPLA/Cubanas, sendo morto em Angola, quando uma mina antitanque destruiu o seu blindado, em Ebo, perto do rio Mabassa, Kwanza Sul, em 11 de Dezembro de 1975; o seu nome ficou intimamente ligado à Batalha de Ebo, em 23 de Novembro de 1975, que opôs forças da SADF às forças conjuntas FAPLA/Cubanas; cf. em **CARREIRA**, Iko, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, 1996.

Angola entrava, definitivamente na rota do jogo das duas superpotências e por via disso tornar-se-ia numa das principais peças do xadrez geopolítico da África Austral em confronto com o único factor potencial regional da época e com quem se confrontará, política, militar e diplomaticamente durante mais de 30 anos: a República da África do Sul.

### ***8.3 África do Sul a potência meridional africana na questão angolana***

Conforme já foi referido no capítulo anterior a inicial União Africana, e depois de ter deixado a Comunidade Britânica de onde foi convidado para sair pela indevida anexação da Namíbia, converteu-se na República da África do Sul e tornou-se, ao longo dos decénios, no maior centro potencial da África meridional com capacidade para se tornar numa potência regional.

A posição sul-africana no contexto africano da época já foi suficientemente escalpelizado por diversos autores pelo que se dispensa voltar a esta matéria ainda que, e sempre que o contexto o justifique, o mesmo seja abordado, como o que se passou depois da independência angolana e da guerra-civil subsequente até à Conferência Quadripartida.

Por outro lado já aqui foi referido no início deste capítulo que os sul-africanos estavam em Angola aquando da Dipanda tendo, inclusive abortado, por indicações do departamento de Estado norte-americano um eventual ataque a Luanda nas vésperas da independência.

#### **8.3.1 Angola e a luta anti-apartheid**

Se a República proclamada, ou mais correctamente dito, anunciada, no Huambo foi de curta duração e teve pouco ou nenhuma projecção, já a República Popular de Angola (RPA), proclamada em Luanda acabaria por se tornar na única República reconhecida na Cena Internacional e, por esse facto, a única que mereceu por parte da maioria dos

países africanos o direito a evocar legitimidade política, administrativa, territorial e militar face aos seus vizinhos e face às crises internas que aconteceram entre 1975 e 1992 quando dos Acordos de Bicesse, em Portugal, que permitiram o fim da guerra-civil entre Luanda e a UNITA e balizaram o termo a I República angolana.

Dado que a África do Sul apoiava o seu inimigo interno, a UNITA, a RPA, o movimento que a suportava, o MPLA, as forças internacionalistas cubanas e o aparelho socialista soviético decidiram apoiar as forças anti-apartheid sul-africanas, particularmente o ANC, e emancipalistas namibianas, a SWAPO (*South-West Africa People's Organisation*) tanto por via da abertura de delegações destas organizações em Luanda, como por via de facilidades diplomáticas, como, ainda, através de apoios militares, para actividades subversivas em território sul-africano e namibiano.

Paralelamente, e porque esse apoio não vinha só de Angola, a África do Sul, procurava diminuir eventuais estragos que os mesmos poderiam provocar no seu tecido social e político-administrativo apoiando não só a UNITA, em Angola, como patrocinou a consolidação da RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique)<sup>60</sup> em Moçambique, ou a criação de movimentos políticos brancos racistas que levariam à declaração unilateral da independência da já referida antiga colónia britânica, primeiro, ou o estabelecimento de movimentos mais moderados de maioria negra, depois, no Zimbabué (ex-Rodésia), ou atacando, sempre que a oportunidade o proporcionasse, as diferentes delegações dos movimentos anti-apartheid em diferentes países. Aconteceu em Maputo, como também aconteceu em Lusaka, por exemplo.

---

<sup>60</sup> Apesar da África do Sul estar referenciada como a principal financiadora e apoiante da RENAMO esta foi criada em 1979 pelos serviços de inteligência rodesianos e os primeiros guerrilheiros, cerca de 800 comandados por André Matade Matsangaissa, seu fundador oficial, a combater em Moçambique foram para lá levados pelo Serviço Aéreo Especial da Rodésia. Só em 1980 a África do Sul começou a fornecer armamentos, treino e apoio de comunicações aos guerrilheiros da RENAMO; oficialmente este apoio terminou com a assinatura dos Acordos de Nkomati (ou Inkomati), em 1984, entre os presidentes Samora Machel, de Moçambique, e Pieter Botha, da África do Sul; cf. CLINE, Sibyl W., *RENAMO, em Defesa da Democracia em Moçambique*, 1989.

<sup>61</sup> Sobre a fundação da RENAMO existem diferentes versões consoante as orientações e vontades políticas. Uma das versões e que mais circula, actualmente, em Moçambique, afirma que a RENAMO resulta do Movimento Nacional de Resistência (MNR) de que foi fundador e secretário-geral Evo Fernandes e de que André Matsangaissa era somente um comandante militar. Já Máximo Dias, do partido MONAMO e em entrevista ao Notícias, de Maputo (edição de 27.Jun.2007), afirmou ter sido, juntamente com Matsangaissa, o fundador da RENAMO, mas que abandonou quando se apercebeu dos apoios dos países defensores do Apartheid (RAS e Rodésia). Afonso Dhlakama, o líder da RENAMO, tem sistematicamente afirmado que haveria de contar a verdadeira história do partido da Perdiz (símbolo político da RENAMO) o que ainda não se verificou.

Mas se o apoio de Luanda aos movimentos anti-apartheid, no geral, foi importante para a forte consolidação do aparelho político e militar sul-africano na década de 70 do século XX, mais importante foi a participação dos militares sul-africanos no esforço de guerra que decorria em Angola.

No entanto, o domínio sul-africano, mais especificamente, a sua política racial começa a dar mostras de enfraquecimento o que irá precipitar o fim do regime do Apartheid.

### **8.3.1.1 A queda do Apartheid na África do Sul**

Os bantustões criados em 1971, por iniciativa do então presidente Voster – dez nações tribais independentes<sup>62</sup> –, instaladas em uma área correspondente a 13% do território sul-africano, onde os negros são confinados, que desde sempre viram ser questionada a sua legitimidade dado terem sido, unicamente, reconhecidos pela RAS, começam, também eles, a questionar a sua existência.

O regime branco que governa a Rodésia do Sul entra em colapso e o seu líder, Ian Smith, face às sanções que o governo britânico impõe e que se tornam mais evidentes após as independências das colónias portuguesas, particularmente de Moçambique, aceita entregar o poder à maioria negra.

Se numa primeira fase o regime entrega o poder – mais factual que real – a partidos de maioria negra implantados no País, numa segunda fase e após os Acordos de Lancaster House, esse poder é transmitido aos movimentos e partidos que lutavam no exterior contra o regime segregacionista de Smith. Estava fechado o anel que procurava amordaçar o regime segregacionista sul-africano e obrigar a minoria branca partilhar o poder com a maioria negra.

---

<sup>62</sup> O então presidente sul-africano B.J. Voster (1966-1978), faz aprovar uma série de leis que agravavam a vida segregacionista no País e, entre outras medidas, classifica e separa as populações de maioria negra em diversos grupos étnicos e linguísticos: os estados então criados foram:

Se estes dois factos foram relevantes, mais importante se tornou a quebra que o Partido Nacional registou nas eleições de 1987 tanto à sua direita – o Partido Conservador achava que as políticas do Apartheid ainda eram pouco significativas – quer à sua esquerda com o eleitorado branco a reforçar o peso do Partido Democrático, que desejava a implementação de claras e inequívocas reformas sociais.

Tudo porque em 1984, um forte revolta nos bairros suburbanos das principais cidades sul-africanas, recordando a crise de Sharpeville<sup>63</sup>, terminaram em confrontos sangrentos entre negros e polícia e alguns activistas do ANC e do PAC são detidos ou aparecem mortos. Esta situação leva que o Ocidente, até então crítico, mas hipocritamente acomodado, comece a questionar as políticas sul-africanas e aceitam que sanções sejam aprovadas contra o regime do então presidente Pieter Botha ao mesmo tempo que se inicia uma campanha mundial pela libertação do preso nº 46664, da prisão da ilha de Robben, Nelson Mandela.

A quebra eleitoral do partido Nacional provocou a queda de Botha e, em 1989, Frederik de Klerk ascende à presidência da RAS.

A ascensão de De Klerk ao poder trouxe as mudanças que o Mundo exigia e os sul-africanos aspiravam. Em Fevereiro de 1990, Nelson Mandela é libertado e o ANC, entre outros partidos, vê ser levantada a sua proibição de actividade política. Leis racistas são revogadas enquanto o presidente inicia diálogo com o ANC visando uma transição pacífica para a governação.

Estavam assim criadas as condições necessárias para o fim do Apartheid que, apesar de fortemente criticada pela ala mais conservadora dos sul-africanos, vem a ser confirmada e legitimada em 1992, por um plebiscito, ainda só para brancos, onde cerca de 69% dos votantes se pronunciam pelo fim do Apartheid.

Mas não foi só entre os brancos mais conservadores, que, em 1993, haveriam de criar um partido xenófobo, Frente Nacional Africânder (AWF), se encontravam os seus

---

<sup>63</sup> Em 1960 o ANC leva a efeito uma série de manifestações em Sharpeville, uma das quais resultou na morte de 67 indivíduos o que levou à sua total ilegalização e à detenção, em 1962, do seu então líder, Nelson Mandela.

principais críticos<sup>64</sup>. Também entre os negros surgem resistências às negociações com o ANC e com a “Frente Patriótica”<sup>65</sup>.

O Inkhata, uma organização zulu que mais tarde se transforma em partido, reclama de total legitimidade para ser apresentado como o legítimo representante político dos negros. O líder zulu, o príncipe Mangosuthu Buthelezi, acusa Nelson Mandela de “traição”<sup>66</sup> no que resultará de sangrentos conflitos entre as duas forças políticas negras sul-africanas.

Esta dúbia situação entre a maioria negra agrava-se quando, em 1994, face às ameaças dos líderes bóeres em criarem uma República independente no Transvaal, De Klerk decidiu convocar eleições gerais multirraciais, as primeiras que se realizaram no País, não sem que antes, em 27 de Abril desse ano, às 00,00 horas tivesse entrado em vigor a nova bandeira e hino nacionais depois da antiga bandeira do Apartheid ter sido arriada, ao som do antigo hino, dois minutos antes da “nova Nação”.

Nas eleições que se tiveram início neste mesmo dia (só para doentes, grávidas e deficientes) e de 28 a 29 de Abril, o ANC obteve uma confortável maioria de 62,85% dos votos, conquistando 252 dos 400 assentos da Assembleia Nacional, enquanto o partido Inkhata Freedom (IFP) que se arrogava da legitimidade de representar o maior agrupamento étnico do País, os zulus, não foi além dos 43 deputados correspondendo a 10,54% do eleitorado, sendo, então, somente a terceira força política do País. O Partido Nacional (NP) elegeu 82 deputados, representando 20,39% dos votos escrutinados; os

---

<sup>64</sup> Em Agosto de 1991, e pela primeira vez, Africânderes e polícias brancos confrontam-se na África do Sul resultando em 2 mortos e 48 feridos. ANC solicita a ilegalização do AWF (também reconhecido por *Movimento de Resistência Africânder*) liderado por Terreblanche. Os confrontos verificaram-se em Ventersdorp, durante a convenção nacional do Partido Nacional, liderado por De Klerk (de acordo com arquivo pessoal do autor).

<sup>65</sup> A 27 de Outubro de 1991, o ANC e o Congresso Pan-Africano (PAC) decidiram juntarem-se numa “Frente Patriótica” para terem uma maior base de sustentabilidade política numa próxima reunião constitucional que se iria realizar com o líder sul-africano. Em 21 e 22 de Dezembro de 1991, políticos sul-africanos, excepto a extremas direita e esquerda, reúnem-se para discutir alterações constitucionais na *Conferência para a Democracia na África do Sul* (CODESA); (de acordo com o arquivo pessoal do autor).

<sup>66</sup> Mandela que tinha sido eleito para presidente do ANC no Congresso realizado entre 2 e 7 de Julho de 1991, ameaçou voltar às armas devido ao chamado *Inkhatagate* e que se consubstanciava no apoio do executivo sul-africano ao partido zulu Inkhata, o que levou à demissão de dois membros do Governo, o Ministro da Defesa, Magnus Malan, substituído por Roelof Meyer e o Ministro da Lei e Ordem, A. Vlok, substituído por Kriel Hernus (de acordo com arquivo pessoal do autor).

restantes 23 lugares disponíveis foram distribuídos por outros 4 partidos, entre eles o Democrático (DP), com 7 e o PAC com 5 lugares.

Uma das primeiras medidas dos novos líderes da Nação sul-africanas foi manter algumas das medidas acordadas durante o período de transição. Ou seja, o ANC junta-se ao NP, para formar o governo de unidade nacional, possibilitando a criação do primeiro governo multirracial sul-africano liderado por Nelson Mandela e que tinha De Klerk como segundo vice-presidente (o primeiro vice foi Thabo Mbeki que acumulou o cargo com o de Ministro das Relações Exteriores), enquanto Buthelezi ocupava o cargo de Ministro do Interior, num Governo onde pautavam 18 ministérios detidos pelo ANC, 4 pelo NP e 2 pelo IFP.

Até ao final de 1995, o Parlamento sul-africano aprova dois importantes projectos. Em Novembro de 1994, surge da Lei de Direitos sobre a Terra, restituindo as propriedades às famílias negras atingidas por uma lei de 1913, que destinava 87% do território sul-africano para a minoria branca e proibia os negros de possuir quaisquer terras nessas áreas. Em Junho de 1995, a Lei de Reconciliação e Promoção da Unidade Nacional é aprovada. Esta lei permite seja instituída a Comissão de Reconciliação e Verdade que investigará o período segregacionista e tem poderes para amnistiar crimes políticos ocorridos na vigência do Apartheid e estabelecer compensações às vítimas.

A República da África do Sul dava um passo importante para consolidar a sua posição como a primeira potência regional em África a que não seria alheia a nova Constituição aprovada em 8 de Maio de 1996 (só registou 2 votos contra e 1 abstenção).

Mas se estes foram factos internos mais importantes para o fim do Apartheid, factos externos houveram que contribuíram, também e decisivamente, para o fim do Apartheid e para a mudança do regime político e social sul-africano.



### **8.3.2 O regime de Luanda é questionado internamente**

Em finais dos anos 80, a guerra no território angolano ainda estava longe de estar definida.

Em Luanda tinha acontecido alguns acontecimentos – alguns ainda hoje pouco ou nada clarificados – que condicionaram a vida política e militar do regime implantado com a República Popular de Angola (RPA).

Após cerca de dois anos de independência alguns sectores políticos e militares angolanos, em Luanda, estão – ou emergem como estando – contra algumas políticas do MPLA implementadas no País. Por outro lado as notícias que surgiam da frente militar não eram as mais desejáveis, dado a manutenção e a persistência das forças sul-africanas (SADF) em território angolano e dos combates que se faziam contra as forças rebeldes da UNITA.

#### **8.3.2.1 O 27 de Maio de 1977**

Um dos principais acontecimentos que condicionaram a vida política durante alguns anos – e ainda hoje nunca cabalmente esclarecidos – registou-se em Luanda em 27 de Maio de 1977 que opôs personalidades político-militares de relevo da RPA.

O 27 de Maio é considerado por uns como uma tentativa de Golpe de Estado, por outros como uma tentativa de reposição revolucionária e, por outros nomeadamente pelos serviços de informação afectos ao partido no poder, como um fraccionismo – ou *Intentona Fraccionista*<sup>67</sup> – entre camaradas do mesmo partido e da mesma República.

---

<sup>67</sup> Cf. Miguel FRANCISCO “Michel”, “Nuvem Negra – O drama de 27 de Maio de 1977”, 2007, pág. 7.

Tentemos sintetizar<sup>68</sup> o que foi – ou terá sido – a trágica sexta-feira do 27 de Maio de 1977.

Concretamente ainda há muito por esclarecer e explicar, nomeadamente, o que se passou com os detidos que nunca foram devolvidos nem à sociedade nem, como corpos inertes, às famílias para fazerem o luto respectivo. E quem conhece África sabe como é importante o culto do passamento físico, ou seja, o culto dos mortos e o seu funeral.

Segundo algumas teses teria havido uma tentativa de golpe levado a efeito por um grupo de militares das FAPLA que teria como base de partida uma declaração feita por Nito Alves, em Fevereiro, ao Comité Central e assente nas suas 13 teses<sup>69</sup>; Nito Alves era, à época, o Ministro da Administração Interna e gozava de alguma forte influência junto das camadas mais próximas do revolucionarismo proletário, a grande maioria *“todos muito jovens, emocionais, cheios de expansividade juvenil [que só falavam] das teorias de Karl-Marx, Lênin, Anti-during, Jean Clement, Samora e de tantos outros”*.<sup>70</sup>

Todavia, nunca se registou nenhuma movimentação clara do poder castrense que pudesse atestar esse eventual Golpe, mesmo considerando a ocupação do quartel onde estava estacionada a 9ª Brigada de Infantaria Motorizada<sup>71</sup>, em momento posterior.

O que se passou, posteriormente, foi uma purga interna no MPLA e entre as forças que lhe estavam mais próximas, ou seja, entre *russófilos* e *cubanófilos* que terá tido alguns

---

<sup>68</sup> Sobre esta temática começam a aparecer algumas obras interessantes e que merecem alguma reflexão, destaque-se *“Purga em Angola”* de Dalila e Álvaro **MATEUS**, *“Nuvem Negra – O drama de 27 de Maio de 1977”*, de Miguel FRANCISCO “Michel”, ou *“Holocausto em Angola”* de Américo Cardoso **BOTELHO** e, mais recentemente, *“O Meu Testemunho – a purga do 27 de Maio e as suas consequências trágicas”*, do general José **FRAGOSO** e *O Fraccionismo*, uma edição do Comissariado político das FAPLAS, 1978.

<sup>69</sup> As Teses de Nito Alves (Bernardo Alves Baptista, de seu nome) *“13 Teses em Minha Defesa”* estão apenas no anexo que acompanha este Trabalho/Tese, a partir da pág. Anx-19. Fernando Vumby, cronista político e activista dos Direitos Humanos angolano, actualmente residente em Alemanha, um dos detidos no 27 de Maio, era, à época, Oficial Operativo da Contra Inteligência Militar (CIM) *“sem patente”*, declara, em troca de correspondência com o autor, que, na realidade as 13 Teses não são autoria de Nito Alves mas de um tal indivíduo, antigo comissário político em Cabinda, de nome Pedro Santos.

<sup>70</sup> Vumby afirma que a forte personalidade de Nito Alves levou a que muitos jovens estivessem preparados para o que se falava ir existir e que seria só *“uma mobilização de massas para protesto, para uma manifestação”*; cf. troca de correspondência electrónica havida entre o autor e Vumby.

<sup>71</sup> Desde Agosto de 1976 que havia uma certa efervescência na 9ª Brigada devido a promoções incompreendidas; cf. FRANCISCO “Michel”, Miguel, *op. cit.*, págs. 21 e 22-

desenvolvimentos anteriores, nomeadamente, a 21 de Maio quando, no Estádio da Cidadela, num encontro entre militantes do MPLA e com a presença de Agostinho Neto, Nito Alves, José Van-Dunen, Iko Carreira, entre outros destacados dirigentes do partido/movimento, ficou assente a criação de uma Comissão, referida na introdução às 13 teses de Nito Alves, e que seria liderada pelo então major Eduardo dos Santos para analisar o fraccionismo que já se acusava de haver no seio do MPLA<sup>72</sup>.

Todavia, essa comissão acabou por não só não ter qualquer efeito prático como se constataria com o 27 de Maio nem teria ocorrido as dezenas de vítimas que um significativo número de analistas e ex-detidos afirmam ter ocorrido, quer na Cadeia de São Paulo, quer no Morro da Luz, no CIM feminino, quer nas caves do Liceu Salvador Correia, quer, ainda, em alguns dos campos de concentração criados, particularmente, na região do Moxico<sup>73</sup>.

Mas se 21 e 27 de Maio foram datas importantes, factualmente tudo terá começado alguns meses antes<sup>74</sup> quando intelectuais, utilizando os órgãos comunicacionais oficiais, o Jornal de Angola, a Rádio Nacional de Angola (RNA) e a Televisão Popular (Pública) de Angola (TPA), atacavam as teses nitistas considerando-as demasiadas proletárias e perigosamente próximas do maoísmo bem assim fomentador de um forte racismo evidenciado num programa radiofónico “Kudibanguela” emitido na RNA. Estas críticas vinham desde meados de 1976 quando Nito Alves e outros dirigentes, como José Van-Dúnem, por exemplo, são expulsos dos principais pelouros do MPLA, instalando-se no partido e no País uma situação de mal-estar já completamente indisfarçável, que teve no 27 de Maio a erupção do problema em toda a sua dimensão.

Haviam claras lutas intestinas dentro do MPLA e que tinham, como adiante se verificará apoios directos e antagónicos de russos e cubanos que mostravam as suas mútuas e evidentes divergências nos apoios que forneciam às diferentes correntes político-

---

<sup>72</sup> Cf. troca de correspondência electrónica havida entre o autor e Vumby

<sup>73</sup> Cf. troca de correspondência electrónica havida entre o autor e Vumby, mas que também pode ser constatado nas obras de Francisco “Michel” ou de Dalila e Álvaro Mateus ou em artigos que, normalmente, surgem pelo aniversário do 27 de Maio.

<sup>74</sup> Se o facto importante aconteceu em 27 de Maio, já desde Novembro de 1976 que algumas personalidades, como o historiador Carlos Pacheco, Vicente Fortuna, do Comissariado Nacional das FAPLA e próximo de Bacalof, entre outros, estavam detidos na Cadeia da São Paulo, em Luanda, sob a pretensa acusação, de serem contra-revolucionários.

ideológicas que germinaram no seio do partido no poder na RPA – a maioria personificadas nessa altura por Agostinho Neto e por Nito Alves –, até a manifestações menos proletárias como a simples ganância pelo dinheiro ou pela coisa alheia<sup>75</sup>, o oportunismo e a apetência pelo poder a todo o custo que irá pautar a vida política angolana nos anos subsequentes.

Seguiu-se um período de grande confusão, em que se registaram as mortes de importantes membros do MPLA e do aparelho de Estado, então atribuídas pelo MPLA a adeptos de Nito Alves que, depois de algumas semanas de intensa perseguição – o Jornal de Angola divulgou fotos dos *fraccionistas* conforme imagem abaixo<sup>76</sup> –, é capturado e as suas imagens são mostradas com muita ênfase pela TPA havendo dúvidas quanto à sua autenticidade<sup>77</sup>.



**Figura 4 – (Proscritos do 27 de Maio)**

<sup>75</sup> Cf conversa electrónica com Fernando Vumby, em Anexos.

<sup>76</sup> Imagem recolhida do semanário angolano **Novo Jornal**, edição de nº 71, de 29/Maio/2009, pág. 12.

<sup>77</sup> Um dos produtores da TPA, à época, que solicitou a omissão da sua identidade, dado ser militante do PCP e ainda estar ligado aos meios de comunicação social próximos do actual Governo angolano, atestou isso mesmo, afirmando que muitas das imagens utilizadas então foram “*fabricadas*” e “*manipuladas*” como forma de “*autenticação dos factos*” sob a supervisão da DISA e do CIM, que muitas vezes se confundiam. Também Vumby, nas conversas havida com o autor, ou Francisco “Michel”, *op. cit.* isso o afirmam.

Porque, como recordava, o jornalista Vítor Silva, Director do Novo Jornal, “*não é por não abordar os assuntos que eles deixam de existir, pretendendo-se passar uma borracha pela história quando, na realidade, ela está cheia de borrascas*”<sup>78</sup>, só recentemente o MPLA, crio que em 2002, afirmou numa declaração por causa do 27 de Maio, que teriam sido julgadas, condenadas e fuziladas apenas 11 pessoas, consideradas directamente implicadas no fraccionismo. Entre os mortos “oficiais”, próximas ou contrárias ao “golpe nitista”, estão pessoas como Nito Alves, Sita Valles (companheira de Nito), Ademar Valles, Rui Coelho, José Van-Dunen, Saydi Mingas, Hélder Neto<sup>79</sup>, Eugénio Veríssimo da Costa “Nzaji”, etc.

### **8.3.2.2 A força do Poder**

Se o 27 de Maio foi o início, ou o apogeu, de uma purga nunca bem contada nem devidamente esclarecida, o período que se seguiu fortaleceu o poder então vigente em Luanda.

Como foi dito no ponto anterior, as clivagens dentro do MPLA eram significativas e evidentes. Mas mais evidentes eram as clivagens entre aqueles que se apoiavam no internacionalismo cubano<sup>80</sup> e os que bebiam do apoio russo-soviético ou que viviam do “comércio” com os sul-africanos<sup>81</sup>. De registar, no entanto, que Nito Alves, nas suas já

---

<sup>78</sup> Editorial do **Novo Jornal**, edição 71, de 29.Maio.2009

<sup>79</sup> Relativamente a Hélder Neto, reconhecido como “poeta polícia” e dado como morto pelos *fraccionistas*, o deputado e escritor Adriano Botelho de Vasconcelos (ABV), em artigo publicado na edição 320, do Semanário Angolense (13/20-Junho-2009, págs. 22 a 24), afirma que Neto não foi morto mas que se suicidou na madrugada de 26 de Maio o que indica que já havia uma clara perseguição a personalidades que não estavam ligados à ala netista como é o caso de ABV, hoje destacado deputado do MPLA, detido em Novembro de 1976, por ordem da DISA (Direcção de Informação e Segurança de Angola), e que foi sujeito a torturas para assinar um “Auto de Declaração” que atestava a “sua culpa”. Depois do 27 de Maio foi colocado numa cela da Cadeia de São Paulo, a “Cela C” de onde saíram alguns dos muitos ministros do MPLA da II República. ABV era à época, comissário político das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) e, mais tarde foi adido cultural, em Portugal; além de deputado é, actualmente, o secretário-geral da União de Escritores Angolanos.

<sup>80</sup> Vumby afirma que uma das divisas do CIM era a que havia sido fornecida pelos instrutores cubanos, em inícios de 1976, era “*defender Neto era defender la revolucion angolana*”.

<sup>81</sup> Fernando Vumby, numa obra que se encontra a ultimar, mas que facultou alguns dados em conversas electrónicas havidas com o autor, acusa algumas personalidades do Governo e do MPLA de terem mantido relações comerciais muito proficuas com o regime e militares sul-africanos considerados, à

citadas “*13 Teses em Minha Defesa*”, acusa também a CIA, representada por um agente de nome “Umpoyo”, além de outros identificados por siglas, de ser conivente com os problemas que vinham surgindo desde inícios de 1977 em apoio ao totalitarismo e arbitrário da DISA, os serviços de segurança da RPA<sup>82</sup> e preparando, segundo Nito Alves, um “golpe de direita”.

Segundo algumas fontes recentemente contactadas em Angola, e outras que estão fora do País desde esse período, é prematuro e abusivo afirmar que houve movimentações das forças da RPA, as FAPLA, porque caso isso tivesse acontecido, nomeadamente a 9ª Brigada mesmo que eventualmente infiltrada por pessoas afectas a Nito, como afirmaram alguns dos elementos próximos do Poder, nada nem ninguém, segundo oficiais próximos das ex-FAPLA, teriam conseguido parar o Golpe. E a 9ª Brigada não saiu para a rua embora conste que tenha abrigado alguns membros próximos de Nito o que levou à detenção de alguns deles membros da Brigada razão, talvez, porque foi toda substituída por militares cubanos<sup>83</sup>.

Ainda assim, foi evidente a presença de militares nas ruas quer no 27 de Maio quer nos dias subsequentes.

Segundo algumas fontes a maioria dos militares que se viam na cidade eram cubanos o que é corroborado, em parte, no livro “*Purga em Angola*”<sup>84</sup> onde a dada altura os autores recordam o eventual envolvimento do KGB/União Soviética e do Partido

---

época, os seus maiores inimigos. Vumby, enquanto operacional do CIM terá detido algumas dessas individualidades, bem assim documentos comprometedores, mas nunca se apercebeu de qualquer julgamento ou da divulgação dos citados documentos, antes pelo contrário. As trocas comerciais incidiam, essencialmente, em compra de tecnologia para determinados “*empreendimentos fantasmas*”, sob a cobertura de pessoas próximas do poder, e pagas em diamantes.

<sup>82</sup> Nito Alves cita o agente e um relatório, presume-se de origem norte-americana e enviado a todos os membros do Bureau Político do MPLA, no ponto 6º das “*3 Teses em Minha Defesa*”; DISA os serviços de segurança internos era reconhecida pelas suas atitudes arbitrárias muito próximas dos organismos similares criados em países totalitários.

<sup>83</sup> Miguel FRANCISCO “Michel” em entrevista a Vera Magarreiro, da Agência Lusa e citada pelo portal noticioso lusófono **Notícias Lusófonas**, confirma a presença de soldados cubanos na Brigada onde só haveriam dois angolanos, um dos quais, o entrevistado, acabou preso e levado para o Moxico onde cumpriu 3 anos de detenção sem que fosse alguma vez ouvido por algum Tribunal; (<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=17978&category=Entrevista>)

<sup>84</sup> Cf. em MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro, “*Purga em Angola – Nito Alves, Sita Valles, Zé Van Dunem, o 27 de Maio de 1977*”, 2007

Comunista Português (PCP)<sup>85</sup> – Lúcio Lara terá, em Outubro de 1976 acusado Sita Valles de ser membro do PCP e estar à frente de um grupo de comunistas portugueses que estariam em Angola para desestabilizar e controlar o MPLA – pelo lado dos elementos afectos ao “golpe nitista” e do papel efectivo e decisivo de Cuba no apoio à ala do poder, ou seja, à ala afecta ao presidente Agostinho Neto bem assim na repressão que se seguiu. Esta tese tem sido cada vez mais aceite a sustentada por conversas e troca de informações que o autor foi tendo durante a recolha de elementos para a elaboração da presente Tese.

Também Iko Carreira acusou os soviéticos de terem estado por detrás da crise, denunciando, nomeadamente, dois secretários do então adido militar soviético em Luanda e de terem dado guarida a Nito Alves na sequência do pretendo falhanço do Golpe o que parece ser desmentido por terceiros que terão filmado a detenção de Nito Alves algures a norte de Luanda após denúncia de um cidadão.

Isto contraria versões segundo o qual Nito Alves estaria marcado desde a véspera do Golpe quando Neto parece ter exigido uma retracção de Nito Alves e José Van-Dunen o que estes terão recusado e ouvido de Neto que “*não se responsabilizava pela sua integridade física*”.

A presença dos cubanos apoiar a ala afecta a Neto e ao MPLA não-nitista fez-se igualmente sentir na tomada da RNA impedindo informações que pudessem dizer ao povo e ao extinto Poder Popular, criado ainda antes da independência por Nito Alves e Lúcio Lara<sup>86</sup>, que a revolução estava no Poder.

---

<sup>85</sup> Lúcio Lara terá, em Outubro de 1976 acusado Sita Valles de ser membro do PCP e estar à frente de um grupo de comunistas portugueses que estariam em Angola para desestabilizar e controlar o MPLA exigindo a sua expulsão do país bem assim de todos os que tivessem ligados ao PCP. Isto colocá-lo-ia em perigo dado que tanto ele como Agostinho Neto teriam sido, também militantes do PCP; cf. **MATEUS** e **MATEUS**, op. cit., 2007, pág.73 e reconfirmado por **ROCHA**, Edmundo, “*Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo Moderno Angolano (período de 1950-1964)*”, 2003, págs. 262 a 263.

<sup>86</sup> A primeira vez que o autor ouviu falar num eventual Poder Popular, e apesar de Nito Alves nas suas “13 Teses” dar entender o contrário, aconteceu durante um comício que contava com a presença de Lúcio Lara no antigo Bairro do Golfe a norte do Aeroporto de Luanda. O Poder Popular terá sido extinto após uma reunião do Comité Central onde, entre outros, Onambwa, teria questionado da sua pertinência dado ser uma “ideia esquerdista dos portugueses”; no entanto esta ideia já vinha sendo equacionada através de editoriais do Jornal de Angola, desde Janeiro de 1976; cf. em “*13 Teses para a Minha Defesa*” nos Anexos.

Esta situação pretensamente anti-soviética teria resquícios às tomadas de atitudes do poder sedado em Moscovo que nunca viu Agostinho Neto como um líder que lhe era muito próximo dado a sua eventual e hipotética equidistância nas questões sino-soviéticas que o PCUS nunca viu com bons olhos.

Daí ao eventual apoio soviético a Nito Alves terá sido um passo que só abortou devido à pronta intervenção cubana em apoio a Agostinho Neto o que cimentaria a sua posição nos aparelhos do Estado e militar angolanos que só seria parcialmente anulado em Dezembro de 1988 com a assinatura do acordo obtido na Conferência Quadripartida de New York após a batalha de Cuito Cuanavale, em Março de 1988, quando as forças conjuntas FAPLA/Cubanas quase obrigaram as Forças de Defesa Sul-africanas (SADF) a se retirar de Angola depois dos diversos acordos celebrados, nomeadamente, em Lusaka, em 1984.

Apesar das vicissitudes que a vida institucional angolana, em geral, e o MPLA, em particular, passam, este partido decide, em definitivo, abraçar o marxismo-leninismo e, em Dezembro de 1977, no I Congresso, adopta a denominação MPLA-Partido do Trabalho (MPLA-PT), que se manterá até 1991, embora, anos passados e como adiante verificaremos, seja, de novo, alterado.

### **8.3.2.3 Acordos de Lusaka, de Fevereiro e Junho de 1984**

Vários acontecimentos aconteceram na região austral de África – e no Mundo (com especial destaque na Europa) –, em geral, e em Angola, em particular, que levou os sul-africanos a abandonarem não só a política do Apartheid como, principalmente, saírem de Angola e deixarem de apoiar a UNITA na sua luta contra o regime de Luanda.

Se em Luanda a vida política, administrativa e militar não eram das melhores – além de defrontar a UNITA, o regime de Luanda sentia dificuldades internas, recordemos o 27 de Maio de 1977, como já foi analisado – na Europa, em particular, alguns factos aconteceram que mudaram não só o curso do movimento militar em Angola como, paralelamente, o sistema político vigente no extremo sul de África.



Só que antes dos acontecimentos europeus que iriam ajudar mudar o curso da vida política e militar no cone austral a crise de 27 de Maio que ajudou a cimentar a força cubana no aparelho institucional angolano e a morte de Agostinho Neto, num hospital de Moscovo,, devido, segundo consta, embora haja autores que questionem essa razão, por motivos de doença, provocaram algumas movimentações político-militares em Angola.

José Eduardo dos Santos, um engenheiro de petróleo formado na União Soviética, na época da crise do 27 de Maio, major das FAPLA e Presidente da Comissão de Inquérito a Nito Alves, em Fevereiro de 1977<sup>87</sup>, e que já tinha sido nomeado para a vice-liderança do país, ascende ao cargo de Presidente da RPA<sup>88</sup>.

A política norte-americana passa por diferentes inflexões quanto às suas relações com Angola; uma, em Dezembro de 1975 e ainda durante a administração de Gerald Ford o Senado norte-americano aprova uma resolução, a “*Emenda Clark*”, que proíbe o apoio a movimentos anticomunistas em Angola, nomeadamente à FNLA e à UNITA (não esquecer que a prospectora e produtora de petróleo norte-americana *Cabinda Gulf Oil* mantinha-se operativa em Cabinda apesar das sucessivas administrações norte-americanas serem hostis a Luanda), embora sem que esse apoio tenha deixado de existir, nomeadamente desde 1977; e outra quando a Emenda é revogada, em 1985, na administração de Ronald Reagan e na altura em que a União Soviética começa a sentir a implosão.

Entretanto nesse período angolanos e sul-africanos tentaram algumas aproximações quer através de contactos indirectos quer por via de contactos directos entre Eduardo dos Santos e dirigentes sul-africanos, nomeadamente em Cabo Verde, em Dezembro de 1992, em Kinshasa e em Lusaka – aqui mais de uma vez –, a maioria sem conhecimento prévio das administrações norte-americanas, nomeadamente do sub-secretário para os Assuntos Africanos, Chester Crocker, que tinha mediado os Acordos de Lusaka, em

---

<sup>87</sup> Cf “*13 Teses em Minha Defesa*” nos Anexos.

<sup>88</sup> Pode-se aceder à biografia oficial de Eduardo dos Santos, através do portal da embaixada de Angola em Argélia ([http://www.amb-angola.gov.dz/index.php?option=com\\_content&task=view&id=13](http://www.amb-angola.gov.dz/index.php?option=com_content&task=view&id=13)).

Fevereiro de 1984<sup>89</sup>, que previa, na linha do previsto na Resolução 435<sup>90</sup>, do Conselho de Segurança, de 1978, a independência da Namíbia e retirada das forças da SWAPO para Norte da região fronteiriça entre o Cunene e Namíbia, e confirmado em Junho de 1984.

Apesar destes acordos, em 1987 a África do Sul decide apoiar fortemente a UNITA e impede que a coligação FAPLA/Cubanos ocupe a região da Mavinga e o seu aeródromo, onde a UNITA está sediada e recebe parte substancial do apoio militar, e obriga a coligação a recuar para Cuito Cuanavale onde se dá a maior batalha militar da I República e onde as forças de coligação impõem o já citado recuo das forças SADF/UNITA o que irá permitir seja assinado um Acordo que previa a independência da Namíbia e a retirada das forças cubanas de Angola.

#### **8.3.2.4 Conferência Quadripartida de New York**

Os Acordos, assinados em New York, em 22 de Dezembro de 1988, aconteceram na sequência do Protocolo de Brazzaville, de 13 de Dezembro desse ano, e tiveram como complemento o Acordo Bilateral Angola-Cuba do mesmo dia. Previam a retirada das forças cubanas de Angola e a independência da Namíbia, embora, e durante uns anos, o porto de águas profundas de Walvis Bay, ficasse sob administração sul-africana, o que aconteceu até 28 de Fevereiro de 1994<sup>91</sup>.

---

<sup>89</sup> Entrevista de Piero Gleijeses, autor de “*Conflicting Missions – Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*” ao Jornal de Angola e citado pelo portal da Embaixada de Cuba em Angola, afirma com detalhes essa reunião entre Eduardo dos Santos e o chefe dos Serviços de informação sul-africano, em Junho de 1984, onde a matéria Namíbia e o apoio à SWAPO foram escarpelizados. Esta matéria faz parte de uma obra de Gleijeses que deverá ser ainda publicada em 2009.

Este Acordo surge na sequência da *Batalha de Cuvelai*, província do Cunene, Angola, em Dezembro de 1983, a *Operação Askari*, que opôs forças da SADF às das FAPLA/Cubanos e PLAN, o braço armado da SWAPO. Nessa batalha terão perecido cerca de 324 da coligação e 21 sul-africanos além de inúmeros civis que foram expatriados para a Namíbia pelas forças da SADF, nomeadamente, pelo Batalhão32, ou *Batalhão Búfalo* que integrava, também, angolanos; cf. Martinho Júnior, in **Actual**, edição 412, de 11 de Setembro de 2004.

<sup>90</sup> Esta foi uma das principais vitórias do *Grupo de Contacto*, criado em 1977, que agrupava os *Países da Linha da Frente*, os países ocidentais que então tinha assento no Conselho de Segurança (Estados Unidos, França e Reino Unido, como membros permanentes, e a Alemanha e o Canadá) bem assim a África do Sul.

<sup>91</sup> Walvis Bay foi sempre um enclave anglófono em território namibiano, mesmo quando esta estava sob dominação alemã. Em 1910 passou a fazer parte da recém-criada União Africana contra a vontade dos

Depois da realização de eleições pré-constitucionais (legislativas e presidenciais) realizadas em 16 de Fevereiro de 1990, onde se registou uma vitória da SWAPO – cerca de 57% dos votos escrutinados – e a eleição de Sam Nujoma para futuro primeiro presidente, tendo relegado para um segundo plano a conservadora e pró-sul-africana DTA (Aliança Democrática do Turnhalle)<sup>92</sup>, a Namíbia ascende à independência em 21 de Março de 1990 e as forças cubanas iniciam a sua retirada em 1989, sob a supervisão da UNAVEM (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola), criada sob os auspícios do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que deveria estar terminada em 1991, na supervisão da UNAVEM II<sup>93</sup>, entretanto criada pela Resolução 696 do Conselho de Segurança da ONU, de 30 de Maio de 1991, na constância dos Acordos de Paz de Bicesse, Portugal, assinados entre a RPA e a UNITA.

## **9 A II República e a emergência de uma nova potência**

Com a assinatura dos Acordos de Paz de Bicesse – oficialmente reconhecido como *Protocolo de Bicesse* –, entre o MPLA e a UNITA, o sistema político em Angola alterou-se radicalmente.

O MPLA, em finais de 1991, abandona a ideologia marxista-leninista e com ela deixa cair da sua denominação a sigla PT adquirida no I Congresso<sup>94</sup> ao mesmo tempo que faz aprovar na Assembleia Popular a adopção para o país o sistema multipartidário que iria

---

alemães, potência colonial, e integrada no sudoeste Africano por quando do Mandato de Tutela que os sul-africanos receberam após a Guerra de 1914-1918 e conferido pela Liga das Nações.

<sup>92</sup> Em meados de 1994, a Namíbia foi a eleições legislativas onde a SWAPO que obteve 74% dos votos, não conseguindo, porém, eleger os necessários 2/3 dos deputados para poder alterar a Constituição em vigor. A DTA não foi além dos 21% e a democrática UDF ficou-se pelos 3% dos lugares elegíveis.

<sup>93</sup> A UNAVEM II além de confirmar a saída dos últimos cubanos previa também o controlo do processo de desarmamento dos exércitos das FAPLA (RPA/MPLA) e FALA (UNITA) e a criação do exército único, as Forças Armadas de Angola (FAA). Simultaneamente deveria supervisionar a desminagem do País, prover auxílio humanitário e facilitar a extensão da autoridade do Estado por todo o território angolano. Mais tarde surge a UNAVEM III que seria substituída pela MONUA.

<sup>94</sup> No entanto, e conforme se pode atestar nos anexos “Boletim de Voto” (pág. Anx-214), nas eleições legislativas de 2008, o MPLA deixou de incluir na sua denominação a indicação de Movimento Popular de Libertação de Angola, passando a ser, segundo explicações fornecidas em sede da Comissão Nacional de Eleições (CNE), somente e por alteração notarial de que não fez prova documental, MPLA; conforme entrevista a um dos representantes da UNITA que esteve em contacto permanente com a CNE.

levar à realização de eleições legislativas e presidenciais prevista na vigência do Acordo de Paz.

A UNITA aceitou depor as armas e apresentar-se às urnas onde, tudo se conjugava, poderia obter uma significativa vitória eleitoral. E assim o pensavam, também, os EUA que mais influenciaram o partido do “Galo Negro” a aceitar os Acordos de Bicesse depois dos falhanços que tinham sido os de Gbadolite, propostos pelo presidente do então Zaire, Mobutu Sese Seko.

### ***9.1 Acordos de Gbadolite***

Gbadolite, terra natal de Mobutu, estava a ser preparada, há um tempo, para vir a ocupar o lugar de capital do Zaire. Era ali que o presidente zairense recebia os mais altos dignitários e onde tentava manobrar as diferentes sensibilidades que se movimentavam na África Central e Centro-meridional, aproveitando-se do facto da África do Sul estar a recuperar dos anos do Apartheid e cimentar a sua nova política de não-ingerência resultante dos Acordos celebrados em New York e das políticas de abertura que o presidente De Klerk estava a implementar no país e que lhe valeria, em 1993, juntamente com Mandela, o Prémio Nobel da Paz.

Mobutu que, até 1981, com o dismantelamento militar e político da FNLA, se tinha aproximado de Luanda e do Governo da RPA, começou a sentir dificuldades políticas com o Governo da RPA devido à sua permanente ajuda à UNITA, depois de para isso ter sido instado a fazê-lo pelos EUA. Por outro lado, o Governo zairense começava a implementar mais fortemente o seu apoio à FLEC na luta pela secessão do enclave de Cabinda.

Ou seja, Luanda tinha, uma vez mais, junto das suas fronteiras um novo perigo para a manutenção do *status quo* militar da época. Além de se preocupar com os ataques das forças da UNITA apoiadas pelas SADF, tinha de se haver com os ataques à sua principal fonte de riqueza, o petróleo que jorrava em Cabinda além de não confiar num estadista que, entretanto, tinha adquirido o estatuto de interlocutor privilegiado junto da

UNITA quando, em 1986, o Zaire se torna no principal veículo de passagem dos diamantes que a UNITA vendia para o exterior visando suportar o seu esforço de guerra.

Face a esta situação e sabendo que Luanda e Pretória andavam em negociações secretas visando uma alteração no papel que a África do Sul tinha no desenrolar da guerra em Angola, Mobutu insinua-se junto dos dois inimigos e propõe-se assumir o papel de mediador, o que vai acontecer em 1989, e chama os dois líderes angolanos a Gbadolite.

E aqui aconteceram factos importantes que levaram Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi a assumirem como válido o acordo que, em princípio, estava a ser apresentado a ambos pelo presidente zairense.

Numa conversa que o autor teve, em 1982, com um então responsável político português e actualmente com um cargo de relevo na União Europeia, uma interessante conversa onde ficou a saber alguns desses factos.

Porque o autor não solicitou a prévia autorização ao interlocutor, não serão divulgados pormenores dos encontros. Ainda assim, pode o autor afirmar, citando do referido responsável, que Mobutu apresentou sempre duas versões diferentes, conforme as sensibilidades em presença, aos dois adversários – que nunca se encontraram frente-a-frente durante as reuniões de Gbadolite – dando a informação que o opositor tinha aceite as propostas por ele apresentadas e que iam de encontro à vontade do interlocutor do momento.

Ou seja, e sintetizando, dizia a Eduardo dos Santos que Savimbi aceitava-o como Presidente e reconhecia a República Popular de Angola e tudo o que dela emanava; enquanto, por sua vez, atestava a Savimbi que o que este tinha solicitado tinha sido quase integralmente aceite.

Esta situação, apesar do Acordo ter sido rubricado pelas partes na presença de 18 Chefes de Estado e de Governo africanos, acabou, mais tarde, por ser detectada e naturalmente, e uma vez mais, foram denunciados por ambas as partes, com elas

acusando-se, mutuamente, de violações ao supostamente acordado em Gbadolite. Em Maio, sob os auspícios de Portugal e o apoio dos EUA e da União Soviética dá-se, então, a assinatura do protocolo de Paz, em Bicesse, que teve o seu balão de ensaio na reunião havida, em 1982, com o I Congresso dos Quadros Angolanos no Exterior onde as duas entidades em confronto estiveram, na sessão de encerramento em locais de destaque e quase lado a lado.

## ***9.2 De Bicesse à II República***

Se Bicesse trouxe a Paz a Angola trouxe também a emergência de uma nova República, multipartidária, e a promessa de um exército único, de eleições legislativas e presidenciais, de um novo País.

Vários factores externos conjugavam para que isso se tornasse uma realidade.

Na Europa e na sequência da queda do “*Muro de Berlim*”, em 1989, a União Soviética implodia e todo um sistema político que tinha suportado várias revoluções em África e na Ásia e América latina desmoronava-se. Para uns, era o “*fim do comunismo*”<sup>95</sup>, para outros estávamos perante o “*fim da História*”<sup>96</sup>.

Na RAS como já foi dito, começavam a ocorrer alterações políticas, que teriam o seu apogeu nas primeiras eleições multirraciais de 1994, e com aquelas uma das partes em conflito deixava de ter apoios significativos para manter uma guerra. Por outro lado, na Namíbia a SWAPO obtinha uma confortável vitória eleitoral que serviria, também ela, de tampão a possíveis retornos a um forte aparelho militar por parte da UNITA.

Ou seja, tudo se conjugava para que a Paz tivesse entrado em Angola e para ser cimentada.

---

<sup>95</sup> Zbigniew **BRZEZINSKI**, de ascendência polaca, foi, entre 1977 e 1981, Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA durante a administração de Jimmy Carter, abordou esta questão na sua obra *The Soviet Political System: Transformation or Degeneration*, 1993

<sup>96</sup> **FUKUYAMA**, Francis “*O Fim da História e o último Homem*”, 1992.

Só que uma coisa é o que o papel apresenta, outra, bem diferente, a vontade das partes e os resultados eleitorais que não foram conforme alguns sectores políticos previam e aspiravam.

É certo que as mesmas tiveram o apoio técnico das Nações Unidas, através do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e da supervisão da recém-criada UNAVEM II.

Todavia logo na duas primeiras fases do acto eleitoral, ou seja, no registo dos eleitores entre de 20 de Maio a 10 de Agosto de 1992 e na campanha eleitoral, de 29 de Agosto a 28 de Setembro, se percebeu quanto as duas restantes (eleição e contagem de votos e eventuais reclamações) deveriam ter sido bem perscrutadas e acompanhadas.

Logo no recenseamento se constatou que os cidadãos eleitores, por razões diversas e diferentes, eram, com algum significado, inferiores ao expectável (registaram-se cerca de 4,86 milhões de eleitores num universo que era previsto ser bem superior a 5,3 milhões) conforma as próprias Nações Unidas o reconheceram apesar de, ainda assim, ter sido considerado, tendo em consideração todos os condicionantes em presença, muito aceitável.

Todavia, a campanha eleitoral, e apesar dos constrangimentos ocorridos durante a mesma, naturais num primeiro acto e na sequência de uma fraticida crise militar, como intimidações por parte de agentes de alguns partidos políticos e de dificuldades de acesso a certas áreas, particularmente as controladas, na altura, pela UNITA que ainda não tinha visto acolhidas algumas das suas expectativas, decorreu sem incidentes relevantes susceptíveis de comprometer o processo eleitoral.

Mesmo o processo eleitoral, ocorrido nos dois dias da votação, mostraram um eleitorado consciente e, assim tudo o fazia crer, adulto ao apresentarem-se de forma ordeira e pacífica, demonstrando ao Mundo que os escrutinava, um extraordinário exemplo de civismo e cidadania.

Note-se que numa declaração oficial, a então Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Margaret Anstee, reconheceu que, *“da mesma forma como haviam procedido aquando do registo eleitoral, os angolanos, uma vez mais, mostraram uma extraordinária determinação, paciência e disciplina, tendo em muitos casos aguardado longas horas para votarem”*.

Ou seja, e uma vez mais, tudo se conjugava para que a paz estivesse a caminho de uma estabilidade e solidificação naturais.

### **9.2.1 As eleições de 1992 resultam na II Guerra fratricida**

No entanto, a contagem de votos e as sucessivas denúncias que começaram a surgir, e registre-se que o primeiro denunciante foi a FNLA, aliados aos atrasos que as mesmas principiavam apresentar começaram a perigar os resultados do acto eleitoral e quando, finalmente, foram divulgados os resultados eleitorais legislativos e presidenciais, a UNITA contestou-os evocando várias anomalias processuais e eventuais significativas fraudes. De registar que de uma clara vitória numa primeira volta, inicialmente anunciada, José Eduardo dos Santos viu a mesma ser alterada para uma disputa em segunda volta com o segundo mais votado, ou seja, com Jonas Savimbi<sup>97</sup>.

Tudo natural como afirmaria a senhora Anstee devido, segundo ela, *“à vastidão do país, as infra-estruturas de comunicação destruídas e o facto de que foi pela primeira vez que se realizaram eleições em Angola”*<sup>98</sup> daí que aceitasse que a Assembleia Popular tivesse prorrogado, e por vários períodos, até 17 de Outubro a divulgação definitiva dos resultados que deram uma clara vitória ao MPLA, com 129 lugares, seguido da UNITA, com 70 deputados, do PRS, com 6 assentos, da FNLA com 5, do PLD com 3 e de sete outros partidos com apenas um deputado cada.

---

<sup>97</sup> Os resultados finais das presidenciais deram 49,6% para Eduardo dos Santos e 40,1% para Jonas Savimbi; posteriormente, os números divulgados davam 47% para dos Santos e 42% para Savimbi.

<sup>98</sup> Ver em **Angola Digital News**, de Agosto de 2008, sob o título *“Eleições legislativas de 1992 – Retrospectiva”* ([http://www.angoladigital.net/digitalnews/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5332&Itemid=40](http://www.angoladigital.net/digitalnews/index.php?option=com_content&task=view&id=5332&Itemid=40))



Na divulgação dos resultados as Nações Unidas, em declaração pública emitida pela sua representante especial, a senhora Anstee, declaravam que as eleições tinham sido livres e justas, apesar de algumas irregularidades processuais devidas, sobretudo, a erros humanos e à in experiência dos eleitores e legisladores angolanos, e que não constatarem ter havido *“evidência de fraude sistemática ou generalizada ou de que as irregularidades fossem de uma magnitude que pudesse ter efeito significativo sobre os resultados oficialmente anunciados no dia 17 de Outubro, nem sequer, tendo em vista a sua natureza ocasional, se poderia determinar que tais irregularidades tivessem penalizado ou beneficiado um só partido ou conjunto de partidos”* e que o acto eleitoral tivesse o seu natural desfecho com a realização da *“segunda volta das eleições presidenciais”*<sup>99</sup>.

Só que as primeiras eleições multipartidárias, realizadas a 29 e 30 de Setembro de 1992, mostraram quanto tinha sido precipitada a sua realização porque não se tiveram em conta, aqueles que deviam ter sido os primeiros beneficiários directos da independência e do desenvolvimento que se pretendia alcançar, o Povo e as suas representações, associações e as organizações não governamentais, incluindo as Igrejas, e por azar do destino, novos partidos políticos que emergiram do espírito da nova era de abertura política, todos ficaram de fora. O destino do País passou a depender de dois oponentes que eram mais inimigos que actores de uma nova era de democracia. Mais uma vez, as pressões externas, acreditando no seu poder de impor processos pela via da força, encorajaram, não somente as negociações bipolarizadas, como uma calendarização que minimizou a importância de um profundo exercício de reconciliação nacional que passava por, entre outros factores, não desprezar:

- a.* uma divisão quase efectiva, do campo mineral de Angola, com o petróleo a ser detido hegemonicamente pelo Governo da RPA e os diamantes sob disputa dos dois inimigos (Governo da RPA e a UNITA e seus aliados);
- b.* influência externa dos aliados beneficiadores da conjuntura económica do País e dos seus principais produtos exportáveis (petrolífera e diamantífera), mais ditada pela concorrência destes produtos no Mercado internacional que pelas necessidades do povo Angolano;

---

<sup>99</sup> Idem, ibidem.

- c. a confrontação e reconhecimento de duas economias paralelas de guerra (incluindo a venda de armas) e a respectiva internacionalização do conflito; Margareth Anstee recordou que Angola foi uma “*vítima da guerra-fria*”<sup>100</sup>;
- d. o papel não poucas vezes ambíguo e conluiado da Comunidade Internacional que se reflectiu nas decisões e acções das Nações Unidas, com relação a sua mediação em Angola, colocando em perigo tanto vidas humanas como o futuro de todo um País. Outras experiências já ocorridas no continente africano podiam e deviam ter sido lições úteis que foram esquecidas;
- e. a não conclusão da fusão dos dois exércitos em presença e o desarmamento e desmantelamento dos excedentes (pessoas e armas), que haveria de precipitar um efectivo retorno à guerra, principalmente quando o resultado da eleições foi contestado por um dos concorrentes ao poder, a UNITA; e este facto foi uma lição importante quando a Paz sobreveio dez anos depois e, posteriormente, se efectuaram novas eleições;
- f. finalmente, todos se esqueceram que as eleições não poderiam ser vistas como o melhor método para “*resolução de conflitos*” mas um instrumentos colocado nas mãos dos cidadãos para “*consolidação da paz e de unidade nacional*” desde que o acto seja feito “*através do seu voto soberano, sincero e autêntico, livre e secreto*” e vise, directa ou indirectamente, uma “*mudança do sistema e do regime político em Angola*” como recordou, recentemente, Paulino Pinto João num seminário organizado pela CICA<sup>101</sup>.

Estavam lançados os dados para a crise que se seguiu e que resultou em inúmeras e incontáveis vítimas, nomeadamente, entre militantes da UNITA que estavam em

---

<sup>100</sup> Normalmente os conflitos em África eram sempre conotados coma problemática confrontacional Leste/Oeste esquecendo-se, a maioria dos analistas que também poderiam haver questões locais e africanas que nada tinham com aquela problemática, ou seja, como seja os *interesses africanos*, como recordava o antigo presidente Museveni, do Uganda, e evocada por Adriano MOREIRA, “*O futuro africano*”, num artigo de opinião no **Diário de Notícias**, de 26 de Maio, de 1992, página 9.

<sup>101</sup> **JOÃO**, Paulino Pinto, “*Eleições: Instrumento para legitimação do Poder rumo à Consolidação da Paz*”; tema apresentado na Conferência Nacional da CICA sobre a “*Contribuição da Igreja na Consolidação do Processo de Paz*”, realizado em Luanda, entre 27 e 30 de Junho de 2003.

Luanda e que procuraram fugir para a “natural” zona de influência, ou seja, para o Sul e leste de Angola.

Alguns dos seus principais militantes foram barbaramente assassinados sem que a comunidade internacional pudesse – ou tivesse tido oportunidade – de impedir o que se seguiu. Ressurgia o fantasma dos massacres de Pica-pau e de Sambizanga, ocorridos no período pré-independência e que mereceram, à época, os mais desconfortáveis comentários e análises sem que a comunidade Internacional e Portugal, em particular, nada tivessem feito.

Registe-se que nunca foi cabalmente esclarecido em que circunstâncias efectivas aconteceram os incidentes que acabariam com a Paz emergente com II República e que fizeram ressurgir o fantasma dos massacres de Pica-Pau e de Sambizanga<sup>102</sup>, ocorridos no período pré-independência e que mereceram, à época, os mais desconfortáveis comentários e análises sem que a comunidade Internacional e Portugal, em particular, nada tivessem feito

As acusações foram mútuas e não se enquadram neste matéria em análise excepto pelo facto de com a saída da UNITA da cena política em Luanda, os principais dirigentes que se encontravam no Huambo, uma vez mais, decidiram adoptar a política de autogestão e suspender a vigência dos Acordos celebrados no Protocolo de Bicesse.

Perante estes factos, José Eduardo dos Santos tomou para si a gestão diplomática da nova República de Angola, que, entretanto tinha, com as alterações políticas, mudado de denominação par República de Angola<sup>103</sup> e consegue o reconhecimento do seu Governo, pelos EUA, em 19 de Maio 1993, e reorganizou a defesa das instituições nacionais, forçando a UNITA que via diminuir o apoio norte-americano, a aceitar uma solução negociada para conflito, consubstanciada nos Acordos de Lusaka, de Novembro de 1994.

---

<sup>102</sup> Matéria recordada nas conversas, por endereço electrónico, trocadas com o analista e activista Fernando Vumby e que poderão ser vistos em Anexos.

<sup>103</sup> Ver anexo Lei n.º. 23/92, de 16 de Setembro de 1992, sobre Revisão Constitucional, pág. Anx-215

### **9.2.2 O Protocolo de Lusaka aborta**

No dia 20 de Novembro de 1994, e após difíceis meses de negociações, o então ministro das Relações Exteriores de Angola, Venâncio de Moura, e o, na altura, Secretário-geral da UNITA, Eugénio Manuvakola, assinaram o Protocolo Adicional de Lusaka, Zâmbia, que recuperava os pontos básicos do Acordo assinado com o Protocolo de Bicesse. Segundo certos sectores, o Protocolo foi rubricado sob pressão dos observadores da troika e do representante especial do secretário-geral da ONU, o senhor Alioume Blondin Beye<sup>104</sup>

Renascia a esperança que com este novo acordo chegaria a paz definitiva devido a algumas boas razões: a Guerra-fria tinha terminado, e o mundo começava a se voltar mais para a defesa dos Direitos Humanos; em Maio de 1993, os EUA, que tinham mudado, entretanto, de administração com a eleição do presidente Bill Clinton, reconheceram, finalmente, o Governo de Angola.

Entre outras coisas, o Protocolo Adicional de Lusaka previa a criação de um Governo de Reconciliação Nacional, renovava a necessidade de se fazer uma total desmobilização das forças militares de ambos os lados, e, igualmente, a entrega às autoridades governamentais das áreas controladas pela UNITA, além de ser facultada à UNITA o direito de nomear alguns dos administradores e governadores locais.

Apesar dos esforços das Nações Unidas e da troika que apoiava os esforços feitos para a afirmação deste protocolo, a começar pela desmobilização das tropas em terreno, com as FAA reduzirem o seu efectivo para apenas 70 mil homens, a UNITA manteve-se relutante em integrar totalmente seus homens no exército único pelo que o cessar-fogo assinado acabou por não ter qualquer efeito.

Só que, como adiante se verificará, este Protocolo teve uma morte quase imediata porque nem a UNITA nem o seu líder, Jonas Savimbi, acolheram com satisfação o resultado das negociações. Nem mesmo a presença de cerca de 7000 militares e polícias

---

<sup>104</sup> Cf. **MATIAS**, Abel, O.S.B., *Angola, Paz só com Muxima*, 1996.

das Nações Unidas enviados no âmbito da MONUA (Missão de Observação das Nações Unidas em Angola<sup>105</sup>), conseguiram evitar as dúvidas que o Protocolo suscitou junto dos guerrilheiros oposicionistas<sup>106</sup>.

### **9.2.3 Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN)**

Na tentativa de superar os impasses sucessivos impostos pela UNITA e por Jonas Savimbi na busca pela Paz, o ainda presidente Eduardo dos Santos<sup>107</sup> resolveu empossar, em 11 de Abril de 1997, o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN)<sup>108</sup>, medida que deveria ser colocada em prática apenas depois da entrega dos territórios ocupados pelos guerrilheiros. Assim, a UNITA passou a integrar vários ministérios e a ocupar 70 lugares na Assembleia Nacional, vagos desde a interrupção do processo eleitoral de 1992.

Durante todo esse processo, Savimbi não cedeu quanto às suas razões e em Dezembro de 1995, atacou o município de Soyo, na província do Zaire, onde estavam sediadas a maioria das empresas petrolíferas norte-americanas e francesas; em Março de 1998, forças conotadas com a UNITA atacaram na província de Malanje onde, segundo registos da época, terão sido vitimadas cerca de 2 centenas de pessoas. Para mais, como atestou em Agosto de 1997, a própria força de paz da MONUA, a UNITA mantinha um forte e bem armado efectivo militar.

---

<sup>105</sup> Em 30 de Junho de 1997, pela Resolução 1118 do Conselho de Segurança (CS), a UNAVEM é reconfigurada como uma Missão de Observadores da ONU (MONUA). Os capacetes azuis estavam em Angola desde 1995 quando pela Resolução 976 do CS, de 8 de Fevereiro de 1995, a ONU teve a autorização de envio de uma força de manutenção de Paz para Angola.

<sup>106</sup> Segundo o Protocolo, as novas FAA deveriam reduzir dos existentes 105 mil efectivos para cerca de 90 mil militares o que condicionava a colocação dos, cerca de 77 mil ex-guerrilheiros remanescentes e como se iria proceder à sua reinserção social, alguns quase que tinham nascido com uma arma nas mãos; cf. Nicole GUARDIOLE, “*Desmobilização de alto risco*” in, Expresso Revista, de 27-Abril-1996, págs. 68 a 72.

<sup>107</sup> José Eduardo dos Santos mantém-se presidente de Angola até ao presente em que esta tese está a ser elaborada passando a ser, após a morte de Omar Bongo, do Gabão, em meados de 2009, no segundo Chefe de Estado mais antigo no poder, só largamente ultrapassado por Kadafi. As eleições presidenciais estão previstas para 2010 após a revisão Constitucional que deverá estar cumprida só no último trimestre de 2009.

<sup>108</sup> Todavia, em 1 de Setembro de 1998 o Governo de Angola suspendeu todos os ministros da UNITA e deputados no Governo de Unidade de Unidade Nacional e apoiou a criação de um movimento chamado UNITA-Renovada, com base em que alguns dos apoiantes da UNITA, entre eles, Eugénio Manuvakola, não apoiavam a estratégia militarista de Jonas Savimbi (ver entrevista de Manuvakola à TPA, em Outubro de 2000 e citada pela ANGOP, em nota de 3 de Outubro do mesmo ano).

A comprovação veio no mesmo ano na figura do secretário-geral da Unita, Eugénio Manuvakola, que estava desaparecido desde que assinara o Protocolo de Lusaka. Segundo fontes próximas do Governo de Luanda, Manuvakola teria fugido do Bailundo, província do Huambo, onde estava sediado o então quartel-general de Jonas Savimbi. Manuvakola terá ainda revelado que havia sido preso e torturado por ter assinado o acordo sem que este tivesse consignado a entrega das províncias de Huambo, Bié e Benguela que se encontravam sob o controlo da UNITA. Revelaria, também e segundo fontes de Luanda, que as forças da UNITA estavam a reorganizar-se para reiniciar a guerra logo que as condições político-militares fossem mais oportunas.

De acordo com o Governo de Luanda, a falha da MONUA foi não ter percebido que a UNITA se tinha aproveitado do cessar-fogo para contrabandear diamantes<sup>109</sup>, via Kinshasa, e com o dinheiro obtido fortalecer os seus guerrilheiros com armamentos sofisticados e mercenários ucranianos, tutsis e sul-africanos descontentes com a situação vivida nos respectivos países<sup>110</sup>.

O reconhecimento do Governo de Angola e as críticas que se faziam à UNITA levou o Conselho de Segurança propor e fazer aprovar uma Resolução que não só atacava a vertente militarista da UNITA como reafirmava a integridade territorial de Angola.

Segundo a referida resolução – Resolução nº. 1295, de 18 de Abril de 2000<sup>111</sup> – o Conselho de Segurança começava a temer pela preservação da “soberania e integridade territorial de Angola” e pelas “repercussões da guerra civil em curso sobre a população civil de Angola” que derivavam, segundo aquela Resolução, da “recusa por parte da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), dirigida pelo Sr. Jonas Savimbi, de acatar as obrigações em que incorre em virtude dos “Acordos de Paz” (...), do Protocolo de Lusaka (...) e das resoluções pertinentes do Conselho de segurança, e reiterando o seu pedido tendente a que a UNITA execute imediata e

---

<sup>109</sup> Este facto, aliado ao que se passava na Serra Leoa, veio mais tarde ajudar para ser aprovada em sede do Conselho de Segurança uma resolução que impedia a venda livre de diamantes sem comprovação da sua recolha. Foi a Resolução 1173, de 12 de Junho de 1998.

<sup>110</sup> Alguns destes elementos e informações aqui colocadas podem ser conferidos no portal do MIREX, Ministério das Relações Exteriores angolano (<http://www.mirex.gv.ao/>).

<sup>111</sup> Ver a Resolução 1295, em Anexos, a partir da pág. Anx-219.

*incondicionalmente essas obrigações, no que diz respeito designadamente à desmilitarização completa das suas forças e à plena cooperação que deve levar a cabo para a extensão imediata e incondicional da administração do Estado a todo o território de Angola”, instava a UNITA e o seu líder a honrar “as obrigações a que se vinculou no quadro dos Acordos de Paz e do Protocolo de Lusaka, e reduzindo a sua capacidade de prosseguir os seus objectivos pela via militar”, recordando que “as violações das medidas adoptadas relativas às armas e material relacionado, ao petróleo e aos produtos petrolíferos, aos diamantes, aos fundos e haveres financeiros, e aos deslocamentos de representação”, bem assim quanto às “informações que dão conta do estado do fornecimento à UNITA de uma assistência militar, nomeadamente sob a forma de conselhos e de formação relativos aos armamentos, e através da presença de mercenários estrangeiros”.*

Angola caminhava, fortemente, para uma nova e mais sangrenta guerra fratricida cujo final aconteceria em finais de Fevereiro de 2002 quando Jonas Savimbi é emboscado e morto nas nharas do leste de Angola.

Mas se a UNITA se fortaleceu militarmente também não é menos verdade que as FAA obtiveram apoios militares significativos, nomeadamente, através da compra fora dos circuitos normais de material de guerra sofisticado além de apoios fornecidos pelo Brasil, com especial destaque para o fornecimento de meios aéreos e pilotos que combateram a UNITA na II guerra-civil, além de helicópteros e pilotos russos<sup>112</sup>.

Angola ganhava poder de fogo e capacidade negocial junto da Comunidade Internacional a que não era alheio o facto dos EUA e a Europa começarem a olhar para o País como um parceiro estratégico quer a nível económico, nomeadamente, petróleo e diamantes, quer a nível diplomático com as sucessivas ingerências que Luanda mantinha no Golfo da Guiné e junto de alguns países limítrofes e que será reforçada com a Assinatura de Paz de Abril de 2002, que vai permitir a Angola que comece a emergir como uma potência na região austral e, extensivamente, na África Central e no Golfo, com especial destaque, e principalmente, para a influência que vai ter nos dois Congos e em São Tomé e Príncipe.

---

<sup>112</sup> Sobre esta temática proponho uma leitura a Alcides SAKALA, “*Memórias de um Guerrilheiro*”, 2005.

Ou seja, Angola, apesar de não cumprir com alguns dos requisitos necessários para ser considerada como tal, parece mostrar-se perante a Comunidade Internacional, como uma emergente potência regional aliado a vários factos registados na região e no País, um dos quais já referido, a morte de Savimbi, que cimentaram essa qualificação.



### **10 III. Da II República a Potência Regional?**

#### **11 Angola no caminho para potência regional?**

Como foi descrito no final do capítulo anterior Angola apresenta condições para se tornar numa potência regional em África, nomeadamente, na África Central e Centro-meridional.

Só que isso, e apesar de já haver uma potência no Continente, a República da África do Sul, parece conflitar com algumas das disposições estatutárias da União Africana.

Mas antes de se avançar com a problemática “ser ou não ser” uma potência regional é interpretação do autor sintetizar o que, metodologicamente, é encarável como necessário para se definir um Estado como Potência Regional.

Por outro lado, vários acontecimentos aconteceram entre os Protocolos de Lusaka e o fim da II República que cimentaram a posição de Angola como uma potência a ter em conta no plano regional.

#### ***11.10 que é uma Potência Regional?***

Tendencialmente define-se um Estado-Director – seja uma potência global ou regional, como será no nosso caso concreto e será essa a linha de pensamento a ser adoptada –, como um Estado com capacidade de influenciar, de uma forma organizacional, política, ideológica, económica, militarmente e tecnologicamente ou pela conjugação de parte ou de todos estes valores uma determinada região geográfica onde se insere; e neste caso estaremos perante potências regionais intermediárias ou emergentes (igualmente reconhecidas em certos sectores da relações internacionais como potências intermédias ou “*middlepowershipman*”).<sup>113</sup>

---

<sup>113</sup> **CALCAGNOTTO**, Gilberto, “O Brasil e a União Europeia *Os passos rumo a uma nova potência global?*” in: <http://www.nuso.org/upload/portugues/2008/Calcagnotto.pdf>

Calcagnoto recorda que esta moderna terminologia politóloga deriva dos conceitos muito desenvolvidos por Joseph Nye<sup>114</sup>, mais concretamente aos seus conceitos de *hard* e *soft power*. Segundo este autor, o *hard power* será a capacidade do detentor de poder de impor a sua vontade mediante o recurso à ameaça ou força, mesmo armada, enquanto o *soft power* se servirá do poder de convicção e de atracção da vontade alheia.

Registe-se que, neste último aspecto, o poder pode servir-se, por exemplo, de acordo com as ideias do sociólogo Norman Long, “*de interfaces discursivas, organizacionais, legais e as ligadas a recursos materiais*”<sup>115</sup>.

Ainda assim, e na linha do pensamento de Calcagnoto sustentado em outros autores, o *middlepowershipman* mais não é que uma análise das chamadas actuais “*potências intermediárias emergentes*” (Brasil, Índia e África do Sul – três dos novos BRIC<sup>116</sup>), descrita por Daniel Flesmes, para justificar a sua carreira de crescente influência globalizante, mediante o uso de conceitos que, sem menosprezar a importância de recursos castrense, de ordem económica e demográfica, destacam, numa primeira linha, as estratégias comportamentais destes países na cena internacional global.

Essas estratégias são resumidas neste conceito, cujo conteúdo se situa muito próximo dos acima mencionados recursos demonstrativos, organizacionais e legais, por forma procurarem preferencialmente:

- a) soluções multilaterais para problemas internacionais;
- b) posições de compromisso em disputas internacionais e

---

<sup>114</sup> Joseph S. NYE, *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, Public Affairs, Nova York, 2004; ou via [http://www.cfr.org/publication/6939/soft\\_power.html](http://www.cfr.org/publication/6939/soft_power.html), numa conferência havida no Council on Foreign Relations, em 12-Abril-2004.

<sup>115</sup> “Peter Wogart, Gilberto Calcagnotto, Christian von Soest e Wolfgang Hein: «AIDS, Access to Medicines, and the Different Roles of the Brazilian and South African Governments in Global Health Governance», *GIGA-Working Papers* N 86, Hamburgo, 2008”; cf. CALCAGNOTO, idem.

<sup>116</sup> Potências médias emergentes que incluem o Brasil, Rússia, Índia e China; só que, segundo Richard Haass (foi um dos principais assessores de G.W. Bush para as Relações Internacionais e actualmente presidente do *Council on Foreign Relations*), secundado por outros autores, a Rússia e a China são consideradas já como pertencentes às Potências Globais onde fazem ainda parte, os EUA, a União Europeia e o Japão. Por esse facto, há quem substitua a Rússia dado que esta já tem assento, normalmente, nas reuniões do G8, pela República da África do Sul, mantendo, todavia a China; considerando, assim, que os actuais BRIC são o Brasil, a Rep. África do Sul, Índia e China.

c) noções como «boa cidadania internacional» para orientar sua acção diplomática.<sup>117</sup>

Só que por vezes, um Estado apresenta ter mais poder potencial que poder efectivo. E os potenciais Estados-Directores de África sugerem, ainda, ter mais poder potencial que realmente efectivo.

E isso passa-se com a maioria dos países ditos com potencial para serem Estados-Directores nas respectivas regiões onde estão inseridos ou onde desejam projectar a sua importância, incluindo a República da África do Sul (RAS) que, à partida, parece gozar de melhores e mais vantajosas condições para ser já considerada uma potência regional.

Angola parece encontrar-se entre os Estados que mais potenciam do que realmente já são como adiante mostraremos.

Mas se Angola prospectiva ser potência regional, isso não irá conflitar com a já antiga potência da África Austral, a República da África do Sul, ou com as linhas orientadoras da União Africana.

É interpretação do autor que sim. Mas essas interpretações ficam para o capítulo seguinte, onde, por uma questão metodológica e por haver similitudes entre as duas regiões – África Austral e América Latina – vai ser seguida a doutrina brasileira de que Gilberto Calcagnotto, por exemplo, é um dos seus principais impulsionadores, pelas características e similitudes que existem entre os eixos Brasil-Argentina e Angola-RAS a que se deve juntar o facto de os quatro países serem membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), numa sequência de uma antiga proposta brasileira de defesa das riquezas marinhas do Atlântico Sul e da Resolução da Assembleia-geral da ONU A/RES/41/11, de 27 de Outubro de 1986, *Declaração de*

---

<sup>117</sup> “Daniel FLEMES, «Brazil’s Strategic Options in a Multiregional World Order», trabalho preparado para a primeira conferência «Regional Powers Network (RPN)», German Institute of Global and Area Studies (GIGA), Hamburgo, 15-16 de Setembro de 2008, p. 5, utilizando dados de Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI): *SIPRI Yearbook 2007: Armaments, Disarmament, and International Security*, Oxford University Press, Oxford, 2006, e, respectivamente, Bonn International Center for Conversion (BICC): *Conversion Survey 2007: Global Disarmament, Demilitarization, and Demobilization*, Nomos, Baden-Baden, 2007”; cf. CALCAGNOTO, idem.

*uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico do Sul*<sup>118</sup>; foi estabelecida em em 1986 por países América Latina e da costa ocidental da África, banhados pelo Atlântico Sul<sup>119</sup>.

Analisemos, primeiro, como Angola cimentou a sua condição de eventual potência desde as inquinadas e sangrentas eleições de 1992 até ao início do ciclo de Paz, de 2002.

## ***11.2 De Lusaka a Luena***

Até o Governo de Unidade e Reconstrução Nacional (GURN) ter tomado posse em 1997, vários e importantes acontecimentos aconteceram que merecem algum destaque, mesmo tendo em consideração alguns pretensos desfasamento temporal, dado parte desses acontecimentos terem ocorrido em períodos já analisados no capítulo anterior.

### **11.2.1 Acontecimentos ocorridos entre 1991 (Bicesse) e 1997 (GURN)**

Sintetizemos estes acontecimentos<sup>120</sup>:

#### **1. Em 1991 registam-se os seguintes acontecimentos**

- i.* A 1 de Maio, são assinados por Lopo do Nascimento, da RPA, Jeremias Chitunda, vice-presidente da UNITA, e Durão Barroso, Secretário de Estado da Cooperação de Portugal, os princípios que vão permitir assinar no final desse mês, os *Acordos de Bicesse*, no Estoril, onde ficaria consagrada a Paz definitiva, rubricada pelos presidentes da RPA, Eduardo dos Santos e da UNITA, Jonas Savimbi sob a supervisão de Portugal, EUA e Rússia que formariam a troika fiscalizadora da implementação dos acordos;

---

<sup>118</sup> A Resolução pode ser acedida nos Anexos, em Anx-306.

<sup>119</sup> Actualmente constituem-na 24 Estados-membros, sendo 21 africanos: RAS, Angola, Benin, Cabo Verde, Camerões, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, RD Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo; e 3 latino-americanos: Argentina, Brasil e Uruguai. Luanda foi palco da última reunião ministerial, em 2007. A de 2009, já que o grupo reúne-se a cada dois anos, deverá na capital uruguaia, Montevidéu, que deverá discutir os resultados brasileiros do Grupo de Trabalho ad hoc, que preside, para a futura Cooperação Económica, a ser instituída na zona

<sup>120</sup> Os acontecimentos que se seguem estão devidamente datados nos Anexos, sob o título acima.

- ii.* De 17 a 24 de Junho reúnem-se, pela primeira vez a *Comissão Conjunta Político-Militar* (CCPM), reúne-se pela primeira vez, no que é seguido, dois dias depois pela da *Comissão Mista de Verificação e Fiscalização* (CMVF), organismos previstos nos acordos de Bicesse, bem assim as primeiras reuniões da *Comissão de Constituição da Forças Armadas* conjuntas (CCFA) entre os representantes das FALA (UNITA) e das FAPLA (RPA/MPLA) e da *Missão Nações Unidas para o Processo Eleitoral em Angola* (UNAVEM) com a CCPM;
  - iii.* Em Julho, acontece uma onda grevista nas indústrias petrolíferas que condiciona a já difícil situação económica do País ao mesmo tempo que se verificam as primeiras trocas de prisioneiros entre o Governo e a UNITA;
  - iv.* Em Setembro, três visitas de Estado importantes ocorrem neste mês; primeiro a visita do primeiro-ministro português, Cavaco Silva, visita pela primeira vez o país, durante 3 dias, deslocando-se a Luanda e Lúena, onde em princípio deveria se encontrar com o presidente da UNITA, o que não se verificou. Encontrou-se, posteriormente, com Holden Roberto, da FNLA, e Joaquim Pinto Andrade, do *Partido Democrático de Angola* (PDA), logo seguida da do presidente brasileiro Collor de Melo, enquanto, embora de forma privada, Eduardo dos Santos, e pela primeira vez, é recebido na residência oficial norte-americana; no final deste mês, Jonas Savimbi regressa a Luanda.
  - v.* Em Novembro verifica-se a criação das Forças Armadas Angolanas (FAA) e toma posse o Conselho Superior das FAA.
2. Em 1992 ocorreram estes principais acontecimentos:
- i.* Em Janeiro na sequência de uma reunião Multipartidária o 19 de Setembro é apontado como a data previsível para as primeiras eleições multipartidárias – e únicas, até então –; nessa reunião que não contou com a presença da UNITA, por considerar que ia contra os Acordos de Bicesse, só participam o Governo e os pequenos partidos. Entretanto, no final do mês o prime

espanhol, Filipe Gonzalez visitou o País de onde surgiram acordos económicos importantes;

- ii.* Em Março, o presidente Eduardo dos Santos anunciou, na sessão de abertura da Assembleia do Povo, que as eleições gerais ficavam marcadas para 29 e 30 de Setembro e no final do mês começava o processo de desmobilização das forças político-militares dos dois movimentos/partidos;
- iii.* Entre Abril e Maio ocorrem vários assassinatos sobre cooperantes estrangeiros o que leva Eduardo dos Santos, a solicitar ao então presidente português Mário Soares o adiamento da sua projectada visita a Luanda. A 11 de Maio, num Congresso o MPLA decide retirar a extensão “Partido dos Trabalhadores” que fazia parte da sigla oficial do partido (MPLA/PT) e neste mês inicia-se o Processo de Registo Eleitoral;
- iv.* Em Junho regista-se a primeira visita de um Papa a Angola, no caso de João Paulo II, que a faz no encerramento das comemorações do V Centenário da Evangelização de Angola. Nesta visita, o Papa desloca-se a Cabinda, onde propõe a paz e advoga a manutenção da província como parte integrante da República Angolana, o que não é bem aceite por prelados e separatistas cabindenses. Este facto foi tratado na reunião havida, no final do mês, entre o Governo e elementos da *Frente de Libertação de Cabinda* (FLEC) devido ao problema de Cabinda. Em meados deste mês, dois antigos dirigentes da UNITA, que tinham desertado, segundo a UNITA com o apoio do MPLA, em Fevereiro deste ano, N’zau Puna e Tony da Costa Fernandes, regressam ao país e reclamam seja feito um Congresso extraordinário do Partido, ao mesmo tempo que denunciam um eventual comportamento “*bárbaro*” do partido face aos seus prisioneiros. O Comité Central da UNITA nem se dignou a desmentir;
- v.* O mês de Julho registou, em meados deste mês, graves confrontos armados, em Malange, entre militares da UNITA, acreditados junto da CCPM, e militares das FAPLA, no que foi uma grave violação à criação das FAA e

colocou em causa a sua existência. Quase na mesma altura o presidente Eduardo dos Santos determinou que as eleições presidenciais e legislativas fossem no mesmo período, a 29 e 30 de Setembro, no que foi aceite por Savimbi que oficializou a sua candidatura às presidenciais. Foi o primeiro candidato oficial às mesmas;

- vi.** Em Agosto, Angola decidiu abolir a “*pena capital*” como a pena máxima e a Assembleia do Povo, o parlamento, reviu a Constituição, alterando a denominação de República Popular de Angola para República de Angola, enquanto o parlamento passava a designar-se de Assembleia Nacional, e o sistema político era transformado em semi-presidencialista;
- vii.** Naturalmente, até por causa das eleições, o mês de Setembro mostrou o quanto foi conturbado. Na sequência de uma reunião conjunta entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, após por sugestão da troika comunitária, representada pelos MNE inglês e dinamarquês e pelo Secretário Estado português Durão Barroso, ficou decidido que qualquer que fosse o resultado das eleições, o Governo saído do mesmo seria de Unidade Nacional. Em Cabinda, depois de registados graves distúrbios, alguns levados a efeito por militares das FAPLA desmobilizados, retomou a sua actividade normal. Para esse facto muito contribuiu a presença da nova força anti-motim criada pelo Governo de Luanda, os Ninjas, e o envio de tropas especiais das FAPLA e na véspera das eleições são criadas, oficialmente, as Forças Armadas Angolanas (FAA) que supervisionariam as eleições gerais legislativas e presidenciais em Angola, de 29 e 30;
- viii.** Outubro começa com militantes da FNLA a denunciarem “*fraudes eleitorais*”. Foram eles os primeiros<sup>121</sup> a questionar a validade eleitoral de 29 e 30 de Setembro, através de membros do partido que tinham votado nas mesas eleitorais de Sambizanga e não estavam registados como votantes. Outros partidos menores, logo seguido da UNITA – embora este movimento

---

<sup>121</sup> Também os Partidos da Oposição Civil (POC), que agrupava 14 partidos políticos que não tinham participado nas sucessivas guerras, confirmaram essas suspeitas que a FNLA apresentou a 2 de Outubro; cf. **COMERFORD**, Michael G., *op. cit.*, pág. 70

tenha aceite a meio do mês a aceitação, em conferência de imprensa, os resultados<sup>122</sup> –, reforçaram essa denúncia e face às alegadas irregularidades verificadas nas eleições, os militares da UNITA membros das FAA decidem sair destas até ser reposta a legalidade eleitoral e, ou, anuladas as eleições. O presidente Eduardo dos Santos decide retardar a divulgação dos resultados até as mesmas serem validadas pelos observadores do Conselho Segurança das Nações Unidas. Simultaneamente, começam a registar-se graves problemas de segurança com a detonação de um carro armadilhado junto do hotel onde se encontra a maior parte da delegação da UNITA e dos seus familiares, o que leva a uma troca de tiros entre a defesa pessoal da UNITA e polícias governamentais e a Holden Roberto, líder da FNLA, se juntar a Savimbi nas denúncias de irregularidades do processo eleitoral. Uma intervenção do secretário-geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Gali, ajudou na resolução do diferendo que estava bem vincado e após a divulgação dos resultados, Savimbi acordou em participar na segunda volta das eleições presidenciais;

Os resultados finais divulgados das legislativas e presidenciais foram:

**Presidenciais:**

Eduardo dos Santos	49,57%
Jonas Savimbi	40,07%
Alberto Neto	2,16%
Holden Roberto	2,11%

**Legislativas:**

MPLA	53,74%	e 129 deputados.
UNITA	34,10%	70
PRS	2,27%	6
FNLA	2,40%	5
PLD	2,39%	3

e ainda com 1 deputado cada, a AD-Coligação, e os partidos PAJOCA, PDA, PDP-ANA, PNDA, PRD e PSD.

Isso não evitou que, e de acordo com forças policiais, a UNITA pudesse ter atacado o aeroporto 4 de Fevereiro, em Luanda, onde teria ocasionado a morte 21 pessoas. Face a este estado de coisas o Conselho de Segurança

<sup>122</sup> De acordo com a entrevista a Emanuel Lopes, enquanto membro da UNITA.



decidiu prolongar o seu mandato, através da UNAVEM, e solicitar à UNITA o fim das hostilidades;

- ix.** Novembro começou como Outubro acabou, ou seja, sob o espectro de um fim-de-semana sangrento entre as forças policiais especiais do Governo, os *ninjas*, e as forças da UNITA. Sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, foi assinado um cessar-fogo acordado entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi mas, segundo o que se veio apurar mais tarde, o representante da UNITA junto da CCPM, Salupeto Pena, e o vice-presidente do partido Jeremias Chitunda, já estariam mortos, enquanto o general “*Ben-Ben*” e o Secretário-geral do partido, Alicerces Mango, estavam dados como desaparecidos. Estas mortes, posteriormente confirmadas, leva Savimbi, após longo silêncio – Salupeto Pena era considerado como um dos delfins preferidos de Savimbi, além de ser familiar, e Ben-Ben um dos seus mais valiosos generais a declarar que o Governo português estaria, de certa forma, desejoso da manutenção do *status quo*, ou seja, a manutenção da guerra, pelo que solicitou a intervenção do então presidente Mário Soares. A juntar à já complexa teia de denúncias de eventuais fraudes eleitorais, 3 observadores franceses, que tinham estado a fiscalizar as eleições, convidados pela UNITA, solicitaram às Nações Unidas a organização de um novo escrutínio. Segundo fontes não oficiais, e divulgadas a meio do mês, entre o final das eleições e este período teriam perecido mais de 1000 pessoas, a sua maioria ex-militares e simpatizantes da UNITA.

A representante das Nações Unidas, a senhora Margaret Anstee, declara, entretanto e após ter sido recebida por Savimbi, que este embora continue a manifestar a sua opinião de que as eleições foram fraudulentas e irregulares, aceitaria o resultado das mesmas, pelo que deveria estar presente uma delegação da UNITA, na reunião entre o MPLA e os restantes partidos no que aconteceu numa reunião, posteriormente havida em Luanda multipartidária que reuniu 11 partidos angolanos e o Governo, mas que a UNITA não se fez representar invocando razões de segurança, fazendo-o,

mais tarde, na cidade do Namibe, onde se encontraram uma delegação governamental, liderada por Fernando Piedade “*Nandó*”, e outra da UNITA, liderada pelo “ministro-sombra” da informação, Jorge Valentim. Dias depois, e após prolongados confrontos, a UNITA ocupa a cidade nortenha de Uíge;

- x. Apesar disso em Dezembro há a tomada de posse do primeiro governo pós-eleições, chefiado pelo então Secretário-Geral do MPLA, Marcolino Moco. Fazem parte do governo, além do partido vencedor, a FNLA, PDI, PRD, PRS. A prevista a inclusão de elementos da UNITA, em subsecretarias de Estado, fica sem efeito devido aos conflitos emergentes ainda impõem a sua não inclusão. Entretanto, alguns desenvolvimentos políticos acontecem durante este mês. O dirigente da UNITA, Norberto de Castro, declara numa conferência de imprensa, em Luanda, que o presidente Savimbi estaria mal rodeado de conselheiros e que declarações, entrementes surgidas sobre a vontade de guerra da UNITA, e imputadas a Salupeto Pena e a “Ben-Ben” e transmitidas pela televisão angolana TPA, seriam verídicas. No mesmo dia que Castro faz estas declarações, são nomeados os representantes da UNITA para o Governo e em declarações à televisão privada portuguesa SIC, Savimbi declarou aceitar em definitivo, embora não deixasse de as considerar como fraudulentas, as eleições legislativas e, ao mesmo tempo, estaria preparado para a segunda volta das eleições presidenciais que seriam efectuadas sob fiscalização das Nações Unidas.

3. Os principais acontecimentos de 1993 e que se podem e devem citar foram:

- i. O ano começou com fortes confrontos entre polícia angolana e militantes e militares da UNITA, na cidade de Lubango que, rapidamente se estenderam a Benguela e com efeitos de reflexo no Lobito e Namibe, a enviada da ONU senhora Anstee declarou que se estaria “*a assistir a uma espiral de violência*” no país ao mesmo tempo que o Ministro das Relações Exteriores (Mirex) angolano, Venâncio de Moura, propunha a ilegalização de todos os escritórios de representação da UNITA estabelecidos em países amigos de Angola, no que foi secundado pelo Governo angolano começa a solicitar a

ilegalização da UNITA e o encerramento das suas delegações nos países com quem Angola mantinha relações diplomáticas, enquanto Savimbi apresentava um plano de 5 pontos para aplicação integral dos planos de Bicesse, embora uma reunião bipartida, e prevista para Adis-Abeba, entre chefes militares das FALA e governamentais tenha ficado adiada devido à recusa da UNITA em tratar temas especificamente militares ao mesmo tempo que a UNITA conquistava as cidades de M'Banza Congo e Soyo, bem assim a região petrolífera circunvizinha. O mês de Janeiro acabou com o fiasco das conversações entre a UNITA e o Governo angolano, em Adis-Abeba, que terminaram sem resultados práticos;

- ii.* Fevereiro começou com declarações da rádio oficial da UNITA, “A Voz Galo Negro” (VORGAN), informar que a cidade de Huambo teria sido capturada pelas FALA o que levou a CCPM, nomeadamente, os 3 observadores internacionais, a apresentarem um ultimato à UNITA para retornar às conversações de Adis-Abeba, enquanto em diversos órgãos de Comunicação Social se anunciava que os ocidentais estariam a tentar afastar Savimbi da liderança da UNITA. Ainda assim, e apesar da queda da principal cidade do Planalto central do descalabro das FAA nesta cidade, o que levou o Governo a enviar 2 batalhões, num total de 10 mil homens para contrabalançar os 14 mil das FALA, tomavam posse os primeiros 11 dos 70 deputados que tinham sido eleitos pelas listas da UNITA;

Uma vez mais, uma reunião prevista para Adis-Abeba, entre o Governo e a UNITA, saiu frustrada pela ausência do movimento rebelde, invocando que os ataques que as FAA estavam efectuar ao aeroporto e arredores do Huambo impedia a saída da UNITA desta cidade no avião posto à disposição pelas nações Unidas. Esta atitude leva o Governo ameaçar mudar de atitude e enveredar por uma guerra aberta;

- iii.* Em meados de Março o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma Resolução onde ficou implícita a condenação da UNITA e o pedido de um encontro ao mais alto nível entre as partes. É ainda imposto à UNITA a

necessidade de voltar aos Acordos de Bicesse até ao final do mês, data prevista para expirar a comissão da UNAVEM II. Simultaneamente, Luanda e UNITA reivindicam vitórias em Soyo e Cubal respectivamente, ao mesmo tempo que a UNITA apresentava aos representantes americanos uma proposta de paz de oito pontos e, simultaneamente, reafirmava a não intenção de divisão do país;

- iv.* Em Abril aconteceram, em Abidjan, Costa do Marfim, reuniões entre o Governo e a UNITA sob os auspícios da troika e das Nações Unidas;
- v.* Em Maio o Governo dominado pelo MPLA tem uma das suas maiores vitórias diplomáticas ao ver a administração Clinton reconhecer a legitimidade das eleições legislativas ao reconhecer oficialmente o Governo de Angola, ao mesmo tempo que conversações, que decorriam em Abidjan, são suspensas devido à irredutibilidade das partes em litígio;
- vi.* No início de Junho, o Conselho de Segurança decide prolongar por mais 45 dias a UNAVEN, em Angola, enquanto a senhora Anstee era substituída pelo maliano Blondin Beye, como representante especial do secretário-geral da ONU. Entretanto, perto do final do mês, é formalizada oficialmente o estabelecimento de relações diplomáticas entre Luanda e Washington, com as assinaturas do Sub-secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose, e do presidente angolano, em exercício, Eduardo dos Santos, enquanto um primeiro grupo de estrangeiros retidos no Huambo após os 66 dias de guerra, chegam a São Tomé e Príncipe, após escala técnica em Luanda, (por avaria de motor), facto que apesar de necessário e imponderável, levou à suspensão temporária do segundo voo, por contrariar as disposições negociadas entre a Cruz Vermelha Internacional e a UNITA, de voo directo. Simultaneamente, a administração norte-americana levanta embargo à venda de material militar, não letal, a Angola porque, segundo os EUA, não se verificaria qualquer desfasamento face aos Acordos de Bicesse e a cláusula “*Triplo Zero*” entretanto decidida em tempo oportuno, e a OUA

condena a UNITA e solicita às Nações Unidas que condenem o movimento e adoptem “*sanções concretas*”;

- vii.** O mês de Agosto começa com a UNITA ser acusada de raptar padres e civis estrangeiros de uma igreja do Cuito, no que é desmentido pela organização, declarando que foram os mesmos que solicitaram a sua transferência para uma cidade mais segura do que o Cuito onde já teriam morrido mais de 14 mil cidadãos desde o início de Janeiro. Ao mesmo tempo, em Lisboa, um semanário português, O Independente, anunciava que a Rússia estaria a fornecer armamento ao regime de Luanda, facto logo aproveitado por Londres que declara, formalmente, o levantamento do embargo militar a Luanda, invocando a troika como tendo anunciado ser a UNITA culpada do recrudescer dos confrontos no país, e por isso ser legítimo o Governo de Angola se auto-defender. Simultaneamente, em declarações à Radio France Internacional (RTI), Savimbi declarava estar disposto a cessar-fogo desde que o Governo de Luanda procedesse de igual modo, o que foi recebido com reservas pelo Governo;
- viii.** Em Outubro a rádio *Vorgan*, era silenciada pela Voz da América, ao ser-lhe retirada a frequência para as "Ondas Curtas", na sequência das sanções americanas à UNITA; e a Comissão Política da UNITA, realizada no Huambo, declarava explícita e firmemente a sua intenção de reconhecer definitivamente o resultado final das eleições legislativas de Setembro de 1992 ao mesmo tempo que afirmava manter o cessar-fogo unilateral declarado por aquele partido;
- ix.** Em meados de Novembro iniciam-se conversações entre Governo e a UNITA em Lusaka, sob os auspícios da Nações Unidas;
- x.** Em Dezembro a UNITA suspende as conversações após ter denunciado uma tentativa de assassinato de Savimbi, perto de Bié, que teria sido levada a efeito através de bombardeamentos aéreos governamentais, numa grave acusação dado que vigorava um tácito acordo de cessar-fogo.

**4. O ano de 1994 caracterizou-se por:**

- i.* Em meados de Janeiro, um auto-denominado *Movimento para a Autodeterminação do Congo*, MAKO, declarando-se representando 1,7 milhões de bakongo, declarava ter exigido junto de Luanda, a autodeterminação da região bakongo, no Norte de Angola;
- ii.* Em Fevereiro a UNITA e Governo de Angola aprovavam um plano de Reconciliação proposto pela mediação das Nações Unidas e dos observadores;
- iii.* Em Maio, o secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, prolonga o mandato da missão para a Paz em Angola, UNAVCEM II, por mais três meses;
- iv.* Em Julho ocorre uma reunião quadripartida, em Pretória, onde se juntam Mandela, Eduardo dos Santos, Chissano e Mobutu, para procurara soluções para Angola, ficando acordado que haveria uma próxima reunião que seria entre Mandela e Savimbi;
- v.* Em Novembro o Governo de Angola e a UNITA assinam um protocolo de paz, em Lusaka, sob os auspícios do representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, Blondin Beye, com entrada imediata de um cessar-fogo, Contou com o testemunho dos presidentes da Zâmbia, de São Tomé e Príncipe, da Guiné-Bissau e do Gabão, do Sub-secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, senhor Moose, e dos representantes da OUA, Portugal, Rússia, Brasil e Estados Africanos da Linha da Frente. Pelo Governo de Angola rubricou o Ministro Venâncio de Moura, e pela UNITA o Secretário-Geral e negociador militar Eugénio Manuvakola. O presidente angolano dos Santos proferiu algumas palavras enquanto o presidente da UNITA, cujo paradeiro se desconhecia na altura e com receio pela vida, não compareceu na Conferência.

5. Em Maio de 1995, Eduardo dos Santos e Savimbi reuniam-se a sós, em Lusaka, sob os auspícios do então presidente zambiano, Chiluba, durante duas horas. Nas declarações finais, e perante os jornalistas, Savimbi reconheceu Eduardo dos Santos como presidente de Angola e, como tal, seu presidente.
6. O ano de 1996 é, essencialmente, marcado por:
  - i. Uma Cimeira, a quarta, entre Eduardo dos Santos e Savimbi, em Franceville, no Gabão, onde foi proposto a Savimbi que aceitasse o cargo de vice-presidente;
  - ii. Em Maio e durante a reunião da V Comissão Mista Angola-Portugal, é assinado em Lisboa um acordo sobre a conversão da dívida angolana em activos, ao mesmo tempo que o Parlamento angolano aprovava, por unanimidade, uma proposta da UNITA, de amnistia de crimes militares levados a efeito por militares ou civis ocorridos até 1 de Maio passado;
  - iii. Em Junho e em comunicação televisionada o presidente dos Santos exonerava Marcolino Moco do cargo de primeiro-ministro e nomeava como Chefe de Governo o até agora presidente da Assembleia Nacional, general França Van-Dúnem. Tudo se deveria às diferenças de opinião entre Moço e dos Santos quanto a quem deteria o poder efectivo do Governo que o Tribunal Supremo, com funções constitucionais, dirimiria como sendo da responsabilidade do presidente.
  - iv. Em Setembro, a representação da UNITA em Portugal afirmava que o movimento já teria aquartelado 62.700 guerrilheiros das FALA, de onde saíam os previstos 26.300 homens que integrariam as FAA<sup>123</sup>.
7. O ano de 1997, e para o caso concreto, ficou marcado por dois momentos ocorridos entre 8 e 11 de Abril. O Parlamento aprova um projecto-lei do Governo, sobre o estatuto de Jonas Savimbi, que passava a deter o cargo de chefe de oposição,

---

<sup>123</sup> Cf. “Processo de Paz Angolano “Protocolo de Lusaka” Interpretações e realidades” edição da representação da NITA em Portugal, 1996, pág. 2.

levando à tomada de posse dos restantes deputados da UNITA, e é, finalmente, empossado o ***Governo de Unidade e Reconstrução Nacional*** (GURN) onde a UNITA deteria 4 ministérios.

Com a tomada de posse do GURN, Lusaka acabava de cumprir a sua missão, mas a guerra, como se verificará, não só não acabava como iria recrudescer de intensidade, não sendo alheio o facto de Jonas Savimbi e Eduardo dos Santos manterem irredutíveis as suas intransigências pessoais e políticas.

### **11.2.2 De um quase desfalecido GURN à sombra protectora de Angola**

Apesar do GURN estar a Governar desde as contestadas eleições legislativas, a realidade, e como já constatámos no capítulo anterior, mostrou que, na prática, essa governação era mais factual que real. De facto, quem governava e detinha o absoluto poder legislativo e governativo do País era o MPLA, o partido vencedor das legislativas, e, após a resolução do Tribunal Supremo sobre quem efectivamente deveria deter a tutela do Governo, o presidente Eduardo dos Santos.

Com o fim das sanções ao Governo de Angola, que tinham vigorado desde assinatura do protocolo que levou aos Acordos de Bicesse e reforçado durante a realização das eleições, levou que as FAA tivessem fortemente reforçado o seu poder de fogo e desenvolvido uma forte máquina de guerra que iria ter o seu impacto, mais tarde, em diferentes acções militares e militarizadas levadas a efeito por ou sob cobertura de Angola.

Vários foram os casos onde a intervenção angolana se fez sentir e que vão merecer a nossa posterior atenção.

Ainda assim, as preocupações imediatas de Angola concentravam-se em aniquilar o movimento rebelde e o seu líder, considerado pelo aparelho governativo e político de Luanda como o grande e principal causador de todos os males por que o País passava,



incluindo, e principalmente, pela deficiente e inócua economia angolana que obrigava a mudar de linhas orientadoras.

A economia angolana tinha de passar da economia socializada do pós-independência para uma economia de mercado, liberal e capitalista que merecesse o apoio da maioria dos países ocidentais, os únicos que, à época, melhor se encontravam para mudar o rumo da economia angolana.

### **11.2.2.1 Economia muda de rumo**

Com a independência e com o advento do socialismo, também a economia angolana sofreu do mesmo impacto.

As empresas, as terras, os principais vectores da economia, como o petróleo e os diamantes, o tecido empresarial e económico angolano foram quase tudo nacionalizados e colocados sob orientação ideológica do MPLA.

#### **11.2.2.1.1 Breve resenha sobre o petróleo e o enclave de Cabinda**

Quase tudo porque o petróleo, apesar de supervisionado pelo Governo de Luanda manteve a sua prerrogativa de semi-independência, dado que a RPA não desejava indispor totalmente as sucessivas administrações norte-americanas, mesmo sabendo que apoiavam os seus inimigos, a FNLA, primeiro, e a UNITA, depois.

Só assim se explica a manutenção, em Cabinda e na região do Soyo da livre circulação da Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC)<sup>124</sup> que operava em Angola desde 1954,

---

<sup>124</sup> Em 1984 a empresa principal a Cabinda Gulf Oil Co. foi incorporada pelo consórcio Chevron-Texaco, primeiro pela compra da Gulf Oil pela Chevron e, mais tarde, por compra desta pela Texaco. Actualmente as principais concessões estão nos blocos 0 e 14 de onde extrai cerca de 520 mil barris/dia e prepara-se para construir uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (LNG), já iniciada, com capacidade para produzir 5,2 milhões de toneladas/ano de gás; cf. Orlando Castro, no blogue “*Alto Hama*” (<http://altohama.blogspot.com>) e serviços da Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola), em Luanda.

quando a casa-mãe, a Gulf Oil Corporation obteve a primeira concessão para exploração de hidrocarbonetos na região de Cabinda.

Registe-se, todavia, que a prospecção de petróleo na região remonta a 1910, quando nesse ano foi concedida à Companhia Canha & Formigal, uma área de 114 000 km<sup>2</sup> no Offshore na Bacia do Congo e na Bacia do Kwanza, tendo o primeiro poço sido perfurado em 1915. Também a empresa Pema (Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola) e a Sinclair (EUA) estiveram também envolvidas, desde cedo, na actividade de prospecção e pesquisa em Angola.

Após breve interregno, em 1952 reiniciou-se a actividade, com a concessão à Purfina, do grupo belga FINA (actualmente incorporada na francesa ELF-Total) da mesma área adicionada à sua extensão na Plataforma Continental em 1955.

Ainda em 1955 ocorreu a primeira descoberta comercial de petróleo, feito da Petrofina, também do grupo FINA, no vale do Kwanza. Em parceria com o governo colonial a Petrofina criou a Fina Petróleos de Angola (Petrangol) e construiu a refinaria de Luanda para processamento do crude.

Só em 1962 foi efectuado o primeiro levantamento sísmico efectivo do Offshore de Cabinda pela CABGOC e em Setembro desse ano surgiu a primeira descoberta. A exploração, propriamente dita, remonta a 1962, numa primeira e restrita fase e a 1968, quando começa, realmente a exploração efectiva com exportações para os EUA e para Portugal, conforme imagem seguinte e decalcada, por memória, de um cartune publicada numa revista satírica angolana, “O Miau”<sup>125</sup>, cujo o inicial desenhador e cartunista, o autor não se recorda do nome.

---

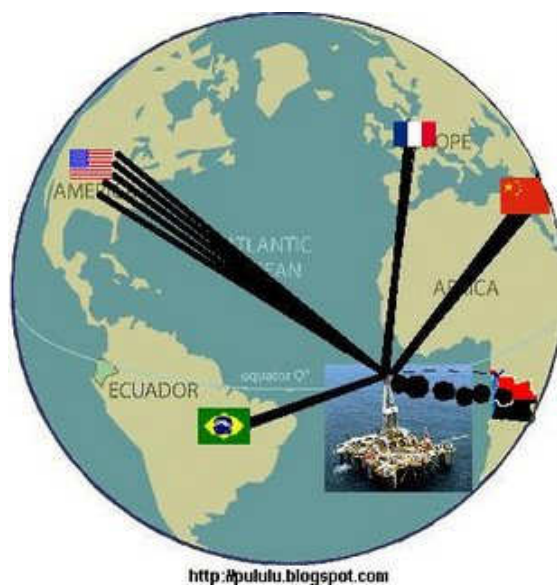
<sup>125</sup> Até há relativamente poucos anos o autor tinha a referida revista. A mesma, por indicação do director do grupo que explorava e publicava a revista, grupo Notícias, dirigida por João Charula de Azevedo, foi integralmente impressa antes de ser entregue à verificação da censura. Era previsível, como de facto aconteceu, que a matéria fosse censurada e impedida de sair. Dado que o director se recusou a fazer nova publicação, o mesmo determinou que a publicação saísse para a rua com a página claramente cortada. Ainda assim, o autor, por conhecimentos dentro do grupo editorial obteve a revista intacta; infelizmente, e durante este período não conseguiu redescobrir onde a mesma se encontra.

Em 1973 o petróleo tornou na principal matéria de exportação. Em 1974 a produção chegou aos 172.000 barris/dia, o máximo do período colonial, nos *Offshore* de Cabinda e *Onshores* do Kwanza e do Congo. Actualmente, quase todo o País (mar e terra) está sob investigação sísmica para eventual exploração petrolífera ou de gás. Já em finais dos anos 60 e inícios dos anos 70 a distribuição do crude angolano, na prática, a grande maioria proveniente de Cabinda, era assim:



*Figura 5 – (Distribuição do petróleo de Cabinda)*

Agora mudou a qualificação dos importadores mas a distribuição continua a ser como demonstra a figura seguinte. Ou seja, grandes fluxos para o exterior, e poucos para Angola e reduzidos, quer os fluxos, quer os dividendos, para Cabinda.



**Figura 6 – (Distribuição preferencial do petróleo angolano)**

Actualmente, a República de Angola, que preside, desde o dia 1 de Janeiro de 2009, e por um ano, à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) produz uma média entre 1,75 e 1,9 milhões de barris/dia<sup>126</sup>.

A região de Cabinda, um enclave entre os dois Congos, era – e é – uma zona crítica e instável social, militar e, principalmente, económica que deveria ser poupada aos problemas que se verificavam em Angola e que, simultânea e principalmente, poderiam ser, como se tornou, na principal fonte de divisas do País, quer através do petróleo, seu principal produto explorável e exportável e que contribui com cerca de 90 por cento das exportações nacionais e mais de 80 por cento das receitas do Estado e 42 do Produto Interno Bruto, quer através da exploração e exportação das madeiras preciosas obtidas na floresta do Maiombe, incorporada no segundo maior pulmão florestal do mundo depois da Amazónia. Mas também ouro, diamante, fosfato, urânio são outras das riquezas do Enclave<sup>127</sup>.

<sup>126</sup> A maioria destes elementos foi recolhida junto da Sonangol, em Luanda, e no portal do Jornal de Angola, edição Online (<http://www.jornaldeangola.com/>).

<sup>127</sup> Alguns dos dados aqui apresentados foram obtidos pelo autor quer junto da Casa de Cabinda em Portugal – Tratado de Simulambuco, quer junto dos serviços da Sonangol, em Luanda

Por outro lado, a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) começava a dar mostras de maior operacionalidade e de colocar a já deficiente economia do Enclave e, por extensão, a de Angola sob forte pressão.

Segundo alguns teorizadores ligados à FLEC, esta estará activa no enclave desde 1963. Todavia, só se começou a falar propriamente na FLEC, e mais tarde, nas diversas ramificações surgidas, após os acordos de Bicesse quando a sua operacionalidade foi mais evidente. O próprio presidente da FLEC, Henriques Tiago Nzita, afirmava e reconhecia, em comunicado publicado no portal Ibinda.com, que a guerra no território só acontecia há 32 anos<sup>128</sup>.

Também, recorde-se que, recentemente, e na sequência de acordos havidos entre Luanda e representantes de Cabinda, Henriques Tiago Nzita, reconhecia que, periodicamente, se verificavam reuniões entre Luanda e cabindenses para a implementação da paz no território.

Também a UNITA chegou a combater, numa primeira fase, a FLEC e, posteriormente, admitiu que a questão de Cabinda não poderia ser tratada pela via da guerra mas por conversações que fosse ao encontro das duas partes. Ou seja dos interesses económicos de Angola, e dos desígnios políticos dos separatistas.

Ainda assim, e porque os elementos disponíveis são quase todos ou de autoria de analistas angolanos próximos do Poder de Luanda ou de analistas próximos da FLEC, o autor abstém-se a grandes comentários sobre os grupos separatistas do Enclave de Cabinda.

No entanto, o autor não pode deixar de exprimir a sua opinião de que a situação de Cabinda, até porque está enquadrada nos parâmetros da União Africana, é parte integrante de Angola, deve ser tratada com cautela e com os interesses em causa sempre salvaguardados.

---

<sup>128</sup> Cf. portal Ibinda.com (<http://www.ibinda.com/noticias.php?noticia=4114>).

Uma das opções que parecem ser mais viáveis, e que foram reforçados por quando da presença do autor, recentemente, em Cabinda<sup>129</sup>, mostra que o enclave deve gozar de uma autonomia mais larga possível dentro da República de Angola, nomeadamente, que a gestão dos seus recursos fosse maioritariamente canalizada para o enclave.

#### **11.2.2.1.2 A nova economia angolana**

Actualmente, e como já foi dito antes, desde que Angola mudou de regime político que a economia angolana assenta segundo os principais vectores económicos de uma economia de mercado, capitalista e liberal<sup>130</sup>.

Os países socialistas já não podiam ajudar o deficiente e subaproveitado tecido económico angolano.

Essa ajuda só poderia vir do ocidente e do Fundo Monetário Internacional (FMI) como acabou por se verificar.

Todavia, havia factores que continuavam a condicionar toda a ajuda que Angola necessitava, nomeadamente e que ainda hoje é um dos factores que impede uma boa relação com o FMI, a transparência das suas contas públicas, com especial destaque para as contas do petróleo.

Mas se isso foi óbice para que as ajudas do FMI pudessem ser mais efectivas, não impediu que, pontual e bilateralmente, Angola promovesse e assinasse acordos com alguns países como Portugal, Espanha, França e Reino Unido, estes dois últimos

---

<sup>129</sup> Segundo uma história contada em Cabinda por um cabindense, a região de Cabinda estava dividida em três zonas políticas, uma das quais integrada no antigo Reino do Congo. A história está contada em livro mas foi impossível ao autor descobrir e identificar claramente a sua existência embora a história seja considerada fiável e verdadeira o que a se confirmar colocaria, também em causa toda a região sul do Congo democrático e norte de Angola, ou seja, a chamada região bakongo.

<sup>130</sup> Sobre esta matéria proponho uma leitura atenta a uma intervenção de Christine Messiant no fórum sobre Multipartidarismo em Angola, com o título *“Transição para o Multipartidarismo sem transição para a democracia: A economia política de Angola – sistema político formal e sistema político real, 1980s-2004: a reconversão duma dominação hegemónica”*, compilada em VIDAL, Nuno e ANDRADE, Justino Pinto (orgs.), *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, 2006, páginas 131 a 161.

acabaram por ser também eles próprios dois dos mais importantes fornecedores de material bélico para a guerra que Luanda sustentou até Fevereiro de 2002 com a UNITA, a que se juntaria, mais tarde Israel e, mais recentemente, a China.

Mas se Angola começava a gozar de acordos preferenciais com o ocidente, incluindo EUA, em grande parte devido ao facto da UNITA estar considerada como a principal responsável do recrudescer da guerra, também não é menos verdade que Angola nunca descuroou as relações políticas, económicas e, não poucas vezes, militares com os seus vizinhos, a maioria membros da Comunidade para o Desenvolvimento dos Estados da África Austral (SADC), com particular destaque para a sua principal potência económica, a República da África do Sul.

E essas relações fizeram comentar a capacidade projectora de Angola na região e em África bem como a sua capacidade de negociação face aos seus principais parceiros económicos.

Em contraponto, internamente, subsistia com cada vez maior incidência uma completa economia de sobrevivência e informal ou de subsistência onde imperava a ajuda alimentar externa<sup>131</sup>, nomeadamente através do Programa Alimentar Mundial (PAM) que, muitas vezes, acusou pessoas próximas do Governo de Luanda de fomentar a sua redistribuição no mercado paralelo, fomentando a corrupção.

Recordemos a polémica que gerou as acusações do activista irlandês Bob Geldof<sup>132</sup> sobre a economia angolana e sobre os dirigentes angolanos, com a qual, em alguns casos não corroboro.

---

<sup>131</sup> Sobre esta matéria ver **KIAMPUKU**, Miguel, *Os Efeitos Sócio-económicos da Ajuda Alimentar em meio rural e no Contexto da Guerra: O Caso de Luanda* (tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, do UTL/ISEG, 1996; ou **LOPES**, Carlos M., *Roque Santeiro – Entre a Ficção e a Realidade*, 2007.

<sup>132</sup> Sobre esta matéria ver no portal do Notícias Lusófonas um artigo que o autor escreveu (<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=21009&category=ECAlmeida>) ou no portal da IPS-Inter Press Service News Agency “Mario de Queiroz, “*La star irlandaise du rock, Geldof, irrite les tempéraments*” (<http://www.ipsinternational.org/fr/note.asp?idnews=4066>) complementada com uma análise do autor publicada no suplemento de Negócios do Jornal de Notícias e que pode ser lida em <http://www.elcalmeida.net/content/view/95/46/>.

Mas se essa capacidade era visível, a sua sustentabilidade passava por factores pouco académicos e nada politicamente correctos, ou seja, Angola e os seus dirigentes começavam a ser vistos no exterior como um País que assentava a sua economia não só na corrupção como no despesismo estranho para quem ainda nada tinha e que, ainda hoje, é persistente e visível na sociedade angolana, em geral, e na de Luanda, em particular<sup>133</sup>.

Para esse aspecto muito contribui o petróleo e os acordos económicos assinados com a República Popular da China que, ao abrigo do fornecimento do petróleo, disponibilizou a Angola uma linha de crédito ao abrigo de um “Acordo Quadro” celebrado em Novembro de 2003 entre o Ministério das Finanças de Angola e o Ministério do Comercio chinês que estabeleceu as bases de uma nova cooperação económica e comercial entre os dois países. Em Março 2004, tornou-se mais evidente quando foi assinado o primeiro acordo de crédito com o banco chinês Eximbank, relativo a um pacote de financiamento no valor de 2 mil milhões de dólares americanos (USD) e destinado ao financiamento de projectos de investimento público propostos por Angola, sancionados por um Grupo de Trabalho Conjunto nos termos do referido “Acordo Quadro”.

De notar que estes acordos têm sido sistematicamente postos em causa devido a acusações de pouca transparência que os mesmos evidenciam bem assim por acusações recentes durante a crise que sobreveio da demissão e detenção do ex-responsáveis dos Serviços de Inteligência Externa (SIE), e denunciados durante o seu julgamento, e que levaram o Ministério das Finanças angolano a tentar acalmar e desmontar através de um comunicado onde explana as referidas relações<sup>134</sup>.

A forte dependência da economia angolana face ao petróleo é por demais evidente conforme ficou verificado com as alterações do preço do crude que levou o Governo de Luanda a ter de rectificar o seu Orçamento e Plano para 2009.

---

<sup>133</sup> O autor esteve recentemente em Angola (Luanda, Cabinda e Lobito) e pode constatar isso mesmo principalmente e com maior evidência em Luanda.

<sup>134</sup> Comunicado de Imprensa do Ministério das Finanças sob o título “*Esclarecimento Sobre A Linha De Crédito Da China*” (<http://www.minfin.gv.ao/docs/dspComunicaChina2007.htm>), emitido em 2007.



Carlos Panzo, economista sénior do Ministério de Economia de Angola, num seminário<sup>135</sup> ocorrido, recentemente, pelo Dia de África, na capital angolana, fez disso mesmo base da sua intervenção.

De acordo com aquele economista é muito natural que face aos actuais desenvolvimentos económicos internacionais, onde a própria China apresenta dar mostras de estar a entrar numa pequena recessão e a indecisão da Índia em avançar para a compra de crude angolano como chegou a ponderar, a economia angolana, provavelmente, terá de aceder aos créditos do FMI e à emissão de Títulos de Tesouro e a uma melhor adequação às suas reservas cambiais obrigatórias como já se verifica.

E ao contrário do que se passou em anos anteriores, desta vez Panzo não vislumbra impedimentos estruturais e políticos, apesar de todas as críticas que sobre o regime ainda persistem, a esse desejo de Angola, no que é corroborado por Ricardo Gazel<sup>136</sup>, economista do Banco Mundial.

As actuais políticas e desenvolvimentos económicos são mais vantajosos para Angola que os que ocorriam na década 80 e 90 do século passado onde certas éticas e valores pontificavam. Por outro lado, apesar da crise económica mundial que afecta, necessariamente, a economia angolana, é expectável que o crescimento económico angolano volte, em 2010, a estar muito perto dos dois dígitos percentuais<sup>137</sup>.

---

<sup>135</sup> Conferência proferida por PANZO, Carlos, *A Economia Angolana e a Crise Financeira e económica Internacional* num seminário ocorrido em Luanda, a 25 de Maio de 2009, pelo Dia de África.

<sup>136</sup> Conferência proferida por GAZEL, Ricardo, *Crise Financeira Global e Seus efeitos no Continente Africano: Paz Reconciliação e Reconstrução do Continente Africano*, num seminário ocorrido em Luanda, a 25 de Maio de 2009, pelo Dia de África; Ricardo Gazel é economista sénior e representante em exercício do Banco Mundial, em Angola.

<sup>137</sup> O economista Manuel Ennes Ferreira, professor na UTL-ISEG, numa conferência realizada na Universidade Lusíada de Angola, em Luanda, recordou a quebra económica que o Mundo atravessa, com particular destaque para a África subsariana. Especialmente nos dois países cujo desenvolvimento económico é mais acentuado, ou seja, Angola (quebra de 3,6% no PIB face a 2008) e República da África do Sul (uma previsão de crescimento negativo de 0,3%) e relembrou que se avizinha, cada vez com mais insistência junto dos países emergentes, a necessidade de se criar uma Nova Ordem Económica Internacional, ao citar o presidente brasileiro Lula da Silva e o economista-chefe da financeira Goldman Sachs, Jim O'Neil, quando afirmou que com o avanço da actual crise cada vez mais acredita nos BRIC; in *A Recomposição dos Poderes Mundiais: recomposição do poder económico mundial ou o passado que já não é* conferência realizada a 27 de Maio de 2009.

Apesar disso o economista angolano não esquece que a economia angolana assenta, depende, e muito, dos fluxos petrolíferos e da instabilidade que o produto apresenta nos mercados internacionais aliado ao facto de ser intensivo em capitais e gerar poucos, embora bem qualificados, empregos.

<b>Estrutura da Economia Angolana</b>			
<b>Composição do PIB (%)</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>Agricultura, Pecuária e Pesca</b>	<b>7,2</b>	<b>7,3</b>	<b>7,7</b>
<b>Indústrias Extractivas</b>	<b>67,3</b>	<b>58,0</b>	<b>57,6</b>
<i>Petróleo Bruto e Gás</i>	62,9	55,7	55,8
<i>Diamantes e outras indústrias extractivas</i>	4,3	2,3	1,8
<b>Indústria Transformadora</b>	<b>3,6</b>	<b>4,8</b>	<b>5,3</b>
<b>Energia</b>			
<b>Eléctrica</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>
<b>Construção e Obras Públicas</b>	<b>3,1</b>	<b>4,3</b>	<b>4,9</b>
<b>Serviços Mercantis</b>	<b>12,4</b>	<b>16,8</b>	<b>16,9</b>
<b>Outros</b>	<b>6,3</b>	<b>8,3</b>	<b>7,2</b>
<i>fonte: Boletim de Estatísticas do OGE 2007 emitido pelo MINFIN e citado por Carlos Panzo "A Economia Angolana e a Crise Financeira e Económica Internacional"</i>			

*Quadro 1 – (Estrutura da economia angolana (2005-2007) )*

Por exemplo, em 2007, a força do petróleo na economia angolana caracterizava-se por representar 97% das exportações angolanas e contribuir para 55,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do País o que contribuiu para que as receitas expectáveis do governo angolano, para 2008, representasse 83% das mesmas – entre 6% e 9% do consumo petrolífero norte-americano vem de Angola, já considerada como uma “importante componente da segurança energética”<sup>138</sup> dos norte-americanos, sendo no seu 6º fornecedor, enquanto que para a China, Angola já se perfila como o seu maior fornecedor de hidrocarbonetos –<sup>139</sup>, ao contrário, por exemplo, dos diamantes e outros actividades extractivas que só contribuíram com 1,8% para o PIB enquanto a indústria transformadora vem ganhando maior peso, contribuiu com 5,3% para o PIB de 2007, o sector primário com 7,7% e as obras públicas com 4,9%.

<sup>138</sup> De acordo com o correspondente do New York Times, em Viena, junto da OPEP e citado no portal noticioso angolano **AngoNotícias** ([http://www.angonoticias.com/full\\_headlines.php?id=13922](http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=13922)).

<sup>139</sup> Artigo de **ALMEIDA**, Eugénio, *Fronteiras de Berlim questionadas pelos hidrocarbonetos...*, in **Semanário Angolense**, edição 311, de 11-17/Abr/2009, pág. 26.

Também o economista brasileiro Gazel alinha pela mesma diapasão ainda que alerte para o facto da quebra dos fluxos petrolíferos nos principais países produtores e exportadores africanos (Angola, Nigéria e Gabão) ou de outros variados produtos como ouro, ferro, cobre diamantes ou zinco (Angola, Congo Democrático, República da África do Sul ou Zâmbia), possa provocar acentuadas quebras nas receitas de exportação e, por esse facto, embora indirectamente, contribuir para o aumento da ajuda externa ao Continente africano já de si muito dependente dessas ajudas e contribuir para a inflexão que vinha ocorrendo desde 2007 ou seja um significativo aumento do fluxo de capital privado, cerca de USD 53 mil milhões, face à ajuda externa internacional.

Perante estes factos e a recessão económica mundial da actualidade poderá Angola continuar a sua linha orientadora económica, tendo em conta que a quebra do PIB angolano poderá ser entre os 3,6% e os 4%<sup>140</sup>? Face aos desenvolvimentos actuais aliado ao facto do País ter sido convidado para estar presente na próxima reunião do G8, como uma economia emergente, tudo leva a crer que sim, o que irá reforçar a sua capacidade de gestão de conflitos na região e em África<sup>141</sup>.

A economia angolana mostrava porque tinha capacidade para suprir e sustentar a sua forte máquina de guerra, principalmente gerada nos conflitos que se seguiram à assinatura do adormecido protocolo de Lusaka.

#### **11.2.2.2 O poder castrense angolano e o seu subsídio para a asserção do poder político**

A força militar e, paralelamente, política de Angola, foi cimentando a partir do momento que os principais países exportadores de armas acordaram em aproveitar o levantamento dos diferentes embargos que a ONU e outras organizações continentais, como a União Europeia e a OUA, levantaram ao Governo de Angola.

---

<sup>140</sup> FMI/IMF, *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Apr.2009.

<sup>141</sup> Recordar que Luanda, em 2009, organizou as comemorações do Dia de África, que contou com a presença do presidente da Comissão da União Africana, senhor Jean Ping; uma comemoração fora de Adis Abeba, facto que aconteceu, e pela primeira vez, em 46 anos.

Entre os principais fornecedores da nova tecnologia militar vamos encontrar países como os EUA, Israel, Reino Unido, França<sup>142</sup> e Brasil, entre outros a que se juntaram, mais tarde, de novo a Rússia.

E esse acabou por ser material que permitiu ao Governo de Luanda alterar a correlação de forças que havia mantido até meados dos anos 90 e que levou à morte de Jonas Savimbi e o fim da Guerra-civil.

Dois gráficos, que a seguir se coloca, poderão ajudar a compreender a força militar de Angola no contexto africano.

---

<sup>142</sup> Quando foi elaborado esta Tese ainda decorria, nos Tribunais de Paris, o processo *Angolagate* onde algumas personalidades francesas e francófonas, por adopção de nacionalidade eram acusadas de terem violado normas nacionais na venda de material de guerra e de auferir benefícios financeiros não previstos nem contabilizáveis, como comércio ilegal de armas, fraude fiscal, tráfico de influência e abuso de confiança. Apesar de, inicialmente, algumas personalidades angolanas terem sido indiciadas dos mesmos crimes ainda não tinham sido ouvidas nem se perspectivava que o fossem, dado que Angola evocou sempre razões de Estado para as operações financeiras decorrentes com as compras de material de guerra.

Principais países compradores de material de guerra								
Ranking		Países	Área (Km2)	População			Rácio	%PNB
Mundo	África			Total	Militar (previsível)	Militar (disponível)*	Pop/militares (prev.)	
1		Omã	212.460	3.418.085	70.054	626.841	2,05%	11,40%
2		Qatar	11.437	833.285	11.396	167.485	1,37%	10,00%
3		Arábia Saudita	2.149.690	28.686.633	546.084	6.381.098	1,90%	10,00%
		(...)						8,60%
25		China	9.596.960	1.388.612.968	20.155.233	354.314.328	1,45%	4,30%
28		EUA	9.826.630	307.212.123	4.281.209	71.638.785	1,39%	4,06%
30		Rússia	17.075.200	140.041.247	1.447.773	37.019.853	1,03%	3,90%
		(...)						
9	1	Eritreia	121.320	5.647.168	124.593	1.096.120	2,21%	6,30%
11	2	Burundi	27.830	8.988.091	203.299	1.851.676	2,26%	5,90%
<b>13</b>	<b>3</b>	<b>Angola</b>	<b>1.246.700</b>	<b>12.799.293</b>	<b>290.216</b>	<b>2.755.864</b>	<b>2,27%</b>	<b>5,70%</b>
14	5	Mauritânia	1.030.700	3.129.486	69.818	744.709	2,23%	5,50%
19	6	Marrocos (1)	446.550	34.859.364	699.534	9.080.830	2,01%	5,00%
21	7	Suazilândia	17.363	1.123.913	31.739	266.311	2,82%	4,70%
27	8	Chade	1.284.000	10.328.208	242.665	2.258.758	2,35%	4,20%
29	9	Líbia	1.759.540	6.310.434	118.929	1.611.001	1,88%	3,9%
33	10	Djibuti	23.000	516.055	11.549	105.168	2,24%	3,8%
35	11	Zimbabué	390.580	11.392.629	299.309	3.048.039	2,63%	3,8%
36	12	Namíbia	825.418	2.108.665	51.362	527.948	2,44%	3,7%
38	13	Gabão	267.667	1.514.993	33.875	332.498	2,24%	3,4%
39	14	Egipto	1.001.450	83.083.869	1.623.487	20.406.408	1,95%	3,4%
41	15	Argélia	2.381.740	34.178.188	738.010	9.590.978	2,16%	3,30%

(1) Não inclui Sara Ocidental

fonte: CIA, The World Factbook, para valores 2005-2006 e 2008; \*Valores previstos para 2008

**Quadro 2 – (Principais compradores de material de guerra)**

Angola mostra-nos neste gráfico que gastava, e tem mantido nessa linha, valores muito próximos dos 5,7%, valores que vem mantendo desde 2006. Em 2005 e na previsão inicial para 2006 os gastos com as FAA representaram 10,6% e 8,8% do Produto Interno Bruto (PIB), respectivamente<sup>143</sup>.

<sup>143</sup> Valores disponibilizados pelo *The CIA World Factbook* e citados pelo Index-Mundi ([http://www.indexmundi.com/pt/angola/orcamento\\_militar\\_porcentagem\\_do\\_pib.html](http://www.indexmundi.com/pt/angola/orcamento_militar_porcentagem_do_pib.html)).

Principais potências militares africanas							
Ranking		Países	Área (Km <sup>2</sup> )	População		Rácio	PIB / per capita (em USD)
Mundo	África			Total	Militar (disponível)	População / militares	
9	1	Nigéria	923.768	138.283.240	30.638.979	22,16%	2.200,0
20	2	Egipto	1.001.450	81.713.517	20.406.408	24,97%	5.400,0
19	3	Etiópia	1.127.127	78.254.090	17.530.211	22,40%	700,0
22	4	R. D. Congo	2.345.410	66.514.506	14.101.263	21,20%	300,0
28	5	R. África do Sul	1.219.912	43.786.115	11501537	26,27%	10.600,0
31	6	Argélia	2.381.740	33.769.669	9.590.978	28,40%	8.100,0
33	7	Sudão	2.505.810	40.218.455	9.321.106	23,18%	2.500,0
34	8	Tanzânia	945.087	40.213.162	9.108.177	22,65%	1.100,0
35	11	Marrocos (1)	446.550	34.343.219	9.080.830	26,44%	3.800,0
36	12	Quênia	582.650	37.953.838	8.805.736	23,20%	1.600,0
45	13	Uganda	236.040	31.367.972	6.352.416	20,25%	1.100,0
49	14	Gana	239.460	23.382.848	5.729.939	24,50%	1.400,0
55	15	Moçambique	801.590	21.284.701	4545975	21,36%	900,0
(...)							
71	24	Angola	1.246.700	12.531.357	2.755.864	21,99%	6.500,0

fonte: CIA, *The World Factbook*, para valores previstos para 2008; (1) Não inclui Sara Ocidental

**Quadro 3 – (Principais potências militares africanas)**

Ou seja, Angola apesar de se encontrar só em 24 lugar, entre 52 países africanos, em número de efectivos disponíveis para prestar serviço militar, apresenta, no entanto, um rácio de militares/população muito próximo das principais potências africanas em termos de militares mobilizáveis.

Todavia, é interpretação do autor que se deve salientar alguns factos que contribuíram para o reforço do armamento militar angolano, nomeadamente aéreo, e que o autor pode constatar nos diferentes aeroportos por que passou, já que a maioria incorporavam, também, aeroportos militares.

Entre os diferentes factos que ocorreram durante este período, de salientar as participações militares em países próximos como:

- a.** Na República Democrática do Congo em vários períodos, alguns dos quais logo após a independência quando apoiou os ataques do antigos catangueses ao Shaba contra Mobutu. Recordemos que este apoiava a FNLA, numa primeira fase, e a UNITA, em fase posterior.

Outras participações, talvez as mais importantes no actual contexto africano, aconteceram em 1997, em Fevereiro, quando Luanda enviou dois batalhões para o Zaire, de Mobutu, para apoio à revolta liderada por Laurent Désiré-Kabila, da *Alliance des Forces Démocratiques pour la Libération du Congo-Zaïre* (AFDLC)<sup>144</sup>. Em Agosto de 1998, e após a queda de Mobutu, Angola voltou a enviar tropas para a, agora, República Democrática do Congo (RDC), cuja presidência já era detida por Kabila, contra rebeldes congoleses apoiados por Ruanda e Uganda.

Essa participação é, uma vez mais, reforçada ao longo dos anos, nomeadamente até 2003, quando apoia a candidatura de Joseph Kabila (filho) à presidência e participa nos confrontos que ocorrem no leste da RDC, particularmente na região do Nord-Kivu, como atestam, embora não o demonstrem, as recentes declarações do líder rebelde tutsi *banyamulenge* Laurent Nkunda, do *Congresso Nacional para a Defesa do Povo* (CNDP), em Novembro de 2008, e, entretanto, detido pelas forças ruandesas e entregues aos congoleses.

- b.** Em Setembro de 1997, e após as eleições legislativas que tinham dado a vitória a Pascal Lissouba, soldados angolanos e forças policiais de elite “Ninjas” cruzam a fronteira de Cabinda com a República do Congo, para apoiarem o General Denis Sassou-Nguesso e o seu grupo paramilitar “Cobras” contra Lissouba, defendendo-se com o pretenso envolvimento deste em apoio à UNITA.

---

<sup>144</sup> Personalidades congolesas e franco-congolesas como, por exemplo, o Professor e ensaísta Elikia M'Bokolo criticaram, ou menosprezaram, Kabila. Aquele insigne professor, num artigo de opinião citado pelo Diário de Notícias, de 04 de Julho de 1997, realçava a incoerência das atitudes de Kabila no processo revolucionário por que passou o Congo que, paradoxalmente, gozava de apoio tácito de Mandela para as suas decisões, nomeadamente na concentração de poder; cf. ALMEIDA, *op. cit.*, 2004, pág. 106.

Pela primeira vez um Estado intervinha, claramente, nos assuntos internos de outro Estado e substituíu um presidente que tinha sido democraticamente eleito, em Agosto de 1992, nas primeiras eleições multipartidárias, com o apoio da *Union Panafricaine pour la Démocratie Sociale*, (UPADS) por uma outra personalidade que, por acaso, tinha sido derrotada nas urnas e que já tinha tomado antes o poder, em 1979, quando forçou a queda do presidente Yhomby-Opango sob a acusação de corrupção e desvio político.

- c. Na Namíbia, onde ajudou a abafar a tentativa de secessão da faixa do Caprivi, em Agosto de 1999, quando um grupo de guerrilheiros auto-denominados *Kaprivi Liberation Army* (KLA) atacou e exigiu a separação da Namíbia e que, segundo as autoridades namibianas, estaria a ser, eventualmente, apoiado por guerrilheiros da UNITA.

Não esquecer que alguns dos dirigentes e guerrilheiros que inicialmente pontuaram na SWAPO foram treinados na China ao mesmo tempo que os primeiros guerrilheiros da UNITA e que alguns destes, nomeadamente um dos seus fundadores, pertenciam a um grupo étnico com raízes nos dois países e na inicial Organização dos Povos da Ovambulândia (OPO)<sup>145</sup>.

- d. Em São Tomé e Príncipe a intervenção angolana começou ainda de forma política, em Agosto de 1995, quando liderou a reconciliação entre militares e o poder civil, após a tentativa de golpe de Estado contra o primeiro-ministro Carlos Graça e que colocava em causa o novo regime democrático santomense, e, sob o espectro militar, por quando do *putsch* de 16 de Julho de 2003, liderado pelo major Fernando Pereira “Cobó”, tentou derrubar governo de Maria das Neves e pôs em causa o presidente Fradique de Menezes, que se encontrava ausente na Nigéria.

---

<sup>145</sup> Cf. **CHIWALE**, Samuel, *Cruzei-me com a História*, 2008, páginas 48 a 50.



Também, e pela primeira vez, dois estados com pretensões a potência regional, Angola e Nigéria se *confrontam* pelo domínio político de uma região, no caso o Golfo da Guiné e, particularmente, a vida política de São Tomé e Príncipe<sup>146</sup>.

- e. Em 2006, e pouco antes da sua morte, o embaixador angolano em Cote d'Ivoire, Carlos Belli-Bello em entrevista ao diário "Notre Voie"<sup>147</sup>, afirmava que caso Angola o decidisse e o presidente costamarfinense Laurent Gbagbo, líder da *Fronte Populaire Ivoirienne* (FPI), o solicitasse poderia colocar tropas no País para debelar a rebelião das forças Novas apoiada, ou, pelo menos, tacitamente admitida, em grande medida, pela França.

Consta-se nos meios diplomáticos africanos que esta entrevista não foi muito bem aceite nem nos corredores das chancelarias africanas nem europeias, nomeadamente em França.

É claro que só um poder político forte assente numa forças armadas potencialmente fortes e coesas pode transmitir uma capacidade de liderança numa dada região.

E tem sido assim que Angola tem potenciado a sua vontade, aliada e fomentadas por interesses externos, em ser uma potência regional. A influência de Angola na região fez com que os EUA comessem a olhar para o país como uma potência e como uma peça importante para a segurança de África, como reafirmou, em Dezembro de 2008, a comandante-adjunta para as actividades civis-militares da AFRICOM (*United States Africa Command* – Comando dos EUA para África<sup>148</sup>), Mary Carlin Yates, em entrevista ao Jornal de Angola<sup>149</sup>.

---

<sup>146</sup> Cf. em "*O "Putsch" de STP e a emergência de estados directores*", publicado pelo autor no **Jornal Lusófono**, edição 35, de 29 de Agosto de 2003, página 5.

<sup>147</sup> A Entrevista ao diário de Abidjan, próximo da FPI, foi citada no portal noticioso africano **Panapress** (<http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por029675&dte=27/02/2006>).

<sup>148</sup> Sobre o AFRICOM e suas actividades propõe-se ver o portal do organismo: <http://www.africom.mil/>.

<sup>149</sup> Citado a 8 de Dezembro de 2008 pelo portal noticioso angolano **AngoNotícias** ([http://www.angonoticias.com/full\\_headlines.php?id=21940](http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=21940)).

São Tomé e Príncipe foi, claramente, a primeira tentativa que fortaleceu, em 1997 nos dois Congos e que foi consolidando ao longo dos anos quer no seio da SADC quer na região centro-africana.

E essa vontade só teve a sua consolidação quando em 22 de Fevereiro de 2002, nas matas da província do Moxico, o carismático líder da UNITA, Jonas Savimbi foi morto num recontro com soldados das FAA depois de uma caminhada que mostrava ser quase etérea e, ao mesmo tempo, inconsequente dado a perseguição que aquelas, apoiadas tecnologicamente pelos EUA, Portugal e Israel, faziam ao líder rebelde<sup>150</sup>.

Com a morte de Savimbi todos os obstáculos que o Governo de Luanda considerava haver deixavam de fazer sentido.

Por isso, não constituiu surpresa que 13 de Março, quando o Governo declara, unilateralmente, uma trégua e apresenta um Plano de Paz<sup>151</sup> onde prometia permitir que a UNITA se reorganizasse e se integrasse na vida política nacional, propondo uma amnistia e oferecendo-se para trabalhar em conjunto com as igrejas e a sociedade civil e a 15 do mesmo mês os principais comandantes das FAA e da UNITA se encontrassem em Cassamba, no Moxico e a cerca de 200 quilómetros a leste da capital provincial de Luena, para uma reunião de pré-negociações complementada numa segunda ronda em 2º de Março, aí já com a presença de Marcial Dachala, Secretário da Informação, que oficialmente a chefiava, e Alcides Sakala, Secretário dos Assuntos Exteriores (ambos tinham anteriormente sido dados como mortos) além do general Abreu Muengo Ukwachitembo Kamorteiro<sup>152</sup>, onde concordaram em prosseguir as conversações em Luena, onde foi assinado um acordo a 30 de Março<sup>153</sup> denominado “*Memorando de*

---

<sup>150</sup> Obre os últimos dias de Savimbi e das colunas militares que compunham ainda a UNITA, proponho a leitura do livro *Memórias de Um Guerrilheiro*, de Alcides SAKALA, nomeadamente entre as páginas 417 e 438

<sup>151</sup> Documento em Anexos “*Declaração do Governo da República de Angola (13-Março-2002)*”

<sup>152</sup> Nesta reunião o general Abreu “Kamorteiro” proferiu uma frase que iria consolidar, claramente, as conversações entre os militares das duas partes, relativamente à conversas que se faziam sobre a Paz, “*muitos políticos usaram a mesma expressão, mas eu não sou político, sou soldado, por isso quando falo de paz é a sério*”, cf. in Conciliation Resource, “Aaron Griffiths, *O fim da guerra: o Memorando de Entendimento de Luena*” (<http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/memorando-entendimento-luena.php>)

<sup>153</sup> O acordo foi assinado pelos vice-chefe do Estado Maior das FAA, general Geraldo Nunda, e o general da Unita, Abreu Kamorteiro, na presença de vários militantes da Unita e de oficiais das FAA e da toika de observadores e da ONU.

*Entendimento Complementar Ao Protocolo De Lusaka Para a Cessação Das Hostilidades e Resolução Das Demais Questões Militares Pendentes Nos Termos Do Protocolo de Lusaka*”<sup>154</sup>.

Pela primeira vez, os problemas angolanos estavam a ser tratados, estritamente, pelos próprios angolanos sem prévia influência directa e clara de terceiros ultrapassando aquilo que, em 2004, Christine Messiant (1947-2006) chamava da combinação de dois factores estranhos e, simultaneamente, complementares “*uma busca determinada da vitória militar e do poder hegemónico pelas duas partes em conflito, e a existência de “demasiados interesses” no seio da comunidade internacional “real”*”<sup>155</sup>, que, em Angola, era essencialmente formada por grandes potências e empresas transnacionais as quais contextualizaram e influenciaram fortemente a atitude da comunidade internacional.

O documento ora assinado, de acordo com o general Geraldo Sachipenda Nunda, Chefe-de-Estado-Maior Adjunto das FAA, “*complementa o Protocolo de Lusaca*” e envolvia uma série de questões militares pendentes com as quais se pretendia colocar um fim ao mais longo conflito armado na África. Já o principal responsável militar da UNITA, nomeadamente depois da morte do vice-presidente António Dembo, presente no momento da assinatura do Memorando, o general Abreu “Kamorteiro”, além de ter desejado que a assinatura do acordo tornasse sua “*aplicação integral*” tão rápida quanto o possível, solicitou aos representantes dos países supervisores do Protocolo de Lusaca o apoio necessário “*para a aplicação efectiva do processo de paz*”.

Entre outros itens o memorando previa a vontade das partes em confirmar um imediato e definitivo cessar-fogo, um calendário para o acantonamento das forças da Unita em diferentes pontos do país, onde seriam desarmadas na presença de observadores da ONU antes de serem desmobilizadas ou integradas às FAA e um “inequívoco compromisso” com o Protocolo de Paz de Lusaka, que não tinha sido devidamente implementado dada a pouca vontade e desconfiança de Savimbi quanto em desarmar a sua guerrilha e integrá-la nas Forças Armadas nacionais.

---

<sup>154</sup> Documento em Anexos sob este mesmo título.

<sup>155</sup> Cf. em **Conciliation Resource**, *As causas do fracasso de Bicesse e Lusaka: uma análise crítica* (<http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/bicesse-lusaka.php>)

Luena foi formalmente completada com a assinatura do “Memorando de Entendimento de Luena”, em Luanda pelos dois chefes de estado-maior, general Armando da Cruz Neto, pelas FAA, e o general Abreu “Kamorteiro”, pela UNITA, na presença do presidente José Eduardo dos Santos, de Ibrahim Gambari, representante especial da ONU, e dos embaixadores da Troika de países observadores.

### **11.2.2.3 A Sociedade Civil e a Igrejas na ajuda à Paz**

Se o poder castrense foi importante, quase imprescindível para a consolidação da paz em Angola não devemos, no entanto, esquecer o relevante papel que a Sociedade Civil – grupo de pessoas, partidos políticos, organizações não-governamentais, cívicas e de direitos humanos, autoridades tradicionais e imprensa privada – e as Igrejas tiveram para a mesma.

Vários foram os fóruns, reuniões, conferências e participações que a Sociedade Civil realizou – e mantém presente – durante o conflito que opôs os dois intervenientes da guerra.

Partidos políticos de oposição não-armada, ou Oposição Civil (POC) procuraram sempre que as questões político-militares angolanas não se cingissem, somente, ao GURN/MPLA e à UNITA. Reclamaram sempre do direito de serem ouvidos e consultados, nomeadamente no que às questões eleitorais e de distribuição de terras, pelouros administrativos e redistribuição da riqueza dizia respeito, bem assim uma voz mais activa nas alterações constitucionais, à época previstas, onde tiveram um papel activo na reforma Constitucional de 1992 que não chegou a ser aprovada, ou na que, actualmente, está em curso, ou terem uma voz mais activa para a resolução do problema, ainda muito cadente, de Cabinda.

Mas se o papel da Sociedade Civil<sup>156</sup> foi importante, porque havia sempre “*esperança quando as pessoas são obrigadas a ouvir os dois lados*”<sup>157</sup>, não menos importante foi o das Igrejas, tanto Católica agrupadas na Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe (CEAST), como as da Reforma ou Evangélicas, com particular destaque para a Metodista e a Adventista bem assim para as duas semi-locais a Tocoista e a Kimbanguista.

De facto foram as intervenções e participações destas entidades que, muitas vezes, o problema angolano não entrou no esquecimento nem dos cidadãos angolanos – o que seria por demais difícil – nem, principalmente, no da Comunidade Internacional.

Não esquecemos o Movimento e Congresso “*Pro Pace*”, organizados sob a égide da CEAST, em 1999, quando numa mensagem pastoral, os bispos angolanos alertavam para a necessidade alertar para os perigos da guerra sendo que era o “*Povo que [o único a ser] destruído [reduzindo] à miséria tantas crianças, famintas, sem escola, sem família, sem amparo; tantos velhos e doentes fugidos dolorosamente à morte violenta das balas, para morrerem exaustos e abandonados, talvez no meio do capim; tantos jovens feitos militares, obrigados a matarem-se uns aos outros, Angolanos contra Angolanos*” ao mesmo tempo que alertava para um natural cansaço dos doadores internacionais que começavam a não esconder “*a sua relutância*” em continuar a ajudar Angola porque não viam “*o resultado de tantas ajudas já enviadas para consolidar a paz*” entre os Angolanos.

Também D. Francisco da Mata Mourisca, numa comunicação antes do Congresso recordou que a guerra só tinha trazido desgraças pelo que havia necessidade de juntar “*os irmãos desavindos*”<sup>158</sup>.

Tal como também foram importantes as viagens pontificias de João Paulo II, por ocasião dos 500 anos de evangelização de Angola, entre 4 e 10 de Junho de 1992, quando, no Huambo, alertou para os perigos que a Nação Angolana correria se “*se*

<sup>156</sup> Para mais desenvolvimentos sobre o papel da Sociedade Civil em Angola, principalmente entre Bicesse e Luena, proponho leitura de **COMERFORD**, Michael G., *op. cit.*, 2005, páginas 135 a 178.

<sup>157</sup> “**BELLI-BELLO**, Carlos, *Angola: Nada está perdido, porque a Paz é uma exigência nacional*” in *Paix, Progres et Democratie en Angola, Colloque de Paris: 16-18 Février 1994*, 1995, pág. 147

<sup>158</sup> **CEAST**, *Congresso Pro Pace, Documentos*, 2001.

*viesses a instalar-se ainda em Angola alguma discriminação por motivos de pertença religiosa, justificando-a com erros e injustiças do passado*<sup>159</sup>, como a de Bento XVI, em finais de Março de 2009, quando recordou o “*papel importante*” que a Igreja Católica continua a desempenhar em Angola bem assim como desejou que “*a realização das aspirações fundamentais das populações mais necessitadas [possa] constituir a preocupação principal de quem ocupa cargos políticos, já que a sua função deve ter em vista o bem comum*”<sup>160</sup>.

Esta participação eclesial no fomento da Paz e nas denúncias dos males da guerra teve um maior impacto quando as igrejas Católica (CEAST) e Evangélicas (agrupadas no Conselho das Igrejas Cristãs de Angola – CICA, e na Aliança Evangélica Cristã – AEA) se reuniram num Comité Inter-Eclesial para a Paz (COIEPA), cuja a principal função seria o de coordenar os diferentes papeis com que a Igreja poderia contribuir para a “*busca da Paz*”.

## **12 A Pax angolana no contexto externo**

Estava consumada a Paz em Angola que seria reforçada com a desmobilização quase completa dos guerrilheiros da UNITA – em Maio já tinham sido desmobilizados cerca de 85% dos efectivos da guerrilha – e em Agosto o movimento declarava oficialmente que renegava à luta armada reconhecendo-se somente como partido político o que levou a uma mais rápida dissolução da Comissão Conjunta criada para supervisionar a implementação do Memorando de Luena ao mesmo tempo que diversas facções eclodidas na UNITA, se colocavam sob autoridade da Comissão Política enquanto a chamada UNITA-Renovada se dissolvia.

O caminho para Angola ser uma potência na região tornava-se mais acessível e menos difícil.

---

<sup>159</sup> “*HOMILIA DO SANTO PADRE DURANTE A CONCELEBRAÇÃO EUCARÍSTICA AOS FIÉIS DA ARQUIDIOCESE DE HUAMBO (a 5 de Junho de 1992)*”, cf. **VIAGEM PASTORAL DO PAPA JOÃO PAULO II A ANGOLA E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**, Libreria Editrice Vaticana ([http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/homilies/1992/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1992/index_po.htm)).

<sup>160</sup> Cf. “Ângelo Delgado, *Santo Padre regressa a Angola*”, in revista **África Today**, Abril de 2009.

Tal como foi anteriormente referido Angola já vinha projectando a sua influência em vários e diferentes palcos africanos, nomeadamente e recorde-se, em São Tomé e Príncipe, no Congo Democrático, na República do Congo, na Namíbia, mas também na Guiné Equatorial, na Zâmbia e no Zimbabué.

Só a potência RAS e Botswana não estiveram sob “visão” de Angola.

Também Moçambique, este por razões diferentes e que se prendem com eventuais omissões que se caracterizariam a utilização pela UNITA do porto de Nacala, província de Nampula, em transacções de armas e que, eventualmente, seriam do conhecimento do Estado Moçambicano e, particularmente, do presidente Chissano, além das frias relações que sempre pontuaram entre Joaquim Chissano e José Eduardo dos Santos.

Durante anos Maputo sempre alinhou por Pretória nas questões que opunham Angola à República da África do Sul, no seio da SADC, mesmo que logicamente a expectativa estaria em apoiar algumas teses de Angola. Quem tirou dividendos desta aparente rivalidade ou animosidade foram os sul-africanos que, não poucas vezes, viam o seu líder Nelson Mandela ser requisitado para dirimir e mediar os diferendos políticos e diplomáticos entre as duas capitais afro-lusófonas do cone austral de África<sup>161</sup>.

Ainda assim, e desde a chegada ao poder de Armando Emílio Guebuza que as relações entre os dois países têm melhorado substancialmente apesar dos moçambicanos, enquanto povo, continuarem a considerar os angolanos como tendo a mania das grandezas e de cada angolano manter a ideia que os diamantes e o petróleo são propriedade de cada um, logo não são para redistribuir pelo Povo como seria expectável, de acordo com as ideias moçambicanas<sup>162</sup>.

Politicamente Guebuza percebeu, antes de ser presidente era um conceituado e exímio gestor, que as relações com Angola não poderiam continuar no limbo em que estavam,

---

<sup>161</sup> Conforme troca de impressões, via correio electrónico, com o jornalista angolano Jorge Eurico, actualmente radicado em Maputo, onde chegou a editar o jornal diário semi-electrónico **O Observador**.

<sup>162</sup> Idem.

mesmo que essa não seja, ainda hoje, a perspectiva de uma parte significativa da diplomacia moçambicana, conforme o afirmou um diplomata moçambicano ao jornalista Jorge Eurico quando questionado sobre a visão que aquele tinha das relações entre Angola e Moçambique. Segundo aquele diplomata *“na região ninguém gosta de vocês e muito menos do vosso presidente. No dia que acontecer alguma coisa no vosso país, serão poucos os países que se solidarizarão com ele e o problema que se abater sobre Angola”*<sup>163</sup>.

Quando Guebuza assumiu posse, uma das primeiras medidas que tomou, como presidente, foi visitar Luanda com intuito de dar outra dinâmica às relações político-diplomáticas. Considerava que Moçambique e os políticos moçambicanos não podiam continuar a ignorar Angola como um potencial Estado-Director ao sul do Sahara, quase a um mesmo nível que a República da África do Sul.

Por outro lado, Angola poderia facultar apoios económicos e recursos minerais que faltavam a Moçambique como o petróleo, diamantes, e outros minérios ou apoios tecnológicos para exploração de fontes de hidrocarbonetos além de ter conhecimentos, bem que questionáveis, quanto à gestão de recursos hídricos.

Por outro lado havia a necessidade de fortalecer as relações com o Zimbabué mais próximo de Luanda que de Pretória, em grande parte cimentadas nas crises do Congo Democrático onde Angola e Zimbabué participaram com efectivos militares pagos, segundo fontes da época, tal como a Namíbia, também, com minas de diamantes colocadas à disposição dos líderes militares zimbabueanos<sup>164</sup>.

Mas se os diamantes pagaram a ajuda de alguns certos países da SADC ao Congo, consta-se que muitos dos minérios especiais, como o coltan, cobre ou ouro terão sido

---

<sup>163</sup> Esta conversa aconteceu numa recepção havida numa embaixada de um País meridional e surgiu na sequência de um pedido meu ao jornalista Jorge Eurico para questionar, depois das novas prévias conversas, a diplomacia local e regional sobre a visão que estes têm relativamente às relações com Angola.

<sup>164</sup> Em Junho de 2000, um jornal sul-africano acusou o então líder Sam Nujoma, da Namíbia, e Robert Mugabe, do Zimbabué, de terem recebido, como oferta do Congo Democrático, minas de diamantes. Nujoma, embora não negando a oferta, declarou que não tinha recebido nenhuma mina diamantífera.



explorados por empresas estrangeiras, algumas multinacionais, conluiadas a empresas-fantasmas criadas pelos movimentos rebeldes do Congo Democrático<sup>165</sup>.

## ***12.1 Uma parte importante para a segurança de África***

Depois que a Paz ficou instalada, e com ela uma certa estabilidade política e militar, Angola começou a ser olhada como uma peça importante para a paz e segurança africanas, como se recordou no ponto anterior.

Vários foram os factos que reforçaram esta perspectiva, muitas vezes recordada por diferentes analistas africanos<sup>166</sup> e Ocidentais<sup>167</sup>, os quais passamos a enumerar, embora de uma forma sintética.

### **12.1.1 Angola na SADC**

Angola foi desde a primeira hora um dos estados fundadores da, primeiro, SADCC enquanto Comunidade de Estados que se opunham à África do Sul, do Apartheid, e posteriormente com a entrada desta da SADC.

Genericamente a SADC, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community*, na denominação oficial inglesa) surgiu, em Agosto de 1992, após a independência da Namíbia, tendo a sua sede em Gaborone, República do Botswana, na vigência do Tratado assinado em Windhoek, Namíbia.

É a sucessora da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Coordination Conference* - SADCC), estabelecida, em Julho de 1979, e formalmente ratificada em 1980, a qual visava o

---

<sup>165</sup> Cf. no jornal brasileiro **Hora do Povo**, de 26 de Novembro de 2008, sob o título “*Disputa de cartéis por riquezas minerais é o pano de fundo da guerra de agressão ao Congo*”, página 7.

<sup>166</sup> Alpha Omar Kounaré e Jean Ping, antigo e actual presidente da Comissão da União Africana, ao **Multipress**, de 24 de Abril de 2007, e **Jornal de Angola**, em 24 e 26 de Maio de 2009, respectivamente.

<sup>167</sup> Mary Yates, em entrevista ao **Jornal de Angola**, citado no **AngoNotícias**, *op. cit.*, Dezembro de 2008.

desenvolvimento económico dos países da África Austral. Em Janeiro de 2008 introduziu a sua Zona de Comércio Livre, que Angola deverá integrar só dentro de cinco anos, e tem por objectivo criar a sua União Aduaneira em 2010 e um Mercado Comum em 2015, facto que tem sido debatido no âmbito das reuniões ministeriais tripartidas com a COMESA (*Common Market for Eastern and Southern Africa* – Mercado Comum da África Austral e Oriental<sup>168</sup>) e a EAC (*East African Community* – Comunidade dos Estados da África Oriental<sup>169</sup>).



*Figura 7 – (Estados-membros da SADC)*

A SADC é, actualmente, constituída por 15 países: Angola, Botswana, Reino do Lesoto, Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, República da África do Sul, Reino da Suazilândia, Tanzânia, República Democrática do Congo, Seychelles, Zâmbia, Zimbabué.

Os principais objectivos da SADC, que vigoram desde a sua criação, passam por:

- a.* Promover e preservar a paz e a segurança, na região;

<sup>168</sup> Mais sobre a COMESA, ver em <http://www.comesa.int/>.

<sup>169</sup> Mais sobre a EAC, ver em <http://www.eac.int/>.

- b.** Alcançar o desenvolvimento e o crescimento económico, reduzir a pobreza, melhorar a qualidade de vida da população da África Austral e apoiar os povos socialmente menos favorecidos através da integração regional;
- c.** Promover e maximizar o emprego gerador de riqueza e a utilização dos recursos da região;
- d.** Alcançar a utilização sustentada dos recursos naturais e a protecção efectiva da região;
- e.** Expandir os valores, sistemas e instituições políticas comuns; e
- f.** Fortalecer e consolidar as afinidades e laços históricos, sociais e culturais de há muito existentes entre as populações da região.

Em Março 2001, na Cimeira Extraordinária de Windhoek, Namíbia, foram constituídos os Comités Nacionais da SADC, o Comité Integrado de Ministros – entretanto extinto dado parecer redundante – e o Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança, instrumentos essenciais para o aprofundamento da integração económica regional. De registar que Angola<sup>170</sup> tem, actualmente, uma força militar de prevenção junta da SADC, a “*Standby Brigade*”<sup>171</sup>, além de participar em exercícios militares com outros países da SADC, nomeadamente, com Moçambique e a República da África do Sul, no âmbito do pacto de defesa mútua, o último dos quais aconteceu em Abril de 2009, em Maputo, nos “Exercícios Golfinho”. A Brigada de Intervenção Rápida, sediada no Botswana (a sua dinâmica prevê que a Brigada possa estar colocada em outros países, sendo a Zâmbia um dos referenciados), antevê, quando estiver totalmente constituída, manter entre 3 e 10 mil homens<sup>172</sup>.

De notar, também, que, em 2002 assumiu a presidência rotativa da Comunidade.

---

<sup>170</sup> Grande parte da matéria relacionada com a SADC e onde Angola aparece como parte importante foi tratada e recolhida em conversa informal havida com a Dra. Beatriz Morais, Secretária Nacional da SADC, no Comité Nacional da SADC, junto do MIREX, durante a um seminário/conferência que decorreu em Luanda pelo Dia de África, sobre a “*Paz, Reconciliação e Reconstrução no Continente Africano*”.

<sup>171</sup> Esta Brigada, de alerta regional, igualmente reconhecida por “*Brigada de Alerta da Comunidade de Desenvolvimento de África Austral*” foi criada no âmbito do previsto no Artigo 13º. do Protocolo que estabelece a Paz e o Conselho de Segurança da União Africana que prevê a sua participação em missões de Paz e Segurança em África. É uma das 5 que actualmente, pelo menos oficialmente, já estão operativas no Continente.

<sup>172</sup> Cf. artigo de ALMEIDA, Eugénio, “*Militares da SADC em acção*”, publicado no diário electrónico moçambicano **O Observador**, edição nº 027, de 31 de Julho de 2007

Ainda, recentemente, o Estado angolano foi convidado, por deputados do Congo Democrático, presentes na 31ª Conferência da União Parlamentar Africana, realizada em Kampala, Uganda, a participar com uma força militar junto da missão das Nações Unidas naquele país, dado que os que se lá encontram no quadro da missão são, essencialmente, militares paquistaneses e indianos que, em regra, não se entendem e prejudicam ainda mais o Congo Democrático do que ajudam na Paz.

E notar que em Março de 2004 Angola tinha sido convidado a integrar as forças de manutenção de paz para a Côte d'Ivoire no quadro da Missão das Nações Unidas neste país (MINUCI), ao abrigo da Resolução 1528<sup>173</sup>, que autorizava o envio de capacetes azuis para aquele País, não tendo acontecido conforme se recorda das declarações do embaixador Belli-Bello, já aqui referenciadas, a um jornal costamarfinense. Por outro lado os custos eram incomportáveis para um país que vinha de uma guerra.

Se avançar para a total liberdade de comércio na região, em 2010 a SADC passar-se-á a designar SADC-FTA, (*Southern African Development Community-Free Trade Area* – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral-Área de Comércio Livre).

É entendimento no Comité Nacional da SADC, em Angola, que muito dificilmente isso poderá acontecer dado que a maioria dos Países regionais ainda não apresentaram ter condições para tal.

## **12.1.2 Angola na África Central e na Comissão do Golfo**

### **12.1.2.1 Comunidade de Estados da África Central (CEEAC)**

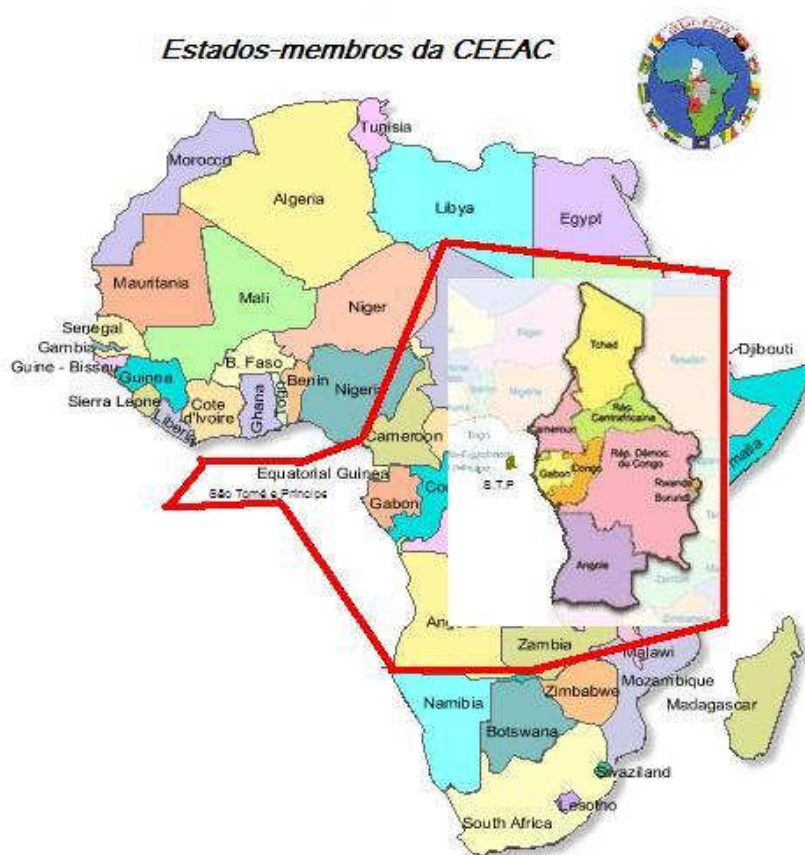
Angola além de membro da SADC, ou seja, parte integrante e importante nas questões da África Austral é, igualmente, membro permanente da Comunidade dos Estados da

---

<sup>173</sup> Cf. junto do portal noticioso africano **Panapress**, de 20 de Março de 2004, (<http://www.panapress.com/freenewspor.asp?code=por009157&dte=20/03/2004>)

África Central (*Communauté Économiques d'États de l'Afrique Centrale* – CEEAC<sup>174</sup>), que teve a sua génese na *Union Douanière et Économique de l'Afrique Centrale* (UDEAC) e na *Communauté Économique des Pays des Grands Lacs* (CEPGL), criada em Outubro de 1983.

Como se pode verificar na imagem seguinte, tal como Angola também a República Democrática do Congo é membro permanente e efectivo da CEEAC, pelo facto de, inicialmente, ter sido membro da CEPGL. São ainda membros Burundi, Camarões, Chade, Guiné-Equatorial, República do Congo (Brazzaville), República Centro-Africana, Ruanda e São Tomé e Príncipe.



**Figura 8 – (Estados-membros da CEEAC)**

A importância da CEEAC, que é considerada como um dos pilares da futura Comunidade Económica de África (CEA), viu-se – e continua a persistir, embora em menor escala – na questão do “Grandes Lagos” quando alguns dos seus Estados

<sup>174</sup> Alguns dados sobre a CEEAC podem ser obtidos no seu portal <http://www.ceeac-eccas.org/>.

entraram em conflito aberto, casos do Congo Democrático e do Ruanda e, embora em menor escala, o Burundi.

Angola acabou, a par da República da África do Sul por ter um papel preponderante e importante na resolução deste conflito, primeiramente iniciado na antiga região do Urundi e que, mais tarde, transpôs para as zonas Leste da República Democrática do Congo, devido em grande parte à presença de rebeldes hutus *Interahamwe* ou *banyamulengues*, como são reconhecidos no Congo Democrático, e por antigos militares das Forças Armadas do Ruanda (FAR), agrupados nas *Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda* (FDLR), as quais estavam estimadas em cerca de 8 a 10 mil guerrilheiros, e que tinham, na sua maioria, tomado parte no genocídio de 1994, conforme foi recordado por Mukagasana na sua obra autobiográfica<sup>175</sup> ou por Sitbon<sup>176</sup>.

O então líder ruandês, Paul Kagame, avisava que se a “*Comunidade Internacional e o Congo não podem cuidar deste problema, também nós simplesmente não poderemos continuar a estar socando bolas para estes criminosos*”<sup>177</sup>. No que foi considerado como uma atitude extemporânea e, perante o caso congolês, como arrogante.

Mas não se deve esquecer que os ruandeses estavam fartos, depois de tantas crises, assassínios e chacinas, que continuassem a persistir ataques às suas fronteiras, a partir do Congo, numa altura que o regime de Joseph Kabila mostrava já não contar com um claro e inequívoco apoio quer de Angola como do Zimbabué.

Por outro lado a África do Sul, que procurava não perder protagonismo, também nesta região, para Angola, nem tão pouco desejava permitir que o Ruanda conseguisse manter a sua influência militar na zona, propôs, numa reunião ocorrida, em Novembro de 2004, durante uma Conferência para os Grandes Lagos que os capacetes azuis das Nações Unidas tivessem uma maior capacidade para desarmar os rebeldes mesmo, e sempre que isso o justificasse, usando a força.

---

<sup>175</sup> MUKAGASANA, Yolanda, *Não tenhas Medo de Saber*, (Prefácio de Maria de Jesus Barrosos SOARES), Coimbra, ed. Gráfica de Coimbra, 2003.

<sup>176</sup> SITBON, Michel, *Ruanda: Um genocídio na consciência*, 2000.

<sup>177</sup> Cf. no portal <http://pululu.blogspot.com/2004/11/ruanda-ameaa-rebeldes-na-rdcongo.html>.

Em vésperas de uma Cimeira da Francofonia, a dança de influências nos Grandes Lagos, tornava-se cada vez mais interessante, principalmente, se nos recordarmos que, dez anos antes, a França e a Bélgica tinham sido dois dos principais pilares do genocídio do Ruanda<sup>178</sup>.

### **12.1.2.2 O conflito nos Grandes Lagos**

Não é interesse do autor, nem isso seria expectável, entrar em grandes pormenores que antecederam e levaram ao grave conflito que ocorreu na região dos Grandes Lagos. Essa matéria é por demais bem conhecida para se voltar a ela<sup>179</sup>.

O que interessa para este estudo é o que se passou posteriormente onde Angola e a República da África do Sul dirimiram a sua diplomacia para a resolução do grave problema.

De facto e como ficou descrito último parágrafo do ponto 7.1.2.1. a crise dos Grandes Lagos, a certa altura, mostrou como a diplomacia estava atenta e activa, principalmente por parte de Luanda e de Pretória as duas placas giratórias da diplomacia centro e austral africana na gestão da crise a par, embora com menos impacto, de Kampala, Uganda.

Uma das primeiras consequências da crise na região aconteceu com a manutenção da actividade dos guerrilheiros hutus da FDLR no norte e sul do Congo Democrático e que representavam, conforme o Ruanda insistia e alertava, num sério perigo para os dois países, ao contrário do que pensavam as Nações Unidas, perspectivando que esta actividade se pudesse transformar num terceiro grande desastre na região dos Grandes Lagos, naquilo a que alguns analistas chamaram de III Grande Guerra Africana.

---

<sup>178</sup> Cf. no portal <http://pululu.blogspot.com/search?q=grandes+lagos> e SITBON, *op. cit.*, páginas 7 a 16.

<sup>179</sup> Sobre esta questão há já muita obra escrita e muita matéria na Internet que pode ser livremente consultada.

Uma das primeiras medidas de J. Kabila passou por chamar ao Congo Democrático guerrilheiros tutsis, que tinham combatido os hutus no Ruanda, mas que tinham tido um papel semelhante no Burundi quando tomaram parte em genocídios contra os hutus. Só que o Governo congolês esqueceu-se deste pequeno pormenor e os *banyamulenges*, agrupados no Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), têm persistido em se manter na região com as consequências reconhecidas num conflito que, embora ainda mantenha alguns pontos de conflitualidade militar, é cada vez mais político que castrense como reconhecem, entre outros, os analistas e professores universitários angolanos Nelson Pestana e Mário Pinto de Andrade<sup>180</sup>.

E porque o conflito é, principal e fundamentalmente, político, as diplomacias angolana – esta e sempre que podia no âmbito da CEEAC – e sul-africana mostraram-se tão activas na resolução do mesmo, fomentando ora conferências, ora reuniões multilaterais entre o Congo Democrático, apoiado por Angola, Zimbabué e Namíbia, e Uganda e Ruanda, habituais “violadores” do espaço territorial congolês na perseguição aos rebeldes hutus e ugandeses do Exército da Resistência do Senhor (LRA), principalmente na Conferência Internacional sobre a Paz, Democracia e Desenvolvimento dos Grandes Lagos, realizado em Nairobi, Quénia, em meados de Dezembro de 2006, onde Nelson Mandela foi apresentado como o mais alto representante da República da África do Sul, na conferência, a pedido do então presidente Thabo Mbeki, dado que as tentativas de mediação levadas a efeito por Julius Nyerere<sup>181</sup>, há época presidente da Tanzânia, terem redundado em fracasso sem que tivesse havido uma alternativa posterior a ele, e porque Angola, através do seu representante Lopo do Nascimento, antigo primeiro-ministro e antigo secretário-geral do MPLA, achar que Angola e África do Sul independentemente do seu natural “*antagonismo fundamental entre os interesses políticos, económicos e de segurança presentes e futuros dos dois países (...) pelo contrário, deveriam desempenhar o papel que foi desempenhado pela França e pela Alemanha na construção da União Europeia*,

---

<sup>180</sup> **AngoNotícias**, de 5/11/2008 ([http://www.angonoticias.com/full\\_headlines.php?id=21558](http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=21558)).

<sup>181</sup> Nyerere foi proposto pela então UDEAC, em finais de 1995, para mediar o conflito, tendo contado com o apoio da ONU, da União Europeia e de cerca de 20 países africanos a que se juntaram, mais tarde, o ex-presidente norte-americano James Carter e guineense Sekou Touré e o arcebispo sul-africano e Nobel da Paz, de 1984, Desmond Tutu; cf. **Boletim EU-6/1996** (Política Externa e Segurança Comum) sobre a “Região dos Grandes Lagos” (<http://europa.eu/bulletin/pt/9606/p104010.htm>).



*de motores da Comunidade da África Austral*” o que, embora não tenha provocado uma clara irritação na administração Mbeki levou-o a aproximar da Nigéria, reatando alianças estratégicas com este país, e reaproximou-se da parcela africanista do ANC, que reprovava à direcção no exílio uma “ocidentalização” exagerada e que levou à sua queda como presidente, em 2008), propondo Mandela como seu enviado especial.

Nessa conferência foram debatido não só os problemas fronteiriços e militares da região como a exploração ilegal de recursos naturais, com especial destaque na região oriental congoleza, o aproveitamento político das contradições multi-socioculturais da região e a extrema pobreza da maioria das populações da área que propiciava a manutenção do conflito.

Com a intervenção de Mandela, mais do que de Angola que, na prática, era parte interessada e por isso assinou o *“Pacto sobre Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos e a Declaração sobre a sua implementação”*<sup>182</sup>, começava-se a diluir, um pouco melhor, o letárgico conflito que tinha tido o seu maior impacto entre 1998 e 2002.

Ainda assim, e apesar de Angola ser considerada como uma peça importante na manutenção de Paz na região, periodicamente é acusada de expansionismo e de manter operativas tropas suas na região congoleza de Kivu<sup>183</sup> no que, naturalmente, é desmentido tanto pelo Governo de Luanda como pelas Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC).

---

<sup>182</sup> Estes dois documentos foram assinados por 11 países (Angola, Burundi, República Centro-Africana, Congo, República Democrática do Congo, Quénia, Ruanda, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zâmbia), em Nairobi, em Dezembro de 2006, onde a República da África do Sul não se quis fazer representar; cf. **ANGOP**, de 15-Dezembro-2006 ([http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/politica/Joao-Miranda-assina-Pacto-Declaracao-sobre-Grandes-Lagos.292f6fc1-95f5-40ca-91ce-8a558ca94eef.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/politica/Joao-Miranda-assina-Pacto-Declaracao-sobre-Grandes-Lagos.292f6fc1-95f5-40ca-91ce-8a558ca94eef.html))

<sup>183</sup> Segundo Bertrand Bisimwa, porta-voz dos rebeldes da CNDP, em entrevista à Associated Press e citado no portal **AngoNotícias** ([http://www.angonoticias.com/full\\_headlines.php?id=21558](http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=21558)), em Novembro de 2008.

### **12.1.2.2.1 Como Congo parece ter aprendido a lição**

Se Angola conseguiu ajudar a resolver a questão nos Grandes Lagos, até porque isso lhe permitiu modernizar alguns sectores das suas Forças Armadas<sup>184</sup>, não é menos verdade que ainda persistem alguns focos de instabilidade em algumas zonas do leste do Congo Democrático mesmo após a detenção de um dos principais líderes revoltosos, pelo Uganda e a sua posterior entrega aos congoleses.

Mas enquanto isso não aconteceu, e ainda não está totalmente estabilizado embora algumas das últimas atitudes do governo de Kabila, principalmente, nas questões fronteiriças que anda a criar com Angola a quem acusa de manter uma indisfarçada ingerência e manutenção indevida de má delimitação fronteiriça devido aos hidrocarbonetos, principalmente na foz do Zaire<sup>185</sup>, o presidente Joseph Kabila percebeu que se queria ver os seus assuntos internos resolvidos deveria então serem os autóctones a tratar deles e não esperar que terceiros o fizessem, mesmo que alguns dos seus opositores sejam, a espaços, detidos acusados de raptos, crimes contra a humanidade e tráfico de influências como foi, por exemplo, o caso do seu antigo vice-presidente e líder rebelde Jean-Pierre Bemba, do Movimento de Libertação do Congo (MLC), detido em Maio de 2008, na Bélgica, por ordem do Tribunal Penal Internacional (TPI), sob acusação de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, que teriam sido cometidos entre Outubro de 2002 e Março de 2003, quando era chefe da guerrilha<sup>186</sup>.

Está provado que os apoios externos são, em regra, guarnecidos de eventuais e não poucas significativas vantagens para os doadores e raramente para as populações dos Países onde as crises sociais persistem.

---

<sup>184</sup> Editorial de William Tonet no semanário angolano **Folha 8**, de 9 de Abril de 2007 numa análise a uma acusação de um analista militar sul-africano Mwanpassy John, em entrevista àquele semanário.

<sup>185</sup> A RD Congo assenta algumas das suas reivindicações na Convenção sobre a Lei Marítima da ONU (UNCLOS), de 1982, relativo à exploração do leito marítimo das 200 milhas; cf. **Novo Jornal**, edição de 29/Maio/2009, pág. 7.

Parte substancial desta matéria foi largamente debatida nos portais angolanos **Angola24Horas.com** ([http://www.angola24horas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=218:angola-e-republica-do-congo-disputam-fronteira-na-onu&catid=23:angola24horas&Itemid=34](http://www.angola24horas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=218:angola-e-republica-do-congo-disputam-fronteira-na-onu&catid=23:angola24horas&Itemid=34)) e no portal **AngoNoticias** ([http://www.angonoticias.com/full\\_headlines.php?id=23198](http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=23198)), de Abril de 2009

<sup>186</sup> **Panapress**, Maio de 2005

Desde que o presidente Joseph Kabila tomou o poder, primeiro pela via sucessória, depois pelas eleições, que as ofertas de ajuda para acabar com as sucessivas e contínuas crises internas o têm levado, e ao País – mais a este, que ao poder de Kabila, – a uma persistente e sucessiva manutenção dos problemas sociais e políticos, onde a guerra de guerrilha tem persistido, onde a economia continua a resvalar para uma depauperação sem precedentes, e onde a manutenção de forças externas no País se mantêm como, na maioria dos casos, mais como forças ocupantes e não de manutenção de Paz da MONUC, a missão de paz da ONU para o Congo<sup>187</sup>; daí, a dada altura, o Congo Democrático ter solicitado a Angola<sup>188</sup> que participasse nesta força em vez, ou ao mesmo tempo, que soldados indianos e paquistaneses sob quem, também recaem suspeitas de violações e corrupções.

Por essa razão, Kabila e os principais líderes das regiões do Kivu Norte e do Kivu Sul se organizaram numa conferência sobre a Paz, Segurança e Desenvolvimento para a região. Foi o primeiro passo para uma efectiva Paz naquela região onde todos puderam discutir na mesma língua e segundo o mesmo padrão cultural. As anteriores manobras a favor da Paz na região mostraram que esta tem servido mais para fortalecer os seus vizinhos e perpetuarem a sua presença naquela rica região congoleza que para uma efectiva pacificação social e política do País.

Foi tempo dos congolezes perceberem que a manutenção de uma guerra no País e na região só atrasava o desenvolvimento das populações e, por extensão, do próprio País, Kabila e os seus concidadãos perceberam e acolheram os ensinamentos que o seu poderoso vizinho do Sul teve entre Lusaka e Luena.

Como se disse uma das consequências foi a detenção de Laurent Nkunda, da CNDP, por forças militares conjuntas congoleza-ruandesas em Janeiro de 2009. Outra das vontades dos governos da região prende-se com a tentativa de se unirem esforços entre ugandeses, congolezes democratas e centro-africanos num reforço da cooperação militar para erradicar da região, por um lado, e do Uganda, por outro, as forças rebeldes da

---

<sup>187</sup> Sobre MONUC, ver em <http://monuc.unmissions.org/>

<sup>188</sup> **AngoNotícias**, de 29.Outubro.2008 ([http://www.angonoticias.com/full\\_headlines.php?id=21473](http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=21473)).

LRA, que se encontram ainda activos no norte da República Democrática do Congo, em grande parte, devido à persistente perseguição que os ugandeses lhe movem.

Também a igreja congoleza através da Comissão “*Justiça e Paz*”, criada pelos bispos congolezes, tem participado na tentativa de trazer a pacificação efectiva ao Congo Democrático, conforme afirmou, recentemente, o bispo de Bokungu-Ikela, Dom Fridolin Ambongo, presidente daquela Comissão, da Conferência Episcopal Congoleza, numa entrevista à Rádio Vaticano e que será transmitida e publicada muito em breve<sup>189</sup>.

Ninguém deseja que o Congo Democrático seja uma Somália em ponto grande ou um Darfur.

#### **12.1.2.2.2 O não à Somália ou evitar conflitos com futuros pares?**

A par da resolução da crise dos Grandes Lagos, pelo menos parente, Angola foi convidada a participar como uma das potências gestoras e militares para a resolução da crise somali.

Recorde-se que esta crise já remonta à queda do antigo ditador Mengistu – que se acoitou no Zimbabué, a convite do presidente Mugabe – e à a derrota norte-americana e ao fracassado da sua “Restaurar a Esperança”<sup>190</sup>, em 1992, bem assim a da complacência internacional vai mantendo e persistindo no Corno de África, mais especificamente, na Somália onde os senhores da guerra, as milícias islamitas e os piratas marítimos vão continuando a desprezar todas as “conversas” que a Comunidade Internacional vai mantendo sobre esta temática, onde se encontra um dos *check points* mais importantes das rotas marítimas entre a Ásia e o Ocidente, o estreito e a entrada para o Golfo de Adém que dá acesso ao mar vermelho e ao canal do Suez.

De que tem servido os apelos da ONU e do Comité Político da ONU para a Somália (UNPOS) que, em 2006, organizou um Fórum para “educar” os deputados que iriam co-girir o proposto federalismo político para a Somália pelos países anglófonos, no

---

<sup>189</sup> Entrevista à Rádio Vaticano e citada no seu portal (<http://www.oecumene.radiovaticana.org/>).

<sup>190</sup> Cf, artigo de ALMEIDA, Eugénio, “*Somália, um caos africano que nunca mais acaba?*”, publicado no semanário santomense **Correio da Semana**, ed. n.º. 68, de 10-Junho-2006

Quénia, – na boa linha britânica de “*se não se entendem que se separem e, ou, se federem*” – quando se sabe que, desde a sua formação, a Somália mais não foi que uma manta de retalhos de origem inglesa, francesa e italiana cosida com linhas fracas e inconsistentes, ainda que habitada por um mesmo povo e com um único idioma.

Ora a situação somali em vez de melhorar tem se mantido na mesma linha com ora sob gestão islamita ora sob gestão de antigos senhores da guerra próximos da Etiópia.

E foi quando esta, depois de ocupar e parecer ter estabilizado o país que a União Africana (UA) e a ONU solicitaram a alguns países, com conhecimentos de como resolver situações análogas, convidou Angola a integrar o contingente de paz que a UA previa estacionar na Somália.

Angola apesar de numa primeira fase parecer ponderar essa hipótese, que alguns diplomatas logo contestaram, acabou por declinar esse convite. E essa parece ter sido uma atitude inteligente já que como afirmou, recentemente, o chefe da Missão da União Africana na Somália (AMISON), general burundês Juvenal Niyoyunguruza, os soldados da UA que lá estão estacionados, não gozam do apoio das populações somalis porque, segundo estas, não mantém, uma deficiente neutralidade no conflito que opõe o Governo somali e os guerrilheiro islamitas<sup>191</sup>.

Enquanto isso os Estados da região vão tentando manter a questão nas fronteiras somalis esperando que as mesmas não as extravasem e relance mais conflitos nos Grandes Lagos. Não esquecer que entre os Estados mais fortes da região está o Quénia e o Uganda, dois estados que, caso se proporcione, poderão, um dia ascender ao clube de potências regionais.

### **12.1.2.3 A Comissão do Golfo da Guiné**

Esta Comissão, embora tenha sido criada como órgão autónomo, em 1999, num quadro de concertação, cooperação, desenvolvimento, prevenção, gestão e resolução de

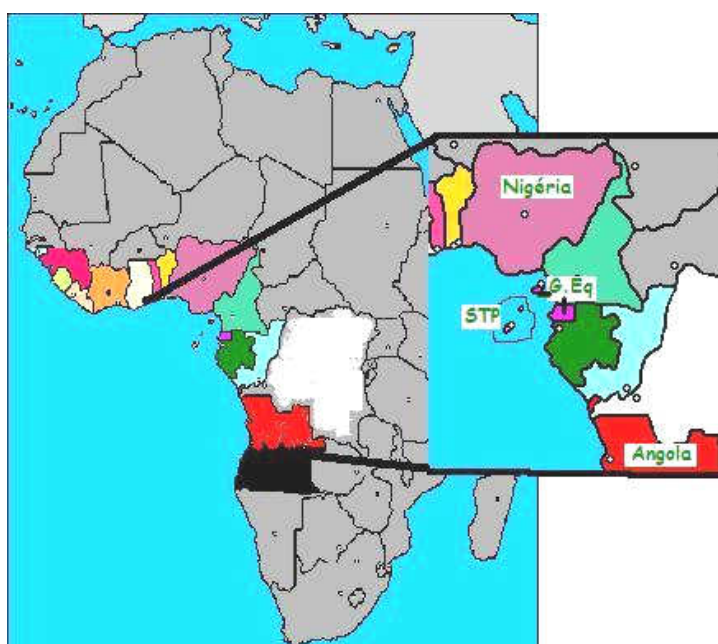
---

<sup>191</sup> **Jornal de Angola**, edição de 30 de Maio de 2009.

conflitos, foi formalmente instituída numa reunião havida em Libreville, Gabão, em 26 de Agosto de 2006, por sugestão do então presidente nigeriano Olusegun Obasanjo.

A sede da organização está localizada em Angola, que assumiu, este ano a sua presidência, após a cimeira de Luanda de Dezembro de 2008, onde foi produzida a “Declaração de Luanda” sobre a situação no Congo Democrático, e, numa primeira fase e durante um mandato de três anos, o secretariado executivo esteve a cargo de São Tomé e Príncipe, embora tenha sido prorrogado, sendo actualmente seu secretário, o antigo Presidente da República santomense, Miguel Trovoadá.

Dada a sua importância geoestratégica da região para a estabilidade regional, resolvida que estava o diferendo fronteiriço entre a Nigéria e os Camarões, na península de Bakassi, os signatários desejaram fomentar uma cooperação mais *“estreita e multiforme e estabelecer relações com base na compreensão mútua a fim de realizar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos seus povos respectivos”*<sup>192</sup>.



**Figura 9 – (O Golfo da Guiné)**

Por outro lado, o Golfo de Guiné, Bem enquadrado na zona da África Central, ocupa uma posição geoestratégica que o põe em contacto com todas outras sub-regiões

<sup>192</sup> Cf. Franck Mendome então porta-voz do Ministério gabonês das Relações Exteriores, à **Panapress**, de 26 de Agosto de 2006.

africanas, tradicionalmente de influência francesa, onde se situam o Chade, a República Centro-Africana (RCA), o Níger e os Grandes Lagos, embora só o Congo Democrático pertença à Comissão, República do Congo e Gabão, e cplpiana-lusófona – Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné-Equatorial – além da Nigéria e Camarões, tem-se transformado, cada vez mais, num campo de interesses para os americanos e para a defesa do Atlântico Sul.

Recorde-se que a região chegou a estar nos planos iniciais da AFRICOM e da marinha de guerra norte-americana, nomeadamente quando instalou radares na costa santomense e quando ponderou a instalação de uma base naval, semelhante a de Diego Garcia, na ilha de São Tomé. A proximidade da Nigéria e de Angola, os seus dois maiores fornecedores de crude, na África subsaariana, a aproximação cada vez maior que os EUA estão a fazer a Angola, procurando evitar uma maior interdependência dos angolanos face à China, levaram os norte-americanos a repensar esta estratégia e manter somente os radares em São Tomé.

Acresce que construção do oleoduto Chade-Camarões e a sua eventual extensão para o Níger, para a RCA, para o Sudão e para a Líbia, bem assim as crises militares que, periodicamente, o delta do Níger é alvo, com ataques de terroristas e piratas sobre os oleodutos nigerianos e barcos internacionais, na linha do que já existe, e persiste, na Somália, aliado ao facto da região ser rica em hidrocarbonetos – três dos maiores produtores africanos, talvez possa um dia a ser quatro, se se confirmar a existência em quantidade e qualidade de petróleo nas águas de São Tomé e Príncipe – e a necessidade de ser ponderada a criação de um bloco regional coerente com um projecto energético comum, no que constitui um meio para os países do Golfo da Guiné conservar um poder de decisão e de auto-gestão dos recursos petrolíferos que representam 16% da produção mundial diária de petróleo além de possuir, ainda, a segunda maior reserva hídrica do Mundo, a seguir à Amazónia brasileira, reforçam a dimensão geoestratégica desta parte do continente africano.

Uma região onde dois países mantêm um vontade de fazer vincar a sua projecção política e militar, no caso, Angola e Nigéria, por sinal esta que propôs a criação da

Comissão e aquela ser sede da mesma e a responsabilidade de contribuir integralmente para o seu funcionamento durante um ano.

### **12.1.3 Angola e a segurança africana**

Além das já referidas organizações, algumas com vectores de segurança incorporados, como já se viu com a sua participação em exercícios de segurança militares no seio da SADC, Angola procura não descurar a sua participação na segurança africana, em geral, e na CPLP, em particular.

#### **12.1.3.1.1 Serviços de Segurança e Inteligência de África (CISSA)**

Uma das organizações onde a presença de Angola mais se faz sentir, é no Comité dos Serviços de Inteligência e Segurança de África (CISSA), cujos principais desafios passam pela alerta da existência de conflitos que possam ameaçar a paz e segurança dos Estados signatários, pelo reforço dos mecanismos de actuação, das linhas de comunicação e pela atribuição de tecnologia original na União Africana – o que parece difícil –, bem assim resolver, logo à partida, pequenos problemas antes que estes se agudizem e se tornem em grandes conflitos, regulados segundo os princípios do Direito Internacional de não ingerência nos assuntos internos de qualquer país, signatário ou não.

Só que, como recordava o coronel angolano Manuel Correia de Barros, do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEAA)<sup>193</sup> é difícil manter grande parte destes requisitos quando África é constantemente alvo de problemas, a maioria criados por terceiros fora do Continente mas que, em regra, se reflectem com alguma certa intensidade em África; em regra, os “fomentadores” das crises, mesmo que indirectamente, como foi o caso da recente crise económica mundial e que ainda não mostrou totalmente como se reflectirá em África, costuma a ter por divisa “*vamos resolver os nossos problemas e, depois, resolvamos os dos africanos, caso dê*”<sup>194</sup>, esquecendo que, num Mundo cada vez mais globalizante, a resolução imediata de certos

---

<sup>193</sup> Entrevista ao **Jornal de Angola**, edição de 21 de Maio de 2009.

<sup>194</sup> *Idem*.



problemas em África pode depender a sua própria estabilidade política, económica e social (basta recordar o caso das migrações clandestinas para a Europa ou o facto de alguns Estados estarem nas rotas da droga entre a América Latina e a Europa).

Todavia, Manuel de Barros também reconhece que algumas crises africanas, como os chamados Golpes de Estado, se devem à má governação e inadaptação às estruturas locais, à fraca formação e dificuldade em arranjar quadros capazes para pôr a funcionar essas estruturas, nomeadamente, militares e de inteligência, bem assim evitar que os conflitos internos continuem a ser dirimidos – e quando o são – por orientações externas

Não basta olharem para África, como o fazem, também, no Médio oriente e na região afegã-paquistanesa, como um hipotético centro de terrorismo de onde sai, segundo certos serviços de inteligência Ocidental, a maioria da instabilidade social e religiosa. Esquecem-se que a democracia, a boa governação e a estabilidade das estruturas e das instituições não podem ser feitas em cerca de uma vintena de anos, quando a Europa e os EUA demoraram entre 200 a 400 anos para o conseguirem.

Desde Maio de 2009, Angola assumiu a presidência rotativa do CISSA, durante a 6ª Conferência, sucedendo à República da África do Sul, onde se integram 43 serviços de inteligência e segurança de África e 23 convidados especiais que incluem serviços de inteligência e organizações internacionais e a sua criação remonta a Abril de 2004, quando em Luanda, directores-gerais de diversos serviços de segurança africanos, se debruçaram sobre o “Mercenarismo em África” depois da fracassada tentativa de golpe na Guiné-Equatorial que seria levada a efeito por mercenários, a maioria de origem não-africana, devido à boa coordenação que certos serviços de segurança africanos apresentaram na altura.

#### **12.1.3.1.2 Angola e a cooperação de defesa na CPLP**

Mas a presença angolana na e sobre segurança não fica só, e como já se viu, pela participação efectiva no CISSA.

Também na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e ao contrário do que se passa com outros sectores da organização – recordar que Angola ainda não ratificou, nem pondera fazê-lo no imediato, as alterações previstas no Acordo Ortográfico já rubricado e ratificado pelo número mínimo de Estados que o obrigam, e para quem a expressão “Lusofonia”, tal como em outros países, provoca algum desconforto<sup>195</sup> –, Angola mantém uma presença activa e cooperante em termos de Defesa onde, de acordo com Kundi Paihama, Ministro angolano da Defesa, procura defender uma maior interacção e cooperação visando “*a construção de um mundo melhor, mais seguro e pacífico*”<sup>196</sup> como ficou definido na XI reunião de Ministros da Defesa da CPLP, em Luanda, durante o mês de Maio de 2009, sucedendo a Timor-Leste como presidente em exercício desta Comissão ministerial de Defesa da CPLP.

Mas a presença de Angola faz-se, também, pela sua participação em exercícios conjuntos com outros estados da CPLP, nomeadamente nos exercícios “Felino” onde são preparados e aprontadas diversas unidades militares para a sua integração em missões de Paz e ajuda humanitária, quer fora da CPLP, quer fora de África como, ainda recentemente, o académico português Francisco Pavia defendia, em Luanda, numa Conferência havida na Universidade Lusíada de Angola, sobre as jornadas pelo Dia de África.

Mas a presença angolana na CPLP não se fica só, naturalmente, pela via da Segurança.

Embora fosse expectável que as ligações angolanas à CPLP fossem mais profícuas, constata-se que, em regra, as mesmas se restringem a situações pontuais resultantes dos encontros ministeriais que a organização lusófona vai fazendo ou, quando isso é do natural interesse estratégico de Angola, em missões precisas. Isso mesmo foi dado conta ao autor em conversas informais que manteve com alguns analistas políticos,

---

<sup>195</sup> ALMEIDA, Eugénio, *Quando a Lusofonia provoca desconforto*, artigo publicado no portal lusófono, **Portugal em Linha - Portal da Lusofonia**, de 28 de Maio de 2009, (<http://www.elcalmeida.net/content/view/420/46/>).

Ainda sobre a questão Lusofonia, um alto funcionário das Relações Exteriores moçambicano, dizia há pouco tempo, em conversa fechada com alguns jornalistas, numa embaixada em Maputo, que a Lusofonia era uma matéria que não interessava a Moçambique, até porque as suas relações sociais e comerciais eram, primordialmente, mais com países limítrofes, a sua quase totalidade anglófonos; cf. conversas do autor com Jorge Eurico.

<sup>196</sup> **Jornal de Angola**, de 28 de Maio de 2009.

académicos e deputados os quais mostraram que enquanto a CPLP for um organismo *satelitizado* pelo Brasil e por Portugal não vêm necessidade de maior intervenção no mesmo.

Recorde-se a sua intervenção nos casos de São Tomé e Príncipe, já referidos, onde esteve presente dentro do âmbito da CPLP e, também, fora dela – e foi nesse âmbito que resolveu as duas questões críticas por que os santomenses passaram – ou, mais recentemente, na Guiné-Bissau, após a crise resultante das mortes do presidente João Bernardo “Nino” Vieira e do CEMGFA, general Tagmé Na Waie, onde a CPLP se fez presente e entre a sua representação oficial estava um representante de Angola, através de um a diplomata da sua embaixada em Lisboa, ao mesmo tempo que os funcionários diplomáticos angolanos em Bissau e, posteriormente, o seu vice-ministro das Relações Exteriores, George Chikoty<sup>197</sup>, intervinham junto dos diferentes sectores bissau-guineenses tentando minimizar e restringir o problema a uma mera questão de incompatibilidades entre as duas personalidades falecidas e a divergências entre o Governo e as Forças Armadas, apesar das supostas excelentes relações que existem entre os partidos dominantes, MPLA e PAIGC, patenteadas numa recente visita do primeiro-ministro bissau-guineense a Angola e na presença de um embaixador plenipotenciário próximo do presidente angolano junto das autoridades guineenses<sup>198</sup>.

Por outro lado, foi um dignitário angolano, o antigo Ministro das Relações Exteriores, João Miranda, foi escolhido para representar a União Africana na referida crise, devido não só à língua como à referida proximidade que existe entre os dois partidos do Poder, tem questionado e alertado o Governo e as autoridades de Bissau quanto à difícil situação que os problemas guineenses podem causar na região e, por extensão, na CPLP, facto que, parece não estar a ser bem ponderado pelos dois países-líderes da organização lusófona.

---

<sup>197</sup> **AngoNotícias** de 4 de Maio de 2009 ([http://www.angonoticias.com/full\\_headlines\\_.php?id=23508](http://www.angonoticias.com/full_headlines_.php?id=23508))

<sup>198</sup> Cf. José Gama, num artigo publicado no **Club-K** sob o título *A Intervenção de Angola na Guiné Bissau*, em 6/03/2009, (<http://www.club-k-angola.com/index.php/preto-a-branco/2259-intervencao-angolana-para-estabilidade-na-guine-bissau-jose-gama.html>).

### **12.1.4 A difícil coexistência de Angola com as ONG**

Se as relações com a CPLP não servem de base para aquilatar as posições estratégicas de Angola no seio das diferentes Organizações, já no que se refere às Organizações Não Governamentais (ONG) que operam no seu território ou que com Angola mantém uma ligação indirecta, Angola tem mantido uma estranha, e não poucas vezes, conflituosa, relação.

Desde muito cedo que Angola não teve uma relação privilegiada com a grande maioria das ONG que operaram no País, exceptuando, talvez, aquelas que mais directamente estavam ligadas a organismos inter-estaduais ou que dependiam dos Governos dos países considerados mais próximos e mais amigos, como as que operam na desminagem daquele que foi considerado como o país mais minado do Mundo ou as que estão ligadas a actividades culturais e políticas reconhecidas ou próximas do partido governamental.

As ONG ligadas a Direitos Humanos (Amnistia Internacional, Oxfam Internacional, Human Rights Watsch, ou a angolana Associação Justiça, Paz e Democracia de Angola (AJPD) – que viu, recentemente os seus estatutos serem questionados pelo Governo angolano junto dos Tribunais<sup>199</sup> –, Habitat for Humanity International, ou a Open Society), às Nações Unidas (Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre a Detenção Arbitrária-UNWGAD, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas-CDHNU, ou com a PAM), ou às Igrejas (Catholic Relief Services-CRS) e outras de cariz humanitário e político (Repórteres Sem Fronteiras, Agência Médica Internacional-AMI, International Crisis Group, Freedom House ou a Transperency International) foram, e são, não poucas vezes, ostracizadas ou expulsas do País sob acusações de ingerência inqualificável ou de “já não ser necessárias” ou nunca ter tido “existência legal”<sup>200</sup>

---

<sup>199</sup> **Amnistia Internacional**, *Document - Angola: Intimidation*, de Setembro de 2008, (<http://www.amnesty.org/en/library/asset/AFR12/007/2008/en/268cc8c5-7dc6-11dd-8e5e-43ea85d15a69/afr120072008pt.html>).

<sup>200</sup> Sobre o encerramento do CDHNU; cf. portal noticioso **Notícias Lusófonas**, de Abril de 2008, (<http://www.noticiashusofonas.com/view.php?load=arcview&article=20925>).

conforme o atesta, por exemplo o último relatório do Departamento de Estado dos EUA, sobre os Direitos Humanos, referente a 2008<sup>201</sup>.

Ainda assim, há quem considere que muitas destas organizações não são tão privadas ou destituídas de interesses proto-nacionalísticos e governamentais já que, uma parte substancial deverá ser considerada como sendo CONGO (*Governmental Oriented Non Governmental Organizations*)<sup>202</sup> por reflectirem, em grande medida, a agenda dos seus patrocinadores, embora sempre sob a capa de imparcialidade e independência.

Esta difícil coexistência que Angola mantém com a generalidade das ONG acaba por se reflectir numa imagem pouco positiva que o País quer transmitir como uma diplomacia a ter em consideração na resolução de certas crises internacionais fora do contexto africano.

Não basta querer ser uma potência. Há que mostrar ter condições para o ser como foi referido no início deste capítulo.

---

<sup>201</sup> Cf. **Notícias da Embaixada** (dos EUA), em Luanda, publicada em Abril de 2009, [http://portuguese.angola.usembassy.gov/relatrio\\_dos\\_direitos\\_humanos\\_2008.html](http://portuguese.angola.usembassy.gov/relatrio_dos_direitos_humanos_2008.html).

<sup>202</sup> Intervenção de Francisco Pavia numa conferência sobre Jornadas de África, na ULA, e citado no **Jornal de Angola**, edição de 24 de Maio de 2009

## **13 IV. Comportará África a existência de potenciais Estados-Directores?**

### **14 Os Estados-Directores em África**

Como foi realçado no capítulo anterior é entendimento do autor que a existência de potências regionais, ou, também dito, Estados com capacidade potencial para serem Estados-Directores numa dada região de África colide com os interesses que emergem quer da Organização de Unidade Africana (OUA) quer nos da União Africana (UA), mais nestes, como adiante se constatará, que na primeira Organização pluricontinental.

#### ***14.1 Da Organização de Unidade Africana à União Africana***

Em 25 de Maio de 1963 surgiu, pela primeira vez, em Adis-Abeba, onde, de futuro, ficaria sediada, a Organização de Unidade Africana (OUA) cuja matriz previa, entre outras cláusulas, que os Africanos fomentassem a *Unidade e Solidariedade entre os respectivos Estados Africanos*; defendessem a *soberania, integridade territorial e independência dos seus Países*; ajudassem a *erradicar todas as formas de colonialismo no Continente*; promovessem a *equidistância entre os diferentes Blocos políticos internacionais*, ou seja, que vigorasse uma política de Não-alinhamento; que defendessem a *resolução pacífica dos conflitos intra e extra-Estados*; e, unidos, *condenassem todas as formas de assassinatos políticos e actividades subversivas contra os Estados africanos provocadas por vizinhos ou outros Estados*.

Apesar de se saber que nem todas estas cláusulas tiveram qualquer exequibilidade, os líderes africanos – e isso deve ser ressalvado –, de então, tinham a consciência que a Liberdade, a Igualdade, a Justiça e a Dignidade, em África, não deveriam ser palavras ocas e vãs, mas aspirações legítimas dos povos africanos. E porque isso era importante para os novos Estados africanos que emergiam com as independências, estes clausulados deveriam estar consagrados na Carta da OUA, tal como o estavam na de São Francisco.

Embora, e como já foi anteriormente descrito, a grande génese da OUA tenha estado nos Congressos pan-africanos, realizados em 1900s, e já referidos em I-2.3.

A OUA, como se sabe, sobreviveu, neste formato até 2002, na sequência de uma inicial proposta do coronel Muammar Kadafi (ou al-Gaddafi), em Syrte, Líbia, para a criação de uma nova organização supranacional na linha da que existia na Europa, ou seja para uma União Africana.

### **14.1.1A União Africana**

Quando a 9 de Setembro de 1999, o líder líbio Kadafi propôs a criação da tal União Africana, fê-lo no pressuposto, e isto deve ser bem salientado e não esquecido, que a mesma deveria ser só – repete-se e sublinha-se SÓ! – para os países da África Negra abaixo do Deserto do Sahara. Ou seja, havia aqui uma manifesta vontade de separar as duas *Áfricas* que, apudoradamente, os líderes africanos parecem ter já esquecido: a África de domínio Árabe-caucasiana, a Norte, e a África de maioria Negra, a Sul.

Mas se essa foi a vontade primeira, o que sobressaiu, no fim, foi a criação de uma União Pan-Africana onde todos os estados africanos fossem incluídos tendo em consideração que começava a se vislumbrar a emergência de uma Comunidade Económica Africana e que vinha sendo proposta por algumas comunidades sub-regionais.

E foi assim que, no decorrer da 38ª e última cimeira da OUA, realizada em Durban, República da África do Sul, e sob a presença do então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, a União Africana foi formalmente instituída, a 9 de Julho de 2002.

Se nesta histórica Cimeira ficou definida a criação da União Africana (UA) foi na Cimeira imediata, realizada em Maputo (Moçambique), que se decidiram as principais características que deveriam nortear, futuramente, a novel organização supranacional.

Entre os principais pontos, destacam-se aqueles que poderiam conduzir (e é nela que está a causa principal tão cara a alguns dos seus criadores, nomeadamente, ao coronel

Kadafi) a União Africana a um futuro mono-organismo nacional, ou seja, aos já ancestrais Estados Unidos de África, tais como a organização ser encimada por uma *Assembleia* (de chefes de Estado e de Governo), por um *Conselho Executivo* (nível ministerial), por um *Comité de Representantes Permanentes* (nível de embaixadores) e por uma *Comissão*.

Teria, ainda, um *Conselho de Segurança e Paz* (CSP), análogo ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (com a diferença de não ter lugares permanentes e todos terem o mesmo tipo de voto); um *Parlamento Pan-Africano*, constituído por cinco deputados eleitos em cada Estado-membro da União Africana para mandatos de quatro anos e com a sede em Trípoli, Líbia; previa a formação de um *Exército único pan-africano*; de um *Banco Central pan-africano* e, com ele, uma a moeda única; a institucionalização de um Tribunal Inter-continental, o *Tribunal de Justiça da União*; e, finalmente, a criação de um novo instrumento pan-africano, o *Mecanismo de Revisão por Pares* (MRP).

E foi – é – este novo mecanismo, ainda que a alínea *b*) do Artigo 3.º do acto Constitutivo afirme “*respeitar a soberania, integridade territorial e independência dos seus Estados-Membros*” – reforçado no Artigo 4.º “Princípios” alíneas *a*) e *b*) “*igualdade soberana e interdependência entre os Estados-Membros da União*” e “*respeito das fronteiras existentes no momento da acessão à independência*” – aqui é a defesa inequívoca da intangibilidade das fronteiras coloniais tão questionadas, sempre que os interesses estão em jogo –, que coloca em causa a regra número um da extinta OUA, ou seja, o respeito pela soberania interna de cada país, ainda que em nome da solidariedade pluricontinental, como se infere, também, no mesmo artigo 3.º na alínea seguinte quando, e claramente, advoga “*acelerar a integração política e socioeconómica do Continente*”.

Se é verdade que a UA pode ajudar os Estados africanos a melhor se compreenderem e respeitarem, também não é menos verdade que alguns Estados têm procurado mostrar que estão melhor preparados para gerir os interesses africanos. São as potências regionais ou “Estados-Directores” emergentes, grande parte delas “*preparadas*” na vigência da chamada Guerra-fria.



## ***14.2 Potências emergentes***

Como já foi descrito em *III-6.1*, são vários os factores que podem condicionar a emergência de uma potência, seja global, intermédia ou regional, isto é, poder ser um considerado um Estado-Director ou potência, no caso e para o estudo em análise, regional.

Recordemos, então, quais os principais factores para que se possa definir, *grosso modo*, um Estado-Director: ter capacidade de influenciar, de uma forma organizacional, política, ideológica, económica, militarmente e tecnologicamente ou pela conjugação de parte ou de todos estes valores uma determinada região geográfica onde se insere.

Tal como também já foi anteriormente dito, nem sempre um Estado mostra ter mais poder efectivo que um poder virtualmente disfarçado. E os potenciais Estados-Directores de África sugerem, ainda, ter mais poder virtual que realmente real.

Ora entre os Estados africanos que melhor permite afirmar estar enquadrado pelos vectores atrás descritos e poder ser considerado como uma potência regional – ou o mais avançado nessa matéria, mas, ainda assim não tão evidente como seria expectável dado os anos que vem mostrando esse potencial, – está a República da África do Sul.

Para isso muito contribuiu a sua história enquanto causa e gestora de conflitos que se realizaram na sua natural zona de influência, a África Austral. Mas, também, como pelo facto aliar o caso de ser um importante “*check point*” nas rotas marítimas entre o Ocidente atlântico e os principais produtores petrolíferos (como se viu durante as crises do Médio Oriente e que poderá se repetir caso as principais marinhas mundiais não conseguirem estancar a pirataria nas águas somalis) ou entre as novas potências petrolíferas e os Tigres Asiáticos (principalmente a Índia e a China), além de ser considerado como um dos Estados que formam o “novo” BRIC.

<b>G20</b>	<b>G-20</b>
(o “das maiores economias do Mundo”)	(o “de Desenvolvimento”): surge a 20.Ago.2003 de preparação para V Conferência da O.M.C., em Cancun, México, Set/2003
<b>África (1)</b> <i>África do Sul</i>	<b>África (5)</b> <i>África do Sul, Egipto, Nigéria, Tanzânia e Zimbabué</i>
• <b>América Latina e do Norte (5)</b> <i>Argentina, Brasil, México, EUA e Canadá</i>	• <b>América Latina (12)</b> <i>Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela</i>
<b>Ásia (6)</b> <i>Arábia Saudita, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia e Japão</i>	<b>Ásia (6)</b> <i>China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia</i>
<b>Europa (7)</b> <i>Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia</i>	(que por acaso somam 23...)
• <b>Oceania (1)</b> <i>Austrália</i>	

**NOTA:** A *Azul* os Países que pertencem, simultaneamente, aos dois quadros económicos

**Quadro 4 – (G20 versus G-20)**

Também não se deve esquecer que a República da África do Sul está integrada no Grupo dos 20 países mais desenvolvidos ou que estão mais próximo disto, o chamado **G20**<sup>203</sup>.

Já agora de notar, ou recordar, que existe um outro **G-20** – que o autor chamaria “*de desenvolvimento*” ou “*de Cancun*” –, que inclui, não os referidos 20 mas 23 países, ditos

<sup>203</sup> O **G20** ou *Grupo dos 20* inclui as chamadas 20 maiores economias do Mundo. De África só está presente a África do Sul. Foi criada em substituição de um antigo G33 e abrange as consideradas 19 maiores economias mundiais mais a União Europeia (África do Sul; Argentina, Brasil, Canadá, Estados Unidos de América, México; Arábia Saudita, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia e Japão; Austrália; Alemanha, França, Itália, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia); cf., também, em <http://www.g20.org/>.

em desenvolvimento, e onde impera algumas incongruências como o facto de lá se encontrar Estados africanos como a Tanzânia e, espante-se, o Zimbabué a par da citada África do Sul, Nigéria e Egipto<sup>204</sup> e desprezando, pelo menos segundo o PIB do ano em que este grupo foi criado – quadro abaixo –, Estados como a Tunísia, Quénia, Uganda ou o Gana (compreender-se-ia que os organizadores não convidassem Marrocos e Argélia, por razões políticas que ainda se prendem com o Sara Ocidental e que levou não só ao esfriamento das relações entre ambos como à auto-suspensão marroquina da OUA e que se mantém na União Africana).

### Os 20 maiores PIB de países africanos (2003)

Ranking		Países	PIB* 2003
África	Mundial (2008)		
1	20	<b>África do Sul</b>	432.000,0
2	29	<b>Egipto</b>	268.000,0
3	41	Argélia	167.000,0
4	53	Marrocos	115.000,0
5	54	<b>Nigéria</b>	113.500,0
6	63	Tunísia	63.000,0
7	68	Sudão	52.900,0
8	70	Etiópia	50.600,0
9	73	Gana	42.500,0
10	75	Líbia	41.000,0
11	80	Congo, República Democrática	34.000,0
12	82	Quénia	32.000,0
13	83	Uganda	31.000,0
14	87	Camarões	27.000,0
15	88	<b>Zimbabué</b>	27.000,0
16	92	Cote d'Ivoire (Costa do Marfim)	24.500,0
17	96	<b>Tanzânia</b>	22.500,0
18	104	Moçambique	19.200,0
19	109	Angola	16.900,0
20	110	Senegal	16.200,0
* Em milhões de US Dólares (Estados membros do G-20 a azul)			
Fontes: Index Mundi e CIA - The World Factbook			

**Quadro 5 – (Os 20 maiores PIB de África, em 2003)**

<sup>204</sup> O G-20 (que por acaso até são 23 os estados que o formam) é um grupo de países em desenvolvimento criado em 20 de Agosto de 2003, na fase final da preparação para a V Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancun, México, entre 10 e 14 de Setembro de 2003. O Grupo concentra sua actuação em agricultura, o tema central da Agenda de Desenvolvimento de Doha. Apresenta uma vasta e equilibrada representação geográfica, sendo actualmente integrado por 23 Membros: 5 são de África (África do Sul, Egipto, Nigéria, Tanzânia e Zimbabué), 6 da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e 12 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela); cf., também, em [http://www.g-20.mre.gov.br/index\\_port.asp](http://www.g-20.mre.gov.br/index_port.asp).

Mas se é verdade que o G-20 (de desenvolvimento) poderá ser uma importante rampa de lançamento para que um Estado se torne uma potência em emergência, pelo menos política e economicamente, não é menos verdade que verificando a sua composição inclui Estados que de desenvolvimento económico nada têm, apesar de, na época, o Zimbabué ainda poder ser considerado um Estado credível embora já sob o espectro da corrupção, do compadrio e do despesismo desenfreado que o poder instituído na época – e que ainda persiste em alguns sectores – dava mostras de já perspectivar uma clara degradação do tecido económico e social<sup>205</sup>.

### Os 20 maiores PIB de países africanos (2008)

Ranking		Países	PIB (em milhões de US Dólares)					
África	Mundial (2008)		2005	2007	2008	2009 (Previsão)	Previsto (2008)	Real (2008*)
1	25	África do Sul	491.400,0	587.500,0	467.600,0	243.315,0	-20,41%	5,00%
2	27	Egipto	316.300,0	334.400,0	431.900,0	188.059,0	29,16%	7,20%
3	38	Nigéria	125.700,0	191.400,0	294.800,0	168.422,0	54,02%	6,30%
4	40	Argélia	212.300,0	250.000,0	268.900,0	128.588,0	7,56%	4,60%
5	58	Marrocos	134.600,0	152.500,0	127.000,0	84.646,0	-16,72%	2,10%
6	60	Sudão	76.190,0	97.470,0	107.800,0	52.214,0	10,60%	12,80%
7	70	Angola	23.170,0	53.060,0	80.950,0	65.911,0	8,67%	16,30%
8	71	Líbia	37.480,0	72.680,0	78.790,0	62.933,0	8,41%	5,40%
9	73	Tunísia	70.880,0	89.740,0	77.160,0	39.766,0	-14,02%	6,30%
10	81	Quénia	34.680,0	41.360,0	57.650,0	29.771,0	39,39%	6,30%
11	84	Etiópia	54.890,0	74.880,0	55.070,0	34.762,0	-26,46%	9,80%
12	89	Tanzânia	23.710,0	29.620,0	43.490,0	21.836,0	46,83%	6,90%
13	92	Camarões	30.170,0	42.480,0	40.010,0	20.380,0	-5,81%	3,20%
14	99	Costa do Marfim	24.780,0	29.050,0	32.860,0	22.011,0	13,12%	1,70%
15	100	Uganda	39.390,0	52.930,0	31.470,0	16.026,0	-40,54%	6,00%
16	101	Gana	48.270,0	60.000,0	31.230,0	16.071,0	-47,95%	6,20%
17	110	Guiné-Equatorial	1.270,0	25.690,0	25.690,0	10.413,0	0,00%	12,70%
18	113	Botswana	15.050,0	17.940,0	24.140,0	9.761,0	34,56%	4,70%
19	116	Senegal	18.360,0	21.540,0	20.610,0	12.510,0	-4,32%	4,80%
20	117	Gabão	7.966,0	10.170,0	20.090,0	10.045,0	97,54%	4,50%

(1) Entre 2003 e 2007 os valores foram estimados, no que reflecte a diferença no crescimento

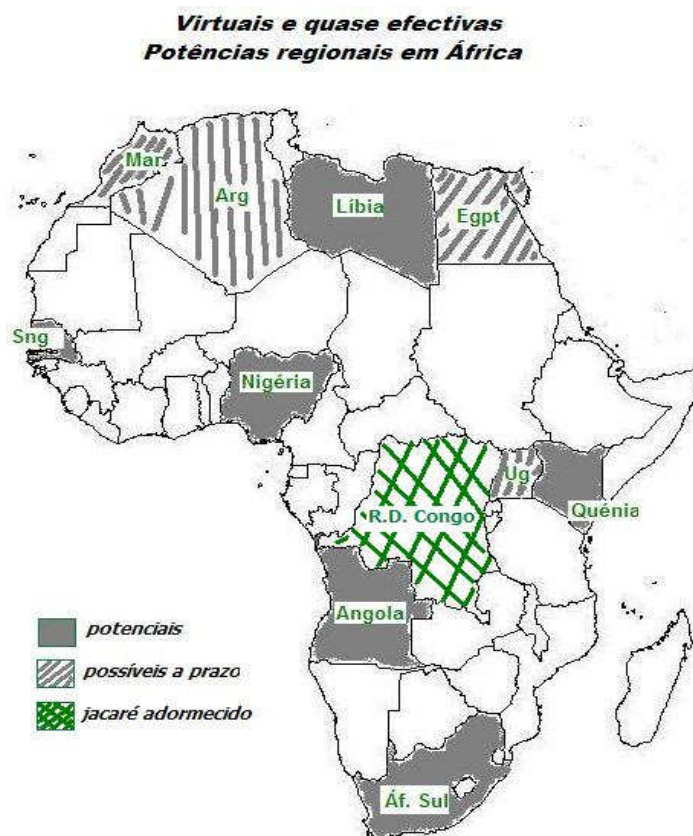
\* Valores realmente expectáveis

Fontes: Index Mundi, CIA - The World Factbook e FMI/IMF

**Quadro 6 – (os 20 maiores PIB de África, em 2008)**

<sup>205</sup> Em 2000 começavam as ocupações de fazendas de agricultores brancos no que contribuiu, decisivamente, para a progressiva deterioração da agricultura zimbabueana e, por extensão, do tecido social, económico e político do País; cf. **Lusa**, 28-02-2005.

Se a perspectiva está no desenvolvimento económico, minimamente sustentado e real, pergunta-se porque não foram incluídos países como o Senegal ou Angola ou, mesmo, Moçambique que, ao contrário do que se prevê para a economia angolana, em 2009, prevêem possa crescer cerca de 4%, para já não referir outros como os que se pode verificar no Quadro 6. Ou seja, onde estão os principais países cuja produção económica efectiva e realmente emergente parecem questionar o quadro referido?



*Figura 10 – (Potências regionais em África?)*

### 14.2.1 As protopotência

E se aliarmos à capacidade económica desenvolvida – talvez ainda que um pouco restrita a determinados ciclos e movimentos produtivos –, a capacidade em projectar política e militarmente a sua força, constatamos que em África há, pelo menos, 4 a 5 potências emergentes – talvez um pouco mais se considerarmos as diferenças que se verificam no Norte de África (conforme imagem acima) – que não gostarão de ser

incluídas nuns pretensos Estados Unidos de África onde as diferenças são, por demais, gritantes e claramente efectivas.

Por outro lado, a maioria das potências emergentes africanas manifestam ter visões e projecções políticas particularmente antagónicas quanto aos objectivos primordiais.

A Norte encontramos, sem qualquer margem para dúvidas, Marrocos – que por sinal não pertence a UA ainda desde o tempo da OUA por causa, principalmente, do Sara Ocidental –, Argélia (estes dois Estados e por razões diferentes consideram-se as potências do Magreb), a Líbia e o Egipto – politicamente o Egipto está mais próximo do Médio oriente que de África e por essa razão que o coronel Kadafi não o vê como “inimigo” mas como um parceiro que poderá ajudá-lo a concretizar o seu maior sonho: ser presidente da UA, ou, mais concretamente, dos Estados Unidos de África.

É na chamada África Negra que se verificam aqueles que melhor poderão ascender, mais a longo do que a curto prazo, a potências regionais.

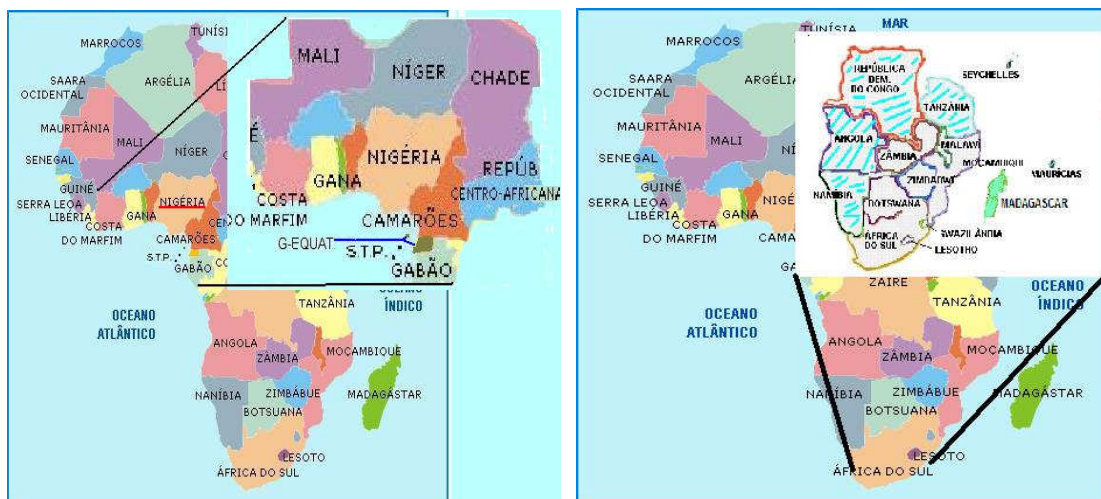
Destes destacam-se, por razões e condições diferentes o Senegal, a Nigéria, o Quênia e Angola e África do Sul.



*Figura 11 – (potenciais zonas de influência do Senegal e do Quênia)*

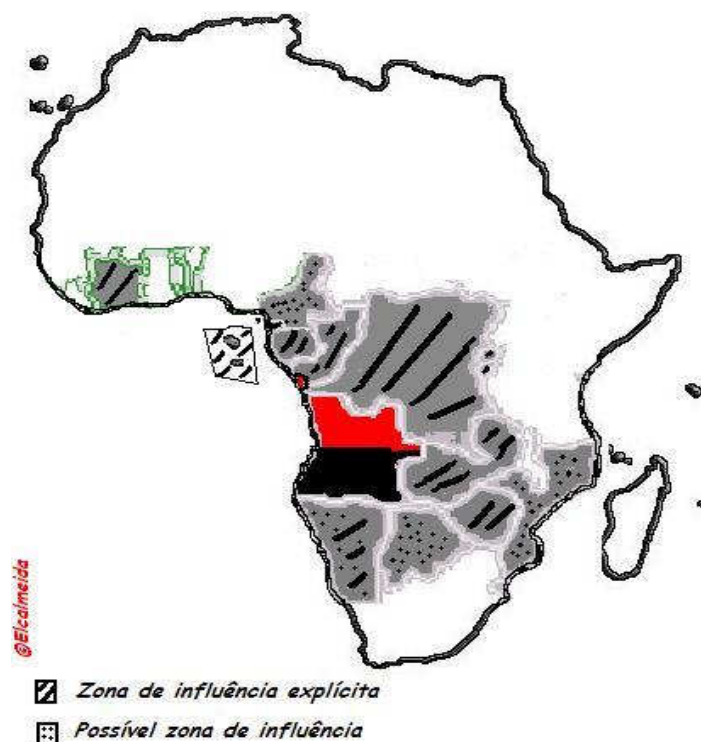
Por uma questão metodológica vamos analisar primeiro o Senegal e o Quênia que não encontram quem nesta altura questione a sua pretensão como potência nas regiões onde

se inserem; talvez que o Quênia, tenha como futuros potenciais vizinhos fortes, e um deles sê-lo-á para outras duas potências, o Uganda e, no estágio bem mais longínquo mas não afastado de todos, a República Democrática do Congo.



**Figura 12 – (potenciais zonas de influência da Nigéria e da Rep. da África do Sul)**

Já a Nigéria e a África do Sul estão nesta altura em patamares político-estratégicos quase semelhantes com a particularidade de quer os nigerianos, quer os sul-africanos considerarem como regiões *suseráveis* os países que os limitam e as áreas adjacentes.



**Figura 13 – (Potencial zona de influência de Angola)**



E aqui vamos encontrar uma potência, ainda que bem emergente, pelo menos economicamente que já não política e militarmente por o ser já: Angola que tanto se perfila como a potência regional da e na África Central, que inclui o Golfo da Guiné e a Comunidade Económica para o Desenvolvimento dos Estados África Ocidental (CEDEAO) e Central (CEECA), mais esta que aquela, considerada pelos nigerianos como região sob sua influência, como também alguma parte austral, esta do domínio exclusivo, assim o pensam uma parte substancial de analistas políticos, sul-africano onde se inclui toda a SADC.

Ou seja, ao contrário do que a génese criadora da União Africana antevia ou admitia, é cada vez mais evidente que África será um continente onde irão prevalecer blocos políticos-regionais, a maioria ainda sob o espectro económico, sob influência de potências que ainda se encontram em evidente emergência.

Mesmo considerando que a integração regional<sup>206</sup> é o caminho preconizado pela generalidade dos estrategas e decisores políticos, embora que não totalmente acompanhados pelos principais líderes africanos, como o próprio presidente da Comissão da UA, Jean ping, o reconhece, parece ser evidente que a acontecer essa integração – que está a ser ajazada através das sucessivas conferências intra-comunitárias junta da Comissão Económica para África (ECA – *United Nations Economic Commission for Africa*) ou também já assim, por vezes, considerada de Comunidade dos Estados Africanos, na perspectiva que a mesma leve à plena integração na União Africana e, extensivamente, a uns futuros Estados Unidos de África.

Só que se os diplomatas se vão reunindo e preparando reunião para os líderes africanos visando atingir essa meta, a realidade mostra cada vez mais que é substancialmente diferente.

---

<sup>206</sup> Sobre as diferentes política integracionistas económicas em África, além dos já referidos, proponho, também, proponho a leitura atenta à Dissertação efectuada para o grau de Mestre em Relações Internacionais de Mário Pinto de ANDRADE, “*A Política de integração regional na África Austral*”, Lisboa, 1998 (409 páginas), actual reitor da Universidade Lusíada de Angola (ULA).



Assim se explica que existam estados em África que desejam evidenciar um potencial decisor nas regiões onde se inserem.

Já referimos os casos do Senegal, na África Ocidental francófona – mas que inclui Bissau e Praia – como o Quênia e, discretamente mas nem por isso deixando de recordar que os interesses africanos devem prevalecer, mesmo que esses sejam os do seu país, Uganda, na Costa Oriental, mas com uma Etiópia a recordar que a chamada zona do Corno de África, é uma zona sob sua vigilância permanente, embora as suas incursões político-militares se restrinjam, por enquanto à Somália, mais como forma de avisar que não permitirá reivindicações somalis sobre a província desértica de Ogadem<sup>207</sup>, mas sempre com a imagem numa saída para o mar, perdida aquando da secessão da Eritreia. E aqui, a Etiópia, só deseja e aguarda que os franceses decidam, um dia, abandonar as bases criadas e sustentadas no Jibuti onde também se encontram os norte-americanos com uma base em Camp Lemonier, um ex-quartel da Legião Estrangeira em Jibuti.

Também já foi recordado como a Nigéria e a República da África do Sul sustentam como que tendo “*um direito*” inquestionável sobre as suas zonas de influências mesmo que tenham contra si, a presença de outro potencial Estado com visões globais emergente.

Perante esta perspectiva tão pouco animadora integracionista e claramente divisível, ainda será possível pensar que a união Africana e os previstos antigos e novamente actuais Estados Unidos de África consigam ter uma “*África Una e de Todos os Africanos*”?

## **14.2.2 Condicionantes externas**

Mas os Estados, tendencialmente potências regionais, sabem que não se podem afirmar nas zonas onde se inserem se não tiverem o apoio de outras potências, regionais,

---

<sup>207</sup> O actual sistema etíope assenta num estado federal de base étnica, onde os cerca de oitenta grupos étnicos e oitenta línguas têm voz activa. É aquilo a que Guirma Beshah, antigo membro do Governo de Mengistu Haile Marien, exilado no Zimbabué, e actualmente director da revista etíope, em língua inglesa, Press Digest chama de *Nation Making*, muito diferente do de *Nation Building* que se vê em Angola e no resto de África; entrevista ao semanário **O País**, de 23 de Janeiro de 2009.

globais, ou, particularmente enquadráveis no chamado *middlepowershipman*, ou potências intermédias mas com uma já capacidade global, ou seja, potências cujo caso é o caso do Brasil, um dos principais apoiantes de Angola, política – foi a primeira Nação a reconhecer a RPA<sup>208</sup> –, económica e militarmente, principalmente durante o conflito de 1992 a 2002, onde terá participado, directa ou indirectamente, com meios aéreos e outros apoios militares, como recordaram tanto Sakala como Castro<sup>209</sup>.

Não basta terem capacidade de projectar a sua influência organizacional, política, ideológica, económica, militarmente e tecnologicamente ou pela conjugação de parte destes valores se as potências intermédias e globais não deram o seu acordo tácito.

Que vantagens terá uma emergente potência regional, mesmo que ainda no estágio de *soft power* – os sul-africanos consideram-se que já passaram este estágio e apresentam-se, por vezes, como um Estado *hard power*, embora muitas das posturas que tomam sejam em sequência de actos de terceiros e não por eles impostos –, em apresentar estes factores se depois não os pode aplicar porque não consegue ser considerado como um parceiro estratégico na área onde se insere.

Daí que Angola tem canalizado a seu proveito todas as oportunidades que se lhe deparam para ser reconhecida como uma potência regional emergente, principalmente, na zona da África Central, sem nunca descurar alguns países meridionais que com ela bordeiam ou que, socialmente, mais perto estejam dela, como são os casos do Zimbabué e de Moçambique.

Relativamente a Moçambique, e como já foi anteriormente referido, se é vontade angolana em manter algum ascendente político sobre os moçambicanos, por parte de um significativo sector diplomático e político moçambicano essa visão é, de todo, indesejável e mal aceite ou acolhida.

---

<sup>208</sup> SARAIVA, José Flávio Sombra e PANTOJA, Selma (org.) *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*, 1999, págs. 225 a 254

<sup>209</sup> SAKALA, *op. cit.*, 2006 em várias páginas ou Entrevista de Orlando Castro, ao jornalista Paulo Diniz Zamboni, no portal **Mídia sem Máscara**, em Outubro de 2002, e facultada pelo entrevistado.

### **14.2.2.1 Angola na crise institucional do Zimbabué**

Quanto ao Zimbabué, Angola foi uma parte importante na tentativa de resolução (ou não-resolução) da crise institucional e governativa que opôs Mugabe e a vitoriosa oposição. Por mais de uma vez, tanto o Ocidente como alguns países africanos solicitaram os bons ofícios de Angola e do seu presidente, junto de Robert Mugabe, para que este ponderasse quer a sua eventual resignação, quer, em última instância, facultasse a partilha do poder com o MDC (Movimento para a Mudança Democrática) e o seu líder Morgan Tsvangirai, que tinham ganho as eleições legislativas.

Recordemos alguns factos que caracterizaram a não-resolução<sup>210</sup> do problema zimbabueano por parte de Angola:

1. Quando das eleições legislativas e presidenciais, os resultados finais deram a vitória ao MDC e um empate técnico entre Tsvangirai e Mugabe, para as presidenciais;
2. Quando tudo fazia prever que a CNE zimbabueana impusesse aos dois candidatos condições iguais para uma 2ª volta, o que parecia não poder acontecer como, posteriormente, se verificou, com o candidato da oposição ser agredido e detido pelas autoridades zimbabueanas, levando-o a refugiar-se numa embaixada ocidental, verificou-se que dava o presidente Mugabe como vencedor pela não participação de Tsvangirai ao escrutínio;
3. Esta situação que parecia ter, e as análises e declarações políticas isso o evidenciavam, que Mugabe seria fortemente criticado no seio dos Estados africanos, constatou-se que nem isso aconteceu apesar de haver personalidades como Graça Machel e o presidente zambiano Levy Mwanawasa (1948-2008) que o exigiam, em contraponto a outras como Obi Egbuna, membro fundador da Organização de Libertação Pan-Africana, que afirmava que “*tudo o que se tem*

---

<sup>210</sup> Apesar de instado quer pelo ocidente, nomeadamente por britânicos e por norte-americanos, quer por alguns países africanos que com Angola fazem fronteira, tal como o fazem com o Zimbabué, já que consideram que Angola seria o exemplo maior para a resolução do conflito, o governo angolano considerou sempre que o problema zimbabueano era um assunto interno e que deveriam ser os seus políticos a resolvê-lo. Por essa razão, Thabo Mbeki acabou por ser chamado a liderar a mediação entre os dois líderes zimbabueanos. Por outro lado a presença de um navio chinês com armas para o Zimbabué e que tudo indica ter conseguido descarregá-las em Luanda não ajudou à imagem de Angola junto dos países da SADC; cf. **Público**, 18 de Julho, de 2008; **Jornal de Angola**, Junho de 2008 e

*dito do Zimbabué mais não é que pura especulação do imperialismo e dos seus acólitos*<sup>211</sup>, quer pela África do Sul que avisava não permitir uma qualquer intervenção armada externa no Zimbabué, ainda, por parte de Angola que instada ora pelo ocidente, nomeadamente por britânicos e por norte-americanos, ora por alguns países africanos que fazem fronteira com o Zimbabué, por considerarem Angola como o exemplo maior para a resolução do conflito, o Governo angolano considerou sempre que o problema zimbabueano era um assunto interno e que deveriam ser os seus políticos a resolvê-lo.

Por outro lado a presença de um navio chinês com armas para o Zimbabué e que tudo indica ter conseguido descarregá-las em Luanda não ajudou à imagem de Angola junto dos países da SADC que, ainda assim, nada fez para evitar as crises institucionais limitando-se a propor ao então presidente sul-africano Thabo Mbeki que mediasse o conflito, enquanto no Conselho de Segurança, a China e a Rússia, vetavam uma resolução que condenava o regime de Mugabe o que levou este a afirmar que tinha ficado feliz *“por saber que as Nações Unidas são ainda uma organização onde existe uma soberania igual para cada membro e que há controlos no sistema que protegem os fracos dos poderosos”*<sup>212</sup>;

4. Ou, ainda, a própria União Africana, quando na XI sessão Ordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Africana da Cimeira de Sharm El Sheikh, Egipto, e apesar do relatório a eles apresentado considerar que a 2ª volta das eleições presidenciais *“não se regeu pelas «regras democráticas»”*, não desejavam imiscuir-se nos seus assuntos internos esperando que os Estados africanos ajudassem o Zimbabué a resolver a sua crise interna na linha do que tinha acontecido, pouco tempo antes, no Quénia.

Esta cimeira estava mais preocupada em analisar o projecto do governo federal continental, cuja semente tinha sido lançada em Arusha, Tanzânia, em 22 e 23 de Maio de 2008, pelo Comité dos 12 Chefes de Estado, naquilo que se pensava ser o embrião dos futuros Estados Unidos e África<sup>213</sup>.

---

<sup>211</sup> Cf. em **Pan-African News Wire**, (<http://panafricannews.blogspot.com/2007/04/obi-egbuna-on-us-congressional-role-in.html>), de Abril de 2007 e no zimbabueano **The Herald**, de Dezembro de 2008.

<sup>212</sup> Eugénio ALMEIDA, *Zimbabué: E o veto ganhou a África!*, artigo publicado no **Notícias Lusófonas** (<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=21301&category=ECAlmeida>), de 12 de Julho de 2008

<sup>213</sup> Cf. **Pululu**, 1 de Julho de 2008

### **14.2.2.2 A África no caminho dos Estados Unidos de África?**

Como já anteriormente foi referenciado e não é demais repeti-lo, uma das maiores vontades que presidiu, e norteia, junto de uma parte significativa dos líderes da União Africana, foi a criação de uns Estados Unidos de África, depois de decorridos todos os passos significativos que levassem a uma plena integração regional, primeiro, e continental, posteriormente. Só que a vontade só por si não chega.

Embora tudo pareça indicar ao autor que dificilmente, nos anos mais próximos, essa vontade seja atingível, ainda há quem pense que nos próximos 15 a 20 anos será um objectivo totalmente alcançado. A dúvida está se segundo a visão *imediatista* que tem como principal defensor, o líder líbio Kadafi, ou *gradualista* defendida por personalidades como Mbeki ou dos Santos.

O debate sobre esta matéria está lançado. A grande maioria das pessoas que o autor contactou, nomeadamente em Angola, consideram possível que os Estados Unidos de África venha a ser uma realidade mas de uma forma gradual e sempre dentro da realidade africana com a criação de condições onde imperem conjunturas económicas, melhores mobilidades e diminuição de assimetrias entre os Estados africanos. Para isso é necessário que exista uma autoridade efectiva na União Africana com capacidade para definir objectivos e funções dentro do novo organismo continental.<sup>214</sup>

E Angola surge, neste aspecto como uma das potências que melhor estarão posicionadas para ascender à presidência da futura organização continental, ou , pelo menos, numa etapa imediatamente anterior, devido ao seu empenhamento na segurança continental e na resolução e pacificação de muitas das crises ocorridas na região centro-austral de África<sup>215</sup>.

---

<sup>214</sup> O embaixador Nelson Cosme, director do Mirex para a divisão da África e Médio Oriente e Fernando Gamboa, historiador, num debate na **RNA** sobre o “Dia de África” também defenderam esta visão, reforçada pelo primeiro numa conversa havida com o autor.

<sup>215</sup> Entrevista de Jean Ping, presidente da Comissão da UA, ao **Jornal de Angola**, de 26 de Maio de 2009

Por outro lado, há o facto de, em África, ainda persistir significativas alterações governamentais por via não-democrática ou, mesmo, por via de golpes de estado (*Coup d' États*) ou como ataque indiscriminados e assassinatos de líderes eleitos. Só entre Novembro de 2008 e Maio de 2009 ocorreram 4 Golpes de Estado – em 50 anos, África já registou, pelo menos, 168 Golpes de Estado –, 1 assassinato presidencial, uma tentativa de assassinato ao primeiro-ministro do Lesoto, além das questionáveis eleições do Quénia e do Zimbabué, como recordava, recentemente, o presidente da Comissão da UA, Jean Ping.

E se aliarmos a isto o facto de que a grande maioria dos Estados africanos querem criar condições para serem Nações, torna-se impossível verificar a possível perda de “autoridade” nacional para uma super-estrutura continental, ao mesmo tempo que se verificam a presença de crises separatistas dentro de alguns Estados, sem que sejam, previamente, criadas condições quanto às fronteiras herdadas do colonialismo, e á reestruturação de todo um sistema de infra-estruturas de comunicação – em alguns países as novas tecnologias persistem como uma miragem utópica, e Angola está ainda dentro deste panorama que deseja minorar com o lançamento de um satélite previsto para os próximos anos, como foi dito ao autor quando esteve em Luanda –, rodoviárias, aéreas, ferroviárias e marítimas.

Também, por outro lado, continua a persistir Estados onde a predominância castrense é muito forte ou apresenta-se tendencialmente consistente e forte embora, na maioria das vezes desequilibrada.

Tomemos como exemplo mais paradigmático, até porque é o caso em estudo nesta Tese, Angola.

É manifesto que apresenta umas forças armadas fortes e, aparentemente, coesas. O autor afirma aparentemente porque se tem noticiado eventuais casos de insubordinação e deserções, principalmente junto de militares que, casualmente, estarão, ou tenham estado, estacionados no Congo Democrático<sup>216</sup>. Todavia, a marinha angolana é muito

---

<sup>216</sup> Atestado ao autor por um oficial superior das FAA e que por razões de segurança e a pedido deste não é identificado.

deficitária porque nunca foi interpretação das autoridades castrenses que a mesma tivesse alguma necessidade imperativa.

E isso está a ser desmentido com o que se passou na Somália onde a pirataria marítima está a ser combatida por vasos de guerra de países fora de África – nem a protopotência queniana, nem a Tanzânia ou o Egipto, os países mais próximos, apresentam condições navais para o combate – tal como já se começa a verificar no Golfo da Guiné, onde a pirataria apresenta níveis preocupantes de actividade.

Inicialmente e porque os Estados vizinhos do Golfo não dispõem de vasos de guerra adequados á missão de patrulhamento e salvaguarda das rotas marítimas e porque a RAS parece não estar preocupada com o problema, os EUA chegaram a ponderar colocar vasos de guerra em São Tomé e Príncipe, como já atrás foi referido. Seria no âmbito da AFRICOM.

Mas a presença desta força naval – e com ela outras forças militarizadas – não seria muito bem quista na região pelo que os EUA ponderaram pela sua não presença, pelo que mantém, por enquanto, só uma base e na Europa, mas por apoiar os Estados que ponderem diversificar e qualificar as suas forças navais.

E isso está acontecer com Angola que começou a criar estruturas para se implementar uma Escola Naval de Guerra<sup>217</sup>, em princípio, na região entre o Bengo e o Kwanza-Sul, dotada não só de uma entidade académica geradora de novos e mais modernos oficiais navais, de preferência sem bases programáticas obtidas noutros ramos das FAA, como chegou a ser habitual, bem como de um estaleiro, com capacidade de construir navios de guerra, além de um porto específico para esse fim.

Registe-se que esta matéria já era defendida, em 2007, pelo então Chefe do Estado-Maior da Marinha de Guerra Angolana, almirante Augusto da Silva Cunha, em entrevista à Revista da Marinha, de que era, igualmente, coordenador do Conselho redactorial, e que ascendeu à Marinha depois de ter sido oficial do exército, aliás, e

---

<sup>217</sup> Cf. “Ensino e formação em aliança estratégica”, in: *Revista da Marinha*, edição IV-9, de Jan/Fev/Mar 2007, <http://www.mga.gv.ao/revistamarinha/edicao9/cienciaetecnica.htm>.

como o almirante afirma de onde vieram “*quase todos os oficiais que compõem o Ramo*”<sup>218</sup>.

Para isso muito poderá contribuir o apoio da AFRICOM como recorda o coronel Correia de Barros, do CEEA<sup>219</sup>, desde que Angola o solicite explicitamente<sup>220</sup>.

## **15 Conclusão: Que Prospectivismo Futuro?**

Perante as situações analisadas e apesar da Tese estar delimitada no tempo e na matéria, é entendimento do autor que a mesma não deve ter uma, como é habitual ser conveniente fazê-lo, Conclusão clara e objectiva.

No entendimento do autor existem muitos condicionalismos que contribuem para que a referida Conclusão seja transformada numa análise onde as dúvidas acabam por ser mais fortes, que as certezas, quanto às efectivas capacidades dos Estados africanos que desejam ser, de facto, potências regionais e as zonas onde os mesmos poderão projectar essa sua pretensão.

É aqui que se levantam alguns prospectivismos e algumas não menos importantes questões que ficam para ser tratados em momentos e estágios posteriores.

Estará África realmente preparada para ter potências regionais fortes ainda que emergentes? Se ponderarmos bem, uma potência, seja regional ou emergente (*soft power*), seja global (*hard power*), terá que consignar em seu redor vários dos requisitos que justifiquem-na como tal. E, recorde-se, eles são: ter capacidade para influenciar política, ideológica, económica, militarmente e tecnologicamente.

---

<sup>218</sup> Cf. “Nós temos possibilidades de desenvolver o ramo”, in: *Revista da Marinha*, ibidem, <http://www.mga.gv.ao/revistamarinha/edicao9/entrevista.htm>.

<sup>219</sup> Entrevista ao **Jornal e Angola**, *op. cit.*, em Maio de 2009

<sup>220</sup> **O País**, Dezembro de 2008.



Tome-se, como exemplo Angola, já que é este país o cerne da análise, face aos seus potenciais “adversários”. Que falta a Angola para ser quase uma potência regional completa se tem poder militar, projecta política e ideologicamente a sua visão organizacional, ou seja é quase um *hard power*, além de ser uma clara potência emergente economicamente embora, naturalmente, ainda sinta os naturais problemas de crescimento de quem acabou de sair de uma guerra. Falta, algo que só, nesta altura, segundo entendimento do autor, um país africano parece reunir o requisito funcional em causa, a capacidade tecnológica: fala-se, claro, da República da África do Sul.

Como se irá projectar no futuro a visão diplomática de conciliador e pacificador que África tem de Angola, dado que algumas dessas eventuais zonas de influências poderão ser igualmente consideradas como tal, pelos seus potenciais adversários?

A situação centro-austral e a zona dos Grandes Lagos são dois dos exemplos mais evidentes. Em ambos Angola e a República da África do Sul – e nisso foram incutidas pelas potências globalizadoras – se perfilaram como as potências regionais que ajudaram a dirimir e quase neutralizar os problemas na região. Embora como se viu ao longo da Tese, a RAS tenha, algumas vezes, deixado a resolução do problema nas mãos da diplomacia angolana.

Ou como também Angola e Nigéria se têm mostrado, diplomaticamente é certo mas sempre tendo em vista vantagens políticas e diplomáticas, incessantemente e sempre que se apresentem questões em São Tomé e Príncipe ou nos Camarões, na Guiné-Equatorial ou na Cote d’Ivoire.

Por outro lado, há analistas americanos e europeus consideram a RD Congo um Estado adormecido, como assim o pensa o autor, como um jacaré adormecido mas pronto a mostrar as suas fortes mandíbulas – leia-se a sua enorme e previsível capacidade económica e militar aliada a uma não menor projecção política – tão pronto as condições se mostrem adequadas.

É certo que nem Angola, nem a República da África do Sul, nem tão pouco os pequenos Estados dos Grandes Lagos ou o Uganda desejam ver um Estado que possa ser um

potencial Estado-Director na região onde os problemas étnicos, linguísticos, económicos e sociais são demasiados e complexos. Talvez por isso, o Congo democrático continua a não ver a Paz ser implantada definitivamente no País e, periodicamente – a isto também parece não ser alheio os empórios económicos transnacionais – os conflitos menores surjam do inesperado.

Por outro lado, é entendimento do autor, que não pode deixar de o questionar, como algumas destas emergentes potências quererão projectar a sua força efectiva, em vez de potencial, se, no caso de Estados marinhos, continuam a não apresentar uma força marítima à dimensão da sua imagem mesmo que já estejam providenciar aperfeiçoamentos nesse sentido, como é o caso de Angola?

Deve-se recordar que um dos valores primeiros da União Africana passava pela criação de um *Exército único pan-africano*, que nunca conseguiram tornar efectivo como se pôde aferir nas crises do Darfur, Sudão – onde ainda persiste uma das chagas mais fortes de África – ou na Somália. Ou quando na Somália houve a necessidade das maiores potências mundiais colocarem no Corno de África os seus vasos de guerra porque os Estados africanos nunca viram na marinha um dos principais e mais fortes meios dissuasores.

E se África e os africanos continuarem a não olhar para este importante veículo de dissuasão com uma outra visão estratégica, não será difícil de muito, muito em breve, o Golfo e a Comissão do Golfo começar a olhar para o mar que o banha pejado de navios com pavilhão norte-americano, britânico, francês, português, espanhol, brasileiros, argentinos – estes dois últimos no âmbito da ZOPACAS, ou outras nacionalidades, incluindo chinesa para quem África é já um dos maiores parceiros económicos e políticos, por causa da crescente pirataria no Golfo da Guiné.

Será que interessará a Angola, enquanto potência regional emergente, ver a sua natural zona de influência ser “*mareada*” por potências externas, a maioria nem globais são? A vontade em dotar as FAA com uma boa força marítima, daí a criação de uma Escola Naval de Guerra

É sinal que a Marinha não deve ser esquecida e que a Somália pode ter sido uma grande lição para África. Tal como deveria sê-lo o Darfur, ou os insanáveis problemas por que passam uma parte significativa dos países africanos, como recordaram o coronel Correia de Barros “*os problemas de África são criados por outros*” ou o presidente da Comissão da União Africana, Jean Ping, para quem os Golpes de Estado que, não ocasionalmente como no mínimo seria expectável, fazem crer a África “*que regrediu e deixam uma má imagem do Continente no Mundo*”.

Cabe aos potenciais Estados-Directores negar essa evidência!

Angola parece estar no melhor caminho, mas até atingir um patamar exigível ainda terá de melhorar algumas das suas políticas e visões estratégicas. Sem deixar, no entanto, de continuar a contar com os seus principais parceiros regionais e continentais, bem assim, aqueles que globalmente poderão ajudar a cimentar essa projecção, nomeadamente, o Brasil e os EUA.

Porque, e apesar de não ter sido devidamente abordado, a potência China e a sua política de paciência, “*o efeito Mahjong*”<sup>221</sup>, é já uma das suas maiores parceiras económicas e um dos seus principais financiadores. Mas isso levaria a uma outra Tese.

---

<sup>221</sup> Tese defendida por Eugénio ALMEIDA e publicada no **Correio da Semana**, edição nº. 56, de 11 de Março de 2006, pág. 19.

## **Bibliografia**

### **A. Autores nominais:**

A.A.V.V.,

- *Política Internacional*, Lisboa, (vários números).
- *NAÇÃO E DEFESA*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, (vários volumes).
- *História de Angola (Apontamentos)*, Argel, Centro de Estudos Angolanos, 1965.
- *O Fraccionismo*, Luanda, edição do Comissariado Político do E.M.G. das F.A.P.L.A., 1978.
- *UNESCO Yearbook on Peace and Conflict Studies*, edição conjunta da Greenwood Press, New York, e Unesco, Paris, (1984 e seguintes)
- *Nasce uma Nação: a luta de libertação da Namíbia/SWAPO*, Luanda, edição conjunta do Departamento de Informação e Publicidade da SWAPO e ZEDD Press, 1985.
- *Fait politiques nouveaux concernant La Namibie: Report du Comité permanent II du Conseil des Nations Unies pour la Namibie*, New York, éditions des Nations Unies, Septembre 1986.
- *Mini Atlas of South Africa*, South África Embassy, Brussels, 1987.
- *Les Thèses du C.C. du P.C.U.S. pour la XIXe. Conférence du Parti communiste de l'Union Soviétique (Approuvées par la Session plénière du C.C. du P.C.U.S. le 23 mai 1988*, Moscou, édition Agence de presse Novosti, 1988.
- *La nouvelle mentalité politique: La presse soviétique commente le discours de Mikhaïl Gorbatchev à l'O.N.U.*, Moscou, édition Agence de presse Novosti, 1989.
- *Paix, Progres et Democratie en Angola, Colloque de Paris: 16-18 Février 1994*, Paris, Editions du Centre Culturel Angolais/Maison de l'Angola, 1995.
- *Processo de Paz Angolano "Protocolo de Lusaka": Interpretações e realidades*, Lisboa, edição da Representação da UNITA em Portugal, Setembro de 1996.

- *África no Século XXI: Os desafios da globalização e as respostas do desenvolvimento*, Lisboa, edição da Sociedade de Geografia de Lisboa e ISCSP, 1999.
- CEAST, *Congresso “Pro Pace”, Documentos*, Uíge, edição da Gráfica Lux da Diocese de Uíge, 2001.
- *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security*, Oxford, Oxford University Press, (1993 a 2003).
- *L’ Unesco s’engage dans la reconstruction de l’Angola*, Paris, edição da UNESCO, 2004.

ABUBAKAR, Ahmad, *Africa and the challenge of development acquiescence and dependency versus freedom and development*, New York, Praeger, 1989.

ALMEIDA, Eugénio Costa

- *Linhas de força de política externa portuguesa pós-74: Os Acordos de Alvor*, (seminário elaborado no âmbito da licenciatura em Relações Internacionais, Universidade Lusíada, Lisboa), não editado, 1990.
- *Fundamentalismos e Tolerâncias em África (Suas Repercussões nas Relações Externas do Continente Africano)*, (Tese de Mestrado), Lisboa, edição policromada do autor/ISCSP-UTL, 2001.
- *África, Trajectos Políticos, Religiosos e Culturais*, (Prefácio de Professor António de Sousa LARA), Azeitão, edição Autonomia 27, 2004.

ALMEIDA, Políbio F. A. Valente de, *Poder do Pequeno Estado, Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*, (Tese de Doutoramento), Lisboa, edição da UTL/ISCSP, 1990.

AMARAL, Ilídio do, *Em torno dos Nacionalismos Africanos: Memórias em homenagem a Mário Pinto de Andrade (1928-1990)*, Lisboa, Granito Editores e Livreiros, Lda., Setembro 2000.

ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano, “Continuidade e ruptura nos Movimentos unitários emergentes da luta contra a denominação colonial portuguesa; 1911-1961”*, (colaboração na revisão e fixação do texto de José Eduardo AGUALUSA), 2ª. edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.

ANDRADE, Mário Pinto de, *A Política de Integração Regional na África Austral*, Lisboa, edição do autor (Dissertação para o Mestrado em Relações Internacionais no UTL/ISCSP), 1998.

- ANTUNES, José Freire, *O Factor Africano: 1890-1990*, (Prefácio de Jorge Borges de MACEDO), Venda Nova, Bertrand Editora, 1990.
- ARLINGHAUS, Bruce E., *Military Development in Africa – The Political and Economic Risks of Arms Transfers*, Boulder, USA, Westview Press, 1984.
- BATCHELOR, Peter e WILLETT, Susan, *Disarmament and Defense Industrial adjustment in South Africa*, Oxford, Oxford University Press, 1998.
- BAYART, Jean-François, *L'État en Afrique. La Politique du Ventre*, Paris, éd. Fayard, 1989.
- BENOT, Yves, *Ideologias das independências africanas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1981, (2 volumes)
- BERG, Eugène, *Non alignement et nouvel ordre mondial*, Paris, édition Press Universitaires de France (PUF), 1980.
- BETI, Mongo, *A França contra a África. Regresso aos Camarões*, 1ª. edição, Lisboa, Editorial Caminho, 2000.
- BIRMINGHAM, David, *Portugal e África*, (Tradução e Prefácio de Arlindo BARBEITOS), 1ª. edição, Lisboa, Vega Editora, 2003
- BOUTROS-GHALI, Boutros,
- *Un programa de paz: Diplomacia preventiva, establecimiento de la paz y mantenimiento de la paz*, Nueva York, Naciones Unidas, 1992.
  - “Empowering the United Nations”, in: *The Politics of Global Governance*, vol. 3 (Jan.-April), Boulder (CO), Lynne Rienner Publ., 1997.
  - *L'interaction démocratie et développement*, (prefácio de Koïchiro MATSUURA, director-geral), Paris, edição UNESCO, 2002 (como coordenador).
- BRITTAIN, Victoria, *Morte da Dignidade, A Guerra Civil Angolana*, (Introdução de PEPETELA, Tradução de Tânia Sofia ROCHA), 1ª. edição, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1999
- BRZEZINSKI, Zbigniew, *EUA/ URSS O Grande Desafio*, Rio de Janeiro, Editorial Nórdica, 1987.
- CAMPOS, Armando de, *África do Sul – potência regional*, (Tese de Mestrado em Estratégia), Lisboa, edição UTL/ISCSP, 1996.
- CARDOSO, General Silva, *Angola, Anatomia de uma Tragédia*, Lisboa, Oficina do Livro, 2001.

- CARNEIRO, José Luís Pereira, *Formação de elite dirigente do MPLA*, (Tese de Mestrado em Estudos Africanos), Lisboa, edição UTL/ISCSP, 1999.
- CARREIRA, Iko, *O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto*, Lisboa, edição Pub. D. Quixote, 1996.
- CHABAL, Patrick,
- *Political Domination in Africa, Reflections on the Limits of Power*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.
  - *Power in Africa. An Essay in Political Interpretation*, New York, St. Martin Press, 1994.
- CHAPMAN, Michael, *Angola, On the road to progress / Na estrada do progresso*, (edição bilingue) Luanda, edição de Angola Consultantes Lda., 1971.
- CHAZAN, Naomi, MORTIMER, R., ROTHCHILD, D., *Policy and Society in Contemporary Africa*, Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1992.
- CHISSANO, Joaquim Alberto, *O Papel de Moçambique na Resolução Pacífico de Conflitos*, (oração de sapiência no ISPU), Maputo, 2007.
- CHIWALE, Samuel, *Cruzei-me com a História*, 1ª. edição, Lisboa, Sextante Editora Lda., Julho de 2008.
- CLINE, Sibyl W., *RENAMO, em defesa da democracia em Moçambique*, (Prefácio de António Rebelo de SOUSA e tradução de Maria do Rosário Sepúlveda R. da FONSECA), Washington D.C., Conselho de Estratégia Global dos Estados Unidos, 1989.
- COELHO, Filipe, *Sistemas Financeiros e Desenvolvimento Económico: Angola no Contexto Africano*, (Prefácio de Ernâni LOPES), 2ª. edição, Lisboa, Veja Editora, 2001.
- COLEMAN, W.D e UNDERHILL, G. R. D. (editors), *Regionalism and global economic integration: Europe, Asia and the Americas*, London, Routledge, 1998.
- COMERFORD, Michael G., *O Rosto Pacífico de Angola: Biografia de um Processo de Paz (1991-2002)*, (Prefácio de D. Francisco de Mata MOURISCA), Luanda, edição do Autor [em português], 2005.
- CORDELIER, Serge (coordenação), *Nações e Nacionalismos*, (trad. de Miguel Serra PEREIRA), Lisboa, Pub. D. Quixote, 1998.
- CORREIA, Eugénio Anacoreta ( direcção), *Democracia e Liberdade: Pensar África*, Lisboa, IDL-Instituto Amaro da Costa, 1985.

CORREIA, Pezarat, *Descolonização de Angola: A jóia da coroa do império português*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1991.

DAVISON, Basil,

- *L' Afrique ancienne*, (tradução para francês de Pierre VIDAUD), volume II, 2<sup>ème</sup> édition, Paris, Librairie François Maspero, 1973.
- *Mãe Negra, África: os anos da provação*, Lisboa/Luanda, edição conjunta da Livraria Sá da Costa e Ministério da Educação de Angola, Maio de 1981.

DIAS, Jill R. (direcção), *REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, (vários volumes)

D'ORVILLE, Hans (directeur), *Le dialogue entre les civilisations: Actes de la Conférence internationale sur le dialogue interculturel et la culture de la paix en Afrique Centrale et dans la région des Grands Lacs*, (Préface Koïchiro MATSUURA), Paris, édition UNESCO, 2005.

DOMBE, Alfredo, *Relações Angola-Brasil 1975/1990*, (prefácio do Professor Carlinhos ZASSALA), Luanda, edição do Autor, 1999.

DOMINGUES, Carlos Alberto, *Guerra, Justiça e Paz – Contribuição para a História Contemporânea de Angola*, 1<sup>a</sup>. edição, Lisboa, Universitária Editora, 2002.

DROZ, Bernard e ROWLEY, Anthony,

- *História do Século XX: Expansão e Independências (1950-1973)*, 3<sup>o</sup> volume, 1<sup>a</sup>. edição, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1991.
- *História do Século XX: Crises e Mutações (de 1973 aos nossos dias)*, 4<sup>o</sup> volume, 1<sup>a</sup>. edição, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1993.

DUFFY, James, *Portugal in Africa*, 1st. edition, Cambridge (MA), Havard University Press, 1962.

FAGE, J. D., *História da África*, Lisboa, Edições 70, 1997.

ESTEVES, Hermínio, *África do Sul, Da Guerra Anglo-Boer aos Nossos Dias*, Lisboa, ed. do autor, (Dissertação para o Mestrado em Relações Internacionais no UTL/ISCSP), 1997

FEDOSEIEV, P., GRIGULEVITCH, I. e MÁSLOVA, N. (coordenadores), *África: investigações dos cientistas soviéticos – Problemas do Desenvolvimento Actual de África*, (tradução de V. FARTÚCHNY), Moscovo, edição da Academia das Ciências da URSS, 1980.



- FERREIRA, José Medeiros, *Estudos de Estratégia e Relações Internacionais*, (Prefácio do autor), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda (IN-CM), 1981.
- FERREIRA, Manuel Ennes, *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)*, (Prefácio de Adelino TORRES), Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 1999.
- FERREIRA, Patrícia Magalhães, *O Conflito na região dos Grandes Lagos*, Lisboa, edição UTL/ISCSP, 1998.
- FEIDOSEIEV, P., GRIGULEVITCH, I. e MÁSLOVA, N. (coordenação), *Problemas do Desenvolvimento Actual de África*, (versão portuguesa sob direcção de V. FARTÚVHNY), Moscovo, Academia de Ciências da URSS, 1980.
- FORTES, M., EVANS-PRITCHARD, E. E., *Sistemas Políticos Africanos*, (trad. de Teresa BRANDÃO), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- FRANCISCO, Alfredo João, *Angola, Estados Unidos da América e as relações internacionais contemporâneas*, (Tese de Mestrado em Estratégia), Lisboa, edição UTL/ISCSP, 1996.
- FREITAS, Jorge Manuel da Costa, *A escola geopolítica brasileira: de Golbéry do Couto e Silva a Therezinha de Castro*, (Tese de Mestrado em Estratégia), Lisboa, edição UTL/ISCSP, 1998.
- GIRAUD, Pierre-Noël, *A Desigualdade do Mundo: a economia do Mundo Contemporâneo*, (trad. de Maria Filomena DUARTE), Lisboa, Terramar, Lda., Janeiro 1998.
- GLASER, Antoine e SMITH, Stephen, *L' Afrique sans Africains – Le rêve blanc du continent noir*, Paris, Éditions Stock, 1994.
- GLEIJESES, Piero, *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*, USA, The University of North Carolina Press, 2002.
- GONÇALVES, António Custódio (dir.), *África Studia n.º 1: Revista Internacional de Estudos Africanos*, Porto, CEA/Universidade do Porto, 1999
- GRAÇA, Pedro Borges, *A Construção da Nação em África (Ambivalência Cultural de Moçambique)*, (Prefácio de Adriano MOREIRA), Coimbra, Edições Almedina, Março 2005.
- GRIMAL, Henri, *Historia de las descolonizaciones del siglo XX*, 1ª edición, Madrid, Iepala Editoril, Marzo 1989.

GROMIKO, Anatóli A. (dir.), *A Casa Branca e o Continente Negro*, Moscovo, Edições Progresso, 1986.

GUSTAFSON, Lowell S., *Thucydides' Theory of International Relations: A Lasting Possession*, Baton Rouge (LA), Louisiana State University Press, 2000.

JAMES, Barry, *Médias: Prévention des conflits et reconstruction*, Paris, édition UNESCO, 2004.

KANDJIMBO, Luís, (coordenador)

- *África: Parcerias para o Desenvolvimento (Actas do Colóquio)*, (Prefácio de Arlindo BARBEITOS e Elizabeth Ceita Vera CRUZ), Lisboa, ed. Novo Imbondeiro Editores, 2007.
- *África-Europa: um novo diálogo perante os desafios do futuro (Actas do Colóquio)*, (Prefácio de Inocência MATA e Isabel Castro HENRIQUES), Lisboa, edição do Grupo Africano de Embaixadores e Novo Imbondeiro Editores, 2007.

KASSOTCHE, Florentino Dick, *Globalização: receio dos países em vias de desenvolvimento*, Luanda, edição Instituto Superior de Relações Internacionais, 1999.

KIAMPUKU, Miguel, *Os efeitos socio-económicos da ajuda alimentar em meio urbano e no contexto da guerra: o Caso de Luanda*, (Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional), Lisboa, edição UTL/ISEG, 1996.

KISSOKA, Pedro Félix, *Viver com conflitos internos*, (Tese de Mestrado em Estratégia), Lisboa, edição UTL/ISCSP, 1995.

KI-ZERBO, *História de África*, Mem Martins, Pub. Europa-América, n/d (2 volumes).

LABOURET, Henri, *Histoire des Noirs d'Afrique*, Paris, éditions P.U.F., 1946.

LARA, António de Sousa,

- *A Subversão do Estado*, (Tese de Doutoramento), Lisboa, edição UTL/ISCSP, 1987.
- *Elementos de Ciência Política*, 3ª. edição, Rio de Mouro, edição Pedro Ferreira - Editor, 1991.
- *Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias*, Rio de Mouro, edição Pedro Ferreira - Editor, (2 vols.), 1994.

LAVROFF, Dmitri, *Os Partidos Políticos de África Negra*, Amadora, Livraria Bertrand, 1975.

- LEMESLE, Raynond-Marin, *La Conférence de Brazzaville de 1944: Contexte et repères*, (Préface Michel ROUSSIN), Paris, C.H.E.A.M., 1994.
- LIPSEY, Richard G., COURANT, Paul N. and RAGAN, Christopher T. S., *Economics*, 12<sup>th</sup> ed., New York, Addison-Wesley Publishing Comp. Inc., 1999.
- LISSOUBA, Pascal, *Congo: Les fruits de la passion partagée*, Paris, Odilon Média, 1997.
- LOBO-FERNANDES, Luís,
- “Soft Power: O Jogo de Atracção Cultural e as Vantagens da Cooperação”, in: *Relações Internacionais*, nº 6, Junho, Lisboa, edição IPRI, 2005.
  - “Olhando para a África Subsaariana: Instabilidade endémica ou a face dos Estados inacabados – Que agenda de Investigação?” in: *Lusíada, Política Internacional e segurança*, nº 1, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2008.
- LOPES, Carlos M., *Roque Santeiro – Entre a Ficção e a Realidade*, (Prefácio de Artur Pestana dos Santos “PEPETELA”), 1<sup>a</sup>. edição, Estoril, Principia, 2007.
- MALTEZ, José Adelino,
- *Ensaio sobre o problema do Estado: à procura da República maior*, (Tese de Doutoramento em 2 Tomos), Lisboa, edição UTL/ISCSP.
  - *Princípios de Ciência Política; Introdução à Teoria Política*, (Prefácio de Adriano MOREIRA), Lisboa, edição UTL/ISCSP, 1996.
  - *Princípios de Ciência Política; O Problema do Direito*, (Prefácio do autor), Lisboa, edição UTL/ISCSP, 1998.
  - *Curso de Relações Internacionais*, Parede, Edições Principia, 2002.
- MAQUET, E., KAKÉ, I.B e SURET-CANALE, J., *Histoire de l’Afrique Centrale: des origines au milieu du 20<sup>e</sup> siècle*, Paris, Présence Africaine, 1971.
- MARENCHES, *Géopolitique*, Paris, Éditions Stock, Août 1988.
- MARTELO, David, 1974, *Cessar-fogo em África*, Mem Martins, Pub. Europa-América, 2001.
- MASINI, Eleanora (coordination), *The futures of cultures*, Paris, Unesco Publishing, 1994.
- MASLOV, Constantin, *Afrique: d’où vient la menace?*, Moscou, édition Agence de presse Novosti, 1986.
- MATEUS, Ismael (coord.), *Angola, a festa e o luto; 25 anos de independência*, 1<sup>a</sup>. edição, Lisboa, Veja Editora, 2000 (com CARVALHO, Adélia de, e OUTROS).

- MATOS, Artur Teodoro e MEDEIROS, Carlos Laranjo (Direcção), *Povos e Cultura n.º4 "Educação em África"*, Lisboa, edição do Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 1989/1990.
- MAYOR, Frederico, *Mission: bâtir la paix*, (Préface Ahmed DERRADJI), Paris, édition UNESCO, 1999.
- M'BOKOLO, Elikia, *L'Afrique au XXe. Siècle*, Paris, Éditions du Soleil, n/d.
- MEDEIROS, Eduardo Raposo de, *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*, Lisboa, edição UTL/ISCSP, n/d.
- MERRIAM, Alan P., *Congo: background of conflict*, Evanston, ed. Northwestern University, 1961.
- MIRANDA, Félix, *Angola – O Futuro é Possível*, 1ª. edição, Lisboa, Veja Editora, 2000.
- MONTEIRO, Ramiro Ladeiro, *África na Política de Cooperação europeia*, Lisboa, edição UTL/ISCSP, n/d.
- MÖLLER, Lutz (coord.), *Strengthening Cooperation between National Commissions for Unesco and International /Intergovernmental Scientific Programmes*, Bonn, Deutsch Unesco-Kommission e.V., 2006
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Livraria Almedina, 1996.
- NAMBURETE, Salvador, *A Organização Mundial do Comércio: Uma Visão Africana*, (pref. de Rui Chancerelle de MANCHETE), Coimbra, Livraria Almedina, Outubro 2005.
- NETO, António Burity da Silva, *Situação do Sector da Educação em 2003*, Luanda, edição Kulonga/ISCED, 2005.
- NETO, António Pitra, *MPLA e as Eleições Legislativas de 2008: As nossas razões para a vitória*, 1ª. edição, Luanda, Editorial Nzila, Dezembro 2008.
- NINGUÉM, José, *África e o Mundo: o Homem Moderno na encruzilhada*, Lisboa, edição do autor, 1990.
- NYE, Joseph S. Jr.,
- *Power and the Global Information Age: from Realism to Globalization*, London, Routledge, 2004.
  - *Soft Power: the Means to Success*, 1<sup>st</sup> ed., New York, World Politics/Perseus Book Gr., 2004.

- *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone*, New York, Oxford University Press Inc., 2002.
- NYERERE, Julius K., *Socialisme, Démocratie et Unité africaine*, (tradução para francês e introdução de Jean MFOULOU), Paris, édition UNESCO, 2002.
- OLIVIER, Roland e FAGE, J. D., *Breve História de África*, (tradução de Artur MORÃO), 1ª. edição, Lisboa, Liv. Sá da Costa Editora, 1980.
- ONIMODE, Bade, *A future for Africa; Beyond the politics of adjustment*, London, Earthscan Pub. Ltd. And Institute for African Alternatives, 1992.
- PACHECO, Carlos,
- *MPLA, um nascimento polémico (as falsificações da história)*, (pref. de Joaquim Pinto de ANDRADE), 1ª. edição, Lisboa, Veja Editora, 1997.
  - *Repensar Angola*, (prefácio de José Carlos VENÂNCIO), 1ª. edição, Lisboa, Veja Editora, 2000.
- PEGADO, Aida Maria Silvério Pinto, *A classe política angolana: do nacionalismo militante à democracia multipartidária*, (Tese de Mestrado em Estudos Africanos), Lisboa, edição UTL/ISCSP, 2002.
- PEREIRA, Rui Mateus (coordenação),
- “Guerras e conflitos violentos em África”, in: *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 2, Lisboa, ed. do Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), Janeiro/Julho 2002.
  - “Problemáticas Políticas em África”, in: *Cadernos de Estudos Africanos*, nº 3, Lisboa, ed. do Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), Julho/Dezembro 2002.
- RIBEIRO, António Silva, *Metodologia do planeamento de acção estratégica*, (Tese de Mestrado em Estratégia), Lisboa, edição UTL/ISCSP, 1996.
- RIBEIRO, General Gonçalves, *Vertigem da descolonização: da agonia do êxodo a cidadania plena*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 2002.
- ROCHA, Edmundo, *ANGOLA: Contribuição ao estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (período de 1950-1964)*, 1ª. edição, Luanda, Editora Kilombelombe, 2003 (2 volumes).
- SAKALA, Alcides, *Memórias de um Guerrilheiro*, 1ª. edição, (Prefácio de Maria Antónia PALLA), Lisboa, Pub. D. Quixote, 2006.

- SALIH, Mohamed Abdel Rahim M. and SHIBRU, Tedla (editors), *Environmental Planning, Policies and Politics in Eastern and Southern Africa*, UK, Palgrave MacMillan Ltd. Hampshire, 1999.
- SALIH, Mohamed Abdel Rahim M., *African Democracies and African Politics (Human Security in the Global Economy)*, UK, Pluto Press Ltd., 2001.
- SANTA-RITA, José Gonçalo, *A África nas Relações Internacionais depois de 1870*, Lisboa, edição Junta de Investigação do Ultramar, 1959.
- SANTOS, Eduardo dos, *Pan-Africanismo de ontem e de hoje*, Lisboa, edição do autor, 1968.
- SANTOS, Sérgio Paulo Alves dos, *A geopolítica da água*, (Tese de Doutoramento), Lisboa, edição UTL/ISCSP, 2001.
- SARAIVA, José Flávio Sombra,
- *O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*, Brasília: Editora da UnB, 1996.
  - *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: solidariedade e ação política*, Brasília, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001 (como organizador).
- SARAIVA, José Flávio Sombra; PANTOJA, Selma (organização), *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- SCHMITT, Bernard, *F.M.I. O Circulo Vicioso das Dívidas Nacionais*, (Prefácio de José CERQUEIRA), 1ª. edição, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1985.
- SILVA, Manuel Cardoso, *Liberdade vigiada: as condicionantes externas ao exercício da soberania*, (Tese de Mestrado em Ciência Política), Lisboa, edição UTL/ISCSP, 1997.
- SINGH, Ravinder Pal (editor), *Arms Procurement Decision Making Vol. II: Chile, Greece, Malaysia, Poland, South Africa and Taiwan*, Oxford, Oxford University Press, 2000.
- SITBON, Michel, *Ruanda: Um genocídio na consciência*, Lisboa, (tradução de Conchita Martins) Edições Dinossauro, 2000.
- SITHOLE, Ndabaningi, *African Nationalism*, London, Oxford University Press, 1968.
- SOUSA, André Franco de, *Angola, o apertado caminho da dignidade*, 1ª. edição, Lisboa, edição do autor, Julho de 1998.
- SOW, Alpha I. e outros, *Introdução à Cultura Africana*, Lisboa, Edições 70, 1980.

- STIRN, François, *Violência e Poder*, Lisboa, Editorial Inquérito, s/d.
- TODD, Emmanuel, *Após o Império*, Lisboa, Edições 70, 2002.
- TOIT, J. Du e JACOBS, A. J., *Southern Africa, an economic profile*, Johannesburg, issue Absa Bank / Southern Book Pub., 1995.
- TORDOFF, William, *Government and Politics in Africa*, UK, Palgrave MacMillan Ltd. Hampshire, 2002.
- TOURNAIRE, Hélène e BOUTEAUD, Robert, *Livre noir du Congo (Congo-Katanga-Angola)*, Paris, Librairie Académique Perrin, 1963.
- VAISSE, Maurice, *As Relações Internacionais desde 1945*, Lisboa, Edições 70, 1997.
- VAN SCHOOR, Marthinus Brasler, *The sociology of vital reason: a study of sociology of Jose Ortega y Gasset*, (Tese de Doutoramento), Pretoria (RSA), (edição do autor), 1968.
- VASQUES, Sérgio, *A Integração Económica Africana, Textos Fundamentais*, Lisboa, Fim de Século Edições Lda., 1997.
- VENÂNCIO, José Carlos (coord.), *O desafio africano (Actas do Colóquio “África de Língua Portuguesa: Presente e Futuro, organizado pela UBI”*, Lisboa, Vega Editora /Universidade da Beira Interior, 1997.
- VICENTE, São, *O desafio industrial de Angola*, Luanda, INALD-Instituto Nacional do Livro e do Disco, Fevereiro de 1996.
- VIDAL, Nuno e ANDRADE, Justino Pinto de, (editores)
- *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, (Prefácio de Patrick CHABAL), 1ª. edição, Luanda/Lisboa, Edições Firmamento, 2006.
  - *Sociedade Civil e Política em Angola – Enquadramento Regional e Internacional*, (prefácio de Patrick CHABAL), 1ª. edição, Luanda/Lisboa, Edições Firmamento/Media XXI, 2008.
- VILLA, Rafael António Duarte, *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*, (Apresentação de Túlio VIGEVANE), São Paulo, Annablume, 1999.
- VINICIOS, Marco e SALDANHA, Maria João, *Jonas Savimbi, Um desafio à ditadura comunista em Angola*, 2ª. edição, Lisboa, Armasilde-Editores, 1977.
- WENDZEL, Robert L., *Relações Internacionais*, (trad. de João de Oliveira DANTAS, Júlio GALVEZ e Pantaleão Soares de BARROS), 2ª. edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.

- WHITE, Leslie A., *O Conceito de Sistemas Culturais; Como Compreender Tribos e Nações*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- WITTE, Ludo de, *O Assassinato de Lumumba*, Lisboa, Editorial Caminho, 2001.
- WYATT-WATER, Andrew, “Regionalism, Globalization and World Economic Order”, in; *Regionalism in World Politics: Regional Organization and International Order*, Oxford (UK), Oxford University Press, 1995.
- YEROS, Paris, *Ethnicity and Nationalism in Africa*, UK, Palgrave MacMillan Ltd. Hampshire, 1998.

## **B. Imprensa (escrita e portais noticiosos):**

### **B.1. Escrita:**

- África 21, Luanda, ou <http://www.africa21digital.com/>.
- Africa Analysis, London.
- Africa Confidential (édition française), Paris.
- África Hoje Anuário, Lisboa.
- África Hoje, Lisboa.
- África Informação, Amadora.
- África Monitor Intelligence, Lisboa, 2007
- África Today, Lisboa, ou <http://www.africatodayonline.com/pt/>.
- Afrique Magazine, Paris, ou <http://www.afriquemagazine.com/>.
- Agora, Luanda, 2009.
- Angola-Portugal Negócios, Lisboa, ou <http://cciportugal-angola.pt/>.
- Angolê, Lisboa/Luanda.
- Angolense, Luanda, ou <http://www.jornalangolense.com/>.
- Austral, Luanda, Junho de 1994.
- Capital (A), Lisboa.
- Capital (A), Luanda, 2009.
- Coopération Sud (édition française), New York, Juillet 1995 e Février 1996.
- Correio Braziliense – Mundo, Brasília, Julho 2001.
- Correio da Semana, São Tomé, ou <http://www.correiodasemana.info/>.
- Diabo (O), Lisboa.
- Diário de Coimbra, Coimbra.



- Diário de Notícias, Lisboa, ou <http://dn.sapo.pt/Inicio/>.
- Expansão, Luanda, 2009.
- Expresso, Lisboa, ou <http://clix.expresso.pt/>.
- Finanças & Desenvolvimento, FMI / BIRD (BM), Washington DC/ Rio de Janeiro (edição brasileira).
- Financial Times, London.
- Folha 8, Luanda.
- Foreign Affairs, U.S.
- Foreign Report, London.
- Frente Oeste, Torres Vedras, ou <http://www.frenteoeste.com/>.
- Globo (O), Brasil, ou <http://oglobo.globo.com/>.
- Grande Reportagem, Lisboa.
- Independente (O), Lisboa.
- InformÁfrica Confidencial, Lisboa, 1993.
- Institutional Investor, N. York.
- International Financial Statistic Yearbook, Washington.
- Jeune Afrique économie, Paris.
- Jeune Afrique, Paris, ou <http://www.jeuneafrique.com/>.
- Jornal de Angola, Luanda, ou <http://www.jornaldeangola.com>.
- Jornal de Notícias, Porto, ou <http://jn.sapo.pt/paginainicial/>.
- Jornal Lusófono, Lisboa.
- L'Express, Paris, ou <http://www.lexpress.fr/express/>.
- Le Courrier ACP-EU, Bruxelles.
- Le Monde Diplomatique, Paris.
- Le Nouvel Afrique-Asie, Paris, ou <http://www.afrique-asie.com/>.
- MediaFAX, Maputo, ou <http://www.mediacoop.odline.com/>.
- Mwangolé, Luanda/Lisboa, ou <http://www.mnoticias.8m.com/>.
- Newsweek, New York.
- O Observador, Maputo, *edição electrónica em PDF*.
- País (O), Luanda, ou <http://www.opais.net/pt/opais/home.asp>.
- Público, Lisboa, ou <http://www.publico.clix.pt/>.
- Revista da Marinha, Luanda, 2007, ou <http://www.mga.gv.ao/revistamarinha/>.
- Século de Joanesburgo (O), Joanesburgo.

- Semanário Angolense, Luanda, (ou <http://semanario-angolense.com/home/>)
- Semanário, Lisboa.
- The Economist, London.
- The Wall Street Journal Europe, London.
- Time, New York.
- Veja, São Paulo, ou <http://vejaonline.abril.com.br/notitia/>.
- Visão, Lisboa.

## *B.2. Portais noticiosos:*

### *B.2.1. Angolanos:*

- Angola 24Horas.com, <http://www.angola24horas.com/portal/>.
- Angola Digital, <http://www.angoladigital.net/>.
- AngoNotícias, Luanda, <http://www.angonoticias.com/>.
- ANGOP, Agência Angola Press, Luanda, [http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/portal/capa/index.html](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/portal/capa/index.html).
- Apostolado (O), Luanda, <http://www.apostolado-angola.org/> ou <http://www.apostolado.info/>.
- Club-K Angola, Joanesburgo e Canadá, <http://www.club-k-angola.com/>.
- Correio do Patriota, USA, <http://www.correiodopatriota.com/>.
- Luanda Digital, <http://www.luandadigital.com/>.
- TPA, Televisão Pública de Angola, Luanda, <http://www.tpa.ao/>.
- VOA-Multipress, Luanda, (<http://www.multipress.info/>).

### *B.2.2. Lusófonos:*

- Africanidade, <http://www.africanidade.com/>.
- Canal de Moçambique, Maputo, <http://www.canalmoz.com/>.
- Canal de Moçambique, Maputo, <http://www.canalmoz.com/>.
- Democracia Liberal (portal Demoliberal), Lisboa, <http://www.demoliberal.com.pt/index.php>.
- Diário Digital, Lisboa, <http://www.diariodigital.pt>.
- Notícias Lusófonas, <http://noticiaslusofonas.com>.
- País Online, (O), Maputo, <http://www.opais.co.mz/opais/>.
- Paralelo14, Cabo Verde, <http://www.portaldecabo Verde.com>.

- Portugal em Linha, <http://www.portugal-linha.pt/>.
- RTP, Rádio e Televisão Portuguesa, Lisboa, <http://tv1.rtp.pt/homepage/>.
- SIC/SIC Notícias, Lisboa, <http://sic.uei.pt/online/noticias>.
- TVI, Televisão Independente, Queluz, <http://www.tvi24.iol.pt/>.
- Visão News, USA, <http://visaonews.com/>.

#### *B.2.3. Africanos:*

- AllAfrica.com, <http://allafrica.com/>.
- IOL-Independent Online, South Africa, <http://www.iol.co.za/>.
- Le Potentiel, Kinshasa, <http://www.lepotentiel.com/>.
- Libération Afrique, Argel, <http://www.liberationafrique.org/>.
- MBendi.com, South África, <http://www.mbendi.com/> e, ou, <http://www.mbendi.com/land/af/p0005.htm>.
- Notre voie, Cote d'Ivoire, <http://www.notrevoie.com/>.
- Panapress, <http://www.panapress.com/>.
- Quotidien Le Soleil, Dakar, <http://www.lesoleil.sn/>.
- The Namibian, Windhoek, (<http://www.namibian.com.na/>).
- The Zimbabwe Independent, Zimbabwe, [www.theindependent.co.zw/news](http://www.theindependent.co.zw/news)

#### *B.2.4. Internacionais:*

- BBC para África, London (edição em português), <http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika>.
- BBC, London, <http://www.bbc.co.uk>.
- Courrier International.com, Paris, [http://www.courrierinternational.com/gabarits/html/default\\_online.asp](http://www.courrierinternational.com/gabarits/html/default_online.asp).
- Deutsche Welle-dw-world, Alemanha, (edição em português para África), <http://www.dw-world.de/>.
- Global Voices Online , <http://globalvoicesonline.org/-/world/sub-saharan-africa/>.
- IPS, Inter Press Service (edição em língua portuguesa), <http://www.mwglobal.org/ipsbrasil.net/africa.php>.
- IPS, Inter Press Service: (edição internacional), <http://www.ipsnews.net/>.
- Portal de Jornais, <http://jornalismolinks.no.sapo.pt/links.htm>.

- RFI, Radio France Internationale, Paris, <http://www.rfi.fr/> ou (edição em língua portuguesa) <http://www.rfi.fr/actubr/pages/001/accueil.asp>.
- VOA-News, Voice of America USA, (edição em português), <http://www.voanews.com/portuguese/>.

## **C. Outros Suportes bibliográficos:**

### *C.1. Suportes Electrónicos*

#### *a. Países:*

##### *a.1. Angola:*

##### *1. Blogues e Homepages:*

- *Alto Hama*, blogue do jornalista Orlando Castro: <http://altohama.blogspot.com/>.
- *Angola Interrogada*, blogue da FpD, Frente para a Democracia: <http://www.angolainterrogada.blogspot.com/>.
- *Arauto*, blogue do jornalista Jorge Eurico: <http://jorge-eurico.blogspot.com/> e <http://pchila.blogspot.com/>.
- *Ditadura do Consenso*, blogue do jornalista Aly Silva: <http://ditaduradoconsenso.blogspot.com/search?q=angola>.
- *Eugénio Costa Almeida*: <http://elcalmeida.net>.
- *Hukalilile*, blogue do Professor Feliciano Cangue: <http://cangue.blogspot.com/>.
- *Morro da Maianga*, blogue do jornalista Reginaldo “Wilson Dada” Silva: <http://www.morrodamaianga.blogspot.com/>.
- *Pululu*, blogue do autor: <http://pululu.blogspot.com/>.

##### *2. Portais indiferenciados:*

- African Studies Centre, University Pennsylvania, USA, [http://www.sas.upenn.edu/African\\_Studies/Country\\_Specific/Angola.html](http://www.sas.upenn.edu/African_Studies/Country_Specific/Angola.html).
- Assembleia Nacional de Angola, [http://www.parlamento.ao/index\\_cflash.htm](http://www.parlamento.ao/index_cflash.htm)
- Carlos SERRANO, “*Angola nasce uma nação, sua origem e identidade*”, [www.mnoticias.8m.com/destaque3.htm](http://www.mnoticias.8m.com/destaque3.htm)
- Embaixada de Angola, Washington DC., <http://www.angola.org>.
- Governo de Angola: <http://www.angola-portal.ao/PortaldoSistemaGoverno/>.

- Missão Permanente de Angola nas Nações Unidas,  
<http://www.un.int/wcm/content/site/angola/> ou <http://www.unangola.org/>.
- CAAEI, Centro Angolano de Altos Estudos Internacionais, Luanda,  
<http://www.caaei.org/>.

*a.2. África (geral)*

- Encyclopedia.com, <http://www.encyclopedia.com/searchresults.aspx?q=africa>.
- Matonge, Kinshasa, <http://www.matonge.be/>.
- Missão Permanente das Nações Unidas na R.D. Congo,  
<http://www.un.int/drcongo/>.
- NYT.Co. – About.com (Geography: Africa), USA,  
[http://geography.about.com/sitesearch.htm?terms=africa&SUName=geography](http://geography.about.com/sitesearch.htm?terms=africa&SUName=geography&TopNode=99)  
[&TopNode=99](http://geography.about.com/sitesearch.htm?terms=africa&SUName=geography&TopNode=99).
- University of Botswana, [www.ub.bw/home.html](http://www.ub.bw/home.html)
- University of Namibia, [www.unam.na/ilrc/index.html](http://www.unam.na/ilrc/index.html).

*b. Diversos:*

- BERTONHA, João Fábio, O poder militar argentino e o equilíbrio geopolítico na América do Sul, in revista Meridiano 47, edição 80, Março de 2007, in:  
<http://meridiano47.info/2007/03/10/o-poder-militar-argentino-e-o-equilibrio-geopolitico-na-america-do-sul/>
- BUFFA, Diego, *Pasado y Presente en los estudios e investigaciones sobre África en Argentina*, in:  
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/sursur/AFRICAN/19buffa.pdf>.
- ARAGÃO, Thiago de, *Os Dilemas Geopolíticos da América Latina em 2006*, in:  
<http://thiagodearagao.wordpress.com/2007/01/05/os-dilemas-geopoliticos-da-america-latina-em-2006/>
- CASTRO, Therezinha de, *América do Sul: Vocação Geopolítica*, Setembro de 1997, in: <http://www.esg.br/cee/ARTIGOS/tcastro1.pdf>.
- CALCAGNOTTO, Gilberto, *O Brasil e a União Europeia Os passos rumo a uma nova potência global?*, in  
<http://www.nuso.org/upload/portugues/2008/Calcagnotto.pdf>.

- CIA, The World Factbook, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>.
- CODESRIA, Council for the Development of Social Science Research in Africa, [www.codesria.org/index.htm](http://www.codesria.org/index.htm).
- CUNHA, Mateus Souza da, *O processo de independência de Angola: projetos conflitantes*, in: <http://www4.fapa.com.br/monographia/artigos/1edicao/artigo4.pdf>
- ITAUSSU, Leonel e MELLO, Almeida, *Argentina e Brasil, A Balança de Poder no Cone Sul*, in: [http://books.google.pt/books?id=wD3X\\_ky7gHAC&pg=RA1-PA10&lpg=RA1-PA10&dq=argentina:+geopoliticos&source=web&ots=3tRtwk2LR-&sig=KuFmCm4zHEAA\\_u-E30g8J0HGFvk&hl=pt-PT&sa=X&oi=book\\_result&resnum=4&ct=result#PPP1,M1](http://books.google.pt/books?id=wD3X_ky7gHAC&pg=RA1-PA10&lpg=RA1-PA10&dq=argentina:+geopoliticos&source=web&ots=3tRtwk2LR-&sig=KuFmCm4zHEAA_u-E30g8J0HGFvk&hl=pt-PT&sa=X&oi=book_result&resnum=4&ct=result#PPP1,M1).
- LECHINI, Gladys,
  - *Argentina y Sudafrica en el Africa Austral*, in: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/lechini.rtf>.
  - *Argentina y África en el espejo de Brasil ¿Política por impulsos o construcción de una política exterior?*, Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, in: <http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgi-bin/library?e=d-000-00---0sursur--00-0-0--0prompt-10---4-----0-1l--1-es-Zz-1---20-about---00031-001-0-0utfZz-8-00&a=d&cl=CL3&d=HASH0132c74b4eab135806572295.3>.
- MALTEZ, José Adelino, <http://maltez.info>:
  - DAS TEIAS DA GEOPOLÍTICA AO NOVO MUNDO DA GLOBALIZAÇÃO: Tópicos da intervenção no colóquio sobre *As Relações Transatlânticas*, 1998/9
  - Luanda já não é nome de guerra, Dezembro 2002, in <http://maltez.info/Textos/euronoticias/luanda%20ja%20nao%20e%20nome%20de%20guerra.htm>.
  - [http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/teoria\\_das\\_relacoes\\_internacionais/a\\_procur\\_a\\_da\\_integracao\\_politica.htm](http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/teoria_das_relacoes_internacionais/a_procur_a_da_integracao_politica.htm)
- National Defense University, Washington, D.C, <http://www.ndu.edu/>.

- NOLAN, Cathal J., *The Greenwood Encyclopedia of International Relations*, in <http://books.google.pt/books?id=4-LnRiwEgR0C&printsec=frontcover&dq=middle+power+manship&hl=pt-BR#PP1,M1>.
- Oxford University Libraries, <http://www.lib.ox.ac.uk/libraries/bysubject/>.
- PENA FILHO, Pio e LESSA, António Carlos Moraes, *O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil*, in: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/448.pdf>.
- RUIZ-DIAZ, Hugo, *Com a palavra, os países do sul*, in: <http://diplo.uol.com.br/2005-09,a1156>, Setembro de 2005.

### C.2. Suportes Videográficos

- BBC World – British Broadcasting Corporation, Reino Unido.
- CNN International – Cable News Network, USA.
- EuroNews, França.
- Reuters, Reuter Portuguesa, Lda., Lisboa.
- RTP, Rádio Televisão Portuguesa, Portugal.
- SIC, Sociedade Independente de Comunicação, Portugal.
- Sky News, British Sky Broadcasting, Reino Unido.
- TPA Internacional, Luanda.
- TV5 Internationale, França.
- TVI, Televisão Independente, Portugal.

### C.3. Apoios Universitários e Outras consultas

- CCIPA, *Angola-Portugal Negócios*, Lisboa, edição da Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola, Lisboa.
- CDI-Moçambique, *Centro de Documentação e Informação da Assembleia da República de Moçambique*, Maputo.
- CEPP, *Centro de Estudos do Pensamento Político*, José Adelino MALTEZ (director), UTL/ISCSP, Lisboa.

# ANEXOS

(Os anexos que se seguem são parte integrante da Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Relações Internacionais, sob o título: **“A União Africana e a emergência de Estados-Directores no Continente Africano: O Caso de Angola”**)



## **Índice dos anexos:**

<b>Algumas notas biográficas de Angola</b>	<b>191</b>
<b>Acontecimentos ocorridos entre 1991 (Bicesse) e 1997 (GURN)</b>	<b>195</b>
<b>Acordos assinados com e entre os 3 Movimentos independentistas angolanos</b>	<b>205</b>
<b>13 Teses em Minha Defesa (por Nito ALVES)</b>	<b>207</b>
<b><u>Uma nota introdutória prévia do autor da Tese de Doutoramento</u></b>	<b>207</b>
<b><u>13 Teses em Minha Defesa (Nito Alves)</u></b>	<b>208</b>
<b><u>Nota introdutória</u></b>	<b>208</b>
<b>Índice</b>	<b>209</b>
<b>Correspondência com Fernando Vumby I: "Quando um dia fomos parar à base do Kinkuzo"</b>	<b>384</b>
<b>Correspondência com Fernando Vumby II: "A Cadeia e o Campo de Concentração e outras informações"</b>	<b>399</b>
<b>Boletim de Voto para as eleições legislativas de 2008 que suscitaram dúvidas quanto à denominação oficial do MPLA (posição 10)</b>	<b>402</b>
<b>Lei da Revisão Constitucional nº 23/92</b>	<b>403</b>
<b>Resolução 1295 (sobre a soberania e integridade territorial de Angola)</b>	<b>407</b>
<b>Protocolo de Lusaka</b>	<b>416</b>
<b>Declaração do Governo da República de Angola (13-Março-2002)</b>	<b>463</b>
<b>Memorando de Entendimento Complementar Ao Protocolo De Lusaka Para a Cessação Das Hostilidades e Resolução Das Demais Questões Militares Pendentes Nos Termos Do Protocolo de Lusaka</b>	<b>467</b>
<b>Resolução A/RES/41/11, de 27 de Outubro de 1986,</b>	<b>494</b>
<b>Identificação das Personalidades que responderam aos diferentes Questionários</b>	<b>496</b>

## **16 Algumas notas biográficas de Angola**



### **DESIGNAÇÃO OFICIAL: República de Angola**

**Capital:** Luanda (*cerca de 3 milhões de habitantes*)

**Superfície:** 1.246.700 Km<sup>2</sup>

**População:** 16,9 milhões (2008 *estimado*)

**Densidade Populacional:** 13,56 habitantes/km<sup>2</sup>

**Taxa de Crescimento Populacional:** 2,14% (2008 *estimado*)

**Distribuição Populacional** (2008 *estimado*):

0-14 anos: 43,6% (*uma pequena maioria masculinos*)

15-64 anos: 53,6% (*uma pequena maioria masculinos*)

Acima dos 65 anos: 2,7% (*a maioria é mulheres*).

**Taxa de Natalidade:** 44,09 nados/1.000 habitantes

**Taxa de Mortalidade:** 24,44 mortes/1.000 habitantes

**Taxa de Mortalidade Infantil:** 182,31 mortes/1.000 nascimentos (*considerado o País com a ainda maior taxa de mortalidade em África*)

*Rapazes:* 194,38 mortes/1.000 nascimentos

*Raparigas:* 169,64 mortes/1.000 nascimentos

**Esperança de vida:** *população total:* 37,92 anos (2008 *estimado*)

*homens:* 36,99 anos

*mulheres:* 38,9 anos

**Alfabetização:** 67,4% (142°)

**Sistema Político:** Democracia Parlamentar Semi-Presidencialista

**Chefe de Estado:** Eng.º José Eduardo dos Santos (desde 1979)

**Chefe de Governo:** Eng.º Paulo Kassoma, (MPLA) (desde 2008)

**Ministro das Relações Exteriores:** Assunção dos Anjos (2008)

**Outros Órgãos de Soberania:** Assembleia Nacional; Tribunal Constitucional; Tribunal Supremo; Tribunal de Contas; Procuradoria-geral da República

**Forças Armadas:** nº de Efectivos n/d  
**Gastos com a defesa:** USD 4614,15 milhões (5,7% do PIB)

**Independência:** 11 de Novembro de 1975  
**Hino Nacional:** Ó Pátria  
**Constituição:** Desde 25 de Agosto de 1992

**Etnias:** Ovimbundo, Ambundo, Bakongo, Cuanhama e Lunda

**Religião:** Cristã (25% Católica e Evangélicas) e Animistas

**Idiomas Nacionais:** Português, Ambundu, Kikongo, Tchokwé, Kimbundo

**Moeda:** Kuanza (AKz); 1 AKz = 100 lwei

**PIB:** USD 91.286 milhões (2007 *estimado*)

**Rendimento per/capita:** USD 5.590 (2008 *estimado*)

**Exportações:** USD 43,23 bilhões FOB (2007 *estimado*)

**Importações:** USD 11,41 bilhões FOB (2007 *estimado*)

**Taxa de inflação:** 12,5% (2008 *estimado*)

**Taxa de Desemprego:**

**Dívida Externa:** USD 8,835 bilhões (2007 *estimado*)

**Índice de desenvolvimento Humano:** 162º (0,446) (2007)

**Universidades:** Oficialmente ainda há uma (*Universidade Agostinho Neto*) que vai ser cindida em 5 referentes a outros tantos departamentos escolares, e várias privadas (cerca de uma dezena)

#### **Comunicação Social:**

- 1 Jornal diário (*Jornal de Angola, público*) e cerca de uma dezena de Semanários privados
- 2 Televisões (*TPA com 2 canais, público; e TV Zimbo, privada, que só emite em Luanda e Huambo*)
- 5 Rádios (*RNA, pública, com vários emissores regionais; ECA-Rádio Ecclésia, da igreja católica; Luanda-Antena Comercial; Rádio Mais; Rádio Despertar, ligada à UNITA*)
- 1 Agência Noticiosa oficial (*AngolaPress-ANGOP*)

**Principais Partidos Políticos:** MPLA, UNITA, FNLA, PRS, PDP-ANA, Nova Democracia

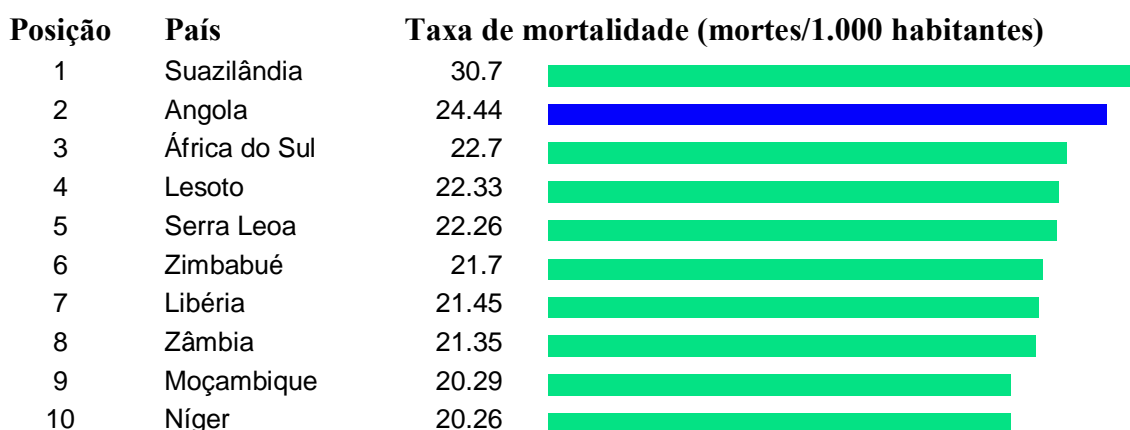
**Principais Organizações integrante:** UA; ONU; SADC; COMESA, CPLP; CEEAC, OMC, FMI

## **Gráficos:**

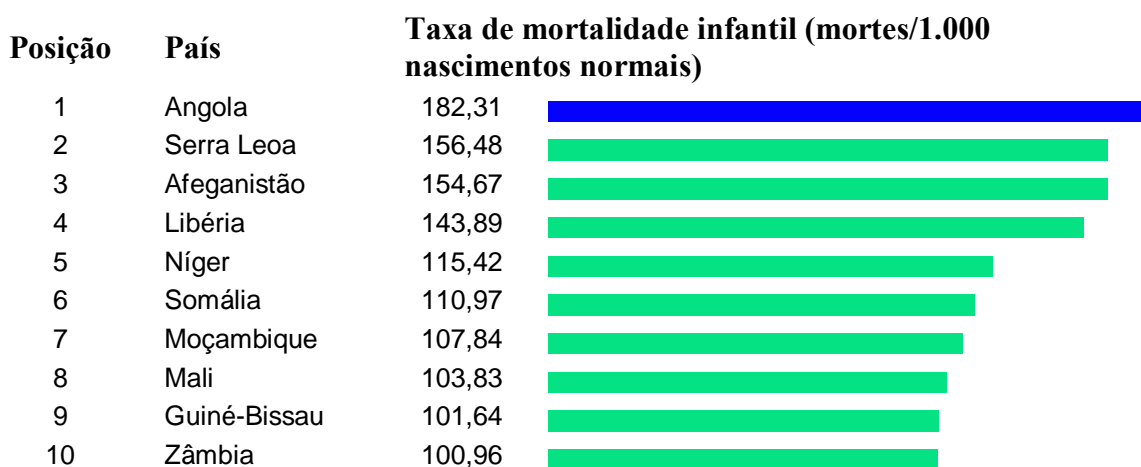
### **Taxa de Natalidade:**

Posição	País	Taxa de nascimento (nascimentos/1.000 habitantes)
1	Níger	49.62
2	Mali	49.38
3	Uganda	48.15
4	Afeganistão	45.82
5	Serra Leoa	45.08
6	Burquina Faso	44.68
7	Somália	44.12
8	Angola	44.09
9	R. D. Congo	43
10	Libéria	42.92

### Taxa de Mortalidade:



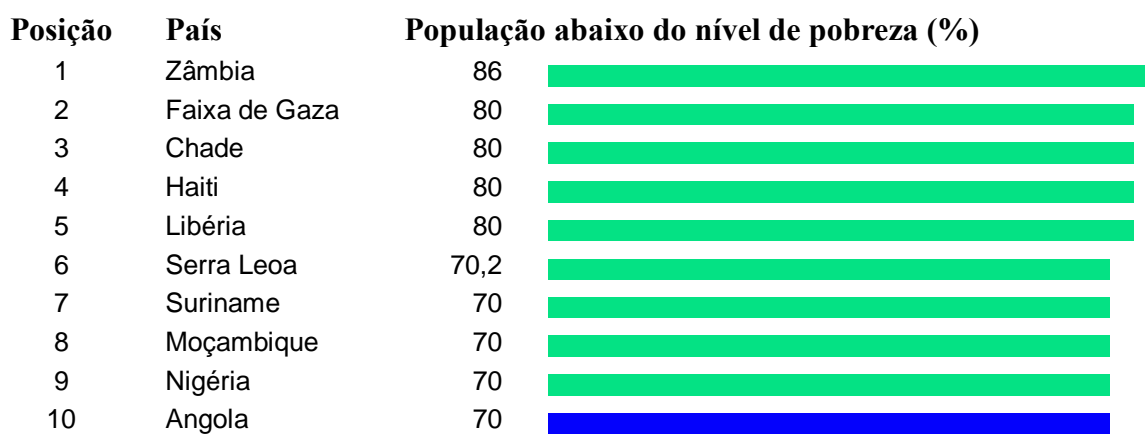
### Taxa de Mortalidade Infantil



### Taxa de Esperança de Vida:



**Taxa da população que vive abaixo do limiar da pobreza:**



*Fontes principais: CIA The World Factbook, FMI, e BBC News.*

## **17 Acontecimentos ocorridos entre 1991 (Bicesse) e 1997 (GURN)**

### **Em 1991:**

(01.05): São assinados por Lopo do Nascimento, da RPA Jeremias Chitunda, vice-presidente da UNITA e Durão Barroso, Secretário de Estado da Cooperação de Portugal, os *Acordos de Bicesse*, no Estoril, para a Paz definitiva;

(15.05): São ratificados os Acordos entrando em vigor Cessar-fogo em Angola;

(31.05): São assinados os acordos de Paz entre a RPA e a UNITA, nas pessoas de Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, respectivamente, presidente da RPA e da UNITA;

(17.06): A *Comissão Conjunta Político-Militar* (CCPM) organismo previsto nos acordos de Bicesse, reúne-se pela primeira vez;

(19.06): É a vez da *Comissão Mista de Verificação e Fiscalização* (CMVF) se reunir pela primeira vez;

(24.06): Primeira reunião da *Comissão de Constituição da Forças Armadas* conjuntas (CCFA) entre FALA e FAPLAS, os exércitos privados dos dois movimentos;

(27.06): Pela primeira vez a *Missão Nações Unidas para o Processo Eleitoral em Angola* (UNAVEM) reúne-se com a CCPM;

(Julho): Surto grevista nas indústrias petrolíferas;

(20.07): Primeiras trocas de prisioneiros entre o Governo e a UNITA;

(04.09): O pm português, Cavaco Silva, visita pela primeira vez a RPA, durante 3 dias, deslocando-se a Luanda e Luena, onde em princípio deveria se encontrar com o presidente da UNITA, o que não se verificou. Encontrou-se, posteriormente, com Holden Roberto, da FNLA, e Joaquim Pinto Andrade, do *Partido Democrático de Angola* (PDA);

(09.09): O presidente brasileiro Collor de Melo visita oficialmente, a RPA;

(16.09): Embora em privado, pela primeira vez um presidente angolano é recebido na residência oficial norte-americana;

(29.09): Regresso de Savimbi a Luanda;

(14.11): Após a criação das Forças Armadas Angolanas (FAA), toma posse do Conselho Superior das FAA;

**1992:**

(15.01) Começa em Luanda uma reunião Multipartidária entre o Governo e pequenos partidos angolanos. A UNITA não quis participar na mesma, por considerar poder ir contra o Acordo de Bicesse;

(Jan.): Reunião Multipartidária aponta 19 de Setembro como a data das eleições legislativas;

(27.01): Visita do primeiro-ministro espanhol Filipe Gonzalez, a Luanda;

(26.03): Eduardo dos Santos anunciou na sessão de abertura da Assembleia do Povo, que as eleições gerais foram marcadas para 29 e 30 de Setembro;

(31.03): Início do processo de desmobilização das forças político-militares dos dois movimentos;

(03.05): A pedido do presidente Eduardo dos Santos, e na sequência de diversos assassinatos, ocorridos entre cooperantes por estrangeiros, o presidente português Mário Soares, decidiu adiar a sua visita a Luanda;

(11.05): Congresso do MPLA decide retirar a sigla Partido dos Trabalhadores que fazia parte da sigla oficial do partido (MPLA/PT);

(23.05): *Início do Processo de Registo Eleitoral;*

(04.06): Papa João Paulo II, visita Angola no encerramento das comemorações do V Centenário da Evangelização de Angola;

(08.06): Papa visita Cabinda, propõe a paz e advoga a manutenção da província como parte integrante da República Angolana;

(14.06): N'zau Puna e Tony da Costa Fernandes, dissidentes da UNITA regressam ao país após a sua deserção em Fevereiro, reclamando um Congresso extraordinário do Partido, ao mesmo tempo que denunciam comportamento “*bárbaro*” do partido face aos seus prisioneiros. O Comité Central da UNITA nem se dignou a desmentir;

(30.06): Reunião em Luanda entre o governo angolano e elementos da *Frente de Libertação de Cabinda* (FLEC) devido ao problema de Cabinda;

(13.07): Graves confrontos armados entre militares da UNITA, acreditados junto da CCPM, e militares das FAPLAS, em Malange;

(17.07): Eduardo dos Santos determina que as eleições presidenciais e legislativas serão no mesmo período, a 29 e 30 de Setembro;

(24.07): Savimbi apresenta oficialmente a sua candidatura às presidenciais. É o primeiro candidato oficial às mesmas;

*(24.08): Angola decide abolir a “pena capital” como a pena máxima;*

*(26.08): A Assembleia do Povo, o parlamento, revê a Constituição, alterando a denominação de República Popular de Angola para República de Angola, o parlamento passa a designar-se Assembleia Nacional, e o sistema político passa a semi-presidencialista;*

(09.09): Após reunião conjunta Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, e por sugestão da troika comunitária, representada pelos MNE inglês e dinamarquês e pelo Secretário Estado português Durão Barroso, foi decidido que qualquer que seja o resultado das eleições o Governo saído do mesmo será de Unidade Nacional;

(13.09): Após oito dias de distúrbios, levados a efeito por militares das FAPLA desmobilizados, Cabinda retomou a sua actividade normal. Para esse facto muito contribuiu a presença da nova força anti-motim criada pelo Governo de Luanda, os “Ninjas”, e o envio de tropas especiais das FAPLA;

(28.09): Criadas, oficialmente, as Forças Armadas Angolanas (FAA);

(29/30.09): Eleições gerais legislativas e presidenciais em Angola, com distúrbios ocorridos no Huambo, onde o director de campanha do MPLA escapou atentado;

(01/02.10): Membros da FNLA denunciam “fraudes eleitorais”. Membros do partido que tinham votado nas mesas eleitorais de Sambizanga não foram registados como votantes. Outros partidos menores e a UNITA reforçam a denúncia;

(06.10): Face às alegadas irregularidades verificadas nas eleições, os militares da UNITA membros das FAA decidem sair destas até ser reposta a legalidade eleitoral e/ou anuladas as eleições;

(09.10): Eduardo dos Santos decide retardar a divulgação dos resultados até a chegada de observadores do Conselho Segurança das N.U.;

(11.10): Detonado um carro armadilhado junto do hotel onde se encontra a maior parte da delegação da UNITA e dos seus familiares. Como primeira consequência troca de tiros entre a defesa pessoal da UNITA e polícias governamentais;

(12.10): Holden Roberto, líder da FNLA, junta-se a Savimbi nas denúncias de irregularidades do processo eleitoral;

(15.10): Após ter sido informado pelo Secretário-Geral das NU, dos resultados finais, Savimbi aceitou participar na segunda volta das eleições presidenciais;

(17.10): São anunciados os resultados finais das legislativas e presidenciais;



**Presidenciais:**

Eduardo dos Santos 49,57%  
Jonas Savimbi 40,07%  
Alberto Neto 2,16%  
Holden Roberto 2,11%

**Legislativas:**

MPLA 53,74% c/ 129 dep.  
UNITA 34,10% 70  
PRS 2,27% 6  
FNLA 2,40% 5  
PLD 2,39% 3

e ainda com 1 deputado cada, a AD-Colig., o Pajoca, PDA, PDP-ANA, PNDA, PRD e PSD;

(30.10): Segundo as forças policiais a UNITA atacou o aeroporto 4 de Fevereiro provocando 21 mortos. Face a este estado de coisas o Conselho de Segurança decide prolongar o seu mandato e solicita o fim das hostilidades à UNITA;

(01.11): Após um fim-de-semana sangrento entre as forças policiais do governo, os *ninjas* e as forças da UNITA, foi assinado um cessar-fogo acordado entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, sob os auspícios do Secretário-Geral das NU, Butros-Ghali;

(02.11): Segundo fontes não oficiais o representante da UNITA junto da CCPM, Salupeto Pena e o vice-presidente do partido Jeremias Chitunda foram mortos. O general 'Ben-Ben' e o Secretário-geral do partido, Alicerces Mango, estão dados como desaparecidos;

(04.11): Confirmadas as mortes dos dois dirigentes da UNITA;

(12.11): Jonas Savimbi declara, após um prolongado silêncio, desde os massacres de Luanda, que o Governo português está, de certa forma, desejoso da manutenção do *status quo*, i.é., manter a guerra, pedindo a intervenção de Mário Soares. Por outro lado, 3 observadores franceses, que estiveram fiscalizar as eleições, convidados pela UNITA, solicitaram às N.U. a organização de um novo escrutínio;

(18.11): Morreram mais de 1000 pessoas, nos confrontos de Angola no pós-eleições, sendo na sua maioria ex-militares e simpatizantes da UNITA;

(19.11): A representante das NU, Margaret Anstee, declarou, após ter sido recebida por Savimbi, que este embora continue a manifestar a sua opinião de que as eleições foram fraudulentas e irregulares, aceita o resultado das mesmas, devendo estar presente uma delegação da UNITA, na reunião entre o MPLA e os restantes partidos com assento na Assembleia Nacional, prevista para breve, quando deverá ser

oficialmente indigitado Marcelino Moco, como primeiro-ministro da República de Angola;

(21.11): Reunião em Luanda multipartidária que reuniu 11 partidos angolanos e o governo. A UNITA não se fez representar invocando razões de segurança;

(26.11): No mesmo dia em que o novo parlamento angolano, a Assembleia Nacional, com a eleição do seu presidente, o ex-MNE, Pedro Van-Dunen, 'Loy', sem a presença da UNITA, em Namibe, cidade do sul de Angola, reúnem-se pela primeira vez desde os acontecimentos de Luanda, uma delegação governamental, liderada por Fernando Piedade 'Nandó', e outra da UNITA, liderada pelo ministro-sombra da informação, Jorge Valentim;

(29.11): Após prolongados confrontos ocorridos nos dois últimos dias, a UNITA ocupou a cidade de Uíge;

(02.12): Tomada de posse do primeiro governo pós-eleições, chefiado pelo Secretário-Geral do MPLA, Marcolino Moco. Fazem parte do governo, além do partido vencedor, a FNLA, PDII, PRD, PRS. Estava prevista a inclusão de elementos da UNITA, em subsecretarias de Estado, porém os conflitos emergentes ainda impõem a sua não inclusão;

(09.12): Depois de estar alguns dias desaparecido, o dirigente da UNITA, Norberto de Castro, declara numa conferência de imprensa, em Luanda, que o presidente Savimbi está mal rodeado de conselheiros e que declarações sobre a vontade de guerra da UNITA, imputadas a Salupeto Pena e a Ben-Ben e transmitidas pela televisão angolana TPA são verídicas. No mesmo dia são nomeados os representantes da UNITA para o Governo;

(12.12): Em declarações à televisão privada portuguesa SIC, Savimbi declara aceitar em definitivo, embora continue a declará-las fraudulentas, as eleições legislativas e, ao mesmo tempo, preparado para a segunda volta das eleições presidenciais que deverão ser fiscalizadas pelas N.U.;

### **1993:**

(03.01): Fortes confrontos entre polícia angolana e militantes e militares da UNITA, na cidade de Lubango;

(05.01): Após de madrugada se ter iniciado graves confrontos entre as duas fracções angolanas em Benguela e com efeitos de reflexo no Lobito e Namibe, a

enviada da ONU Margaret Ansteen declarou que se “*está a assistir a uma espiral de violência*” no país;

(08.01): Em declarações prestadas em Portugal, o MNE angolano, Venâncio de Moura, propõe a ilegalização dos escritórios de representação da UNITA nos países amigos de Angola;

(14.01): Savimbi apresenta plano de 5 pontos para aplicação integral dos planos de Bicese. Por sua vez governo angolano começa a solicitar a ilegalização da UNITA e o encerramento das suas delegações nos países com quem Angola mantém relações diplomáticas;

(15.01): Reunião bipartida, em Adis-Abeba entre chefes militares das FALA e governamentais fica adiada devido à recusa da UNITA em tratar temas especificamente militares;

(18.01): Depois de ter conquistado M'Banza Congo, a UNITA atacou e conquistou a cidade de Soyo, bem assim a região petrolífera circunvizinha;

(27/30.01): As conversações entre a UNITA e o Governo angolano, em Adis-Abeba, terminam sem resultados práticos. Prevê-se novos encontros em data a definir;

(12.02): Segundo a rádio oficial da UNITA, Voz Galo Negro (VORGAN), a cidade de Huambo caiu nas mãos das FALA;

(13.02): A CCPM, nomeadamente, os 3 observadores internacionais, apresentaram um ultimato à UNITA para retornar às conversações de Adis-Abeba. Por outro lado corre nos *media* que os ocidentais estão a tentar afastar Savimbi da liderança da UNITA;

(16.02): Devido ao recrudescer dos combates na cidade do Huambo, e o descalabro das FAA nesta cidade, o governo decidiu enviar 2 batalhões, num total de 10 mil homens para contrabalançar os 14 mil das FALA;

(17.02): Tomam posse os primeiros 11 dos 70 deputados que foram eleitos pelas listas da UNITA;

(24.02): O presidente interino Eduardo dos Santos demitiu o ministro das Finanças e o Governador interino do BNA, o Banco Central, Salomão Xirimibi e Sebastião Lavrador, respectivamente. Supõe-se que as demissões têm a haver com a venda de Kwanzas no mercado livre efectuadas pelo Banco Nacional, e que aproximou o Kwanza oficial do mercado paralelo. Foram substituídos pelo ministro do Comércio e Turismo, Manuel Carneiro e por Generoso Almeida, respectivamente. Note-se que o câmbio passou de 580 ANK/\$US para 7000 ANK/\$US;

(28.02): A reunião de Adis-Abeba entre o governo e a UNITA sai frustrada pela ausência desta devido, segundo invocam, ao ataque que as forças armadas angolanas têm efectuado ao aeroporto e arredores do Huambo, o que impede a sua saída desta cidade no avião posto à disposição pelas NU. O Governo ameaça mudar de atitude e enveredar pela guerra aberta;

(12.03): O Conselho de Segurança das NU aprovam Resolução onde está implícita a condenação da UNITA e o pedido de um encontro ao mais alto nível entre as partes. É ainda imposto à UNITA a necessidade de voltar aos Acordos de Bicesse até 30/03, data que expira a comissão da UNAVEM II;

(14.03): Luanda e UNITA reivindicam vitórias no Soyo e Cubal respectivamente;

(26.03): Na sequência de encontros que têm vindo a ocorrer nesta semana, a UNITA apresentou aos representantes americanos uma proposta de paz de oito pontos e, simultaneamente, reafirma a não intenção de divisão do país e início de conversações a 15 de Abril em lugar a designar;

(12.04): Iniciam-se em Abidjan, Costa do Marfim, reuniões entre o governo e a UNITA sob os auspícios da Troika e das NU.;

(19.05): Administração Clinton reconhece a legitimidade das eleições legislativas ao reconhecer oficialmente o Governo de Angola;

(22.05): As conversações angolanas que decorriam em Abidjan, são suspensas devido à irredutibilidade das partes em litígio;

(02.06): Conselho de Segurança das NU decidem prolongar por mais 45 dias a UNAVEN, em Angola enquanto Ansteen é substituída pelo maliano Blondin Beie;

(21.06): É formalizada oficialmente o estabelecimento de relações diplomáticas entre Luanda e Washington, com as assinaturas do Sub-secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose, e do presidente angolano, em exercício;

(25.06): Primeiro grupo de estrangeiros retidos no Huambo após os 66 dias de guerra, chegam a S.T.P., após escala técnica em Luanda, (por avaria de motor); este facto levou à suspensão temporária do segundo voo, por contrariar as disposições negociadas entre a Cruz Vermelha Internacional e a UNITA, de voo directo;

(27.06): Americanos levantam embargo à venda de material militar, não letal, a Angola. Segundo os EUA, não se verifica qualquer desfasamento face aos Acordos de Bicesse e a cláusula "*Triplo Zero*";

(30.06): *OUA condena a UNITA e solicita às N.U. que condenem o movimento e adoptem "sanções concretas";*

(07.08): UNITA acusada de raptar padres e civis estrangeiros de uma igreja do Cuito. No entanto, aquela organização desmente o rapto, declarando que foram os mesmos que solicitaram a sua transferência para uma cidade mais segura do que o Cuito onde já morreram mais de 14 mil cidadãos desde Janeiro. Ao mesmo tempo, um semanário português, O Independente, anuncia que a Rússia está a fornecer armamento ao regime de Luanda;

(09.08): Londres declara, formalmente, o levantamento do embargo militar a Luanda, invocando a troika como tendo anunciado ser a UNITA culpada do recrudescer dos confrontos no país, e por isso ser legítimo o governo de Angola se auto-defender;

(11.08): Savimbi, em declarações à Radio France Internacional, declarou estar disposto a cessar-fogo desde que o governo de Luanda proceda de igual modo. Luanda recebeu com reservas estas declarações;

(02.10): A *Vorgan*, é silenciada pela Voz da América, ao ser-lhe retirada a frequência para as "Ondas Curtas", na sequência das sanções americanas à UNITA;

(Outubro): A Comissão Política da UNITA, realizada no Huambo, declarou explícita e firmemente a sua intenção de reconhecer definitivamente o resultado final das eleições legislativas de Setembro de 1992. Manteve, ainda, o cessar-fogo unilateral declarado por aquele partido;

(15.11): Início de conversações entre Governo e a UNITA em Lusaka, sob os auspícios da N.U.;

(13.12): Suspensão de negociações em Lusaka após a UNITA ter denunciado uma tentativa de assassinato de Savimbi, perto de Bié, levado a efeito por bombardeamentos aéreos governamentais. Acusação grave, principalmente quando vigora um tácito acordo de cessar-fogo;

## **1994:**

(15.01): Um auto-denominado *Movimento para a Autodeterminação do Congo*, MAKO, declarando-se representando 1,7 milhões de bakongo, declarou ter exigido junto de Luanda, a autodeterminação da região bakongo, no Norte de Angola;

(17.02): UNITA e Governo de Angola aprovam plano de Reconciliação proposto pela mediação das NU e pelos observadores;

(28.03): A fim de evitar uma ruptura nas negociações, governo e UNITA decidem suspender, temporariamente, as negociações de Lusaka;

(27.05): Boutros-Ghali prolonga o mandato da missão para a Paz em Angola, UNAVCEM II, por mais três meses;

(07.07): Reunião quadripartida, em Pretória, junta Mandela, Eduardo dos Santos, Chissano e Mobutu, para procurara soluções para Angola. A próxima reunião será entre Mandela e Savimbi;

(31.10 / 01.11): O Governo de Angola e a UNITA assinam um protocolo de paz, em Lusaka, sob os auspícios do representante do Secretário-Geral das NU, Allouin Bein. A paz deverá ser assinada em 15 de Novembro e o cessar-fogo entrará em vigor dois dias depois;

(20.11): Em Lusaka é assinado, às 11,53 horas o Protocolo para a Paz em Angola, sob os auspícios de Bein, representante das NU, dos presidentes da Zâmbia, S.T.P., Guiné-Bissau e Gabão, de Moose, Sub-secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, e dos representantes da OUA, Portugal, Rússia, Brasil e Estados Africanos da Linha da Frente. Pelo Governo de Angola rubricou o MNE, Venâncio de Moura, e pela UNITA o Secretário-Geral e negociador militar Eugénio Manuvakola. O presidente angolano dos Santos proferiu algumas palavras enquanto o presidente da UNITA, cujo paradeiro se desconhece e com receio pela vida, não compareceu A Conferência;

## **1995:**

(07.05): Eduardo dos Santos e Savimbi reúnem-se a sós, em Lusaka e sob os auspícios de Chiluba, durante duas horas. Nas declarações finais, perante os jornalistas, Savimbi reconhece dos Santos como presidente de Angola e, como tal, seu presidente;

(20.11): Começa oficialmente o aquartelamento das forças da UNITA;

(Dezembro) A UNITA suspende o processo de aquartelamento, depois de as FAA ocuparem localidades em redor da cidade de Soyo;

## **1996:**

(Final de Fevereiro): A UNITA tinha já aquartelado cerca de 16.500 soldados. O ritmo é mais reduzido após isto, na opinião da UNITA devido à lentidão na concessão de uma amnistia por parte do governo;

(Março): Cimeira entre Eduardo dos Santos e Savimbi, a quarta, em Franceville, Gabão, para decidir da aceleração do aquartelamento das duas forças e Eduardo dos Santos oferece o cargo de vice-presidente a Savimbi;

(06.05): Durante a reunião da V Comissão Mista Angola-Portugal, é assinado em Lisboa um acordo sobre a conversão da dívida angolana em activos;

(08.05): Parlamento angolano aprova, por unanimidade, proposta da UNITA, de amnistia de crimes militares levados a efeito por militares ou civis até 01 de Maio passado;

(03.06): Em comunicação televisada o presidente dos Santos exonera Marcolino Moco de p.m. e nomeia como pm o até agora presidente da Assembleia Nacional, França Van Dunem;

(Agosto: Durante uma sessão extraordinária do Congresso, a UNITA declina a oferta a Savimbi da vice-presidência, apesar de tudo indicar que teria dado, inicialmente, uma resposta aparentemente positiva;

## **1997:**

(Fevereiro/Março): O Governo de Luanda envia dois batalhões para o Zaire, em apoio à revolta liderada por Laurent Kabila contra Mobutu;

(08/09.04): Parlamento aprova projecto-lei do governo sobre o estatuto de Savimbi. Este passa a deter o cargo de chefe de oposição. A principal consequência foi a tomada de posse dos deputados da UNITA em vésperas de ser empossado o *Governo de Unidade e Reconstrução Nacional* (GURN);

(11.04): Tomada de posse do GURN com a UNITA a deter 4 Ministérios e com Savimbi a não comparecer;

## 18 Acordos assinados com e entre os 3 Movimentos independentistas angolanos

### Diferentes Acordos rubricados entre os três Movimentos Independentistas de Angola (intra e com terceiros) ( I )

ACORDOS	DATA	LOCAL	SIGNATÁRIOS	TEMÁTICA	RESULTADO
<b>Portugal / UNITA</b>	14-Jul-1974	Nas chanas do Moxico (Angola)	Portugal (Pt); UNITA	Suspensão de hostilidades entre a UNITA e a Potência colonial	UNITA reconhecida como parte e direito a exercer actividade política
<b>Portugal / MPLA</b>	13-Set-1974	Lunhamege (Moxico, Angola)	Portugal; MPLA	Suspensão de hostilidades entre a MPLA e a Potência colonial	MPLA reconhecida como parte e direito a exercer actividade política
<b>Portugal / FNLA</b>	15-Out-1974	Kinshasa (R.D.Congo)	Portugal; FNLA	Suspensão de hostilidades entre a FNLA e a Potência colonial	FNLA reconhecida como parte e direito a exercer actividade política
<b>Mombaça</b>	5-Jan-1975	Mombaça (Quénia)	FNLA (F); MPLA (M); UNITA (U)	Acordos de Paz entre os 3 Movimentos de Libertação, na sequência de acordos bilaterais entre eles (pré-acordos bilaterais (F/U, Kinshasa e Bukavu), (M/U, Luso) e (F/M, Mombaça)	Auto-reconhecimento dos 3 Movimentos como interlocutores face à Potência Colonial; a UNITA reconhecida também como tal pela OUA
<b>Alvor</b>	11-Jan-2005	Alvor (Portugal)	Portugal e FNLA / MPLA / UNITA	Acordos entre potência colonizadora e Movimentos Libertação visando a Descolonização	(Embora Portugal o tenha suspenso parcialmente, a 30 de Junho de 1974, manteve a data da independência); Independência de Angola a 11 de Novembro de 1975
<b>Nakuru</b>	21-Jun-1975	Nakuru (Quénia)	FNLA; MPLA; UNITA	Acordos de Paz entre os 3 Movimentos de Libertação sem presença da Potência colonial em violação ao Acordo de Alvor	Plantação de árvore como reconhecimento de Paz entre os três Movimentos antes da Independência (fracassou)

*Gráfico A1*



### Diferentes Acordos rubricados entre os três Movimentos Independentistas de Angola (intra e com terceiros) ( II )

ACORDOS	DATA	LOCAL	SIGNATÁRIOS	TEMÁTICA	RESULTADO
<b>Quadripartido</b>	22-Dez-1988	Nova Iorque (EUA)	Angola; Cuba; Rep. África do Sul (RAS); EUA	Fim dos apoios de Cuba ao MPLA e da RAS à UNITA e independência do Sudoeste Africano	Independência do Sudoeste Africano (Namíbia) com manutenção do porto de Walvis Bay sob tutela da RAS
<b>Bicesse</b>	31-Mai-1991	Estoril (Portugal)	Governo e UNITA	Acordo de Paz sob supervisão de Portugal; criado Governo de Transição para a Independência com vigilância de uma troika (Pt, EUA e Rússia)	Eleições em 1992 e formação de exército único. Acordos não sobreviveram aos resultados eleitorais
<b>Protocolo de Lusaka</b>	20-Nov-1994	Lusaka (Zâmbia)	Governo e UNITA	Acordos de Paz entre os dois beligerantes e formação de Governo de Unidade	Formação do Governo de Unidade e Reconstrução Nacional (GURN); acordo com vigência curta
<b>Protocolo Adicional</b>			Governo e UNITA	Protocolo adicional ao Acordo de Lusaka	Acabou por não ter qualquer efeito prático
<b>Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka</b>	4-Abr-2002	Luena (Angola)	Governo e UNITA	Acordo de Paz complementar ao Protocolo de Lusaka após morte de Jonas Savimbi (pela primeira vez, tratado e assinado só por militares)	Paz implantada com a UNITA a reconhecer o domínio do GURN sobre o País. Eleições legislativas em 2008

*Gráfico A2*

**Fontes:** Centro de Documentação 25 Abril, da Universidade de Coimbra; Instituto Português de Relações Internacionais (Portugal); Eugénio ALMEIDA, "*África, Trajectos Políticos, Religiosos e Culturais*", 2004; Michael G. COMERFORD, "*O Rosto Pacífico de Angola...*", 2005.

## **19 13 Teses em Minha Defesa (por Nito ALVES)**

### ***19.1 Uma nota introdutória prévia do autor da Tese de Doutoramento***

O Documento que a seguir se descreve, denominado “As 13 Teses em Minha Defesa” e dado como escrito por Nito Alves, foi retirado de um portal – Associação 27 de Maio (<http://27maio.com/>) – considerado como o mais credível e o que mais se aproxima das Teses defendidas por Nito Alves e tacitamente aceite como o portal “oficioso” daqueles que desejam ver esclarecido o problema, a temática, 27 de Maio de 1977.

Porque os autores (leia-se, os coordenadores) do portal que tiveram acesso ao suposto documento original mantiveram alguns itens (morfologia, sintaxe, grafia e “*pequenas dúvidas gráficas*”) sem qualquer alteração, foi entendimento meu manter também o mesmo como apresentam, apesar de ter tido acesso a outros documentos tidos como originais e mais completos mas de grafia actualizada ou que pouco dizem respeito à simbologia gráfica angolana.

Tal como também não foi possível, apesar de contactados, obter as notas de rodapé que acompanhariam o texto.

De registar que, em conversas, via endereço electrónico, com o activista de Direitos Humanos e analista angolano Fernando Vumby, este declara que há quem afirme que estas 13 Teses não foram escritas por Nito Alves mas por um

## **19.2 13 Teses em Minha Defesa (Nito Alves)**

### **19.3 Nota introdutória**

Passados cerca de 26 anos do dia 27 de Maio de 1977, eis que nos chega às mãos uma cópia das tão procuradas 13 Teses em Minha Defesa, importante documento escrito por Nito Alves, com o intuito de se defender (atacando) das acusações que vinha sendo alvo.

Várias sessões com direito a maus tratos na cadeia de S. Paulo em Luanda, não serviram para nos dar a conhecer, de uma forma pormenorizada, o conteúdo das mesmas, contudo, e por que vivemos a mesma conturbada época política e também porque conhecemos bem como pensava, e como se expressava o autor, deixa-nos concluir que a presente cópia está conforme o original.

Não importa saber se há concordância com os pontos de vista políticos e ideológicos do autor, o que aliás à luz das resoluções do 3º Plenário de Comité Central realizado de 23 a 29 de Outubro de 1976 em Luanda deverão ser os do MPLA, Nota mas sim perceber a trama em que foi (fomos) envolvido (envolvidos) pelos seus (nossos) “camaradas” de partido.

Resolvemos unicamente “passar a limpo” o exemplar que nos chegou, como forma de, nos dias de hoje ser mais fácil trabalhar sobre e com ele.

Esperamos que o mesmo venha a ser útil, a todos aqueles que se interessaram ou venham a interessar por este tema, e que o mesmo, quanto mais não seja, sirva de contributo à pesquisa e à procura da verdade.

Por nós esta luta continuará com a firme certeza da vitória.

### **19.3.1 Índice**

1º Método Dialéctico e o Método Metafísico.

2º Os Antecedentes Históricos – As diversas frentes de luta guerrilheira nunca se encontraram.

3º O que é ser vanguarda

4º) Unidade Nacional.

5º) O Anti-sovietismo – Arma da contra-revolução a “Luva de Ferro” do Secretário Administrativo do Bureau Político.

6º ) A CIA e a revolução Angolana.

7º) Como iludir o Povo.

8º) A importância do estudo da Teoria.

9º ) A propósito da Opção Socialista.

10º) Um Partido Leninista ou um Partido Social-Democrata Maoísta?

11º ) Análise Global do 3º plenário do Comité Central e o Verdadeiro significado dos cinco minutos que entraram na história do MPLA: As Teses em confronto.

12º ) Conclusão Final.

13º ) Exijo, no imediato, severa justiça aos verdadeiros réus: O Verdadeiro Veredicto.

Camarada Presidente do MPLA

Camaradas do Comité Central

Mas no limiar da ciência, como à entrada do inferno, esta obrigação se impõe:

Que aqui se afaste toda a suspeita

Que neste lugar se despreze todo o medo.

(Dante: Divina Comédia)”

Com esta síntese, cientificamente fundamentada, Karl Marx remata o prefácio à sua obra: CONTRIBUIÇÃO PARA A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA.

O Comité Central não pode permitir que eu permaneça, diante dos meus acusadores, com as mãos abusiva e agressivamente amarradas sobre as minhas costas vergastadas e o meu corpo preso e atado a mil cordas e mil nós a um poste de suplício e martírio, onde a reacção interna exhibe e rema o seu chicote contra-revolucionário. Nesta peça de defesa responderei aos meus adversários,”dente por dente, olho por olho”. É chegado o tempo de se pôr fim às torturas políticas e morais de que sou alvo há dois anos a esta parte. E transformarei a cavilosa acusação de que tenho sido vítima irreal num verdadeiro libelo acusatório.

É absolutamente necessário, antes de tudo, que cada membro do nosso Comité Central, cada dirigente do nosso MPLA, os militantes em geral tenham claramente consciência da gravidade do momento histórico-concreto em que vivemos; tenham consciência da gravidade das grandes manobras no interior do MPLA, tal como se nos apresentam no dia a dia da nossa prática revolucionária concreta; tenham consciência – se não nos querem iludir uns aos outros – de que tal como dizia Lénine, cito ... ” o dever de nós todos, como membros do Partido, era dedicar a estas atenções, resolver esta questão do ponto de vista dos interesses da causa, e não sob o aspecto da “sentimentalidade pequeno-burguesa” como justamente o camarada Russov diria mais tarde”. (1) (V.I.Lénine, Obras Escolhidas. Tomo I, pág. 347 – Editorial Progresso - Moscovo)

Em nada surpreende nem a gratuidade das afirmações, nem a histeria dos ataques, muito menos as calúnias marcadas por uma profunda conotação reaccionária pelo menos objectivamente; em nada surpreende a incompetência teórica e a ausência de princípios que revelam os ataques e os atacantes.

Todo este quadro de situações e circunstâncias são o reflexo real do carácter contraditório inerente a qualquer movimento de libertação nacional. Por isso, só e só o princípio do determinismo dialéctico descoberto por Marx e Engels nos dará quer o método da compreensão exacta do fenómeno em presença quer as formas de solução. O facto de o MPLA não ter podido ao longo dos seus vinte anos de existência e luta realizar pelo menos um Congresso onde fossem corajosamente discutidas as questões fundamentais de cada fase ou etapa no quadro geral do desenvolvimento da luta anti-colonialista e anti-imperialista, onde se fossem depurando os perniciosos é, por si só, causa de peso histórico capaz de explicar a origem remota dos gravíssimos problemas colocados com premência e carácter inadiável ante si próprio, nos dias de hoje.

No 3º Plenário do Comité Central do Movimento Popular de Libertação de Angola, realizado em Luanda de 23 a 29 de Outubro de 1976, fui, tal como o camarada José Van-Dúnen, igualmente membro do Comité Central do MPLA “acusado” de “fraccionista”.

Esta “acusação” não era nova para mim. Já bastante antes do Plenário, órgãos de informação controlados pelo Governo da República estavam levando a cabo uma furiosa e louca campanha desse tom, fundamentalmente dirigida contra mim. A esta “acusação” de “facciosismo”, veio acrescentar-se uma outra: a de tentativa de “golpe de estado”, um estratagema movido igualmente contra mim, concebido, montado, dinamizado e impulsionado quer por certos membros do Comité Central, quer pelo aparelho de Segurança do Estado – a DISA e pelos mesmos órgãos de informação controlados pelo Governo.

Igualmente e perante a mesma passividade do Governo, órgãos de informação estrangeiros, com especial relevo para jornais portugueses de direita, vinham-se dedicando ao mesmo objectivo.

No 3º Plenário, perante a avalanche de “acusadores”, a agressividade dos mesmos e a falsidade das acusações o camarada José Van-Dúnen propôs a constituição de uma Comissão de Inquérito do Comité Central para que de uma vez por todas se pudesse ver quem falava a verdade.

Nessa mesma Reunião Plenária do Comité Central eu subscrevi essa proposta em ordem que se pusesse a claro a falsidade das acusações e se passasse à questão de saber quem, como, porquê e para quê montara e dirigira todo o processo.

Ao endereçar este extenso mas necessário documento ao Camarada Presidente e ao Comité Central não estou meramente a usar do direito que assiste a todo o militante de se defender de qualquer acusação, consignada no número catorze (14) da Lei de Disciplina do MPLA, estou principalmente a cumprir a sua Lei de Disciplina, nomeadamente:

## ESTATUTOS

Artº 6 – São deveres dos membros do MPLA:

- e) Cumprir escrupulosamente a disciplina do MPLA.
- f) Defender a unidade e coesão do MPLA e lutar pela unidade do nacionalismo angolano.
- h) Estar vigilante contra as provocações e manobras do interior e do exterior do Movimento.

## E LEI DE DISCIPLINA

8. Combate intransigente à provocação, à calúnia, à intriga e ao boato. Combate intransigente ao oportunismo, ao dogmatismo, ao divisionário e à demagogia no interior do MPLA.

Numa clara e visível continuação das mesmas manobras no interior do nosso Movimento, e sem que a Comissão de Inquérito apresentasse o seu relatório e parecer, com uma maior intensidade e agressividade verifica-se no País e a partir de certos dirigentes e dos mesmos órgãos de informação um recrudescimento da mesma

campanha mais ou menos directa ou indirectamente dirigida contra mim. Com efeito, foi estabelecido o monopólio dos *mass-média* para o meu aniquilamento político e revolucionário.

Assim e sem qualquer actividade fecunda e cientificamente credenciada por parte da Comissão de Inquérito, sem quaisquer “provas” que resistam a uma interpretação à luz do materialismo histórico; sem qualquer legitimidade revolucionária, aproveita-se oportunamente a circunstância da justa perseguição e dismantelamento da OCA (nova versão dos CAC’s) operação necessária e urgente no interesse da defesa da nossa revolução e por isso a ela dou todo o meu acordo, para, ao mesmo tempo possibilitar a que a reacção interna e todas as forças profundamente anti-comunistas possam lançar mãos a todos quanto não pretendem senão fazer a revolução, uma época de verdadeira “caça às bruxas”.

Para a consecução dos seus objectivos – que a História cedo revelará inequivocamente – lança-se no seio da massa militante, no seio das amplas massas e no conjunto das forças vivas do País na sua totalidade a voz de ordem de combate ao “fraccionismo”.

E como tudo isto é feito de acordo com um plano estratégico pré-estabelecido fala-se do “fraccionismo” em geral, do “fraccionismo” em abstracto e não do “fraccionismo” no concreto. Isto serve para semear a dúvida e a confusão total no seio da massa militante, numa clara manobra reaccionária. No essencial, o método em curso, é na verdade a essência de uma tática, cujo objectivo é ocultar aos militantes a existência real, viva, visível e palpável da única fracção que realmente está a minar a unidade revolucionária, a unidade de acção e de vontade no seio do MPLA e, por consequência a minar a nossa revolução. A esta fracção, como proponho demonstrá-la pormenorizadamente, Lénine deu o nome de revisão do marxismo, cujas componentes, no mundo contemporâneo, são a direita anti-comunista e o maoísmo. A sua plataforma de entendimento e acção é o seu profundo e inveterado anti-sovietismo.

De acordo com normas de coerção psicológica, agentes provocadores do sector reaccionário da DISA estão apostados em “acabar” com o fantasma do pretenso “grupo Nito”. A campanha de intimidação é tal que tenho notícias de alguns camaradas presos que, quotidianamente vivem sob permanente ameaça de castigos físicos caso não



“confessem” ante a polícia, o pecado mortal de o porquê é que tais camaradas falam do meu nome. Os que lêem as minhas modestas obras são alvo de ódio e da “vigilância” dita revolucionária desse sector oportunista, abrilista e contra-revolucionário da DISA.

No meio de toda esta magnífica jogada duma das mais contra-revolucionárias partidas de xadrez a favor do imperialismo internacional, membros do Comité Central, acérrimos defensores do centralismo - democrático e da disciplina interna, entre os quais vai uma nota de destaque para o Secretário Administrativo do Bureau Político Lúcio Lara, Saydi Mingas (este é um dos membros da Comissão de Inquérito) e Beto Van-Dúnen (responsável do DOM Regional de Luanda) divulgaram, em reunião de organismos de massa, em reunião com o Comissariado Político das FAPLA, em assembleia de militantes a existência da Comissão de Inquérito o que constitui uma violação flagrante do determinado pelo Comité Central. Haja em vista recordar que, o Comité Central fechara o assunto com o selo da matéria secreta, interna e exclusiva do Comité Central e o camarada Presidente Dr. Agostinho Neto sugeriu mesmo que se a questão pudesse ser resolvida no estilo do Partido Comunista Chinês seria o ideal.

O membro do Comité Central Saydi Mingas, diante do Comité Central da JMPLA avançou mesmo com as “suas sentenças”, inclusive a do fuzilamento.

Antes dos trabalhos da Comissão de Inquérito, como se vê claramente, a sentença já está ditada!

Apesar de todo este sórdido e nauseante maquiavelismo, apesar de toda esta montagem e campanha contra-revolucionária, apesar de todo este carnaval monopolista reaccionário por excelência, tudo fiz para depor perante a Comissão de Inquérito.

Assim, por mais do que uma vez contactei quer colectiva quer individualmente com cada um de grande parte dos membros da Comissão no sentido de se imprimir um último mais dinâmico no andamento dos trabalhos. Em nota do camarada José Eduardo, presidente da Comissão, feita em Dezembro do passado ano, fui respondido que seria ouvido nos primeiros dias deste ano (Janeiro). Junto do camarada Presidente Neto e por mais do que uma vez expus a minha preocupação pela morosidade senão mesmo o abandono da questão pela Comissão e encetei diligências no sentido de que a decisão do

Comité Central tinha de ser cumprida o mais prontamente possível e dentro do espaço de tempo que tinha sido marcado: dois meses. Isto é a partir de oito de Novembro do passado ano até oito de Janeiro do ano em curso.

Ora, são decorridos mais de trinta dias ou seja mais de um mês sobre o tempo fixado ou seja mais de 50% do tempo distribuído à comissão e nunca fui ouvido sequer uma única vez!!... Não interessa já agora investigar as causas objectivas que geraram uma tal situação de indisciplina por parte da Comissão ante uma importante decisão do Comité Central. Mas desde já, não se pode alegar falta de tempo ou excesso de outros serviços governamentais, partidários ou outros como será o argumento de base. É antes de mais, em termos de responsabilidade e seriedade que a questão deve ser posta.

Que fazer?

Diante de uma tal conjuntura, tendo em causa a gravidade das campanhas e conluios contra mim, dum lado; tendo em conta a negligência e irresponsabilidade da Comissão do outro lado; tendo em conta que, do que depende de mim tudo fiz democrática e disciplinadamente para que a Comissão marchasse e consciente de ter esgotado todas as vias e instâncias necessárias dentro dos limites formais de disciplina interna, ainda por outro lado, e reconhecendo profundamente que ninguém lutará por mim se eu próprio não for capaz de energia suficiente para lutar pela razão científica que me assiste (no mundo é pouco ter razão, disse-me um dia um velho militante comunista), resolvi actuar dentro dos limites e critérios que suponho normais da nossa democracia interna, entendendo-a revolucionariamente, a fim de destroçar corajosamente as algemas duma “estranha disciplina” que me quer fazer escravo e vítima a um mesmo tempo.

Assim resolvi endereçar a seguinte carta à Comissão de Inquérito:

Camarada Presidente da Comissão de Inquérito:

José Eduardo dos Santos

As minhas saudações revolucionárias.

Terminou, no passado dia oito de Janeiro, o prazo para a conclusão final dos trabalhos da Comissão. E sobre o prazo em questão cresceu um castelo adicional dentro do gráfico global dos dois meses, que corresponde a um período superior a trinta dias, ou seja mais de um mês e, expressando-o no rigor da linguagem matemática, equivale a mais de 50% em relação ao tempo único que foi fixado à Comissão pelo Camarada Presidente do MPLA e da República Popular de Angola, Dr. António Agostinho Neto. E tudo isto apesar das minhas instâncias no sentido da maior colaboração possível.

Em função deste revoltante quadro da situação, assiste-me o direito democrático e revolucionário de convocar a Comissão para a segunda e última reunião, a meu pedido, a fim de, legal e disciplinadamente fazer a entrega dum importante documento. Este documento deverá ser policopiado (em versão integral, rigorosamente) e ser distribuído como se segue:

Camarada Presidente

A cada membro do Comité Central

A cada uma das Comissões Directivas Provinciais

Ao Comité Central da JMPLA

Ao Secretariado Nacional da UNTA

Proponho esta distribuição interna do referido documento, posto que a qualquer daquelas instituições e organismos de massas do nosso Movimento, foi dado directa ou indirectamente versão oficial do espantallo do "facciosismo" de que sou acusado.

Num espaço de quinze dias, caso o referido documento não chegue a cada um dos destinatários, do ponto de vista revolucionário, e de acordo com a minha intransigência em dar combate à injustiça e a manobras do interior do Movimento e a burocracia interna, encarregar-me-ei eu próprio de fazer a distribuição que peço.

Pela Disciplina interna, única, igual e obrigatória para todos

Pela Democracia Interna

Pela Direcção Colectiva

Pelo Centralismo Democrático

ALVES BERNARDO BAPTISTA

Membro do Comité Central

Luanda, 11 de Fevereiro de 1977

Esta é a transcrição fiel da carta que enderecei ao Presidente da Comissão de Inquérito.

“É pouco ter razão neste mundo da luta política, filosófica e ideológica, é preciso lutar tenazmente por ela”, eis a lição que me foi cientificamente ministrada por um velho militante comunista! E eu sigo este sábio e militante conselho!

O meu objectivo é pois denunciar, desmascarar e combater energicamente a natureza reaccionária de aliança da direita e dos maoístas, no seio do MPLA, uma aliança que representa uma séria e uma das únicas verdadeiras ameaças ao desenvolvimento do nosso processo revolucionário e um óptimo serviço às forças do imperialismo mundial.

Por esta razão, repudio pois diante do Comité Central, diante dos operários e trabalhadores angolanos qualquer tentativa de rebaixar e reduzir a questão a ataques pessoais. Essa será a atitude das forças componentes daquela aliança o que apenas servirá para mais uma vez demonstrar a sua impotência teórica.

Nesta polémica, as argumentações “*ad hominem*” (2) (argumento que consiste em atribuir um erro ao oponente e fazer depois grande alarido) não resistem à verdade nua e crua dos factos em cortejo dramático no ecrã do nosso processo revolucionário. Espero ainda que os ideólogos anti-marxistas-leninistas não se queixem da minha linguagem, pois que os próprios argumentos desses camaradas produzidos no 3ª Plenário do Comité Central deram-me legitimidade estatutária para me expressar nestes termos.

E tal como dizia Marx no seu prólogo à primeira edição de O CAPITAL, “Na análise das formas económicas de nada servem o microscópio nem os reactivos químicos”. O único meio de que dispomos, neste terreno, é a capacidade de abstracção”. Estas palavras, que são ao mesmo tempo a essência do método de Marx, aplicam-se no processo do conhecimento da realidade revolucionária na sua totalidade. Nesta polémica, portanto, de nada servem o microscópio, nem os reagentes químicos”. Muito menos o ataque pessoal.

Partirei pois do sensorial - concreto e, pela abstracção, chegarei ao teórico -concreto. É forçoso por consequência, partir dos aspectos exteriores do fenómeno em presença, partir da superfície para aprender a origem, a essência e o desenvolvimento das nossas divergências. É forçoso, ainda pois, reproduzir no pensamento, este complexo objecto que se chama MPLA. E só é possível aplicando o método histórico e o lógico.

E lanço desde já o seguinte repto aos meus acusadores: em vez de pancada apresentem argumento em contrário, porque é sabido que:

“a falta de ideias, se sole del paso com una palabreja.”

ou seja, politicamente falando, “quando não se tem argumento sai-se da situação dizendo asneiras.”

Pelo menos, até aqui, procedem deste modo os meus acusadores.

Aos que ousam chamar-me diletante, respondo com as próprias palavras de Engels:

“Não é falta minha se tenho que seguir o senhor Duhring por terreno em que apenas posso reivindicar para mim o nome de diletante. Em semelhantes casos, vejo-me obrigado a pôr às falsas ou erróneas afirmações do meu adversário, factos correctos, incontestados”. (3) ( F.Engels, “Anti-During”, prefácio I, págs. 36/37, Editions Sociales. 3ª Edição, 73.) E Lénine escreveu: “sem polémica, sem discussão, sem”emoções humanas”, nunca teria havido, nem poderia haver procura da verdade”. (4) (O.Yakhot, O que é o Materialismo Dialectico? pág. 313.) Na natureza e na sociedade humana não há pois verdades ou mentiras: existem apenas coisas, factos, fenómenos e processos. As nossas representações e juízos a respeito deles é que podem ser verdadeiros ou falsos, certos ou erróneos. Neste sentido, a descoberta da verdade é um processo submetido a leis e critérios científicos.

## **1 - MÉTODO DIALECTICO E O MÉTODO METAFÍSICO**

Como tive a oportunidade de afirmar perante a Comissão de Inquérito, as teses de acusação – se é que assim se podem chamar! – aparecem escandalosa e vergonhosamente destituídas de qualquer fundamento científico!

Como é que procedem os que me acusam?

Que método: apresentam-me uma lista numérica, uma lista aritmética de acusações, algumas delas duma ingenuidade primitiva. Diante deles, apenas me reservam o insultante papel de responder por uma única alternativa – método do dilema ou argumentação cornuda: ou sim ou não!

Os mesmos “factos” (que não são considerados fenómenos sociais, políticos ou revolucionários!!) surgem inabilmente seleccionados, aparecem dum arquivamento protegido: a conclusão é simples: em função deles, o camarada Nito é “divisionista”, é “fraccionista”, etc. Como isto é divertido.

Os autores da acusação são absolutamente incapazes de perspectivar os seus “factos” em movimento do tempo e no espaço; são absolutamente incapazes de explicá-lo à base do princípio da causalidade; são totalmente incapazes de ver onexo, a interacção objectiva existente entre os mesmos; são redondamente incapazes de analisá-los à base da lei da necessidade e o seu vínculo interno com a casualidade. Enfim são numa palavra, metafísicos ou pelo menos procedem como tal.

Em tese, os autores da acusação negam simplesmente o princípio do determinismo filosófico – pedra angular de toda a explicação verdadeiramente científica do mundo e seus fenómenos, quer sociais, políticos e históricos e das leis objectivas que os regem.

Na verdade, como argumentar diante de um areópago, diante de juizes que negam ou desconhecem o método dialéctico do conhecimento ? Como defender a verdade diante de metafísicos, ou hegelianos? Como defender a demonstrabilidade da essência dos fenómenos sociais em presença, quando os juizes aparecem vestidos com a toga do maoísmo? Algumas cadeiras especiais na corte dos juizes são ocupadas pelos “revolucionários de salão”, que ostentam o seu pedantismo pretensioso, o seu ecletismo filosófico.

O caminho é apenas um único: opor energicamente à concepção idealista do mundo dos meus acusadores a concepção marxista-leninista com um todo e não com amputações.

A filosofia descoberta por Marx e Engels e enriquecida posteriormente por Lénine ensina-nos o seguinte: "Divórcio entre a dialéctica subjectiva (o movimento do conhecimento) e objectiva (o movimento da matéria) é a raiz da gnoseologia (5) fundamental do agnóstico (6)"; tal é a verdade científica que nos oferece F.V. Konstantinov, no seu livro *Fundamentos da Filosofia Marxista-Leninista*, editada pela Academia de Ciências da URSS.

No fundamental, aquela tese bastava para derrubar o argumento idealista de que se servem os meus acusadores. E o fundamento desta afirmação reside na seguinte tese de Marx: "antecipar conclusões que é preciso demonstrar em primeiro lugar é pouco correcto".

Entretanto, em relação ao método e técnica científica de recolha e utilização científica das informações, importa dar notícia do que sobre a matéria nos diz O. Yakot, no seu livro, *O Que é O Materialismo Dialéctico?*

"Primeiro de tudo, é necessário que os factos sejam cuidadosamente verificados. Se forem recolhidos à pressa e sem verificação, não se pode atingir a essência das coisas. Lénine sublinhava constantemente que os factos não são "cabeçudos" e conclusivos se não quando forem estudados sob todos os aspectos e cuidadosamente peneirados. Se os factos são tomados arbitrariamente, são apenas "brinquedos ou coisa pior".

E continua: "assim, conhece-se a essência dos fenómenos na base dos factos recolhidos. Estes últimos devem ser reunidos em quantidade suficiente e cuidadosamente verificados. Quanto à conclusão, deve ser cuidadosamente verificada" (7). O sublinhado é meu.

E quando se trata de conhecer fenómenos da praxis revolucionária, diria eu, importante é verificar quem é que recolhe a informação; qual é a sua vinculação de classe; qual a sua concepção do mundo; o método que utiliza. O mesmo se aplica aos sujeitos da interpretação e conclusão.

O nosso autor, cita o grande génio russo Pavlov que escreveu: "Não vos converteis em arquivistas dos factos. Ensaiai penetrar no mistério do seu aparecimento. Procurai com

perseverança as leis que os regem”. Não se pode chegar aqui senão com ajuda do pensamento abstracto”, fim de citação.

Em definitivo, os procuradores dum outro público neste Comité Central, nomeadamente o Secretário Administrativo do Bureau Político, não podem resistir ao método por mim utilizado: o materialismo dialéctico, posto que ao utilizarmos critérios não só diversos como irreconciliáveis divergimos logo à partida e sempre.

Os meus acusadores procedem contrariamente a estas lições do materialismo dialéctico. Com efeito, como provarei mais adiante, os meus acusadores recolhem os”factos” básicos da acusação a partir do meio e seio da própria pequena burguesia, recolhem-nos do meio e seio das forças coligadas da contra-revolução interna, e com estes”factos”, pretendem tirar quer a acusação em si, quer o seu fundamento! Estes senhores querem tentar, por estranho milagre inverter de novo a dialéctica, virá-la da cabeça aos pés como fez Hegel a seu tempo. Mas, desde que Marx e Engels a puseram de pé, erguendo-a dos pés à cabeça, a dialéctica nunca mais será invertida, queiram-no ou não os ideólogos da pequena-burguesia ou média – burguesia.

O método metafísico é doentio, próprio das forças sociais em decadência; é um método que é incapaz de operar mentalmente, incapaz de sair dos limites do sensorial -concreto para o abstracto, logo, impotente para se elevar do grau sensorial do conhecimento para o seu grau lógico, que é a abstracção; nega a capacidade cognoscente do homem, viola os princípios elementares da lógica, etc, etc,.

Não acredito que os membros do Comité Central queiram fazer uma grave excepção aceitando o malabarismo idealista dos meus advogados de acusação pois que isso constitui uma violenta afronta às resoluções do 3º Plenário do Comité Central.

Evidentemente, proclamo o marxismo-leninismo como o nosso guia de acordo com as resoluções do 3º Plenário do Comité Central é lógico (até do ponto de vista da lógica formal!) concluir que a polémica termina exactamente neste ponto da lógica dialéctica: o ponto em que se excluem mutuamente, por irreconciliáveis, a dialéctica e a metafísica. Não acha o Comité Central a minha atitude, como sendo a mais objectiva e correcta?



## **2 - OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS – AS DIVERSAS FRENTES DE LUTA GUERRILHEIRA NUNCA SE ENCONTRARAM**

“Pela primeira vez, um Partido revolucionário clandestino pôde sair das trevas da ilegalidade para aparecer em pleno dia, para mostrar a todos e a cada um a marcha e o resultado da nossa luta, o seio do Partido, a fisionomia do nosso Partido e de cada um dos seus elementos um pouco marcantes, em matéria de programa, de táctica e de organização. Pela primeira vez, podemos libertar-nos das tradições do desmazelo próprio do espírito de grupo e do filisteísmo dos meios revolucionários, reunir dezenas de frutos dos mais diversos, muitas vezes ferozmente hostis uns aos outros, unicamente ligados entre eles pela força de uma ideia e prontos (prontos em princípio) a sacrificar o seu particularismo e a sua independência de grupo em benefício de um todo grandioso, o Partido que, verdadeiramente estamos a construir pela primeira vez.”(8)

Estas palavras de Lénine aplicam-se criadoramente ao MPLA logo após o 25 de Abril e são por isso a síntese teórica do momento que vivemos com ressalva de que o MPLA não vinha só da clandestinidade, mas também da guerrilha luta armada que criara a sua própria legalidade.

O desenvolvimento da primeira luta armada contra o colonialismo operou-se de modo diferente e característico em cada uma das principais frentes de Guerrilha. Nesta fase, a luta clandestina, gerada e desenvolvida principalmente em Luanda, conheceu de igual forma, cambiantes de diversos matizes.

É natural pois que, embora continuassem fiéis à linha política geral do MPLA, em relação a questão de estratégia e táctica - política dum lado e militar doutro – em relação a questões de organização; em torno de problemas concretos é defensável que cada uma das regiões participantes do amplo movimento de libertação nacional tivesse a sua própria concepção, fruto concreto da luta e da relatividade de conhecimentos a respeito da evolução do movimento de libertação nacional e da aliança com o campo socialista mundial, com o movimento operário e revolucionário mundial.

Para além disso, o MPLA, no seu permanente equilíbrio dinâmico, sofreria inevitável e necessariamente, ao longo dos seus vinte anos de existência da luta resultante da contradição dialéctica – embora secundária – inerente a composição de classes, grupos e camadas sociais que o MPLA comporta à luz do seu artº 1, forças motrizes do nosso processo de libertação nacional, historicamente condicionadas para o cumprimento do nosso Programa Mínimo.

Na verdade, unidos embora na ampla frente (que é de resto o MPLA) anti-colonialista e anti-imperialista, as forças em aliança nessa frente, dificilmente encontrariam a mesma linguagem no quadro específico da luta anti-capitalista ou seja no quadro mesmo geral da opção socialista, isto exactamente em função da natureza irreconciliável dos seus interesses económicos, políticos, sociais e culturais essenciais, que, logo após a vitória sobre o colonialismo entrariam imediata e inevitavelmente em cena.

A experiência dos bolcheviques ensina-nos que os problemas políticos do processo revolucionário não podem ser iludidos, sentimentalmente escamoteados, e é dever de todos os revolucionários leva-los em conta e nunca separá-los da experiência viva que se vai vivendo no quotidiano da luta e da revolução.

É por esta razão que o genial autor do "Que Fazer?" ensina sem ambiguidades nem equívocos:

"Nestas condições, um erro,"sem importância" à primeira vista, pode levar às mais deploráveis consequências e é preciso ser míope para considerar como inoportunas ou supérfluas as discussões fraccionistas e a delimitação rigorosa dos matizes. Da consolidação deste ou daquele"matiz" pode depender o futuro da social-democracia russa por muitos e longos anos."(9) O sublinhado é da minha modesta sugestão.

Ora em boa verdade, é depois do 25 de Abril que a muitos de nós é dada a oportunidade histórica de conhecermos o seio do MPLA, a sua direcção e os seus mais destacados dirigentes, conhecer os elementos de estratégia e táctica e de organização.

Não foram das mais óptimas – em certo sentido – as circunstâncias em que tal encontro e conhecimento se processaram. Com efeito, a luta que se travava em relação às

duas”revoltas” não permitiu até certo ponto o conhecimento real da fisionomia da direcção do nosso MPLA. Imagem indubitavelmente positiva colhida desse momento foi a do camarada Presidente Drº Agostinho Neto que de imediato nos apareceu como”leader” que levaria esta revolução até às últimas consequências.

A história do acidentado e fracassado Congresso de Lusaka – se algum dia for correctamente escrita, confirmará exactamente o que alguns de nós tínhamos constatado com aflicção, as hesitações de muitos, as explicações confusas e ambíguas que certos dirigentes entre os quais o próprio membro do Comité Central, Lúcio Lara nos facultava em relação à Revolta Activa o que visava persuadir-nos de que eram verdadeiras as acusações”essenciais” que se levantavam contra o camarada Presidente! Estes camaradas só criticavam a forma encontrada pela Revolta Activa para solução dos problemas internos!!...

Entretanto, apesar dessa actividade desmobilizadora , perante a Revolta Activa tomámos a única posição militante possível, histórica e revolucionariamente correcta e indestrutível.

No fundo, do comportamento político real de certos dirigentes restava-nos concluir que a coesão interna no seio da direcção de então não era monolítica e que apenas razões de outra ordem haviam forçado alguns camaradas a permanecerem fiéis ao camarada Presidente.

O filisteísmo de grupos e”famílias” no seio do MPLA apareceu-nos nitidamente. Os próprios abraços e sorrisos nem conseguiam dissimular o cinismo da mentalidade frentista – havia de facto a”família do Leste”, a”família de Cabinda” e a”família da Primeira Região” e a”família da clandestinidade”. Não é por acaso que se dizia que Cabinda era o laboratório de quadros e se reservava a outras frentes outras designações?

Ora, neste particular, a Primeira Região perspectiva, julgando interpretar deste modo o pensamento da direcção superior da luta armada à escala nacional, um quadro de transição em tudo diferente ao que se nos foi dado a observar e viver no após 25 de Abril. A flexibilidade de táctica mas a intransigência nos princípios essenciais e objectivos finais; o julgamento inadiável de todos os traidores da revolução, o

rompimento com o revisionismo e reformismo e a consequente direcção marxista-leninista, tudo isto constituiu um sonho vivo, quanto a nós que idealizávamos no quotidiano das guerrilhas.

É o próprio Camarada Presidente que, na escola dos Oficiais no Huambo iria afirmar: "Foi na Primeira Região em que a luta foi mais dura, pelas características da região e da sua população, e mesmo pelas condições determinantes da sua acção".

Não podia ser de outro modo: estas condições determinantes da acção na 1ª Região tinham que marcar, passe a modéstia, dum modo profundo os combatentes que nela lutaram, tinha que lhes imprimir um certo carácter especial e, como dizia Goethe, "o talento forja-se na calma; o carácter no turbilhão do mundo".

Separamo-nos depois, cada um para a sua frente.

A chegada da delegação oficial do MPLA a Luanda constitui o início duma outra fase histórica na evolução histórica do MPLA.

Esta fase caracterizou-se principalmente por:

- Incapacidade e fraco poder de direcção político - revolucionária;
- Confusão entre estratégia e táctica;
- Ausência total duma única teoria completamente acabada para a fase;
- Afluxo de muitos e novos elementos para o MPLA;
- Incapacidade e fraco poder de organização;
- As estruturas políticas e ideológicas e organizativas do MPLA revelam-se impotentes para enquadrar o movimento de novos membros daí o surgimento do seguidismo, do dogmatismo, dos sistemáticos desvios à direita e à esquerda;
- O próprio Comité Central por inexperiência, comete um dos erros mais significativos nesta fase: alarga o 2º Plenário do Comité Central com representantes de "Comités" que se proclamavam do MPLA, como os CACs e similares, chegando mesmo a constituir nessa base a Comissão Directiva de Luanda!

Perante o fenómeno Poder Popular, apenas o camarada Presidente Agostinho Neto vai tomar posição vertical. O membro do Bureau Político Lúcio Lara afirmou em

Conferência de Imprensa que entre o MPLA, a UNITA e a FNLA a diferença não era ideológica e que todos os movimentos lutavam pelo mesmo objectivo que era a independência nacional. Isto, numa altura em que os canibalistas da upa / fnla já tinham massacrado centenas e centenas de militantes nossos! – uma afirmação que não cabe na táctica revolucionária e é portanto inequívoca posição capitulacionista. Nesta altura o nosso Povo chamou traidor ao actual Secretário Administrativo do Bureau Político. Esta conferência de Imprensa ficou tristemente e irritantemente famosa. Na verdade esta tese era a política da unidade com os fantoches e não de compromissos transitórios com os mesmos.

Enfim, foi uma época de caos total nos planos de organização e da teoria, e o MPLA vivia de quatro grandes componentes: o camarada Presidente, a 2ª guerra de libertação, o entusiasmo espontâneo das massas, a bandeira e os crachás do MPLA.

E o nosso Povo sabe o que cada um de nós disse e fez de concreto, sabe como é que cada um de nós reagiu nessa fase difícil, inclusive o comportamento político do MPLA no então Governo de Transição. O oficial fascista como Almendra, o responsável pelo massacre da Vila Alice, foi promovido de Tenente Coronel a General graças, entre outras coisas, ao papel de certo governante indicado pelo MPLA, que em Portugal, fez elogios daquele fascista junto dos meios progressistas. Esta verdade é conhecida pelos meios mais atentos e vigilantes do MPLA.

### **3 - O QUE É SER VANGUARDA**

Programa Mínimo e o artº 1 dos Estatutos davam (e ainda dão) ao MPLA a sua verdadeira natureza: um amplo movimento de libertação nacional. Entretanto a alínea e) do artº 9 dos citados Estatutos, do ponto de vista de disciplina e método de trabalho, confere já ao MPLA princípios organizativos do Partido.

Portanto, no decurso de vinte anos e luta, o MPLA foi a síntese dum amplo movimento de libertação nacional com elementos jurídicos do Partido.

Ora ser vanguarda dum amplo movimento de libertação nacional não significa o mesmo que ser vanguarda duma revolução democrática revolucionária, muito menos vanguarda

duma revolução socialista. Noutros termos, cumprir o Programa Mínimo é apenas uma condição “*sine qua non*” para o cumprimento do Programa Maior.

A dialéctica do processo revolucionário no chamado Terceiro Mundo, diz-nos que é de toda a massa dos militantes (e não apenas dos dirigentes e responsáveis como pretendem alguns entre nós) da luta de libertação nacional que emerge a vanguarda da revolução democrática revolucionária, e desta, sairá em última operação, a vanguarda do processo socialista da transformação económico-social da sociedade. Esta dinâmica, diferente da forma clássica onde encontramos um Partido Marxista-Leninista a dirigir a ampla frente anti-imperialista, submete-se também a leis científicas do desenvolvimento social.

Falando de vanguarda revolucionária, Lénine dizia com dureza, a respeito dos vínculos vivos entre o Partido e as grandes massas:

“Se a minoria (que é o Partido) não sabe dirigir as massas, relacionar-se estreitamente com elas, não é um partido, embora dê a si próprio esse nome; nem vale absolutamente nada...” (10)

No manual do Marxismo-Leninismo encontramos, cito:

“Por muito que nos consideremos de vanguarda, isso ainda não significa que o sejamos. O Partido não pode obrigar as massas a segui-lo. E também não conquistará prestígio só porque, nos seus apelos às massas, manifeste pretensões a um papel dirigente”.(11) O sublinhado é meu.

Entre nós, MPLA, o conceito de vanguarda é, às vezes, abusivamente utilizado e grosseiramente deformado quer pelo oportunismo de direita quer pelo oportunismo de “esquerda”.

Há que ter a suficiente coragem de dizer como dizia o grande Jorge Dimitrov, no seu famoso “Relatório Político da Actividade do Comité Central do Partido Operário Búlgaro” no V Congresso do Partido, cito:

“Podemos no entanto afirmar com toda a tranquilidade, que existe no nosso país uma unidade de acção absoluta de alto a baixo? Infelizmente, não o podemos fazer! Para

realizar essa unidade de acção é preciso trabalhar muito e seriamente! Os casos em que as decisões do Comité Central são só adoptadas na forma, não são raros, mas na realidade a sua aplicação prática entre as massas desfigura-os. Ainda hoje continuam a existir no nosso Partido "grandes senhores", "governantes" grandes e pequenos que, contando com os seus méritos passados, verdadeiros ou hipotéticos, bem como com os postos que assumem, não têm consideração por nenhuma lei ou disposição e actuam à sua vontade. Ainda continuam a existir tagarelas, fantasistas, homens com ambições ilimitadas e insensatas, que acham que sabem tudo e que podem tudo, mas que, no fundo, não têm capacidade, nem zelo necessário para dirigir sistematicamente e rapidamente, para acabar a obra iniciada. São pessoas que não gostam de se instruir e que são capazes de destruir qualquer obra viva útil do Partido".(12) Fim de citação. O sublinhado é proposto por mim.

Sem mais comentários, eis aqui uma verdadeira chapa em raio x do que existe hoje no nosso MPLA e o comportamento de alguns dos seus dirigentes influentes.

Com efeito, muitos de nós, vivendo num permanente divórcio em relação à formação colectiva ou individual têm um conceito elitista de vanguarda: a elite da luta armada e da clandestinidade. É tão elitista que aqueles que traíram, sob qualquer forma, e com consequências extremamente graves para a luta armada, o princípio da alínea J) do artº 6 dos nossos Estatutos voltaram em graça para a casa paterna sem problemas.

Elitismo, paternalismo e dirigismo constituem por consequência as três componentes fundamentais da concepção de vanguarda segundo o ponto de vista do oportunismo de direita no seio do MPLA. É evidente que a consequência imediata desta forma de conceber a vanguarda é o afastamento real dos elitistas das massas, o sectarismo em sentido ideológico.

Não é por acaso que o camarada Presidente Agostinho Neto, no seu discurso de abertura do 3º Plenário do Comité Central do MPLA condenou o elitismo bem como recomendou aos governantes deste País, cito "Só uma actividade revolucionária consequente poderá fazer arrastar atrás de si as classes sociais interessadas na transformação social que é o nosso objectivo". Também disse: "sejam dedicados e militantes. Respeitemos as bases, vivamos com as massas, escutemos as massas e

aprendamos com elas para de todos retirar o somatório de ideias que constituem a ideia revolucionária do Povo”, no discurso pronunciado por ocasião do acto de posse do 2º Governo da República de Angola.

Estas palavras do “*primus inter pares*” do MPLA, reflectem nitidamente a constatação do facto de que muitos dos nossos camaradas, na vertigem do sucesso das duas guerras de libertação nacional, estão visivelmente afastados e isolados das grandes massas ou se tornaram filhos queridos da pequena-burguesia oportunista.

A aberração de muitos camaradas – alguns dirigentes – atinge o zénite do delírio ao conceber a vanguarda, o MPLA, não no seu todo, isto é, o conjunto dos escalões previstos pelos artº 23 dos Estatutos: para esses camaradas vanguarda é apenas e apenas o Comité Central e o Bureau Político a quem se reconhece o direito anti-leninista de decidir fora das massas, fora da opinião dos grupos de acção, dos comités que já existem, etc.

É evidente que este desvio de direita em matéria de organização – como veremos mais adiante – origina o oportunismo de todas as *nuances* e cores, fonte do verdadeiro desvio à linha política e do fraccionismo.

A minha voz ergue-se violentamente contra esse clamoroso oportunismo.

Jorge Dimitrov, inspirando-se nas lições do Partido de Lénine e tem a coragem de escrever no seu relatório atrás referido:

“O Partido deve lutar implacavelmente pelos actos e pelas palavras contra esses elementos e as nocivas manifestações desse tipo, dando as explicações necessárias aos transviados, trazendo-os ao bom caminho e também afastando sem excitações os incorrigíveis dos seus postos, e até mesmo das fileiras do Partido”.

Por mais incrível que isto pareça, no MPLA, são sistematicamente saneados e afastados os militantes de esquerda – é o inverso das leis da história ! E tudo isto, como demonstraremos mais adiante, sob a capa do marxismo-leninismo: que violenta afronta que violenta agressão à essência da doutrina de Marx, Engels e Lénine: é a tática dos “sorrisos para todos e saneamento à esquerda”.



Justa é a nossa conclusão: a classe operária angolana, os camponeses, os intelectuais revolucionários e sectores revolucionários da pequena-burguesia estão num processo de refluxo de entusiasmo e de emoção em descanso, posto que o sectarismo, o dirigismo, o paternalismo, o elitismo no seio do MPLA destroem iniciativas, violentam os estatutos esmagam a democracia interna, afastam os militantes.

Mas a questão do direito de se intitular vanguarda não se esgota aqui, remete-nos a sub capítulos e, eu destaco os mais principais e decisivos:

### **A) O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO – PEDRA ANGULAR DO PARTIDO**

Do número 3, 1974 da "Revista Internacional" – Revista Teórica e Informativa dos Partidos Operários, destacamos, o seguinte extracto: "Guia político da classe operária, o partido distingue-se pela sua aptidão para compreender correctamente os interesses daquela e o para agir de acordo com eles, pela sua atitude criadora em relação ao marxismo-leninismo, pela sua intransigência face ao oportunismo, pela sua fidelidade aos ideais da revolução."

E mais adiante continua:

"O Partido só pode exercer o seu papel de vanguarda com a condição de estar estruturado e de desenvolver e agir de acordo com os princípios leninistas de organização. Os princípios fundamentais da construção do partido, elaborados por Lénine, são bem conhecidos: o partido é o destacamento avançado da classe operária; a sua base de organização só pode ser o centralismo democrático; aplica uma severa disciplina interna, obrigatória para todos, vela constantemente pela pureza das suas fileiras; educa os seus quadros no espírito da crítica e autocritica e da responsabilidade pela realização das tarefas que lhes foram confiadas, desenvolve a actividade e a iniciativa dos seus militantes na base da democracia interna. O Partido é a forma superior de organização de classe do proletariado e é chamado a dirigir todas as outras organizações de massas dos trabalhadores."

O funcionamento actual do MPLA é a antítese, é o inverso, é o contrário, em absoluto, dessas normas.

A sistemática violação do Centralismo democrático tornou-se norma de acção no MPLA, nomeadamente por parte do Secretário Administrativo do Bureau Político.

A violação mais aberrante dos princípios jurídicos da nossa organização é-nos dada pelo aparecimento dum verdadeiro Secretário Geral do MPLA, na prática, órgão que não vem estabelecido pelos Estatutos.

As funções do Secretário Administrativo do Bureau Político estão claramente expressas no corpo do artº 19 que diz:

- A Secretaria do Bureau Político é orientada por um seu membro, que será o Secretário Administrativo do Bureau Político.
- A Secretaria terá única e simplesmente funções administrativas.

O artigo 2º dos Estatutos do MPLA é claro e inequívoco. Passo a transcrever o corpo do supracitado artigo:

- a) Dar cumprimento ao contido na alínea b ) do artº 17
- b) Ser o responsável pelos Arquivos Centrais do Movimento
- c) Elaborar as actas das reuniões do Bureau Político
- d) Manter permanentemente informado os membros do Comité Central.

E o contido na alínea b ) do artº 17 é do teor seguinte:

“Ser responsável pela Centralização e pela distribuição no interior e para o exterior da Organização do Movimento, de toda a correspondência de ou para o Movimento”.

Não há duas ou mais interpretações possíveis para compreensão da letra e espírito deste artigo à luz da jurisprudência: São estas e apenas estas as funções do Secretário Administrativo do Bureau Político.

Na prática damo-nos conta de um membro do Bureau Político a actuar no papel político dum Secretário Geral do Partido. É preciso ser míope e tacanho de inteligência para não compreender que o actual Secretário Administrativo do Bureau Político, Lúcio Lara, é de facto o Secretário Geral do MPLA. Esta, na realidade, é a sua verdadeira função actual e todos os militantes dão-se conta desta provocante verdade.

Esta grosseira violação dos estatutos no caso concreto do Secretário Administrativo do Bureau Político, a julgar o fenómeno pela prática política, ideológica e organizativa do titular, corresponde a um desvio de direita, origem do arbitrismo revolucionário, causa do esquerdismo, causa dialéctica do fraccionismo e do divisionismo.

## **B) A DEMOCRACIA INTERNA E A DIRECÇÃO COLECTIVA**

É evidente que a violação do Centralismo democrático tem como consequência o abandono da democracia interna e dos métodos colectivos de direcção.

O manual do marxismo-leninismo nos ensina que a essência da democracia partidária consiste no facto de que todos, mas todos os membros do partido devem participar criadoramente, com o "máximo de actividade, no seu trabalho prático". Para que isto seja efectivamente realizado o partido deve criar as condições para que os membros da partido tenham realmente a oportunidade e possibilidade de "discutir todas as questões, de controlar a execução das resoluções tomadas, de escolher os dirigentes, de conhecer e comprovar a sua actividade".

É exactamente este princípio que Jorge Dimitrov acentua no seu relatório (atrás referido) quando afirma literalmente, cito:

"Além disso, esquecemos muitas vezes o pensamento genial de Vladimir Ilitch Lénine, em especial que duas coisas sobretudo são de uma importância decisiva no que diz respeito à solidez e ao êxito do Partido: a selecção das pessoas (quadros) e o controle da execução." O sublinhado é meu.

A nossa experiência diz que somos maus controleiros. Na verdade, ao discutirmos a questão da Organização no 3º Plenário do Comité Central os membros deste organismo não se interrogaram nada a respeito da balanço das actividades da Organização propriamente dita: na ânsia de abater a árvore a maioria aritmética do Comité Central não quis ver a floresta. As actas da discussão dizem-nos tudo a este respeito.

Com efeito, a própria circular nº1 é desconhecida por muitos camaradas do Comité Central, embora ela tenha já quase dois anos de idade; ninguém perguntou quantos

grupos de acção, Comitês de acção de lugar, sector, zona ou região é que já tem o MPLA, nem muito menos o grau de eficiência do seu funcionamento, das Comissões Directivas, do DOM / Nacional e de outros Departamentos Centrais e Nacionais do MPLA; ninguém quis saber qual é a composição social dos nossos Comitês dentro de uma equação proporcional de classe; ninguém teve tempo de analisar o relatório das Comissões Directivas; o funcionamento da JMPLA, da OMA, e da UNTA. Mal temos a ideia aproximada do número global dos militantes.

Os apetites de direita apressaram-se a lançar foguetes pela notícia do surgimento dum pretenso "segundo MPLA", pura montagem oportunista, pura invenção que nos era brindado no incrível relatório acerca do balanço do movimento de organização!

Como é que, à base destes "métodos artesanais de trabalho", o Comité Central pode decidir em consciência, sem cometer erros? Mas de qualquer forma o Comité Central desconhecendo em absoluto a essência dos problemas tomou decisões de suspender uns dos seus membros!

Como dizia Lénine em UM PASSO EM FRENTE, DOIS PASSOS À RECTAGUARDA, cito: "Podemos apostar que não há exemplo análogo na história de qualquer partido verdadeiramente social-democrata (revolucionário) e verdadeiramente operário."

Violadas as normas da democracia interna e da efectiva direcção colectiva, resta é o simplismo do formalismo dos Estatutos, o papel de eleições da direcção por unanimidade e com palmas dum direito e duma ignorância alegres!

"A democracia do partido é uma democracia de "activa acção unida", ou seja, uma democracia sob a qual os membros do partido não só elegem e discutem, como têm participação prática na orientação do trabalho do partido."

Daqui se conclui, tal como ensinaram os clássicos, "uma centralização formal ou mecânica não seria mais do que a centralização do "poder" nas mãos de uma burocracia com vista a dominar os outros membros do partido ou as massas do proletariado revolucionário exteriores ao partido."

O manual do marxismo-leninismo prontifica, cito:

“Desta maneira, a democracia partidária constitui condição importantíssima da formação correcta, da relação e da educação dos quadros dirigentes. Ao mesmo tempo constitui uma garantia de que a direcção se apoiará na experiência colectiva e que reflectirá apenas os pontos de vista pessoal de tal ou qual funcionário.” (13)

Eis mais uma autêntica fotografia de fenómenos existentes no nosso seio.

Tenho o pudor de aprofundar casos como por exemplo, o ocorrido na Comissão Preparatória em que fui integrado, em que o nauseante e escandaloso oportunismo de um camarada foi modificando, sob o nosso espanto, todas as decisões essenciais, redacções e linhas gerais que já tinham sido comumente aceites. Alguns textos e propostas apareceram mesmo truncadas e algumas propostas substituídas já no Plenário do Comité Central sem o nosso acordo! Tal é a força do oportunismo dos mais vis e agressivos. Mas, faz-se tábua rasa a tudo e eu sou vítima da acusação.

### **C) LIBERDADE DE DISCUSSÃO E UNIDADE DE ACÇÃO**

Das várias teses aprovadas sobre a VIDA INTERNA DO PARTIDO pelo primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, podemos ler, cito:

“essa discussão livre, em que cada militante tem o direito a defender os seus pontos de vista, independentemente da posição que ocupa no Partido, deve ser real, isto é, oferecer a possibilidade e que seja conhecido por todos os que adoptarão a decisão com a maior antecipação e extensão possíveis.” (14)

E continua logo a seguir:

“Com a concepção da palavra não se garante a livre discussão, há que permitir que todos conheçam o tema, se preparem devidamente e possam depois emitir a sua opinião.”

“A aplicação deste princípio nos Comités é de suma importância já que os seus acordos e decisões são de maior transcendência.” Resolvi sublinhar.

Abro aqui um parêntesis para recordar que o Comité Central do MPLA é também um Comité Executivo do seu respectivo escalão que é a Nação, cujo órgão deliberativo é o Congresso.

Mas continuemos o texto das Resoluções do 1º Congresso do Partido Comunista Cubano:

“Os plenários dos Comités não podem converter-se em reuniões meramente informativas para os seus integrantes, antes, pelo contrário, estes devem discutir e decidir naqueles sobre os problemas mais importantes com o conhecimento de causa”.

E mais adiante:

“condição essencial de estas relações é o reconhecimento da autoridade e das funções que correspondem a cada uma destas organizações e que os núcleos não assumam perante elas atitudes paternalistas ou tutelares”, isto acerca da relação do partido com os sindicatos e a UJC.

Todos os camaradas do Comité Central sabem plenamente que os nossos métodos de trabalho estão à distância duma década em relação àqueles princípios.

E também, não se diga neste caso que somos um partido, porque à evidência, estes princípios são universais. São técnicas ou métodos que permitem discussão e decisão conscientes.

O Comité Central, com efeito, toma decisões importantes sobre problemas que a maioria dos seus membros não conhece nem estudaram. Os documentos nunca são distribuídos com a devida antecipação. Por altura do 3º Plenário do Comité Central muitos camaradas tinham recebido os documentos com 24 horas de antecedência e houve mesmo um camarada que tinha desatado a corda com que amarrara os documentos que lhe tinham sido distribuídos já em plena sala! Mas todos falaram a todos a todos é dada a palavra! E todos decidem!..

Ora, como é que o Comité Central do MPLA pode realmente decidir com pleno conhecimento de causa? Como é que algumas decisões não se arriscam a ser pura demagogia, puro e clamoroso oportunismo?

A liberdade de discussão assim entendida por muitos no MPLA abre caminhos largos para todo o género de oportunismos, constitui desvio à direita da linha política do MPLA. Esta liberdade transformou-se num slogan, numa histérica declamação demagógica!

“A disciplina do Partido não exige que alguém renuncie a sua opinião própria se esta opinião não vai contra os princípios do marxismo-leninismo. O que se exige é o cumprimento das decisões aprovadas ainda que o militante haja proposto uma outra proposta.”

#### **D) DA DISCIPLINA INTERNA**

“A disciplina é a expressão da organização, unidade de vontade e unidade de acção revolucionária do partido da classe operária”.

Lénine “nunca considerou que os membros do partido não pudessem ter opiniões diferentes acerca da política do Partido. A própria elaboração desta política do Partido pressupõe a confrontação e luta de opiniões. O principal é que as divergências não devem à cisão.” A luta de matizes no Partido é inevitável e necessária – assinalava Lénine – desde que a luta não leve à cisão, desde que a luta se realize dentro dos limites aprovados conjuntamente por todos os camaradas e membros do Partido.”(15)

Lénine era “contra as discussões que dessem aos fraccionistas a possibilidade de abalar e enfraquecer o partido dirigente. E contra as discussões artificiais e estereis que desviassem as forças do Partido da solução de problemas verdadeiramente revolucionários e que o transformassem em clube de discussões ou em conglomerado de fracções e agrupamentos.”(16)

A prática do MPLA diz-nos que a disciplina é invocada quando se trata de reprimir e “pôr na ordem” os militantes de esquerda. Os oportunistas de direita fazem o “seu”

próprio uso dos Estatutos, reinam em todas as cortes. Em tudo são a imagem do senhor feudal no seu feudo.

Acusam-me falaciosamente de "fraccionista" e de imediato sou punido.

Contudo, ninguém ousa punir energeticamente o Secretário Administrativo do Bureau Político que mesmo depois do 3º Plenário do Comité Central em reunião com os Comissários Políticos, abordou, descaradamente, problemas que o Comité Central, numa resolução da IIIª Reunião Plenária reservara ao seu nível, classificando-os pois como Secretos, nem mesmo é punido pelos seus discursos maoístas e populistas como demonstrarei mais adiante e isto depois do último Plenário do Comité Central; ninguém pune energeticamente o camarada Saidy Mingas que na sessão de encerramento do 2º Plenário do Comité Central da JMPLA, portou-se como o protótipo do dirigente sumamente indisciplinado: usando da palavra, o citado membro do Comité Central ao dar conhecimento da existência de uma Comissão de Inquérito, não só prometeu fuzilamento para Janeiro do próximo ano (1977); não só deitou por terra a Declaração do Bureau Político de 11 de Novembro, não só deu todo este espectáculo indigno dum membro do Comité Central do MPLA, como difamou o Camarada Presidente Samora Machel; declarou incompetente o Primeiro Ministro e o actual Ministro do Comércio Interno, não tendo mesmo pejo de afirmar que, tem duas formas de queimar indivíduos; no caso do camarada Ministro do Comércio Interno, a sua localização naquela pasta era para "queimar" disse. Citamos "ele estoira". Nesta reunião ele falou de "Nitistas" e perguntou o que fariam os membros do Comité Central se, pela frente, estivessem diante de "nitistas".

Ora se o Ministro das Finanças não é membro do Bureau Político onde que foi discutida a composição do Governo, como é que ele soube das intenções que visavam a "queima" do Ministro do Comércio Interno? É pois a razoável, lógico e sensato concluir que o membro do Comité Central Saydi Mingas faz parte do conluio.

Se não se trata de loucura o que temos em presença? Esta linguagem não denuncia uma fracção? Ou será que o camarada Saydi Mingas goza de estatuto especial recebendo toda a informação relativa às decisões do Bureau Político?



E isto é apenas para referir actos posteriores às Resoluções do Comité Central.

Onde é que está a disciplina destes camaradas? Como é que os mesmos podem ter moral e legitimidade para punir militantes senão fazendo-o como criminosos à solta?

Como é que se pode esperar um inquérito honrado e imparcial, quando um dos membros da Comissão de Inquérito já tem (e pronunciou) a sentença antes mesmo do início dos trabalhos?

#### **4 - UNIDADE NACIONAL**

Outra acusação que os nossos ideólogos do "socialismo nacional" formulam contra mim é a de que eu defendo um ponto de vista anti-nacional. Mais concretamente, fazem notar que os meus discursos afastam de frente anti-imperialista a pequena-burguesia.

O argumento prima pela falta de lógica pois que confunde dois fenómenos embora em interligação dialéctica. Assim, a teoria da unidade da nação é equiparada à teoria das alianças!

Que miséria de raciocínio!

Todo o estudioso sabe que a ciência moderna jamais resolveria os grandes e complexos problemas que são hoje colocados no domínio da física moderna se os cientistas da nossa geração teimassem cabeçuda mente a resolvê-los a partir das leis da geometria euclidiana. Está, na prática real dos nossos dias, a extinguir-se nas matemáticas clássicas e o método da teoria de conjuntos, o conceito do número irreal e do infinitamente grande ou pequeno, vem, tudo isto, em conjunto, substituir velhos e ultrapassados teoremas em voga, do século XVII ao XIX.

O que não sabem os meus acusadores é que "como tudo no mundo, as possibilidades desenvolvem-se : umas crescem, outras extinguem-se." (17)

A questão da unidade nacional só pode por isso mesmo ser abordada a partir duma única possibilidade – a possibilidade que nos é dada pelo materialismo histórico. Quer

dizer, que não é com base nas posições do chamado humanismo universalista dos séculos passados que devemos resolver a problemática da unidade nacional angolana, tal como desejam e defendem os oportunistas da direita.

O combate ao tribalismo e ao racismo será pura demagogia se visto e concebido fora do processo do desenvolvimento das forças produtivas, mais ainda, fora da política da transformação real das relações de produção de tipo capitalista ou feudal. Esta é uma questão de princípio.

O nacionalismo é uma ideologia e uma política.

Tal como ensinaram os clássicos, a justa preocupação pela unidade nacional não exclui, também, nos dias de hoje, a luta das classes no seio do povo, de tal modo que sem ela não há uma sólida e verdadeira unidade nacional. Assim, a unidade nacional se constrói a partir da luta e as manifestações concretas de que se revista tal ou qual país.

Lénine, em DUAS TÁCTICAS DA SOCIAL – DEMOCRACIA, cito:

“Marx fala do”povo”. Mas sabemos que lutou sempre , sem dó nem piedade contra as ilusões pequeno - burguesas da unidade do”povo”, da ausência de luta de classes no seio do povo. Ao empregar a palavra”povo”. Marx não escondia com esta palavra a diferença de classes, mas unificava determinados elementos capazes de levar a revolução até ao seu termo.” (18) O sublinhado é meu.

Fácil é ver que Marx não confundia a palavra”povo” com a palavra nação, e, por consequência, Marx não entendia que a luta de classes no seio do povo enfraquecesse a unidade nacional, antes pelo contrário. A tese inversa é a negação do Marxismo.

Ora , se estas são as minhas convicções filosóficas fundamentais com que direito, com que moral, e sobre que fundamento se servem os meus caluniadores para me ofertarem uma teoria e uma prática que não é minha? As intenções devem ser outras e hei-de demonstra-las.

Quando se constrói uma nação como a angolana, qualquer insuficiência teórica, qualquer deformação dos princípios científicos (a sua utilização unilateral) conduz inevitavelmente ao tribalismo e ao racismo, há que dizê-lo com coragem.

Em linguagem concreta, eu afirmo que Angola é, das antigas colónias portuguesas, o país com a pequena-burguesia mais numerosa e influente. A razão é simples – é em Angola que o imperialismo investiu – e ainda investe – o máximo dos seus recursos para impedir o avanço da luta de libertação nacional e, hoje, para derrubar a revolução em marcha. Para isto, o sistema colonial - capitalista do imperialismo teve necessidade de criar rapidamente em Angola uma larga camada social privilegiada – a pequena-burguesia burocrática – principalmente para servir os seus interesses monopolistas.

Com efeito, há em Angola tantos nacionalismos quantas consciências sociais existentes em ordem a cada uma das formações económicas e correspondentes formas de conceber o mundo.

Em perspectiva de desenvolvimento histórico, o chauvinismo nacional de origem pequeno - burguesa constitui a antítese do patriotismo proletário e por consequência o oposto do internacionalismo proletário.

A base social do tribalismo, do racismo, do anti-sovietismo, da contra-revolução no Terceiro Mundo, é maioritariamente constituída por esta camada social. O maoísmo ideologia essencialmente pequeno - burguesa, comporta o chauvinismo nacional e veste-o com fraseologia de "esquerda".

Em o Nacionalismo, Ideologia e Política, S. Agaiev e Y.Oganisian escrevem, cito:

“Todavia, a unidade Nacional dos povos em luta contra regimes sociais ultrapassados, pela independência nacional e pelas transformações sociais, não se forma de um modo espontâneo, de” *per si*” mediante a simples soma das forças participantes na luta. Esta justa posição é impossível porque cada uma delas traz um conteúdo social à ideia de unidade nacional consoante a sua situação; cada uma promove uma concepção do nacionalismo correspondente às suas finalidades políticas. Por isso , a unidade anti-colonial da nação alcança-se no processo de uma luta dramática, regra geral prolongada, entre estas forças, pela supremacia nos movimentos nacionais. A plataforma ideológica

- política da força que consegue obter a direcção da luta de emancipação constitui o núcleo da ideologia do movimento nacional. Isto é confirmado pela experiência histórica de qualquer país emancipado.” O sublinhado é da minha iniciativa.

E mais adiante afirma:

“Hoje, é mais infundada que no passado a identificação do nacionalismo com a ideologia do movimento nacional - libertador, porquanto isto conduz à justificação das formas caducas da unidade nacional, que não correspondem às novas condições de luta.” Fim de citação. Tomei a liberdade de sublinhar.

E quando se trata da unidade nacional com as camadas privilegiadas, herdadas do colonialismo, e sem nenhuma participação nas duas lutas anti-colonial e anti-imperialista, a coisa complica-se ainda mais, o que é o nosso caso concreto.

Eis a minha convicção fundamental sobre a unidade nacional e a minha prática reflecte rigorosamente esta forma de conceber a nossa unidade.

A pequena-burguesia tem representado de certa forma um papel político muito importante. Esta camada social tem uma relativamente elevada consciência da opressão imperialista e constitui uma força revolucionária a considerar. Alguns dos seus elementos são susceptíveis de passar pelas posições políticas e ideológicas da classe operária e de lhe fornecer uma parte dos seus quadros.

Todavia esta pequena-burguesia apresenta todas as ambiguidades habituais a esta camada social, oscila entre a exaltação e por vezes mesmo o aventureirismo esquerdista e o desânimo ou capitulação. Mas importa, contudo, não nos esquecermos de que durante o período de ocupação estrangeira ela forneceu os quadros locais ao poder colonial e acima de tudo julgamos ser de realçar que mesmo depois da independência política tem vindo a manifestar fortes tendências para constituir-se em casta burocrática do Estado para manter os seus privilégios e aliar-se com elementos pró – imperialistas.

Por tudo que afirmamos, também neste aspecto seguimos os ensinamentos de Lénine que sublinhava que não se trata de lutar contra a pequena-burguesia e os seus teóricos mas pelo contrário lutar para a pôr de lado do proletariado.

Assim, embora reconheçamos o papel progressista e até mesmo revolucionário da pequena-burguesia no nosso contexto político consideramos contudo que seria cientificamente aberrante e politicamente perigoso generalizar em absoluto o espírito revolucionário e certas qualidades novas desta classe.

E é ao considerarmos todas estas particularidades relativas a esta camada social – a pequena-burguesia – que não podemos de deixar de defender que uma das primordiais tarefas da classe operária nesta etapa de ditadura democrática revolucionária é pois agir no sentido de que as massas pequeno - burguesas se desembarcem dos aspectos negativos da sua praxis, lutando assim contra toda a espécie de sectarismo, dogmatismo e revolucionarismo.

Como é que daqui se deduz que o meu ponto de vista é anti-nacional? Só o método de redução ao absurdo pode explicar a actuação.

## **5 - O ANTI-SOVIETISMO – ARMA DA CONTRA-REVOLUÇÃO A “LUVA DE FERRO” DO SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DO BUREAU POLÍTICO**

Como se falará mais adiante do conteúdo da contradição fundamental no seio da frente, a verdadeira causa da crise interna no seio do MPLA, a verdadeira e básica responsável desta situação é, diante do nosso Povo, diante da nossa revolução, o anti-sovietismo de que o actual Secretário Administrativo do Bureau Político, Lúcio Lara é verdadeiro” *leader*“.

Tal como noutros processos revolucionários também em Angola e no próprio seio do MPLA formou-se e se consolida dia após dia uma forte e perigosa aliança contra-revolucionária entra as forças da social-democracia e os maoístas.

Com efeito, é conhecida a apologia que o Secretário Administrativo do Bureau Político faz ao”comportamento excepcional” – segundo a sua linguagem – dos chineses em África e a sua reprovação ao comportamento dos camaradas soviéticos, em relação aos quais sustenta, em consciência, um profundo sentimento de abjeção.”Os chineses são

mais simples e os soviéticos são ostentosos”, disse-me ele, pela primeira vez, em Brazaville, em Agosto de 1974.

Mas porque, como dizia Lénine em” Que Fazer”, cito:

“Uma vez mais se confirmou a acertada observação de Parvus, de que é difícil apanhar oportunista com uma simples fórmula, porque facilmente assinará qualquer fórmula e com não menos facilidade a renegará, porque o oportunismo consiste precisamente na falta de princípios mais ou menos definidos e firmes”.(20)

dizia eu, tendo em conta que a subtileza do Secretário Administrativo do Bureau Político o levaria a renegar aquela afirmação, há que demonstrar o seu anti-sovietismo com outro facto.

Assim, em Outubro deste ano (1976), falando diante de estudantes, nossos militantes que acabavam de chegar da Escola do Partido na União Soviética, disse, categoricamente, a propósito de uma questão que lhe tinha sido apresentada por um dos alunos:

“Estes soviéticos – disse – têm o hábito de se meterem nos nossos problemas. Entretanto, camaradas, o MPLA não é pro-soviético, pró - cubano nem pró - chinês, é uma organização nacional com uma ideologia própria. Acautelem-se porque nós, o MPLA, tivemos de expulsar do então Comité Director um camarada – Paiva – porque tinha a mania de ser”pró – soviético”.

Os estudantes que falaram comigo estão dispostos a declarar o que escrevo diante do Comité Central.

Numa plena atitude de rejeição dos camaradas só porque tinham vindo duma Escola sob a direcção do PCUS, praticamente castigou-os, convidando alguns deles a reganharem os seus antigos empregos. Isto numa altura em que temos carência de quadros! De notar que após uma conversa com o camarada Presidente, pois eu fui comunicar o facto ao camarada Neto, o Secretário Administrativo do Bureau Político resolveu mandar à pressão um deles para o DOM / Regional de Luanda.

Também não é por acaso que a Escola do Partido que deveria funcionar há mais de um ano, segundo decisões do Bureau Político, não avançou porque enquanto o Secretário Administrativo do Bureau Político, estou profundamente convencido disso, não encontrar fórmula de dar-nos uma Escola de Partido sem os professores soviéticos, o MPLA jamais terá esta Escola, salvo medidas em contrário do Comité Central. Entretanto, para aparentar que se dão aulas e se formam quadros vai forjando uma "escola" – a que chama preparatória - onde vão operários que dali saem pessimamente preparados e com, professores totalmente desconhecidos pelo Bureau Político e pelo Comité Central numa nítida atitude de sistemática sabotagem às decisões deste. Para legitimar estas aulas é sempre convidado o Camarada Presidente ou outro dirigente para ir fazer o discurso de abertura ou de encerramento!

Pode-se falar com segurança que existe de facto uma corrente ideológica encabeçada pelo Secretário Administrativo do Bureau Político no seio do MPLA de conteúdo essencialmente anti-soviético.

Torna-se ainda amplamente difundidas e conhecidas as declarações injuriosas e atentatórias ao papel internacionalista da União Soviética debitadas impunemente pelo membro do Bureau Político Lúcio Lara. Este, para provar as suas afirmações, deu a conhecer aos militantes o que ele chamou o caso das sanitas de W.C. que disse estarem acumuladas no porto de Conakry, o que, constitui, segundo suas palavras uma prova do "imperialismo explorador". Este facto é do conhecimento de muitos militantes em Luanda.

A par disso, nos últimos tempos, e quando os CAC's e os HENDA's foram clara e inequivocamente desmascarados como maoístas militantes, (há mesmo provas documentais reunidas em como se prova as ligações destes grupos com o MRPP em Portugal), o Secretário Administrativo do Bureau Político vai tomando, na prática, posição proteccionista em relação aos maoístas inveterados. É assim que, apenas de alguns deles terem sido já sobejamente desmascarados, o Secretário Administrativo do Bureau Político chegou mesmo a propor um deles para a direcção da tal futura Escola do Partido, enquanto outros actuam livremente e em óptimo campo de manobras no DOP e DIP e mesmo no DOM / Regional onde foram nomeados activistas ferozmente maoístas. É a estes cidadãos que o Secretário Lúcio Lara reconhece uma impecável

militância muito provavelmente à luz da doutrina de Mao Tse Tung sobre o ascetismo, o moralismo e outras aberrações ideológicas características dos maoístas.

Contudo o Secretário Administrativo sabe disfarçar subtilmente o seu fundo anti-soviético e é forçado apesar de tudo a gritar vivas à União Soviética e a Cuba, é forçado a, de quando em vez, dar aparência de anti - maoísta. Ele reúne as qualidades eficientes dum prestidigitador temperado pelo tempo.

A que propósito vem a questão do Paiva – o expulso por ser”pró - soviético”? Qual é o alcance, a verdadeira intenção, o verdadeiro objectivo desta recordação? Quem são os novos” Paivas” no MPLA de hoje, e que logicamente, devem ser hoje igualmente expulsos?

Ora todos nós sabemos hoje e mais do que nunca – uns mais cedo outros mais tarde – que a social democracia em todos os continentes tem um denominador comum com os maoístas e com o maoísmo: o seu profundo ódio à União Soviética, o seu anti-sovietismo atroz.

O anti-sovietismo é uma variante muito difundida do anti-comunismo. Comummente utilizado por social-democratas e pelos ideólogos da contra-revolução mundial tem sido ultimamente a arma fundamental do conluio dos maoístas e da reacção internacional mas, a popularidade crescente das ideias marxistas-leninistas não permite que estes senhores se furtem às palavras de ordem revolucionárias. Contudo, eles mostram-se suficientemente astuciosos para as utilizarem, mas esvaziando-as do seu conteúdo, tornando-as imprecisas, de forma a melhor utilizarem os aspectos negativos do nacionalismo, do racismo e de outros factores que visam essencialmente a separação do movimento de libertação nacional das outras correntes revolucionárias contemporâneas o sistema socialista mundial e o movimento operário internacional. O anti-sovietismo é um instrumento da contra-revolução, é preciso ensinar isso aos nossos militantes.

A experiência do movimento revolucionário Mundial mostra-nos que a social-democracia não pode passar hoje sem o concurso dos serviços dos maoístas, que se auto-intitulam verdadeiros marxistas-leninistas, ditos ( m-l ). E isto é assim porque os maoístas são mais hábeis em argumentar, daí o servirem de cérebro da ideologia da concepção pequeno - burguesa do mundo.



No MPLA todos os militantes sentem que o Secretário Administrativo tem sabotado as decisões anteriores e actuais do Comité Central em matéria de organização; todos os sectores organizados sabem, por experiência própria de cada sector, que o membro do Comité Central Lúcio Lara é o mais acérrimo defensor dos maoístas e por isso todos reclamam. O que fazer, quando ele é o velho militante co-fundador do MPLA? Aliás, os CAC's, já em 1975, inteligentemente, "previam" que no dia em que o MPLA comesse a "bater" no maoísmo, o Lúcio Lara seria para eles o principal defensor: a história deu-lhes razão!

Esta santa aliança do maoísmo com a social-democracia, desencadeou, subtilmente, uma campanha reaccionária contra os camaradas que combateram os CAC's e os HENDA's, uma louca e furiosa campanha de calúnias e boatos difamatórios para desacreditar militantes honestos que incansavelmente combatem até hoje.

É assim que estes camaradas são perseguidos e ameaçados de morte (vide actas da reunião do Comité Central da JMPLA com o camarada Saydi Mingas), acusando-os de "fraccionistas"; é assim que sou acusado de "agente de Moscovo" principalmente a partir da nossa ida (José Van-Dúnem e eu) a Moscovo por altura do XXV Congresso do PCUS.

"Sem programa definido, sem palavras de ordem claras, sem raízes nas massas, nem tradições revolucionárias, nem biografia política, atraem por vezes as atenções do público graças a circunstâncias favoráveis ou à afortunada capacidade para fazer mais barulho do que os outros; alguns chegam mesmo a afirmar que exprimem os interesses da classe operária, quando na realidade se colocam em posições anti-comunistas e anti-soviéticas" (21), tal é na verdade a fisionomia dos famosos militantes a quem vão os elogios do Secretário Administrativo, e mais, esta é a sua verdadeira fisionomia como dirigente, como político.

Como é que se pode compreender que o MPLA, que fez uma opção socialista, pode ter um Secretário deste tipo no Bureau Político? Como é que o MPLA que tem de estreitar cada vez mais a sua aliança com o campo socialista mundial, nomeadamente com a União Soviética, pode ter um Secretário anti-soviético? Como é que o futuro partido da

classe operária angolana poderá aceitar nas suas fileiras e estruturas dirigentes um” leader” do anti-sovietismo?

Hipocritamente, o Secretário Administrativo aparece e se considera o dirigente que segue a linha política do MPLA, o grande respeitador da nossa linha política, o dirigente sem desvios, o cumpridor das palavras de ordem e pensamento do camarada Presidente Agostinho Neto!

Pode haver no mundo, uma maior hipocrisia que esta?

Se há um dirigente contra o pensamento estratégico do camarada Presidente este tem um único nome – Lúcio Lara – que é o chefe dos anti-soviéticos no MPLA. Eis o desvio monumental, o colossal fraccionismo da nossa História. Eu não estou enganado e a história vai confirma-lo.

Como é que agora , ao perseguir com os maoístas o objectivo de combater o”agente de Moscovo”, que sou eu, o Secretário Administrativo do Bureau Político não propalaria mil e uma invencionices cozinhadas pelos seus protegidos acerca duma união de esquerda anti - MPLA ou anti - camarada Presidente e que englobaria os próprios maoístas? Fiquem sabendo pois que o Secretário Administrativo Lara já sabe que entre marxistas-leninistas e maoístas não há unidade possível. E a prática político-social vem demonstrando que os maoístas se unem à social-democracia contra os marxistas-leninistas. E esta é a realidade concreta, o que refuta, no plano histórico e lógico aquelas estúpidas como ignominiosas acusações.

Tal como disse o professor de Filosofia diante dos membros do Comité Central do MPLA em conferência do dia 28 de Janeiro do corrente ano”OS RENEGADOS SEMPRE SE UNEM COM OS SEUS ANTIGOS ADVERSÁRIOS”.

Os arquivos do MPLA possuem uma carta-convite ao nosso Movimento para assistir a última conferência da Internacional Socialista. A Internacional Socialista é o campo de gravitação da social-democracia.

Contrariamente a todas as normas de delicadeza e decoro que presidem as relações entre partidos a Internacional Socialista, notou expressamente na sua carta que os camaradas Lara e outro militante seriam os nomes preferenciais. Esta carta trazia os nomes dos “leaders” da social-democracia europeia entre os quais o de Mário Soares. (Questão discutida em Bureau Político). Estranho convite este! (Se mal não me recordo, é azul a cor de referida carta-convite).

Por todas estas razões, há que dizê-lo com coragem: o membro do Comité Central Lúcio Lara é o “leader” da fracção de direita no seio do MPLA. Entre o camarada Presidente e o Secretário Administrativo do Bureau Político não há nada de fundamentalmente comum, são dois pólos diametralmente opostos, dois contrários que se excluem mutuamente, um é o inverso do outro; este sabota a missão daquele, afirmar o contrário é ser hipócrita.

Por esta razão, ao estender-nos a mão, nós apertamos a “luva de ferro” do camarada Secretário Administrativo do Bureau Político! “Luva de ferro” que parece ter-se abatido, sobre as conquistas da luta de libertação nacional do nosso Povo.

## **6 - A CIA E A REVOLUÇÃO ANGOLANA**

Suponho desnecessário dedicar esforços que procurassem definir o que é a CIA, pois acredito que o Comité Central sabe mais que qualquer cidadão angolano o que é, o que representa a CIA, esta monstruosa máquina de agressão imperialista. Os seus métodos, variáveis e muitas vezes invisíveis são também comumente conhecidos.

Tenho fortes razões para admitir que a CIA é já a responsável pelas operações decisivas que as forças de direita estão a ensaiar neste momento em Angola.

Para que os membros do Comité Central tenham um ponto de partida, uma referência para a análise e reflexão apresento muito rapidamente alguns exemplos arrancados à História do Movimento revolucionário mundial. Nesses exemplos vê-se claramente como é que o imperialismo actua para “destabilizar” qualquer processo revolucionário.

Depois do triunfo do movimento guerrilheiro e da revolução cubana, o imperialismo americano montou uma série de operações reaccionárias para aniquilar a revolução.

Assim, por exemplo, tratou de dizer que os camaradas Comandante Raul Castro e Che Guevara estariam a preparar um atentado contra o Comandante Fidel. Posteriormente, a CIA, para tentar dividir os cubanos e os revolucionários de toda a América Latina, tentou opor Che a Fidel, chegando mesmo a existir filmes nos Estados Unidos onde se exaltava Che, numa clara hostilidade a Fidel. O imperialismo ianque explorou e explora o facto internacionalista, como sabemos de o camarada Che ter ido lutar na Bolívia.

Em 1971, no Sudão, o general El Numeiry encontrou o pretexto do "perigo comunista" para condenar à morte cerca de sessenta jovens que, ao que se conhece correctamente hoje, defendiam os interesses legítimos do povo sudanês.

O caso mais recente, é o do "golpe fascista" do ditador reaccionário Pinochet, que ficou também conhecido pela designação do "golpe militar no Chile".

Eis como nos relata um observador comunista, que esteve na altura na América Latina e seguiu todo o processo da CIA, como ele nos relata, dizia eu, o quadro geral da manobra imperialista que precedeu golpe militar fascista de Pinochet. O artigo que em parte vou reproduzir pode ser lido no jornal "O Diário", publicado em Lisboa, do dia 8 de Novembro deste ano.(1976). O autor do artigo é o conhecido comunista português, Miguel Urbano Rodrigues, que é também o Director do referido jornal.

"De 1970 a 1973" – escreve ele no seu artigo "FANTASMAS E CERTEZAS", acompanhei, a marcha de campanhas difamatórias montadas com o objectivo de desprestigiar personalidades políticas que se batiam corajosamente nos seus países contra a dominação imperialista. Nenhuma delas me impressionou tanto como a ofensiva desfechada pela direita chilena para destruir Salvador Allende".

"Na véspera da sua posse, o presidente do Governo da União Popular era ainda um homem respeitado pela burguesia de Santiago. A reacção alimentava a esperança de que ele não honraria plenamente os compromissos assumidos. Até "El Mercurio" enaltecia a sua abertura ao diálogo e salientava a cordialidade das suas relações com Eduardo Frei e

a sua amizade precoce com dirigentes democratas - cristãos, como Bernardo Leighton. Decorridos, porém meses, a reacção chilena destilava ódio contra Salvador Allende. O presidente frustrava as suas esperanças.”

“O ataque à revolução passou a ser inseparável do ataque a Allende. Inventaram-lhe amantes, confidências, negócios, orgias,. Tudo servia para o injuriar. Na ridícula convicção de que o diminuiriam perante os trabalhadores, chegaram a acusá-lo de descender de um vice-rei do império espanhol.”

“Foi sem surpresa que ao regressar a Portugal, prossegue o jornalista, identifiquei os primeiros sintomas do mesmo fenómeno: com uso da calúnia como arma política.”

“Mais de uma vez comentei com soldados de Abril a cascata de infâmias que, a partir de 11 de Março, começou a desabar sobre homens a quem a reacção não perdoava uma clara postura revolucionária. Nem sempre os visados foram os mesmos. A direita procurou seleccionar, escalonar e isolar os seus alvos. Não poucas vezes oficiais que durante algum tempo foram glorificados receberam, logo a seguir, um chuva de injúrias. As forças da contra-revolução transformaram-nos em poucas semanas de heróis e anti-heróis.”

“Percebia-se que não eram os homens aquilo que contava mas a tomada de posição diante das conquistas revolucionárias do povo”.

“Uma nota comum a todas essas campanhas” – continua Miguel Urbano –” foi o estilo moralista. A gente mais corrupta e amoral do País imitou bem os mestres chilenos de”Pátria y Libertad” e do Partido Nacional. Para caluniar, a direita lusitana alça-se ao pedestal dos incorruptíveis e agita freneticamente que, ela sim, é austera, patriótica, desinteressada de bens materiais, íntegra e sobretudo democrática.”

“(…) o impudor dessas catatuas da reacção é levado tão longe que se tornou moda saudosa do fascismo apontar como burgueses irrecuperáveis aqueles que se bateram pelo avanço da Revolução Portuguesa e pelo Socialismo real. Em contrapartida, os que ficam pelo caminho, os que fraquejam, os que atraíçoam são recebidos com especiais

manifestações de carinho. Ela trata sem demora de os guindar à condição de grandes democratas.”

“Não esperava, como diz o articulista, como modestíssimo combatente da revolução, ser incluído na lista dos alvos da campanha de calúnias. Mas isto acabou por acontecer. Não por mim, apenas pelo significado da trincheira onde ocupo um posto na batalha pela construção de uma sociedade nova. É sempre mais fácil atacar um indivíduo do que a equipa de que ele faz parte. Investe-se contra a peça para visar o conjunto”.

“A técnica é sempre a mesma” – escreve o jornalista comunista – “venha o fogo de onde vier. Uma, duas, três mentiras são lançadas no caudaloso rio de intrigas cujos afluentes se interligam na complexa rede da imprensa fascista e nos órgãos com ela aparentados. Depois são retomadas, polidas, ampliadas, exploradas, de modo a que a calúnia ganhe credibilidade e possa destruir, se possível, o visado.”

“Um boletim paroquial transformou-me em amigo íntimo de Carlos Lacerda. Um diário de CIP atribuiu-me a compra de um palacete. Os pasquins da direita, entusiasmados, tomaram tal balanço que afirmaram já, não sem algum mistério, que fui em tempos redactor da SNI.”

“A técnica da mentira” – continua o artigo – “é semelhante à que vi aplicar no Chile, no Brasil, no Peru. Os mesmos senhores e senhoras que se apressaram a enviar telegramas de felicitações a um alto dirigente da Legião ou ANP” (Acção Nacional Popular): partido fascista do ex-ditador Salazar e Caetano – sublinho eu reintegrado (com 30 ou 40 contos) num cargo público mostram-se preocupadíssimos com os dados biográficos de homens que estão com o processo revolucionário. É realmente uma curiosidade mórbida.”

“O mecanismo da calúnia, escreve o articulista, - é quase sempre accionado a partir de um facto banalíssimo que a intriga depois omite.”

Diga-se o que se pretender dizer, mas, com todos os contornos, eis aqui, camaradas do Comité Central, mais uma autêntica e fiel chapa em raio x do fenómeno em curso em Angola e no MPLA.

Com efeito, tudo parece neste artigo como que o seu autor estivesse neste exacto momento em Angola e estivesse a seguir a marcha criminosa da campanha reaccionária orquestrada pelo imperialismo internacional.

Poderia citar muitos exemplos do mundo revolucionário de hoje – República Dominicana, Indonésia, etc, - onde centenas de comunistas foram executados, condenados à morte, ou brutalmente perseguidos, acusados das mais variadas calúnias. Na Índia, encontramos Yapraskash Naryan, a reprimir, sob a máscara do "socialismo", os verdadeiros revolucionários a quem ele chama de "agentes de Moscovo"!

O que notamos de invariável em todos estes casos, é uma lei verdadeiramente comum a todos eles: quando as forças da reacção e de direita se preparam para um golpe militar fascista, na véspera, os órgãos de comunicação social já ao serviço das forças direitistas e reaccionárias desencadeiam subitamente uma furiosa e ampla campanha de calúnias e boatos difamatórios. Acusam as forças de esquerda de estarem a preparar um golpe e mais mil e uma outras acusações.

Concretamente, como é que vemos estes sintomas em Angola, dum provável golpe de direita?

#### **A) O TERRORISMO REACCIONÁRIO DE IMPRENSA: “JORNAL DE ANGOLA” E ALGUNS EDITORES DA TPA E DA RÁDIO NACIONAL**

*“Mutato nomine de la fabula narratum”* - “sob outro nome esta fábula fala de ti”.

O “jornal de Angola”, cumprindo missão dentro da concreta estratégia das forças contra-revolucionárias encarregou-se de destilar contra mim e contra os mártires, os militantes e as massas populares que combateram na Primeira Região as mais incríveis calúnias. A nível dum jornal não pode haver de mais reaccionário. Leia-se todos os editoriais deste jornal a partir de Janeiro de 1976.

Com toda a série de agressão e diversão ideológicas, o director daquelas miseráveis folhas impressas, dedica o seu melhor tempo a escrever os seus famosos editoriais.

Desde o momento em que estava em curso a fase decisiva da instalação real do Poder Popular, aquele jornal abriu o cano do seu canhão contra o Ministério da Administração Interna e o seu ex-titular.

Como dizem os velhos latinos na máxima que situei na introdução deste tema, todos os leitores daquele jornal sabiam que o alvo principal dos ataques dos editoriais reaccionários, do reaccionário Sr. Costa Andrade era o camarada Nito. Nas páginas sombrias do "jornal de Angola" tudo foi permitido escrever sobre a minha pessoa, e o momento mais alto da injúria foi a livre publicação do poema "A ti chefe" de Hélder Neto, um dos chamados homens fortes da DISA, poema esse cujo objectivo era confundir as massas, inculcando-lhes a noção de que Nito será anti-Neto.

No mundo não há exemplo a apontar nas circunstâncias de uma democracia revolucionária, em que um Governo popular e revolucionário, tenha permitido que um director de um jornal passasse sistematicamente a fazer a agressão a um membro desse Governo, o eixo central das suas actividades.

Ninguém nos apresentará por exemplo, um país revolucionário em que, um director de um jornal ataca impunemente um membro do Comité Central, e ao mesmo tempo funcionando mesmo no Bureau Político. Ora ao Sr. N'kunduma, tudo isto lhe foi ou é permitido.

Quem é o director do "jornal de Angola" que dá pelo nome de Costa Andrade?

Pessoalmente conheci este indivíduo no leste de Angola, em 1974, por ocasião da Inter-regional. Foi o segundo homem do MPLA que me instilou propaganda do anti-sovietismo. Recordo-me exactamente que, os três, ele, o falecido Gica e eu estávamos sentados num tronco que se encontrava deitado em frente das tendas dos Comandantes Xietu, Gica e Loy. Vi-me então submetido debaixo de uma propaganda anti-soviética e anti-chinesa, chegando mesmo a convidar - me a confrontar as suas opiniões em relação a qualquer daqueles países se algum dia isto me fosse possivelmente proporcionado. Mas, pensei, o que significava politicamente uma negação simultânea da União Soviética e da China? De notar a identidade deste argumento com o do Secretário Administrativo do Bureau Político. Mera casualidade?



Assim que regressei da União Soviética por ocasião do XXV Congresso do PCUS casualmente encontrei-me com o N'Dunduma, certo dia no Aeroporto de Luanda (sala dos VIP's). Ele acercou-se de mim, procurando saber o que restava da minha opinião de então sobre a sociedade soviética. Disse-lhe o que viria eu a dizer mais tarde na Câmara Municipal de Luanda a respeito da União Soviética. Entretanto o alambique do Sr. Costa Andrade, destilava continuamente o odioso veneno anti-soviético.

No plano político e ideológico os que conhecem o director do "jornal de Angola" não têm dúvidas de o caracterizar essencialmente anti-marxista-leninista, como um vil oportunista que se serve fraudulenta e abusivamente do nome do camarada Presidente para as suas práticas contra-revolucionárias, organizando o terrorismo de imprensa.

Como é que um homem marcadamente anti-marxista-leninista pode dizer bem do marxismo-leninismo senão fazendo-o como demagogo, filisteu e idiota numa nítida atitude de iludir as grandes massas. Felizmente nem disfarçar sabe.

É de notar a estranha coincidência, o mesmo tom de estilo de escrever, que pode facilmente detectar-se entre o "jornal de Angola" e os mais reaccionários jornais da extrema direita publicados no mundo imperialista, nomeadamente pelo Expresso e outros, em Lisboa. A propósito é de notar que o Expresso e outros jornais anunciavam horas antes do 3º Plenário do Comité Central os respectivos pontos quentes e suas prováveis soluções que aliás viriam a coincidir com a realidade posterior!

Pressionando os seus chefes presentes no 3º Plenário do Comité Central, Costa Andrade, culmina a sua trajectória com uma transcrição de Lénine "Isolamento e Queda dos Comunistas de Esquerda" dando exemplo perfeito de como anti-marxistas-leninistas podem combater as ideias de Lénine citando-o. Com a minha suspensão estava realizado um dos grandes objectivos das forças da reacção. E quem lê esse miserável jornal sabe que depois dessa "vitória" este falso amigo do povo entrou em "merecido repouso" só recentemente tendo voltado a pegar em armas para escrever editoriais de praxe.

Tudo passa suavemente: o Bureau Político silencia sobre a agressão, o Comité Central não é informado e o Governo cruza os braços. Estamos num país de grandes liberdades democráticas!!

Na TPA – Televisão Popular de Angola e na Rádio Nacional encontramos outros soldados de reacção organizada.

Como vem anexo neste documento, o agente da DISA, cujo nome se esconde no código Marçal I, na sua informação para o Chefe Ludy, data , 8 de Agosto de 1976, Assunto: Grupo Nito, no ponto 3 da referida informação escreve – cito textualmente:

“3 – O Cda Orlando defendia uma posição ambígua, dizendo que as contradições eram o resultado do conflito da pessoas, etc. Não se sabe se esta posição foi assumida por precaução, por Orlando saber com quem estava a falar, ou revela efectivamente o seu pensamento pessoal. Noutros círculos o Cda Orlando tem manifestado uma posição abertamente oposta ao Cda Nito Alves. Foi o Cda Orlando quem escreveu o editorial da Televisão. Logo após a manifestação no Palácio” – fim da informação.

O editorial acima referido também vem anexo e é dum teor basicamente contra-revolucionário.

Enquanto isto, na Rádio nacional de Angola, um outro editorialista, o chefe de turno rotativo, João Melo,” fazia editoriais contra o Nito”, lê-se numa informação especial. Todos estes editoriais estão impregnados por todos os poros, dum profundo ódio à minha pessoa.

Num país democrático, progressista e revolucionário, num país que marcha para a democracia popular, todas estas agressões, arbitrariedades, abusos de poder e autoridade, toda esta campanha reaccionária é livremente consentida, habilmente fomentada, subtilmente montada, inteligentemente protegida! Tudo isto contra um membro do Governo, do Comité Central e na altura também do Bureau Política, na República Popular de Angola!

A famosa manifestação que vai dar origem ao poema divisionista e confusionista de Helder Neto e a muitos editoriais, tinha sido preparada em ambiente de pura clandestinidade reaccionária. Com efeito, um responsável do DOM / Regional de Luanda, Mendes de Carvalho, congrega e encabeça, numa base regionalista - tribalista um certo número de cidadãos e patriotas. Aí, onde os mais ferozes instintos do tribalismo, racismo e anti-comunismo vieram ao de cima, é preparada com objectivos fraccionistas e reaccionários a manifestação que porém viria a ser publicamente anunciada como sendo de apoio ao camarada Presidente! Decidiu-se para tanto a utilização do DOM / Regional, único meio de mobilização de massas, ao dispor desse grupelho tribalista e racista. Esta reunião teve lugar no dia doze de Julho de 1976, na Rua Eça de Queirós, casa nº 30.

A prova do que afirmo é a cassette gravada que entrego ao Comité Central. Nela se vê claramente o fundo maldoso e o carácter contra-revolucionário da mesma, o cortejo das mais espantosas calúnias, das maiores difamações., etc.

O responsável deste acto é apresentado, com elogios, ao povo, como exemplo irrepreensível do militante consequente, exemplo invulgar do dirigente cumpridor da linha política do MPLA e do pensamento político do Camarada Presidente, o militante sem desvios, o anti - tribalista, o anti - racista consequente. Veja-se a dimensão desta grotesca mistificação.

O Comité Central quer mais exemplos da mais pura demagogia e hipocrisia?

## **B) A CAMARILHA DOS AGENTES DA MÁQUINA DA DISA O FANTASMA” GOLPE DE ESTADO”**

Os documentos que entreguei à Comissão de Inquérito e que vão anexos a este, todos juridicamente válidos, mostram claramente o prolongamento do *complot* histórico que aparentemente é anti-Nito Alves.

O agente cujo código é Marçal I, é o mais objectivo, um agente de certo nível de inteligência. Ele diz, com clareza, no frontispício da sua informação atrás mencionada (anexa a este) que o assunto diz respeito ao Grupo Nito. A informação é dirigida ao

Chefe Ludy, hoje Director da Segurança Nacional, membro do Comité Central e do Bureau Político.

Alípio Neves da Costa, em carta dirigida ao Primeiro Ministro Lopo do Nascimento, escrita em Luanda em 21 de Fevereiro de 1976 anuncia já o fantasma do "golpe de estado", em que eu teria papel principal.

Vou transcrever partes interessantes da carta, até para se ter uma ideia das intenções políticas - ideológicas do indivíduo:

"Tal não é, em nome da Revolução, em nome dos heróis que tombaram com o seu sangue e sagrado solo que pisamos, e ainda mais pela saúde de todos quantos possam ser caros ao camarada Lopo do Nascimento, pois que o motivo que anima esta atitude é tão sério, tão certo que menosprezar o seu conteúdo sem tomar as medidas que se impo em redundaria em prejuízo para todo o país inteiro:"

"Encontra-se em gestão", continua o informante," um movimento anti-revolucionário, que mais tarde ou mais cedo se propõe derrubar o Governo do Camarada Presidente Agostinho Neto, mediante um golpe de estado, numa confirmação clara de rumores de um pretenso golpe de estado da parte de um dos mais considerados líderes do nosso Movimento."

E mais adiante diz expressamente:"Trata-se do Comandante Nito Alves, que no seio dos militantes da 1ª Região Político-Militar desenvolve tal actividade, propondo-se ele próprio tomar as rédeas da Presidência depois de conseguidos os seus intentos."

A carta continua. Ela também vem anexa a este documento. Esta carta entrou nos arquivos do E.M.G., Departamento de Informação e Segurança com as seguintes referências: Entrada, nº 293, ficha 32, Prc 1. Para o Gabinete de Análises, a mesma entra com data de 11.3.76 Análise, com as referências: Entrada, nº 277, Ficha 61 Prc 2.

Hélder Neto, o tal do poema, na altura um dos homens fortes da DISA-INFANAL forneceu ao EMG, com carimbo de MUITO SECRETO, SERVIÇOS DE SEGURANÇA, a informação nº1460.

O esquema da recepção é assim hierarquizado: data, 09 Abril 76, Hora 1800; Local de recepção INFANAL; Recebido por Hélder Neto; Local MINFA; Visto; Informador - Joana.

A informação é do teor seguinte:

### **NITO ALVES / JOSÉ LEITÃO**

1 –” O camarada Ministro Nito Alves tem sido visto assiduamente no Ministério da Informação a discutir no gabinete do Camarada José Leitão, chefe do Gabinete do Cda Ministro da Informação.

2 – O Cda José Leitão regressou há 4 ou 5 dias de Lisboa.

3 – Hoje, além de se terem encontrado no gabinete do Cda José Leitão, saíram juntos no carro”, fim de informação.

Nunca, em país revolucionário algum do mundo, foi perseguido assim um membro do Governo, do Comité Central e na altura , do Bureau Político.

Entretanto, o primeiro propagador do boato do golpe foi o então Comissário das FAPLA Abranches. Os camaradas visados, José Van-Dúnen, Monstro Imortal e eu exigiram na devida altura um inquérito. Os resultados do Inquérito atribuíram responsabilidades ao Abranches como autor e propagador do boato. Ninguém o puniu. E hoje, talvez, por esse alto serviço, é nomeado Director do Museu de Angola.

Não me obrigo a esgotar os dados, pois enumeraria mais casos do género.

Passo a ligeiros comentários:

Quem é o Orlando da TPA ? Quem é o João de Melo? Quem é o Alípio? Quem é o Hélder Neto e Abranches?

Porque razão tais indivíduos não foram chamados à ordem? O que representam eles no plano político nacional? A que classe ou classes sociais e forças políticas pertencem e ao serviço de quem estão?

Qual é o objectivo da DISA ao analisar tais informações sem delas dar conhecimento, ao Comité Central e ao Bureau Político?

Vejamos ainda como actua um outro homem-forte da Segurança, SIMEÃO KAFUXI.

É do teor seguinte, com a classificação de CONFIDENCIAL, a nota de referência 147 /AE /76, Luanda, 26/11/76, que Simeão Kafuxi, Responsável pela Secretaria da Presidência para assuntos Militares, enviou à DISA como assunto a investigar:

“Para os devidos efeitos e conhecimento, enviamos a essa Direcção, o duplicado de uma nota informativa, aquando do festejo do aniversário do cda NITO ALVES.

#### DISCIPLINA PRODUÇÃO VIGILÂNCIA

SECRETARIA PRES. PARA ASSUNTOS MILITARES, AOS 26/11 / 76 KAFUXI”

A referida nota informativa é do teor seguinte:

#### **NOTA INFORMATIVA.**

O comissário Provincial de Malange, cda João da Silva, quando vem a Luanda, certas vezes, agasalha-se na casa do cda Nito Alves.

No passado mês de Agosto, quando o cda Nito Alves fez anos e festejou o aniversário entre amigos e simpatizantes mais íntimos na sua residência entra vários discursos lá proferidos, alguém afirmou:

...Embora o cda Comandante Nito Alves não foi promovido a Comandante mas para nós é e será sempre o Comandante Nito Alves.

E o povo só estará contente quando ver no poder em vez de E o I ( nota explicativa este E refere-se a letra e da palavra Neto que é o Cda Presidente; e analogamente a letra referida refere-se a da Nito correspondente a Nito Alves, no sentido de só ficará satisfeito o povo quando o cda Presidente Neto for substituído pelo Nito Alves.

## **SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA PARA ASSUNTOS MILITARES SIMEÃO KAFUXI”**

Este documento entrou na DISA sob o nº 133, com a data de 30/11/76, Secção - Secretaria, Distribuição -Director Nacional, tal qual se vê autenticamente o anexo apostado a este.

Os militantes do nosso MPLA, a classe operária angolana, os camponeses e todas as amplas massas trabalhadoras, o Povo de Angola nunca imaginou, como é também surpresa minha, que a Segurança dita do Estado da RPA, pudesse ir tão longe e tão baixo, pudesse fazer este jogo escandalosamente sujo! Mas são informações deste tipo e dessas fontes que param diariamente ao camarada Neto. Repetidas dentro duma certa técnica, centenas de vezes, dão realmente os resultados propostos pelos seus autores.

Até o meu inofensivo aniversário é alvo da”vigilância” e penetração traiçoeira dos agentes da DISA. Com um cinismo reaccionário, esta informação é tida como confidencial e ordena-se uma investigação!!! Em que lugar eu posso estar sem o cinturão da DISA? Em nenhum certamente!

Não me cabe comentar mais esta insultuosa e revoltante agressão da DISA. Deixo que as amplas massas, os homens de boa fé os militantes do MPLA façam eles próprios o seu julgamento.

Mas a minha casa não é um hotel com quarto marcado para o camarada Comissário de Malange João Manuel da Silva, dinâmico militante do nosso MPLA e governante activo. Creio que Simeão Kafuxi utiliza as palavras de que não conhece o significado. Poderá explicar-me o que quer dizer agasalhar? Em caso afirmativo, óptimo e exijo que apresente provas.

Doutro lado, o meu aniversário foi a 23 de Julho e não em Agosto e realizei-o na casa dum velho irmão de infância e não na minha residência! Discursos, não houve nenhum a não ser o discurso pronunciado pelo Kafuxi. E a manobra da montagem da pretensa

oposição de Nito a Neto vê-se grosseiramente arrumada no documento e de autoria e responsabilidade do Simeão Kafuxi.

E para refinar a malandrice e a demagogia a nota informativa termina com as justas palavras de ordem: Disciplina, Produção e Vigilância. Não há dúvidas, temos aqui um caso exemplar de como se exerce esta disciplina, como se realiza esta produção e como se organiza esta vigilância.

O nosso Povo, reafirmo-o eu, deve permanecer realmente vigilante para com estas manobras pró - imperialistas e mostrar-se energicamente apto e pronto no interesse da revolução, a punir estes agentes presumivelmente a soldo da alta finança internacional.

O que é isto de "Grupo Nito"? Quem o criou? Quem o constituiu?

Os meus acusadores pensam que podem já tratar-me como cadáver pelo menos político. Estão enganados, pois enquanto respirar darei combate enérgico às forças da reacção.

Haja em vista factos para mostrar aos militantes quem é Hélder Neto.

Perfeito CAC, a partir das suas ligações com outra CAC, Tatão, enquanto responsável da DISA – INFANAL tudo fez para defender os CAC's, destruindo para tal um dossier CAC que tinha sido elaborado por camaradas que conheciam os CAC's por dentro.

Assim, no ponto 7 do Processo CAC, Relatório Preliminar 2 / Pag.2, Hélder Neto escreve para o Bureau Político:

"7 – Se as declarações do ceda Pepetela são verdadeiras a 100% e, para tal, seria recomendável que fossem analisadas pelos camaradas Lúcio Lara e Dilolwa, a acusação revela um desconhecimento de factos essenciais para a compreensão do fenómeno CAC / DOP e CAC / COP, porquanto as nomeações foram da responsabilidade do Bureau Político e a aplicação directamente controlada pelo coordenador do DOP, membro do Bureau Político. É portanto uma manifestação de leviandade (pelo menos) ignorar tal facto para imputar aos cad Pepetela e Dilolwa a infiltração dos CAC's no departamento."



Mais adiante, afirma que a denúncia dos CAC's era simples diversão.

Ora, o facto de o actual Vice-Ministro da Educação Pepetela, pertencer aos CAC's é provado por militantes ainda vivos e que o Secretário Administrativo do Bureau Político suspendeu. Segundo porque razão é que não se apela para o Bureau Político para a análise das declarações do Pepetela e, Hélder Neto indica ele próprio, os nomes dos membros do Bureau Político Lúcio Lara e Dilolwa para ouvirem um CAC? Qualquer cego vê claramente a manobra. E por este mecanismo chegou-se a conclusão que o Pepetela não era CAC!"Milagre das Rosas"!

Assim se vê como é que os correligionários do maoísmo (os CAC's são maoístas) se defendem mutuamente.

Esta DISA, que hoje utiliza a violência física para arrancar confissões dos camaradas falsamente acusados de tentativas de "golpe de estado", faz-me recordar a Segurança do general Dénikine que se tornou célebre na História do PCUS e da União Soviética.

Este ódio chega a divertir-me. E eu digo como tantos outros: não é pelo meu nome que sou perseguido, mas pelo real significado da trincheira de combate onde ocupo também o meu modesto posto".

Posso afirmar que tento não falhar; não recuarei diante de nada, nem me renderei sem combate.

Camaradas do Comité Central:

Não exagero ao afirmar que as forças de direita estejam a preparar o verdadeiro golpe de estado, porque , à luz de toda esta informação podemos ver sintomas desse tipo de golpe. Estamos pois em presença duma manobra de diversão. Acautele-mo nos porque o ataque vem do outro lado - do lado do imperialismo.

Não estará já em Angola a mão sinistra do Kissinger, este corso da CIA?

Senão, vejamos:

Distribuída, na altura, pelo camarada Primeiro-Ministro, Lopo do Nascimento, cada membro do Bureau Político tem a obrigação de ter nos seus arquivos uma informação sob título Relações Brasil / Angola.

Na página 3 do referido documento lê-se expressamente.

“Com relação a Angola, os militantes brasileiros esperam que até que a guerra se internacionalize na África Austral, a diplomacia brasileira consiga recuperar o MPLA através dessa acção política de dividir o aparelho do partido entra radicais e moderados. Outra esperança brasileira seria a precária saúde do Presidente Neto, que segundo informações recolhidas pelo Brasil em Londres seria um homem (.....). O seu desaparecimento deveria se dar no momento em que a divisão entre moderados e radicais estivesse estabelecida.”

Em termos de perspectivas inalteráveis da CIA este documento, que considero extremamente valioso mantém a sua importância, tanto mais que temos em presença a diplomacia brasileira. Vê-se também, nesta informação que o objectivo principal da CIA é o desaparecimento físico do camarada Presidente Neto.

Mas, pergunto-me a mim próprio, por que razão é que a CIA escolhe o momento desse desaparecimento do camarada Presidente na altura em que a contradição, segundo eles, entre os moderados e radicais culminaria no seu apogeu? A quem seriam atribuídas as responsabilidades desse presumível assassinato do Presidente?

É fácil responder a estas perguntas se estabelecermos uma confecção objectiva entre a informação exposta atrás e esta que vou apresentar:

De fonte segura, recebeu cada membro do Bureau Político o seguinte Relatório de Informação / 13 / CIA / ANGOLA, tradução.

“Um certo número de agentes da CIA funciona já em Angola, nas regiões controladas pelo MPLA. Unicamente em Luanda, o número mínimo de homens e mulheres servindo de ligação com a CIA, atinge a centena.”

“Alguns trabalham directamente, outros indirectamente, isto é sem duvidarem que os seus relatórios ou informações acabem por ir parar às mãos dos serviços americanos. Entre eles encontram-se jornalistas, fotógrafos, comerciantes, representantes de firmas de importação e exportação, funcionários do Governo e militantes. Segundo fontes (internas) absolutamente seguras eis o que afirma o chefe destes informadores ou agentes de Luanda:

1- Dois quadros de Segurança Nacional foram recrutados. A sua identificação é HAM-19 e SLIM-35. Ambos se encontram em Luanda.

2- Um trabalho intensivo está a ser feito, para infiltrar o Bureau Político. Há boas perspectivas para ganhar a confiança ou os serviços de um deles, um militar cuja identificação é SUB-20.”

Camaradas do Comité Central:

Estamos diante de processos demasiadamente sérios demais e aparentemente complexos.

Por que razão não se informa tudo ao Comité Central? Como é que , posteriormente, e de fonte segura, entra e sai de Angola um tal misterioso Umpoyo, agente da CIA, e que, ao que se sabe, mantém contactos com elementos da DISA e do Governo, mesmo depois de ordem expressa do Bureau Político no sentido da sua expulsão pura e simples do nosso País? Quem é que, afinal está relacionado com este Umpoyo? Quem é que está interessado na presença em Angola desse agente da CIA?

Em tais condições, em qualquer parte do mundo revolucionário, só estes factos determinariam, imediatamente, a suspensão pura e simples do Bureau Político e a consequente nomeação duma Comissão Ad Hoc do Comité Central que seria encarregada de estudar rigorosamente o”dossier” em causa. Em qualquer processo revolucionário em função dessas informações, o Comité Central suspende toda a direcção da Segurança e nomeia outra, provisória, até apuramento da verdade e responsabilidade.

Mas em Angola, estas questões melindrosas não são informadas ao Comité Central, porquê?

Qual é a estratégia que está montada?

A História do MPLA , durante a sua fase das guerrilhas, já demonstrou que as forças de direita do MPLA nunca viram com bons olhos a política do camarada Presidente, que, há anos, já se sabia como sendo comunista, em sua última instância e consequência. Entretanto, colocado ante um dilema, a direita do MPLA sabe que, no plano táctico, não pode passar sem o camarada Presidente, daqui o estar condicionada historicamente a uma falsa imagem de correligionária em termos de Marx, Engels e Lénine.

Posto isto, as forças de direita procuram justificar e têm de justificar ante o Povo Angolano e o mundo o desaparecimento do camarada Presidente. E a única forma de o fazerem é atribuir o presumível assassinato aos sectores revolucionários que seriam então apresentados ao Povo e ao mundo como os autores do assassinato e facilmente seriam linchados pelo Povo em praça pública. Para o conseguirem, a DISA tem que forjar, na linha do velho Denikine, um falso dossier com falsos depoimentos de agentes provocadores e de prováveis camaradas que , torturados até à medula, seriam forçados pelo medo da morte, a debitar declarações não verdadeiras: Velho método da polícia política reaccionária, universalmente falando.

Vou fundamentar o meu raciocínio. No livro que estou a ler, *Les Complots de la CIA, Manipulations et Assassinats*, STOCK, vê-se claramente os mesmos processos que a CIA empregou para derrubar Salvador Allende, no Chile.

Para precisar o quadro da estratégia da CIA, passo a transcrever telegramas das páginas 60 e 76 do citado livro:

“Um programa em três pontos foi posto em acção. Consistia em:

- A. Agrupar informações sobre oficiais dispostos a executar um golpe de estado.
- B. Criar um clima de golpe de estado para uma propaganda e uma desinformação sistemáticas. Realizar actividades terroristas provocando a esquerda, o que fornecerá o pretexto. (Telegrama de 7 de Outubro)

C. Informar os oficiais dispostos a desencadear um golpe de estado, que o Governo dos Estados Unidos está pronto a apoiá-la activamente, mas que toda a intervenção militar directa dos Estados Unidos está excluída (Telegrama do 14).

Na página 76, é descrita num telegrama, a tática a aplicar para o assassinato do general Schneider, perigoso segundo a CIA, e que por isso mesmo deveria ser abatido antes do futuro Presidente Allende:

“Os militantes não aceitarão estarem implicados no rapto do general Schneider cuja responsabilidade deve ser imputada (atribuída ) aos *gauchistas*.(Telegrama do 19).

Camarada Presidente

Camaradas do Comité Central

É preciso não entreter a nação com” divisionismos”,” fraccionismos” e coisas do género de que sou acusado, é preciso abandonar esta aberração e preconceitos doentios porque o perigo da revolução está à vista. É o perigo real dum provável e futuro golpe de estado militar de direita, o que acontecerá se o Comité Central não assumir a sua responsabilidade.

A tática e a técnica da CIA é sempre a mesma: provocar a esquerda, atribuir-lhe a responsabilidade de assassinatos, montar uma campanha de desinformação a partir dos *mass media*.

Diga o que disser nós vemos, claramente visto, com os nossos olhos, todas estas manobras e manipulações da CIA. Qualquer dia , a cidade de Luanda acordará com tiros, como já puseram mais de uma vez de prevenção as unidades estratégicas dos quartéis de Luanda e Lubango, e atribuirão tudo isto ao fantasma do”Grupo Nito”. Eis as manobras da CIA.

Estas manobras têm que ser forçosamente denunciadas e desmascaradas não apenas no seio do Comité Central, mas no conjunto da nação inteira, e a defesa da revolução que exige e os seus autores severa e exemplarmente punidos.

Em tese, a direita no seio do MPLA tem a sua alternativa, está a materializa-la. Basta ouvir os comentários actuais da reacção, da pequena e média burguesias que já rangem os dentes por que o Agostinho Neto, afinal, dizem eles, também é comunista e isto em Angola vai tudo mal, concluem.

Mas o grande problema da direita é encontrar um angolano manejável, dócil dentro do MPLA ou das estruturas superiores, capaz de ser a contra-alternativa ao Camarada Neto. Será por acaso que Hermínio Escórcio , disse um dia, que tudo está preparado e que se o presidente morre, têm o camarada Lopo do Nascimento para o substituir? (Depoimento do Nado), é de notar que Hermínio Escórcio é um dos propagadores acérrimos do tal fantasmagórico”golpe de estado”e preconizador das chamadas”medidas punitivas exemplares”.

Até fui perseguido por esses agentes da DISA, quando por necessidades próprias, no dia em que me deslocuei ao Panorama para falar com o camarada Eduardo Kapski , membro componente da delegação de União Soviética, falar a respeito dos meus livros que deixara recomendados em Moscovo, sob a responsabilidade daquele mesmo camarada soviético, por altura do XXV Congresso do PCUS. Qual o meu espanto quando, em audiência com o camarada Presidente Agostinho Neto este , muito sincera e honestamente, põe-me a questão de saber se eu teria ou não contactado a delegação soviética!

Será contra-revolução conversar com camaradas soviéticos?

Como vêm, camaradas do Comité Central, todo este conjunto fundamenta cientificamente o meu poema DIREITO Á DEFESA.

Mas a História melhor o dirá.

## **7 - COMO ILUDIR O POVO**

“Atribuir primeiro ao adversário um absurdo e depois criticá-lo vitoriosamente”, eis a velha fórmula do oportunismo de que dão provas os meus opositores.

As forças da direita no seio do MPLA na marcha para o seu objectivo estratégico, compreendem, mais do que ninguém a necessidade de aumentar a amplitude e o espaço social que sustenta a sua campanha contra-revolucionária, sob a máscara do marxismo-leninismo.

É curioso seguir a evolução das calúnias de que são alvos os camaradas que combatem sem tréguas as forças coligadas da social-democracia e os maoistas.

No ecrã da ridícula metragem aparece com frequência ressonante, a acusação de "racismo". Na minha intervenção pública aquando da recepção oficial das Comissões Populares de Bairro da cidade de Luanda, desmascarei o carácter anti-revolucionário desta provocação. Confundir o meu ponto de vista com racismo só pode ser uma de duas coisas: um nível assombroso de incultura política, uma mentalidade própria do homem da Idade da Pedra, demonstrando uma grande e profunda lacuna em matéria de formação marxista-leninista ou, o que é muito grave, a tentativa de fazer ouvidos de mercador à verdade, ou seja, após compreenderem muito bem a minha posição deturpam-na conscientemente para servirem os seus inconfessáveis desígnios.

Com efeito, na teoria e na prática, marxismo-leninismo e racismo são dois fenómenos em contradição dialéctica de fundo irreconciliável, são dois princípios que se excluem mutuamente.

Esta contradição reflecte basicamente o antagonismo entre o socialismo e o capitalismo. Esta verdade actuante, esta minha aquisição político-ideológica coloca-o ao serviço do avanço irreversível do nosso processo revolucionário, e é a minha prática político-social e histórico - concreta que constitui a demonstração convincente do meu inequívoco repúdio e ódio ao racismo. Para os mais pirronistas, convido-os a investigar os meus locais de trabalho e o universo revolucionário humano em que se exercita a minha acção revolucionária.

Mas o estandarte do racismo é posto nas minhas mãos e desfraldado aos quatro ventos para que seja mais possível às forças da direita isolar os seus alvos e abate-los com maior facilidade.

Em termos de perspectiva histórica, as forças da direita não necessitam em sentido marxista de dar combate ao racismo. Na verdade, obrigada a gritar e a apoiar a voz de ordem abaixo o racismo, fazem-no contra os seus interesses oportunistas. É uma questão táctica para eles.

Com efeito, se a estratégia das forças de direita é a social-democracia, o que equivale no fundo a perpetuar sob formas mais refinadas a exploração do homem pelo homem, como é que se pode acreditar, sem ser por ingenuidade, que a direita no MPLA está interessada no real combate ao racismo? Não gosto de fazer o ridículo papel de ingénuo, nem sou crente de nenhuma seita religiosa para ser fanático em relação a crenças infantis.

A prática político-social a que assistimos em Angola diz-nos claramente que as forças de direita ao mesmo tempo que em palavras dizem abaixo o racismo, na prática, na vida real estão a fazer o racismo. É ouvi-las e vê-las nos locais de serviço, nos cinemas, etc.

Há mesmo entre elas, elementos com sérias responsabilidades neste processo, que ainda hoje vivem tristes, melancólicos, pesarosos por não serem negros numa Angola independente. Outros igualmente miseráveis, continuam a viver o sonho reaccionário do privilégio e da supremacia raciais que a cor da sua pele ganhou na época do colonialismo. E outros ainda ostentam o seu oportunismo por serem negros. O Povo já descobriu todas estas manigâncias.

Se não nos queremos enganar há que dizer corajosamente que deve ser combatido quer o racismo do branco para o negro ou mestiço, quer o do negro para o branco ou mestiço, quer do mestiço para o branco ou negro. Isto porque todos eles existem.

Em teoria dir-se-ia que o fenómeno é global, não é unilateral. Daqui que logicamente, o combate deve e tem de ser dialéctico, isto é científico, e não metafísico, isto é idealista.

No que me toca pessoalmente, existe todo um passado histórico da luta armada em que, sem falsa modéstia, devo dizer que fui um dos inspiradores da transformação do ódio histórico e espontâneo das massas da Primeira Região, contra os lacaios do imperialismo americano – a FNLA - , num ódio político (classicista) consciente. Com



efeito, a partir da década de setenta, o carácter e conteúdo da luta de classes contra o patibular Holden e seus sequazes era já uma sólida aquisição política e ideológica das massas na Primeira Região, era já uma consciência clara do carácter pró - imperialista da política da FNLA.

Antes e depois do 25 de Abril, e de acordo com as minhas convicções filosóficas, nunca confundo colonialistas - racistas inveterados com brancos oportunistas com mestiços nem negros com revolucionários.

Responsabilizo pois ao imperialismo mundial, através dos seus agentes internos – a coligação social-democracia com os maoístas – a origem exclusiva desta ignominiosa como reaccionária calúnia.

A construção duma Angola socialista, não pode ser concebida fora da doutrina de Marx, Engels e Lênine. Em Angola o socialismo será construído com toda a riqueza do seu mosaico humano.

Digam o que disserem, não sou apologista do humanismo burguês dos séculos passados, não sou defensor do multiracialismo da teoria burguesa da "coabitação de raças". Todos estes princípios são próprios da ideologia capitalista.

Sou por isso sim, acérrimo defensor do humanismo proletário. Apontei Cuba, no meu discurso de 5 de Julho de 1976 como exemplo a seguir se não quisermos construir castelos de areia sobre o mar.

Não vejo portanto uma Angola o futuro como o simples somatório aritmético de x negros + y mestiços + z brancos. Esta soma seria igual a que? Nem a álgebra consegue dar-me a raiz desta estranha operação. Em vez desta soma vejo relações de produção de tipo socialista.

Mas a evolução das calúnias segue a sua marcha . A social-democracia parece ter descoberto já que afinal o signatário deste documento não é racista. A árvore plantada não deu frutos! As calúnias não resistem nunca à verdade!!!

Por isso resolveram as forças de direita lançar o espantalho do fraccionismo.

Já me outorgaram tantos rótulos que tenho a impressão que os social-democratas e os maoístas se divertem aplicando etiquetas. Mas analisemos ainda esta última.

Lénine condena o fraccionismo em relação ao Partido, isto é, em relação à doutrina do centralismo democrático. O rigor científico, a análise multilateral dos fenómenos da vida e da realidade caracterizam fundamentalmente os autores do marxismo-leninismo.

Quer dizer, Lénine não falava abstractamente. A abstracção das suas teses e teorias partia de realidades bem concretas, reflectia essencialmente a realidade objectiva. Noutros termos, não basta denunciar o fraccionismo, há que defini-lo e mostrá-lo à luz de teoria revolucionária.

Indicar o ponto de referência, padrão em relação ao qual classificaremos o fraccionismo é uma violação às normas do centralismo democrático, entendidas como um todo, um corpo doutrinário único e indivisível. Trata-se dum fenómeno cuja unidade dialéctica é inviolável, de tal forma que a sua violação conduz à negação pura e simples.

O único critério para nós, neste caso, são os Estatutos do MPLA. Toda a nossa actividade será classificada duma certa forma consoante está ou não de acordo com os princípios dos Estatutos. Vamos então ajustar as nossas contas.

Ao longo desta exposição, demonstrei já que o Secretário Administrativo do Bureau Político, é a imagem da mais violenta das normas essenciais dos nossos estatutos. Para ele o funcionamento do Centralismo democrático equivale à sua redução à chamada "ordem disciplinar". A única face do Centralismo democrático que apreende é a disciplina cega e passiva que é anti-estatutária. Fez tudo para que o Bureau Político ordenasse suspensões a militantes verdadeiramente revolucionários e de origem de classe operária. Na verdade, diz-se que hoje ninguém conhece mais o MPLA, como Organização do que o Secretário Administrativo do Bureau Político e, por isso, via de regra, as decisões mais importantes são tomadas em função do que disse o camarada Secretário. Esta é a verdade e afirmo-o, porque trabalhei activamente no Bureau Político.

Com efeito a “impecável militância” do Secretário Administrativo do Bureau Político substituiu totalmente os Estatutos. Todo aquele que não se comporta, trabalha, age como ele, assimila a sua “serenidade”, não é mais militante do MPLA. Neste sentido, no plano prático, no plano da organização, o MPLA é o membro do Comité Central Lúcio Lara”. É corrente ouvir-se hoje afirmar que “quem manda no MPLA é o Lara”, porque o camarada Presidente sobrecarregado com outras tarefas, não tem tempo para conhecer, em profundidade, na quantidade e qualidade, os grandes e graves problemas que afligem a Organização.

Todos os Comités de Acção em Luanda dos sectores Operário, Função Pública e Privada, Estudante e Intelectual, Bairros e Camponês – queixam-se do permanente bloqueio dos seus relatórios pelos actuais responsáveis do DOM / Regional. Os camaradas Beto Van-Dúnen e Mendes de Carvalho, dizem sempre àqueles Grupos e Comités de Acção que os seus relatórios vão ter à Comissão Directiva e ao Bureau Político, o que se sabe ser completamente falso. Há que dizer mais: ao fim de dois anos de actividade aqueles camaradas revelaram-se totalmente incapazes para dirigir e fazer desenvolver a Organização.

O manual de marxismo-leninismo diz o seguinte, cito:

“Os quadros dirigentes não se encontram acima do Partido, mas sim sob o seu controle. Em condições democráticas, dizia Lénine, a actuação política do dirigente está sempre exposta aos olhos do público, como se se desenrolasse num teatro e perante espectadores.” Todos sabem que determinado político começou por sofrer uma certa evolução, agiu de tal maneira num momento difícil da vida, possui estes ou aqueles dotes, e é por consequência lógico que, com conhecimento de causa, todos os membros do Partido o possam eleger ou não para determinado cargo...

A “selecção natural” resultante da inteira publicidade, do carácter electivo e do controle geral, assegura que cada dirigente ocupa o lugar que lhe é próprio, se dedique à função que melhor corresponde às suas energias e capacidades, sofra em si próprio todas as consequências dos seus erros e demonstre perante todos que é capaz de reconhecer esses erros e de os evitar.” (22) Manual do Marxismo-Leninismo. OTTO V. KUUSINEN e Outros. II Vol. Pág. 54) fim de citação. O sublinhado é meu.

Ai dos sectores revolucionários marxistas-leninistas se fossem abertamente militantes do princípio que reproduzimos acima. No dia seguinte seriam excomungados pelos bispos”duma outra diocese” pelo pecado mortal de ambição, da auto-promoção, etc. No MPLA quem estuda a ciência marxista-leninista, quem é dinâmico, quem é capaz dum trabalho teórico sério e criador é tido como ambicioso.

Aquele princípio leninista não existe para o MPLA; não tem qualquer significado entre nós. Em vez daquele princípio no MPLA ascendem os bajuladores e servilistas.

A opinião dos operários e de toda a massa de trabalhadores que é expressa dum modo democrático através dos organismos e escalões do nosso Movimento não conta. O que conta é o método Lara, cujo instrumento de acção são os responsáveis do DOM / Regional de Luanda, são os responsáveis do DOM / Nacional, do DIP e do DOP, quantos deles de militância duvidosa.

Como vemos, Lénine, nos seus princípios de Organização e ao falar da promoção dos quadros, apresenta todos os partidos verdadeiramente marxistas-leninistas o critério da”selecção natural”. Isto quer dizer que são as massas, as bases organizadas do Partido, são, enfim, os milhões de trabalhadores organizados, política e ideologicamente formados, quem, na base da eleição democrática, devem eleger os seus próprios dirigentes. Isto é assim porque os militantes enquadrados organicamente conhecem melhor os camaradas mais activos e dinâmicos, fiéis a classe operária e a revolução socialista; fiéis ao marxismo-leninismo (e não ao maoísmo e toda a sorte de revisionistas); comprovam esta dedicação e fidelidade na prática revolucionária desse ou daquele quadro do partido, desse ou daquele activista ou militante de base. E, com fundamento nesse critério, as massas assim enquadradas podem e devem, livre e soberanamente, sem manipulações nem fraude eleitoral, eleger os seus dirigentes, com garantia que a escolha elegerá os melhores militantes.

Não se deve, sob pena de minar a democracia interna, transportar os métodos guerrilheiros de escolha dos dirigentes para as condições da construção pacífica do socialismo científico. Durante a guerra, o centralismo é o elemento preponderante no conjunto do centralismo democrático: os dirigentes são predominantemente nomeados.

Nas condições de paz, o partido deve combinar o Centralismo com ampla democracia interna, e o princípio de nomeação de dirigente deve imediatamente cessar para, na vida do partido, se dar lugar ao princípio da eleição. É claro, tudo isto pressupõe um trabalho acertado da Organização e formação sólida dos militantes do ponto de vista político e ideológico, a fim de prevenir qualquer tipo de oportunismo.

Tais são os critérios da revolução proletária. É a "selecção natural". Ora, os camaradas que se revelem pelas suas capacidades, inteligência, prática revolucionária, não podem ser qualificados por outros dirigentes de ambiciosos, de auto-promoção. Nesta relatividade, às vezes, tais acusações escondem a verdadeira ambição e oportunismo de quem acusa. É o conjunto dos militantes que nas suas assembleias devem propor livremente os seus dirigentes. E quando este princípio é violado, instala-se na Organização o nepotismo, o amiguismo, o frentismo, a bajulação e adulação, o que equivale a um estúpido socialismo. Em tais condições aos militantes é negado o direito de livre escolha, e nos organismos dirigentes e centrais do Partido aparecem "dirigentes" injectados à força e contra o querer mais profundo da classe operária e seus aliados. A isto eu chamo o método de asfixia da democracia.

Ora, eu sou o que tenho consciência de mim próprio, sou aquilo que o Povo angolano conhece, com as minhas qualidades e defeitos, com as minhas virtudes e erros. Mas, jamais serei a caricatura que os reaccionários e toda a camarilha pró-imperialista tece sobre mim, com todo o torvelinho embusteiro das mais torpes difamações, dos mais execráveis boatos e das calúnias mais infames.

Por isso, exijo que o Povo, os militantes, a partir do centralismo democrático sejam ouvidos e se pronunciem, porque, tenho a plena consciência que sou vítima do capricho, do subjectivismo, da reaccionarice dos oportunistas, dos ambiciosos que se sentem mais ou menos negados objectivamente pela velocidade vertiginosa do nosso processo revolucionário. Eis uma verdade que vai espalhada em cada folha do conjunto desta peça de defesa. E não venham dizer que não sou modesto. Se não me sentisse revolucionário a consciência impedir-me-ia de fazer esta afirmação. Falar um pouco de verdade sem presunção, sobre nós mesmos. Sobretudo quando se trata de defender a nossa integridade e dignidade revolucionárias ultrajadas pelos oportunistas, não é imodéstia, é antes de mais uma exigência da moral revolucionária.

Quando o centralismo democrático é assim violenta e agressivamente violado origina o caos, a indisciplina, o oportunismo, a anarquia, etc. Isto é uma inevitável relação de causa e efeito. Isto fracciona objectivamente o MPLA.

Afinal, quem é o fraccionismo?

Uma fracção pressupõe uma organização própria, uma disciplina própria, uma plataforma política, uma linha ideológica, centro de decisão, papeis, imprensa, reuniões, etc. Há quem possa demonstrar que eu procedo de acordo com os princípios de fracção acima referidos ? Tenham vergonha ; Mil vezes tenham vergonha!

Para fundamentar a acusação, o camarada Saydi Mingas, usando da palavra no 3º Plenário do Comité Central disse que, entre as origens de um (pretens) segundo MPLA, estava o meu livro sobre a DIALÉCTICA E A GUERRILHA, onde combato, segundo o ousado crítico – acusador o Centralismo democrático, o que” gera a confusão ideológica” no seio da massa militante, disse.

Se ele dedicasse parte do seu tempo a estudar a teoria da Organização em profundidade ou mesmo se compreendesse o que diz ter lido, não produziria, como argumento de peso, uma afirmação tão altamente pedante, uma acusação tão lacunarmente proferida.

Eis, o que afirmo integralmente na página 47 do citado livro:”os centralistas democráticos devem ser vigorosamente combatidos também neste domínio.”

Como se vê, camaradas do Comité Central, não há na letra e no espírito desta frase, o combate ao Centralismo democrático, a grande descoberta da inteligência do camarada Mingas.

Pelo contrário, ao falar de” centralistas democráticos”, condeno exactamente o oportunismo dos que exageram a direcção colectiva e negam a necessidade da direcção unipessoal, o que constitui, em minha opinião, um desvio de esquerda. No caso concreto é a luta contra a concepção anarquista que apenas aceita o Estado-maior como absolutamente colegial, e nega a necessidade do Comandante – Chefe desse Estado-Maior.

Lénine encontram-lo a combater energicamente o oportunismo dos Centralistas democráticos, como desvio anarco – sindicalista . Cito o ponto 6, do Projecto inicial de Resolução do IX Congresso do PC da Rússia sobre unidade do Partido:

“6. Pelas razões apontadas, o Congresso declara dissolvias e ordena a dissolução, imediatamente de todos os grupos, sem excepção que se tenham formado na base de outra plataforma (a saber:”oposição operária”,”centralismo democrático”, etc.) o não cumprimento desta decisão do Congresso acarretará a imediata e incondicional expulsão do partido.”(23) V.I.LÈNINE. Obras Escogidas. Tomo 3, pág 595, Edições Moscovo)

Como vêm camaradas do Comité Central, é o próprio Lénine que combate o oportunismo dos” centralistas democráticos”. O argumento do camarada Ministro dês Finanças” não colhe”! Quem se diz marxista-leninista e ataca essa posição fica reduzido à posição de quem tem tanta vontade de se associar à queima do Nito que acaba por perder as estribeiras.

E quando se começa a falar dos meus livros, talvez compreenda algumas razões de tanto ódio, furor e raiva que os meus adversários nem sabem disfarçar. Com efeito, no Huambo, a DISA sentiu-se na necessidade de mandar para os seus sinistros gabinetes três camaradas que tinham declamado dois poemas do meu livro: Arlete Timóteo (São), Ana Maria Vaz da Conceição e Maria Dulce das Dores Kaposso , por terem declamado, em público, poemas da minha autoria, viram-se forçadas a apresentarem-se nos gabinetes sombrios da DISA para interrogatório.. Outros agentes do sector oportunista e contra-revolucionário da DISA fizeram o mesmo na Huíla , onde outros jovens foram chamados à pedra por terem declamado poemas de Nito Alves por ocasião do 11 de Novembro. O que é isto? Quem ordena tudo isto? Isto andarà longe do fascismo no domínio cultural?

Srs. da DISA, é tempo de saberdes que qualquer militante é livre de escrever com a condição de seus escritos não serem contra-revolucionários. E a capacidade do militante não pode ser ameaçada por ninguém. Em Cuba, para além do grande Fidel outros revolucionários escreveram e escrevem: na União Soviética para além de Lénine outros revolucionários escreveram e escrevem (e Lénine até elogiava e encorajava os seus

camaradas que se dedicassem ao trabalho intelectual criador); no Viet Nam, para além de Ho Chi Minh escreveu Giap e tantos outros.

Vejamos como Lénine tratava esta questão de escrever em relação à liberdade de discussão e unidade de acção, em relação à democracia interna.

“Cada um é livre de escrever e de dizer tudo o que pensa sem a mínima limitação – escrevia Lénine. Mas toda a associação livre (inclusive o partido) é livre de expulsar de suas fileiras todo aquele que, aproveitando-se do nome do partido, propaga pontos de vista anti-partidários. O partido é uma associação voluntária que inevitavelmente se desagregaria, primeiro ideológica e depois materialmente, se não se depurasse dos seus membros que pregam pontos de vista anti-partidários”.

Ora, que crime contra - revolucionário há nas minhas obras, que crime”anti -MPLA”há nas minhas obras, para que a DISA ordenasse a um batalhão do sector reacçãoário dos seus agentes provocadores, medidas que vão ao ponto de intimidação moral, cultural e psicológica a todos quanto lêem os meus escritos? Se há esse crime, quem mo demonstra cientificamente à luz da Revolução Cultural e da luta de classes na literatura revolucionária? Hoje, por mais paradoxal e incrível que pareça, o meu livro de poemas – para só referir este – não pode ser lido livremente, há uma sombra sinistra de fascismo intelectual que o congela e mortifica! Com que mortificação! Com que moral revolucionária se permite tudo isto? Qual é o grau de participação real e efectiva desses agentes do crime no processo das duas guerras de libertação nacional? Onde é que estavam durante, principalmente a Primeira Guerra de Libertação Nacional? Qual é a sua biografia militante?

Senhores da DISA; é tempo de aprenderdes de duma vez por todas que, nos países socialistas, no comunismo, todo o militante é livre de escrever, salvo os anti –marxistas - leninistas porque estes é que pregam os pontos de vista anti-partidários. E na nossa praça há muitos anti-marxistas-leninistas – para que baste lerdes discursos de certos dirigentes do MPLA que aparecem no jornal dito de Angola.

Assim. Para só citar um exemplo, em Cuba, o Povo revolucionário daquela República Socialista dedica um carinho muito especial ao líder da revolução cubana, o Camarada



Fidel de Castro. Contudo, isto nunca impediu aos cubanos de admirarem outros tantos revolucionários como o Comandante Raul Castro, Almeida, Camilo Cienfuegos e mais outros. Todos estes vivem igualmente no coração do Povo cubano, e as amplas massas dedicam-lhe o seu carinho, afecto revolucionário, sem que isto diminua o valor e prestígio singulares próprios do Fidel de Castro e este não se sente incomodado por isto, antes pelo contrário. Por este considerando e princípios revolucionários, a Segurança Cubana não prende quem lê as obras de um Che , dum Raul, Camilo, dum Almeida, dum Carlos Rafael Rodrigues, dum António Macedo, e assim por diante.

São as massas que fazem a história. Em Angola são as amplas massas populares que fazem a história e isto não diminui o prestígio e o lugar histórico do dirigente, que possui o saber científico, a necessária experiência e capacidade de direcção. Em consequência são as próprias massas que também devem, em última instância , dizer se as minhas obras devem ou não ser lidas e não uma decisão feita em reuniões sigilosas de cúpula. Eu acredito firmemente no nosso Povo, na sua capacidade revolucionária, e é para ele , e para a revolução que procurei dar o meu contributo dentro da perspectiva de uma cultura popular, revolucionária e militante. Assim sendo, o nosso Povo, a classe operária, o campesinato, os sectores patrióticos e revolucionários da nossa intelectualidade, a juventude angolana, a eles cabe uma palavra, uma palavra soberana e revolucionária a dizer sobre o que escrevi num e noutro livro.

Em Angola, com que direito, moral e em nome de quem se pretende estatuir o monopólio da publicação de obras revolucionárias? O MPLA tem que habituar-se a viver da riqueza multilateral da inteligência e capacidade criadora amplamente existente no seio da massa militante.

Esta santa caçada aos meus livros e a todos quanto os lêem indigna profundamente e, declaro, isto constitui uma violência das mais ferozes e brutais.

A lista das acusações é enorme. Não posso esgota-la aqui. Entretanto nos últimos dias, a campanha é sobre demagogia. Tenho a impressão que estes senhores nem sabem o que é a demagogia.

Lénine dizia que há” demagogia” e demagogia.

“Mas precisamente porque escolheis essa odiosa expressão de”estímulo do exterior” que, inevitavelmente, inspira ao operário (pelo menos tão pouco desenvolvimento como nós a desconfiança perante todos os que lhe trazem do exterior conhecimentos políticos e experiências revolucionárias e que desperta nele o desejo instintivo de os repudiar a todos, agis como demagogo são os piores inimigos da classe operária.”

Lénine continua:

“É isto mesmo! E não vos apresseis a gritar contra os meus” processos” polémicos” aos quais falta espírito de camaradagem”! Não tenho dúvidas quanto à pureza das vossas intenções; já disse que a ingenuidade política é suficiente para fazer de uma pessoa um demagogo. Já demonstrei que haveis descido até à demagogia , e nunca me cansarei de repetir que os demagogos são os piores inimigos da classe operária, São os piores porque excitam os piores instintos da multidão, e porque é impossível, aos operários atrasados, reconhecer estes inimigos, que apresentam, às vezes sinceramente, na qualidade de amigos. São os piores porque, neste período, de dispersão de vacilação, em que a fisionomia do nosso movimento ainda se está a formar, nada há de mais fácil do que arrasar demagogicamente a multidão que só as provocações mais amargas poderá convencer do seu erro.”(24) V.I.LENINE. Obras Escolhidas, Que Fazer? Tomo I, pàg. 219-220. Edições de Moscovo.)

A ingenuidade conduz à demagogia, inevitavelmente, disse Lénine como se vê claramente acima. E para ele, os demagogos são os principais inimigos da classe operária. Em Angola os demagogos acusam-me de demagogia! É o inverso da lógica e teoria revolucionária.

É muito fácil hoje que as forças da direita lancem contra mim as imagens da Revolta Activa e da Revolta do Leste. Eis a mais estúpida e reaccionária demagogia. Incapazes no campo teórico, as forças de direita, com o concurso dos novos mencheviques angolanos, nada lhes falta para apresentarem ao Povo angolano o perigo de pretensos novos divisionistas. É o cúmulo da incapacidade total. Julgam que as amplas massas aceitarão passivamente tais calúnias!

Mas devo assegurar-vos que estão redondamente enganados. Não arrastarão senão os sectores oportunistas da pequena-burguesia. Estão redondamente enganados porque a classe operária. Os camponeses, sectores revolucionários da pequena -burguesia e a intelectualidade revolucionária do nosso País não se deixarão enganar por” cantos de sereia”. Os acontecimentos actuais já não podem ser deturpados, porque estamos todos nós mais do que nunca aptos e vivos. E é possível reconstituir com base no materialismo dialéctico e histórico, a verdadeira História do MPLA durante a Primeira Guerra de Libertação Nacional.

Como é que sou hoje comparado à Revolta Activa? Acaso os dirigentes do MPLA já se esqueceram quem são os camaradas que combateram energicamente a Revolta Activa, denunciando, em peça conhecida, o oportunismo dessa Revolta Activa? Quem foram os camaradas mais activos nesta trincheira? Tenham paciência e vergonha. Acaso ninguém se recorda de quem hesitou? E de quem deixou andar? Tenham mil vezes vergonha.

Da comparação com a Revolta do Leste, por vir de quem vem, por questão de princípio e por ser um evidente e revoltante insulto recuso-me categoricamente a falar!

Os gritos histéricos dos reformistas denunciam o seu real desespero, reflectem bem o medo que os mesmos têm em virtude do permanente aumento da consciência de classe do operariado angolano, o que explica toda a sistemática sabotagem ao trabalho de politização da classe operária.

Demagogos, dos mais descarados, sois vós – quem acusa um forte deficit de formação político - ideológica. Por isso sois o principal inimigo interno da classe operária. A máscara caiu-vos da cara e não vos será tão fácil vesti-la de novo e causar a mesma impressão, que causastes até hoje.

Como se tudo isto não chegasse, inventam oposição frontal ao camarada Presidente Neto. Esta é uma velha tática que consiste em usar fraudulentamente o nome do camarada Neto, transformando-o objectivamente sem o seu consentimento, numa estranha sentinela e num forte defensor do castelo onde estão concentradas as tropas de direita. Confesso que este é um dos maiores crimes , a trama mais reaccionária , na história moderna do MPLA . Este jogo revela bem o lance do bom mestre de xadrez

político que é o Secretário Administrativo do Bureau Político, que tem consciência plena de que o seu jogo é dos mais baixos e grosseiramente oportunistas.

Não se denuncia, publicamente um Ministério que alberga funcionários, nomes suspeitos, com base em elementos juridicamente importantes, ligados ao alto negócio de transferência de diamantes. Tudo acontece como diziam os velhos latinos; a censura poupa os corvos e persegue as pombas. Todas as acusações e calúnias, afinal, servem para justificar o oportunismo reformista, a sua insuficiência e incapacidade teóricas, a sua impotência para trabalho científico.

Com efeito, é frequente ouvir-se dizer que as causas determinantes do mau funcionamento da Organização como um todo são falta de quadros capazes de dinamizar as estruturas e a falta de consciência de classe do proletariado angolano.

São novos, no movimento revolucionário, estes queixumes? Claro que não!

No seu tempo, e perante situação, no essencial análoga nossa, Lénine escreveu, criticando a ala oportunista em matéria de organização:

“Não, a sociedade proporciona um número extremamente elevado de pessoas aptas para a”causa”, porém nós não sabemos utilizá-las a todas, neste sentido, o estado crítico, o estado de transição do nosso movimento pode formular-se do seguinte modo: não há homens e há uma infinidade de homens.” (25) V.I.LENINE. Obras Escogidas, Tomo I, pàg. 224, Edições de Moscovo.)

Não é o estado actual do MPLA? Então porque nos acusais quando os verdadeiros réus são os nossos acusadores?

“...Em qualquer Partido, a ala oportunista defende a justifica sempre todo o atraso em matéria de programa, de táctica e de organização” diz Lénine (26) V.I.LENINE. Sobre os Princípios de Organização do Partido do Proletariado, pàg. 123, Editorial Estampa.) Tomei a liberdade de sublinhar.

Os oportunistas no MPLA, como o demonstrei, segue as velhas lições dos velhos mencheviques em matéria de organização.

## **8 - A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DA TEORIA**

Em qualquer movimento revolucionário, as forças conservadoras, quando dominam determinadas posições importantes na vida política do País, tudo fazem para menosprezar a importância da teoria. Apresentam o estudo da teoria como actividade própria dos "esquerdistas", como se fossem monopólios dos "esquerdistas" e não dever dos revolucionários.

E quando se vêm visivelmente ultrapassados pela dinâmica vertiginosa do processo revolucionário, passam a caluniar os camaradas que se dedicam ao estudo teórico como "elementos que digeriram mal" as teses de Marx, Engels e Lénine, "camaradas que não sabem que o marxismo-leninismo é um guia e não um dogma", etc. Eu só digo a esses camaradas: só deve falar da má digestão dos outros quem já o digeriu e bem. E onde está e como se manifesta a vossa boa digestão do Marxismo-Leninismo? Será que ao menos, já se sentaram à mesa?

Porquê este comportamento por parte de alguns dos dirigentes mais destacados até do MPLA?

Ao que nos parece a frase de Lénine "sem teorias revolucionária não há movimento revolucionário" é aplicável, e um guia para a acção também no nosso país.

A ausência do trabalho teórico criador e profundo, é uma das causas principais capazes de explicarem o empirismo, o mecanismo, o praticismo e todo um conjunto de taras em presença. A prática que se realiza sem uma teoria revolucionária criadora mente aplicada, está longe de se chamar, com rigor, de prática revolucionária. O abuso da terminologia marxista-leninista, a sua deturpação pelo simplismo maoísta, tudo isto decorre necessariamente do abandono da teoria.

Alguns dos nossos dirigentes se esquecem que o método dialéctico é inseparável da teoria marxista-leninista. É completamente impossível dominar a teoria revolucionária sem o domínio do método, isto é, da dialéctica materialista marxista. Mas o estudo, o domínio do método dialéctico revela-se muito mais difícil do que a aprendizagem de

certas teses da economia política, do movimento de libertação nacional, da transição para o socialismo, etc. Talvez seja por esta razão que a maioria de militantes dão maior atenção a essas teses do que ao método, ou seja, do que ao estudo da filosofia marxista.

Um dos grandes teóricos marxistas dos nossos dias Rodney Arismendi , Primeiro Secretário do Comité Central do Partido Comunista do Uruguai, diz – nos que” entre o materialismo dialéctico e histórico e a teoria do partido existe uma relação natural, uma conexão profunda ; para usar o léxico de Hegel, são”momentos” distintos da concepção do mundo do marxismo – leninismo.

E isto ocorre deste modo, exactamente pelo facto de que a própria teoria marxista - leninista do partido foi elaborada à base do método dialéctico. Sem este, não há verdadeiramente nenhuma teoria revolucionária que mereça tal nome.

Filosofia, economia política e revolução são três componentes inseparáveis do marxismo-leninismo. Inútil será todo o esforço dirigido no sentido da negação desta verdade objectiva e absoluta.

Se os dirigentes do MPLA em todos os escalões aplicassem o método dialéctico para a compreensão do fenómeno revolucionário no nosso país e no nosso Movimento, cedo constatariam que a Circular nº 1, apesar do seu carácter inovador, é um documento anti-estatutos do MPLA , é a negação dos nossos Estatutos. Esta circular para além de negar objectivamente os Estatutos, é ainda o documento que no plano”legal”opera e legitima o esquerdismo e o divisionismo em matéria de organização, o verdadeiro desvio de esquerda: com efeito os Comités de Partido não se formam à base de sectores operário, função pública, ensino, porque isto conduz necessariamente a exacerbação das contradições de classe no seio do próprio movimento de libertação nacional. Vejamos o que Lénine diz a este respeito:

“...(O Comité) deve ser integrado por operários e intelectuais conjuntamente, visto que separar uns e outros em dois Comités seria pernicioso. Isto é absoluta e inquestionavelmente exacto.” Isto frisamos nós, é um princípio absoluto. (ver anexo sobre o Estudo Comparado dos Estatutos e da Circular nº1).

Com o método revolucionário, saberiam descobrir as causas objectivas do surgimento do esquerdismo e do direitismo ; saberiam distinguir o esquerdismo de tipo clássico do maoísmo militante; saberiam ver o carácter absoluto e relativo das teses e princípios marxistas-leninistas; teriam uma visão mais profunda do que é isto de prática revolucionária.

É tempo de se abandonar o método oportunista de justificar a indolência, o manilovismo , a incapacidade, com acusações de etiqueta aos outros. Alguns camaradas devem ter a honra e humildade suficientes neste domínio para reconhecerem as suas limitações, incapacidades e insuficiências neste domínio e admitirem que tudo isto constitui causa dialéctica que impede a marcha da revolução.

Estes camaradas é que são os verdadeiros ambiciosos, os demagogos. Porque, tendo consciência da sua preguiça mental, impedem a marcha da revolução. Não gostam de se instruir e projectam sobre os outros os seus defeitos. Estes dirigentes fazem muito mal à nossa revolução. Nada conhecem de profundo e estável e nem querem aprender, mas querem dirigir, coactivamente. E para realçar os prejuízos que como estes causam à revolução citaremos M.M.Rosental e G.M.Straks, falando das causas objectivas e subjectivas dos fenómenos sociais, no seu livro O Fenómeno e a Essência:

“As causas subjectivas compreendem a actividade política, a estratégia e a tática das classes e dos partidos assim como a actividade de algumas personalidades, que podem acelerar ou entravar o aparecimento de determinados fenómenos sociais e orientar o desenvolvimento social pelo caminho mais curto ou leva-lo por outro mais difícil e penoso.”

E continua

“O marxismo-leninismo ensina-nos que se os homens, as classes ou os partidos actuam de acordo com as relações causais objectivas dos fenómenos sociais, os processos objectivos do desenvolvimento histórico aceleram-se. A actividade do Partido Comunista da União Soviética constitui um brilhante exemplo de actividade que contribui para acelerar o desenvolvimento progressista da humanidade.

Pelo contrário, se os homens, as classes ou os partidos actuam contra as causas objectivas dos fenómenos, os processos de desenvolvimento progressivo social ver-se-ão entravados.”(27) Obra citada, pág. 106 Fim de citação.

“Ao falar da importância da dialéctica, um extracto da Declaração da Conferência de representantes dos Partidos Comunistas Operários dos países socialistas realizada em Moscovo de 10 a 16 de Novembro de 1957, dizia:

“Se um partido político marxista não examina os problemas partindo da dialéctica e do materialismo, tal conduzirá forçosamente a critérios unilaterais e ao subjectivismo, à petrificação das ideias ao afastamento relativamente à prática e à incapacidade para realizar a análise adequada das coisas e dos fenómenos aos erros revisionistas ou dogmáticos e aos juízos errados em política”.

É preciso escrever mais? Por acaso há disto no MPLA? Não são assim alguns dos seus dirigentes? Tenham paciência. Em vez de ataques pessoais e calúnias o que precisam é de estudo – admitam-no com humildade – e só assim estarão em condições para penetrar a essência das nossas divergências.

E para que não continuem a atirar sobre mim o vosso oportunismo, a vossa inércia, o vosso imobilismo, porque, como vem, o oportunismo e demagogia tem também a sua origem na insuficiência teórica, direi, ao Secretário Administrativo do Bureau Político bem como aos seus apaniguados no Comité Central como Lénine escreveu em QUE FAZER ?:

“Um revolucionário amolecido, vacilante nos problemas teóricos, limitado no seu horizonte, que justifica a sua inércia com a espontaneidade do movimento de massas, mais parecido com um secretário de *trade - união* do que um tribuno popular, sem um plano audacioso e de grande envergadura que imponha o respeito até aos seus adversários, inexperiente e inábil na sua arte profissional, não é, desculpem, um revolucionário, mas um pobre artesão .”fim de citação.

Em 1975, no fim de uma palestra que então presidi na Biblioteca N’Zinga Mbandi , o Secretário Administrativo do Bureau Político surpreendeu fantasticamente o auditório. O tema era a Análise das Classes Sociais em Angola. Insurgindo-se contra a essência do tema, dissera que a”análise não passava de uma forma estereotipada,”importada”, e que



nada reflectia da realidade angolana, onde a questão de classe não está nada definida: Como é possível que um dirigente ao mais alto nível do MPLA pode pronunciar-se naqueles termos, perguntaram-se todos os participantes.

O ponto de vista do camarada denunciava já naquela altura, a concepção do “socialismo nacional” do actual Secretário Administrativo do Bureau Político. Oíçamos o que nos diz R.Oulianovski, no seu livro, *Le Socialisme et les Pays Libérés*:

“à base de certos”socialismos” de tipo nacional encontra-se a ideia da impossibilidade de análise científica de classe, para o estudo, por exemplo, das vias de desenvolvimento de certos países de África.”

A aceitar o ponto de vista do Secretário Administrativo do Bureau Político ficaríamos incapacitados de analisar a contradição fundamental dentro da opção socialista. Afinal, o teoricista é o próprio Secretário.

Mas Lénine diz que:

“Não se pode chamar marxista-leninista aquele que despreze os princípios gerais do marxismo-leninismo e, sob pretexto de especificidade das condições, procure substituí-los, fazendo passar esta substituição por desenvolvimento da teoria.”

“A obrigação mais importante do partido revolucionário é a defesa e o desenvolvimento da teoria revolucionária – o marxismo-leninismo – e a luta contra a ideologia hostil, bem como contra quaisquer deturpações da teoria marxista - leninista. O partido é responsável pelo desenvolvimento da teoria a um nível tal que seja verdadeiramente avançada. A teoria deve adiantar-se à prática. Todo o atraso da teoria pode prejudicar irreparavelmente a causa do partido, a classe operária e as massas laboriosas. O atraso da teoria faz com que o partido marque passo, privando o movimento operário de força e de perspectivas de desenvolvimento”. Eis o que nos ensina Victor Filatov na sua brochura”Como se Formou o Partido Comunista da União Soviética”.

Porque adopta uma posição contrária , há muito o marxismo – leninismo desconfia de si, camarada Secretário Administrativo do Bureau Político.

## **9 - A PROPÓSITO DA OPÇÃO SOCIALISTA**

Sem um conhecimento mais ou menos profundo da teoria marxista-leninista pouco ou nada atentaremos sobre a opção socialista.

“(…) O socialismo, desde que se tornou uma ciência, deve ser tratado, ou seja, estudado como uma ciência”. Escrevia Engels.

Opção socialista, significa, pois orientação para o socialismo, uma etapa superior do desenvolvimento não capitalista da sociedade.

Para uma melhor compreensão da teoria e prática da democracia revolucionária chamo a paciência e devida atenção dos membros do Comité Central e dos militantes e quadros do nosso Movimento para um longo extracto sobre o assunto, extracto este que se adapta objectivamente ao momento político - revolucionário que vivemos.

A Revista Internacional, nº11, de 1975, diz:

“Não deixa no entanto de observar-se sempre nas opiniões e na prática da democracia revolucionária no poder uma ausência de espírito consequente e lacunas. Dois factores, de carácter objectivo e subjectivo, dessas limitações foram objecto de atenção do colóquio.

“Os democratas revolucionários, disse A. Dansoko , não podem lançar-se na vida das transformações das relações de produção mais longe do que lhes permite a sua base de massas pequeno - burguesas. Põe-se-lhes a tarefa de atrair essa massa para o socialismo sem perderem o poder. Assim, não podem opor-se decididamente ao desenvolvimento espontâneo da propriedade privada, mas não podem também deixar avançar esse desenvolvimento sem o perigo de serem submersos, de verem surgir focos paralelos de actividade política, uma oposição. Refiramos, por outro lado, que, pela mesma razão, receiam muitas vezes aliar-se aos comunistas, cujo programa compreendem por vezes incorrectamente, temendo perder a ligação com a base de massas pequeno – burguesa.

“O medo das massas, das actividades das massas, das organizações de massas, próprio da pequena-burguesia, é outro factor que limita o processo revolucionário iniciado sob a

direcção da democracia revolucionária. É aí que se deve procurar a origem da desconfiança doentia em relação à organização dos trabalhadores, baseada em princípios de classe, mesmo que esses princípios sejam puramente económicos. O resultado é que a direcção da sociedade é por vezes assumida não por intermédio de um partido de massas, mas de uma camada burocrática restrita que isola com frequência a direcção do regime das massas. Para essa camada, o socialismo reduz-se e o Estado se torna o principal agente do desenvolvimento económico. As suas opiniões da gestão económica têm de facto um carácter burguês. O seu comportamento em relação à classe operária é neste aspecto significativo. Exigem dela uma disciplina patriótica, perfeitamente justificada nas condições da revolução nacional democrática. Mas essa disciplina é artificialmente oposta à formação e ao fortalecimento da consciência de classe, à necessidade da defesa dos interesses da classe do proletariado.

“O monopólio do poder, a circunspecção de que dá provas a democracia revolucionária no poder em relação aos seus concorrentes eventuais, são muitas vezes um sinal de incapacidade ou de recusa de mobilizar as massas para a realização e a defesa das transformações progressistas, notaram os participantes na discussão. A revolução a partir de”cima” não é completada pela revolução na”base”. É aí que se deve procurar a razão principal da fraqueza de certos regimes democráticos revolucionário, a causa potencial da instabilidade da sua opção social, da possibilidade de recuos da revolução.

“A democracia revolucionária no poder está exposta a perigos tanto de direita como de”esquerda”. Esta tese foi ilustrada por exemplos concretos.

“Por outro lado, a causa da derrota da democracia revolucionária pode ser a subestimação da tensão social no país, da força da nova burguesia, como aconteceu no Gana no período de K’Nrumah.

“Por outro lado, a sobrestimação da diferenciação de classes da sociedade e do estado de preparação das massas para passarem à fase do desenvolvimento socialista é susceptível de provocar exageros de carácter esquerdista e conduzir à derrota. Exemplo: a sorte do regime de Modibo Keita, no Mali, no qual a influência de Pequim desempenhou um papel desprezível. A natureza pequeno - burguesa da democracia revolucionária é muitas vezes propícia à propaganda maoísta. As frases ultra -

revolucionárias dos maoístas, os seus métodos de manipulação das massas, as suas posições nacionalistas, impressionam certas camadas da população dos jovens Estados.

A "revolução cultural" chinesa tem certamente algo a ver com a decisão de Modibo Keita de iniciar a sua "revolução activa", com a qual contava resolver de uma só vez os problemas sócio-económicos mais complicados. Isolando a direcção política da sua base de massas, o seu regime estava condenado.

"O grupo de estudos concluiu que, se era possível, em perspectiva, considerar a orientação socialista como a via principal dos países libertados da Ásia e da África, não deixa de ser um facto que em certos países, ela não é irreversível. Não estão ainda aí excluídos recuos e interrupções no desenvolvimento não capitalista, derrotas, mesmo a degenerescência da democracia revolucionária no poder. As observações de Lénine acerca do papel diferente que desempenharam a situação de classe e os interesses de certos elementos da democracia revolucionária na definição de sua posição, sublinharam os participantes na discussão, permitem compreender melhor a origem das hesitações, da ausência de espírito consequente e dos ziguezagues da linha política desses regimes."

E mais adiante:

"O enriquecimento dos capitalistas, cujo número se multiplica, tem o efeito de os consolidar como classe, de elevar a sua influência política e de reforçar as suas posições no aparelho de Estado. As posições democráticas revolucionárias estão seriamente ameaçadas. Assim, certos aspectos da actividade prática dos regimes democráticos revolucionários entram em contradição com os seus programas."

"É necessário verificar, além disso, que a disparidade das estruturas sociais da democracia revolucionária faz com que cada camada ou grupo que entra na sua composição interprete estes programas em função dos seus próprios interesses. Assim por exemplo; as famosas nacionalizações dos anos 60, no Egipto, foram feitas com as palavras de ordem do desenvolvimento da economia e da satisfação das necessidades das massas populares. Hoje usam-se essas mesmas palavras de ordem para realizar a política das "portas abertas" em relação ao capital árabe e ao capital imperialista e para transmitir à burguesia local (por maior da venda de acções) parte do sector do Estado.

“É nesta base que se agrava a luta de classes. Os partidários da via socialista entram em confronto com os representantes da grande e média burguesia, dos camponeses ricos, com os seus companheiros de ideias no seio dos organismos de Estado e na direcção de economia e que beneficiam do apoio dos agentes imperialistas.

“Assim, os partidos (ou grupos) democráticos revolucionários no poder traduzem duas tendências: progressista, verdadeiramente democrática revolucionária, e conservadora - burocrática. E estas tendências nem sempre reflectem hesitações puramente pequeno - burguesas. Os partidos no poder, sobretudo a sua direcção, tornam-se eles próprios o palco da luta de classes que se desenvolve no país e, num contexto mais vasto, no mundo. A influência do proletariado pode fortalecer-se no seio da tendência progressista e a da burguesia no seio da tendência conservadora.

“N. Ashhab evocou a tese do documento da Conferência dos Partidos Comunistas Árabes em que se afirma: Este reacender da luta de classes é particularmente acelerado no Egipto pela passagem para posições capitalistas de certas camadas da pequena-burguesia urbana e rural que manifestam tendências conservadoras , por vezes mesmo reaccionárias. Empenham-se em travar o desenvolvimento do processo social em desenvolver o sector capitalista, em empurrar a sociedade para a via de desenvolvimento capitalista, em enfraquecer o sector público e em utiliza-lo no interesse desta orientação, em consolidar as posições dos elementos e das camadas reaccionárias, em recuperar total ou parcialmente o que perderam na sequência das transformações económicas e sociais, em encorajar a actividade do capital estrangeiro e em desferir golpes nas reformas progressistas já realizadas.”

“Daí advém, constatarem os participantes no grupo de estudo, que é necessário considerar a consolidação das forças de direita no Egipto como uma realidade de classe deste país. No entanto, ser – lhes - há difícil senão impossível, aniquilar as conquistas da democracia revolucionária, pois existem forças sociais que estão dispostas em defendê-las intransigentemente. As conquistas da democracia revolucionária no Egipto são pertença do seu povo trabalhador.

“N. Ashhab exprimiu a opinião de que a ideia enunciada por M’Salibi a respeito das duas correntes no regime democrático revolucionário, das quais uma serve os interesse das massas trabalhadoras e a outra dos exploradores se referem mais à pequena - burguesia do que à democracia revolucionária, sendo o traço característico desta o anti - capitalismo e a orientação socialista. Se se afasta desta linha, deixa de ser democracia revolucionária.

“Os participantes na discussão concordam que , neste ponto era necessário partir da natureza da democracia revolucionária como conglomerado complexo de forças que tem um carácter transitório ligado a uma etapa determinada do desenvolvimento de revolução de libertação nacional. O conteúdo da posição democrática revolucionária muda à medida que se realizam as tarefas próprias dessa etapa. Assim, pode acontecer que a estrutura política do regime englobe ainda forças cujas posições já não são democráticas revolucionárias em relação às novas tarefas.

“Contudo, a posição democrática revolucionária é apoiada pela base de massas, pela combatividade do seu partido. É a razão pela qual mesmo a direcção conservadora tem dificuldade em liquidar as conquistas progressistas e em fazer recuar o desenvolvimento do país. Se no entanto o faz é porque passou para as posições da burguesia.. Como notaram os oradores, os aspectos positivos, no conjunto, da prática dos actuais regimes democráticos revolucionários da Ásia e da África tem em toda a parte mais peso do que os aspectos negativos acima referidos.

Na sua atitude em relação aos regimes democráticos revolucionários, salientaram os participantes no grupo de estudo, os partidos comunistas partem de critérios objectivos e a longo prazo. Os comunistas consideram que se não devem sobrestimar as possibilidades desses regimes em período de ascensão, da mesma forma que não há razão para cair no pessimismo quando estão em dificuldades. É certo que a posição que adopta a democracia revolucionária no poder não é indiferente para a classe operária e o seu partido. Estes guiam-se pelas indicações de Lénine, que escrevia a propósito das inevitáveis hesitações dos democratas pequeno - burgueses :”A justa táctica dos comunistas deve consistir em utilizar essas hesitações, e não as ignorar; ora, utiliza-las é fazer concessões aos elementos que se voltam para o proletariado, e só as fazer no momento e na medida em que eles se orientam para este último, lutando ao mesmo

tempo contra os que voltam para a burguesia.” (0)- V.I.LENINE. Oeuvres, Paris-Moscou, T.31, pàg.71)

“Fazendo o ponto da discussão, os participantes no grupo de estudo sublinharam uma vez mais a importância decisiva da linha estratégica dos partidos comunistas de aliança estrita e a longo prazo com a democracia revolucionária, de apoio activo aos regimes cuja direcção ela assume. As hesitações políticas e a inconsequência ideológica que provém da natureza essencialmente pequeno - burguesa desta força social e política não podem apagar as suas realizações práticas no interesse dos trabalhadores. Os comunistas estão convencidos de que a actividade da democracia revolucionária no poder corresponde às condições e às necessidades objectivas da etapa actual da revolução de libertação nacional.

“A vida demonstrou que os democratas revolucionários podem assegurar a passagem dos países libertados para a orientação socialista. A questão que se põe é a de saber se a democracia revolucionária é capaz de, transformando-se, desenvolvendo-se do ponto de vista ideológico e político, conduzir até ao fim a etapa democrática e contribuir para a criação de condições que permitam elevar o processo revolucionário a um grau superior, assegurar a vitória das tendências anti-capitalistas.

“As possibilidades desta evolução da democracia revolucionária, da realização do seu potencial anti capitalista, dependem do estreitamento dos seus laços com as massas, da recusa ao anti-comunismo , duma aproximação política e ideológica cada vez mais estrita com a classe operária até à passagem para as suas posições, as do marxismo-leninismo, do reforço da sua aliança com o movimento comunista internacional e do aprofundamento da cooperação com os países socialistas.

“A realização destas possibilidades será a materialização prática –no solo asiático e africano – das ideias leninistas de transformação de revolução democrática em revolução socialista.” Fim dos extractos da citada Revista Internacional.

Cada um de nós compare este estudo à nossa real situação concreta de momento.

L. Angstrom no seu livro”A Consolidação da Vitória, Lei da revolução” diz:

“Em cada revolução existe portanto um limite para além do qual o desejo de classe vencedora deve evitar vítimas e destruições inúteis se pode transformar em complacência directa para com as forças de restauração.” O sublinhado é meu.

O que dados a observar iniludivelmente em Angola, em termos de realidade concreta, na actualidade?

O sector conservador e oportunista da pequena-burguesia burocrática influente do país, os abrilistas de todos os quilates, mercê do seu conhecimento da máquina administrativa e burocrática do aparelho de Estado e de empresas industriais e comerciais privadas, assenhoreou-se de facto, de grande parte do poder do Estado de República Popular de Angola. O último discurso do camarada Neto no Huambo não deixa margem para dúvidas.

Ligada já à média burguesia industrial, comercial e rural, a pequena-burguesia vê, desse modo, com esperança, a possibilidade, embora problemática, de vir, a médio prazo e longo prazos, a fundir-se com a média burguesia, sendo, segundo a actual tendência do desenvolvimento do progresso, a burguesia compradora e comercial a grande meta a atingir, a média e longo prazos.

O MPLA, que em função da Primeira Guerra de Libertação Nacional não conseguiu formar quadros políticos e profissionais de raiz socialista em quantidade e qualidade necessários e à altura das necessidades essenciais em matéria de planificação económica e gestão científica da sociedade em ordem à reconstrução nacional, no quadro duma economia socialista, vê-se obrigado, para pôr a máquina a funcionar, a, objectivamente socorrer-se do concurso mesmo deste sector oportunista e conservador da pequena-burguesia: Tudo isto agravado pela ausência do funcionamento do Comité Central e do Bureau Político.

Mas o poder real pertence também, em certo sentido, a quem executa os projectos de leis, diplomas regulamentares, etc. E este poder não está de facto nas mãos do Comité Central, está na posse efectiva da pequena-burguesia e de intelectuais abrilistas, refiro-me aos oportunistas da camada da nossa intelectualidade. Esta poder de estado, em



grande parte, está nas mãos de intelectuais de formação ideológica maoísta que dominam ministérios chaves da economia e da educação e ensino nacionais.

O Comité Central, quando se reúne, e com o Governo acontece o mesmo, limita-se a aprovar com as naturais deficiências, projectos de leis e outros, os quais, em vias de regra, são aprovados e que sempre são de sua iniciativa e nem sempre estão em conformidade com o programa Maior do MPLA.

A negligência mental de uns faz com que muitos membros do Comité Central e do Bureau Político não estudem os problemas centrais que se põem ao País e à revolução.

A par disso, o Secretário Administrativo do Bureau Político e as estruturas de apoio em matéria de organização não permitem uma concreta formação político - ideológica da classe operária, nem permite o aperfeiçoamento da organização dos primeiros núcleos sérios de organização partidária no seio do proletariado. A este, o DOM / Regional e o DOM / Nacional, apenas sabem pedir mais produção e disciplina, mais vigilância, participação em comícios e em dias comemorativos do MPLA ou da RPA, o que está certo, mas em contrapartida, a classe operária, o povo em geral, está totalmente fora na solução dos grandes problemas da revolução. A classe operária angolana ficará assim muito tempo no estádio de classe em si, em máquina produtiva mas não como força política participante, para não dizer em força dirigente. Contudo é apregoado o seu papel dirigente.

Há que haver coragem para dizê-lo: o peso específico da pequena-burguesia, sobretudo a sua ala conservadora e pró-capitalista, não permite a participação real, visível, viva e efectiva do proletariado angolano, que é esmagado sistematicamente. Para dirigi-la, os sectores revisionistas e reformistas do MPLA buscam forjar uma "força dirigente", uma elite intelectual e oportunista oriunda preferencialmente da pequena-burguesia burocrática criada pelo vencido colonialismo. Importa ainda dizer que muitos dos actuais funcionários superiores da máquina estatal da RPA traíram a nossa luta, nunca se identificaram com ela de forma alguma, outros foram cobardes nos momentos mais difíceis e de agonia da Pátria em luta, tiveram medo da PIDE, uns foram mesmo ao mais alto escalão, funcionários dos gabinetes reaccionários de governantes colonialistas que passaram por Angola. Bem entendido, a minha posição nada tem a ver com o

radicalismo pequeno-burguês dos que negam a necessidade objectiva de atrair para a revolução socialista a pequena-burguesia (pequenos produtores da cidade e do campo), bem como valores da intelectualidade burguesa. Mas isto nada tem de comum com o pactuar, por conciliação, com o oportunismo. Na prática vemos claramente como eles pretendem ser a "força dirigente" do processo, num desafio às declarações e teses do 3º Plenário do Comité Central.

Todos eles são hoje grandes revolucionários, dirigentes da classe operária e da revolução angolana, todos eles "marxistas-leninistas", não se riam, camaradas ! Até os ex-PIDES também o são hoje!

Tudo isto é feito ao mesmo tempo que se combate militantes da clandestinidade e da guerrilha e muitos militantes honestos incorporados depois do 25 de Abril, sem fundamento, e cujo único crime é o de, como autodidactas, estudarem e tentarem aplicar criadora mente nas nossas condições concretas, a doutrina marxista-leninista.

Entretanto. Há muito tempo concluí., após análise e estudo que Angola era um país singular e que reunia condições de realizar uma transição para o socialismo científico, em tudo distinto da teoria geral do desenvolvimento não capitalista, porque, para além dum proletariado relativamente numeroso, a grande característica original é o de ter saído vitorioso de duas guerras de libertação.

A Angola que vemos hoje é neste aspecto particular o contrário do que imaginávamos, num sonho cientificamente fundamentado e legitimamente concebido.

Até quando, a classe operária, as amplas massas trabalhadoras do país, começarão a ser formadas político-ideologicamente, em termos marxistas-leninistas? Até quando toda esta imensa força do movimento operário angolano começará a ser organizado em termos de partido leninista? Até quando elas entrarão positivamente na cena revolucionária e no papel dirigente que lhe cabe na sua missão histórica?

## **10 - UM PARTIDO LENINISTA OU UM PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA-MAOÍSTA?**

Ao abordar o problema da criação do Partido da classe operária, orientado pelo marxismo-leninismo tenho presente que sem o mais profundo e reflectido estudo e análise das mais importantes obras de Lénine sobre a matéria , é inquestionavelmente impossível avançar com serenidade na questão. Estas obras são: primeiro” QUE FAZER?”e segundo,”UM PASSO EM FRENTE E DOIS PASSOA À RECTAGUARDA”. A formula ideológica do problema da criação do Partido leninista está contida na primeira obra, enquanto que a segunda trata a teoria da organização, seus princípios, métodos e normas de disciplina interna.

É evidente que não há duas revoluções rigorosamente iguais, a modalidade histórico-concreta não se repete uniformemente nas diferentes épocas, nos distintos países. Daqui decorre o carácter fluido, dinâmico e por isso diversificado em relação ao problema de como surge um Partido leninista.

As condições concretas e específicas da cada revolução nacional não anulam, entretanto, as leis gerais descobertas por Lénine sobre os princípios e métodos do Partido. Pelo contrário, o que muda e varia constantemente são as formas e não o conteúdo universal. Em termos filosóficos diria que o concreto reflecte de modo específico e peculiar as leis gerais. Isto é assim porque o singular não existe sem o geral, constitui aspectos da realidade objectiva, organicamente interligados. Para uma linguagem mais clara: seja qual for a infinitude da variedade das formas de surgimento do Partido leninista , a verdade é que o Centralismo democrático, a direcção colectiva, a unidade de acção e vontade, são leis invioláveis quer na teoria quer na prática revolucionária. Logicamente, Angola, com tudo o que lhe é singular, concreto e específico, não pode, desculpem-me, fugir artificialmente à regra, não pode constituir excepção.

Da tese exposta é possível extrair uma primeira conclusão de carácter geral – um Partido leninista surge, em toda a parte, como síntese necessária da luta ideológica que se trava entre opiniões e concepções diferentes e, às vezes, posições opostas no momento anterior à sua criação.

Se repararmos bem, se procedermos cientificamente ao estudarmos e analisar-mos o MPLA actual como organização; se investigarmos criteriosamente as opiniões contraditórias ora em presença, no que toca à própria interpretação de regiões mais complexas dos nossos próprios estatutos; se compreendermos serenamente que as intervenções públicas de dirigentes do nosso MPLA que se pronunciam sobre a questão do Partido entram em contradição com a fórmula genérica e programática que se pode ler nas Resoluções do 3º Plenário do Comité Central; se não nos queremos iludir, concluiremos, pelo menos, no que é a minha opinião, que há, no fundo, duas concepções em oposição velada, em relação não só às formas de criação como em relação ao próprio conteúdo. Uma leitura crítica da entrevista do Secretário Administrativo do Bureau Político que vem na AFRIQUE-ASIE, número especial (11 de Novembro), diz-nos claramente do ecletismo como conteúdo e do objectivo de um partido leninista no sentido rigoroso do tempo.

Com efeito, um dos indicadores infalíveis que fundamentam a dúvida inquietante dos militantes hoje é o visível e real domínio relativo de certas estruturas funcionais do MPLA por individuais que não são esquerdistas do tipo clássico, mas militantes da "nova esquerda", ultra-revolucionários da nossa época – os maoístas. Expressão factual dessa verdade é o terem militado activamente nos Comités CAC's e similares, e prosseguirem mais ou menos vela demente a defesa na prática das respectivas posições teóricas. Para estes comités, o maoísmo é o leninismo da época dos "dois imperialismos", das duas "super potências". Teses impregnadas dum reaccionarismo atroz. Muitos deles, segundo revelações posteriores, militaram no MRPP (de Portugal) e mesmo em Luanda recebiam jornais desse e de outros grupelhos maoístas em Portugal.

Apesar de todas as denúncias feitas até por camaradas que se haviam infiltrado no meio dos CAC's para melhor identificar fisicamente os seus elementos mais destacados e activos, conhecer os seus objectivos e prática, apesar de todos estes esforços militantes e revolucionários desses camaradas, a verdade é que tais elementos dominam neste momento o sistema ósseo e muscular da Organização – estavam mesmo no DIP. DOP e DOM (como activistas, neste último caso), tendo-lhes sido mesmo confiada a direcção real e a redacção do *Vitória é Certa*, onde destilaram o seu ódio à União Soviética (número e exemplares do V.C. sobre o assunto foram por mim exibidos no 3º Plenário

do Comité Central), o seu ódio aos "agentes de Moscovo", ao anti-sovietismo subtilmente escamoteado. O que é muito mais curioso, estes camaradas não são expulsos daquelas estruturas, mas antes pelo contrário, são patriarcalmente ralhados, e voltam à vontade, a funcionar. Como demonstrei atrás, a social-democracia moderna necessita deles, não pode passar sem o concurso teórico dos maoístas. Porque se entendem numa ampla e decisiva plataforma estratégico-táctica – o anti-sovietismo. Compreende-se agora melhor porque razão o actual Secretário Administrativo do Bureau Político tem e demonstra um empenho e zelo especiais em manter os CAC's e similares ao nível daquelas estruturas. Isto, por seu lado, corresponde também à estratégia dos próprios maoístas, que reconhecem a necessidade da sua "aliança com a social-democracia no seio do MPLA", para isolar os "pró-soviéticos", a quem chamam de revisionistas. Estas são as palavras textuais dos maoístas e a sua acção prática é neste caso, também critério de verdade. E esta prática da santa-aliança encontramos-la sem muitos esforços na vida interna do MPLA como organismo vivo.

Para conseguirem os seus objectivos reaccionários, a nível do jornal e da rádio (Angola Combatente com o pobre e enganado Sousa – locutor) desencadearam uma louca e histórica campanha de calúnias legalizadas: o acento do oportunismo, a quem se deve dar "combate de vida ou de morte", segundo o locutor. É dirigido na verdade ao "agente de Moscovo", que sou eu.

É claro que o Secretário Administrativo do Bureau Político, para assegurar os seus homens, tem de utilizar artimanhas; ora diz que os "CAC's foram um perigo" (como se algum dia tivessem desaparecido definitivamente), ora, diz que "os CAC's são fantasmas", na "actualidade não existem". Mais tirando-lhes o véu de CAC's com que se casaram os mesmos maoístas são apresentados pelo novo noivo e num outro altar como militantes disciplinados, íntegros, respeitadores da linha política do MPLA, etc.

Até quando durará esta hipocrisia, esta grosseira demagogia no seio do MPLA?

Quando é que o Comité Central tomará a sério as suas responsabilidades históricas?

Quando é que serão repostos os métodos democráticos de trabalho e de acção?

Em contrapartida, desde que o membro do Comité Central Lúcio Lara (Administrativo ou Geral?) todo o processo de promoção normal para as estruturas do MPLA é dificultada engenhosamente, a todos quantos não são anti-soviéticos. Não recua nem hesita em ameaçar violentamente (violência por métodos aparentemente persuasivos) militantes que, pela sua formação ideológica não adoptaram as posições anti-soviéticas.

Ora, o maoísmo revelou a sua face reaccionária diante do proletariado mundial. O anti-sovietismo há muito ficou classificado de instrumento da contra-revolução, instrumento da reacção ao serviço do imperialismo, sobejamente conhecido já pelo seu papel de divisão do movimento comunista internacional. O maoísmo desferiu um rude golpe ao movimento revolucionário mundial, ao movimento de libertação nacional. Em Angola só uma atitude cínica desonesta, em suma reaccionária, ou então uma miopia política pode dissimular o carácter reaccionário da política de Pequim; aqui, o maoísmo desmascarou-se até à medula. Historicamente falando, as armas de Pequim e outro material bélico enviado aos fantoches angolanos participaram activamente no massacre real do Povo Angolano, à classe operária e a todos os trabalhadores do nosso País. Creio que o Secretário Administrativo do Bureau Político não desconhece esta acontecimento da nossa História.

Inclino-me a pensar também que a maioria esmagadora do Comité Central do MPLA conhece a atitude do Partido Comunista Chinês em relação ao Chile, ao Sudão, ao Bangladesh, à luta do Povo Sul-Africano, etc. O maoísmo, como heresia em relação ao marxismo-leninismo, como concepção filosófica-política pequeno-burguesa e chauvinista do mundo é hoje assunto arrumado para o pensamento marxista-leninista.

Se isto é assim, ousa perguntar por que razão se mantêm os maoístas militantes e inveterados no sistema cérebro-espinal do MPLA? Se isto é assim, como é que se explica a atitude protectora do Secretário Administrativo do Bureau Político aos maoístas? Qual é o objectivo desta santa-aliança a médio e longo prazos? Quem lucrará com esta aliança? A revolução ou a contra-revolução?

“Quando se trava uma luta prolongada – escreve Lénine no prefácio ao seu livro “Um Passo em Frente Dois Passos à Retaguarda” – obstinada e ardente, chega-se normalmente a um momento em que começam a aparecer os pontos litigiosos, centrais e

essenciais cuja solução determinará o resultado final da luta e ao lado dos quais os episódios menores e significantes da disputa são cada vez mais relegados para segundo plano.”(28) V.I.LENINE. Obras Escogidas. Tomo I, pág. 281, Editorial Progreso, Moscovo.) O sublinhado é proposto por mim.

Tudo acontece como no MPLA de hoje, onde a questão principal que não pode ser iludida: é saber se construiremos um Partido leninista ou uma versão de partido social-democrata aqui e ali ornamentado com cores do maoísmo. As querelas, os embates menores e insignificantes não podem perturbar a solução adequada a esta questão. Da solução correcta desta questão dependerá a sorte da nossa revolução. Com efeito, a criação dum partido marxista-leninista pressupõe sempre e em toda a parte uma luta.

Na teoria, nos textos oficiais do MPLA, nos discursos dos seus dirigentes aceitamos, lemos e ouvimos que o marxismo-leninismo é o nosso guia para a acção.

O que observamos na prática organizativa do MPLA? Os militantes vêm claramente que, do ponto de vista da prática organizativa, há um aproveitamento de direita em relação aos textos oficiais do MPLA, há um nítido avanço da santa-aliança social-democracia e maoísmo.

Como sempre no mundo da revolução socialista, as divergências que separam a ala direita dum lado, e a esquerda doutro lado, manifesta-se imediatamente no que respeita aos problemas de organização, visto que é fácil encontrar relativo “acordo”. Mas como? Com que Partido? Organizado em que moldes? Com que base ideológica? Eis o problema Central da polémica.

Na História do partido Comunista da União Soviética nós encontramos Lénine, em aceso debate com a ala oportunista em matéria de organização, momentos antes da criação do Partido. É a história da luta dos bolcheviques contra os mencheviques e os socialista revolucionários.

Os pontos de vista divergiam quando se punha a questão de saber “por onde começar a fundação dum Partido único da classe operária”. Certos membros da organização pensavam que a criação do Partido começaria pela convocação dum Congresso (O II Congresso do POSDR). Sabemos que Lénine era rigorosa e firmemente contra este

modo de ver a questão, tendo em vista o passado e o presente do movimento operário. Lénine acentuava que antes de convocação dum Congresso, importava”estabelecer claramente os objectivos e as tarefas do partido; era preciso saber que partido se pretendia criar; era preciso delimitar-se ideologicamente dos”economistas”, era preciso dizer honestamente ao partido e com toda a franqueza que havia duas opiniões diferentes sobre os objectivos e as tarefas do Partido.”

Com toda a coragem que o caracterizava, Lénine escreveu a esta respeito, cito “...antes de nos unificarmos, era necessário delimitar os nossos campos.”(29 V.I.LENINE. Obras Escolhidas. Tomo I, pág. 285, Editorial Progreso, Moscovo.) Resolvi sublinhar.

É inegável que não se pode ser dogmatista nesta questão. Importa sempre ter em presença o surgimento e desenvolvimento de novos fenómenos nas condições histórico-concretas. Contudo, como já acentuei, o singular, o concreto não nega o geral, o universal, reflecte-o apenas de modo específico. Ora, o que há de geral na fundação do partido leninista é a clara delimitação dos campos em contradição. Eu digo, antes de formarmos o Partido no próximo Congresso há que denunciarmos o anti-sovietismo, delimitarmos dele.

Se não, vejamos o caso mais próximo na história, onde o singular não negou o geral, onde o concreto não negou o universal – é a fundação do actual Partido Comunista Cubano.

Fidel não teve ilusões. E houve que demarcar -se claramente do eclectismo filosófico na criação do partido, houve que garantir a pureza do marxismo-leninismo, desinfesta-lo corajosa e oportunamente de todas as concepções oportunistas; houve, enfim, que adoptar-se uma atitude coerente e igualmente corajosa contra o anti-sovietismo. Houve que distinguir o que era preciso combater do que era preciso corrigir.

Claro, isto não aparece suavemente, inerte, de forma acabada. É o produto da luta ideológica.

As condições histórico-concretas em que neste o Partido Comunista Cubano, encontraram a necessidade de consulta aos trabalhadores. No livro”teses e Resoluções



do Primeiro Congresso do Partido Comunista Cubano, encontramos, logo no último parágrafo da página 15, cito: “Em 1962 começou-se a construção do Partido, segundo o princípio de uma selecção rigorosa e individual e apoiada na consulta aos trabalhadores.” Fim da transcrição. Nenhuma fundação ou criação do partido leninista pode pois silenciar o problema da delimitação dos campos opostos.

Que partido teremos nós em Angola? Marxista-leninista respondemos todos em unísono.

Porém, não será partido leninista aquele em que reine o ecletismo, a ambiguidade ideológica, o maoísmo. Esta hibridez ideológica que cristaliza doutrinas políticas heterocíclicas não pode ser mantida nas fileiras do partido.

A consulta aos trabalhadores, desde já, a partir do princípio das”assembleias de eleição de trabalhadores exemplares como forma de consulta às massas, e integrando o processo selectivo para o ingresso no partido”, esta forma de acção revolucionária deve ser aplicada. Há que definir os critérios de selecção dos trabalhadores exemplares. Enfim, na prática, a classe operária, minimamente organizada, tem de se pronunciar activamente.

Coloco concretamente o problema da delimitação, o problema de nos delimitarmos antes de nos unirmos num partido único:

A santa aliança da social-democracia com o maoísmo, constitui, no plano da contradição fundamental (diferente da contradição principal) constitui, dizia, o verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento e consolidação do processo organizativo. Ficou demonstrado que o anti-sovietismo, instrumento da reacção, está em contradição antagónica com o marxismo-leninismo.

Tese: é preciso, com coragem e serenidade, energicamente, condenar oficialmente a linha do anti-sovietismo no seio do MPLA e depurar energicamente os seus elementos,  
Condição *sine qua non*

Esta decisão é de fundo porque o partido é um dos elos fundamentais, se não elo decisivo de cadeia que temos em presença.

Na obra de KONSTANTINE ZARÓDOV, director do Conselho de Redacção de Revista Internacional, cujo título é: "O Leninismo e a Passagem do Capitalismo ao Socialismo", o autor, analisando os problemas modernos da fase de transição e apontando ao partido leninista com clarividência científicas determinadas tarefas urgentes e inadiáveis, imediatas, tão determinantes como decisivas, afirma, cito:

"Estes fenómenos confirmam uma vez mais quanto é actual a indicação de Lénine, já no II Congresso da Internacional Comunista, de que a tarefa principal dos partidos Comunistas consiste em lutar contra o oportunismo de direita, de que em comparação com esta tarefa, a tarefa, da correcção dos erros da tendência"esquerdista" no comunismo será uma tarefa fácil." (30) Obra citada. Pág. 56) O sublinhado é da minha iniciativa.

Está aqui uma lição duma objectividade incontestável e de plena actualidade para a compreensão das tarefas concretas nesta fase da criação do partido.

Combater o oportunismo de direita é tarefa fundamental. Na verdade a experiência nos diz que o esquerdismo de tipo clássico que existe em Angola é de fácil correcção. Só não desapareceu no seu todo devido aos métodos errados empregues no seu combate e a relativa incapacidade de resposta ideológica que o MPLA lhe dá. Mas este infantilismo que se caracteriza por um certo dogmatismo de esquerda não pode ser comparado ao maoísmo, porque este é uma componente orgânica do oportunismo de direita no mundo contemporâneo, do revisionismo de esquerda na nossa época.

"Não confundir o esquerdismo com o maoísmo é uma necessidade que se impõe ao pensamento marxista-leninista, necessidade não só teórica mas que decorre da luta ideológica, da prática revolucionária, há que aguçar o gume da inteligência e ver o fundo, há que aumentar a capacidade de análise.

Entre o esquerdismo e o maoísmo não há um fosso insuportável. Entretanto, embora em permanente interligação dialéctica, trata-se de duas categorias não exactamente iguais.

Se o Comité Central menospreza a necessidade do combate ao oportunismo de direita, ao anti-sovietismo, dentro de anos, a caminhar neste ritmo e estilo artesanal de trabalho, teremos um verdadeiro partido social-democrata-maoísta.

Com efeito, a lei da interacção nos permite ver futuro, a partir do presente, e esta lei está assim enunciada: "...mas não é suficiente descobrir a interacção de diversos factores ou fenómenos entre si. É preciso descobrir aquilo que determina essa interacção. Só então estaremos em condições de compreender com justeza as fontes do desenvolvimento do processo, de avaliar as forças que nele tomam parte e ter uma ideia correcta da linha fundamental da direcção do desenvolvimento."(31 Manual do Marxismo-Leninismo. OTTO V.KUUSINEM e outros, pág. 64, Novo Curso Editores.)

E como ver esta linha fundamental de direcção do desenvolvimento do nosso processo? Tudo depende da derrota ou não do oportunismo de direita, da linha do anti-sovietismo.

Tenho moral suficiente para citar aqui um extracto que colhi do "Estado e a Revolução", de Lénine, porque já tive a ocasião de repeti-lo por duas vezes em reuniões do Bureau Político quando, por mais de uma vez, chamei a atenção do Órgão Executivo do Comité Central para os mesmos problemas. Cito:

"Uma tal política não pode com o tempo, deixar de arrastar o Partido para um caminho falso. Colocam-se em primeiro plano problemas políticos gerais, abstractos e escondem-se por essa forma os problemas concretos mais prementes, os quais, ao surgirem os primeiros acontecimentos importantes, a primeira crise política vêm por si próprios inscrever-se na ordem do dia.

Que outra coisa pode resultar daí que não seja, no momento decisivo, o Partido ser apanhado de surpresa e reinar a confusão e a falta dessas questões nunca terem sido discutidas?...

Este esquecimento das grandes considerações essenciais em favor dos interesses passageiros do dia, esta corrida aos sucessos efêmeros e a luta que se desenrola em torno sem atenção para com as consequências ulteriores, este abandono do futuro movimento que é sacrificado ao presente, tudo isto tem talvez móveis honestos. Mas isto é e permanece oportunismo. Ora o oportunismo "honesto" é talvez o mais perigoso

de todos”... (32) V.I.LENINE. Obra citada, Tomo 25, pàgs. 480-481, Éditions Sociales Paris, Éditions du Progrès, Moscou, 1975.) Tomei a liberdade de sublinhar.

Quanto tempo levará ainda o Comité Central a aprender esta lição? Quando é que, o Comité Central examinará a linha oportunista de direita que o Secretário Administrativo do Bureau Político insiste em continuar impunemente? Estude, só para exemplos, as suas intervenções públicas após o 3º Plenário do Comité Central, impregnadas duma concepção maoísta militante sobre a revolução. Nas vezes em que usei da palavra no Bureau Político nunca me cansei de denunciar o erro em que o MPLA incorre sistematicamente: evitar atacar o ponto quente da ordem do dia – a santa-aliança da social-democracia com o maoísmo. O Bureau Político tem consciência real do perigo que representa para a nossa revolução a referida aliança mas não na coragem suficiente, não na paz de bater com dureza neste inimigo da nossa opção socialista.

Lénine, na passagem que atrás foi transcrita, ensina-nos que o oportunismo”honesto” é talvez o mais perigoso de todos. Esta afirmação é verdadeira e nós vivemo-la hoje em Angola e no MPLA. Todos têm coragem de se pronunciarem sobre a minha infundada suspensão, de lhe inventarem razões, mas há o medo de denunciar e combater a linha revisionista de direita e de”esquerda” no seio do MPLA. Todos falam do fantasma do”divisionário” e ninguém condena o anti-sovietismo.

O Comité Central não recebeu do Povo Angolano, dos trabalhadores angolanos o mandato de esconder aos olhos desse mesmo Povo os seus inimigos. O Povo, pela sua experiência já descobriu e se interroga – quem sustenta, quem protege os seus direitistas e por que razão o faz? Talvez a História nos responda algum dia.

Não condenarmos a linha revisionista, o anti-sovietismo, é iludir violentamente as massas, é trair os interesses mais essenciais da classe operária, é trair a revolução angolana, é trair o internacionalismo proletário, é trair o movimento revolucionário mundial.

O interesse da revolução exige que abandonemos a cobardia, combatamos o oportunismo”honesto”.

O Povo exige isto ao Comité Central, a classe operária não pode suportar por mais tempo este jogo escandaloso de mentiras descaradas, de manipulações, da mais gritante hipocrisia e cinismo.

Se a linha oportunista de direita não for derrotada e os seus defensores expulsos é inútil e demagógico continuar a falar em partido marxista-leninista e dificilmente educaremos os esquerdistas. Mas esta derrota do revisionismo passa necessariamente pela corajosa depuração dos seus elementos mais representativos dos seus ideólogos e doutrinadores. Esta é uma condição *”sine qua non”* à luz da análise concreta da nossa situação histórico-concreta, viva, real, iniludível, ostensivamente visível aos olhos dos nossos militantes e do nosso Povo, ostensivamente visível diante dos olhos do movimento revolucionário mundial.

## **11 - ANÁLISE GLOBAL DO 3º PLENÁRIO DO COMITÉ CENTRAL O VERDADEIRO SIGNIFICADO DOS CINCO MINUTOS QUE ENTRARAM NA HISTÓRIA DO MPLA. AS TESES EM CONFRONTO**

É absolutamente mister, isto é, necessariamente importante proceder à análise do que terá sido no essencial, no fundamental, o 3º Plenário do Comité Central. Na verdade, a redacção marxista-leninista que penetra na larga maioria dos textos que constituem, no conjunto, as resoluções finais do referido Plenário encobrem, num fetichismo aparentemente espantoso, a essência, em relação à luta encarniçada travada em torno das questões mais candentes escritas na ordem do dia do nosso processo revolucionário. Há que levantar o véu que esconde esta essência.

O método é único. Só a análise objectiva das intervenções mais importantes pode dar a verdadeira imagem desta luta e, para tal, importa reconstruir aqui, corajosamente, o verdadeiro rosto de cada orador mais destacado, dizer em nome de que classe falou realmente cada um de nós. Importa pois revelar o que cada um disse, isto é, partir da superfície das coisas e dos fenómenos e realizar um mergulho até à profundidade com vista a descobrir a essência dessas mesmas coisas e fenómenos. A essência está pois no fundo, na profundidade de cada coisa., de cada processo ou fenómeno, quer se trate da natureza quer se trate da vida social.

Duas posições essencialmente falando, travam uma árdua e acesa luta em torno da questão da Organização, do problema da unidade no seio do MLPA, do tema da ditadura democrática revolucionária e do Podre Popular. Estes, camaradas militantes e quadros dirigentes, foram os pontos centrais, os pontos quentes da polémica.

Muito superficialmente a polémica abarcou também o problema da DISA (Segurança), a questão da doutrina leninista das Forças Armadas (FAPLA) e a questão do sistema executivo-administrativo do Governo. Marcou-se a data do Congresso constituinte do partido.

Em cada um desses casos concretos encontramos a luta entre os pontos de vista do revisionismo, do eclectismo, do menchevismo, do sectarismo e voluntarismo dum lado, e o ponto de vista da defesa dos interesses da revolução com base no marxismo-leninismo doutro. A correlação de forças real foi naturalmente desfavorável a este último e mais adiante se explica as causas e condições que condicionaram o resultado final.

Para cada uma das posições em presença pode dizer-se que eram objectivos do 3º Plenário: para as forças conservadoras, para os oportunistas de direita com todos os seus matizes, o objectivo era, o início da preparação de condições internas que culminariam, algum dia, com o afastamento do fantasma "Grupo Nito" (Designação dos dossiers secretos da DISA), era conseguir o processo desse pretenso e perigoso "grupo". A suspensão representaria por conseguinte, um momento e um objectivo táctico. Para nós outros, o objectivo era a denúncia da santa-aliança reaccionária entra a direita e os ultra-revolucionários, os pretensiosos representantes da "nova esquerda" ou seja os maoístas, do anti-sovietismo.

Não houve debate aceso em relação à aprovação e adopção abstractas dos textos formais cuja redacção deveria primar pelo estilo da frase revolucionária. A divergência, que originou a luta, revelou-se na interpretação e caracterização do conteúdo essencial de determinados conceitos inclusos nos textos, a exemplo, o da ditadura democrática revolucionária.

Como é que se explica o facto de a linha oportunista de direita, a ala revisionista e representantes do chauvinismo nacional estrito pequeno-burguês, os ideólogos do socialismo, do "MPLA como ideologia nacional", como é que todos estes votaram resoluções formais de tipo marxista-leninista? perguntaram e continuaram a perguntar alguns militantes.

A resposta é simples. A popularidade do socialismo científico e das suas palavras de ordem fazem com que a santa-aliança adopte, também a frase revolucionária, sob pena de não ser acreditada pelas massas. Aceitar o marxismo-leninismo em palavras, mas esvaziando o seu conteúdo na prática da luta de classes, eis a tática do revisionismo moderno, a característica dominante da "nova" social-democracia. Com efeito, embora contrariados, os ideólogos da pequena-burguesia não podem governar nem influir sobre as massas sem este método oportunista: a utilização pequeno-burguesa e burguesa da doutrina de Marx, Engels e Lênine.

Quando, nas fábricas, hoje, em Angola, nas escolas, colégios, liceus e universidades as amplas massas trabalhadoras e os intelectuais revolucionários, se sentem irreversivelmente atraídos pela ideologia marxista-leninista, não faria sentido (e seria sinal de pouca inteligência) que a ala direitista não apoiasse formalmente a terminologia dos fundadores da teoria revolucionária. Contudo é vê-los em Angola, em intervenções públicas e nas assembleias de militantes, nas reuniões com a UNTA, OMA, JMLPA, e pioneiros como é que manifestam, com toda a evidência a sua desconfiança em relação ao socialismo científico, caso do Secretário Administrativo do Bureau Político. (Leia-se o seu discurso na Conferência da Organização dos Pioneiros, em Benguela, só a título de incontestável exemplo).

Abro aqui um parêntesis para patentear aqui uma flagrante oposição, uma contradição frontal entre o pensamento e estratégia do Secretário Administrativo do Bureau Político, dum lado, e o pensamento e estratégia do camarada Presidente do MPLA, doutro lado, que é sem equívocos pelo socialismo objectivado – o socialismo científico.

Impotente, redondamente impotente para insurgir-se contra Marx, Engels e Lênine, o Secretário Administrativo descarrega sobre os sectores revolucionários o seu ódio ao socialismo científico. Com efeito, os fundadores do socialismo científico não viam a

palavra científico o seu lado gramatical, como mera categoria morfológica, mas sim como conceito rigoroso e objectivamente ideológico, como expressão mais profunda da concepção proletária do mundo e da perspectiva da sua transformação, ponto de essencial demarcação com todos os demais "socialismos", os utópicos e companhia limitada. Mas voltemos ao assunto.

A nota verdadeiramente curiosa e interessante observada ao longo dos debates no 3º Plenário, é a deslocação condicionada do oportunismo de certos camaradas que preferiram uma aliança com o revisionismo, numa gritante manifestação de cobardia porque, também sentem necessidade premente do meu afastamento – para o qual aliás trabalham intensa e febrilmente quer estando na DISA, ou intervindo na reunião com o Comité Central da JMPLA, ou em inflamante discurso no largo 1º de Maio por ocasião do 20º aniversário da fundação do MPLA. Estes camaradas são até dos que aprenderam em bancos de Universidade Socialista a teoria revolucionária e não se pode dizer de alguns deles tratar-se de militantes direitistas. Mas obrigam-se naturalmente a fundamentar a sua posição e afirmar que os camaradas Nito e Zé Van-Dúnen, Bakalof e Monstro são sectários.

Eu penso que alguns destes camaradas adoptaram, oportunisticamente condicionados, as posições do menchevismo moderno, do ponto de vista teórico e ideológico, e no campo da prática, as suas análises reflectem um "marxismo" sem alvo nem força; eles oferecem ao proletariado e amplas massas trabalhadoras angolanas uma arma sem mecanismo de disparo nem atirador, querem oferecer à classe operária uma espada sem gume nesta luta de classes.

Para passarmos à sistematização dos temas e debates, ficamos unicamente pela análise das posições predominantes, em presença no 3º Plenário. A moral revolucionária exige da nossa parte, uma demarcação nítida das posições defendidas por muitos camaradas membros do Comité Central, por deficiente análise dos problemas reais do contexto político do País e principalmente no seio da organização, relativamente às posições dos oportunistas de direita e que agiram cegamente contra mim.

## **1º) DEBATE SOBRE O MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO OS CINCO MINUTOS SILÊNCIOSOS**



Nota curiosa: logo no início da 1ª sessão, por inabilidade e diante das Comissões Directivas, não podendo conter o seu ódio, o membro do Comité Central Pacavira precipita o seu ataque contra o camarada Nito.

A 2ª sessão do dia 24 começou com o seguinte ponto da ordem do dia – Análise do Movimento de Organização.

O Camarada Presidente abriu a sessão e pediu que os membros do Comité Central se pronunciassem. Estavam presentes excepcionalmente, as Comissões Directivas Provinciais.

Decorridos os cinco minutos (rigorosamente contados pelo camarada Presidente) e apesar de repetidos apelos do *”primus inter pares”* no MPLA, nenhum, mas nenhum membro do Comité Central pediu a palavra à presidência. Ao findar o quinto minuto, o camarada Presidente deu por terminada a discussão para todo o Comité Central, após o que concedeu a palavra às Comissões Directivas (o primeiro a falar foi o representante da Lunda, seguido pelas intervenções dos representantes do Kuanza-Norte, Zaire, Huíla e o de Malange; (a ordem aqui não é arbitrária). Alguns membros do Comité Central quiseram novamente reivindicar a discussão. O problema viria a ser posteriormente reposto por outras vias.

Os cinco minutos esvaíram-se silenciosamente e o Comité Central não se mostrou à altura de abordar a complexa problemática da Organização. Este foi, quanto a mim, um dos acontecimentos mais marcantes e significativos deste 3º Plenário.

O que significam cinco minutos silenciosos num Plenário do Comité Central, os cinco minutos silenciosos sobre o problema do Movimento de Organização, quando sabemos que sem organização não há capacidade de direcção e controle do movimento de massa, não há centralismo democrático, não há nada de unidade de acção, não há disciplina interna? Sem organização não há nada de sério nem de significativo, não há absolutamente nada. E como é que se pode compreender que um Comité Central, reunido em sessão Plenária, e que traça um programa marxista-leninista definindo uma opção socialista, que marca a realização de um Congresso, fixa estas tarefas tão

importantes como decisivas e não discute a questão da Organização? Qualquer coisa vai mal!

Duas hipóteses para a interpretação do fenómeno: a maioria absoluta do Comité Central ou desconhece pura e simplesmente a teoria da Organização, não a compreende e nem se esforça por estudá-la; ou tem um grave desconhecimento do que é, no concreto, o MPLA de hoje como organização à luz dos seus estatutos. A realidade diz-nos contudo, que reina na Organização uma profunda desorganização, manifestação evidente do oportunismo de direita. Muitos camaradas não devem ter estudado como se forma um Comité de Acção ou um grupo ou uma Assembleia de 1º escalão. A circular nº 1 é desconhecida em absoluto, pela maioria absoluta do Comité Central. Se não a conhecem é porque não conhecem nada do que é hoje o MPLA, de que se é o Comité Central pela força histórica da Inter-Regional.

Do ponto de vista teórico dir-se-ia pois que a maioria absoluta do Comité Central não conhece o MPLA, por mais paradoxal que possa parecer esta afirmação.

Ora, como é que esta maioria tem moral para suspender outros camaradas? Quem não conhece uma coisa acaso pode decidir sobre o futuro desta mesma coisa? Quem já viu um professor que não sabe álgebra e vai reprovar o aluno que domina as regras de solução duma equação? Como é aberrante e perigoso o oportunismo "honesto".

Para evidenciar um exemplo de arrogância e abuso de mandato, faço referência ao maquiavélico relatório apresentado ao Plenário com o título "Análise do Movimento de Organização". Mas, analisar o quê e a partir de que critérios ?

O conteúdo do pretensioso documento é uma adição aritmética de mentiras escandalosamente grosseiras. Como é que se pode mentir assim tanto a um Comité Central? Uma réplica a este documento arrasa-lo-ia até às raízes.

O documento foi propositadamente apresentado como pretexto na intenção de se provar que o Secretariado do DOM Nacional – que constituí com o aval do camarada Presidente – era o pai do "fraccionismo", era o instrumento da criação dum fantasma, o "segundo MPLA".

De forma oportunista e, em subtil defesa dos maoístas, o autor do documento é impotente em responsabilizar os CAC's pela tentativa de criar o verdadeiro segundo MPLA. É nisto bastante eufemístico. Ora, todos os militantes sabem que os CAC's se infiltraram no DIP, DOP, e DOM e foram mesmo alguns CAC's ( como Pena Pires, hoje em Portugal ) que estiveram na base da inspiração e elaboração da Circular nº 1. Este documento anti-MPLA por oposição rotunda aos Estatutos da nossa Organização é aprovada no Bureau Político sob proposta do então coordenador daqueles departamentos, o camarada Dilolwa. Os COP's, patrocinados igualmente pelo Bureau Político foram na verdade, instrumentos de acção dos CAC's. Neste sentido, tínhamos de facto um outro MPLA dentro do próprio MPLA, com os seus princípios e métodos de organização, com o seu programa de acção, com as suas regras disciplinares, com a sua hierarquia, com os seus métodos conspirativos até. Tínhamos os CAC's infiltrados no MPLA, e eles inspiraram esta Circular nº 1 que não tem, nada a ver com o MPLA, é o seu oposto. Entretanto, o camarada Dilolwa, na altura coordenador do DOP, DIP e DOM não foi ouvido, não foi responsabilizado, não foi punido, nem suspenso, "por ser um dirigente exemplar"! Ninguém o acusou de chefe dos CAC's, dos fraccionistas e dos divisionistas que foram os CAC's!

Que vergonhosa hipocrisia. Camarada Presidente, camaradas do Comité Central, nunca assisti a tanta injustiça, dentro dum regime democrático revolucionário.

Mas o que conta é o conteúdo ideológico dos CAC's e Comités similares, e este é, em sua verdadeira essência, o anti-sovietismo, uma das variantes do anti-comunismo. Ora em termos de essência ideológica não há contradição entre estes comités e o ponto de vista do Secretário Administrativo do Bureau Político, posto que , a ampla plataforma anti-soviética fã-os entender. Neste sentido, ainda que o Secretário Administrativo do Bureau Político condene os CAC's, o máximo que faz é condenar o nome do comité e não o seu conteúdo. Por isso é que os maoístas continuam pululando à vontade por aí.

O Secretário da Coordenação do DOM que dirige defendeu o Programa e os estatutos do MPLA. Combateu vigorosamente todos os oportunistas, (entre eles os CAC's), ocupou lugar na trincheira contra o anti-sovietismo. E é por esta razão que o Secretário Administrativo não perdoou nem perdoa o Secretariado, porque este, na sua acção

revolucionária, atingiu as posições da guarnição do anti-sovietismo. Todo o comandante que perdeu os seus homens, tem que realizar acções de revanche.

O Secretário fez muitas baixas no exército do anti-sovietismo e o Secretário Administrativo do Bureau Político não pôde deixar de ripostar com toda a virulência possível.

## **2º) DEBATE SOBRE A UNIDADE NO SEIO DO MPLA A EXPOSIÇÃO DOS “PROCESSO 50” E “4 DE FEVEREIRO”**

O objectivo dos revisionistas e conservadores era processar-me como “fraccionista” e “divisionista”. Nos capítulos anteriores desfiz em pó este argumento próprio dos divisionistas. Por isso não repito aqui o mesmo argumento.

Interessa-me analisar aqui, a tese com que me brindaram os camaradas que adoptaram, por comodismo mental e outros condicionalismos, as posições do oportunismo. Falou-se de sectarismo e eu era o visado.

Inclino-me a pensar que tais camaradas esqueceram as lições que aprenderam sobre sectarismo. “Constatou-se que o Movimento, nesta fase, sofreu de sectarismo”, disse, o camarada Onambwa. Estamos de acordo que houve sectarismo nesse período, mas daí se conclui que fui o genearca do sectarismo? Vou demonstrar que não e a afirmação do camarada Onambwa carece de conteúdo e sistematização, única condição de a tornar inteligível.

Será sectarismo demarcar em termos de análise científica qual a composição de frente anti-imperialista? Não será antes, sectarismo defender o alargamento desta frente de modo a nele estarem englobados desde ex-elementos da OPVDCA, PIDE, passando por traidores ao nosso Movimento como os da Revolta Activa, até aos fraccionistas, e divisionistas como os CAC’s, OCA’s, FUA e outros?

Não é evidente, que é esta última atitude aquela que conduz à divisão da verdadeira frente anti-imperialista, pelo afastamento de revolucionários consequentes? Ora, eu não agi assim, pelo contrário e por isso o rótulo não me serve. E a máscara deveis vesti-la

vós, tenham coragem de o reconhecer. E o sectarismo assim entendido, é simultaneamente um desvio de direita e de esquerda.

Outro orador, que ainda sofre odaxismo de quem se inicia na aprendizagem do marxismo-leninismo (vale mais tarde que nunca), recordou palavras que ouviu dizer em qualquer parte e acusou-me de "populista" e "demagogo". Se o membro do Comité Central Pacavira, digno representante do nacionalismo estreito ou adepto do cosmopolitismo (antítese do internacionalismo proletário), ler bem o que atrás eu disse acerca da demagogia, fácil ser-lhe-há concluir que a sua própria e crassa ignorância em relação a Marx, Engels e Lénine faz dele um perigoso demagogo e um populista sem paralelo. Segundo José Van-Dúnen, Valentim, Pedro Fortunato, David Aires Machado e tantos outros, o actual membro do Comité Central Manuel Pedro Pacavira foi um dos fundadores do jornal da PIDE / DGS "Tribuna dos Muceques", colaborando activamente na elaboração completa daquele jornal fascista. Como se vê, embora se trate de um nacionalista a quem os fascistas prenderam e meteram na prisão por muitos anos, o que é respeitável, Pacavira é um destes casos dos que falharam pelo caminho e adoptaram as posições do capitulacionismo. É de notar que o Comité Central nunca se debruçou sobre o dossier dos que traíram quer nas prisões quer traindo as guerrilhas.

E a unidade foi assim genericamente recomendada. Mas, unidade com quem? Unidade sob que plataforma? Unidade com os ex-PIDES? Com os oportunistas? Com os que militaram na FRA, FUA, FNLA, OPVDCA.

Não, evidentemente. Os Marxistas-Leninistas, prevenindo-se contra o revisionismo e o esquerdismo, propõem uma unidade de acção e vontade com base em princípios revolucionários.

Se não vejamos: um ex-PIDE pode, por milagre, transformar-se em revolucionário e defensor das amplas massas? Os que durante a primeira e segunda guerras de libertação nacional nunca se identificaram com o nosso Povo e com os ideais da nossa revolução podem dirigir departamentos do MPLA?

## **A EXPOSIÇÃO DOS COMITÉS DO "PROCESSO 50" E "4 DE FEVEREIRO"**

Vejamos, já agora como é que a manipulação pode ir tão longe.

Um documento tão importante como foi (e é) a Exposição dos Comitês "Processo dos 50" e "4 de Fevereiro" a Reunião do Comité Central do MPLA dá-nos a clara imagem de desinformação propositada, do anquilosamento de muitos e da mais aberrante manipulação de massa e quadros. Este documento feito em 10 folhas, é assinado por uma série de ex-presos políticos, nomeadamente os do "Processo dos 50" e "4 de Fevereiro". A análise primária e profunda de alguns nomes - há no meio da lista nomes honrosos e velhos militantes do MPLA - levou-nos a duvidar que todos eles em consciência, soubessem dos verdadeiros propósitos maquiavélicos que, no papel de manipuladores, nomes como os de Hélder Neto, Agostinho Mendes de Carvalho, Carlos Alberto (Beto) Van-Dúnen se propunham como objectivo político. Se pensarmos ainda noutros nomes que assinaram pelo "4 de Fevereiro", logicamente ficamos com nítida hipótese duma flagrante como reacção manipulação.

Mas, passo imediatamente à análise do que interessa.

O documento apontava seis "factores de divisão de unidade nacional". O ponto dois destaca claramente um desses factores e a redacção integral é do teor seguinte:

2º Contestação ou desrespeito da linha política do MPLA, em consequência do aparecimento de uma linha ideológica que considera a luta de classes como aspecto fundamental para a instauração da Democracia Popular , fim de citação. (pág. 7).

Depois de constatar o perigo que representa para o MPLA a existência no seu seio de camaradas defensores da teoria da luta classes (difusora do marxismo-leninismo, dito em termos mais exactos, penso eu) a exposição debruça-se sobre as medidas que julga convenientes a fim de debelar o mal pela raiz. Assim, no ponto dois, cujo título é "Reforço da Linha Política do MPLA e o do Papel Dirigente" propõe a aplicação de um princípio correcto - cito:

b ) "Afastar do seio da organização, ou despromover , todos os militantes, qualquer que seja o seu grau de responsabilidade, que, na teoria e na prática , se revelem contrários à linha política do MPLA".

Porém o princípio exposto, princípio repita-se que é em abstracto, indiscutivelmente justo destina-se na intenção dos autores da Exposição a ser aplicado não aos que de facto violam a linha política do MPLA mas aqueles que, defendendo a luta de classes, defendem na verdade essa linha, a do marxismo-leninismo.

A quem é que deve ser aplicada, a medida concreta proposta?

Não será exactamente aos autores da trama que produziram o documento em análise?

Não será pelo menos de averiguar se há elementos de entre os que assinaram o documento que ainda mantenham aquela posição teórica contra-revolucionária?

Como é que se constrói, em Angola, concretamente, uma Democracia Popular sem luta de classes? O que é que me pretendem ensinar, camaradas que assinaram a Exposição? Onde é que foram aprender esta tão novíssima como velhíssima lição? Qual a fonte em que se inspiraram professores, conselheiros e alunos? Então, atacar a teoria da luta de classes não é atacar violentamente, negar o marxismo-leninismo, não é negar o socialismo científico? Negar o marxismo-leninismo, não é ir e lutar manifestamente contra as decisões do 3º Plenário do Comité Central? Não é ir contra o pensamento do camarada Presidente, cuja fidelidade evocam hipócrita e demagógicamente? Ir contra a teoria e a prática da luta de classes, em Angola, não é colocar-se nas posições objectivas da contra revolução? Não é ir contra o Povo, a classe operária e seus aliados? Pelo método da lógica formal diríamos, em síntese, que a dita Exposição dos Comités do "Processo 50" e "4 de Fevereiro" é a negação do MPLA.

Vamos demonstrar ainda a demagogia refinada e o mais violento oportunismo desses camaradas. Na alínea d) do mesmo ponto 2, página 8 pode-se ler:

d) "Afastar no seio da Organização todos os elementos oportunistas, divisionistas, ou fraccionistas que, servindo-se de uma linguagem dogmática, não pretendem senão destruir a organização", fim da transcrição integral.

Nem sequer vestir a máscara sabem. O oportunismo é tão grosseiro que não pode ser escamoteado.

Se não pergunto: querem maior prova demonstrativa de oportunismo do que esta? Não é a vossa própria Exposição que denuncia claramente a vossa demagogia, o vosso fraccionismo, o vosso divisionismo aberta e descaradamente? Pela boca se apanha e morre o peixe.

Este documento deve ser dado ao conhecimento geral dos militantes e de toda a organização.

A quem é que esta luta dos Comités do "Processo 50" e "4 de Fevereiro" era dirigida? A resposta é simples: o alvo principal daquele documento, desse ataque de forças conservadoras era e o fantasma do "Grupo Nito Alves". "Sob outro nome esta parábola fala de ti" dizem os latinos.

Eis um quadro vivo, uma imagem viva da luta que se trava no seio do MPLA. Para as forças conservadoras, para as forças do anti-comunismo, os marxistas-leninistas são fraccionistas, são demagogos, são divisionistas, etc, etc.

Está aqui, inequivocamente, a prova provada de como, no processo histórico, algumas forças fundadoras do movimento de libertação nacional podem, no acontecer da revolução, transformar-se seus inimigos reais. Eis a dialéctica do movimento revolucionário e mundial.

O aspecto mais importante que nos deve preocupar basicamente é a análise do que é decisivo nesta exposição, cheia de contradições, pois até tem regiões revolucionárias nesta ou naquela página. E a questão decisiva consiste em saber quem precisa e exactamente desempenhou o papel activo e inspirador deste verdadeiro ma...sto!!

A resposta não é um quebra cabeças!

É preciso que os militantes e quadros dirigentes do nosso movimento se recordem uns e saibam outros que Beto Van-Dúnen e Mendes de Carvalho são até hoje os dois únicos coordenadores do DOM / Regional em Luanda, há quase dois anos; é preciso que se saiba e se ... que Hélder Neto é um dos homens mais destacados , ao mais alto nível nas



estruturas superiores da hierarquia da DISA (Segurança) e um dos indigitadores, em gabinete altamente secreto, para elaboração do "dossier" NITO ALVES" (o qual nunca foi levado ao conhecimento do Comité Central). Talvez assim se entenda melhor a manipulação ... Todos eles são assinantes do documento.

Ora, uma das últimas directrizes do Bureau Político é a de para além dos Comités do MPLA não pode haver mais comités e que , ...endação severa, a nenhum militante ou quadro dirigente está autorizada a integração nesses Comités. Foi assim que se ordenou a dissolução do "Comité Tala-Hadi" ...ango e é em consequência desta política que o Bureau Político ...smo caucionou a criação duma Liga dos ex-presos políticos proposto por estes.

Assim sendo, como é que se compreende que os dois responsáveis por um organismo de dimensão do DOM / Regional e o outro então, ...s dos quadros de Segurança, tenham participado na convocação, ..acção, discussão e aprovação de referida Exposição, integrando ...s do "Processo 50" e "4 de Fevereiro"? Isto não é violação da directriz atrás enunciada e um atentado aos Estatutos? A isto ...chama fraccionismo e divisionismo (manifestamente legalizado). O papel desses indivíduos naqueles Comités é o de verdadeiros ...adores e nada mais.

Camarada Presidente

Camaradas do Comité Central

Esta política é extremamente perigosa, tanto mais perigosa quando se apresenta aos militantes e ao conjunto da organização os ...Beto Van-Dúnen, Mendes de Carvalho, Hélder Neto e companhia ..como militantes exemplares e disciplinados. É tempo de se rever a condução geral da revolução e do MPLA. Tanto é grave esta política quando, apesar de tudo isto apesar da prática tribalista do Mendes de Carvalho, o Bureau Político sancionou-o como candidato ao Comité Central! Para onde vamos e com quem havemos de marchar?

Há camaradas do "Processo dos 50" e do "4 de Fevereiro" que foram iludidos por manipulação, com desinformação e não suspeitaram pois que os seus nomes

defendessem posições abertamente anti-marxistas-leninistas, contra-revolucionárias, posições da social-democracia moderna.

Em nome de que Povo se pediu o meu afastamento do MPLA?

Em nome do socialismo ou da contra-revolução?

Esta posição iria ser defendida no 3º Plenário, abertamente, por iniciativa dum membro do Comité Central, Manuel Pedro Pacavira, pediu a suspensão do Camarada Nito Alves quer do Comité Central quer do Governo e pediu febrilmente o afastamento do mesmo para fora de Angola, para um outro país, porque a presença do camarada Nito Alves em Angola "não nos permite estar em paz", disse ele, (discurso directo). Com notória ingenuidade, alguns camaradas o seguiram. O camarada Presidente, reprovando e repudiando aquela posição disse que não concordava, pessoalmente, com aquele tipo de medidas e perguntou mesmo "que forças sociais estariam interessadas no afastamento e suspensão do camarada Nito quer para fora de Angola, quer em relação ao Comité Central ou ao Governo". Estas palavras do camarada Presidente Agostinho Neto podem ser ouvidas na longa fita magnética que gravou as nossas intervenções.

E quando, mesmo depois do 3º Plenário do Comité Central, observamos um aproveitamento de direita das decisões da referida Reunião, quando as forças reaccionárias, os revisionistas e maoístas e a pequena burguesia festejaram com brindes em taças de ouro, com whisky do imperialismo a minha suspensão, eu pergunto com o camarada Presidente: a que forças sociais, em Angola e no mundo, interessa a minha suspensão e afastamento? E quando a CIA descobrir que não consegue o meu afastamento? A esta pergunta deve responder o membro do Comité Central Manuel Pedro Pacavira. Responsabilizo, ante a História, a direita no MPLA qualquer acto criminoso de que eu possa vir a ser vítima nesta luta implacável pelo real triunfo do marxismo-leninismo. Mas, em relação ao próprio crime em si, dele não sustento o mínimo temor, porque o combatente não hesita ante a morte.

### **3º) DEBATE SOBRE O PODER POPULAR**

Nunca esperei que as reservas postas às eleições das Comissões Populares de Bairro de Luanda se degenerassem numa verdadeira desconfiança política em relação ao Poder Popular.

Há muito tempo que a reacção interna, os revisionistas de direita e esquerda e os oportunistas me responsabilizaram pelo "crime" de ter levado a cabo as eleições populares em Luanda.

Em certo sentido, a partir daquela data, o ataque ao Poder Popular passou a ser o ataque então ao Ministro da Administração Interna.

Para não cairmos em divagações, passo a análise da tese mais bem elaborada para o concerto ideológico do ataque ao Poder Popular, objectivamente falando.

Querendo jogar oportunistamente com as minhas palavras o camarada Saydi Mingas disse, a certo passo: "As eleições em Luanda foram prematuras" e não são um acontecimento de dimensão nacional, é um acontecimento só dizendo respeito a Luanda e por isso, continuou ele, deveria ser suprimido do texto sobre a resolução geral, a referência às eleições das Comissões Populares de bairro de Luanda.

"Nós não temos o direito de repetir erros que os outros já repetiram", disse o membro do Comité Central Onambwa. Depois de dizer que as Comissões Populares de Bairro de Luanda foram "um fenómeno de agitação trazida a Angola por "esquerdistas" portugueses e que o Poder Popular em Angola mais lhe parecia com o Poder Popular nos bairros de Lisboa do que o Poder Popular que ele conhecia, chegou mesmo a pedir a suspensão, de imediato, da continuação da implantação eleitoral dos órgãos de Poder Popular. E quando se viu derrotado, foi mais flexível, advogando o princípio que "doravante deveria presidir as eleições do Poder Popular: a Província que mais produzisse seria aquela a realizar as "suas" eleições. É o princípio da estranha e inédita emulação socialista. O Poder Popular aparece-nos deste modo, como prémio revolucionário a província que apresentar maior índice de produção". Desde quando o poder político se implanta a partir da emulação socialista? Esta tese por ser nova só

pode ser explicada pelo seu criador, o camarada Onambwa. (consulte-se as fitas gravadas para as pastas) .Entretanto esta é uma velha tese economicista.

Não vou comentar todo este chorrilho de argumentações aberrantes:

Como é possível que dirigentes que defenderam a necessidade da participação das Comissões Populares de Bairro na época da luta contra os fantoches do imperialismo, sustentem, após a vitória popular, estas teses? Como é que se grita todos os dias VIVA O PODER POPULAR, e se defendem estas posições? Na luta anti-imperialista, no sentido mais amplo, apelou-se para o Poder Popular que vai até ao ponto de se pedir medidas de suspensão (até quando?) do processo eleitoral? Algo vai mal no MPLA, é a conclusão a fazer.

Acusam-me de dogmático. Ora, para além do mais, o ponto de vista defendido pelo camarada Onambwa, é dum dogmatismo primário. O Poder Popular aparece em Cuba 15 anos após a vitória da revolução. Incapazes de análise criadora acerca do poder popular em Angola como fenómeno histórico-concreto e singular, advogam-se posições esquemáticas, dogmáticas. O segundo erro é fazer depender um processo de alargamento e consolidação do poder político em termos de promoção da classe operária e das amplas massas trabalhadoras no exercício real e efectivo do poder de Estado, fazer depender isto de índices de produtividade na esfera da produção económica (agrícola e industrial). Eis um desvio de direita, inquestionavelmente falando. Eis uma tese manifestamente oportunista e economicista. Noutros termos, para o camarada Onambwa a Província que pescar mais sardinhas ou produzir mais café, milho, batata, algodão ou sumos é aquela que terá o prémio das eleições!!

Se em Cuba o Poder popular aparece após 15 anos e na Província de Matanzas, na Pátria dos Sovietes o processo foi diferente, os próprios soviets deram-no à revolução socialista sob a direcção do Partido Comunista da União Soviética. No Viet Nam os órgãos de poder local aparecem, ”pela primeira vez sob a forma de Comitês do Vit Mihn na região-base de Viet-bac. Cada país, traz assim a sua originalidade dentro do quadro geral do processo da participação directa das massas no exercício real e efectivo do poder de estado.

É o que tinha Lénine em vista quando escreveu:

“Todas as nações virão ao socialismo, isto é inevitável, mas elas não o atingirão todas de uma maneira absolutamente idêntica, cada uma delas trará a sua originalidade em tal ou qual ritmo das transformações socialistas dos diferentes aspectos da vida social” (V.I.LÉNINE). O sublinhado é da minha modesta iniciativa.

Lénine e o PCUS não se tinham limitado a utilizar as amplas massas na insurreição armada contra o czarismo, para, depois da vitória, relegá-las para segundo plano, socá-las violentamente afastando-as do poder. Não encontramos isto na História do PCUS. Não é esta a lição que Lénine nos legou.

Tudo o que pessoalmente pensei sobre o Poder Popular em Angola disse-o detalhadamente, enquanto (então) Ministro da Administração Interna, numa audiência com o camarada Presidente, estávamos de acordo que o Poder Popular em Angola era uma aquisição histórica revolucionária das massas sob a direcção do MPLA. Tal como nos primeiros dias dos Sovietes, quer mesmo nos dias posteriores ao fim da “dualidade de poderes”, os mencheviques e socialistas revolucionários dominavam alguns soviets. Foi o trabalho político e ideológico e organizativo do PCUS que desalojou os inimigos do comunismo dos soviets.

Continuo até hoje com esta convicção da fundamentação científica estabelecendo uma certa relação de causa e efeito entre o MPLA e o Poder Popular, diremos que se o MPLA não estiver à altura de enquadrar, orientar, dirigir e controlar um amplo movimento de massas em termos do Poder Popular é evidente que este processo não irá longe. O seu ponto limite irá até o momento em que o permitir o trabalho organizativo, político-ideológico do MPLA, até ao ponto em que o permitirem as inevitáveis hesitações de classe da pequena-burguesia que, em princípio, tem medo das massas.

Permitam-me repetir, transcrevendo, sobre o assunto, o que afirmei no meu discurso de 22 de Maio na Cidadela Desportiva aos militantes e aderentes da Cidade de Luanda:

B) O PODER POPULAR – um dos elos essenciais da nossa cadeia, como vimos.

Se analisarmos bem as condições histórico-concretas e as formas como surge o Poder Popular em Angola, havemos de concluir que, do ponto de vista histórico, as nossas

Comissões Populares de Bairro, nascidas em Luanda, estão mais próximas dos Sovietes surgidos na Rússia nos primeiros tempos que antecederam a revolução de Outubro.

“Uma busca na História revelar-nos-ia que é absolutamente importante o estudo minucioso dos”primeiros passos do poder soviético”. Na verdade, o Poder Popular em Cuba, rico de lições, aparece em condições históricas pouco semelhantes em relação ao momento histórico em que assistimos ao nascimento das Comissões Populares de Bairro em Luanda. Não nos parece portanto correcto, do ponto de vista dialéctico e histórico, toda a tentativa de se explicar o Poder Popular em Angola tendo como ponto de referência o magnífico exemplo de Matanzas.

“Senão vejamos: Em Cuba o Poder Popular aparece com o Partido Comunista Cubano no poder; os soviets, na Rússia, marcam a sua aparição na história muito antes da revolução de Outubro, portanto contra o Czar, ou seja em 1905. Nesta altura o primeiro órgão do poder revolucionário era constituído por 151 deputados, e a sua maioria tinha de 21 a 25 anos! Ora em Angola o Poder Popular irrompe com toda a sua força não com o MPLA no poder, mas com uma coligação governamental, cuja correlação de forças era favorável às forças contra-revolucionárias. Basta isto para provar a consistência do nosso ponto de vista – é no estudo da história dos soviets onde devemos buscar a teoria do Poder Popular, sem subestimar outras experiências como a cubana e a vietnamita. Nos seus primeiros tempos, os soviets na Rússia surgem como simples direcção do movimento reivindicativo da época.

“Lénine tendo classificado os erros inevitáveis que acompanhavam o processo da formação dos soviets como casualidade derivada da profunda necessidade histórica, louvou esta iniciativa das massas, à qual reconheceu então aquilo que ele chamou”a alta maturidade política dos operários da indústria têxtil.”

“Os erros, os exageros, os excessos que acompanhavam os soviets, os bolcheviques souberam caracteriza-los: mera casualidade, erros transitórios. Abstraindo de tudo isto, Lénine viu nos soviets a própria essência do Poder popular, dizendo:

“O PODER DOS SOVIETES É O CAMINHO DO SOCIALISMO: DESCOBERTO PELAS MASSAS TRABALHADORAS, LOGO UM CAMINHO SEGURO, UM

CAMINHO INVENCÍVEL”! Eis uma importante e oportuna lição para estudo nos organismos aqui presentes.

“Não passa pela cabeça de ninguém chamar demagogia, populismo e eleitoralismo a esta forma de Lénine ver o fenómeno, porque o estudava dialecticamente.

“Neste sentido, não é por acaso que a terminologia descoberta pelas massas é aplicada. Na história do Partido Comunista da União Soviética diz-se ainda:”o espírito criador das massas fez nascer os soviets. Eles constituíram a forma de Poder Popular que melhor correspondia às condições do desenvolvimento do socialismo na Rússia”.

“E mais: desde o início os soviets foram definidos como formas estatais da ditadura do proletariado.

“O partido bolchevique mostrou capacidade de estender os soviets a toda a União Soviética e hoje os soviets são, na URSS, assembleias de trabalhadores.

“Evidentemente, Angola de 1976 não é a Rússia de 1905 ou de 1917. Mas o argumento não é consistente porque a ser assim, nada vale o estudo da História Universal.

“Outro argumento, frequentemente utilizado é que as Comissões Populares de Bairro só existem em Luanda! Para responder diremos muito simplesmente: na Rússia o Poder Popular nasce numa única localidade, a cidade de Yvanovo, onde, pela primeira vez, operários da indústria têxtil se haviam agitado em greve: na Cuba socialista como se sabe o Poder popular nasce na província de Matanzas: no Vietnam, os órgãos do poder popular nascem na região de Viet Bae.

“A história não nos dá nenhum exemplo de excepção sequer dum país onde o Poder Popular se tenha manifestado em toda a sua superfície ao mesmo tempo.

“Geralmente, se insiste no facto de que o Poder Popular em Angola surgiu da necessidade, em dada época, do combate contra os lacaios internos do imperialismo. Isto é verdadeiro.

“Contudo, esta afirmação não é mais do que a constatação dum fenómeno histórico. O que importa não é apenas esta observação mas a sua interpretação.

O método dialéctico aplicado ao materialismo histórico permite-nos dar a única interpretação possível daquele fenómeno. A continuação da luta contra os fantoches da época, com posições vantajosas na coligação governamental do momento, é um mero motivo nesta relação de causa e efeito. Os agentes internos do imperialismo internacional (colonialismo português e as organizações reaccionárias ditas nacionalistas), não são a causa do aparecimento das Comissões Populares de Bairro. A verdadeira causa do aparecimento e desenvolvimento deste fenómeno político ou social, é no plano histórico a necessidade da passagem da luta anti-imperialista (onde o nacionalismo é o condicionalismo determinante) à fase da luta anti-capitalista (onde o condicionalismo dominante é o factor político-ideológico de classe). De notar que a palavra de ordem contra a exploração do homem pelo homem em Angola se lia nos cartazes, nas ruas de Luanda e nos comícios.

“O que é afinal a luta contra os agentes internos do neo-colonialismo senão um aspecto importante, ponto de partida para as tarefas de transição para o socialismo?

“Que o povo venha ou não a cumprir esta missão muito depende do MPLA, do seu trabalho organizativo, político, ideológico, da sua dedicação e ligação às massas.

“Logo, é tempo de abandonarmos o comodismo mental de explicar às Comissões Populares de Frente de Quimbo, Comissões de Trabalhadores, etc, sempre vinculadas a simples luta externa contra os apaniguados internos do imperialismo mundial.

“Este comodismo mental não nos capacita para perspectivar o desenvolvimento, a trajectória do Poder Popular, o seu verdadeiro papel nesta luta declarada para o socialismo científico (sem acrescentar mais nada depois da palavra científico).

“Tal como dissemos, em vez de ficarmos presos metafisicamente aos excessos, desvios e outros males que ainda acompanham o Poder Popular em Angola, a nossa obrigação era fazer como os bolcheviques – corrigir e prevenir os excessos, os desvios e ver nas Comissões Populares de bairro de Luanda a iniciativa, o caminho seguro descortinado



pelas próprias massas no sentido da luta pela construção do socialismo. O MPLA tem de demonstrar capacidade de dirigir esta força que não pode ser dispersada se queremos avançar com ritmos bem cadenciados.

“Aliás, esta forma de ver o problema, resulta do próprio método dialéctico. Não há casualidade absoluta, toda a casualidade é relativa a uma necessidade. E a necessidade é a lei que dirige o desenvolvimento do fenómeno necessário. A dialéctica marxista nos ensina ainda que, para descobrir uma lei, é importante fazermos a abstracção das suas circunstâncias concomitantes, doutro modo tomaremos estas como lei, tomaremos a causalidade como casualidade. Isto equivale a um caos total e, em política, faz-nos escapar grandes oportunidades para avançar, faz-nos recuar quando devíamos avançar, faz-nos avançar quando devíamos recuar; a energia revolucionária se abate inutilmente, as massas vão ficando pouco a pouco desmobilizadas e menos electrificadas para as tarefas da revolução, o que é muito mau.

“Mas o Poder Popular é ainda a teoria e a prática do estado de transição. Assim sendo, assume grande importância o problema de”aprender a governar o país” ! Fim de citação.

Por conseguinte, o facto de a experiência de Luanda sofrer abalos, reflectir um relativo fracasso, não é indicativo duma pretensa prematuridade eleitoral ou culpa de anarquistas, de esquerdistas ou muito menos culpa das massas. Não, as causas devem ser encontradas básica e fundamentalmente na análise do MPLA como força dirigente do processo revolucionário angolano. É preciso dar-se a resposta às seguintes perguntas: quem dirige e como dirige.

O materialismo dialéctico nos ensina que nem toda a prática é critério de verdade. E, advertindo contra o perigo da vulgarização do conceito de prática e a necessidade de distinguir a prática revolucionária o Manual do Marxismo –Leninismo pontifica:

“Por exemplo, quando a primeira experiência de um novo modelo ou invenção não deu resultado, nem sempre se pode afirmar que o projecto em si próprio é definitivamente inútil. Só uma análise atenta das ideias em que se baseia e das condições em que a experiência foi realizada, nos permitirá adquirir uma noção do resultado obtido.”

A conclusão é simples: O MPLA é ou não capaz de conduzir um processo tão sério, complexo e historicamente inadiável

Se um dos crimes de que me acusam é o de ter lutado, na prática, para as eleições dos órgãos do Poder Popular, deste crime então me pronuncio categoricamente e condenem-me como quiserem.

É doloroso ver hoje alguns dos nossos quadros dirigentes manifestarem uma mórbida desconfiança no Poder Popular, desconfiança que em alguns se transforma em ódio às massas, (há preparativos de repressão reservados para o ano de 1977) em tudo semelhantes ao que os fantoches holdenistas e savimbistas nutriam em relação ao Poder Popular ao qual tinham um ódio de morte!

Também assim se escreve a nossa história.

#### **4º) DEBATE SOBRE A DITADURA DEMOCRÁTICA REVOLUCIONÁRIA**

Ponto quente, e que por esta razão deu polémica mais ou menos acesa.

Não contam os episódios menores que a questão originou. Importa sim analisar a tese do camarada Saydi Mingas, por se ter caracterizado por um perigoso desvio de direita. Negando a terminologia ditadura democrática revolucionária por se tratar duma ditadura da pequena-burguesia, disse, optou então pela sua novíssima tese —” ditadura de vanguarda”.

De ditadura de vanguarda não nos disse nem ensinou Marx, Engels ou Lênine. Se compreendermos a ditadura de vanguarda como, sendo uma força de repressão de um número reduzido de homens, aparentemente acima das classes mas na verdade, ao serviço duma classe no poder, então, concluiremos que a História Universal já nos ofereceu exemplos de tais ditaduras, burguesas e fascistas. Tais foram e são ditaduras reaccionárias, que se abatem contra os povos e os revolucionários da época de Hitler e Mussolini.

A mesma tese é dum anti-marxismo-leninismo elementar porque ignora a relação vanguarda e classe, neste sentido, estamos em presença dum desvio de "esquerda", dum ultra-revolucionarismo, dum arquiradicalismo pequeno-burguês. com efeito, a tese pretende demonstrar que o MPLA (e mesmo neste caso só o Comité Central e o Bureau Político, e não o MPLA como um todo com o seu Congresso, escalões e organismos) é mais revolucionário que a classe operária angolana e o seu aliado natural ( o campesinato ) bem como todos os aliados do proletariado nesta fase e etapa. No plano filosófico, a tese do camarada Saydi Mingas é voluntarista, própria do oportunismo de "esquerda".

Como é possível que o camarada Mingas fosse objectivamente falando, no 3º Plenário e fora dele, um dos que conseguiu e consegue ser a antítese maravilhosa do oportunismo de direita e esquerda? E com que moral me acusa de "esquerdista", quando, na teoria e na prática, ele próprio defende o esquerdismo, o anarquismo, o arbitrarismo revolucionário e o carácter objectivamente reaccionário da tese sobre a "ditadura de vanguarda" ? Seria bom que citasse uma fonte teórica da referida doutrina.

Quem é o sujeito e objecto da ditadura de vanguarda? Do ponto de vista teórico, ideológico e da praxis, "ditadura de vanguarda", aparentemente fora, acima das classes, na verdade só pode significar a repressão dos trabalhadores e dos revolucionários em nome e defesa dos interesses que não são os da classe operária e seu aliado natural, o campesinato. E tudo isto sob a mágica capa do marxismo-leninismo.

Para o pensamento marxista-leninista a ditadura democrática revolucionária. fenómeno particular duma lei geral e universal que é a ditadura do proletariado, representa todo um sistema único e organicamente indissolúvel composto pelo "Partido, Estado e organizações de massas".

Em tese: a ditadura de vanguarda não dá o parto de revolução socialista, dá, isto sim, o partido duma revolução burguesa, com todas as formas reaccionárias brutais e violentas de que a polícia política duma tal ditadura faz uso.

O camarada José Van-Dúnen foi um dos que rebateu e destruiu a tese do camarada Mingas e não só, pois demonstrou o seu conteúdo contra-revolucionário. Este é o facto

que levou o membro do Comité Central Saydi Mingas a dar reacção pública do nome do camarada José Van-Dúnen a quem apresentam como autor da terminologia ditadura democrática revolucionária (vide acta da Reunião do Comité Central da JMPLA), o que nem é exacto porque a expressão ditadura democrática revolucionária foi proposta por uma Comissão que trabalhou para o referido texto composta pelos membros do Comité Central Lopo de Nascimento, Lúcio Lara e eu.

O camarada Saydi Mingas concordará comigo quando afirmo que se alguma vez, neste país, fosse aplicada a ditadura democrática revolucionária os primeiros a serem julgados e severamente condenados pelo nosso Povo seriam de entre outros, os ex-dirigentes conscientes da FLEC, não é verdade? Isto não acontece assim porque vivemos na prática, um regime de "ditadura de vanguarda" e sua praxis.

Eis, em breve resumo, as teses mais essenciais que cada um de nós defendeu no 3º Plenário em relação aos pontos mais decisivos da nossa revolução.

Qual foi o comportamento dos que lutaram pela minha suspensão durante e posteriormente ao 3º Plenário?

Simplesmente miseráveis." Podemos respirar à vontade" , disse Hermínio Escórcio saboreando um cálice de "vitoria" em conversa doméstica. O seu comentário está recheado de frases que não posso reproduzir neste documento porque o pudor mo não permite e para não mancha-lo, pois o meu argumento não deve descer tão baixo. Outros arlequins da mesma opção deram, nos seus círculos habituais, imediatamente a conhecer (violando flagrantemente decisões do Comité Central) que tinha sido nomeado uma Comissão de Inquérito e que alguns deles estavam nesta Comissão para acabar com, a "contra-revolução". Famílias singulares foram aconselhadas no sentido de maiores cautelas e prevenidas contra o perigo do "grupo Nito", posto que o Comité Central iria afastá-los do seu seio. Isto foi dito pelo membro do Comité Central Onambwa em casa de respeitosa família, tendo mesmo enunciado os nomes que iriam ser afastados da direcção. Estando em missão de trabalho no Leste, o membro do Comité Central Dangereaux anunciou também o afastamento dos camaradas Nito Alves e José Van-Dúnen no próximo Congresso.

Foi um verdadeiro carnaval à boa maneira do Rio de Janeiro, de forma a divertir o povo, para mais facilmente o apunhalar entre vivas!

Esta é a fantochada dos direitistas que, com todas as garras, prestaram um óptimo serviço às forças da contra-revolução. Laureados por altos serviços, alguns deles foram conduzidos ao Secretariado e ao Governo com a distinta medalha dos melhores militantes, dos que sempre cumpriram e respeitaram a linha política do MPLA.!!

E assim se vê quem se bateu pela minha suspensão e em nome de que classe o fez e quem trabalha noite e dia para o afastamento, no próximo Congresso, como é sua linguagem, dos sectores revolucionários do MPLA.

Como é que tais camaradas falam hoje em .....Revolucionária de Vigilância ? Com que coragem o fazem. O que é isto senão demagogia?

Contudo, e na linha geral da dialéctica ofensiva desencadeada contra os sectores marxista-leninistas do MPLA, o Secretário Administrativo do Bureau Político, aproveitou o dia 10 de Dezembro na Lunda, para atacar os” fraccionistas” dizendo mesmo que há camaradas que pretendem encontrar soluções dos problemas do Movimento fora deste e que”se reúnem na casa deste ou daquele (vide discurso da Lunda por ocasião do 20º Aniversário do MPLA):

Francamente! Isto também é repressão das mais violentas, isto também é demagogia das mais violentas! Reuniões em casa deste ou daquele!...

A vigilância militante do nosso Povo desafia com sucesso a vigilância repressiva de sectores reaccionários da DISA. Assim, durante o período que precedeu a formação e publicação do segundo (actual) Governo da RPA, encontros constantes foram detectados, com a mesma frequência, na casa situada na Rua Camilo Castelo Branco, nº 14-16, Bairro de Alvalade, atrás do cinema Avis. Sabe-se que esta casa é domicílio do actual Vice-Ministro dos Transportes, Jujú. Estes encontros prolongavam-se até às primeiras horas da madrugada do dia seguinte. Como seus frequentadores contavam-se os nomes do membro do Comité Central e do Bureau Político e Secretário Administrativo do Bureau Político Lúcio Lara, o director do” Jornal de Angola” Costa Andrade (N’dunduma), o actual Vice-Ministro da Educação Pepetela, o membro do

Comité Central e membro da Comissão Nacional de segurança Onambwa, e hoje membro do Secretariado onde dirige o Departamento de Orientação revolucionária e o director do Museu de Angola Abranches, este, nomeado por decisão do Bureau Político como redactor da História do MPLA ( !!!...) o actual Ministro da Defesa, Iko Carreira, membro do Comité Central e do Bureau Político, foi visto uma única vez. A última vez em que foram vistos na mesma casa (do Jujú) foi no dia 30 de Dezembro do ano passado.

Nesse dia os carros em que andaram foram assim identificados; OPEL (amarelo) com matrícula AAI-41-74, utilizado pelo Secretário Administrativo do Bureau Político; TOYOTA (cinzento) 2.000 com matrícula AME-01-61, utilizado pelo Abranches; FORD TAUNNUS XL (vermelho) com a matrícula AAF-62-15, utilizado por Onambwa.

Por estranha coincidência foi visto, no meio de tudo isto e na mesma casa, o militante da Revolta Activa Joaquim Pinto de Andrade.

Camarada Presidente

Camaradas do Comité Central

Eis aí um maravilhoso quadro do comportamento brilhante e exemplar de dirigentes, os mais disciplinados, os que melhor cumprem com a linha política do MPLA!

Mas, pergunto, a casa do Jujú é a rede do MPLA ou a sala especial de reuniões especiais do MPLA? O camarada Presidente Neto terá conhecimento dessas reuniões? Qual é o verdadeiro objectivo dessas reuniões que se prolongam até às primeiras horas do dia seguinte? Que estratégia é esta? O porquê da coincidência do compatriota Joaquim Pinto de Andrade nacionalista consequente da etapa da luta anti-colonial? Não estamos em presença da verdadeira fracção de direita no seio do MPLA ? Como é que membros do Comité Central e do Bureau Político, os que mais lideram a feroz campanha contra o "fraccionismo" se reúnem deliberada e conscientemente na casa do Jujú? A quem foram entregues os relatórios de tais reuniões? Que nome tem isto se não o verdadeiro militante e actuante fraccionismo e divisionismo?

Camarada Presidente

Camaradas do Comité Central

Os nomes dos militantes que realizaram esta tarefa de defesa intransigente da nossa revolução devem ser defendidos da brutal repressão da direita – que poderia ir até ao seu possível aniquilamento físico tendo em conta a natureza da revelação e o golpe que isto representa na estratégia das forças que, no plano da nossa História, sabê-mo-lo hoje mais do que nunca, foram sempre, na esteira política da Primeira Guerra de Guerrilhas contra o colonialismo português, forças políticas essencialmente anti-Neto, há que dizê-lo com coragem. Por esta razão só no Congresso ou por circunstâncias especiais é que me reservo o direito revolucionário de revelar os nomes desses verdadeiros heróis e militantes da nossa revolução.

Camarada Presidente

Camaradas do Comité Central

Esta minha análise crítica, relativa aos trabalhos da IIIª Reunião Plenária do Comité Central pretende não só demonstrar a urgente necessidade de se desmascarar o oportunismo de direita há muito instalado no nosso Movimento e cujo adiamento não seria possível à luz dos condicionalismos históricos do processo revolucionário angolano, mas acima de tudo aclarar (aquilo) o que , provavelmente é já do conhecimento dos nossos militantes, isto é, que existe um grande fosso a separar as revolucionárias decisões finais e a relação de forças predominantemente favoráveis à santa-aliança contra-revolucionária.

Impõe-se pois, que uma vez mais com o Camarada Presidente se levante a interrogação:

“Que forças sociais estariam interessadas no afastamento e suspensão do camarada Nito Alves, quer para fora de Angola, quer em relação ao Comité Central ou Governo?”

## **12 - CONCLUSÃO FINAL: AS CAUSAS REAIS E OBJECTIVAS DAS NOSSAS DIVERGÊNCIAS NOS PLANOS FILOSÓFICO, IDEOLÓGICO, ORGANIZATIVO E HISTÓRICO. A DUALIDADE DE CRITÉRIOS DE DISCIPLINA**

Finalmente, no fim deste texto talvez excessivamente longo mas necessário e de acordo com o método lógico que tenho estado a fazer uso, já é natural e racionalmente possível, com pleno conhecimento de causa, enfocar as verdadeiras origens das nossas divergências e contradições.

Tudo aconteceu sob o inevitável influxo das leis objectivas do desenvolvimento histórico à luz do materialismo histórico. Não há nada de feticismo no meio de tudo isto. Estamos pura e simplesmente em presença de fenómenos objectivos inerentes à dinâmica e dialéctica do movimento de libertação nacional, à dinâmica da ampla frente anti-imperialista, à opção socialista.

Assim, a metodologia marxista-leninista permite destacar as causas básicas das nossas divergências e contradições, e podemos distribuí-las do seguinte modo:

### **a) NO PLANO FILOSÓFICO**

– a ignorância ou não aplicação por parte de muitos quadros dirigentes e de estruturas completas conduziu inevitavelmente à negação objectiva da metodologia científica. O subjectivismo, o eclectismo, a metafísica e mesmo ainda o sincretismo de muitos quadros dirigentes substituiu-se à dialéctica subjectiva (movimento de conhecimento) que deve reflectir a dialéctica objectiva ( movimento de matéria ).

Com efeito, se partirmos da definição de Lénine sobre a matéria, ”toda a realidade objectiva que nos é dada pelas sensações”, logo, concluímos que o próprio MPLA é, neste sentido filosófico, ele próprio matéria.

Neste sentido, o actual estado miserável do nosso movimento em matéria de organização, o estrangulamento e violação sistemática do centralismo democrático, são uma realidade objectiva que existe no MPLA independentemente da consciência e vontade dos seus militantes e dirigentes, queiram ou não os membros do Comité



Central. Ora, as três grandes formas universais da existência da matéria são o movimento, o espaço e o tempo. Quer dizer que toda a matéria, como categoria filosófica que exprime a realidade objectiva, só pode existir em movimento ocupando espaço e tendo vida temporal. A matéria tem existência independente, não depende da consciência e vontade do homem, posto que o mesmo homem é por sua vez matéria, a sua forma superior de existência, organização e desenvolvimento, captando-o no espaço e localizando-o no tempo.

É impossível esta sensação, percepção e representação sob o MPLA, sem operarmos mentalmente com a relatividade do movimento espaço e tempo. E aqui entram em campo os princípios, categorias e leis do materialismo histórico, pois o MPLA é um fenómeno político, social e histórico.

Pelo exposto, conclui-se que os nossos juízos acerca do MPLA só são rigorosamente verdadeiros quando enfocamos as características essenciais e distintas de cada fase e etapa do nosso processo revolucionário, em termos tácticos e estratégicos.

Fora desta metodologia e técnica científicas, os nossos juízos são e serão falsos, serão inverdades, produto do "eu" subjectivo, do solipsismo, do preconceito, resultado do idealismo subjectivo do investigador. Este procedimento é próprio dos agnósticos – e há -os muito dentre os quadros dirigentes do MPLA. Em tais circunstâncias se confunde o verosímil com o verdadeiro.

É aqui que meus juízes devem fundamentar a acusação do requisitório comum do Secretário Administrativo do Bureau Político e todos quanto pensam como ele.

A esta respeito, Engels observa criteriosamente sito:

“Se um dos dois actua segundo a verdade e a ciência e o outro segundo superstições e preconceitos, normalmente ocorrerão perturbações nas suas relações recíprocas, e, em todo o caso, a um certo grau de incapacidade, de brutalidade ou de perversidade de carácter, o conflito será inevitável.” (33) O sublinhado é meu.

Lénine nunca desligou a política da psicologia. Sabia-o mais do que ninguém que a conduta política do militante, do quadro e do dirigente, poderia ser determinada constante ou casualmente pelo seu carácter. Assim escrevia ele:

“Depois de muito tempo constatou-se que os defeitos dos homens se ligam em grande parte às suas qualidades. Tais são os defeitos de numerosos dirigentes comunistas.” (34)

Estas duas citações dizem tudo acerca da base filosófica das nossas contradições.

Como é que não haveria perturbações e contradições entre nós se partimos de bases metodológicas diferentes? Os camaradas membros do Comité Central que se atiraram com fúria e paixão sobre mim, fizeram-no a partir de que princípios filosóficos? Qual é a filosofia que norteia a vossa conduta, o vosso papel de dirigentes? Não é ilustrativa a contradição dialéctica entre o carácter sincrético, metafísico, hegliano e maoísta que enferma a mentalidade de muitos dirigentes do MPLA, dum lado, e o pensamento de Marx, Engels e Lénine, doutro lado?

A acrescentar a este mal, está o carácter de cada um de nós, com o seu fundo temperamental, que torna às vezes, muito mais difícil, o trabalho colectivo, a colegialidade revolucionária, etc.

Evidentemente, tudo isto deve ser encarado não de modo estático, mas dinâmico, em desenvolvimento, modificação e transformação, a superação constante do velho pelo novo. No mundo nada foi dado de uma só vez para sempre. Tudo flui. O próprio carácter e temperamento modifica-se constantemente segundo leis históricas e outras.

De resto, a continuarmos nesse ritmo e estilo, uns tenderão a enganar permanentemente os outros e, segundo Engels na passagem atrás referida, “a um certo grau de incapacidade, de brutalidade ou perversidade de carácter” uns camaradas dirigentes no Comité Central tenderão a mandar para a força, fuzilamento ou prisão outros camaradas, militantes ou quadros que são verdadeiramente revolucionários, só porque estes superam-se quotidianamente, no plano individual, do ponto de vista, político e ideológico.

Se repararmos bem o fundo das campanhas de intoxicação em curso contra algum de nós, na rádio, imprensa, TPA e no “Angola Combatente”, facilmente concluiremos que

a incapacidade e, a brutalidade da santa aliança das forças de direita com os maoístas, assinala a perspectiva de carácter de alguns dirigentes do Comité Central, está a preparar as condições para a formação duma óptima e receptiva opinião para actos verdadeiramente contra-revolucionários.

O sentimento interior de frustração, a consciência que cada um tem de si em matéria de frustrações pode obriga-lo, em determinadas condições concretas, a descarregar cega e brutalmente contra as” suas vítimas”.

O povo de Angola, os trabalhadores angolanos, a classe operária angolana, os camponeses, a intelectualidade revolucionária, as Comissões Directivas do MPLA, os organismos de massa do MPLA - a JMPLA, a OMA, a UNTA -, os representantes do Governo Central nas Províncias, têm de estar vigilantes contra estas manobras, verdadeiramente criminosas, sob a bandeira da luta contra um pretenso fraccionismo de que estaríamos na origem, manobras que só favorecem a reacção e o imperialismo mundial.

A direcção da DISA, no seu terror de polícia política e para a santa caçada” às bruxas” utiliza o seguinte sofisma:

Todos os que falam do Nito Alves devem ir parar à prisão

O militante x fala do Nito Alves

Logo, o militante x deve ir para a prisão

Que brilhante capacidade de raciocínio!

A lógica, nos seus princípios estruturais, não tolera semelhante absurdo. A direcção da DISA, abstraindo-se até do carácter classista que qualquer aparelho de Segurança, devia já ter sabido, pela magnitude, delicadeza e complexidade da sua missão e papel no processo revolucionário, que o silogismo é por si só um princípio da sofística e esta é, em última instância, o próprio método do idealismo. E o carácter reaccionário do silogismo manifesta-se com toda a evidência, sempre que as premissas são falsas. É exactamente isto que ensinam, D.P.Gorski e P.V.Tarvants, na sua obra intitulada LÓGICA:

“...embora que a observância das leis da lógica é condição para a obtenção da verdade mediante o raciocínio (...), esta condição por si mesma é insuficiente; há de dar-se além do mais, premissas verdadeiras.” (35)

O sofisma que a DISA elaborou e colocou nas mãos dos seus agentes para a caçada ” dos chamados pró-Nito” é logicamente inconcebível, política e ideologicamente reaccionário. Como construção mental revela a tacanhez dos seus autores. Como é que se pretendem conclusões revolucionárias a partir de premissas reaccionárias e cavilosamente montadas e por isso mesmo impregnadas de toda a toxina de falsidade?

Contudo, um batalhão do sector provocador e contra-revolucionário da DISA, a exemplo de uma” matilha que se atíça às canelas” foi largado em Luanda, em especial, e por todo o país, em geral, com a missão de caçar os chamados” pró-Nito”. Confundem oportunamente deste modo reaccionários com revolucionários e com isto, a oportunidade de estrangulamento dos marxistas-leninistas que pretendem e lutam sinceramente por ser ortodoxos. Devo declarar diante do nosso Povo que a nossa história regista, com todos estes casos dolorosos, uma etapa de verdadeira repressão. Aquele sofisma serve portanto, de resto funciona como instrumento de acção nas mãos da polícia política, para reprimir os militantes, intimidar as amplas massas trabalhadoras, destroçar os revolucionários, numa palavra sabotar a revolução que é deste modo apunhalada traiçoeiramente por dentro.

Mas, se as conferências de Dezembro dadas pelos camaradas professores soviéticos aos membros do Comité Central valeram de alguma coisa, importa sublinhar e recordar aqui o que então foi dito acerca da sofística:

“Neste sentido, o método da dialéctica materialista opõe-se a toda unilateralidade, ecletismo e sofística. O ecletismo admite uma combinação, carente de consequência e de princípios, de concepções heterogéneas que, com frequência, se excluem mutuamente. Ele substitui a análise dialéctica das conexões por um esquema formal das”conexões em geral”, por uma combinação mecânica de elementos heterogéneos. A sofística é um raciocínio falso baseado em argumentos ambíguos e falsos. Faz caso omissa do mais essencial do fenómeno e arranca alguns dos seus aspectos e conexões para transferi-los para outros fenómenos, obstaculizando, assim, a revelação da sua verdadeira essência.” (Esta passagem pode ler-se literalmente na página 9 do Texto de

Filosofia 3, Os Princípios Metodológicos do Conhecimento Científico e de Acção a Revolucionária.).

E.OTTO V. KUUSINEM, escreve conjuntamente com os seus colegas na elaboração do Manual de Marxismo-Leninismo:

“O marxismo ainda tolera menos a mínima tentativa de formar a verdade científica em benefício das necessidades do momento.

O espírito de partido do marxismo opõe-se a que se viole a objectividade da investigação e se deformem os factos, sejam estes quais forem.”(36)

Ora no MPLA e no aparelho de poder de estado de RPA, apercebemo-nos quotidianamente, da acção perniciosa dum Secretário do Bureau Político e uma direcção da DISA que, incapazes de investigação científica, mutilam factos, deturpam acontecimentos, violam a objectividade, enfim no interesse de destruir militantes imbuídos da doutrina revolucionária golpeiam a alma do marxismo-leninismo.

Para conseguirem os seus intentos inconfessados, deitam mãos à única arma que possuem: o ataque pessoal, a intriga, a calúnia e a difamação, a desinformação, as campanhas de intoxicação de massas impregnadas com todas as toxinas da contra-revolução.

## **b) NO PLANO IDEOLÓGICO E ORGANIZATIVO**

Fácil é concluir que o que se passa é um dos momentos da luta ideológica no seio da frente anti-imperialista que é o MPLA, uma vez proclamada a opção socialista e o marxismo-leninismo como o nosso guia. A diferença entre as palavras e os actos, quando falamos de hegemonia da classe operária. Como é que isto se materializa em Angola, à luz dos nossos diversos condicionalismos. O que nos é dado a observar é o detrimento do trabalho de formação e organização da classe operária, em favor duma política de recuperação de pequeno-burgueses inveterados e oportunistas.

Vemos um empenho que daqui a x anos, nos daria um Partido eclético, onde a social-democracia e os maoístas teriam o ascendente, podendo adivinhar-se as consequências

prováveis que daí decorreriam: o anti-sovietismo campeia muito habilidosamente. Para esta opção, a nossa aliança com o campo socialista mundial, em especial com a União Soviética é mera questão de tática e não de estratégia global do movimento revolucionário mundial. Basta ver as ameaças que se fazem em relação aos” novos Paivas” (pró-soviéticos, agentes de Moscovo). É a luta entre as tendências conservadoras e revolucionárias no seio da frente. É a tentativa de as forças decadentes e conservadoras se substituírem às massas, o medo destas. É o desconhecimento total da teoria geral da Organização. A atitude paternalista e tutelar perante as massas e os organismos e escalões do Movimento. A intenção real de não realizar a classe operária e todos os trabalhadores. A teoria oportunista de se identificar a democracia revolucionária com as massas, quando aquela é na teoria a na prática, simples representante destas. A perseguição feroz contra camaradas que passaram a ser” homens –sombra”, revolucionários perigosos.

Para que se faça uma ideia exacta desta luta ideológica, e a título ilustrativo, apresento alguns casos concretos.

Falando para a revista *Afrique-Asie*, em número especial de 11 de Novembro (1976), o Secretário Administrativo do Bureau Político diz ali clara e expressamente que o no MPLA há uma” coabitação de classes” , isto para não descermos a detalhes que uma crítica a propósito atenderia na análise global da referida entrevista.

O que é isto de” coabitação de classes”? Que teoria é esta e qual o seu conteúdo científico? Quais são as fontes desta ideologia? O Secretário Administrativo do Bureau Político deveria indicá-las.

Aparentemente, esta teoria revisionista aparece-nos como algo de novo no quadro geral das construções ideológicas do revisionismo moderno. Na verdade, a teoria de” coabitação de classes” é sinónimo da velha teoria do socialismo pequeno-burguês do francês Proudhon, a teoria da” colaboração de classes”. Em filosofia marxista-leninista não há diferença de conteúdo ideológico entre” coabitação” e” colaboração”, são sinónimos literalmente falando.

Não há ..... ao possível em contrário: a doutrina do sistema de ideias em “coabitação de classes” pode ser tudo menos marxismo-leninismo, pode ser teoria marxisante, uma “especulação ébria”, mas no fundo, equivale a “apostasie ideológica”. Com efeito a tática do revisionismo moderno consiste exactamente em utilizar uma nova terminologia para enroupar o velho revisionismo, e também o velho socialismo utópico.

Mas, o que caracteriza o socialismo pequeno-burguês é o tratamento ideológico que os seus ideólogos reservam aos camponeses a quem reconhecem, utopicamente, virtudes que no pensamento de Marx e Engels e confirmado pelo pensamento e prática de Lénine, pertencem, num critério objectivo de caracterização dialéctica, à classe operária.” Tal como os iluministas franceses – escreve Konstantine Zaródov – (os socialistas utópicos), não pretendem, primeiro, emancipar uma classe, mas logo toda a humanidade. Os socialistas utópicos confiavam em realizar o seu ideal socialista de uma maneira paulatina – mediante a persuasão.”

Eis um dos parâmetros da teoria de” coabitação de classes” do Secretário Administrativo – Lúcio Lara.

Mas o proudhonismo é hoje um problema que diz respeito ao revisionismo internacional moderno, da moderna social-democracia internacional – cooperação das classes para a construção do” socialismo”. Eis o verdadeiro perigo ideológico para o MPLA. E aqui há que se travar uma luta ideológica, há que abrir bateria de ataque, demolir estes castelos nacionais do revisionismo internacional. Há que destruir a concepção idealista do” socialismo de rosto humano”.

Ora, o 3º Plenário do Comité Central condena os que lançam a” confusão ideológica” e o próprio Secretário Administrativo do Bureau Político tomou parte activa neste debate.

Mas isto de” coabitação de classes”, o que equivale à paz e harmonia entre classes, o que significa essencialmente a negação da luta de classes, o que conduz à negação da alma do marxismo-leninismo, tudo isto não é mais do que uma confusão ideológica ? Neste sentido, o próprio Secretário Administrativo do Bureau Político é um dos agentes activos e militantes da confusão ideológica. Porém, é muito mais do que isto – é o

ideólogo do proudhonismo em Angola objectivamente falando. Vive-se, em Angola, uma época de propositada e planificada diversão ideológica.

“Lénine caracterizou o prouodhonismo de” teoria do pequeno-burguês e do filisteu obtuso” , incapaz de colocar-se no ponto de vista da classe obreira. As ideias do prouduonismo são utilizadas em grande escala pelos” teóricos” burgueses para defender a colaboração de classes.” (37)

O Secretário Administrativo de Bureau Político, não venha dizer que não deu a entrevista.

Entorpecendo a correcta compreensão dos nossos jovens, o camarada Saydi Mingas, que me acusa de saber menos marxismo-leninismo do que ele, explicou com profundas distorções e à sua moda a questão da Ditadura Democrática Revolucionária de que Lénine trata em Duas Tácticas da Social-Democracia na Revolução Democrática. Atribui a Lénine afirmações, que nunca foram dele. Apresentou, explicando a essência das Duas Tácticas, um conteúdo estranho ao que lhe atribuiu o seu genial autor.

“Lénine definia que a Ditadura Democrática Revolucionária – diz aquela membro do Comité Central – era uma fase do processo revolucionário para a tomada do poder pelas forças progressistas. Lénine dizia que a classe que deveria exercer a ditadura democrática revolucionária – confirma o” mestre” do marxismo-leninismo – seria o proletariado, seria a pequena-burguesia revolucionária, dentro do contexto da tomada do poder pela mesma pequena-burguesia.”

Eis a sábia lição que o camarada Saydi Mingas brindou a JMPLA aquando da reunião extraordinária do Comité Central daquela organização de massas do MPLA. E não venha dizer que não afirmou isto perante o Comité Central da JMPLA, tentar por malabarismos oratórios, dar o dito por não dito, porque estas afirmações estão gravadas em fita magnética. Esta fita possui ainda parte que não foi reproduzida, porque aquela membro do Comité Central pediu sigilo sobre a questão e exijo que a fita seja totalmente ouvida por uma comissão de Comité Central, (vide acta do Comité Central da JMPLA).



Esta lição ignora o que Lénine disse sobre o conteúdo e formas de luta e o objectivo na sua obra. É uma explicação que falseia a obra e lança a confusão ideológica na massa juvenil e no seio dos militantes e da Organização em geral. Lénine tinha em vista aquilo que aquele membro do Comité Central estropia e ignora. Mas além disso, o camarada Saydi Mingas idealizou a sua tese sobre a ditadura de vanguarda, cuja crítica ficou nas páginas anteriores. Isto não é suficiente para lançar a confusão ideológica o camarada Saydi Mingas poderá indicar aos militantes as fontes teóricas da sua concepção ideológica?

Esta estranha tese em relação ao marxismo-leninismo, equivale a uma doutrina heterocíclica e o seu conteúdo é a confusão entre os conceitos vanguarda e classe.

E falando de vanguarda e classe e dos seus vínculos internos, Lénine escreveu:

“O partido marxista – ensinava Lénine – é uma parte da classe obreira, seu destacamento de vanguarda, o partido não pode confundir-se com toda a classe e se cria mediante a selecção dos melhores homens e mais fiéis à revolução.” (38)

Confundir a vanguarda, o partido com toda a classe, ou destacar uma estranha ditadura do partido (fora e acima ou abaixo ou de lado?) da classe, é ao mesmo tempo uma manifestação de radicalismo pequeno-burguês um desvio anarquista e “esquerdista” dum lado, e evidente oportunismo de direita, por outro, é uma maravilhosa síntese do duplo oportunismo.

Todas estas aberrantes teses entorpecem a correcta formação e educação política e ideológica dos militantes e da classe operária, lança a confusão total na massa militante.

E mais.

Falando para um auditório com cerca de quinhentos presentes no “Acto de Ingresso das Brigadas de Alfabetização Hoji Ya Henda” o Secretário Administrativo do Bureau Político afirmou a dado passo: “a escola secundária que herdamos não serve para nada ao nosso povo”, (esta expressão vem em letras garrafais na primeira página do “Jornal de Angola” no dia 14 de Janeiro do ano em curso. E mais adiante disse: “Ora nós não podemos deixar de pensar que há muitos electricistas operários portanto, trabalhando

hoje, ou talvez estejam desempregados, que com relativa facilidade, com maior facilidade que qualquer de vós, estaria mais rapidamente em condições de substituir o engenheiro electrotécnico, ou aquilo a que se chama auxiliar electrotécnico”. (vide palavras textualmente assim impressas na página dois do referido número daquele jornal).

À primeira vista nada de mal está contido neste pensamento. Mas, se analisarmos profundamente o conteúdo político-ideológico desse pensamento do Secretário Administrativo do Bureau Político compreenderemos à luz do marxismo-leninismo, que está aí com toda a evidência, a ideologia do maoísmo, portanto, um dos princípios dos maoístas. A vulgarização e popularização da ciência é nota característica do maoísmo e dos maoístas. A tese, assim enunciada pelo Secretário Administrativo do Bureau Político é, em termos ideológicos, uma tese populista, é populismo de” esquerda” . Com efeito, Lénine nunca ensinou isto, nunca disse que”com maior facilidade, qualquer operário electricista estaria em melhores condições de substituir qualquer engenheiro electrotécnico ou auxiliar electrotécnico. A história já provou que foi com tais populismos e vulgarizações do marxismo-leninismo que o maoísmo, confeccionando a sua própria” revolução cultural” traiu a essência da própria revolução chinesa. Essa tese reflecte bem uma das variantes do esquerdismo, do radicalismo pequeno-burguês em matéria da reconstrução nacional.

Mas, para demonstrar o carácter harmonioso desta concepção maoístas da revolução no pensamento do Secretário Administrativo do Bureau Político, haja em mente a recordação dum outro tema que o mesmo desenvolveu, em Dezembro do ano findo, na Faculdade de Medicina da Universidade de Luanda por altura da inauguração da banca do militante. A certo passo, referiu a necessidade de destruição da velha universidade colonial, arrasando com todos os seus elementos de cultura e ciência, era preciso”fazer isto com uma *buldoza* e começarmos do zero”. Esta magistral lição foi transmitida pela TPA.

Ora, esta noção de destruição é própria do mecanicismo, não tem nada a ver com a noção dialéctica marxista-leninista de destruição, ou seja, a teoria da negação da negação de que nos ensina Engels no Anti – Duhring.

Eis outra face do membro do Bureau Política Lúcio Lara, face em que ele se identifica plenamente com o maoísmo, portanto, com a concepção do mundo e da revolução “socialista” segundo os maoístas. Importa ainda dizer que a tese do operário electricista que com relativa facilidade, (...) estaria mais rapidamente em condições de substituir o engenheiro electrotécnico é, no fundo, na essência, uma tese anti-internacionalismo proletário porque, sendo uma ideologia do chauvinismo nacional, isola o país da ajuda incondicional do internacionalismo que vem do campo socialista mundial e do movimento operário mundial. Noutros termos a tese em questão é uma derivada da teoria de “contar com as nossas próprias forças” que é maoístas em excelência.

É curioso notar que as duas declarações do Bureau Político, uma feita por ocasião do 11 de Novembro (passado), outra por altura da comemoração do 4 de Fevereiro (deste ano), fez-se em qualquer uma delas uma menção destacada a esta teoria reaccionária, fazendo apelo à classe operária e a todos os trabalhadores para a observância desse princípio (maoísta). Na redacção da Declaração do 4 de Fevereiro é mesmo dito, contar essencialmente com as nossas próprias forças. Quem estuda, analisa e critica tais declarações encontra em ambas uma profunda dose do maoísmo, há na última, palavras e expressões textuais de Mao Tse Tung.

Uma investigação a respeito da Declaração de Novembro, diz-nos que o corpo global do mesmo, é semelhante (até na redacção!) a uma circular do DOP posta a circular antes do 11 de Novembro. Que estranha coincidência. Mas sabemos que o DOP e o DIP (foram ou são, com outro nome) o ninho privilegiado dos maoístas.

É tempo de perguntar: quem é o verdadeiro responsável pela redacção das Declarações do Bureau Político. O Comité Central tem o direito de perguntar isto ao Bureau Político e responsabiliza-lo. Quem é que escreve tais declarações? É uma interrogação que exige resposta, obrigatória e dentro da perspectiva única em que a pergunta é formulada.

Ora, parece-me que depois da conferencia dada pelo professor Massilla, na cadeira de Economia Política, e exactamente sobre Economia de Transição, conferencia escutada por grande número de membros do Comité Central, todas as dúvidas e teimosias caíram por terra. Foi dito que a teoria de “socialismo” contar com as nossas próprias forças” é um estúpido anti-sovietismo. A razão é bastante simples. Segundo a doutrina marxista-

leninista disse o conferencista, a teoria de "contar com as nossas próprias forças" é economicamente reaccionária e politicamente é nacionalismo, dos mais estreitos acrescento eu.

Ora, estamos em presença de duas concepções diferentes sobre a revolução socialista. Mas não há duas teorias distintas que conduzam ao socialismo científico. Marx e Engels fundaram esta teoria, Lénine enriqueceu-a, fundou e construiu o primeiro país socialista do mundo – a União Soviética. Sem a experiência histórica da construção do socialismo na União Soviética sob a direcção do PCUS, sem a experiência do campo socialista mundial é impossível literalmente falando a construção do socialismo a partir do nada, do zero, da invenção artificial, em tais condições estaremos diante dum socialismo utópico.

Em conclusão, se não há duas teorias distintas para a construção do socialismo, mais exactamente se o maoísmo não conduz ao socialismo científico, logo é de concluir que a revolução angolana não pode ter dois líderes diferentes; um, o Camarada Neto, defensor do socialismo científico fundado por Marx, Engels e Lénine e outro, o Secretário Administrativo do Bureau Político defensor do maoísmo. Isto decorre da seguinte premissa histórico-científica; Não há dois socialismos. O socialismo ideal é uma utopia reaccionária.

Em suma, o que se passa no Comité Central é o reflexo inevitável da contradição fundamental no seio do MPLA – a luta entre o marxismo-leninista e o revisionismo de direita e de "esquerda", que, em última análise, a contradição fundamental entre a aliança operário-camponesa com a pequena-burguesia e a média burguesia. Eis a essência objectiva das nossas divergências e contradições.

Última Manifestação do Anti-Comunismo e do Anti-Sovietismo Militante.

Falando na sua qualidade de professor da cadeira sobre história do MPLA perante os responsáveis políticos – Comissários – da DISA em cada Província, o Secretário Administrativo do Bureau Político Lúcio Lara, na aula do dia vinte e nove de Dezembro do ano passado, tratando do tema da atitude dos países socialistas para com o MPLA ao longo da Primeira Guerra de Libertação Nacional, disse a dado passo: "nem sempre os

países socialistas nos souberam compreender nas horas mais difíceis da luta armada; uns chegaram mesmo a impor-nos uma condição da sua ajuda ao MPLA”. Continuando, o professor da História do MPLA enumerou países socialistas seguida da caracterização do comportamento de cada um deles face ao MPLA – falou de todos os países socialistas da Europa e, com habilidade que o caracteriza não se referiu expressamente à União Soviética. A concluir a lição, apelou por isso mesmo a atenção dos estudantes, ensinando-os que era necessário terem muito cuidado porque o comportamento dos países socialistas nem sempre foi o melhor e que, ” no fundo toda a política é uma acção comercial”. Os estudantes do curso não hesitarão em desmascará-lo em qualquer ocasião.

Vou enquadrar antes de mais esta lição no seu devido tempo e espaço.

Quanto ao tempo, a lição é posterior às decisões do 3º Plenário do Comité Central, que incluíam entre outras, a recomendação da constituição duma Comissão para os trabalhos da elaboração da História do MPLA. Por decisão do Bureau Político é um dos componentes da referida comissão. Ora em termos, de disciplina até, constitui uma grave indisciplina em relação ao 3º Plenário do Comité Central já se vê que a História do MPLA sairá daquela Comissão com um historiador assim.

Quanto ao espaço, esta nociva lição do anti-comunismo e do anti-sovietismo militante enquadra-se no espaço que vai do 3º Plenário do Comité Central ao 1º Congresso do MPLA, Congresso da Fundação do Partido. No estado actual, o papel de condutor ideológico desse Partido está atribuído ao Secretário Administrativo do Bureau Político, que, na prática, materializa todo o sistema de ideias da sua concepção de partido. Daqui se pode ver o tipo de partido, qual a natureza, qual é o conteúdo ideológico do partido que o Secretário Administrativo quer fundar em Angola.

Em ambos os casos, isto é, quer a relatividade do tempo, quer a do espaço, importa dizer que tudo isto é feito quando temos em Angola a presença do campo socialista mundial cujo internacionalismo está patente no seu engajamento nos dias anteriores ao 3º Plenário do Comité Central. Isto para não particularizar o papel decisivo de Cuba e da União Soviética na última guerra contra as formações militares dos exércitos pró-imperialistas e racistas do Zaire e da África do Sul.

Mas, qual é a crítica que deve ser feita, no plano do marxismo-leninismo, a essa lição do anti-comunismo e do anti-sovietismo do Secretário Administrativo do Bureau Político?

Vou fazê-la.

O movimento comunista internacional define, a justo título, o movimento de libertação nacional como seu aliado, no quadro geral da luta pela derrocada do imperialismo internacional. Contudo sendo uma lei do movimento revolucionário mundial também da nossa época, a verdade é para o movimento comunista internacional, seguindo os conselhos de Lénine, o aliado não pode ser encarado como força com a qual se possa contar a todo o momento. Quer isto dizer que se o movimento de libertação nacional autêntico e sério tem o movimento comunista internacional um aliado sempre seguro, a tese inversa não é verdadeira pelo menos em absoluto. Ou seja, nem todo o movimento de libertação nacional concreto, historicamente dado é aliado seguro do movimento Comunista mundial. Isto ocorre assim não por culpa nem preconceitos dos Partidos comunistas dos países socialistas, mas exactamente em função do carácter instável, da oscilação, da flutuação de dado movimento de libertação nacional concreto, vivo, real e actuante, no campo da acção, e da luta e da prática com o movimento de libertação nacional em geral, abstracto, mas com cada movimento de libertação nacional historicamente concreto.

A este propósito, eis o que diz o Manual de Marxismo-Leninismo, editado por OTTO V.KUUSINEM e Outros, a respeito de estratégia política e justamente a propósito do aliado:

“Cada Partido Comunista admite e tem presente também o papel independente do movimento operário dos países vizinhos e dos movimentos revolucionários das colónias, não os considerando como simples” reserva” da revolução, nem no seu país nem em qualquer outro. Uma atitude diferente para com os destacamentos do movimento de libertação contra o imperialismo não só iria contra os próprios princípios dos comunistas e sua moral política, como ainda implicaria o perigo de se virem a perder esses aliados”, fim de citação, IIº Volume, página 64, Novo Curso Editores.

Eis os princípios leninistas que o Secretário Administrativo do Bureau Político ignora em favor do chauvinismo nacional.

É evidente que isto não exclui a crítica, entre partidos, do comportamento criticável desse ou daquele Partido Comunista mas, esta não pode ser feita em escola onde estão militantes que se iniciam, pela primeira vez na aprendizagem política. E quando isto é feito como lição numa tal escola, a explicação desse comportamento é a seguinte: uma tal posição é antes de mais nada uma posição anti-campo socialista mundial, uma posição essencialmente anti-comunista.

Hoje, uma crítica especial merece ser feita ao Partido Comunista da China, que traiu o movimento de libertação na África, na América Latina e na Ásia.

Em tese, o Secretário Administrativo do Bureau Político é uma série ameaça para o nosso processo revolucionário, para o movimento comunista internacional, uma séria e perigosa ameaça ao movimento operário e ao movimento revolucionário mundial.

É por isto que o marxismo-leninismo há muito desconfia do membro do Comité Central Lúcio Lara.

Assim é porque, a lição que o Secretário Administrativo do Bureau Político ministrou, e o tema que ele versou é, no fundo, uma derivada da reaccionária teoria dos "dois imperialismos", teoria maoístas que põe no mesmo saco a União Soviética e os Estados Unidos da América. Só deste modo se pode compreender o que aquele membro do Bureau Político quis dizer ao reduzir, generalizando, toda a acção política a objectivos comerciais. Neste sentido não há diferença entre o campo socialista mundial e os países capitalistas do Ocidente, eis o que, em termos concretos, quis insinuar o Secretário Administrativo do Bureau Político aos camaradas Comissários Provinciais da DISA, reunidos em seminário de formação político-ideológica.

EM QUALQUER PARTIDO MARXISTA-LENINISTA DO MUNDO O SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO DO BUREAU POLÍTICO DO COMITÉ CENTRAL DO MPLA SERIA IMEDIATAMENTE SUSPENSO E POSTERIORMENTE EXPULSO NUM CONGRESSO PELO SEU ANTI-

SOVIETISMO MILITANTE, O QUE EQUIVALE A UM ANTI-COMUNISMO IGUALMENTE MILITANTE.

### **c) NO PLANO ORGANIZATIVO**

Como ficou demonstrado, grande parte dos membros do Comité Central ou desconhecem ou descaram completamente o trabalho da Organização. Daí a existência de todos os tipos de oportunismo em matéria de organização, como todos os seus cambiantes.

Mas, negligenciar o trabalho da Organização, minimizar a sua importância, é negar o papel de vanguarda que o partido, destacamento da classe operária deve desempenhar neste processo da construção socialista, estrategicamente falando. É mais que evidente que a sólida, dinâmica, funcional e eficiente organização não pode haver unidade de acção e de vontade – Lénine fala sempre em unidade de acção e de vontade – e, no plano pelo menos teórico não se pode exigir disciplina a ninguém uma vez proscrito o princípio do centralismo democrático, que é o sistema ósseo e muscular do corpo do partido. Em tais circunstâncias reina a confusão e o caos total.

Estas circunstâncias permitem a aventura dos arrivistas que se” incorporam” no MPLA com objectivos carreiristas e oportunistas. Qualquer maoísta, a gente mais corrupta e amoral do País tem uma” porta” ou” janela” aberta para o MPLA e adquire, de imediato, o direito de” criticar” os combatentes consequentes e infatigáveis com provas demonstradas no árduo terreno de luta.

Fala-se e condena-se um fantasma de”fraccionismo” mas não se explica aos militantes que o facciosismo, que é em suma, a negação e violação do centralismo democrático.

A título de exemplo, vou oferecer mais um caso típico de abuso do poder, da mais execrável prepotência do Secretário Administrativo do Bureau Político. Reunido com os camaradas activistas do Sector Operário a fim de ordenar-lhes o cessamento das suas funções afirmou categoricamente:” a iniciativa do vosso afastamento do Sector Operário é da minha responsabilidade (minha Lara) e só depois disso é que vou comunicar ao Bureau Político; digam isto a quem quiserdes.”



Isto faz-me pensar que o Secretário Administrativo do Bureau Político supõe que o MPLA é uma casa comercial onde, ele, como péssimo e cruel gerente, pode”pôr na rua” qualquer empregado sempre que entender!!

É tão grave como anti-estratégica e anti-democrática esta insólita decisão pessoal do Secretário Administrativo do Bureau Político em suspender à sombra forte da sua autoridade pessoal, activistas dedicados à revolução e à classe operária que , para uma correcta formação político-ideológica dos quadros e militantes do nosso Movimento, forçoso se torna analisa-lo à luz da teoria leninista do prestígio do dirigente e do nocivo culto da personalidade do dirigente.

SOBRE O PRESTÍGIO DO DIRIGENTE. Reposto a um estudo integrado num dos Cursos de Orientação Política (1973-1974) sob a direcção do Partido Comunista Cubano:

“Resulta claro que a direcção colectiva não rebaixa o papel dos dirigentes nem o seu prestígio. O prestígio de um dirigente repousa nos seus vínculos com as massas, em seu trabalho prático, em sua experiência, conhecimentos, capacidade e sensibilidade. O prestígio de Lénine não tinha limites, era natural e baseava-se na sua ligação com o povo, capacidade extraordinária, inteligência genial e grande experiência política.

“Os companheiros de Lénine diziam que a sua autoridade como dirigente do partido era a do verdadeiro chefe e camarada, e diante da sua superioridade se inclinava qualquer camarada, dando-se perfeitamente conta que ele o compreendia inteiramente, e, por sua vez, gostaria de ser compreendido.

“Lénine punha em cima de tudo a experiência prática das massas porque via nelas a concretização da sabedoria colectiva.

“A esta respeito, assinalava o Primeiro Secretário nosso Partido, companheiro Fidel Castro.

“Como é (possível) que as decisões mais fundamentais do país, todas as medidas decisivas para a vida de um país hão-de ser tomadas por um só indivíduo, por um só

funcionário? Isto é simplesmente absurdo. Nós outros comprovamos, qualquer (um de nós) comprova todos os dias, em qualquer discussão, que pode estar equivocado.

“A que se expões os povos com isto? Se expõem a ser vítimas de todos os caprichos, de todos os equívocos e de todos os erros. É muito mais difícil que as soluções que se discutem possam ser erróneas, que as soluções que se tomam sem direcção e sem discussão. Creio firmemente nisso, creio na direcção por um partido político de vanguarda.

“Se a nossa experiência pessoal interessa ao povo, podemos dizer que, em verdade, não há nada que produza maior satisfação que discutir, que buscar através da discussão as melhores soluções, nem maior satisfação que quando as responsabilidades são tomadas por rodos, as toma o Partido, as toma o Povo. Acredito firmemente nisso, tenho o direito de falar, o direito de ter atravessado todo este período revolucionário, ter assumido grandes responsabilidades dentro da Revolução, nunca ter-me envaidecido por isso, nunca me considereei infalível por isso, reconhecer (devo) que posso enganar-me.

“E creio que uma das coisas mais honestas que pode fazer qualquer cidadão, que é o mais honesto que o deve fazer qualquer revolucionário. Mas reconhece-lo não por palavras, reconhecer sinceramente que se pode estar equivocado. Declarar que não há Césares , declarar que não há seres providenciais, declarar que se crê firmemente que a história é feita pelos povos. Os povos são os que fazem a história”, fim de citação.

Quantos militantes, entre os quais eu, não somos vítimas do capricho e equívocos de uma série de dirigentes que se desertaram do marxismo-leninismo ou ignoram pura e simplesmente?

É pois evidente que Fidel ao falar de discussão colectiva, soluções colectivas, parte do pressuposto básico que os membros dum tal organismo (o organismo ou escalão que vai discutir e decidir)se esforçam não para matar ou mortificar a alma essencial do marxismo-leninismo mas realizam um esforço incomensurável para assimilá-lo e aplicá-lo criadora mente.

Decisões tomadas pelo Partido com a participação do Povo, eis o que ensina Fidel!

Não importa o argumento que se nos apresentem, a atitude anti-democrática e anti-estatutária tomada pelo Secretário Administrativo do Bureau Político em suspender arrogante e insolentemente activistas do Sector operário de Luanda não é mais que uma das mais graves manifestações do culto de personalidade que o membro do Comité Central Lúcio Lara pretende instaurar no MPLA. O Comité Central deve condenar energicamente o culto da personalidade do dirigente.

Lénine”mostrou – sempre – o grande perigo que representa para o movimento operário o rebaixar a importância da Organização.”E as teses que ouvimos sobre o partido, algumas delas, dá-nos o sinal dum”partido pequeno-burguês”,” heterogéneo” , difuso e amorfo”.

Em tese, para Lénine”entre a concepção do mundo e a do partido existe uma ligação directa, imediata.” E tenho profundas dúvidas que a concepção que os meus acusadores têm do mundo ou seja o sistema de ideias de Marx, Engels e Lénine.

#### **d) NO PLANO HISTÓRICO**

– as causas têm de ser procuradas na histórica luta de libertação nacional à luz do materialismo histórico.

“O estudo das conexões causais é a missão primordial da ciência. Para explicar qualquer fenómeno é necessário encontrar a causa respectiva. No seu estudo e compreensão do mundo, a ciência observa profundamente os fenómenos: parte do aspecto superficial dos acontecimentos para as suas causas próximas e imediatas, destas para outras mais longínquas, gerais, mas ao mesmo tempo mais essenciais.” Escreveu OTTO V. KUUSINEM e Outros no Manual de Marxismo-Leninismo.

Enquanto, a título de exemplo, os dirigentes do nosso Movimento, para ensinar a História do MPLA, recordam justamente Viriato da Cruz, Chipenda e Gentil Viana, os militantes do nosso movimento que estiveram em Kinshasa, Brasaville, Cabinda e no Leste de Angola os da Primeira Região; recordam como é natural, toda a história do

MPLA que eles próprios conhecem, que eles próprios fizeram. É O POVO QUEM FAZ A HISTÓRIA.

A memória do nosso Povo que fez a Primeira Guerra de Libertação nacional, não esquece casos históricos de verdadeira traição na luta armada, de verdadeira ligação indirecta com o derrotado inimigo colonialista. Nestes casos históricos de traição ressaltam, em termos de responsabilidades, figuras de destaque do nosso Movimento. Em contrapartida, há muito que o nosso Povo os conhecem pela sua prática na luta armada e por isso mesmo há muito que as massas que fizeram a Primeira Guerra rejeitaram tais dirigentes. Por motivos de lesa-majestade, tais dirigentes continuam entretanto nos organismos centrais e superiores do MPLA ! Não cabe aqui fazer eco do nome dessa família de traidores à luta armada. Se, no MPLA, funcionasse, ainda durante a Primeira Guerra o carácter multilateral da disciplina, isto é, disciplina única, igual , e obrigatória para todos, tais”dirigentes” há anos que deveriam ser depurados.

E a prática revolucionária no presente, continua a revela-los na sua essência que é em toda a sua dimensão, traição à causa da revolução proletária.

Com que moral, legitimidade e autoridade históricas, se permitem tais”dirigentes” acusar-me de tentativa de”golpe de estado”? Acaso, não basta os mil e um”golpes” que os mesmos desferiram historicamente à Primeira Guerra de Libertação Nacional? O traidor Chipenda não é certamente o único que, no MPLA, prestou óptimos serviços à PIDE.

Deste modo a importância do estudo mais profundo e multicético da História do MPLA reside pois na necessidade de conhecermos o passado para compreendermos o presente e prever o desenrolar do porvir, e este método obedece em absoluto o seguinte princípio metodológico de Lénine. O fundador do PCUS e da primeira República dos Sovietes no mundo ensinava que”o marxismo aborda todas as questões num terreno histórico”, não se limitando a explicar o passado, senão no sentido de prever sem temor o futuro e de uma atrevida actuação prática para a sua realização.” (39)

Em suma, para serem verdadeiras as acusações que nos fazem elas têm de ser fundamentadas nos planos filosóficos, político-ideológico e organizativo e histórico. A

demonstração é impossível . As acusações devem pois ser analisadas na sua verdadeira essência e realidade: puras calúnias fomentadas pelas forças apaniguadas pelo imperialismo internacional e há que serem publicamente desmascaradas agora e também, no próximo Congresso do MPLA.

E nesta polémica os ataques pessoais denunciarão os derrotados, denunciarão os oportunistas. Nesta polémica, onde entrará em acção a noção do carácter de classe sobre a verdade (verdade pequeno-burguesa e verdade proletária) , de nada adianta o simples” apontar de factos, acontecimentos ou coisas”. Exigirei uma abstracção profunda, porque, como alguém disse, ainda muito recentemente falando aos membros do Comité Central sobre a Economia Política, numa das salas do Ministério da Defesa disse: a grande característica de Marx, era ver por detrás das coisas e fenómenos sociais as inevitáveis relações de classe.”

Nunca afirmei não ter cometido erros. Mas o erro não significa necessariamente desvio ou fraccionismo.

Lénine dizia que:” inteligente não é aquele que não comete erros. Homens que não cometem erros não existem nem podem existir. Inteligente é quem comete erros que não são muito graves e sabe corrigi-los bem e imediatamente”.

Mas os erros inevitáveis por mim cometidos não são contra-revolucionários, não são por isso fraccionismo nem desvio à linha política, muito pelo contrário. Em franca atitude de auto-crítica, tais erros, observados criteriosamente por mim, são mera casualidade decorrente duma necessidade histórica, como o demonstrarei mais adiante.

#### **e ) A DUALIDADE DE CRITÉRIOS DE DISCIPLINA**

Ao longo desta peça de defesa argumentei cientificamente, demonstrando qual a contradição fundamental no seio do MPLA , qual é o verdadeiro perigo para o avanço da revolução – o oportunismo de direita, consubstanciado na santa aliança social-democracia e maoísmo. Demonstrei o carácter reaccionário de forças igualmente reaccionárias e contra-revolucionárias que dominam as estruturas funcionais e de direcção da DISA. Ficou evidenciado o terrorismo de imprensa onde, o dito jornal de Angola, que não tem nada de angolano em termos de revolução, desempenha, em

particular, o papel do jornal EL MERCÚRIO que preparou as condições de propaganda para o "golpe militar fascista" de Pinochet no Chile de Allende.

Em tudo isto, a minha análise baseou-se em provas que apresento em anexo a este documento, provas verdadeiramente espantosas. Nelas se pode ver como é que, historicamente falando, estava e está montada a manobra pró-imperialista que, aparentemente, visa aniquilar política ou fisicamente o camarada Nito Alves, quando, no essencial é o golpe militar de direita e contra-revolucionário que se prepara muito inteligentemente desde os tempos da guerrilha. Quero chamar a atenção do Comité Central que minha casa é rondada às altas horas da noite por agentes da DISA, para o que chamei já por uma vez a particular atenção do camarada Presidente. Sabe-se ainda e eu posso demonstra-lo também que existe um grupo de elementos treinados em técnicas de sabotagem dentro da teoria da luta clandestina, aptos a minarem, com bombas. Carros ou casas de dirigentes revolucionários ou por outros meios, os quais, tendo aparecido durante a Segunda Guerra, em Luanda, estranhamente foram mobilizados para a DISA e não para as FAPLA uma vez terminada a sua função. Este grupo é conhecido pelo nome de grupo Jatueira, que joga dum certo estatuto especial dentro de DISA. Informações que correm em Luanda e que podem ser confirmadas pelo Comissário Provincial de Luanda dizem-nos que o tal grupo sinistro do Jatueira tinha há tempos uma casa de torturas no Alvalade. Ora, sabe-se ainda que o Jatueira nos seus contactos manifesta-se abertamente contra o tal fantasma "linha Nito" que não passa duma montagem montada pelos agentes internos do imperialismo internacional. Eu pergunto: estará ainda assim bastante distante o dia em que a equipa de sapadores do Jatueira (apetrechados com técnicos vindos de Portugal, entre os quais um tal Alexandre) receberá ordens para abaterem, por bombas ou a metralha na rua, o camarada Nito Alves. Deixo aqui a responsabilidade histórica dum presumível assassinato à minha pessoa. Com efeito, o camarada José Van-Dúnen tem revelações bastante sérias a fazer no que respeita às conversas desse tal Jatueira. E na DISA, ao que se sabe, esse grupo actua directamente sob as ordens secretas do seu Director – o membro do Comité Central Ludy, membro do Bureau Político com assento no conselho Permanente do Governo da República Popular de Angola.

Eis, camaradas do Comité Central do MPLA um grupo altamente secreto e que representa um permanente perigo real à nossa revolução e que a exemplos de leões

famintos à solta, pode ser largado para se abaterem contra as suas vítimas que, no fundo, e no essencial não é apenas o Nito Alves mas sim todos os marxistas-leninistas que pretendem sê-lo, num processo contraditório, de forma ortodoxa. A reacção não tem fronteiras, é também reacção internacional que decorre do carácter internacional do imperialismo. E não há reacção sem imperialismo e vice-versa.

No quadro geral do desmascaramento das infiltrações reais, funcionais e por isso mesmo são as mais perigosas, limitei-me a advertir o Comité Central que o Bureau Político está, segundo a informação (que também vai anexa) infiltrado pela CIA na pessoa dum militar cujo nome de código ficou igualmente a descoberto. Atirei a atenção para o facto de o Ministério da Defesa conter nas suas estruturas uma muito inteligente Central de kamanguistas (traficantes de diamantes).

Ficou, sem margem para dúvidas, demonstrado e desmascarado por isso mesmo o carácter maoísta dos discursos-chave do Secretário Administrativo do Bureau Político e das duas declarações de fundo produzidas pelo Bureau Político depois do 3º Plenário do Comité Central. Ora, o maoísmo é uma concepção anti-científica e uma expressão tergiversada do marxismo-leninismo, tal é o lugar histórico de Mao Tse Tung. O maoísmo, entendido como o mais reaccionário anti-sovietismo é uma arma da reacção imperialista mundial.

Enfim, para quem quer ver claro e sem se enganar, o perigo da revolução, a prazo imediato ou a médio termo. Esta é a verdadeira fracção, o fraccionismo real que existe no MPLA habilmente escamoteado, isto é, escondida com cabeça.

Se no MPLA, no seu Comité Central, reinasse já a ampla e efectiva democracia há muito que uma declaração oficial teria denunciado a linha do oportunismo de direita que está minando a revolução. Mas, como o que reina, pelo menos até agora é a democracia formal as vítimas são os sectores revolucionários do MPLA. A isto se chama DUALIDADE DE CRITÉRIOS, que equivale a uma situação objectivamente favorável, na prática, no oportunismo de direita.

A “FARSA ELEITORAL” – No 3º Plenário do Comité Central assistimos a um verdadeiro” golpe de força” encoberto de democracia!

Tivera, no momento histórico em que sou chamado, por cooptação, ao Bureau Político, a nítida consciência que a decisão era revolucionária mas ilegal diante dos Estatutos. Não regateei, não quis negar porque o meu dever era exactamente tomar lugar na trincheira para que fora indicado, como soldado da revolução. E isto foi assim, porque, aprendi esta lição, nas duras condições das guerrilhas da Primeira Região, que em tempo de guerra, a própria revolução cria a sua própria legalidade revolucionária, sempre e nos casos em que o procedimento se revela necessário, embora hoje e já depois da guerra, e sem ter vivido as duras condições da luta armada na Primeira Região, o arrogante Ministro de Defesa, se sinta com arrogância pessoal de negar a legalidade revolucionária criada pela dinâmica da própria luta armada pelo próprio Povo que lutou e criou a sua própria legalidade, forjou as suas próprias estruturas de direcção político-militar da guerra naquele holocausto nacional sem a presença nem a imaginação, nem o conhecimento nem a experiência nela vivida pelo actual Ministro de Defesa. Nisto, o membro do Comité Central e do Bureau Político a quem foi atribuída a pasta da defesa sabe negar metafísica, oportunística e reaccionariamente a verdadeira História Geral da Luta Armada. Nunca se sabe as ocorrências do passado histórico desse comportamento ao longo da luta armada nem menos se suspeitam na totalidade os objectivos tão maquiavélicos como reaccionários.

Voltemos ao assunto directamente. A situação revolucionária, em tempos de guerra, cria a sua legalidade revolucionária. À luz deste princípio a decisão que acabava por chamar os camaradas Xietu e Nito Alves para o Bureau Político, embora ilegal diante dos Estatutos fora realmente revolucionária e historicamente defensável. Não se tratou, como diria pretensiosa e pedantemente o membro do Comité Central Saydi Mingas uma absoluta e total violação dos Estatutos em ordem ao que ele chamou de "critérios de ascensão" e não critérios de promoção. Na realidade Lénine não fala de critérios de ascensão e sim de promoção do militante e do quadro pelo Partido a partir de eleições no respectivo escalão, à base do centralismo democrático. É a isto que Lénine chamou "selecção natural" (vide tese atrás) e que seguem todos os partidos marxistas-leninistas do mundo inteiro. A expressão "critérios de ascensão" utilizada pelo membro do Comité Central Saydi Mingas para fundamentar o seu argumento sobre a decisão estatutariamente ilegal daquilo que ele chamou a ascensão dos camaradas Xietu e Nito Alves, esta expressão "critérios de ascensão" trás consigo o conteúdo do oportunismo arrivista de todas as matizes, é arrivismo de ambição. Diga o que se disser "critérios de



ascensão” é carreirismo. Com efeito só ascendem os carreiristas, os revolucionários são promovidos, por eleição democrática, pelos seus camaradas que são os militantes do Partido, a partir da teoria revolucionária, o Partido Marxista-Leninista não tem um livro de carreiras!! Isto é um princípio absolutamente estranho ao marxismo-leninismo. Como é que se manifestou a farsa eleitoral.

O Comité Central, em função das discussões, vê-se obrigado a rectificar a decisão revolucionária do Bureau Político. O procedimento tinha de ser, então, legal. Considera-se para o efeito que apenas um dos dois camaradas (Xietu e eu) deveria” ser eleito” para o preenchimento”legal” do lugar aberto no Bureau Político pela morte heróica do camarada Kapangu. Houve um silencio” democrático” na sala! Momentos depois, e numa velocidade dum MIG-Supersónico fez-se a eleição e assim apareceu eleito o camarada Xietu. É preciso que se tenha em vista que não está em causa o mérito revolucionário do Comandante Xietu.

Vou demonstrar o nauseante oportunismo. A tese de base era defesa da legalidade dos Estatutos. Ora, quem lê, estuda e interpreta os 46 artigos que constituem os nossos Estatutos não encontra nenhum artigo que diga expressamente isto: Toda a vaga aberta no Bureau Político deve ser preenchida pelos camaradas suplentes, eleitos pelo Comité Central, competindo a este por maioria absoluta indicar qual o membro suplente que deverá preencher a vaga existente. O que os militantes encontrarão nos Estatutos é o procedimento acima enunciado, mas aplicada a vaga no Comité Central. Onde é que está ao fim e ao cabo, a legalidade dessa eleição? Assente em que bases democráticas? Por que razão, os defensores acérrimos dos Estatutos e dos” critérios de ascensão” não ergueram a sua voz para esta nova ilegalidade? Por que ficaram calados? Neste sentido, e diante dos nossos Estatutos o camarada Comandante Xietu é membro ilegal do Bureau Político, porque o Comité Central elegeu-o anti-estatutariamente, fez fraude aos Estatutos.

A manobra estava clara. Todo o malabarismo de jogar com palavras e com os Estatutos visava a concretização inevitável dum objectivo há muito previamente concebido: o afastamento urgente do Camarada Nito, por todos os meios que fossem possíveis. Sinto-me particularmente orgulhoso, confesso-o com todo o entusiasmo revolucionário, por

saber o ódio contra-revolucionário que me têm os falsos amigos do nosso Povo. É uma honra verdadeiramente especial, é a minha recompensa revolucionária.

Mas, um bom malabarista e manipulador reaccionário do direito burguês, como os há em triste inflação na praça dos advogados conservadores e reaccionários de Luanda, se fosse consultado por quem receber este documento e que , por tocado, se visse na imperiosa necessidade de se defender, utilizaria esse tão hipotético como presumível advogado, a seguinte artimanha: então, diria o nosso perito do direito: o artº 43, capítulo XVI – OMISSÕES, dos estatutos do MPLA é do teor que se segue:

“As omissões do presente Estatuto são resolvidas por ordem de competência:

a) Pelo Regulamento Geral Interno ou pelo Comité Central. O Regulamento Geral Interno é elaborado pelo Comité Central e posto em vigor provisoriamente até à aprovação pelo Congresso.

Continuaria o nosso advogado: portanto o Comité Central, ao eleger um dos seus membros no 3º Plenário , resolveu por essa via, um desses casos de omissão.

Valerá a pena comentar este estado miserável e oportunista de raciocínio redondamente leproso? Um tal advogado, enviá-lo-ia ao parlamento de tipo britânico.

Como se vê, camaradas do Comité Central, este é mais um dos casos da dualidade de critérios, é este o verdadeiro cancro que, de passo em passo, vai arruinando o MPLA por dentro. Este é mais um caso que evidencia que a utilização real e na prática em presença: o melhor estatuto do mundo, o estatuto mais revolucionário mundo vale não pelo que é mas por quem o utiliza.

E eu pergunto? Quem são os oportunistas? Quem são os ambiciosos? Os demagogos, os arrivistas e carreiristas? Quem são finalmente os fraccionistas?

Na prática, o que vemos é realmente a existência duma minoria de dirigentes do Comité Central e do Bureau Político que detendo anti-democraticamente amplos poderes concentrados em suas mãos, manobram o MPLA.

Mas como disse o conferencista da cadeira sobre Direcção Científica de Produção e da Sociedade e falando justamente acerca dos Fundamentos da produção, Tema II, (pág. 15) cito:

“A conjugação óptima do centralismo e da democracia só pode ser conseguida quando a centralização não se absolutiza, mas se realiza sobre a base de uma ampla democracia e da incorporação de um número cada vez maior e em perspectiva, de todos os trabalhadores - na direcção. Caso contrário, a democracia torna-se formal, surge a possibilidade de excessiva concentração do poder nas mãos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, e com isso a possibilidade de abusos do poder e de os dirigentes saírem de sob o controle das massas... Não se deve esquecer – escrevia Lénine – que ao defender o centralismo defendemos exclusivamente o centralismo democrático.”

“Nos últimos anos da sua vida Lénine pensava muito em como conjugar o centralismo com a democracia, em como evitar concentração do poder nas mãos de uma pessoa e, muito mais, como impedir abusos de poder. Precisamente naqueles anos Lénine se dedicava aos problemas de centralismo democrático, de conjugação da direcção unipessoal, de organização do controlo popular, etc.”

“Lénine não tolerava o menosprezo a respeito da” periferia”, da experiência local e da iniciativa criadora dos trabalhadores. Ao se manifestar contra a” abundância dos reaccionários gerais” e a” tagarelice política”, Lénine exigia que o estudo e a propaganda fossem mais concretos da experiência local de vanguarda, de seus detalhes e pormenores a chamava a mais profundo da vida real de distritos, sub distritos e do campo. Quanto mais penetrarmos na prática viva, desviando a nossa atenção das indicações burocráticas de cima, tanto melhor andarás a construção. Há que” ensinar as massas a dirigir, não através de livros, conferências e colóquios, mas através da experiência”...

## A LÓGICA DIALÉCTICA DE MARX

Camarada Presidente

Camaradas do Comité Central

A análise que trago é objectiva, nada tem de subjectivo, não há nela um átomo de metafísica, de idealismo. É científica. Pode não ser absoluta e totalmente completa, não tenho esta ambição. Mas, em termos da teoria da relatividade ela é rigorosamente científica e se aproxima muito à verdade objectiva da História do MPLA. É pois uma análise objectivada.

Com efeito, aquilo que aparece como sistemática constatação, que aparece como uma posição anti-MPLA, anti-direcção do MPLA é apenas a manifestação superficial, são as formas superficiais do fenómeno que é a contradição fundamental no seio da frente anti-imperialista e da opção socialista, da democracia revolucionária em consequência. Puramente aparência.

Agora bem é preciso prescindir totalmente destas formas exteriores e superficiais do fenómeno para penetrar a essência, que é iniludivelmente a luta de classes. Nesta técnica de abstracção, importa ainda prescindir, isto é, não levar em conta os nomes dos membros do Comité Central, do Bureau Político ou da DISA e de outros oportunistas. Não interessa a cor das pessoas, seja ela negra, branca ou mestiça. Vamos apreender os órgãos internos e dentro deles, o sistema sanguíneo do organismo, o sistema cérebro-espinhal. Isto é a essência do Homem em geral, enquanto ser biológico, indistintamente da sua pele.

Analizamos, portanto, sem este envoltório que é a pele exterior que encobre a essência, o que cada um de nós disse (os jornais e as fitas da imprensa falada estão aí) e fez os métodos de trabalho como vai a nossa disciplina interna, etc, etc,.

A isto se chama a análise das formas evolutivas da essência, que é como vimos a luta de classes.

Realizada esta operação pelo método que Marx aplica no O Capital, voltemos então outra vez aos nomes concretos dos membros do Comité Central, do Bureau Político ou da DISA e de outros oportunistas. Comparemos as suas posições na sua totalidade com o marxismo-leninismo. Fácil será então classificar o que é o oportunismo, o esquerdismo, o anarquismo, o direitoismo, o anti-sovietismo, o maoísmo, o carreirismo, o fraccionismo, o culto da personalidade, enfim, todos os ismos oportunistas e

reaccionários. A isto é o que se chama o fim da abstracção ou o momento teórico-concreto. Eis o método da lógica dialéctica, só assim é que uma análise é realmente científica.

Tudo o resto é uma declaração histérica. É delírio e histerismo político.

Neste sentido, tentar comparar-me, ainda que por intenção, aos renegados da nossa revolução, desde os tempos da luta armada e insinuando reaccionariamente um fatalismo em termos da minha passagem às posições anti-dialécticas só revela incapacidade total de quem assim procede. Não estão à vista as forças que fazem objectivamente o jogo do imperialismo e da reacção, porque procurá-los fora e não dentro? Porque tentar inventar ou fabricar outros irreais? O imperialismo internacional, a CIA sabe quem são os seus agentes em Angola, ela não se engana. E se a direcção do MPLA os ignora o Povo angolano já os sabe identificar.

São as massas que fazem a sua própria história! E neste sentido, ninguém as pode enganar, mas podem ser momentaneamente asfixiadas.

Vou terminar, mas antes gostaria de salientar que a justiça manda misturar no saco das forças de direita, aqueles camaradas membros do Comité Central que tomaram (e tomam) posições contra mim ou porque seguiram os outros ingenuamente, ou por não terem informações verdadeiras.

Finalmente, é tempo de generalizar e situar aqui, em síntese, as seguintes perguntas: quem lança a confusão ideológica na massa militante? Quem faz desvios de direita e os de tipo anarquista, radicais pequeno-burgueses e” esquerdistas”? Quem pratica uma política e ideologia revisionistas?

Resposta: - alguns membros do Comité Central, enumerei os que mais vociferam contra mim e outros camaradas. Assim se demonstra a montagem, assim se desmascara a demagogia e a hipocrisia.

Assim sendo, como é que os meus advogados de acusação podem chamar-me de” esquerdistas”? Como fundamentar a acusação?” Esquerdistas” em relação a quê? Em

relação ao revisionismo, ao proudhonismo e ao menchevismo modernos? Tenham paciência!

Histórica e cientificamente fica demonstrado duma vez para sempre, de forma convincente, que em relação a estas aberrações ideológicas as minhas teses são o ponto de vista de esquerda e não do "esquerdismo". Aliás um revisionista não tem o direito de chamar "esquerdista" a ninguém, porque, para o revisionismo moderno o próprio Marx, o próprio Engels e o próprio Lénine são "esquerdistas", o que é manifesta e evidentemente um absurdo totalmente obtuso, estúpido e reaccionário.

E ao tentardes corrigir-nos demonstraís a mais gritante balhornização, semelhante ao vaidoso e velho João Balhorn(\*), que dá mostras dum "quixotismo espantoso".

Como é que, em tais circunstâncias, não haverá contradições no MPLA decorrentes da contradição fundamental no seio da opção socialista?

Abandonai os vossos estratagemas direitistas, objectivamente reaccionários.

E não digam que Nito Alves brinca com palavras, joga com as palavras. Aos que ousarem julgar-me como tal, respondo antecipadamente com as próprias palavras de Engels que as escreveu no Anti-Duhring:

"Aí, onde o senhor Duhring não viu mais do que um "jogo de palavras" e se olharmos mais atentamente, há um conteúdo positivo".

Um dirigente que permanece insensível ao estudo teórico, ainda não é livre, porque a liberdade é a necessidade conhecida. E tudo isto é muito mais grave quando se trata de um dirigente ao nível do Comité Central. E em tais condições a sua opinião equivale sempre a ignorância, a sua opinião é lacunarmente emitida, porque já Espinosa dizia: *Ignorância non est argumentum* – a ignorância não é a prova.

Mas ... tal como dizia Lénine acerca de Marx procurarei ser sempre superior aos ataques pessoais mais rabiosos e mais absurdos" e deles me defenderia com a dialéctica dos clássicos, dos fundadores do marxismo-leninismo, e termino este trecho formulando

um convite aos camaradas do Comité Central, convite este feito com as próprias palavras textuais de Lénine:

“Nós devemos agora formular doutra maneira as tarefas concretas, imediatas da revolução em nome do nosso programa e para o desenvolvimento do nosso programa. O que ontem era suficiente, hoje é insuficiente.”(40)

Remato este capítulo com a seguinte expressão latina que Marx utiliza no Primeiro Prefácio de “O Capital”.

*Segui il tuo corso, e lascia dir le gentili!*

Segue o teu rumo e não te importes com o que os outros digam!

E eu, resolutamente seguirei este genial conselho de Marx.

### **13 - EXIJO, NO IMEDIATO SEVERA JUSTIÇA AOS VERDADEIROS RÉUS: O VERDADEIRO VEREDICTO**

Camarada Presidente

Camaradas do Comité Central

*” ...A luta interior dá ao Partido força e vitalidade; a maior prova de debilidade de um partido é o seu amorfismo e a sua ausência de fronteiras nitidamente delimitadas; o partido reforça-se depurando-se...”*

(Extracto de uma carta de Lassale a Marx, 24 de Junho de 1852 ), citado por Lénine em Que Fazer?

O princípio da direcção colectiva, a democracia interna e a disciplina obrigatória para todos, sem excepção, exigem que se faça justiça no mais breve espaço de tempo. É o interesse da revolução que o exige, são as amplas massas populares que exigem que a justiça revolucionária seja feita imediatamente.

Quero recordar aos camaradas membros do Comité Central que sou o primeiro membro deste Executivo do Congresso do MPLA a quem é aplicada uma sanção (a suspensão é uma sanção diante dos nossos Estatutos) de natureza anti-democrática, o que só foi possível por força de violenta agressão e violação do estabelecido na alínea b), artº 13 dos Estatutos. Um estilo de trabalho, próprio do arbitrismo de que elementos dos órgãos superiores do nosso Movimento têm vindo a dar provas incontestáveis.

A referida alínea é do seguinte teor.

“Nenhum membro do Comité Central pode ser afastado das suas funções sem decisão fundamentada e democrática da maioria absoluta de 2/3 dos membros do Comité Central.”

Sem comentar, à luz da jurisprudência, a única interpretação do corpo jurídico da referida alínea, quero apenas recordar que nem houve votação para a decisão da suspensão. O que houve é a opinião expressa de alguns camaradas que se pronunciaram abertamente para a aplicação de medidas que intitulo energicamente de anti-democráticas. Tudo se passa como que se a vontade de representantes do revisionismo estivessem já transformada em Estatutos do MPLA.

Violam-se direitos elementares do militante, pisoteam-se as liberdades fundamentais do militante, enterra-se a legalidade revolucionária, omite-se acintosamente e de forma oportunista os métodos colegiais de trabalho, tritura-se, enfim, em linguagem comparada, a Constituição do MPLA.

Neste sentido, camaradas do Comité Central, qual é a garantia de defesa que resta aos militantes, quando se proscovem as leis objectivas que presidem à condução dum movimento revolucionário, o que equivale à negação mecanicista e por consequência ao niilismo da ciência revolucionária. Até quando, a revolução angolana, parte integrante do movimento revolucionário mundial, até quando um processo histórico de tão amplas perspectivas internas e externas, permanecerá dolorosamente como função do capricho, do subjectivismo e do voluntarismo de alguns dos seus dirigentes?



Ensaia-se, como que num laboratório da CIA, os mais ferozes e destrutivos métodos de aniquilamento da revolução, a partir da manipulação dos "mass media"; sofismam-se factos históricos, falseiam-se dados, deturpa-se a verdade científica, montam-se pretextos que permitam às forças conservadoras abater a revolução. Contudo, escondem-se os criminosos, defendem-se e elogiam-se os militantes do anti-sovietismo, exalta-se por omissão o maoísmo. Não se vai ao encalço de centenas de agentes de Kissinger que se encontram inflacionariamente no país (segundo informações de fonte segura), alguns dos quais infiltrando-se já nos quadros da DISA e se preparam, segundo as mesmas fontes (indiquei a informação atrás), a penetrar no Bureau Político, onde contam com a ajuda dum militar cuja identificação é SUB-20 (fonte citada). Silencia-se o comércio ilícito de diamantes, cujos labirintos são tão complexos e sinistros como a teia de aranha, num circuito de tráfego internacional dessa pedra preciosa onde Luanda funciona como mera estação, comércio em que estão comprometidos nomes de militantes. O Comité Central não se dá conta do kornilovismo subjacente na prática política global das forças armadas e paramilitares.

Deixam-se os lobos que já nem possuem pele (por desgaste nas matreirices em que se envolvem os seus autores ao longo de todo o processo da luta); não se julgam os criminosos ex-agentes da PIDE, os flechas os que foram da U. Nacional (ex-partido de Salazar e Caetano) ou, se algum dia hipotético fossem julgados assistiríamos a um "espectáculo nauseante" em que os juizes seriam outros abrilistas, (os que se vêm servindo da revolução desde o 25 de Abril, e não os que nesta altura despertaram para a luta), enfim, oportunistas e PIDES julgariam outros oportunistas e PIDES, porque trazem a toga preta do "juiz". Quando é que o Comité Central aprenderá a lição do camponês e da víbora? Para iludir o Povo, tudo isto é escondido, passa entre compadres e amigos, sorrisos e clemências mútuas como se tivesse chegado o momento de uns vencerem letras que os credores lhes sacaram há bastante tempo.

E qual é o álibi?

Como sempre e em toda a parte, apresentam-se aos militantes e ao Povo, dá-se aos países socialistas, ao movimento revolucionário mundial, ao movimento de libertação nacional, dá-se ao mundo uma lista de falsos "inimigos", "racistas", "golpistas". Tenta-se enganar assim o conjunto das forças revolucionárias, suspendem-se militantes

intransigentes, prepara-se a opinião pública para arrancar-lhes o seu apoio a futuros fuzilamentos, tal como os anunciou para Janeiro deste ano o actual Ministro das Finanças. Excelente manobra de diversão a todos os níveis.

Inclino-me a pensar que alguns camaradas aprenderam bem a lição de” Langley” (Quartel General da CIA) constante do texto que a seguir transcrevo e que se refere a um dentre os mil e um telegramas que Washington trocava com a sua estação em Santiago nos momentos que antecederam ao golpe fascista de Pinochet no Chile:

“Créer un climat de coups d’Etat par une propagande e une désinformation systematiques. Dès activités terroristes provoquant la gauche fourniront le pretexte. (Telegramme du 7 Octobre).”(41)

Ou seja:

“Criar um clima de golpe de Estado através duma propaganda e uma desinformação sistemáticas. Actividades terroristas provocando a esquerda fornecerão o pretexto.”

Olhando as coisas sob um prisma da contra-inteligência, eis como estão a proceder, neste momento em Angola os presumíveis oficiais da CIA que, segundo fontes citadas, estão infiltrados na DISA para operações contra-revolucionárias de destabilização política.

Camaradas do Comité Central.

Esta política tem de acabar definitivamente, há que acabar com a política de má fé e do preconceito ridículo, há que negar a condução de revolução seguida até agora; esta é uma imperiosa necessidade que se impõe. Não se trata dum quadro nauseante de luta de influências – é falso e reaccionário apresentar assim o problema. É o próprio futuro da revolução que está em causa.

F.V.Konstatinov, na sua obra Fundamentos da Filosofia Marxista-Leninista, ensina, a propósito das contradições:

“Não se deve esquecer que, apesar de toda a profunda diferença entre contradições antagónicas e não antagónicas, nenhum abismo as separa. Com uma política errada, sublinhava insistentemente Lénine, contradições não antagónicas podem intensificar-se

e aprofundar-se, ganhando em certas condições características de contradições antagónicas. Semelhante tendência de desenvolvimento não é própria da sua natureza, mas ela pode surgir a partir de uma actividade prática errónea, de uma linha política incorrecta.” (42) O sublinhado é meu.

Errado como está em relação a questões fundamentais e candentes, inscritas com urgência na ordem do dia do nosso processo revolucionário, a política que o Comité Central insiste em continuar pode, objectivamente, transformar em antagónicas contradições não antagónicas.

O abuso do poder e do mandato, a prepotência, a auto-suficiência, o culto da personalidade, o isolamento em relação às massas constitui manifestação da existência de fortes forças favoráveis à contra-revolução no seio dos organismos dirigentes, em factores que condicionam o processo atrás descrito.

Se não, em nome de quem fui suspenso? Em nome de que classe e em defesa de que interesses fui suspenso? Em nome de que princípios foi ditada a minha punição?

O meu nome não deve nem pode servir de pretexto para certos dirigentes da DISA, no seu processo de repressão, se abatam contra os revolucionários e trabalhadores, porque a horrível vaga de terror que o país começa a viver faz-nos recordar à polícia política de que São José Lopes foi o mais alto exemplo de carrasco no nosso País.

Quem são os verdadeiros réus?

O fantasma dum pretenso “grupo Nito”, o fantasma do “Golpe de estado” é, como ficou exhaustivamente e objectivamente denunciando, demonstrado e desmontado ao longo da minha defesa, uma criação de iniciativa e responsabilidade histórica das forças da reacção interna objectivamente ao serviço do imperialismo, que, para tanto, concertou a sua acção com as forças externas da reacção mundial. São agentes provocadores da própria DISA, quem montou o fantasma, como se viu nos documentos comprovados do ponto de vista jurídico, cuja validade jamais seria contestada em nenhum tribunal do mundo. Mas os verdadeiros réus são os advogados da pequena e média burguesia, os conscientes defensores da reacção interna. A aliança reaccionária entre a direita, os anti-

comunistas e os maoístas são a expressão do instrumento político-ideológico daquela base social, cuja ampla plataforma é o anti-sovietismo. Os "mass-media" (nomeadamente O "Jornal de Angola" a Rádio Nacional e a Televisão), pelos documentos por mim apresentados, são os difusores e propagandistas da alternativa das forças de direita.

A verdade e força desta afirmação reside no facto de nenhum operário politizado e ideologicamente enquadrado, nenhum camponês do nosso País fomentou a intriga que a CIA montou entre o camarada Presidente e eu. Esta montagem é de plena responsabilidade da reacção interna e dos seus ideólogos de classe.

As amplas massas trabalhadoras do país não foram ouvidas, é como se elas não existissem ou nada significassem. Se o juiz deste julgamento fosse o Povo, a sentença estava clara: a classe operária angolana há muito odeia os direitistas no MPLA. O medo das massas não permite o método das massas.

Lénine, na sua obra "Karl Marx", disse cito: "A passagem seguinte do "Manifesto Comunista" nos mostra o que Marx exigia da sociologia para a análise objectiva da situação de cada classe no seio da sociedade moderna, em relação com a análise das condições do desenvolvimento de cada classe:

"De todas as classes que actualmente se encontram em conflito com a burguesia só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes enfraquecem e morrem com a grande indústria; o proletariado pelo contrário é o seu produto mais peculiar".

"As camadas médias, pequenos industriais, pequenos comerciantes, artesãos, camponeses – combatem a burguesia porque ela é uma ameaça para a sua existência como camadas médias. Não são portanto revolucionárias, mas conservadoras. Porém são reaccionárias pois pretendem fazer andar para traz a roda da história. Só são revolucionárias quando se lhes depara a perspectiva da sua passagem iminente para o proletariado, defendendo assim não os seus interesses presentes, mas sim os interesses futuros, ao abandonarem os seus próprios pontos de vista para adoptar os do proletariado."(43)

## Camaradas do Comité Central

Se analisarmos bem, do ponto de vista dialéctico, da ciência do materialismo histórico, chegareis à conclusão, após análise concreta da nossa situação histórico-concreta actual que a pequena e média burguesia angolana tem, neste exacto momento o comportamento descrito por Marx.

Por isso, sem adoptar uma atitude sectária para eles, e à luz do nosso caso concreto, não concordo em parte com a política de recuperação e educação marxista-leninista em termos de prioridade, dos representantes inveterados dessas classes sociais em prejuízo da formação marxista-leninista da classe operária. Se uma minoria deles, em Angola, passará definitivamente para as posições do proletariado (pois a teoria revolucionária está ao alcance, também, dos oriundos da pequena-burguesia), a verdade é que a grande maioria, fazendo eco do verbalismo revolucionário enganará as massas e entorpecerá, obstaculizará o processo de formação marxista-leninista do proletariado, ou seja, a sua transformação em classe para si, no sentido de assumir o papel dirigente neste processo, que legítima e historicamente lhe pertence.

Teses social-democratas e revisionistas com esta perspectiva são por aí profundamente espalhadas. Tendo mesmo lugar de relevo na Imprensa Nacional. Assim, é já sem espanto que notamos a preocupação que o Sr. Costa Andrade director do "Jornal de Angola" manifesta na divulgação destas teses. Como exemplo veja-se o seu artigo sobre a Burguesia Nacional, pág.3 sob a rubrica "Temas de Luta" publicado no dia 23 de Dezembro de 1976, onde a dado passo lê-se: "Todavia, a pequena-burguesia nacional tem que ser patriota e estar preparada para os objectivos da luta comum contra as manobras do imperialismo e para a transmissão progressiva da gestão política e administrativa do País, num futuro próximo, aos operários e camponeses angolanos."

Como é fácil apanhar o rato que se esconde num buraco por trazer sempre a cauda de fora. O Sr. N'dunduma que se reclama de marxista-leninista no seu jornal escreve editoriais contra o "esquerdismo" apresenta-nos este artigo onde faz apelo à transmissão progressiva solene de poderes! Eis o "marxismo-leninismo" do Sr. Costa Andrade. Qual é a diferença entre a linguagem e a de Mário Soares, Willy Brant e companhia limitada? Ou ainda, qual é a diferença entre esta tese e a sustentada por Marcelo Caetano e

Spínola nas suas teses sobre a continuidade, a respeito da sua filosofia sobre a independência das ex-colónias portuguesas?

A esta pedagogia anti-leninista do eminente director do "jornal de Angola" respondemos com Lénine:

"E este facto confirma do modo mais evidente, incluso desde o ponto de vista"prático" não só o abuso, senão o carácter político reaccionário da"pedagogia" com que se nos obsequia com tanta frequência quando se trata do problema dos nossos deveres para com os operários." (44) O sublinhado é meu.

Como que paradoxalmente querendo buscar a direcção da revolução proletária preferencialmente no seio da pequena e média burguesia, em Angola, assistimos a um trabalho de elite que consiste em deixar a classe operária no estágio de classe em si, dum lado e a educar uma elite, doutro lado: teremos assim, um partido de elites intelectuais de origem não proletária! Pelo menos esta é a prática organizativa que vivemos até ao momento em que escrevo esta peça.

Camarada Presidente

Camaradas membros do Comité Central,

Convicto que o processo que me conduzirá, em definitivo ao comunismo científico é contraditório, nunca por isso mesmo afirmei ter sido infalível, sem ter cometido erros. Em consciência estes erros são como disse O.YAKHOT:

"Mas há erros que provem de procura do novo, do desconhecido. São obra de pioneiros, que aprendem a ultrapassá-los na prática. Estes erros são possíveis na procura da verdade."(45)

Tendo plena consciência objectiva deles, os meus erros decorrem da minha consciente e inabalável viagem para o comunismo.

Lénine dizia que "a verdadeira dialéctica não justifica erros pessoais; estuda as viragens inelutáveis, provando a sua inevitabilidade através de um estudo pormenorizado e concreto deste desenvolvimento. O princípio fundamental da dialéctica é que não existe

verdade abstracta, a verdade é sempre concreta!... E não se deve também confundir a grande dialéctica hegeliana com esta sabedoria vulgar, tão bem expressa neste provérbio italiano: *mettere la coda dove non va il capo* (meter a cauda onde não passa a cabeça).

Por esta razão, e numa atitude de sincera auto-crítica, digo que os erros por mim cometidos são causais, uma casualidade decorrente duma necessidade: o sincero e profundo desejo de fazer a revolução socialista. Não há neles pois uma relação causal. Caso contrário exijo que mo demonstrem.

Desmascarando todos os oportunistas, devo declarar energicamente que "todas estas acusações serão de uma vez para sempre qualificadas de mexericos indignos até ao momento em que aqueles que acusam encontrem coragem suficiente para intervir perante o Partido no papel de acusadores e obter um veredicto do organismo competente do Partido" que, neste caso, será o próximo Congresso do MPLA.

Camarada Presidente

Camaradas do Comité Central

A defesa intransigente das conquistas alcançadas vitoriosamente pelo e com o sangue e sacrifício do nosso Povo e heróis ao longo de duros e violentos anos de duas consecutivas lutas armadas de libertação nacional sob a direcção do MPLA não podem permanecer ameaçadas nem dependentes do ponto de vista de direita anti-comunista, nem do maoísmo, nem do anti-sovietismo. Alguns filhos e revolucionários deste Povo não podem ser mártires do capricho, do revanchismo, da cólera anti-marxista quer do Secretário Administrativo do Bureau Político, quer do Director da DISA e seus sequazes provocadores, quer de ninguém, mas absolutamente de ninguém incluso dos mencheviques modernos, é forçoso recorda-lo com acento especial.

As importantes transformações revolucionárias operadas no País no campo económico, situadas de resto na sequência lógica do dinamismo inerente às nacionalizações e confiscos de grande parte do capital estrangeiro, tudo isto não tem condão histórico de escamotear a gravidade da problemática política, a problemática da condução científica do processo, da problemática da parcialidade na exigência da disciplina que deveria ser

a única, igual e obrigatória para todos e na aplicação da justiça que deveria ser rigorosa e imparcialmente realizada. A nenhum dirigente se reconhece o direito de utilizar os catorze anos de guerrilha e os dois de luta clássica contra a santa-aliança imperialista no interesse da classe burguesa. Ninguém mais ninguém no MPLA, tem o direito de julgar sem que as massas sejam ouvidas porque é no seu íntimo e mais profundo interesse que esta revolução é feita.

Para que este processo revolucionário corresponda exactamente ao mais profundo querer da classe operária, importa que o MPLA, mais exactamente o Comité Central e o seu órgão executivo o Bureau Político – faça uma honesta e sincera auto – crítica dos gravíssimos erros que tem cometido e de que tomei nota nesta peça de defesa, a legítima liberdade de denunciar alguns deles:

“A atitude do partido político em relação aos seus erros, - dizia Lénine - é um dos critérios mais importantes e certos da seriedade do partido e do cumprimento por ele de facto das suas obrigações perante a sua classe e as massas laboriosas.

Confessar abertamente um erro, descobrir a sua causa, analisar a situação que o gerou, debater atentamente os meios para corrigir o erro, esta é a característica dum partido sério, este é o cumprimento por ele das obrigações esta é a educação e instrução da classe e , em seguida das massas.” (46)

Se partirmos destes princípios há que concluir, objectivamente, que, neste sentido, passe a dureza da afirmação (a verdade é sempre dura em casos como tais) , o Comité Central ainda não é sério, não assumiu ainda a dimensão das suas obrigações ante a classe operária e todas as massas laboriosas do País, que sentem o tédio e indignação, que sentem sobre os seus ombros o peso estrangulador do colete das injustiças do abuso de poder e do mandato, para não falarmos já em traição do mandato da classe operária.

A minha abusiva suspensão, que constitui mais uma parcela no somatório geral de série de arrogantes injustiças a que sou alvo, constitui apenas dentre inúmeros casos de arbitrariedade e petulância por parte das forças de direita que têm dado provas de mestre na arte da manipulação no sentido de arrastar os desinformados e os ingénuos para as suas posições maquiavélicas. O meu caso é apenas um entre as dezenas de casos do género.



A justo título, devo pois declarar que a minha abusiva suspensão, democraticamente não fundamentada, representa, como todas as outras suspensões da mesma natureza, uma perigosa e grave cedência às forças da santa aliança anti-comunista, passe a posição duma falsa modéstia, é uma questão de realismo e rigor ideológico.

Há que dizer sem ambiguidade que esta decisão anti-democrática do Comité Central é o reflexo, o indicativo que nos evidencia o corte de vínculos entre a vanguarda e as massas, clara manifestação do cupulismo revolucionário.

Mas Lénine” mostrou que a força da personalidade não está em ir contra a necessidade histórica, mas em toma-la em consideração e actuar de acordo com os imperativos do desenvolvimento histórico. Só desta forma a personalidade pode exercer acção sobre o desenvolvimento da sociedade.” Decidi sublinhar.

Eis a lição, camaradas do Comité Central. Estudai a teoria revolucionária, estudai a teoria da Organização, enfim, estudai em profundidade, o marxismo-leninismo e então, em tais condições, não sereis uma maioria aritmética sem conteúdo científico, e, só em tais condições a vossa opinião expressará a noção leninista de maioria, em termos do centralismo democrático. Até aqui, representais uma maioria meramente aritmética, superficial, vazia, oca, episódica, inconsciente, e não uma maioria que Lénine tinha em mente e que está na base da construção do socialismo científico nos países socialistas. Todos nós conhecemos como Lénine agiu em relação a uma maioria não assente em bases científicas por ocasião do Tratado de Brestilov.

Camarada Presidente

Camaradas do Comité Central

No plano da contradição fundamental, a santa aliança entre o direito, com todas as suas *nuances* com o maoísmo é o obstáculo fundamental do avanço da revolução. Eis o verdadeiro perigo, a verdadeira ameaça fundamental das conquistas basilares da nossa revolução. Há que ter consciência deste” perigo iminente”, desta” catástrofe iminente” a fim de conjura-la a tempo.

“A diversidade política das frentes democráticas significa que nelas existem diversas correntes ideológicas. A classe operária e o seu partido tem como tarefas a responsabilidade de denunciar, em 1º lugar, todas as formas de anti-sovietismo e anti-comunismo. Esta é a condição básica para a criação e consolidação da frente única. É necessário ainda opor-se ao reformismo burguês, ao oportunismo de direita e de” esquerda”, transportar a consciência socialista para o movimento de massas, lutar contra o espontaneísmo da pequena-burguesia que sapa seriamente a coesão das forças anti-imperialistas e democratas.”(47)

Alguém, há tempos analisando particularidades doutros processos revolucionários rumo à construção do socialismo dizia:

“Não basta invocar o apego a uma ideologia para que a mesma oriente o trabalho teórico e a prática política do partido.”

Assim se vê como a consolidação das forças revolucionárias terá obrigatoriamente de passar pela depuração dos mais altos representantes do anti-sovietismo. E no MPLA damo-nos conta , com maior gravidade, que o próprio Secretário Administrativo do Bureau Político pelas provas convincentes apresentadas é o chefe do anti-sovietismo. Terá o Comité Central coragem suficiente para agir com energia?

Mas esta capacidade de se destacar o inimigo concreto, o inimigo real, equivale a dizer o perigo concreto e real do partido em cada momento concreto e real do processo revolucionário não é obra de pedantes quantas vezes altamente pretensiosos, não é obra da negligência mental, nem tão pouco de sofistas. Só se chega aí com trabalho aturado do cérebro humano que parte dos dados de experiência e prática revolucionárias. Um estudo sistemático de certas palavras de ordem entre nós e a ausência de outras diz-nos claramente do quadro real da luta de classes e, neste contexto, cada uma delas tem e usa as suas palavras de ordem, classistas em todos os seus contornos e labirintos.

Quando, por exemplo, as forças da direita, maoístas e toda a reacção interna, no seu objectivo de a destruição e aniquilamento dos marxistas-leninistas, lançou a palavra de ordem contra os”divisionistas” , a classe operária e todas as amplas massas laboriosas do País não aceitaram estas palavras de ordem e por isso mesmo não lhes garantiram e

nem mesmo lhes deram o seu apoio de classe. Os manipuladores dos Comités de Acção ou mais concretamente, os responsáveis do DOM / Regional de Luanda sabem que os operários minimamente organizados e política-ideologicamente enquadrados não caíram na gaiola de alçapão. Outros pelo contrário, nos grupos de acção, discutiram a minha suspensão, pediram explicações ao DOM / Regional e este viu-se impotente para responder. Casos houve mesmo em que as reuniões do Movimento, nesses escalões e organismos se transformaram em policiais e o Beto Van-Dúnen ameaçou, pessoalmente enviar operários à DISA!!... e nesta sua actuação, mais parece um” agente” daquela instituição policial para mim, do que um quadro dirigente do DOM. Fui proposto por alguns Comités para inauguração de bancas de militantes e o DOM / Regional sabotou pura e simplesmente a iniciativa dos camaradas.

Isto prova a incapacidade, a brutalidade e o desespero da direita. Mas o Povo já não aceita morder a isca porque pela dura experiência da vida, sabe na mão de quem está o anzol.

Com efeito, o Povo não ficou nem está sensibilizado por aquelas palavras de ordem porque, neste justo momento concreto, elas não correspondem não só à verdade como não correspondem, em absoluto, aos seus verdadeiros interesses e ansiedades. A reacção interna e as forças de direita pretendem identificar os”divisionistas” e”fraccionistas” com os nomes de Nito Alves, Zé Van-Dúnen, Bakalof, Monstro Imortal e tantos outros, o que é manifesta e evidentemente falso e grosseiramente mentiroso.

Onde é que está a demonstração científica daquelas acusações? Nenhuma senão etiquetas e rótulos, mas o Povo não quer a etiqueta da propaganda da maçã, deseja é comer a maçã, o conteúdo.

Incapazes de demonstração científica os acusadores procuram baralhar as cartas: explorar o facto indiscutível do uso fraudulento e provocatório que grupos esquerdistas e anarquistas e alguns até reaccionários fizeram do meu nome, como os CAC’s e OCA’s. Mas, nesta questão onde é que está o meu aval consentido a formações dessa natureza e a quem, implacavelmente dei luta em trincheira aberta e conhecida pela massa militante da nossa organização. Quem não conheceu o combate em que eu participei contra os CAC’s e similares? Quem não sabe que fui o primeiro membro do

Comité Central a denunciar o carácter reaccionário e anti-comunista da OCA, numa Conferência que dei na Câmara Municipal de Luanda? E quem é que tomou na altura, uma posição demissionista?

A nota mais evidente nestas palavras de ordem é a ausência da denúncia e combate ao direito, ao anti-sovietismo. Só há "esquerdismo" no MPLA. Que milagre!

A partir do critério de Lénine é de se perguntar: O MPLA não tem desvios de direita? Por que razão não há palavras de ordem contra o direito, contra o anti-sovietismo, quando esta santa aliança existe militantemente?

A propósito de ausência de determinadas palavras de ordem quando elas deviam justamente aparecer, oiçamos o que Lénine escreveu a respeito no seu famoso livro DUAS TACTICAS, cito:

"De que se trata? (Perguntava Lénine). Trata-se, primeiro, de que não basta uma simples indicação geral abstracta, das duas correntes existentes no Movimento e de que quão perniciosas são extremismos. Há que saber concretamente qual é o mal que aflige o movimento no momento actual; em que consiste agora o perigo político real do partido. Segundo, há que saber a que forças políticas fazem o jogo estas ou outras palavras de ordem tácticas ou até mesmo a ausência de palavras de ordem,"(48) O sublinhado é meu.

De acordo com estes ensinamentos de Lénine , perguntemos com ele: qual é o perigo real da nossa revolução e do MPLA? Resposta: não é o "esquerdismo" e sim o oportunismo de direita cuja expressão ideológica é o anti-sovietismo instrumento da contra-revolução. Em função disso será extremismo ou divisionário combater o oportunismo de direita? Resposta: não. Ao serviço de quem fazem jogo as palavras de ordem" é preciso combater os fraccionistas" isto aplicado aos camaradas Nito Alves, José Van-Dúnen, Bakalof, Monstro Imortal e outros? Resposta: estas palavras estão ao serviço da reacção interna consciente ou inconscientemente. E porque é que não há palavras de ordem em termos de abaixo o oportunismo de direita, o anti-sovietismo e o maoísmo? É para esconder o jogo das forças anti-comunistas e por isso contra-revolucionárias. Eis a verdade das coisas em toda a sua dimensão.

Para mim, a OCA é expressão da CIA, cujo conteúdo ideológico é o maoísmo, e mais nada. Sendo a nova versão dos CAC's era bom estudar-se todo o dossier CAC.

Camarada Presidente

Camaradas do Comité Central

Após esta exaustiva análise, onde julgo ter demonstrado inequivocamente como a calúnia, a intriga e o boato estiveram e estão ao serviço dos oportunistas, dos divisionistas e dos demagogos que pululam no nosso seio, vejo chegado o momento em que importa extrair de todo o precedente as suas consequências lógicas e revolucionárias.

Porém, isso deve ser visto a dois níveis: as questões de superfície e as questões de fundo.

A abordar as questões superficiais, vou sintetizar o conjunto de exigências de natureza pessoal e de base técnico jurídica que devem ser satisfeitas em função da situação em que me encontro como militante, e em função de factos ocorridos enquanto deveria decorrer o inquérito.

Importa aqui, trazer ao ecrã da memória de todos, factos importantes que possibilitam a compreensão do conjunto de exigências que em seguida vou expor. No decurso do IIIº Plenário do Comité Central do MPLA, realizado de 23 a 29 de Outubro de 1976, em Luanda foi decidido formar uma Comissão de Inquérito do Comité Central para investigar as tentativas de "golpe de estado" e o "fraccionismo" no MPLA, sendo os principais acusados eu e o camarada José Van-Dúnen igualmente membro do Comité Central. A proposta de formação da Comissão foi da autoria do camarada José Van-Dúnen e foi subscrita por mim; estas posições, foram tomadas por nós face ao ambiente de provocação, calúnia e de boato que contra nós foi criado por alguns membros do Comité Central.

Quando, logo no início dessa Reunião Plenária do Comité Central foram contra mim produzidas acusações provocatórias (foi até uma intervenção precipitada do Pacavira

dentro da estratégia que então se desenhava) estavam presentes na sala não apenas os membros do Comité Central mas também os membros das Comissões Directivas Provinciais do MPLA.

À decisão de formar a Comissão de Inquérito foi dada, pelo camarada Presidente e pelo Comité Central, o carácter de secreto, pelo que ficou expressamente definido que ninguém, para além dos membros do Comité Central, poderia ser posto ao corrente da situação. Quero ainda recordar que a Reunião, na palavra do camarada Presidente, fixaria normas severas para todo aquele cujo comportamento fosse contrário às decisões colectivas.

O camarada Saydi Mingas, como prova o documento em anexo, veja-se a Acta da Reunião do Comité Central da JMPLA realizada de 4 a 8 de Dezembro de 1976 deu conhecimento generalizado aos membros do Comité Central da JMLPA, da referida situação tendo mesmo anunciado as "suas" sentenças, e referido que sobre o "assunto Nito" estava a trabalhar o camarada Onambwa, que tanto quanto sabemos, não é membro da Comissão de Inquérito.

Igualmente o camarada Lúcio Lara, Secretário Administrativo do Bureau Político, em várias reuniões, nomeadamente com os Comissários Políticos em Malange, violou o segredo daquela decisão. O Beto Van-Dúnen em assembleia de Militantes do sector Operário realizada no Cinema Avis no dia 15 de Janeiro de 1977, ele que não é membro do Comité Central deu conta da existência do Inquérito.

Também como já vinha acontecendo antes, prosseguiu depois do 3º Plenário uma campanha a nível dos órgãos de Informação, com destaque para o pasquim do Sr. Costa Andrade e para a Rádio Nacional dirigida mais ou menos abertamente contra mim.

Por seu lado, a DISA prendeu militantes acusados de pertencerem ao espantalho da "linha Nito" segundo a terminologia do CAC (e só?) Hélder Neto e companhia limitada. Uma sombria sombra de terror, uma vaga de terror persegue, paira e se abatem furiosamente sobre militantes e cidadãos patriotas e revolucionários que lêem os meus livros.

E a campanha é tal que permite aos países socialistas, ao movimento operário e revolucionário mundial, ao movimento de libertação nacional tirar ilações que os possa persuadir que Nito Alves é o "fraccionista" da casa.

É pois, com base nesta realidade em que impunemente os mais acérrimos "defensores" do centralismo democrático e da disciplina no seio do MPLA calcam diariamente as decisões das instâncias superiores e as normas estatutárias e disciplinares do nosso Movimento que formulo as seguintes exigências formais:

1º Diz o CAP.II, art. 13 b) dos Estatutos:

b) Nenhum membro do Comité Central pode ser afastado das suas funções sem decisão fundamentada e democrática da maioria absoluta de 2/3 dos membros do Comité Central (o sublinhado é meu).

Não vou referir-me aqui aos aspectos dos dois terços (2/3) e do carácter democrático, no pleno sentido, que deveria ter revestido a decisão de o Comité Central me submeter a uma Comissão de Inquérito. Apenas vou classificar a decisão como anti-estatutária porque não fundamentada. Com efeito, quais os factos, quais as provas, que foram demonstradas perante o Comité Central naquela ocasião e que levaram a que a maioria aritmética fosse tão permissiva a uma manobra avantajada?

A resposta é: nenhum facto, nenhuma afirmação foi, na altura minimamente fundamentada!! Mais, nem sequer foi rigorosamente determinado o âmbito das acusações que me foram feitas.

Assim eu repito: a decisão foi anti-estatutária, por isso exijo que o Comité Central o reconheça e de facto dê conhecimento aos militantes.

2º) Que do presente documento, num prazo máximo de quinze dias, seja dado conhecimento às Comissões Directivas Provinciais do MPLA, ao Comité Central da JMPLA, ao Secretariado Nacional da UNTA e ao Comissariado Político das FAPLA.

3º ) Que sejam apresentados aos militantes todas as provas que a DISA possui como se evidencia as tentativas de "golpe de estado". Exijo ainda, com insistência intransigente,

que uma Comissão do Comité Central vá para as prisões da DISA e contacte com os militantes a quem é feito o interrogatório em termos de pertencerem à” linha Nito”. Poderei fornecer à Comissão alguns desses nomes. Do resultado seja dado conhecimento aos militantes e à nação inteira

4º ) Que através dos órgãos de informação importa promover uma campanha de nível à que vem sendo realizada contra mim, mas de sentido contrário.

5º ) Que, pelas mesmas razões sejam informados os Governos e Partidos dos países amigos, em especial dos Países Socialistas, da realidade dos factos.

6º ) Que os camaradas membros do Comité Central Saydi Mingas e Lúcio Lara devem ser sancionados pelas afirmações produzidas nas reuniões cujos organismos e organizações de massas indiquei.

Camarada Presidente

Camaradas do Comité Central

As exigências que acabo de formular não ultrapassam o aspecto formal. A questão de fundo como claramente venho demonstrando ao longo deste extenso documento que trago à vossa consideração situa-se em termos ideológicos e de princípio, e a História por mera casualidade colocou perante mim a pesada e inadiável responsabilidade de classificar profundamente o fenómeno em curso, de forma a que os mais altos ideais revolucionários dos operários, dos camponeses, dos intelectuais revolucionários, dos sectores patrióticos da burguesia, em suma, de todo o Povo que se levantou em armas há cerca de 16 anos, irmanados numa ampla frente nacional anti-imperialista que é o MPLA, dizendo não à exploração do homem pelo homem e que há pouco definiu sem ambiguidades a sua opção socialista, não sejam traídos por manobras tecidas por oportunistas de todos os países, por manipulações reaccionárias alicerçadas na santa aliança de social-democratas e maoístas que embora se sirvam da capa do marxismo-leninismo, mais não fazem que cavar um fosso cada vez mais profundo entre o MPLA e o movimento revolucionário mundial em geral e o campo socialista em particular, de



forma a criar as condições para a implantação dum regime neo-colonial, para uma real e efectiva dependência face ao capitalismo internacional.

E é ao ter plena consciência de toda esta cabala montada por estes serviçais do imperialismo internacional, é consciente de que os vivos à União Soviética, à Cuba Socialista não constituem mais do que o disfarce do anti-sovietismo inerente e profundamente distribuído nos bastidores políticos dessa santa aliança que, em nome dos heróis tombados, no campo da honra para que em Angola se edificasse uma pátria socialista, intransigente defensora da democracia, da paz, e da independência nacional dos Povos que nós, camarada Presidente e camaradas do Comité Central, devemos tomar, sempre de acordo com o espírito dos documentos essenciais da nossa Organização, mas sabendo-os utilizar no interesse da nossa revolução as seguintes medidas revolucionárias para superar vitoriosamente a actual situação:

1º ) Desmascarar definitivamente, e definir como contrário aos ideais marxista-leninistas e como teoria” incompatível com a nossa opção socialista e com a continuidade da revolução angolana o anti-sovietismo, uma das expressões do anti-comunismo, e denominador comum dos maoístas e da social-democracia instalada no nosso seio. Esta questão deve figurar necessariamente nas teses para o Congresso.

2º ) Iniciar um combate implacável a todas as manifestações e a todos os ideólogos do anti-sovietismo no seio do MPLA, desde o Bureau Político e Comité Central do nosso movimento até aos seus organismos de base.

3º ) Constituir um Comité Revolucionário de Direcção Político-Militar , que substitua transitoriamente, mas de imediato o Bureau Político, que tome as medidas necessárias para dar cumprimento aos pontos 1º e 2º que garanta a Direcção Revolucionária do nosso Processo Histórico.

4º ) Promover, logo que estejam criadas as condições, a realização urgente duma Conferência Nacional Preparatória do Congresso do MPLA, função esta que desde já deve já ser endossada ao Comité Revolucionário de Direcção Político-Militar.

5º ) Considerar no 1º Congresso do Nosso Movimento, após exaustiva análise dos desvios de direita e de esquerda a necessidade de se aplicar severas sanções

relativamente às concepções incorrectas de modo a concretizar a total depuração dos elementos defensores do anti-sovietismo, de forma a garantir a criação dum verdadeiro partido de vanguarda de classe operária, baseado na ideologia do marxismo-leninismo, condição indispensável para a defesa, consolidação e desenvolvimento da nossa revolução rumo ao socialismo.

6º ) Para a realização deste programa de acção, é forçoso a convocação urgente duma reunião do Comité Central do MPLA alargada até às Comissões Directivas Provinciais do MPLA , num período de sessenta dias a contar da entrega deste documento.

Esta é a verdade que os militantes necessitam e têm o direito de saber. E tenho a plena consciência de nunca ter traído a luta armada nem a revolução, de nunca ter fracassado em nenhum minuto sequer nas duas Guerras de Libertação Nacional, mormente durante a Primeira Guerra. Tenho igualmente plena e claríssima consciência das consequências as mais variadas, que decorrem desta minha firme e inabalável tomada de posição.

Que fazer?

Entre o medo, o imperialismo de um lado e a revolução doutro, todo o revolucionário opta necessariamente, energicamente pela audácia e a revolução proletária.

PELO PODER POPULAR

A LUTA CONTINUA

A VICTÓRIA É CERTA

NITO ALVES

Membro do Comité Central do MPLA

Luanda, 11 de Fevereiro de 1977

## **20 Correspondência com Fernando Vumby I: "*Quando um dia fomos parar à base do Kinkuzo*"**

### **Nota prévia do autor.**

*Os textos de Fernando Vumby foram colocados tal como produzidos nas nossas conversas, via correio electrónico, tendo procurado manter a grafologia de Vumby, e somente melhorando a aparência, como as separação entre vírgulas ou anulando espaços entre aspas.*

*Quanto ao restante nada foi alterado nem a parte grafológica. Não esquecer, como ele adiante faz a sua apresentação, que vive auto-exilado em Berlim, Alemanha, desde 1981, e toda a sua vida tem sido feita em alemão e só aborda o português quando está junto da comunidade angolana ao serviço de organizações de Direitos Humanos alemães.*

*Segundo um pequeno CV que Fernando Vumby me enviou, o activista de Direitos Humanos e cronista político nasceu “em Luanda no bairro "Mota-Sambizanga", em 1954, filho do primeiro negro que trabalhou vários anos como camareiro num dos maiores paquetes que Portugal já teve (Navio Vera Cruz) em regime de empregado efectivo da então (C.N.N.) - Companhia Nacional de Navegação. Meu pai pertenceu ao grupo de carteiro clandestino de tripulantes que sempre que viajassem ,correndo os maiores riscos, levavam consigo o correio para os chamados terroristas angolanos que se encontravam espalhados por esse mundo fora, como bolseiros ou asilados. Aqueles negros que entraram em Portugal, em 1955, devem se lembrar do Vumby de Cacilhas. Esse foi o meu pai. Foi o meu pai ,que apoiou Venâncio de Moura, também na margem Sul do Tejo e motivou-o a continuar seus estudos até que se doutorou. (...) Eu sou de formação religiosa, embora curiosamente e actualmente, não professar qualquer religião. Digo formação religiosa, porque foi na (Missão Católica da Cazanga), uma das ilhas do Mussulo, onde fiz o meu ensino primário, nos tempos do Padre Gil Marchal, Irmão José, professor Botelho e João, tendo seguido para o Seminário de Luanda onde apenas fiquei dois anos até que abandonei os estudos para outros destinos, talvez que já estavam marcados. No Seminário lembro-me de Miguel Ginga, Diogo, Dom Muaka e*

Arcebispo Dom Moisés Alves de Pinho, padre Ribeiro e outros. Por ironia do destino em terras Germânicas acabei por reencontrar aqueles que os Angolanos cá do sítio tratam, pelo Picasso Angolano. O Artista Moises Kuanza, uma grande referencia, dado a nossa infância também já partilhada na Missão da Cazanga.”

“Era Setembro de 1974, um dia depois de termos ouvido, as escondidas o então programa radiofónico (Ngola-Combatente); não mais mudámos as nossas ideias, também queríamos, participar da luta de libertação nacional.

Era apenas emoção, verdade se diga, não tínhamos uma ideia concreta, e muito menos sabíamos como lá chegar junto daqueles que combatiam, o então regime colonial português.

Sabíamos, apenas que o então programa radiofónico era difundido a partir de Brazzaville. Juntamente com Belarmino Wilson, meu amigo de infância, pegamos num mapa e começamos a desenhar, uma fuga até Cabinda, onde nem sequer, tínhamos algum conhecido ou alguém esperando por nós.

Preparamos nossa viagem, carregando nossas mochilas com alguns mantimentos como: bolachas, bombom, ginguba e algumas latas de conserva. Para não espantar os velhos achamos melhor não avisar e lá partimos até ao aeroporto de Luanda, onde acabamos por encontrar grandes dificuldades para seguir viagem. Primeiro, porque éramos estudantes, muito jovens e os nossos argumentos não eram tão convincentes, para justificar uma viagem que, até na altura, era considerado suspeito viajar-se para cidade de Cabinda.

Fomos interrogados numa das salas do aeroporto pela PSP que depois de tantas mentiras nossas, lá conseguimos os convencer e nos deixaram viajar.

Foi uma viagem de muito pânico, porque não fazíamos a mínima ideia daquilo que nos esperava. Beto era, de boa famílias, seu pai já tinha o estatuto de assimilado, outros diziam que colaborava com a Pide, tinha duas belíssimas irmãs.

Quando chegamos ao aeroporto de Cabinda depois de poucas horas de viagem o medo e o pânico ainda foi maior, não conhecíamos a cidade, e muito menos sabíamos a quem e onde nos dirigirmos.

Lá fomos vendo e acompanhando a movimentação das pessoas, até que conseguimos uma boleia até ao centro da pequena cidade de Cabinda. Com o pouco dinheiro que tínhamos acabamos por conseguir um quarto para os dois no famoso Maiombe hotel por uma noite.

Dia seguinte, depois do matabicho, fomos obrigados a deixar o hotel porque o dinheiro já não dava para mais, e lá fomos andando pela cidade de um lado para outro, com as mochilas cada vez mais vazias, porque as latas de conserva já tinham sido degoladas durante a noite. Até que fomos parar a um mercado, chamado mercado do (Tafé), onde cheios de medo começamos a forjar amizade com alguns irmãos da cidade de Cabinda, expondo-lhes as nossas dificuldades e intenção de ir para o outro lado da fronteira.

Neste primeiro dia que fomos ao mercado, tivemos o que parecia a sorte do nosso lado, pois acabamos por conhecer, a pessoa que nos apoiou e ajudou, a fazer a travessia da fronteira.

O medo era a nossa companheira diária, pois quase não acreditávamos e nem confiávamos em ninguém, mesmo depois da promessa em ajudarem-nos atravessar para o outro lado.

Depois ficámos a saber, que finalmente o senhor que nos prometera ajudar, era alguém que ia uma vez, por semana comprar cerveja na fronteira. Daí ficamos mais calmos e serenos esperando pelo dia da partida, que tardava a chegar. Um dia desses, por volta das 21h, fomos avisados sobre a partida, pegamos em nossas mochilas e lá subimos para um camião coberto por uma lona, em direcção à uma fronteira, que nem sabíamos qual delas era.

Foi uma viagem não muito longa e quando chegamos, demos conta de que não se tratava de uma fronteira oficial porque não vimos policia nem militares de lado nenhum.

Do outro lado estavam caminhões carregados com cerveja "primusso" e então acreditamos que estávamos em território zairense. O motorista do camião fez-nos algumas perguntas o que não conseguíamos responder, porque não percebíamos lingala. Repetiu em francês, o que tornou mais fácil, a nossa comunicação, porque quer eu, como Beto já dávamos uns toques da língua francesa. Dissemos ao motorista, que era nossa intenção irmos para o Congo para nos juntarmos aos movimentos que lutavam pela independência de Angola.

Ele disse-nos que não estávamos, no Congo mas sim no Zaire e que podia levar-nos para uma cidade onde ele sabia que existia uma delegação de um dos movimentos. Foi uma viagem longa, cansativa entre picadas e estradas péssimas até chegarmos à província do baixo-Zaire, (Matade) totalmente rebentados, depois de termos dado os nossos trocos ao motorista, este acabou por acompanhar-nos até uma das delegações da FNLA, onde já tínhamos encontrado outros jovens, angolanos que esperavam serem enviados para Kinshasa.

Na altura falava-se em bolsas de estudo e era sinceramente, um grande sonho da maioria dos jovens.

Uma semana depois, um camião do exército zairense transportou-nos até Kinshasa numa outra viagem longa e cansativa. No chamado (GRAE) "Governo Revolucionário Angolano no Exílio" encontramos muita gente, conhecida que já tinham desaparecido há muito tempo de Angola.

Lá encontramos o Damião que morou nas B, Jones que andou no Liceu Salvador Correia, Filipe, Cadete, Roberto, Jairzinho do Zangado, Acúrcio, Belito e Tony sendo esses dois últimos irmãos do Teta Lando. Importa dizer que Tony é hoje conhecido por "Teta Lágrimas", já tocava viola na altura.

Estávamos todos ansiosos pela tão falada bolsa de estudo, que tardava a chegar. Até que um dia a história das bolsas se acabou e lá fomos todos tão jovens enviados para o campo de instrução militar no famoso (base de Kinkuzo).

Era um campo enorme, de um lado era banhado pelo rio Zaire, com um número impressionante de militares, onde se ouvia pouco português. A maioria dos instrutores eram zairenses e chineses que viviam numa espécie de zona só para oficiais. As instruções eram quase sempre em lingala ou kicongo, brutais, sangrentas e severamente desumanas.

Entre os comandantes haviam aqueles que tinham desertado do exército português e encontravam-se já vários anos nas fileiras do ELNA. Era o caso do conhecido Rómulo, que morou no Marçal no tempo colonial e de Narciso. Estes eram praticamente de entre os poucos com quem se podia falar português.

As condições no campo eram das piores, principalmente para quem era militar de base, da mandioca, feijão com feijão, arroz com arroz ou do peixe podre makrel não passava.

Os oficiais tinham as suas mulheres e filhos e lá iam cultivando aquilo que precisavam para a sua alimentação.

Doenças, umas atrás das outras, desde a malária, paludismo, sarampo e outras próprias de climas tropicais, onde principalmente os cuidados de higiene não eram dos melhores.

Lembro-me ainda como se fosse hoje, de um cemitério cheio de cruzeiros e da morte de uma jovem que tinha sido enviada para o campo com seu namorado. Coitada, não aguentou, aquilo era mesmo duro, não era fácil resistir. Diziam-nos que não podíamos sorrir, porque éramos comandos, tínhamos treinos de boxe, onde enquanto um não sangrasse, não valia o treino.

Em pouco tempo estávamos todos brutos e duros piores do que pedra.

Nós os mais jovens, passávamos a vida chorar, pois era muito duro para nós. Um dia desses mandaram formar a parada, porque chegava o Holden Roberto, éramos mais de 2000 homens, num enorme campo de treino, quase nem se falava de política, diziam que política era só para os políticos e a nossa missão era mesmo só as armas.

Nós, os que falávamos, português, tínhamos o nosso grupo, onde entre nós fazíamos os nossos comentários e traçávamos os nossos planos. Pensamos fugir através de canoas atravessando o rio Zaire, para isso era preciso contactar os pescadores, que por sua vez tinham instruções rugosas do comando, para não deixar escapar ninguém.

De um lado víamos o enorme rio Zaire que dividia os dois países. Lá fomos arranjando amizade com os pescadores, e acabamos por nos organizar para a fuga. Divididos em grupo de 3 tentamos a primeira fuga, que felizmente correu bem, lá foram para o outro lado Cadete, Filipe e Roberto. Eu, Beto, e Acúrcio não conseguimos fugir éramos mais jovens e medrosos. Até que recebemos ordens para seguir para Luanda, onde acabamos por ser destacados, numa das unidades militar do bairro Cazenga.

Quando chegamos a Luanda a nossa grande preocupação, foi tentar conseguir uma folga para irmos matar saudades com a família ,que nada de concreto sabia sobre a nossa situação. Qual não foi o espanto, da família e dos amigos que quase nos fugiam. Tinham medo de nós e ficamos a saber que não eram nada boas as informações que tinham sobre a FNLA.

Nos sentimos isolados, marginalizados e rejeitados, pelos nossos próprios familiares e pelos amigos, com quem tínhamos crescido e passado uma boa parte da nossa juventude.

Tudo era diferente e estranho para nós, porque quase ninguém nos falava; as crianças quando nos vissem fugiam de medo e algumas gritavam : "Papa , olha os canibais".

Cinco dias depois o Beto foi destacado para a base da Av. do Brasil e acabei por perder o contacto com o mesmo por uns tempos uma vez que fui integrado para um outro grupo que fazia parte das forças integradas composta por quatro militares, sendo um da Unita, Fnla, Mpla e um do exército Português que controlava o porto de Luanda. Com a malta dos outros movimentos, no princípio, as relações eram as melhores possíveis, mas com o andar do tempo, começou a haver um certo clima de desconfiança entre nós.



Ao quinto dia, fomos os três avisados ,pelo militar português, que era o responsável e chefe do grupo, de que a situação não era nada boa ,porque tinha ocorrido uma troca de tiros entre a FNLA e MPLA, na zona do Jumbo.

Pouco depois começamos a ouvir uma maior intensidade de tiroteio, por quase toda a cidade. De repente, surgiu um carro civil, no posto de controlo onde nos encontrávamos, no portão do porto em alta velocidade, fazendo disparos no ar. Ficamos perplexos, enquanto o militar português nos foi pedindo calma. As pessoas corriam de um lado para o outro, os serviços fecharam e o tiroteio foi aumentando de intensidade.

Não havia tempo a perder, tinham mesmo que pensar rápido e tomar uma decisão, porque como militar da Fnla o perigo era maior. Falava-se de que as delegações da FNLA já estavam em chamas e de mortos por quase todas as esquinas.

Neste momento vinha um táxi que saía do porto, fiz sinal de paragem, entrei e pedi ao motorista, que me levasse para a Vila-Alice numa das delegações do Mpla. O motorista estava cheio de medo por tanto tiroteio na cidade e do grande perigo que constituía transportar um militar fardado de FNLA, numa área praticamente de controlo do MPLA.

Quando chegamos á Vila-Alice alguns militares deram conta que no táxi, estava um militar fardado de FNLA e tomaram logo posições de tiro. Felizmente nenhum deles disparou contra o táxi e com os pés arrastei a arma G3 que tinha comigo, gritando para os militares que não disparassem, porque tinha acabado de desertar das fileiras do Elna.

Entre o grupo de FAPLAS, acabei por reconhecer malta das C e B a quem lhes disse que tinha acabado por desertar. Tiraram-me a farda que trazia e deram-me outra.

Songa era o chefe da delegação nesta altura, e foi a ele que contei ,como tinha ido parar para as fileiras do ELNA, como já sabia de outras situações idênticas, me pediu calma e disse-me que iria resolver a situação.

Encontrei um jovem que por acaso a sua mãe era amiga de minha e pedi-lhe que a informasse sobre a minha situação.

Neste dia, a cidade estava muito agitada e o tiroteio não diminuía de intensidade. Encontrava-se presa nessa altura, uma das irmãs do Teta-Lando numa das caves da delegação e vim saber mais tarde de que seu marido Zeca Cortez, se não me engano, tinha sido morto nos tiroteios.

Fiquei a saber, que a FNLA ,tinha sido desmantelada, de quase todas as bases que tinha, assim como a Unita já estava em debandada.

Perderam a base do Pica-Pau, na Avenida Brasil. e outras, onde não tinham quase tropa nenhuma.

Da Vila-Alice já não mais saí e disseram-me que tinha que seguir para Cabinda, numa base militar das FAPLA, para um outro treinamento militar.

Assim, um dia desses segui de volta para cidade de Cabinda, viajando no navio Kalua, em companhia de outros que também estavam escolhidos para o CIR "Centro de Instrução e Recrutamento".

Comigo viajaram o Luís Alves, irmão do antigo jogador do Benfica de Luanda, João Alves, Bessa da C11, irmão do Azevedo "Xavita", Luís Cadete, Dumilde Chagas Rangel, Carlota, sobrinha de Albano Maxado, Rasgado, Borge, Joy, Ribeiro, Abel da C 9, Alfredo da C5, Nando da C5, Eduardo da C9, e outros tantos; o enorme navio "Kalua" estava cheio.

Ao chegarmos a cidade de Cabinda cruzamo-nos com o famoso esquadrão Maiombe que fazia as malas para seguirem viagem para Luanda. Muita malta conhecida fazia parte deste esquadrão, vestido a rigor, botas, chapéu e fardamento Soviético. Era diferente dos demais fardamento. Era bonito, pareciam tropas de elite. Deste grupo, recordo-me do Kopelipa, Chana, VD, Manuncho da C10 irmão do Lino, que jogou no Progresso do Sambizanga, Bibi, Pombal, Altino, Ngunga, Peti Castro, Nguegy, etc.

Minha viagem continuou até o CIR, em Belize, onde acabei por ficar 8 meses de recruta até ter sido escolhido, para fazer parte de um grupo sobre chefia de Pedro Sebastião, na transformação de uns antigos galinheiros em quartel militar.

Assim nasceu a base de S. Vicente, por aí uns 15km do centro da cidade de Cabinda. Importa dizer que da cidade de Cabinda até ao (CIR Belize) são várias horas de viagem passando por Malongo Zau, Buku-Zau, Landano e outras pequenas povoações.

O CIR Belize tinha sido antes uma unidade militar portuguesa com todas condições de habitabilidade, apesar de que estava situado praticamente no coração da conhecida mata do Maiombe.

Éramos tantos, divididos em sectores femininos e masculino. Ainda me recordo, com se fosse hoje, de quase toda malta que lá encontrei desde os recrutas, instrutores, monitores políticos, comissários, comandantes e de outros ligados aos serviços de saúde. Estavam lá os comandantes Pedro Sebastião, Alberto Neto, Maiunga, Comissário político Bornito de Sousa, Pedro Santos, este último, homem de uma estrutura moral formidável, Nando Malher, era um paralítico que dava também aulas políticas, Jituéira, instrutor militar, Bafa-Bafa, instrutor na área de minas e sabotagem.

Como disse, o centro estava abarrotado de gente, entre mulheres e homens, numa constante entrada e saída de militares, para as várias frentes e regiões do país. Do lado feminino lembro-me da Tutuka, Lurdes, Luísa Fontes, Filomena Costa, Manuela Carmita, Fany, Nany, Caty, Luduvina, Joya, na sua maioria as jovens acabavam por namorar com os militares, porque era a única forma de irmos satisfazendo as nossas necessidades afectivas.

Pedro Sebastião acabou por ficar com a Fany, Joya com Quintino, Caty com o Xavita, Pedro Santos com a Filomena Costa, eu com a Luduvina, e numa outra fase mais tarde com a jovem Carmita que tinha acabado de chegar fresquinha de uma outra base militar " Sanga-planice ".

A maior parte dessa relação, quanto sei, deram em casamentos felizes e eternos, como foi o caso de Pedro Santos que só a morte o separou da Filomena Costa, que, por ironia do destino, reencontrei no campo de concentração do "Tari" Kibala, após o 27 de Maio.

Na base de S. Vicente tínhamos como comandante Pedro Sebastião, comissários Bornito de Sousa e Kassefu, monitores eram o Joy e o Borge, pessoa que já carregava nos ombros vários anos de cadeia de "S. Nicolau".

Em Cabinda fiquei, e passei a proclamação da independência, a maior parte das vezes em serviço na delegação central, com Eurico Gonçalves e Pedalé ambos em tempo alternado, como chefes da respectiva delegação. Foi assim que um dia acabei por assistir a morte estranha e esquisita do comandante Jika. Foi no morro do Xizu, uma posição nossa de artilharia que ficava numa pequena montanha praticamente por detrás da nossa delegação.

Digo esquisita, porque a curva descrita por um obus nunca o atingiria pela simples forma como ele estava protegido na trincheira. Bom, choramos, a sua morte porque Jika sempre foi uma jóia de comandante, atento e compreensível para com seus subordinados.

Dizia-se que tinha um irmão na Unita, ou na FNLA ,verdade é que, sua morte não foi muito comentada, o que tinha deixado nos mais atentos algumas interrogações.

Quatro meses depois da independência, fui enviado para Luanda, para frequentar um curso de Contra Inteligência Militar, ministrado por peritos Cubanos, da secreta de Fidel de Castro. Foi um curso que teve duração de aproximadamente de 6 meses, com um número aproximado de 50 homens e 20 raparigas. A abertura do curso foi feita pelo presidente Dr. Agostinho Neto seguido de um juramento feito por todos nós em defender a pátria até á morte.

No fim dos quase 6 meses de curso qualificados como oficiais operativos fomos destacados nas mais variadas unidades militar de quase todo o país, cabendo-me o osso duro que era a unidade do Grafanil, maior em termos militar e logístico. Eram os comandantes de sector, Dimuka, que tinha como adjunto, o que se tornou depois famoso

"o Alpega dos Gelados"no sector logístico era o comandante Chegue-Vara. Tinha nesse sector alguns amigos, eram; o Sango, Mariano esses dois moravam na Precól e o Colombo que era do Sambizanga.

Éramos enviados para as unidades, através de um ofício do Ministro da Defesa, na altura Iko Carreira, pedindo aos comandantes de unidade que nos fornecessem, todo tipo de material para os nossos serviços incluindo um gabinete de trabalho.

Nossas funções eram específicas e quase sempre dentro do aspecto em mantermos a segurança nas unidades militares, evitando sabotagens, infiltrações, neutralizando certas acções, assim como outras.

Tinha a responsabilidade em selar e controlar todos os paíóis existentes na unidade ,assim como organizar todo um trabalho relativo a função.

Dado o secretismo das funções, nunca os comandantes sabiam concretamente, do nosso trabalho e até porque eles próprios estavam geralmente sobre o nosso controlo. Muitos de nós não tínhamos carta e nem carro, mas dado as necessidades, de permanente deslocações, acabamos por receber credenciais e viaturas para as nossas deslocações.

De início, Mandriz era o colega que nos apanhava com um jeep militar, sempre que tivéssemos que ir ao Ministério da Defesa onde tínhamos a nossa secretária e nossos gabinetes de pesquisa e trabalho individual.

Nalguns casos os gabinetes eram repartido por dois colegas. Eu tinha o meu com o Adelino Xavier (Adé) que era o OP da unidade R20. Os tempos foram passando até que começamos a perder a nossa autonomia de trabalho quando nos colocaram assessores Cubanos, para assessorar as nossas actividades. Aí tudo começou a mudar, na forma e no estilo de trabalho. Já trabalhávamos como se estivéssemos em Cuba, era uma autêntica cópia em todos os aspectos. Prender para investigar e não investigar para pretender.

Não podíamos discordar ou desobedecer por medo de sermos tratados como contra-revolucionário, que era um título muito perigoso, para quem era dos serviços secretos.

Já nem se podia levar em consideração as nossas próprias, realidades socioculturais, porque tinha que ser "igualito como in Cuba". Eles diziam que defender "Neto era defender la revolucion angolana ".

Dai em diante, o CIM passou a ser uma verdadeira farsa, descomandada, debandada e quase sem alegria. Cada um fazia o que queria, se misturavam as funções entre as da DISA e as do CIM enfim, já não dava gosto de ficar assistindo aquele lixo todo. Ao longo desse período, forjei a minha primeira relação amorosa, com a jovem mulata bonita da Vila-Alice (...). Era a Jeny, minha colega do CIM.

Meu chefe Neto também estava interessado mas não conseguiu; suas palavras não tinham o aroma fervoroso do chá de kaxinde. Informei a minha mama ,sobre minha relação com Jeny para fazermos o pedido, ela rejeitou porque estava farta de ser humilhada pelas minhas vigarices. Pois nunca levava á sério as minhas tantas relações amorosas. Então convidei meu primo Santos alfaiate do bairro Cassequel, rua 11-casa 6. Meu primo era charmoso, alfaiate dos melhores que havia nos tempos, era muito cobiçado pelas garinas do Cassequel, tinha a Belita Pandas, Suzana, Gilda, Mariana do Marçal e ainda andava com a vizinha do professor "Menino Neco do bairro Kaputo".

Para animar a festa do pedido, contactei a minha irmã Lay que trabalhava com Beto Van-dunem, no comércio interno. Ela levou a bebida, um leitão, perfumes e uma garrafa de SCOTCH WHISKY, para oferecer a família da Jeny.

Minha cunhada Lurdes, ficou admirada e de repente abriu a boca e começou a contar sobre as minhas aventuras amorosas dos tempos em que juntos estivemos no CIR-Belize.

Fiquei triste, pensei que ela acabaria a festa daquele jeito tão aborrecido (...) até que tudo se tornou mais alegre. Aos sábados aproveitávamos para tirar algumas horas de descanso e curtir as noites de farra.

Nossa colega Jinofefa iria para Cuba especializar-se em criminalística e pensou dar uma festa de despedida na terra -nova onde morava. Como de costume, a malta toda da bófia

foi convidada, havia boa musica muita comida, bebida, e cada um vestiu o melhor fato que tinha para a pose das fotos da despedida.

Como não estava disposto a beber, peguei no meu Ford Capry e lá fomos até à Terra Nova, onde já estavam o Bilolo, Bavon, Mandriz, Luísa Peliganga, Minga, Xadú, Simião, Kipuko, Zeca Makalé, Chana, Ady, Adé, Meno, Juka Ngandu, Perré, PaiK, Chiquinho, Felix, Zé-Pequeno, Simão e umas tantas primas e amigas da Jinofefa, numa noite altamente animada. Cansado de sono pedi minha namorada e noiva Jeny, éramos mesmo noivos porque uma semana depois iríamos nos casar na igreja de Nossa Senhora de Fátima, para irmos para casa (mas não...) seguiu comigo para o carro deixei-a ficar, quando cheguei a casa da mãe dela onde já tinha o nosso enxoval de casamento, peguei nas minhas roupas e no dia seguinte muito cedo em companhia de um amigo de nome Castro, resolvemos viajar até a cidade de Malange, onde acabamos por ficar dois meses no hotel Kigima, que era propriedade de um tal Paulo Stop, um conhecido kamanguista na altura.

Lá o nosso casamento com data e dia marcado foi por água abaixo, foi triste e duro para todos aqueles, que sempre estiveram ao nosso lado e estavam solidários connosco.

Importa dizer que é com grande tristeza que me recorde desta triste passagem da história da minha vida amorosa. A mulher não é uma coisa qualquer, um número, uma vírgula ou uma sombra perdida e cansada que se esgueira pelos muros da vida. Ela merece todo nosso carinho, amor e compreensão.

Assim, quando regresssei de Malange, abandonei quase tudo inclusive as minhas funções de OP. Não quero me esquecer de que aquando das minhas funções, trabalhei muito, desmantelei quadrilhas de criminosos e os entreguei à justiça, que nunca vi nenhum julgamento, porque infelizmente muita coisa se funcionava, era apenas no papel. Quando sofriamos a invasão Sul-Africana detectei negócios feitos por algumas figuras, de nome, exactamente como o mesmo regime que nos agrediam e com pessoas do regime Sul-Africano, que seus nomes constavam nas nossas listas como inimigos de Angola.

Importa dizer que não se tratavam de armamento mas sim tecnologia para determinados empreendimentos fantasmas, que já iam aparecendo, com a segura cobertura de pessoas com peso no governo. Daí podíamos compreender as razões que estavam por detrás de algumas sabotagens com que nos íamos deparando. Por exemplo, vários documentos e informações nossas, para chegarem até seu destino encontravam quase sempre algumas cortinas de ferro ao longo do seu percurso, e algumas acabavam mesmo por não chegar.

Tínhamos como chefe ao mais alto nível, Iko Carreira e depois dele o presidente Agostinho Neto. As informações depois de elaboradas e coordenadas por nós, eram revisionadas pela secretaria que depois as fazia seguir, para o Ministro da Defesa. Era uma fase de muita abandalha, intencional ou não, sinceramente não consigo explicar.

Mas verdade se diga, de tal situação os mais atentos e experientes, já sabiam como tirarem os seus dividendos e até quem sabe lucros fabulosos. Houve casos de portugueses expulsos com mandatos falsos e fabricados apenas para se apoderarem de seus bens, enquanto aos outros lhes foram introduzidos panfletos de partidos com FNLA e Unita em suas casas ou quartos de hotéis, para depois serem surpreendidos e acusados de pertencerem á este ou aquele movimento.

Expulsar um cidadão estrangeiro era mais fácil do que matar uma formiga. Bastava saber que tinha algo que se aproveitasse, vivenda, apartamento, carros, motorizada, barcos de recreio, quintas e outros bens materiais. Haviam casos de portugueses expulsos e horas depois nas portas de suas casas já lá estavam colados papeis dizendo que era propriedade do comandante fulano ou sicrano.

Enfim era um país de comandantes onde a Disa e o CIM tinham se transformado no terror da nação. Com aquele exibicionismo e arrogância que se lhes conhecia. Lembrome de um colega de nome Colombo que se mordida por um Honda Civic, que era propriedade de pacato cidadão português que era engenheiro e morava no Hotel Trópico, este coitado do branco alheio, expressão que era muito utilizado na altura, foi arrastado e acompanhado até ao avião com o aviso de nunca mais pôr os pés em território angolano. Lá Colombo acabava de ver realizado seu sonho, em se transformar em proprietário naquilo que era do pacato cidadão português.



Era uma situação em que até a própria polícia de segurança pública tinha medo da Disa ou CIM, muito cedo se adivinhava aquilo que Angola é hoje em termos de governabilidade. Por vezes custa crer que chegará o dia em que todo e qualquer político será julgado e condenado dentro da lei, quando cometer crimes com estes que acabo de focar.

Foi assim que abandonei; não estava disposto a pertencer a um gang de criminoso, fardados ou mascarados de defensores de valores perversos, até que chegou o 27 de Maio de 1977, virando uma outra página da história da minha vida.

Berlin aos 20/5/2009

Fernando Vumby”

## **21 Correspondência com Fernando Vumby II: "*A Cadeia e o Campo de Concentração e outras informações*"**

“1. Entrei preso em 30 de Maio de 1977 e fui posto em liberdade em Novembro de 1979, sem julgamento e sem nunca me terem explicado as razões concretas da minha prisão.

Fui preso na rua sem qualquer mandato, ainda na rua prisão, disseram-me apenas que eu era um dos tantos suspeitos de implicação.

É bem verdade que a maior parte dos meus amigos tinham sido presos e uma grande quantidade deles foram. Sinceramente nunca nos nossos encontros escutei de qualquer um dos meus amigos a palavra, golpe.

Falava-se em manifestação. Também para tua informação, encontro-me fora de Angola desde 1981, onde nunca mais lá regresssei, porque como sempre tenho dito; cada um sabe da surra que apanhou.

Sinto-me bem cá e não sou pessoa de ir á sítio para me sentir mal.

Não vivo de fantasias, gosto de coisas palpáveis ou sentidas. Em relação aos presos, que deram entrada logo depois dos tumultos da Cidadela, a maioria esteve na cadeia da Casa Reclusão (CR ). Eu estive no S. Paulo um ano e tal e os outros também um ano e pouco passei-os no campo da Tari, Kibala [Cuanza Sul].

No S. Paulo, dos que entraram antes do 27 de Maio lembro-me de um conhecido por Nelito Sambila, que foi liberto no assalto a cadeia e logo depois do governo controlar a situação foi de novo preso e morto pouco depois.

2. Não vi movimentação de russos, pelo menos enquanto estive preso e nas cadeias. Cubanos sim esses praticamente é que fizeram, a manifestação abortar e conheci muitos deles pessoalmente do tempo do curso do CIM. Meu papel no CIM, fui como disse o

Oficial de Contra Inteligência, destacado na unidade de Grafanil, desde os inícios de 1976 até Abril de 1977 em Luanda.

Quanto a importância da unidade do Grafanil já expliquei-te na outra conversa. Apanhei muita porrada partiram-me dentes, eles tentaram relacionar as minhas amizades. Fui muito amigo de um tal Mbala Neto, director de um famoso programa radiofónico, que se chamava "Kudibanguela" de onde faziam parte da locução famosos, como Carrasquinha e outros.

Quando fizeram buscas á minha casa encontraram fotos minhas em convívio com alguma malta como Zé Van-dumen, Betinho, Paulito, Zamba e outros. Olha não fui morto, isto só Deus sabe.

Espero ter respondido as tuas perguntas mais caso tenhas outras, podes fazê-las á vontade estou sempre disponível.

3. Quanto ao dia 21 de Maio de 1977. Como deves saber, foi o dia que se realizou na cidadela de Luanda o tão famoso encontro de militantes, com a presença do então presidente Agostinho Neto ,Nito Alves Zé Van-dunen e outros proeminentes do partido Mpla. Na altura encontrava-me no Ambrizete, onde me mantive por 12 dias.

4. Segundo investigações feitas por mim, pessoalmente, na altura repito, como Chefe operativo do CIM, naquela que era considerada uma das mais importantes unidades militares em termos logísticos e militar.

Existia uma rede bem articulada ,com a cobertura consciente de Iko Carreira ,que já praticavam tráfico de diamante e colaboravam com o regime de Pitter Botta, da então África do Sul, de onde vieram a maior parte daquele equipamento dos gelados Alpegas, em pleno período de invasão Sul Africana á Angola.

Falei sobre o Assunto ao então Comandante Monstro Imortal, porque ao Iko C. Carreira embora fosse meu chefe mais alto não me depositava confiança, depois de ter feito todo meu trabalho de pesquisa, aproximação e outras técnicas que aprendemos ao longo do curso.

Aproveito deixar aqui uma lista daqueles que foram meus colegas no CIM. Jadu esse chegou a ser motorista do próprio Iko Carreira, Minga essa era chefe de secretaria, Jeny, Joya, Ginofefa, Osvaldo Inácio, Osvaldo Silva, Ngunga, Nelo, Zé Pequeno, Simião, Isaías, Kipuku, Adelino Xavier, Mandriz, Bandeira, Neto, Bavon, Nelo, Bilolo, Nzala-Chilala da Vila-Alice.

Éramos por aí 70 jovens entre rapazes e raparigas. No CIM fui como disse apenas um Oficial Operativo de contra Inteligência na altura nenhum de nós teve patente nos ombros.

No CIR-Belize fiz apenas a recruta e quanto ao resto tens naquele historial.

5. Quanto à minha participação no processo fraccionismo, não tive nenhuma, fui preso como muitos inocentes sem praticamente qualquer envolvimento. Claro, importa dizer que embora tivesse encontros com pessoas que depois foram acusadas como culpadas ou responsáveis.

Nunca nos nossos encontros se falou em golpe, falou-se sim em mobilização das massas para protesto ou seja manifestação. Conheci Nito Alves em 1975, tinha por aí 20 ou 21 anos de idade. Fui um grande admirador dele impressionava-me ouvi-lo falar porque era um grande estudioso e dono de um poder enorme de mobilização.

Várias vezes deu-me conselhos como todo bom kota naturalmente faz aos mais novos. Com Nito Alves pessoalmente não me cruzei mais de 5 ou 6 vezes em várias circunstâncias. Lembro-me de um grande aniversário na Vila-Alice, onde juntou toda a malta. Os amigos eram sempre os mesmos e nos encontros eram quase sempre as mesmas, muitas pessoas que hoje deixaram de existir arrastados pela inclemência de Neto e seus comparsas.

Berlin aos 25/5/2009

Fernando Vumby”

## 22 Boletim de Voto para as eleições legislativas de 2008 que suscitarão dúvidas quanto à denominação oficial do MPLA (posição 10)

CNE - ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2008 – BOLETIM DE VOTO				
1	Partido de Renovação Social	PRS		
2	Partido Liberal Democrático	PLD		
3	Frente para a Democracia	FPD		
4	Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional de Angola	PDP-ANA		
5	Plataforma Política Eleitoral	PPE		
6	Frente Nacional de Libertação de Angola	FNLA		
7	Partido da Aliança Juventude Operária Camponesa de Angola	PAJOCA		
8	Fórum Fraternal Angolano Coligação	FOFAC		
9	Nova Democracia União Eleitoral	ND		
10	MPLA	MPLA		
11	União Nacional para Independência Total de Angola	UNITA		
12	Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola	PADEPA		
13	Partido Renovador Democrático	PRD		
14	Angola Democrática - Coligação	AD		

## **23 Lei da Revisão Constitucional nº 23/92**



**Lei nº. 23/92 de 16 de Setembro**

### **LEI DE REVISÃO CONSTITUCIONAL**

As alterações à Lei Constitucional introduzidas em Março de 1991, através da Lei nº. 12/91 destinaram-se principalmente à criação das premissas constitucionais necessárias a implementação da democracia pluripartidária, a ampliação do reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, assim como a consagração constitucional dos princípios basilares da economia de mercado.

Tratando-se apenas de uma revisão parcial da Lei Constitucional tão necessária quanto urgente, algumas matérias constitucionalmente dignas e importantes referentes à organização de um Estado democrático e de direito ficaram de ser, como é devido, tratadas convenientemente na Lei Constitucional através de uma segunda revisão constitucional.

Como consequência da consagração constitucional da implantação da democracia pluripartidária e da assinatura a 31 de Maio de 1991 dos Acordos de Paz para Angola, realizar-se-ão em Setembro de 1992 e pela primeira vez na história do País, eleições gerais multipartidárias assentes no sufrágio universal directo e secreto para a escolha do Presidente da República e dos Deputados do futuro Parlamento.

Sem descuidar as competências da Assembleia Nacional em matéria de revisão da actual Lei Constitucional e a aprovação da Constituição da República de Angola, afigura-se imprescindível a imediata realização da revisão da Lei Constitucional, como previsto, virada essencialmente para à clarificação do sistema político, separação de funções e interdependência dos órgãos de soberania, bem como para a explicitação do estatuto e garantias da Constituição, em conformidade com os princípios já consagrados de edificação em Angola dum Estado democrático de direito.

É indispensável à estabilidade do país, à consolidação da paz e da democracia que os órgãos de soberania da Nação, especificamente os surgidos das eleições gerais de Setembro de 1992, disponham de uma Lei Fundamental clara no que se refere aos contornos essenciais do sistema político, as competências dos órgãos de soberania da Nação, à organização e funcionamento do Estado, até que o futuro órgão legislativo decida e concretize o exercício das suas competências de revisão constitucional e aprovação da Constituição da República de Angola.

A presente Lei de Revisão Constitucional introduz, genericamente, as seguintes alterações principais:

- altera a designação do Estado para República de Angola, do órgão legislativo para Assembleia Nacional e retira a designação Popular da denominação dos Tribunais;
- no título II, sobre direitos e deveres fundamentais, introduz alguns novos artigos visando o reforço do reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais, com base nos principais tratados internacionais sobre direitos humanos à que Angola já aderiu;



- no título III, sobre os órgãos do Estado introduzem-se alterações de fundo que levaram à reformulação de toda a anterior redacção. O sentido da alteração é o da clara definição de Angola como Estado democrático, de direito assente num modelo de organização do Estado baseado na separação de funções e interdependências dos órgãos de soberania e num sistema político semi-presidencialista que reserva ao Presidente da República um papel activo e actuante. Introduzem-se de igual modo e no mesmo sentido, substanciais alterações na parte respeitante à administração da justiça, à organização judiciária e definem-se os contornos essenciais do estatuto constitucional dos magistrados judiciais e do Ministério Público;
- a matéria referente à fiscalização da Constituição por um Tribunal Constitucional, assim como o processo, competências e limites da revisão Constitucional passam a ser especificamente tratados num título à parte da Lei Constitucional, depois do título dedicado à Defesa Nacional.
- Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 51º da Lei Constitucional e no uso da faculdade que me é conferida pela alínea q) do artigo 47º da mesma Lei, a Assembleia do Povo aprova e eu assino e faço publicar o seguinte:

#### **Artigo 1º**

São aprovadas as alterações a Lei Constitucional constantes do diploma anexo que faz parte integrante da presente Lei.

#### **Artigo 2º**

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação, sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes.

#### **Artigo 3º**

1. A Assembleia do Povo Mantém-se em funcionamento até a investidura dos Deputados da Assembleia Nacional, eleitos no quadro de realização das eleições legislativas de 29 e 30 de Setembro de 1992.
2. As Assembleias Populares Provinciais cessam o seu mandato com a investidura dos Deputados da Assembleia Nacional mencionados no numero anterior.

#### **Artigo 4º**

1. No período de transição referido no artigo anterior, o Presidente da República é o Presidente da Assembleia do Povo e o Chefe do Governo.
2. Nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente da Assembleia do Povo, as suas reuniões são dirigidas por um membro da Comissão Permanente designado pelo Presidente da Assembleia do Povo.





### **Artigo 5º**

1. O mandato do Presidente da República vigente à data de publicação da presente Lei, considera-se válido e prorrogado até à tomada de posse do Presidente da República eleito nas eleições Presidenciais de 29 e 30 de Setembro de 1992.
2. Em caso de morte ou impedimento permanente do actual Presidente da República, a Comissão Permanente da Assembléia do Povo designa de entre os seus membros e por período não superior a 30 dias, quem exercerá provisoriamente o cargo, competindo à Assembléia do Povo sob proposta da Comissão Permanente eleger um Presidente da República interino até ao empossamento do Presidente da República eleito nas próximas eleições presidenciais por sufrágio universal directo e secreto.

### **Artigo 6º**

Enquanto o Tribunal Constitucional não for instituído, competirá ao Tribunal Supremo exercer os poderes previstos nos artigos 134º e 135 da mesma Lei Constitucional.

### **Artigo 7º**

Enquanto o Conselho Superior da Magistratura Judicial não for instituído, competirá ao Plenário do Tribunal Supremo exercer as atribuições previstas no artigo 132º

### **Artigo 8º**

Enquanto o Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público não for instituído, competirá à direcção da Procuradoria Geral da República exercer as atribuições cometidas àquele órgão.

### **Artigo 9º**

Enquanto não for designado o Provedor de Justiça as funções gerais que lhe são cometidas pela Lei Constitucional serão exercidas pelo Procurador Geral da República.

### **Artigo 10º**

1. Os oficiais das Forças Armadas Angolanas não podem ser destituídos ou afastados das suas funções por razões políticas.
2. Os oficiais membros do Comando Superior das Forças Armadas e dos seus Estados Maiores não podem ser destituídos e afastados das suas funções, durante o período de cinco anos contados da publicação da presente Lei, salvo por razões disciplinares e incapacidade nos termos da Lei referente às normas de prestação de serviço militar.





#### **Artigo 11º**

Os membros do Conselho da República à data da publicação da presente Lei cessam o seu mandato após as eleições gerais multipartidárias de 29 e 30 de Setembro de 1992, com a tomada de posse dos novos membros do Conselho da República, nos termos previstos pelo artigo 77º da Lei Constitucional.

#### **Artigo 12º**

A primeira sessão legislativa da Assembleia Nacional eleita nas eleições gerais multipartidárias de 29 e 30 de Setembro de 1992, tem início até trinta dias após a publicação dos resultados finais do apuramento ou, em caso de realização de uma segunda volta das eleições presidenciais, até quinze dias após o empossamento do Presidente da República.

#### **Artigo 13º**

Os órgãos de soberania saídos das eleições presidenciais e legislativas de 29 e 30 de Setembro de 1992 regularão a forma, organização e termos do respectivo empossamento, ouvido o Tribunal Supremo no caso de empossamento do Presidente da República.

#### **Artigo 14º**

A Lei Constitucional da República de Angola vigorará até a entrada em vigor da Constituição de Angola, aprovada pela Assembleia Nacional nos termos previstos pelo artigo 150º e seguintes da Lei Constitucional.

Vista e aprovada pela Assembleia do Povo

Publique-se.

**LUANDA, AOS 25 DE AGOSTO DE 1992.**

**O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.**

## **24 Resolução 1295 (sobre a soberania e integridade territorial de Angola)**

### **RESOLUÇÃO 1295 (2000) (SOBRE A SOBERANIA E INTEGRIDADE TERRITORIAL DE ANGOLA)**

*O Conselho de Segurança,*

*Reafirmando* a sua resolução 864 (1993) de 15 de Setembro de 1993, e todas as resoluções posteriores relativas à questão, nomeadamente as resoluções 1127 (1997) de 28 de Agosto de 1997, 1173 (1998) de 12 de Junho de 1998 e 1237 (1999) de 7 de Maio de 1999,

*Reafirmando* igualmente que está resoluto a preservar a soberania e integridade territorial de Angola,

*Declarando-se* alarmado pelas repercussões da guerra civil em curso sobre a população civil de Angola,

*Reafirmando* que a crise actual em Angola resulta principalmente da recusa por parte da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), dirigida pelo Sr. Jonas Savimbi, de acatar as obrigações em que incorre em virtude dos “Acordos de Paz” (S/22609, anexo), do Protocolo de Lusaka (S/1994/1441, anexo) e das resoluções pertinentes do Conselho de segurança, e reiterando o seu pedido tendente a que a UNITA execute imediata e incondicionalmente essas obrigações, no que diz respeito designadamente à desmilitarização completa das suas forças e à plena cooperação que deve levar a cabo para a extensão imediata e incondicional da administração do Estado a todo o território de Angola,

*Fazendo notar* que as medidas adoptadas contra a UNITA visam promover um regulamento político do conflito em Angola, exigindo que a UNITA honre as

obrigações a que se vinculou no quadro dos Acordos de Paz e do Protocolo de Lusaka, e reduzindo a sua capacidade de prosseguir os seus objectivos pela via militar,

*Declarando-se* particularmente apreensivo com as violações das medidas adoptadas relativas às armas e material relacionado, ao petróleo e aos produtos petrolíferos, aos diamantes, aos fundos e haveres financeiros, e aos deslocamentos de representação, dirigidas à UNITA, e enunciadas nas resoluções 864 (1993), 1127 (1997) e 1173 (1998),

*Lembrando* as disposições contidas na resolução 864 (1993), e declarando-se apreensivo com as informações que dão conta do estado do fornecimento à UNITA de uma assistência militar, nomeadamente sob a forma de conselhos e de formação relativos aos armamentos, e através da presença de mercenários estrangeiros,

*Exprimindo* a sua satisfação e o seu apoio incondicional ao Presidente do Comité criado pela resolução 864 (1993) pelos esforços empreendidos no sentido de conferir maior eficácia às medidas adoptadas contra a UNITA,

*Felicitando-se* pelas decisões que a Organização da Unidade Africana, e que a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral adoptaram com o objectivo de apoiar as medidas adoptadas relativas à UNITA,

*Lembrando* o Comunicado final da Reunião dos ministros dos negócios estrangeiros e dos chefes de delegação dos países não-alinhados, que teve lugar em Nova Iorque, no dia 23 de Setembro de 1999, e tendo em conta o Documento final que a décima terceira Conferência ministerial do movimento dos países não-alinhados, que teve lugar em Cartagena (Colômbia) entre os dias 7 e 9 de Abril de 2000, adoptou, com o objectivo de apoiar as medidas impostas à UNITA,

#### **A.**

*Considerando* que a situação em Angola constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais na região,

*Agindo* em virtude do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas,

1. Sublinha que todos os Estados-Membros têm a obrigação de aplicar plenamente as medidas adoptadas contra a UNITA, e enunciadas nas resoluções 864 (1993), 1127 (1997) e 1173 (1998), e sublinha igualmente que a não aplicação dessas medidas constitui uma violação das disposições da Carta das Nações Unidas;
2. Acolhe com satisfação o relatório do Grupo de peritos criado pela resolução 1237 (1999) (S/2000/203), e aponta as conclusões e recomendações aí contidas,
3. Solicita ao Secretário-Geral o estabelecimento de uma instância de controlo composta por cinco membros no máximo, por um período de seis meses a contar da data efectiva de início das suas actividades, com o objectivo de recolher informações suplementares pertinentes, e de examinar as pistas pertinentes relativas a qualquer violação presumida das medidas anunciadas nas resoluções 864 (1993), 1127 (1997), e 1173 (1998), nomeadamente qualquer pista identificada nesse domínio pelo Grupo de peritos, incluindo-se visitas aos países relacionados, que reporte periodicamente ao Comité, apresentando-lhe, designadamente, um relatório escrito antes de 18 de Outubro de 2000, com vista a incrementar a eficiência da aplicação das medidas impostas à UNITA, e solicita igualmente ao Secretário-Geral, agindo após consulta ao Comité, que nomeie os peritos que irão compor a instância de controlo nos 30 dias seguintes à adopção da presente resolução;
4. Encarrega todos os Estados de cooperar com a instância de controlo na execução do seu mandato;
5. Exprime a sua intenção de examinar a situação relativa à aplicação das medidas previstas pelas resoluções 864 (1993), 1127 (1997) e 1173 (1998), fundamentando-se nas informações fornecidas, nomeadamente pelo Grupo de peritos, pelos Estados, em particular os Estados mencionados no relatório do Grupo de peritos, e pela instância de controlo criada pela presente resolução, considera-se ainda pronto para examinar, com base nos resultados desse exame, a possibilidade de uma acção apropriada, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, no que diz respeito aos Estados que terá constatado terem violado as medidas previstas pelas ditas resoluções, e fixa o dia 18 de Novembro de 2000 como prazo para uma primeira decisão a esse respeito;

6. Compromete-se também a estudar, até ao dia 18 de Novembro de 2000, a possibilidade de adoptar outras medidas contra a UNITA em virtude do Artigo 41 da Carta das Nações Unidas, e de desenvolver outros meios de acção para tornar mais eficazes as medidas já impostas;
7. Acolhe com satisfação a decisão tomada por vários Estados-Membros mencionados no relatório do Grupo de peritos com vista à constituição de comissões inter-ministeriais ou outros mecanismos para inquirir sobre os factos alegados no relatório, convida esses Estados a manter o Comité ao corrente dos resultados dos inquéritos, convida também os outros Estados mencionados no relatório a examinar as alegações aí contidas, aponta as informações fornecidas ao Conselho pelos Estados como seguimento das conclusões e recomendações do Grupo de peritos, e solicita ao Comité o estudo completo de todas essas informações, incluindo-se, se for apropriado, reuniões com os representantes dos Estados relacionados, e a solicitação, se for caso disso, de informações complementares.

#### **B. No que diz respeito ao comércio de armamentos,**

8. Incentiva todos os Estados a fazer prova de todas as diligências necessárias para prevenir o desvio ou o desembarque de armas com destino a utilizadores ou destinos ilegais quando a operação corre o risco de infringir as medidas previstas pela resolução 864 (1993), nomeadamente a exigência de documentos comprovativos do destino das armas ou a imposição de condições equivalentes antes de autorizar as exportações a partir do seu território, e incentiva também todos os Estados que ainda não o façam a submeter as exportações de armas a um controlo e regulamentação eficazes, nomeadamente quando o são através intermediários privados.
9. Convida os Estados a examinar a proposta tendente a que uma ou várias conferências de representantes de países produtores e, em particular, exportadores de armas sejam organizadas com vista à concepção de propostas visando o impedimento das entregas ilícitas de armas a Angola, pede aos Estados-Membros o apoio financeiro pretendido para a realização dessas conferências, e pede que os representantes dos Estados-Membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral sejam convidados a participar nessa ou nessas conferências.

### **C. No que diz respeito ao comércio de petróleo e de produtos petrolíferos,**

10. Preconiza a reunião de uma conferência de peritos para conceber um regime próprio ao impedimento da entrega ilegal de petróleo e de produtos petrolíferos nas zonas controladas pela UNITA, que compreenda inspecções físicas e, de um modo geral, o controle do fornecimento de carburantes na região, e preconiza também que essa conferência incida sobre o papel que a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral pode desempenhar na aplicação de um tal regime, e sobre a sua capacidade para o fazer;
11. Convida a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral a estudar a possibilidade de empreender actividades de controlo nas zonas fronteiriças limítrofes de Angola, a fim de reduzir as possibilidades de introdução, por contrabando, de petróleo e de produtos petrolíferos nas zonas sob o controle da UNITA, nomeadamente através do controle de stocks e de movimentos de carburantes;
12. Convida a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral a tomar a iniciativa de implementar um mecanismo de troca de informações no qual participariam as companhias petrolíferas e os governos, no sentido de facilitar a troca de informações relativas a eventuais desvios ilícitos de carburantes em proveito da UNITA;
13. Convida ainda a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral a tomar a iniciativa de efectuar análises químicas de amostras de carburantes obtidos junto dos fornecedores de petróleo na região da Comunidade e, baseando-se nesses resultados, criar uma base de dados a fim de determinar a origem do carburante apreendido à UNITA ou obtido através dela;
14. Convida o governo angolano a recorrer a medidas de controlo e procedimentos internos de inspecção suplementares no que diz respeito à distribuição de petróleo e de produtos petrolíferos com vista a reforçar a eficácia das medidas previstas pela resolução 864 (1993), e convida o governo angolano a informar o Comité das medidas que adoptaria a esse respeito;
15. Convida todos os Estados a aplicar estritamente os regulamentos em matéria de segurança e de controlo relativos ao transporte por avião de carburantes e de outros produtos perigosos, pede aos Estados que elaborem regulamentos com essa

natureza quando estes sejam inexistentes, e, nesse sentido, pede a todos os Estados que transmitam todas as informações pertinentes à Associação para os transportes Aéreos Internacionais, à Organização da Aviação Civil, e ao Comité;

#### **D. No que diz respeito ao comércio de diamantes,**

16. Constata com inquietude que o comércio ilícito de diamantes constitui uma das principais fontes de financiamento da UNITA, incentiva os Estados que tenham um mercado de diamantes a tomar medidas pesadamente sancionarias da posse de diamantes brutos importados em violação das medidas enunciadas pela resolução 1173 (1998), sublinha, a esse respeito, que a aplicação das medidas enunciadas na dita resolução carece da adopção de um regime eficaz de certificados de origem, felicita-se pela adopção por parte do governo angolano de novos procedimentos de controlo prevendo a instauração de novos certificados de origem redefinidos e compatíveis, e convida o governo angolano a fornecer aos Estados-Membros todos os detalhes pretendidos sobre o regime de certificados de origem e a fornecer uma descrição ao Comité;
17. Felicita-se pelas medidas anunciadas pelo governo belga no dia 3 de Março de 2000 para o apoio de uma aplicação mais rigorosa das medidas enunciadas pela resolução 1173 (1998), felicita-se igualmente pela constituição por parte do governo belga de uma equipa especializada inter-ministerial, encarregue de lutar contra a violação das sanções, felicita-se também pelas medidas adoptadas pelo Alto Conselho dos diamantes, em cooperação com o governo angolano, para conferir maior eficácia às sanções, convida o governo belga e o Alto Conselho dos diamantes a manter a cooperação com o Comité, com vista à elaboração de medidas práticas visando limitar o acesso da UNITA ao mercado legal dos diamantes, felicita-se pelas suas declarações a esse respeito, e convida ainda os outros Estados que possuam um mercado de diamantes, assim como os Estados estreitamente associados à indústria do diamante, a cooperar igualmente com o Comité na implementação de medidas práticas com essa finalidade, e a informar sobre as disposições que terão adoptado a esse respeito;
18. Felicita-se pela proposição tendente a que uma conferência de peritos se reunisse a fim de facilitar a aplicação das medidas enunciadas pela resolução 1173 (1998), incluindo disposições que permitissem incrementar a transparência e a

necessidade de prestar contas no que diz respeito ao controle da circulação de diamantes, desde a origem às bolsas de diamantes, sublinha que importa, quando forem adoptados esses procedimentos de controlo, esforçar-se por evitar atentar contra o comércio legítimo de diamantes, e felicita-se pela intenção da República Sul Africana de acolher uma conferência de peritos este ano;

19. Encarrega os Estados interessados de cooperar com a indústria do diamante para a implementação e aplicação de disposições mais eficazes a fim de velar por que as exploradoras respeitem em todo o mundo as medidas enunciadas na resolução 1173 (1998) e informar o Comité sobre os progressos alcançados a esse respeito;

#### **E. No que diz respeito aos fundos e às medidas financeiras,**

20. Incentiva os Estados a reunir uma conferência de peritos para estudar as possibilidades de reforçar a aplicação das medidas financeiras impostas à UNITA enunciadas pela resolução 1173 (1998);
21. Convida todos os Estados a colaborar com as instituições financeiras presentes no seu território para identificar mais facilmente os fundos e haveres financeiros susceptíveis de serem visados pelas medidas enunciadas pela resolução 1173 (1998), e facilitar o congelamento desses haveres;

#### **F. No que diz respeito às medidas relativas às deslocações e à representação,**

22. Sublinha que importa que os Estados adoptem medidas para impedir o contorno no seu território ou a partir do seu território das medidas enunciadas nas resoluções 864 (1993), 1127 (1997) e 1173 (1998), e convida os Estados a examinar o estatuto dos responsáveis e representantes da UNITA, assim como todos os membros adultos da sua família, designados pelo Comité em aplicação da resolução 1127 (1997) que se pensa que residam no seu território, a fim de suspender ou de invalidar os seus títulos de vagem, visas e vistos de permanência, em conformidade com essa resolução;
23. Convida os Estados que entregaram passaportes aos responsáveis da UNITA e a membros adultos da sua família designados pelo Comité em conformidade com a resolução 1127 (1997) a anular esses passaportes em conformidade com a alínea



b) do parágrafo 4 da resolução, e a informar o Comité das medidas que terão adoptado nesse sentido;

**G. No que diz respeito a medidas complementares,**

24. Convida a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral a considerar a adopção de medidas para reforçar os sistemas de controlo da circulação aérea na sub-região para detectar os voos que passem ilegalmente as fronteiras nacionais, e convida igualmente a Comunidade a estabelecer contacto com a Organização da Aviação Civil Internacional visando a instauração de um regime de tráfego aéreo que permita o controle do espaço aéreo regional;
25. Solicita a todos os Estados que comuniquem ao Comité de Informação as informações que tenham sobre a violação das medidas enunciadas pelas resoluções 864 (1993), 1127 (1997) e 1173 (1998);
26. Solicita também a todos os Estados, incluindo aqueles que estão situados nas proximidades de Angola, que tomem imediatamente, se não o tiverem já feito, medidas com vista a aplicar, reforçar ou adoptar disposições legislativas nos termos das quais a violação das sanções impostas pelo Conselho contra a UNITA pelos seus nacionais ou quaisquer outros indivíduos operando nos seus territórios constituiria um delito, e informem o Comité sobre os resultados de todos os inquéritos ou perseguições que lhes estejam relacionadas;
27. Incentiva os Estados a informar as associações profissionais e os organismos de certificação competentes sobre as medidas constantes nas resoluções 864 (1993), 1127 (1997) e 1173 (1998); a solicitar que esses organismos intervenham sempre que essas medidas sejam violadas, e a consultá-los com vista a melhorar a aplicação dessas medidas;
28. Convida o Secretário-Geral a reforçar a colaboração entre a Organização das Nações Unidas e as Organizações regionais e internacionais, incluindo a Interpol, susceptíveis de fazer aplicar ou vigiar as medidas enunciadas pelas resoluções 864 (1993), 1127 (1997) e 1173 (1998);
29. Convida igualmente o Secretário-Geral a elaborar um dossier de informações e a lançar uma campanha mediática a fim de divulgar publicamente as medidas constantes das resoluções 864 (1993), 1127 (1997) e 1173 (1998);

- 30.** Felicita-se pelo facto de o Conselho de ministros da Organização para a Unidade Africana, na sua reunião levada a cabo em Alger em Julho de 1999, ter alertado todos os Estados-Membros da OUA para que não descurassem nenhum esforço na aplicação de todas as resoluções do Conselho de Segurança, em particular as que dizem respeito às medidas impostas à UNITA (A/54/424, anexo I), compromete-se a fazer chegar um exemplar do relatório do Grupo de Peritos ao Presidente a OUA, e solicita ao Secretário-Geral que transmita o relatório ao Secretário-Geral da OUA;
- 31.** Sublinha que a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral desempenha um papel importante na aplicação das medidas constantes nas resoluções 864 (1993), 1127 (1997) e 1173 (1998), e que está determinada a reforçar a aplicação das medidas contra a UNITA, convida a Comunidade a informar o Comité acerca da ajuda de que necessita para fazer aplicar a presente resolução e as anteriores relativas a esta questão, exprime a sua intenção de iniciar um diálogo com a Comunidade no que diz respeito à realização das actividades enunciadas na presente resolução, encarrega os Estados e as organizações internacionais de considerar o fornecimento de uma ajuda financeira e técnica à Comunidade, lembra o Comunicado final da Cimeira de chefes de Estado e de governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, adoptado na Grande Baía (Maurícias) nos dias 13 e 14 de Setembro de 1998, (S/1998/915) relativo à aplicação das medidas impostas à UNITA, compromete-se a transmitir o relatório do Grupo de peritos ao Presidente da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, e solicita ao Secretário-geral que transmita o relatório ao Secretário executivo da Comunidade;

**32.** *Decide permanecer activamente empenhado na questão.*

Adoptada, em 18 de Abril de 2000, pela 4129ª sessão do Conselho de Segurança.

## **25 Protocolo de Lusaka**

O Governo da República de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA),

Com a mediação da Organização das Nações Unidas, representada pelo Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Angola, Senhor Alioune Blondin Beye,

Na presença dos Representantes dos Países Observadores do Processo de Paz em Angola,

Governo dos Estados Unidos da América; Governo da Federação da Rússia; Governo de Portugal;

Tendo em mente,

- a necessidade da conclusão da implementação dos "Acordos de Paz para Angola" assinados em Lisboa a 31 de Maio de 1991;
- a necessidade de um funcionamento regular e normal das instituições resultantes das eleições realizadas nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992;
- a necessidade da instauração de uma Paz justa e duradoura no quadro de uma verdadeira e sincera reconciliação nacional;
- as pertinentes resoluções do Conselho de Segurança da ONU,

Aceitam como obrigatórios os documentos seguintes, que constituem o Protocolo de Lusas:

**Anexo 1:** Agenda de Trabalhos para as Conversações de Paz sobre Angola entre o Governo e a UNITA;

**Anexo 2:** Reafirmação da aceitação pelo Governo e pela UNITA dos Instrumentos jurídicos pertinentes;

**Anexo 3:** Questões Militares I;

**Anexo 4:** Questões Militares II;

**Anexo 5:** Polícia;

**Anexo 6:** Reconciliação Nacional;

**Anexo 7:** Conclusão do Processo Eleitoral;

**Anexo 8:** Mandato da ONU, o Papel dos Observadores dos "Acordos de Paz" e a Comissão Conjunta;

**Anexo 9:** Calendário de Aplicação do Protocolo de Lusaka;

**Anexo 10:** Questões Diversas.

O Governo da República de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) comprometem-se solenemente a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para respeitar e fazer respeitar o espírito e a letra do Protocolo de Lusaka.

O presente Protocolo, cujos documentos constitutivos foram rubricados em Lusaka, no dia 31 de Outubro de 1994, pelos chefes das delegações do Governo e da UNITA, Senhores Fernando Faustino Muteka e Eugénio Ngolo "Manuvakola" e pelo Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Angola, Senhor Alioune Blondin Beye, foi posteriormente aprovado pelas autoridades constitucionalmente competentes da República de Angola e pelas instâncias estatutariamente competentes da UNITA e entrará em vigor imediatamente após a sua assinatura.

Lusaka, aos 20 de Novembro de 1994.

Pelo Governo da República de Angola Venâncio de Moura Ministro das Relações Exteriores da República de Angola

Pela União para a Independência Total de Angola Eugénio N'golo "Manuvakola" Secretário-Geral da Unita

Pela Organização das Nações Unidas Alioune Blondin Beye Representante Especial do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas em Angola

## **ANEXO 1: AGENDA DE TRABALHOS PARA AS CONVERSACÕES DE PAZ SOBRE ANGOLA ENTRE O GOVERNO E A UNITA**

### **I. Reafirmação da aceitação pelo Governo e pela UNITA dos instrumentos jurídicos pertinentes:**

1. “Acordos de Paz”
2. Resoluções do Conselho de Segurança

### **II. Continuação da implementação dos “Acordos de Paz” e conclusão dos trabalhos de Abidjan:**

1. Questões militares:
  - a) Restabelecimento do cessar-fogo
  - b) Retirada, aquartelamento e desmilitarização de todas as forças militares da UNITA
  - c) Desarmamento de toda a população civil
  - d) Conclusão da formação das Forças Armadas Angolanas (FAA), incluindo a desmobilização
2. Policia
3. Mandato da ONU, o papel dos Observadores dos “Acordos de Paz” e a Comissão Conjunta
4. Reconciliação nacional
5. Conclusão do processo eleitoral e outras questões pendentes

### **III. Questões diversas**

1. Data e local da assinatura do Protocolo de Lusaka.

#### **ANEXO 2: PONTO I DA AGENDA DE TRABALHOS REAFIRMAÇÃO DA ACEITAÇÃO PELO GOVERNO E PELA UNITA DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS PERTINENTES**

1. “Acordos de Paz”
2. Resoluções do Conselho de Segurança

Lusaka, 19 de Novembro de 1993

A Sua Excelência, Maître Alioune Blondin Beye, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para Angola Lusaka

LUSAKA, 20 DE NOVEMBRO DE 1993

Excelência, Servimo-nos da presente para comunicar-lhe que, no âmbito do tratamento do I ponto da Agenda dos Encontros de Lusaka, o Governo da República de Angola, representado pela sua Delegação, reafirma, de forma solene e formal, a validade dos Acordos de Paz para Angola, celebrados com a UNITA a 32 de Maio de 1991, em Lisboa, Portugal.

O Governo da República de Angola, reafirma também a sua aceitação inequívoca, das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o conflito pós-eleitoral, mormente as resoluções nº 804, de 29 de Janeiro de 1993; 811, de 12 Março de 1993; 823, de 30 de Abril de 1993 e, 834 de 1 de Junho de 1993; 851 de 14 de Julho de 1993 e, 864, de 15 de Setembro de 1993.

O Chefe da Delegação do Governo Fernando Faustino Muteka

## **POSIÇÃO DA UNITA EM RELAÇÃO AO PONTO I-1 DA AGENDA DE LUSAKA-II:**

A UNITA reafirma a validade dos Acordos de Paz para Angola, como base do processo de Paz em Angola. Tendo em consideração a situação actual do nosso País e os imperativos da Paz, os Acordos de Paz para Angola devem ser actualizados.

## **POSIÇÃO DA UNITA EM RELAÇÃO AO PONTO I-2 QA AGENDA DE LUSAKA-II :**

A UNITA reafirma que tomou boa nota das resoluções do Conselho de Segurança sobre a crise angolana, nomeadamente a Resolução 864/93, conforme carta de 30 de Outubro de 1993 a sua excelência o Dr. Boutros Boutros Ghali, Secretário-Geral da ONU. (assinatura)

## **ANEXO 3: PONTO II. 1 DA AGENDA DE TRABALHOS QUESTÕES MILITARES (I)**

- a) Restabelecimento do cessar-fogo
- b) Retirada, aquartelamento e desmilitarização de todas as forças militares da UNITA
- c) Desarmamento de toda a população civil

### **I. DEFINIÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS**

1. O restabelecimento do cessar-fogo consiste na cessação das hostilidades entre o Governo da República de Angola e a UNITA com vista à obtenção da Paz em todo o território nacional.

2. O restabelecimento do cessar-fogo deve ser total e definitivo em todo o território nacional.
3. O restabelecimento do cessar-fogo deve garantir a livre-circulação de pessoas e bens em todo o território nacional.
4. A supervisão, controle e verificação geral do cessar-fogo restabelecido será da responsabilidade das Nações Unidas actuando no quadro do seu novo mandato com a participação do Governo e da UNITA.
5. O restabelecimento do cessar-fogo inclui a cessação de toda a propaganda hostil entre o Governo da República de Angola e a UNITA tanto a nível nacional como a nível internacional.

## **II. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS RELATIVOS AO RESTABELECIMENTO DO CESSAR-FOGO**

1. Cessação bilateral e efectiva das hostilidades e dos movimentos e acções militares "in situ", em todo o território nacional.
2. Instalação dos mecanismos de verificação e fiscalização pelas Nações Unidas, no quadro do novo mandato.
3. Retirada e aquartelamento de todas as forças militares da UNITA (parágrafo 8 da Resolução 864 do Conselho de Segurança da ONU), devendo a UNITA dar às Nações Unidas informações actualizadas, fidedignas e verificáveis sobre a composição das suas forças, armamento, meios e respectivas localizações.
4. Verificação e fiscalização pelas Nações Unidas de todas as tropas identificadas como FAA, devendo o Governo dar às Nações Unidas informações actualizadas, fidedignas e verificáveis sobre a composição das suas forças, armamento, meios e respectivas localizações,



5. As FAA desengajar-se-ão a partir das posições avançadas num dispositivo que permita a verificação e fiscalização pelas Nações Unidas durante a retirada e o aquartelamento das forças militares da UNITA.
6. Repatriamento de todos os mercenários existentes em Angola.
7. Livre-circulação de pessoas e bens.
8. No contexto do processo de selecção de efectivos destinados à conclusão da formação das FAA, dar-se-á a recolha, armazenamento e custódia, pelas Nações Unidas, do armamento das forças militares da UNITA no momento do aquartelamento.
9. Recolha, armazenamento e custódia de todo o armamento na posse de CMS.
10. Libertação de todos os prisioneiros civis e militares detidos ou retidos em consequência do conflito, sob a Supervisão do CICV;

### **III. MODALIDADES**

1. Cessação das hostilidades “in situ”.
2. Estabelecimento de mecanismos de verificação, fiscalização e controle, incluindo o sistema triangular de comunicações e questões logísticas.
3. Desengajamento limitado das forças nas áreas onde estejam em contacto directo.
4. Tratamento das situações em que as FAA e as forças militares da UNITA não estejam em contacto directo.
5. Fornecimentos pelas FAA e pelas forças militares da UNITA às Nações Unidas de informações relativas às suas respectivas forças.
6. Reforço do pessoal das Nações Unidas actualmente existente, tanto a nível dos observadores militares como a nível de forças de manutenção de paz armadas.
7. Estabelecimento das áreas de aquartelamento.

8. Identificação dos itinerários e dos meios para a movimentação das forças militares da UNITA para as áreas de aquartelamento.
9. Verificação e fiscalização das forças militares do Governo.
10. Movimentação das forças militares da UNITA para as áreas de aquartelamento.
11. Recolha, armazenamento e custódia do armamento das forças militares da UNITA sob a supervisão e controle das Nações Unidas.
12. Recolha, armazenamento e custódia de todo o armamento na posse de civis.
13. Libertação de todas os prisioneiros civis e militares detidos ou retidos em consequência do conflito, sob a supervisão do CICV.
14. Regresso dos generais da UNITA saídos das FAA. Selecção e desmobilização das forças excedentárias no âmbito da conclusão da formação das FAA.
15. Livre-circulação de pessoas e bens.

#### **IV. CALENDARIZAÇÃO DAS MODALIDADES DO CESSAR-FOGO BILATERAL**

Dia D - Rubrica do Acordo pelo Governo da República de Angola e pela UNITA sobre os princípios gerais e específicos e procedimentos dos pontos da agenda de trabalhos das conversações de Lusaka II.

D + 10 - Reunião dos Estados Maiores das FAA e das forças militares da UNITA sob os auspícios das Nações Unidas e dos Observadores presentes para estabelecerem as modalidades técnicas da cessação das hostilidades 'in situ', tendo em vista:

- desengajamento das tropas;
- as questões logísticas;
- estabelecimento dos mecanismos de verificação;
- as linhas de comunicação;
- os itinerários de movimentos;

- os números específicos, tipo e localização das forças;
- as áreas de aquartelamento para as forças da UNITA.

D + 15 - Data da assinatura formal do Protocolo de Lusaka pelo Governo da República de Angola e a UNITA e início do seu cumprimento. O Governo e a UNITA farão declarações públicas sobre a implementação do restabelecimento do cessar-fogo.

D + 17

### Primeira Fase

A primeira fase consiste em cinco etapas que devem ser observadas pelas duas partes:

- A primeira etapa inicia-se com o fim de todos os movimentos ofensivos e acções militares "in situ" em todo o território nacional. As duas partes abster-se-ão de qualquer movimento. A cessação das hostilidades "in situ" significa que as forças militares permanecerão onde se encontram. As forças militares podem ser abastecidas de alimentos e medicamentos sob a verificação e fiscalização das Nações Unidas. Não podem receber qualquer equipamento militar, letal ou semelhante. Todos os movimentos ofensivos e acções militares são interditos.
- Antes da chegada dos observadores das Nações Unidas, os Estados Maiores de ambas as partes serão encorajados a tomarem medidas conjuntas para reduzir a possibilidade de uma violação do cessar-fogo e para investigar incidentes. As Nações Unidas serão notificadas da evacuação dos combatentes feridos e doentes para efeitos de controle e verificação.
- A segunda etapa inicia-se com a instalação de mecanismos de verificação, fiscalização e controle (incluindo comunicações triangulares) pelas Nações Unidas. Essa etapa inclui a notificação pelas partes de todos os dados importantes às Nações Unidas. As Nações Unidas criarão e colocarão no terreno equipas suas para fiscalizar e verificar a cessação das hostilidades em todo o território nacional e investigar alegadas violações. Os dispositivos das Nações Unidas serão colocados no terreno com base na lista de prioridades previamente estabelecidas.
- A terceira etapa começa com a libertação de todos os prisioneiros civis e milhares detidos ou retidos em consequência do conflito, sob a supervisão do CICV.

- Quarta etapa - A quarta etapa envolve o desengajamento limitado de forças nas áreas onde elas estejam em contacto (desengajamento das duas forças), sob a supervisão das Nações Unidas. As duas partes serão informadas de qualquer movimento a ser efectuado. Nos locais em que as tropas estão em contacto, as forças das duas partes cessarão os combates e observarão uma postura defensiva. As duas partes executarão um desengajamento de forças limitado (far-se-á uma movimentação curta para se evitar combates directos ou indirectos) com a assistência das Nações Unidas. O desengajamento de forças será coordenado e acordado entre as Nações Unidas, as FAA e as forças militares da UNITA. As tropas da UNITA deslocar-se-ão para as áreas designadas pelas Nações Unidas e acordadas entre os Estados Maiores. As Forças Armadas Angolanas deslocar-se-ão para os seus quartéis mais próximos. O desengajamento de forças será supervisionado pelas Nações Unidas, - Nos locais em que as Forças Armadas e as forças militares da UNITA não estejam em contacto, as duas permanecerão onde estiverem. As Nações Unidas serão oficialmente informadas sobre a localização dessas unidades pelas duas partes. As modalidades de reabastecimento mencionadas na primeira etapa continuam aplicáveis. -Em todos os casos, as duas partes fornecerão os detalhes concernentes às suas respectivas forças, incluindo o número de efectivos, composição e tipo de força, tipo de equipamento e a sua localização específica. Isso permitirá às Nações Unidas estabelecer os mecanismos apropriados de verificação, fiscalização ou de controle.
- A quinta etapa consiste no repatriamento de todos os mercenários presentes em Angola.

#### D + 45 - Segunda Fase

A segunda fase consiste em seis etapas:

- A primeira etapa inicia-se com o reforço do pessoal actual das Nações Unidas, tanto dos observadores militares como das forças de manutenção de paz armadas. Esse reforço permitirá a retirada das forças militares da UNITA das áreas por ela ocupadas, a efectiva verificação e fiscalização das áreas desocupadas pelas forças militares da UNITA, e a verificação e fiscalização das tropas do Governo que permanecem in situ".
- A segunda etapa envolve as Nações Unidas e as duas partes na organização de áreas de aquartelamento, itinerários e identificação de meios para a movimentação

das forças militares da UNITA para as áreas de aquartelamento. Para fins de planificação por parte das Nações Unidas, as áreas de aquartelamento devem ser pelo menos 12. Durante essa etapa, as forças do Governo e da UNITA permanecerão onde estiverem. Após o estabelecimento das condições para o aquartelamento das forças da UNITA, as Nações Unidas notificarão as duas partes sobre as modalidades específicas da retirada.

- A terceira etapa inicia-se com a movimentação das tropas da UNITA para as áreas de aquartelamento. Aquando da retirada das forças da UNITA, as Nações Unidas verificarão e fiscalizarão as áreas por ela desocupadas. As forças do Governo (FAA) permanecerão onde estiverem e não será permitida a ocupação das áreas desocupadas pelas forças militares da UNITA até à incorporação das forças militares da UNITA nas FAA. Enquanto as forças militares da UNITA se deslocam para as áreas de aquartelamento, as forças do Governo em coordenação com as Nações Unidas, podem retirar-se para as áreas onde possam ser facilmente verificadas e fiscalizadas pelas Nações Unidas. Na maior parte dos casos, as forças do Governo regressarão aos seus quartéis de origem. O conceito consiste nas forças do Governo concentrarem-se a fim de facilitar a sua verificação. Contudo, não haverá movimentação de forças sem a notificação e verificação por parte das Nações Unidas. O movimento das forças será progressivamente fiscalizado e verificado pelas Nações Unidas e será executado com base na disponibilidade dos seus dispositivos. O pessoal das Nações Unidas será colocado no terreno no quadro do novo mandato das Nações Unidas.
- A quarta etapa envolve a conclusão do aquartelamento das forças da UNITA, a recolha, o armazenamento e a custódia do seu armamento sob a supervisão e controle das Nações Unidas e o início da recolha, armazenamento e custódia de todo o armamento na posse de civis, pela Polícia Nacional, sob a verificação e fiscalização das Nações Unidas. A operação de recolha de todo material de guerra letal das forças militares da UNITA será conduzida directamente pelo Estado-Maior Geral e Comando destas tropas, sob a verificação, fiscalização e controle das Nações Unidas. As Nações Unidas recolherão acto continuo esse material de guerra letal, procedendo ao seu armazenamento das munições e dos materiais ficarão separados das áreas de aquartelamento.
- A quinta etapa consiste na conclusão do processo de aquartelamento, no regresso dos generais da UNITA saídos das FAA, no início do processo de selecção

para as FAA das forças militares da UNITA e na desmobilização das forças excedentes. A selecção para as FAA e a desmobilização das forças da UNITA terão somente início após a conclusão do processo de aquartelamento.

- A sexta etapa inclui a verificação pelas Nações Unidas, em conformidade com o seu mandato, da livre-circulação de pessoas e bens.

#### **ANEXO 4: PONTO II. 1 DA AGENDA DE TRABALHOS (CONTINUAÇÃO): QUESTÕES MILITARES (II)**

4. Conclusão da formação das Forças Armadas Angolanas (FAA), incluindo a desmobilização.

##### **I. PRINCÍPIOS GERAIS**

1. Processo da conclusão da formação das FAA, sob a verificação e fiscalização das Nações Unidas, garantirá a existência de forças armadas únicas, nacionais, apartidárias, obedientes aos órgãos de soberania da República de Angola.

2. A composição das Forças Armadas Angolanas obedecerá ao princípio da proporcionalidade entre as forças militares do Governo e da UNITA conforme os Acordos de Bicesse.

3. Os efectivos militares excedentários ao número a ser acordado entre o Governo de Angola e a UNITA para a composição das FAA serão desmobilizados e integrados na sociedade civil, dentro de um programa nacional de reinserção social a ser empreendido pelo Governo da República de Angola com a participação da UNITA e a ajuda da comunidade internacional.

## **II. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS**

1. Após o processo de selecção das forças militares da UNITA, os elementos seleccionados serão incorporados nas FAA, sob a supervisão do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, onde já estarão presentes os oficiais generais oriundos da UNITA.
2. Para efeitos administrativo-logísticos, os elementos excedentários serão geridos pelo Estado-Maior General acima referido, no que diz respeito à formação profissional, desmobilização e à reinserção na sociedade civil.
3. O processo de selecção, incorporação e enquadramento militar das forças militares da UNITA nas FAA iniciar-se-á após a conclusão do aquartelamento de todas as forças militares da UNITA.
4. Durante o processo de conclusão da formação das FAA, aquando da selecção das forças militares da UNITA, terá lugar a adequação da composição das FAA ao princípio da proporcionalidade acordado entre o Governo da República de Angola e a UNITA.
5. As Nações Unidas verificarão no quadro de seu novo mandato o estrito cumprimento dos acordos respeitantes às FAA, sem prejuízo das competências do Governo da República de Angola em matéria de política de defesa nacional.
6. A comissão conjunta a ser criada no quadro do novo mandato das Nações Unidas, com a participação do Governo de Angola, UNITA, Nações Unidas e Países Observadores será também encarregada de fazer cumprir os princípios gerais e específicos relativos à conclusão da formação das FAA e o processo de selecção e desmobilização dos efectivos militares excedentários das partes.

## **III. MODALIDADES**

### **Primeira Fase**

Começa com a rubrica dos Acordos de Lusaka entre o Governo da República de Angola e a UNITA e vai até ao aquartelamento das forças militares da UNITA.

Criação de um grupo de trabalho para supervisionar a conclusão da formação das FAA e desmobilização, no contexto da comissão conjunta a ser criada no quadro do novo mandato das Nações Unidas. O referido grupo de trabalho compreenderá representantes das Nações Unidas, do Governo de Angola e da UNITA. O trabalho deste grupo será baseado nas informações fornecidas às Nações Unidas pelo Governo de Angola e pela UNITA relativas ao efectivo, composição e localização de suas respectivas forças militares e das deliberações provenientes da reunião entre os Estados Maiores Gerais das FAA e das forças militares da UNITA. O grupo de trabalho responsabilizar-se-á pelo acompanhamento das seguintes tarefas concernentes à conclusão formação das FAA e desmobilização:

- critérios para a selecção
- efectivos a acordar entre o Governo da República de Angola e a UNITA
- adequação da composição das FAA, respeitando o princípio da proporcionalidade: a. no caso do exército, respeitando o princípio da paridade b. no caso da marinha e da força área, os efectivos militares da UNITA serão incorporados segundo as disposições estabelecidas pela CCFA (Acordos de Paz) e instruções do Estado-Maior das FAA
- definição da localização e reabilitação dos centros de formação militar lá existentes
- definição da localização e reabilitação dos centros de formação profissional lá existentes, para os militares candidatos à desmobilização
- definição da localização, construção e reabilitação dos quartéis, para as unidades das FAA
- recursos necessários para o enquadramento militar e especialização dos efectivos das FAA
- recursos logísticos e administrativos para todas as tarefas.

## Segunda Fase

Começa com a conclusão do aquartelamento das forças milhars da UNITA e vai até ao início do movimento para os centro de formação profissional dos militares desmobilizados.

## Primeira Etapa



Regresso dos oficiais gerais da UNITA saídos das FAA.

#### Segunda Etapa

Dissolução do grupo de trabalho mencionado na primeira fase e a assunção pelo Estado-Maior General das FAA das suas funções relativas à conclusão da formação das Forças Armadas Angolanas e desmobilização.

#### Terceira Etapa

Criação de um grupo de trabalho, dependendo do Estado-Maior das FAA, funcionando na área de planeamento, que supervisionará o cumprimento das tarefas que levam a conclusão da formação das FAA. Este grupo de trabalho terá uma ligação técnica com as Nações Unidas.

#### Quarta Etapa

Seleção do pessoal militar da UNITA para as FAA e dos que serão desmobilizados. O Estado-Maior General das FAA assumirá também a responsabilidade do apoio logístico e administrativo a todo o pessoal militar da UNITA, tanto os seleccionados para as FAA como os seleccionados para a desmobilização. Esta etapa inclui também a seleção pelo Governo de Angola do seu pessoal militar que permanecerá nas FAA e aqueles que serão desmobilizados.

#### Quinta Etapa

Incorporação por fases nas FAA, do pessoal militar da UNITA seleccionado para as FAA e movimento para os centros de formação de especialistas militares ou para as unidades operacionais.

#### Sexta Etapa

Movimento inicial dos militares das FAA e das forças militares da UNITA que serão desmobilizados para os centros de formação profissional.

#### Terceira Fase

Começa com o prosseguimento da selecção e incorporação do pessoal militar da UNITA nas FAA, selecção do pessoal militar do Governo que permanece nas FAA, e vai até à conclusão da formação das FAA, total desmobilização e verificação final pelas Nações Unidas do cumprimento do que prescreve o Protocolo de Lusaka quanto à conclusão da formação das FAA e desmobilização dos excedentes.

## **ANEXO 5: PONTO II. 2 DA AGENDA DE TRABALHOS: POLÍCIA**

### **I. PRINCÍPIOS GERAIS**

1. A Polícia Nacional Angolana é o órgão da administração do Estado angolano encarregue da manutenção da ordem pública e da defesa dos interesses, da integridade e da segurança de todas as pessoas que se encontram em Angola, independentemente da sua nacionalidade, naturalidade, raça, religião, origem social ou opção política.

2. A Polícia Nacional Angolana é regida pela legislação em vigor, respeitando as disposições pertinentes dos Acordos de Bicesse e do Protocolo de Lusaka. Ela exerce as suas funções em conformidade com esses textos e respeitando a letra e o espírito dos princípios democráticos e dos direitos humanos reconhecidos no plano internacional, tais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

3. A Polícia Nacional Angolana é uma corporação que, tendo em consideração os princípios da descentralização administrativa, exerce as suas competências em todo o território nacional aos níveis nacional, provincial, municipal e comunal. Ela exerce as suas actividades nos limites autorizados pela legislação em vigor, respeitando as disposições pertinentes dos Acordos de Bicesse e do Protocolo de Lusaka, no estrito respeito pelos princípios do Estado de Direito e das liberdades fundamentais. As suas actividades, salvo nos casos previstos pela lei, não poderão em circunstância alguma serem orientadas com vista a impedir ou limitar o exercício dos direitos políticos dos cidadãos ou a favorecer qualquer partido político. Toda a violação desses princípios implica, em conformidade com a lei, a responsabilidade da Polícia Nacional Angolana,

isto sem prejuízo da responsabilidade individual, civil e criminal dos seus membros perante os competentes tribunais de Angola.

4. Os elementos da Policia Nacional Angolana devem receber uma formação profissional adequada e os seus meios materiais devem ser adaptados à sua função que é a de manter a ordem e a segurança públicas.

5. A Polícia Nacional Angolana deve ser um instrumento de reforço da Reconciliação Nacional Neste espírito, ela deve ser uma instituição apartidária que, no quadro dos Acordos de Bicesse e do Protocolo de Lusaka, incorporará no seu seio, elementos provenientes da UNITA de forma significativa.

## **II. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS**

1. A Polícia Nacional Angolana, colocada sob a autoridade legítima, será verificada e fiscalizada nas suas actividades pela ONU, no quadro do seu novo mandato, afim de garantir a sua neutralidade.

2. As funções da Policia Nacional Angolana incluem, salvo as excepções previstas na lei, a garantia do normal funcionamento das instituições democráticas e o exercício regular dos direitos e liberdades fundamentais. Neste quadro, qualquer indivíduo suspeito de ter cometido actos ilícitos e detido preventivamente pela Polícia deverá, no estrito respeito pela lei, ser apresentado perante os tribunais judiciais.

3. Sendo a Polícia Nacional Angolana dependente do Ministério do Interior, ela é orgânica e funcionalmente independente das FAA. Os militares desmobilizados a incorporar na Polícia Nacional Angolana sujeitar-se-ão ao estatuto da Polícia Nacional Angolana, cessando todos os seus anteriores vínculos estatutários militares e partidários.

4. Elementos provenientes da UNITA serão incorporados na Polícia Nacional Angolana a todos os níveis e especialidades, incluindo nos órgãos de comando e serviços previstos no estatuto orgânico da Polícia Nacional Angolana.

5. Nos termos da legislação em vigor, designadamente as disposições pertinentes da lei Constitucional e do decreto nº 20/93 de 11 de Junho e em aplicação dos princípios da

descentralização administrativa à Polícia Nacional Angolana, as responsabilidades ao nível provincial, de direcção, coordenação e fiscalização da actividade de todos os seus órgãos e serviços, competem aos comandos provinciais.

6. A Polícia de Intervenção Rápida é um dos órgãos da Polícia Nacional Angolana preparada e destinada a ser utilizada, respeitando a legislação em vigor e as disposições pertinentes dos Acordos de Bicesse e do Protocolo de Lusaka, em acções de manutenção e de reposição da ordem pública, no combate a situações de violência concertada, na acção contra a criminalidade violenta e organizada, na protecção de instalações estratégicas e na segurança de altas entidades.

7. Qualquer acção da Polícia de Intervenção Rápida será efectuada ao abrigo do princípio da legalidade e requerida pelas autoridades político-administrativas competentes.

8. A Polícia de Intervenção Rápida agirá nas circunstâncias em que os demais órgãos especializados da Polícia Nacional Angolana manifestem impossibilidade técnica de agir em conformidade com o parágrafo 6 acima referido.

9. Reposta a ordem pública nos termos do parágrafo 6, as unidades da Polícia de Intervenção Rápida regressam às suas instalações.

10. O aquartelamento da Polícia de Intervenção Rápida e a adequação do seu armamento e do seu equipamento à natureza da sua missão serão efectuados sob a verificação e fiscalização da ONU.

11. A Polícia de Intervenção Rápida será apenas estacionada em locais estratégicos ao país.

12. É proibida a existência de qualquer outro órgão de vigilância ou policiamento não expressamente previsto pela legislação em vigor ou pelas disposições pertinentes dos Acordos de Bicesse e do Protocolo de Lusaka.

### **III. MODALIDADES**

1. A participação de elementos provenientes da UNITA na Polícia Nacional Angolana será feita na seguinte base (5.500): a) 180 finais b) 550 sargentos c) 4.770 agentes
2. O número de efectivos referidos no parágrafo 1 inclui o número a incorporar na Polícia de Intervenção Rápida, na seguinte base (1.200) : a) 40 oficiais b) 120 sargentos c) 1.040 agentes
3. A calendarização bem como a determinação dos locais de aquartelamento da Polícia de Intervenção Rápida serão estabelecidas no Dia D + 10 pela ONU e o Governo na presença da UNITA e dos representantes dos Países Observadores, ficando entendida que a UNITA terá a possibilidade de exprimir junto das Nações Unidas todos os seus pontos de vista sobre todas as matérias em discussão.
- A formalização da participação dos elementos provenientes da UNITA na Polícia Nacional Angolana e na Polícia de Intervenção Rápida será feita no decurso da mesma reunião do Dia D + 10 com a participação do Governo, da UNITA, da ONU e dos representantes dos Países Observadores.
4. O processo de selecção e de incorporação de elementos desmobilizados das forças militares da UNITA nos quadros da Polícia Nacional Angolana terá início após a conclusão do aquartelamento de todas as forças militares da UNITA.
5. Todos os elementos, oficiais, sargentos e agentes da Polícia de Intervenção Rápida recebem cursos de base e cursos específicos adaptados à sua missão.

## **ANEXO 6: PONTO II. 4 AGENDA DE TRABALHOS A RECONCILIAÇÃO NACIONAL**

### **I. PRINCÍPIOS GERAIS**

1. A grave crise que o país vive exige uma solução global que conduza ao reencontro entre os Angolanos, de modo a viverem pacificamente na mesma Pátria e em espírito de cooperação para a prossecução do bem comum.

Toda a acção humana nos campos político, económico, social e cultural deve reflectir o grande objectivo que é a Reconciliação Nacional, de forma a construir-se uma sociedade angolana de progresso e de tolerância.

2. A Reconciliação Nacional, hoje um imperativo nacional, é a expressão da vontade popular, que se traduz sem equívoco pela vontade política do Governo da República de Angola e da UNITA de coexistirem no quadro da ordem constitucional, política e jurídica angolana, reafirmando designadamente o seu respeito pelos princípios da aceitação da vontade popular expressa em eleições livres e justas e do direito à oposição.

3. A Reconciliação Nacional tem por objectivo, entre outros, restabelecer uma Paz justa e duradoura em Angola e permitir, no estrito respeito pela legislação em vigor, respeitando as disposições pertinentes dos Acordos de Bicesse e do Protocolo de Lusaka, a participação de todos os Angolanos na promoção de um clima social de tolerância, fraternidade e confiança recíproca.

4. A Reconciliação Nacional implica:

a) a aceitação por todos os Angolanos, independentemente das suas filtrações partidárias ou religiosas, diferenças raciais ou étnicas, de viverem na mesma Pátria, em espírito de fraternidade e tolerância; b) o respeito pelas regras do Estado de Direito, pelos direitos e liberdades fundamentais do homem tais como definidos pela legislação nacional em vigor e pelos diferentes instrumentos jurídicos internacionais de que Angola é parte, incluindo as pertinentes disposições dos Acordos de Bicesse e do Protocolo de Lusaka;

c) que, na prossecução do interesse nacional, elementos provenientes da UNITA participem de maneira adequada nos diversos níveis e instituições da actividade política, administrativa e económica; d) que, nos termos das alíneas d) e c) do Artigo 54 e das alíneas c) e d) do Artigo 89 da Lei Constitucional da República de Angola, se proceda à efectiva descentralização e desconcentração administrativa do país; e) a condenação da utilização da violência como meio de resolução de diferendos ou de conflitos entre as diversas forças que compõem a sociedade angolana, os quais deverão ser solucionados por meios pacíficos; f) utilização dos meios de comunicação social de forma a contribuir para a pacificação dos espíritos no apoio ao processo de convivência, de reconciliação nacional e de consolidação do processo democrático, nos termos do Artigo 35 da Lei Constitucional, respeitando as disposições pertinentes dos Acordos de Bicesse e do Protocolo de Lusaka.

5. No espírito da Reconciliação Nacional, todos os angolanos devem perdoar e esquecer os agravos resultantes do conflito angolano e encarar o futuro com tolerância e confiança. Para além disso, as instituições competentes procederão a uma amnistia nos termos da alínea h) do Artigo 88 da Lei Constitucional, para os actos ilícitos praticados por quem quer que seja durante o período anterior à assinatura do Protocolo de Lusaka, no contexto do actual conflito.

## **II. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS**

1. Afim de ser promovido na sociedade angolana o espírito de tolerância, de coexistência e de confiança referido nos Princípios Gerais, o Governo da República de Angola e a UNITA levarão a cabo uma campanha adequada de sensibilização da opinião pública angolana e internacional.

2. No quadro da Reconciliação Nacional, a segurança dos cidadãos sem distinção, as liberdades de expressão, de organização profissional e sindical, bem como a liberdade de imprensa, previstas e consagradas nos Artigos 32, 33 e 35 da Lei Constitucional, são garantidas em conformidade com a legislação em vigor, o Protocolo de Lusaka e os princípios universais do Estado de Direito.

3. Tendo em conta a importância de que se reveste o sector da comunicação social para melhorar o clima de tolerância e confiança mútua inerentes à Reconciliação Nacional, é garantido aos partidos políticos o direito de acesso à imprensa, à rádio e à televisão estatizadas, desde que respeitados a lei, o Protocolo de Lusaka e os princípios universais do Estado de Direito.

4. A VORGAN, emissora de ondas curtas pertencente à UNITA, no interesse da Reconciliação Nacional, excepcionalmente, continuará a emitir no quadro da campanha de sensibilização mencionada no parágrafo 1 dos Princípios Específicos, até ao dia D+9 meses. Até esta data e em conformidade com a legislação pertinente em vigor (Leis 22/91, de 15 de junho e 9/92, de 16 de Abril) estará concluído o processo de mudança do estatuto da VORGAN para uma estação de radiodifusão apartidária e emitindo nas frequências adequadas que lhe forem autorizadas.

5. No quadro da reconciliação Nacional, e sem prejuízo do princípio da unidade, a realização concreta da descentralização e da desconcentração administrativa, tal como estipulado na alínea d) do nº 4 dos Princípios Gerais, será efectuada.

As autoridades provinciais dispõem de poderes próprios nos domínios administrativos, financeiro, fiscal e económico, compreendendo a capacidade de atraírem investimentos estrangeiros, em conformidade com a legislação em vigor, o Protocolo de Lusaka e os princípios universais do Estado de Direito. Em conformidade com a lei e com as disposições do parágrafo nº 5 dos Princípios Específicos do Protocolo de Lusaka relativos à Polícia, as responsabilidades da Polícia a nível provincial concernentes à direcção, coordenação e fiscalização da actividade de todos os seus órgãos e serviços, designadamente no domínio da manutenção da Ordem Pública, competem aos Comandos Provinciais.

Os titulares dos órgãos do poder local serão eleitos em conformidade com a legislação que será elaborada em virtude das disposições da alínea c) do Artigo 89 da lei constitucional.

6. Para além do estatuto fixado no nº 2 do Artigo 77 da Lei Constitucional, e tendo em conta a sua condição de presidente do maior partido da oposição, será garantido ao Presidente da UNITA um estatuto especial.



7. No quadro da Reconciliação Nacional, todos os primeiros 70 deputados eleitos nas listas de candidaturas da UNITA nas eleições legislativas de Setembro de 1992, salvo os casos previstos no nº 3 do Artigo 165 da Lei 502, de 16 de Abril, serão investidos nas suas funções na Assembleia Nacional. As vagas existentes nos termos do nº 3 do Artigo 165 da Lei 5/92 de 16 de Abril, serão preenchidas nos termos da Lei.

Os primeiros setenta deputados eleitos pelas listas de candidaturas da UNITA, todos os que já tornaram posse e os que ainda o não fizeram, constituem o grupo parlamentar da UNITA.

Os deputados do grupo parlamentar da UNITA, designados pela direcção do Partido e que sejam nomeados para assumir funções incompatíveis com as funções parlamentares, serão substituídos em conformidade com os Artigos 168 e 169 da Lei 5/92 de 16 de Abril.

Todos os deputados da Assembleia Nacional gozam dos direitos, liberdades, garantias, imunidades e privilégios previstos na Lei.

8. Uma segurança apropriada, a acordar entre o Governo e a UNITA, será igualmente garantida, enquanto que necessário, nos termos da lei e das disposições pertinentes do Protocolo de Lusaka, aos altos dirigentes da UNITA que não gozem de outro regime especial de segurança inerente aos seus cargos.

9. No quadro da reconciliação Nacional, os casos dos angolanos impedidos de exercer os seus direitos laborais em virtude do circunstancialismo anterior à assinatura do Protocolo de Lusaka, serão devidamente examinados pelas instâncias competentes do Estado.

10. Para cimentar a Reconciliação Nacional, o princípio da participação de elementos provenientes da UNITA, incluindo os profissionalmente habilitados a exercer funções de administração pública, designadamente professores, agentes de saúde e técnicos, nos diferentes níveis da actividade administrativa e económica do Estado, compreendendo o sector dos meios de comunicação social e o das empresas públicas, concretizar-se-á pela sua integração, em toda a medida do possível, tendo em conta as suas capacidades técnicas e, profissionais e o disposto pela lei e pelo Protocolo de Lusaka.

11. Para consolidar o processo de Reconciliação Nacional no País, os programas de assistência e de reinserção social devem ser aplicados em todo o território nacional.

12. Para reforçar a reconciliação Nacional, estimular e expandir o desenvolvimento económico em todo o território nacional, todos os angolanos são encorajados e apoiados pelo Governo da República de Angola, através designadamente do Fundo de Apoio ao Empresariado Nacional, na criação de empresas privadas nos diferentes ramos da actividade económica (agricultura, indústria, comércio e serviços) numa base de igualdade de oportunidades.

13. Assim que a ONU, no quadro do seu novo mandato, tiver constatado que as condições requeridas mencionadas nas modalidades estão reunidas, a Administração do Estado será exercida.

14. No quadro do parágrafo anterior, o Governo assumirá a gestão de todo o património do Estado, no estado em que se encontrar.

15. Todo o património da UNITA voltará à posse da UNITA, no estado em que se encontrar.

16. Os dirigentes da UNITA investidos em funções nas diversas estruturas políticas, militares e administrativas do Estado, gozarão das regalias e dos benefícios inerentes aos seus cargos, definidos pela legislação em vigor.

No quadro da reconciliação Nacional, serão atribuídas à UNITA instalações partidárias adequadas e residências apropriadas aos seus dirigentes, em função das possibilidades existentes e em estreita colaboração entre as duas partes na sua programação e execução:

- para os membros da Comissão Política: 76 residências;
- para os Secretários Nacionais: 11 residências;
- para os Secretários e Secretariados Provinciais: 1 residência por Província; 1 instalação por Província;
- para a Sede Central em Luanda: 1 instalação partidária.

17. No quadro da Reconciliação Nacional e em conformidade com as disposições do Artigo 120, nº 3, da Lei Constitucional, os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos são garantidos através da independência do poder judicial.

18. É considerada importante, no contexto da Reconciliação Nacional, a questão da revisão dos símbolos da República de Angola no quadro das instâncias competentes.

### **III. MODALIDADES**

1. Em aplicação das disposições pertinentes do Artigo 4, alínea e), dos Princípios Gerais da Reconciliação Nacional supramencionado, as modalidades concretas da participação da UNITA nos diferentes cargos do Governo e da administração do Estado, bem como nas missões diplomáticas no estrangeiro, tais como acordadas entre o Governo e a UNITA e que figuram num documento que é parte integrante do anexo do Protocolo de Lusaka relativo à Reconciliação Nacional, serão objecto de uma carta a enviar pelas autoridades angolanas à Direcção daquele partido.

2. A aplicação prática do estatuto referido no Princípio específico nº 6 da Reconciliação Nacional supramencionado não terá nenhum efeito jurídico até que haja um acordo em contrário sobre esta matéria entre o Governo e a UNITA.

3. Os pormenores do estatuto especial de segurança que, enquanto necessário, será garantido aos dirigentes da UNITA que não gozem de outro regime especial de segurança inerente aos seus cargos, estão contidos num documento acordado entre o Governo e a UNITA, que faz parte integrante do anexo do Protocolo de Lusaka relativo à Reconciliação Nacional.

4. A campanha de sensibilização da opinião pública interna e internacional mencionada no Princípio Específico nº 1 da Reconciliação Nacional supramencionado será iniciada no dia da rubrica do Protocolo de Lusaka.

5. No dia da rubrica do Protocolo de Lusaka, o Governo e a Direcção de UNITA farão cada um uma declaração acerca da importância e significado do perdão e da amnistia,

tais como referidos no Princípio Geral nº 5 da Reconciliação Nacional supramencionado.

6. Em aplicação das disposições do Artigo nº 1 das Modalidades da Reconciliação Nacional supramencionado e no seguimento das consultas entre o Governo e a UNITA, esta enviará às autoridades angolanas uma lista plurinominal de pessoas a prover em cada um das diferentes cargos do Governo e da administração do Estado, bem como nas missões diplomáticas no estrangeiro, até ao dia D+45.

As listas supramencionadas serão acompanhadas do “curriculum vitae” das pessoas delas constantes.

7. Após a movimentação das forças militares da UNITA das localidades em que se encontram para os locais de aquartelamento, feita de acordo com o Artigo 3 dos Princípios Específicos relativos ao Parágrafo 1, alínea b), do Ponto 2 da Agenda de Trabalhos, e após a ONU ter constatado que as condições para o efeito estão reunidas, incluindo as relativas à segurança de pessoas e bens, a administração do Estado nessas localidades será normalizada.

Nesse quadro, a participação dos elementos provenientes da UNITA nos diferentes sectores da actividade da administração Pública realizar-se-á de acordo com o que foi acordado, nos termos do Artigo 10 dos Princípios Específicos da Reconciliação Nacional supramencionado.

Quando for caso disso, a nomeação dos elementos provenientes da UNITA para os cargos nos órgãos administrativos aos níveis provincial, municipal e comunal será antecipada por acordo entre o Governo e a UNITA, se se verificar a existência de condições para o efeito.

8. Em aplicação das disposições do princípio Geral nº 4, alínea c), da Reconciliação Nacional supramencionado, os elementos provenientes da UNITA nomeados para exercerem funções no Governo Central e nas Missões Diplomáticas no exterior, os Deputados mencionados no Princípio Específico nº 7 da Reconciliação Nacional supramencionado e os elementos provenientes da UNITA que ocuparão lugares de quadros superiores da Polícia Nacional, deverão tomar posse dos seus lugares o mais tardar imediatamente após a conclusão dos procedimentos previstos no Artigo 3 dos

Princípios Específicos relativos ao Parágrafo 1, alínea b), do ponto 2 da Agenda de Trabalhos.

Em qualquer desses casos, se se verificar a existência de condições para tal efeito, a execução das disposições precedentes deste ponto nº 8 das Modalidades da Reconciliação Nacional será antecipada por acordo entre o Governo e a UNITA.

9. A substituição de qualquer dos titulares dos cargos atribuídos à UNITA a todos os níveis da administração do Estado, durante a vigência do Protocolo de Lusaka, far-se-á nos termos do Protocolo de Lusaka.

10. No âmbito da implementação do parágrafo 16 dos Princípios Específicos da Reconciliação Nacional supramencionado, a UNITA entregará ao Governo, até ao dia D + 45, uma carta contendo os nomes e os respectivos cargos dos seus dirigentes.

11. O período da promulgação da Lei da Amnistia constará do cronograma do Protocolo de Lusaka.

## **ANEXO 7: PONTO II. 5 DA AGENDA DE TRABALHOS: CONCLUSÃO DO PROCESSO ELEITORAL**

### **I. PRINCÍPIOS GERAIS**

1. Como em todas as sociedades democráticas e pluripartidárias, a participação de todos os cidadãos na definição das grandes linhas e opções políticas, sociais e económicas nacionais, bem como na livre escolha dos dirigentes do país, é garantida pelo respeito do princípio da expressão da vontade popular por ocasião de eleições periódicas, justas e livres e da aceitação dos seus resultados.

2. O processo eleitoral angolano, iniciado com as eleições previstas nos Acordos de Paz para Angola (Bicesse), encontra-se por concluir devido à crise pós-eleitoral. Nos termos do nº 3 do Artigo 147 da Lei 5/92 de 16 de Abril, o mesmo deve ser concluído através da realização da segunda volta das eleições presidenciais.

3. A segunda volta das eleições presidenciais terá lugar após a ONU, no quadro do seu novo mandato, depois de ouvida a Comissão Conjunta e recolhidos os pareceres consultivos julgados necessários, ter declarado que todas as condições requeridas para o efeito, designadamente as de natureza política e material, estão reunidas.

4. Nos termos dos Artigos 8 e 12 da Lei 5/92 de 16 de Abril, a segunda volta das eleições presidenciais será organizada pelas instituições competentes do, Estado angolano, nomeadamente o Conselho Nacional Eleitoral, com o apoio, a verificação e a fiscalização apropriados da ONU, bem como com a participação de observadores internacionais.

## **II. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS**

1. A segunda volta das eleições presidenciais desenrolar-se á em conformidade com as pertinentes disposições da legislação em vigor, nomeadamente as Leis 5/92 e 6/92 de 16 de Abril, com as emendas julgadas necessárias introduzidas pela Assembleia Nacional, bem como com as pertinentes disposições dos "Acordos de Paz para Angola" (Bicesse) e do Protocolo de Lusaka.

As emendas acima referidas seguem o procedimento legislativo.

2. O controle sobre o desenrolar da segunda volta das eleições presidenciais será exercido, no quadro dos órgãos previstos pela Lei 5/92 de 16 de Abril, nomeadamente pelos mandatários e delegados de listas dos candidatos a essas eleições.

3. A segunda volta das eleições presidenciais terá lugar num período determinado pela Assembleia Nacional após a ONU ter declarado que as condições requeridas estão reunidas. A data da segunda volta será estabelecida nos termos do Artigo 159 da Lei 5/92 de 16 de Abril, dentro do período fixado pela Assembleia Nacional.

4. Para a realização da segunda volta das eleições presidenciais, são consideradas como condições requeridas, comprovadas pelas Nações Unidas, entre outras, as seguintes: - garantia de segurança, livre-circulação de pessoas e bens e de liberdades públicas em todo o território nacional; - garantia efectiva de funcionamento da Administração do

Estado e da articulação da vida nacional em todo o território nacional, incluindo o restabelecimento das vias de comunicação e a reinstalação dos deslocados.

5. Durante o processo de realização da segunda volta das eleições presidenciais, a equidade na utilização de todos os meios do Estado, incluindo os seus meios financeiros, deverá ser assegurada em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente as pertinentes disposições das Leis 5/92 e 8/92 de 16 Abril. O apoio às campanhas eleitorais por meios privados, bem como o tratamento dos candidatos por pessoas colectivas privadas, devem ser conformes às pertinentes disposições da Lei 5/92 de 16 de Abril.

6. Os membros da mesa das Assembleias de Voto, com a indispensável coadjuvação dos delegados de listas dos candidatos concorrentes, serão os fiéis depositários de todo o material eleitoral da Assembleia de Voto e terão a protecção da Polícia Nacional e a verificação e fiscalização das Nações Unidas, não podendo as umas ser removidas dos locais de voto antes do apuramento final dos resultados da Assembleia de Voto.

7. Sem embargo da inderrogável liberdade de imprensa, a publicação dos resultados eleitorais pelos meios de difusão massiva assim como quaisquer projecções estatísticas dos resultados do apuramento final, deverão obedecer ao estipulado na lei.

8. Num prazo máximo de 48 horas após a proclamação oficial dos resultados nacionais da segunda volta das eleições presidenciais, a ONU fará uma declaração sobre o carácter livre e justo das mesmas.

### **III. MODALIDADES**

1. No quadro do seu novo mandato e para o bom andamento da segunda volta das eleições presidenciais, os meios humanos e materiais da ONU deverão ser adaptados à sua missão de apoio, de verificação e de fiscalização.

2. A ONU constatará por declaração formal, depois de ouvida a Comissão Conjunta, a existência de todos os requisitos indispensáveis e de todas as condições requeridas para a realização da segunda volta das eleições presidenciais, especialmente aquelas que se subsumem à satisfação de todas as obrigações do Protocolo de Lusaka.

3. Todos os organismos e instituições implicados na organização da segunda volta das eleições presidenciais, designadamente o Conselho Nacional Eleitoral, deverão efectuar os preparativos indispensáveis nos prazos requeridos.

4. A concepção, fabricação, recepção e armazenamento do material eleitoral far-se-á nos prazos adequados, em conformidade com a lei, sob a direcção do Conselho Nacional Eleitoral, com o apoio, a verificação e a fiscalização da ONU.

5. A elaboração dos cadernos de registo eleitoral através da inscrição dos cidadãos eleitores, bem como a publicação por afixação edital das listas dos registados deles extraídas, deverão efectuar-se nos prazos apropriados, sob a direcção do Conselho Nacional Eleitoral, com o apoio, a verificação e a fiscalização da ONU, que terá esta matéria em conta para os efeitos previstos no Princípio Específico nº 3.

6. Deverá ser levada a cabo, dentro dos prazos requeridos e através dos meios adequados, uma campanha de educação cívica dos eleitores acerca dos objectivos da segunda volta das eleições presidenciais, do processo eleitoral e do modo como cada eleitor deve votar.

## **ANEXO 8: PONTO II. 3 DA AGENDA DE TRABALHOS: O MANDATO DA ONU, O PAPEL DOS OBSERVADORES DOS "ACORDOS DE PAZ" E A COMISSÃO CONJUNTA**

### **A. O MANDATO DA ONU**

#### **I. PRINCÍPIOS GERAIS**

1. O Governo da República de Angola (o Governo) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (a UNITA) reafirmam que se comprometem a respeitar e a implementar os "Acordos de Paz para Angola" (Bicesse), as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU e o Protocolo de Lusaka.

2. O Governo e a UNITA reconhecem que o sucesso da conclusão do processo de Paz no quadro dos "Acordos de Paz para Angola" (Bicesse), das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU e do Protocolo de Lusaka releva antes de tudo da sua



própria responsabilidade e comprometem-se a cooperar plenamente e de boa fé com a ONU com vista à implementação efectiva e duradoura do processo de paz.

3. O Governo e a UNITA convidam a ONU, tendo em vista a implementação integral dos "Acordos de Paz para Angola" (Bicesse) e do Protocolo de Lusaka, a realizar, para além das suas missões de bons ofícios e mediação, as tarefas mencionadas no presente mandato. Os Países Observadores do processo de paz (Estados Unidos da América, Federação da Rússia e Portugal) apoiam plenamente este convite.

4. O Governo e a UNITA reafirmam o seu desejo expresso de que a ONU, no quadro do seu novo mandato, desempenhe um papel alargado e reforçado na implementação dos "Acordos de Paz para Angola" (Bicesse) e do Protocolo de Lusas, conforme o acordado nos domínios das questões militares, da Policia Nacional, da Reconciliação Nacional e da conclusão do Processo Eleitoral.

Ambos reafirmam que estão determinados a respeitar e a proteger a Missão da ONU em Angola, as suas operações, o conjunto dos seus membros, as suas instalações, assim como os seus bens.

5. O Governo e a UNITA convidam a ONU, no quadro do seu novo mandato, a assumir a presidência da Comissão Conjunta e de todas as reuniões apropriadas entre o Governo e a UNITA, na presença dos representantes dos Países Observadores.

6. Assim que o Conselho de Segurança da ONU autorizar a criação da nova missão da ONU em Angola, um acordo estabelecendo o estatuto da missão e dos seus membros será concluída sem demora entre a ONU e o Governo na base do pertinente acordo-tipo da ONU, cujo conteúdo terá sido antecipadamente comunicado pelo Governo à UNITA.

7. A UNITA compromete-se a respeitar todas as disposições do Acordo referido no Artigo 6 supramencionado e a cooperar na sua implementação.

8. O Governo e a UNITA comprometem-se a cooperar entre si além de respeitar todo o calendário da implementação do Protocolo de Lusaka.

9. A ONU executará as tarefas que lhe serão confiadas no quadro do seu novo mandato, no estrito respeito pela soberania do Estado Angolano e pelas disposições pertinentes dos "Acordos de Paz para Angola" (Bicesse) e do Protocolo de Lusaka.

10. O Governo e a UNITA comprometem-se a implementar os "Acordos de Paz para Angola" (Bicesse), as resoluções pertinentes do Conselho de Segurança da ONU e o Protocolo de Lusaka, no respeito pelas regras do Estado de Direito, pelos princípios gerais dos Direitos Humanos universalmente reconhecidos e, mais particularmente, dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais do Indivíduo tais como definidos pela legislação em vigor e os diferentes instrumentos jurídicos internacionais dos quais Angola é parte.

## **PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS**

O Governo e a UNITA convidam a ONU, no quadro do seu novo mandato, a assumir as seguintes tarefas:

1) No que concerne às questões militares (Ponto II. 1 da Agenda de Trabalhos)

1.1 Supervisão, controle e verificação geral do cessar-fogo restabelecido, com a participação do Governo e da UNITA (Princípio Geral nº 4);

1.2 Verificação e fiscalização do respeito pela cessação de toda a propaganda hostil entre o Governo da República de Angola e a UNITA tanto a nível nacional como a nível internacional (Princípio Geral nº 5);

1.3 Verificação e fiscalização da retirada e aquartelamento de todas as forças militares da UNITA – Parágrafo 8 da Resolução 864 do Conselho de Segurança da ONU (Calendário das Modalidades do cessar-fogo bilateral, segunda fase, terceira etapa);

1.4 Instalação dos mecanismos de verificação, de fiscalização e de controle, incluindo as comunicações triangulares (Princípio Específico nº 2; Calendário das Modalidades, primeira fase, segunda etapa);

1.5 Recepção das informações actualizadas, fidedignas e verificáveis fornecidas pela UNITA sobre a composição das suas forças, armamento, meios e respectivas localizações (Princípio Específico nº 3, Modalidade nº 5);

1.6 Recepção das informações actualizadas, fidedignas e verificáveis fornecidas pelo Governo sobre a composição das suas forças, armamento, meios e respectivas localizações (Princípio Específico nº 4);

1.7 Verificação e fiscalização de todas as tropas identificadas como FAA (Princípio Específico nº 4);

1.8 Verificação e fiscalização ao dispositivo resultante do desengajamento das FAA das suas posições avançadas, durante a retirada e o aquartelamento das forças militares da UNITA (Princípio Específico nº 5);

1.9 Reforço do pessoal das Nações Unidas tanto a nível dos observadores militares como a nível de forças de manutenção da paz armadas (Modalidade nº 6, Calendário das Modalidades, segunda fase, primeira etapa);

1.10 Organização e participação na reunião dos Estados-Maiores das FAA e das forças militares da UNITA no dia D+10 (Calendário das Modalidades);

1.11 Verificação e fiscalização da realização do abastecimento em alimentos e medicamentos das FAA e das forças militares da UNITA (Calendário das Modalidades, primeira fase, primeira etapa);

1.12 Notificação, verificação e fiscalização de toda a movimentação de forças no território angolano (Modalidades do cessar-fogo, segunda fase, terceira etapa);

1.13 Recepção das notificações relativas à evacuação dos combatentes feridos e doentes para efeitos de controle e verificação (Calendário das Modalidades, primeira fase, primeira etapa);

1.14 Criação e colocação no terreno de equipas para fiscalizar e verificar a cessação das hostilidades em todo território nacional e investigar alegadas violações (Calendário das Modalidade primeira fase, segunda etapa);

1.15 Supervisão do desengajamento limitado das forças nas áreas em que elas estejam em contacto (Calendário das Modalidades, primeira fase, quarta etapa A);

1.16 Participação, com as FAA e as forças militares da UNITA, no processo de coordenação e de acordar o desengajamento das forças (Calendário das Modalidades, primeira fase, quarta etapa A);

1.17 Supervisão da deslocação das tropas da UNITA para as áreas designadas pelas Nações Unidas e acordadas entre os Estados Maiores, durante o desengajamento limitado das forças nas áreas onde elas estejam em contacto (Calendário das Modalidades, primeira fase, quarta etapa A);

1.18 Supervisão da deslocação das Forças Armadas Angolanas para os seus quartéis mais próximos durante o desengajamento limitado das forças nas áreas onde elas estejam em contacto (Calendário das Modalidades, primeira fase, quarta etapa);

1.19 Recepção das informações oficialmente fornecidas sobre a localização das unidades das FAA e das forças militares da UNITA que não estejam em contacto (Calendário das Modalidades, primeira fase, quarta etapa B);

1.20 Verificação e fiscalização das áreas desocupadas pelas forças militares da UNITA (Calendário das Modalidades, segunda fase, primeira etapa);

1.21 Verificação e fiscalização das forças do Governo que permanecem "in situ" (Calendário das Modalidades, segunda fase, primeira etapa);

1.22 Organização, em colaboração com as duas partes, das áreas de aquartelamento, itinerários e identificação de meios para a movimentação das forças militares da UNITA para as áreas de aquartelamento (Calendário das Modalidades, segunda fase, terceira etapa);

1.23 Notificação às duas partes das modalidades específicas da retirada das forças militares da UNITA para as áreas de aquartelamento (Calendário das Modalidades, segunda fase, segunda etapa);

1.24 Coordenação com as forças do Governo da possibilidade de se retirarem para as áreas onde possam ser facilmente verificadas e fiscalizadas e que serão, na maior parte

dos casos, os seus quartéis de origem. O conceito consiste nas forças do Governo concentrarem-se afim de facilitar a sua verificação (Calendário das Modalidades, segunda fase, terceira etapa);

1.25 Supervisão e controle da conclusão do aquartelamento das forças militares da UNITA, da recolha, do armazenamento e da custódia do seu armamento (Calendário das Modalidades, segunda fase, quarta etapa);

1.26 Verificação, fiscalização e controle da recolha de todo o material de guerra letal das forças militares da UNITA pelo Estado-Maior das forças militares da UNITA. A ONU recolherá acto contínuo esse material de guerra letal no terreno, procedendo ao seu armazenamento e custódia (Calendário das Modalidades, segunda fase, quarta etapa);

1.27 Verificação da livre-circulação de pessoas e bens (Calendário das Modalidades, segunda fase, sexta etapa);

1.28 Verificação e fiscalização do processo da conclusão da formação das FAA (Princípio Geral nº 1 do documento relativo à conclusão da formação das FAA, incluindo a desmobilização);

1.29 Verificação do estrito cumprimento dos acordos respeitantes às FAA, sem prejuízo das competências do Governo da República de Angola em matéria de política de defesa nacional (Princípio Específico nº 5 da Conclusão da formação das FAA);

1.30 Participação nos trabalhos do grupo de trabalho criado afim de supervisionar a conclusão da formação das FAA e desmobilização (Modalidades, primeira fase, segundo parágrafo);

1.31 Ligação técnica com grupo de trabalho dependendo do Estado-Maior das FAA, funcionando na área de Planeamento, que supervisionará o cumprimento das tarefas que levam à conclusão da formação das FAA (Modalidades da conclusão da formação das FAA, segunda fase, terceira etapa);

1.32 Verificação final do cumprimento do que prescreve o Protocolo de Lusaka quanto à conclusão da formação das FAA e desmobilização dos excedentes (Modalidades, terceira fase);

1.33 Apoio, em conformidade com a autorização do Conselho de Segurança da ONU, ao programa nacional de reinserção social empreendido pelo Governo de Angola, com a participação UNITA, para os efectivos militares excedentários ao número a ser acordado entre o Governo de Angola e a UNITA para a composição das FAA (Princípio Geral nº 3 da Conclusão da formação das FAA);

1.34 As partes signatárias do Protocolo de Lusaka acordam em que o Governo solicite ajuda à ONU e às instituições especializadas para proceder às operações de desminagem no País. Neste âmbito, o Governo e a UNITA acordam em fornecer todas as informações disponíveis relativas às minas e outros explosivos, ajudar a executar programas de levantamento de minas, de sensibilização sobre as minas e de desminagem a favor de todos os Angolanos. A ONU compromete-se a fornecer o apoio na criação de uma capacidade nacional neste domínio.

2) No que concerne às actividades da Polícia (Ponto II.2 da Agenda de Trabalhos)

2.1 A Polícia Nacional Angolana, colocada sob a autoridade legítima, será verificada e fiscalizada nas suas actividades pela ONU, no quadro do seu novo mandato, afim de garantir a sua neutralidade (Princípio Específico nº 4 i);

2.2 Verificação e fiscalização do processo de aquartelamento da Polícia de Intervenção Rápida e da adequação do seu armamento e equipamento à natureza da sua missão (Princípio Específico nº 10);

2.3 Estabelecimento da calendarização e determinação dos locais de aquartelamento da Polícia de Intervenção Rápida, no dia D + 10, com o Governo e na presença da UNITA e de representantes dos Países Observadores (Modalidade nº 3);

2.4 Participação, com o Governo, a UNITA e os representantes dos Países Observadores, na reunião do dia D+ 10 em que será feita a formalização da participação dos elementos da UNITA na Polícia Nacional Angolana e na Polícia de Intervenção Rápida (Modalidades nº 3);

2.5 Verificação e fiscalização da recolha, armazenamento e custódia de todas as armas em posse de civis pela Polícia Nacional Angolana (Questões Militares I, Calendário das Modalidades do Cessar-Fogo Bilateral, segunda fase, quarta etapa);

2.6 Verificação e fiscalização da neutralidade da actividade da Policia Nacional Angolana relativamente aos compromissos assumidas em matéria de segurança dos dirigentes da UNITA (Documento relativo ao regime especial de segurança garantido aos dirigentes da UNITA em aplicação do parágrafo 3 das Modalidades Reconciliação Nacional, Artigo 9);

2.7 Verificação e fiscalização da neutralidade da actividade da Nacional Angolana no que concerne à protecção dos membros da mesa das Assembleias de Voto e dos delegados de li dos candidatos concorrentes (Conclusão do processo eleitoral, Princípio Específico nº 6).

3) No que concerne à Reconciliação Nacional (Ponto II.4 da Agenda de Trabalhos)

3.1 Constatação dê que as condições requeridas, incluindo relativas à segurança de pessoas e bens, estão reunidas para normalização da Administração do Estado (Princípio Específico nº 13, Modalidade nº 7).

4) No que concerne à Condução do Processo Eleitoral (Ponto II.5 da Agenda de Trabalhos)

4.1 Declaração formal, depois de ouvida a Comissão Conjunta e recolhidos os pareceres consultivos julgados necessários, de que todas as condições requeridas para a realização da segunda volta das eleições presidenciais, designadamente as de natureza política e material, bem como as que se subsumem à satisfação de todas as obrigações do Protocolo de Lusaka, estão reunidas (Princípio Geral nº 3, Princípio Específico nº 4 e Modalidade nº 2 do Processo Eleitoral);

4.2 Apoio, verificação e fiscalização apropriados à organização pelas instituições competentes do Estado Angolano, designadamente o Conselho Nacional Eleitoral, da segunda volta das eleições presidenciais (Princípio Geral nº 4);

4.3 Verificação e fiscalização da actuação dos membros da mesa das Assembleias de Voto, coadjuvados pelos delegados de listas dos candidatos concorrentes, enquanto fiéis depositários de todo o material eleitoral da Assembleia de Voto (Princípio Específico nº 6);

4.4 Emissão de uma declaração, num prazo máximo de 48 horas após a proclamação oficial dos resultados nacionais da segunda volta das eleições presidenciais, sobre o carácter livre e justo das mesmas (Princípio Específico nº 8;

4.5 Apoio, verificação e fiscalização à concepção, fabricação, recepção e armazenamento do material eleitoral (Modalidade nº 4 do Processo Eleitoral);

4.6 Apoio, verificação e fiscalização à elaboração dos cadernos de registo eleitoral, bem como à publicação por afixação edital das listas dos registados deles extraídas (Modalidade nº 5 do Processo Eleitoral).

## **B. O PAPEL DOS OBSERVADORES NA IMPLEMENTAÇÃO DOS "ACORDOS DE PAZ PARA ANGOLA" (BICESSE) E DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

1. Os Governos dos Estados Unidos da América, da Federação da Rússia e de Portugal são os observadores do processo de paz em Angola. Nesta qualidade, têm assento na Comissão Conjunta.

2. As atribuições dos Representantes dos Países Observadores são:

2.1 Assistir à reunião do dia D + 10 dos Estados-Maiores das FAA e das forças militares da UNITA (Calendário das Modalidades, D + 10);

2.2 Assistir à reunião do dia D + 10 sobre a calendarização e a determinação dos locais de aquartelamento da Polícia de Intervenção Rápida (Polícia, Modalidades nº 5);

2.3 Acompanhar a aplicação de todas as disposições políticas, administrativas e militares ainda não implementadas dos Acordos de Paz para Angola (Bicesse) e de todas as disposições políticas, administrativas e militares do Protocolo de Lusaka.



2.4 Os Representantes dos Países Observadores tornam assento, qualidade, em todas as reuniões da Comissão Conjunta e em qualquer subsidiário criado por esta.

2.5 Em todas as reuniões, as decisões são tomadas depois de ouvida a opinião dos representantes dos Países Observadores.

2.6 As funções dos Representantes dos Países Observadores na Comissão Conjunta cessam na altura da dissolução desta.

## **C. A COMISSÃO CONJUNTA**

A Comissão Conjunta tem a composição, atribuições e regas de funcionamento seguintes:

### **1. COMPOSIÇÃO**

A Comissão Conjunta compõe-se de:

1.1 com assento na qualidade de membros: - o Governo da República de Angola; - a UNITA;

1.2 com assento na qualidade de presidente: a ONU, cujo Representante Especial do Secretário-Geral em Angola assume as funções de bons ofícios e de mediação;

1.3 com assento na qualidade de observadores: - Governo dos Estados Unidos da América; - O Governo de Portugal; - Governo da Federação da Rússia.

### **2. ATRIBUIÇÕES**

2.1 Velar pela aplicação de todas as disposições políticas, administrativas e militares ainda não implementadas dos Acordos de Paz para Angola (Bicesse) e de todas as disposições do Protocolo de Lusaka, conforme o acordado nos domínios das questões

militares, da Polícia Nacional, da Reconciliação Nacional e da conclusão do Processo Eleitoral;

2.2 Acompanhar a aplicação das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

2.3 Decidir em última instância sobre as alegações de violação. Em caso de violação aos Acordos, proceder às diligências necessárias à certificação da identidade do infractor e decidir em última instância sobre a correcção da referida violação.

### **3. FUNCIONAMENTO**

3.1 A Comissão Conjunta terá a sua sede em Luanda. Não obstante, ela pode realizar as suas reuniões, em caso de necessidade, em qualquer outro local do território.

3.2 A Comissão Conjunta estabelece o seu próprio regulamento interno.

3.3 A Comissão Conjunta decide por consenso.

3.4 A Comissão Conjunta entra em funções no dia da assinatura do Protocolo de Lusaka.

### **DEFINIÇÃO E EXPLICAÇÕES DOS PRINCIPAIS TERMOS MILITARES EMPREGUES NO DOCUMENTO SOBRE O MANDATO DAS NAÇÕES UNIDAS (PROTOCOLO DE LUSAKA)**

Adaptação de Armamento – Refere-se a qualquer modificação ou variação que seja necessária, de qualquer armamento e equipamento, com esta a torná-lo conforme à missão a levar a cabo.

Armamentos – Este termo faz referência a todas as armas e sistemas de armamento e a todas as munições ou ao material visando apoiar essas armas ou sistemas de armamento utilizados por todas as forças terrestres, marítimas ou aéreas. Os armamentos incluem, mas não se limitam a estas, as pequenas armas de todos os calibres; todos os morteiros,

a artilharia (autopropulsada ou rebocada) e os sistemas de lança-róquetes múltiplos; toda a artilharia de defesa aérea e todos os mísseis, incluindo os mísseis terra-ar, ar-ar e ar-terra (com sistemas de radar e orientação); todos os tanques; todos os veículos de transporte de tropas auto e blindados (com rodas ou lagartas); todas as armas anti-tanque e os sistemas de mísseis; todas as minas aquáticas e terrestres (anti-pessoal e anti-tanque) e todos os engenhos explosivos utilizados para sabotagem (bombas, detonadores, etc.). O termo faz igualmente referencia a qualquer veículo, aeronave ou barco que possa ser utilizado como plataforma para armas ou sistemas de armamento e a partir do qual qualquer tipo de armamento possa ser operado ou lançado; isto pode incluir, mas não se limitar a, caças, caças-bombardeiros, helicópteros de combate, navios ou barcos de assalto, barcos-patrolha, fragatas, cruzeiros, destroyers e outros navios de guerra.

Controle – Este termo implica o acto de dirigir, regulamentar, verificar e fiscalizar todas as acções em conformidade com os Acordos de Paz para Angola (Bicesse) e o Protocolo de Lusaka. O mesmo não implica o recurso à força com vista a obrigar o Governo ou a UNITA a respeitar as disposições dos Acordos de Paz para Angola (Bicesse) e do Protocolo de Lusaka.

Desengajamento de Forças – Refere-se à movimentação de forças do Governo e da UNITA que se encontrem em contacto para posições acordadas e coordenadas pelo Governo, a UNITA e a ONU os quais assegurarão que as mesmas se encontrem fora da linha de fogo directa ou indirecta de cada uma das forças. No final do desengajamento, ambas as forças ter-se-ão movimentado de uma posição ofensiva para uma posição defensiva.

Estabelecer Áreas de Aquartelamento – As áreas de aquartelamento das forças da UNITA serão seleccionados e acordadas conjuntamente pela UNITA e a ONU na presença do Governo da República de Angola e dos Observadores. Sob a supervisão da ONU e, com a sua assistência e a de outros grupos humanitários, o Governo da República de Angola e a UNITA participarão na construção das áreas de aquartelamento e no estabelecimento de infra-estruturas com vista a apoiar determinado número de homens em cada área. As infra-estruturas incluirão, mas não se limitarão a: acomodação temporária (por exemplo tendas, edifícios existentes) com condições

higiénicas apropriadas, instalações médicas e de lazer, quartos de banho e lavandarias, bem como instalações para confecção e conservação de alimentos.

"In Situ" – Refere-se aos locais onde as tropas do Governo e da UNITA se encontrem desdobradas na altura da assinatura do Protocolo de Lusaka.

Locais de Armazenamento do Armamento e do Material das Forças Militares da UNITA – Os mesmos serão seleccionados e acordados conjuntamente pela UNITA e a ONU na presença do Governo e dos Observadores. Os locais de armazenamento não ficarão situados nas proximidades das zonas de aquartelamento. Com o apoio da ONU, o Governo da República de Angola construirá, renovará ou reforçará as instalações por forma a torná-las conformes às normas de segurança; isto compreenderá a iluminação, a vedação e os armazéns. A ONU garantirá a segurança de cada local de armazenamento.

Material de Guerra Letal – Refere-se a qualquer armamento e outro material capaz de causar morte ou ferimento ao pessoal e prejuízo ou destruição a estruturas material.

Equipamento Militar – Esta expressão aplica-se a todo o equipamento utilizado para apoio a situações de guerra, incluindo o material de comunicações, o material de apoio logístico e os veículos, aeronaves e navios com características militares (reboques para canhão, jeeps, veículos de transporte de tropas e qualquer outro material de guerra, etc).

Pessoal Militar – Este termo aplica-se às pessoas recrutadas e formadas com vista a serem empregues como soldados. Elas devem necessariamente ser organizadas em unidades com uma estrutura de direcção e de comando podendo ou não ser equipadas e armadas. São formadas e orientadas para combater durante períodos prolongados com um objectivo específico e são apoiadas por um sistema logístico.

Retirada – Refere-se ao movimento não tático, de recuo, de tropas de qualquer escalão, armadas ou não armadas, para uma área designada e acordada entre o Governo, a UNITA e a ONU.

Por Supervisão – entende-se a responsabilidade de coordenação e de gestão geral das tarefas às quais o termo é aplicado, assumida pela ONU, com a participação do Governo e da UNITA.

Toda Movimentação de Tropas – Esta expressão aplica-se à movimentação de indivíduos e de corpos de tropas de qualquer escalão, armados ou não armados e que podem ou não possuir uma estrutura militar (hierárquica).

## **ANEXO 9: PONTO II. 5 DA AGENDA DE TRABALHOS: OUTRAS QUESTÕES PENDENTES**

### **CALENDÁRIO DE APLICAÇÃO DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

#### **DIA D**

- Rubrica do Protocolo de Lusaka.
- Declaração do Governo da República de Angola e da Direcção da UNITA acerca da importância e significado do perdão e da amnistia.
- Lançamento da campanha de sensibilização da opinião pública interna e internacional, de modo a promover o espírito de tolerância, de coexistência e de confiança, na Sociedade Angolana.

#### **D+10**

- Reunião dos Estados Maiores das FAA e das forças militares da UNITA, sob os auspícios das Nações Unidas e dos Observadores presentes, para estabelecerem as modalidades técnicas da cessação das hostilidades "in situ"
- Estabelecimento do calendário e determinação dos locais de aquartelamento da Polícia de Intervenção Rápida pela ONU e o Governo na presença da UNITA e dos Representantes dos Países Observadores.
- Formalização da participação dos elementos provenientes da UNITA na Polícia Nacional Angolana e na Polícia de Intervenção Rápida.

#### **Antes de D + 15**

Promulgação da Lei de Amnistia.

Definição das formas de implementação do Anexo relativo ao Regime Especial de Segurança dos Dirigentes da UNITA e dos casos especiais julgados como tais, pelo Governo e pela UNITA.

D+15

Assinatura formal do Protocolo de Lusaka pelo Governo da República de Angola e a UNITA e início do seu cumprimento.

Declarações publicas pelo Governo e pela UNITA sobre a implementação do restabelecimento do cessar-fogo.

Tomada de posse e início de funções dos membros da Comissão Conjunta.

A partir de D + 17

- Entrada em vigor do cessar-fogo restabelecido.
- Estrito respeito pela legislação em vigor e das disposições pertinentes dos Acordos de Bicesse e do Protocolo de Lusaka (Princípio Geral nº 3 da Reconciliação Nacional).
- Todas as acções consignadas no Anexo relativo às Questões militares I do Protocolo de Lusaka (Calendário das Modalidades do Cessar-Fogo Bilateral, I Fase).
- Instalação da Comissão Conjunta em Luanda.
- Formalização pelo Governo da República de Angola das modalidades concretas da participação da UNITA nos diferentes cargos do Governo e da Administração do Estado, bem como nas Missões Diplomáticas no estrangeiro.
- Todas as acções consignadas no Anexo relativo às Questões militares II do Protocolo de Lusaka (Calendário da Conclusão da Formação das FAA e Desmobilização, I Fase).
- Entrega pela UNITA às autoridades angolanas de uma lista plurinominal de pessoas a prover em cada um dos diferentes cargos do Governo e da Administração, bem como nas Missões Diplomáticas no estrangeiro.
- Entrega pela UNITA ao Governo, de uma lista contendo os nomes e respectivos cargos dos seus dirigentes com vista à implementação do parágrafo 10 das Modalidades da Reconciliação Nacional.

D+45

- Todas as acções consignadas no Anexo relativo às Questões Militares I do Protocolo de Lusaka. (Calendário das Modalidades do Cessar-Fogo Bilateral, II Fase).

A partir de D + 180

- Todas as acções consignadas no Anexo relativo às Questões Militares II do Protocolo de Lusas. (Calendário das Modalidades da Conclusão da Formação das FAA e desmobilização, II Fase).
- Após a conclusão da retirada, aquartelamento e desarmamento das forças militares da UNITA, selecção e incorporação de elementos desmobilizados das forças militares da UNITA na Polícia Nacional.
- Formação profissional para os elementos seleccionados para incorporação na Polícia Nacional e na Polícia e na Policia de Intervenção Rápida.
- Constatação pela ONU de que as condições estão reunidas com vista à normalização da administração do Estado.
- Normalização da Administração do Estado.
- Assumpção pelo Governo de Angola, da gestão de todo o património do Estado.
- Atribuição à UNITA de instalações partidárias adequadas e residências apropriadas aos seus dirigentes, em função das possibilidades existentes.
- Participação dos elementos provenientes da UNITA nos diferentes sectores da actividade da Administração Pública, de acordo com o acordado nos termos do Artigo 10 dos Princípios Específicos da Reconciliação Nacional.
- Participação dos elementos provenientes da UNITA no Governo central, provincial e local, nas Missões Diplomáticas no estrangeiro, na Assembleia Nacional e na Polícia Nacional a nível de quadros superiores, em conformidade com as disposições previstas no parágrafo 8 das Modalidades da Reconciliação Nacional.
- Em qualquer desses casos, se se verificar a existência de condições para tal efeito, a execução das disposições precedentes deste ponto das Modalidades da Reconciliação Nacional será antecipada por acordo entre o Governo e a UNITA.

D+270

Conclusão da mudança do estatuto da VORGAN.

A partir de D + 455

- Verificação final pelas Nações Unidas do cumprimento do que prescreve o Protocolo de Lusaka, quanto à conclusão da formação das FAA e desmobilização dos excedentes.
- Conclusão da formação profissional dos elementos desmobilizados das forças militares da UNITA e incorporados na Polícia Nacional e na Policia de Intervenção Rápida.
- Declaração pela ONU de que todas condições requeridas estão reunidas para a realização da segunda volta das eleições presidenciais.
- Realização da II volta das eleições presidenciais, no período determinado pela Assembleia Nacional e tomada de posse do Presidente da República eleito.

#### **NOTAS:**

1. A calendarização detalhada bem como a precisão das tarefas a realçar, serão estabelecidas pela Comissão Conjunta.
2. Nenhuma tarefa será iniciada antes de que a precedente tenha sido concluída.
3. No caso de se verificar a existência de condições, os prazos previstos no presente calendário poderão ser antecipados por acordo entre o Governo e a UNITA.

#### **ANEXO 10: PONTO III DA AGENDA DE TRABALHOS: QUESTÕES DIVERSAS**

##### **Data e local da assinatura do Protocolo de Lusaka**

1. Protocolo de Lusaka será assinado no dia 20 de Novembro de 1994.
2. Protocolo de Lusaka será assinado em Lusaka (Zâmbia).



**(Os documentos que se seguem não forma conseguidos para grande estranheza do autor)**

**DOCUMENTO RELATIVO AO REGIME ESPECIAL DE SEGURANÇA GARANTIDO AOS DIRIGENTES DA UNITA EM APLICAÇÃO DO PARÁGRAFO 3 DAS MODALIDADES DA RECONCILIAÇÃO NACIONAL**

**DOCUMENTO RELATIVO À PARTICIPAÇÃO DA UNITA NOS GOVERNOS CENTRAL, PROVINCIAL E LOCAL, E NAS, MISSÕES DIPLOMÁTICAS NO ESTRANGEIRO, EM APLICAÇÃO DO Nº 1 DAS MODALIDADES DA RECONCILIAÇÃO NACIONAL**

**NORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS ELEMENTOS DA UNITA NO GOVERNO DE UNIDADE E RECONCILIAÇÃO NACIONAL**

## **26 Declaração do Governo da República de Angola (13-Março-2002)**

**Luanda, aos 13 de Março de 2002**

1.O Governo de Unidade e Reconciliação Nacional da República de Angola considera que o país vive um momento singular da sua história para a congregação de vontades que conduzam definitivamente ao fim do actual conflito armado, devendo as questões da Paz e da Reconciliação Nacional ser equacionadas num quadro jurídico e político em que se respeite a Lei Constitucional vigente, o ordenamento jurídico e as instituições do Estado e se aceite de modo inequívoco a validade dos Acordos de Paz e das resoluções do Conselho de segurança das Nações Unidas sobre Angola.

2. Para o alcance da Paz o Governo definiu uma Agenda que passa necessariamente pela resolução de todas as questões militares resultantes do conflito armado surgido depois da formação das Forças Armadas Angolanas, nos termos do Acordo de Bicesse e do Protocolo de Lusaka.

3. Com a finalidade de encorajar e promover a confiança de toda a nação angolana relativamente a esta oportunidade de paz que não se deve desperdiçar, o Governo instruiu o Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA) para que estas cessem todos os movimentos ofensivos a partir das 00H00 do dia 14 de Março de 2002, de modo a permitir o estabelecimento de contactos 'in situ' entre as chefias militares das FAA e das Forças Militares da UNITA.

4. Com esta medida, abrir-se-á caminho ao diálogo e à colaboração entre as chefias militares, para que se alcance no mais breve prazo possível um cessar-fogo geral e a consequente paralisação de todos os movimentos de forças que visem o reforço ou a ocupação de novas posições militares, a realização de actos de violência contra as

populações civis, a destruição de bens públicos ou privados ou a obstrução da livre circulação dos cidadãos e seus haveres.

5. O Governo considera fundamental e decisiva a desmilitarização da UNITA, nos termos da lei. No interesse da reconciliação nacional o Governo apresentará um programa para o enquadramento na vida nacional dos generais, oficiais e soldados das Forças Militares da UNITA.

6. Quanto às questões concernentes à plena integração da UNITA na vida política nacional, na qualidade de partido político cuja acção é importante para a consolidação do processo democrático, o Governo pretende, no quadro das suas responsabilidades públicas, contribuir para que se criem no país as condições que permitam aos militantes da UNITA resolver internamente e em liberdade o problema da liderança do seu partido e da sua reorganização e funcionamento de acordo com a lei.

7. O Governo proporá à Assembleia Nacional a aprovação de uma amnistia para todos os crimes cometidos no âmbito do conflito armado, visando com esta medida assegurar as necessárias garantias jurídicas e políticas para a promoção e efectivação do processo de reconciliação nacional.

8. No âmbito da implementação das tarefas administrativas constantes do Protocolo de Lusaka deverá ser concluída a extensão e instalação da Administração do Estado em todo o território nacional e a nomeação de quadros da UNITA para os cargos políticos previstos. Simultaneamente, deverão ser criadas condições seguras para o regresso das populações deslocadas às zonas de origem, de modo a permitir a gradual revitalização da economia em todo o país. Neste sentido, o Governo promoverá com o apoio da comunidade internacional um amplo programa de desminagem para tornar possível a livre circulação de pessoas e bens em todo o território nacional.

9. O Governo considera ser necessário encontrar-se uma solução política e jurídica para o processo eleitoral não concluído em 1992 e declara que implementará as medidas políticas, jurídicas e administrativas pertinentes para a organização das próximas eleições. Para o efeito, além da conclusão do processo de aprovação de uma nova Constituição, o Governo vai empenhar-se na revisão da legislação eleitoral, no reassentamento das populações deslocadas e na realização de operações de registo e recenseamento eleitoral.

10. O Governo trabalhará com toda a sociedade, nomeadamente as Igrejas, os Partidos Políticos, as Associações Cívicas e as Associações Sócio-Profissionais, em todo este processo, continuando a manter consultas regulares com estas entidades, com a finalidade de obter a sua valiosa contribuição relativamente às acções a empreender para a consolidação da paz e da democracia no país e, em especial, para a pacificação dos espíritos, a observância de tolerância e respeito recíprocos e a mobilização de recursos e vontades para a rápida resolução dos problemas que afectam as populações vítimas da guerra.

11. A consolidação da Paz requer um tratamento oportuno e eficaz das consequências imediatas da guerra sobre a vida das camadas da população mais afectadas, devendo-se trabalhar no sentido de se fazer chegar a assistência humanitária a todas as pessoas necessitadas, sem discriminação. Neste âmbito, o Governo tem em preparação um Programa de Emergência para apoiar a reintegração social e reassentamento de 4 milhões de deslocados, o enquadramento social de 150 mil desmobilizados das várias guerras de Angola e dos antigos combatentes, a reinserção de 100 mil mutilados e o acolhimento de 50 mil crianças órfãs de guerra.

12. O Governo reconhece o esforço que tem sido desenvolvido pela comunidade internacional no domínio da ajuda humanitária e reitera o seu apelo aos doadores nacionais e internacionais no sentido de mobilizarem recursos para apoiar o referido programa, cuja implementação deverá contar com a participação efectiva das Igrejas, Organizações Não-Governamentais e demais vontades da Sociedade Civil, as quais

colocarão à disposição a sua experiência para se assegurar a transparência e a utilização racional dos bens disponíveis.

13. No quadro do seu engajamento em prol da rápida reconstrução do país, o Governo dará cumprimento às tarefas imediatas constantes do seu Programa para a Saída da Crise, de que é parte integrante e essencial o Programa de Investimentos Públicos (PIP). A implementação do PIP permitirá reabilitar as infra-estruturas económicas e sociais que viabilizarão o exercício da actividade económica, a prestação de assistência médica às populações e a elevação dos seus índices de escolaridade, a circulação de pessoas e bens e uma melhor ligação entre as províncias, municípios e comunas, bem como a instalação, organização e capacitação da Administração local. Com a finalidade de mobilizar recursos adicionais para a grandiosa tarefa da reconstrução de Angola em tempos de Paz, o Governo tomou a iniciativa de, com o concurso de países amigos, promover em data a definir a realização de uma Conferência Internacionais de Doadores.

14. O Governo apela a todas as forças políticas e à Sociedade Civil em geral para que, neste período crucial em que se decide uma vez mais o destino da Nação, cada cidadão mantenha um elevado sentido de responsabilidade nos seus actos e palavras. O Governo encoraja a que se propague e se consolide em todo o país um clima de tolerância, no qual o debate e a confrontação de ideias sejam possíveis sem o recurso à violência física ou verbal, ofensa ou calúnia.

15. O Governo exorta à unidade de todos os angolanos para juntos virarem uma importante página na sua história. É tempo de reconciliação, de perdão mútuo e de unidade. Digamos definitivamente adeus às armas e à guerra e dediquemo-nos fraternalmente à reconstrução de uma Angola próspera e moderna, capaz de garantir bem-estar físico, material e espiritual a todos os seus cidadãos e ocupar o lugar que lhe cabe por direito próprio no concerto das nações.

***Memorando de Entendimento Complementar Ao Protocolo De Lusaka  
Para a Cessação Das Hostilidades e Resolução Das Demais Questões  
Militares Pendentes Nos Termos Do Protocolo de Lusaka***

**Preâmbulo**

A Delegação das Forças Armadas Angolanas, mandatada pelo Governo da República de Angola;

A Delegação das Forças Militares da UNITA, mandatada pela sua Comissão de Gestão;

Na presença da ONU, representada pelo Senhor Ibrahim Gambari, subsecretário Geral da ONU e Conselheiro Especial para África, e dos Países Observadores do Processo de Paz em Angola;

Tendo em conta que o Protocolo de Lusaka, subscrito aos 20 de Novembro de 1994 pelo Governo e pela UNITA com a mediação da ONU e na presença dos Países Observadores do Processo de Paz em Angola, foi assumido como o instrumento jurídico-político para a resolução do conflito angolano, no sentido da obtenção da paz e reconciliação nacional, e não conheceu ainda a evolução positiva esperada para a sua conclusão definitiva.

Considerando que, a crescente e premente necessidade de se obter a paz e reconciliação nacional na República de Angola, expressa e sentida diariamente por todos os angolanos, se afigura imperativa e urgente, e exige primeiro que tudo a cessação do conflito armado entre a UNITA, enquanto estrutura político-militar, e o Governo, através da promoção de iniciativas apropriadas com criatividade e flexibilidade, para a conclusão definitiva do Protocolo de Lusaka;

Conscientes de que o termo do conflito interno conduz à paz e reconciliação nacional na República de Angola e constitui um desafio a que, de modo determinado, se comprometem a vencer e alcançar para benefício do povo angolano;

Nesta conformidade, em ordem a materializar os seus compromissos e obrigações no quadro do Protocolo de Lusaka, decidem adoptar o Memorando de Entendimento, nos seguintes termos:

## **CAPÍTULO I**

### **OBJECTO E PRINCÍPIOS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**

#### **1 – OBJECTO**

1.1. Constitui objecto do Memorando de Entendimento o compromisso das Partes para, através da sua colaboração paterna e activa, garantirem a obtenção e efectivação do cessar-fogo e resolução de todas as questões militares pendentes e, subsequentemente, a definitiva resolução do conflito armado, reiniciado posteriormente à execução total da tarefa de conclusão da formação das FAA nos termos do Protocolo de Lusaka.

1.2. Constitui objectivo do Memorando de Entendimento a colaboração entre as Partes, para a resolução dos factores militares negativos geradores de bloqueio ao Protocolo de Lusaka e, subsequentemente, a criação de condições para a sua conclusão definitiva.

#### **2 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

2. 1. As Partes reafirmam o respeito pelo Estado de Direito e pelas instituições democráticas na República de Angola e, nesta conformidade, a observância da Lei Constitucional e demais legislação em vigor na República de Angola.

2.2. As Partes reiteram a aceitação inequívoca da validade dos instrumentos jurídico-políticos pertinentes, nomeadamente o Protocolo de Lusaka e as Resoluções do CS da ONU relativamente ao processo de paz Angolano.

2.3. As Partes reconhecem que o respeito pela democracia em todas esferas e níveis da vida nacional é essencial à paz e reconciliação nacional.

## **CAPÍTULO II**

### **AGENDA DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO I**

#### **1 – GENERALIDADES**

1.1. Em ordem a materializar os seus compromissos e obrigações no quadro da Protocolo de Lusaka, as Partes aceitam como Agenda de Trabalhos para as Conversações Militares, a seguinte:

#### **I - Questões de Reconciliação Nacional**

Único: Amnistia

#### **II - Cessação das hostilidades e Questões Militares Pendentes nos Termos do Protocolo de Lusaka**

a) Cessar-fogo

b) Desengajamento, Aquartelamento e Conclusão da Desmilitarização das Forças Militares da UNITA

c) Integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA nas Forças Armadas Angolanas, de acordo com as vagas orgânicas existentes

d) Integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, de acordo com as vagas orgânicas existentes

e) Desmobilização dos Efectivos Excedentários provenientes das Forças Militares da UNITA e extinção das Forças Milhars da UNITA

f) Reinserção Sócio-Profissional do Pessoal Desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA na Vida Nacional

#### **III - Questões Institucionais**



a) Estrutura institucional de coordenação do Entendimento

b) Calendário de Aplicação do Entendimento

c) Assinatura do Entendimento

1.2. Em ordem a materializar os seus compromissos e obrigações no quadro do Protocolo de Lusaka, as Partes aceitam como Conclusões da Agenda das Conversações Militares as que nos pontos a seguir se descrevem:

## **2 - QUESTÕES DE RECONCILIAÇÃO NACIONAL**

Único: Amnistia

2.1. O Governo garante, no interesse da paz e reconciliação nacional, a aprovação e publicação, pelos órgãos e instituições competentes do Estado da república de Angola de uma Lei de Amnistia de todos os crimes cometidos no âmbito do conflito armado entre as Forças Militares da UNITA e o Governo.

## **3 - CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

### **A) CESSAR-FOGO**

3.1. As Partes reiteram, o seu engajamento para dar cumprimento escrupuloso dos seus compromissos e obrigações relativamente à tarefa do restabelecimento do cessar-fogo (no espírito do previsto no Anexo 3, do Ponto II.I da Agenda de Trabalhos - Questões Militares I do Protocolo de Lusaka).

3.2. Neste sentido o Governo, através do Estado Maior General das FAA e as Forças Militares da UNITA, através do Alto Estado Maior Geral, emitem e cumprem uma declaração de reconhecimento do cessar fogo com vista ao término do conflito armado, no sentido da obtenção da paz e reconciliação nacional.

3.3. A tarefa de restabelecimento do cessar-fogo compreende o seguinte:

- a) A cessação de acções militares total e definitiva em todo o território nacional e a não veiculação de propaganda hostil.
- b) A não realização de movimentos de força no sentido do reforço ou ocupação de novas posições militares, bem como a não realização de actos de violência contra a população civil e de destruição de bens.
- c) A informação regular sobre a situação de posicionamento das unidades e demais estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA, em zonas ou áreas prováveis de tensão militar.
- d) A garantia da protecção das pessoas e seus bens, dos recursos e bens- públicos, bem como da livre circulação de pessoas e bens.

## **B) DESENGAJAMENTO, AQUARTELAMENTO E CONCLUSÃO DA DESMILITARIZAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA**

3.4. As Partes reiteram o seu engajamento para dar cumprimento escrupuloso dos seus compromissos e obrigações relativamente à tarefa de aquartelamento e conclusão da desmilitarização das Forças Militares da UNITA (no espírito do previsto no Anexo 3 do Ponto II .1 da Agenda de Trabalhos - Questões Militares I do Protocolo de Lusaka).

3.5. Neste sentido, a Comissão Militar Mista, com o apoio do Estado Maior General das FAA, procede ao aquartelamento e desmilitarização de todas as unidades e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA, compreendendo o seguinte:

- a) A informação, pelo Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA, à Comissão Militar Mista, de todos os dados fidedignos e verificáveis relativos à composição combativa e numérica das unidades e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA, e sua localização.

- b) O estabelecimento de mecanismos de monitorização do processo de desmilitarização das Forças Militares da UNITA.
- c) A identificação das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA e o estabelecimento de áreas de aquartelamento para as mesmas.
- d) A definição dos respectivos itinerários e meios de movimento e a realização do movimento das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA para as áreas de aquartelamento.
- e) O Desengajamento dos locais de estacionamento e movimento das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA para as áreas de aquartelamento.
- f) A recepção, alojamento e alimentação, bem como o registo do pessoal das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA nas áreas de aquartelamento.
- g) A entrega e acto contínuo a recolha, armazenamento e posterior destruição de todo o armamento e equipamento das unidades militares e estruturas para-militares das Forças Militares da UNITA.

**C) INTEGRAÇÃO DE OFICIAIS GENERAIS, OFICIAIS SUPERIORES, OFICIAIS CAPITÃES E SUBALTERNOS, SARGENTOS E PRAÇAS PROVENIENTES DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA NAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS**

3.6. O Governo procede, no interesse da reconciliação nacional, através do Estado Maior General das FAA, à integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA nas FAA, de acordo com as vagas orgânicas existentes.

3.7 Neste sentido, o processo de integração de Oficiais Generais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA, compreende o seguinte:

a) A incorporação nas FAA e o patenteamento de Oficiais Generais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA, de acordo com as vagas orgânicas existentes.

b) A formação e a colocação em funções de Oficiais Generais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA.

#### **D) INTEGRAÇÃO DE OFICIAIS GENERAIS E OFICIAIS SUPERIORES PROVENIENTES DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA NA POLÍCIA NACIONAL**

3.8. O Governo, no interesse da reconciliação nacional, através do Comando Geral da Polícia Nacional, procede à integração de alguns Oficiais Generais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, de acordo com as vagas orgânicas existentes.

3.9. Neste sentido, o processo de integração de Oficiais Generais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, compreende o seguinte:

a) A incorporação na Polícia Nacional e o patenteamento de Oficiais Sub-Comissários e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA, de acordo com as vagas orgânicas existentes.

b) A formação e a colocação em função de Oficiais Sub-Comissários e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA.

#### **E) DESMOBILIZAÇÃO DOS EFECTIVOS DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA E EXTINÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA**

3.10. As Partes reiteram o seu engajamento para dar cumprimento escrupuloso dos seus compromissos e obrigações relativamente à tarefa de desmobilização dos efectivos Excedentários provenientes das Forças Militares da UNITA e a extinção das Forças Militares da UNITA (no espírito do previsto no Anexo 4, Ponto II.1 da Agenda de Trabalhos - Questões Militares II do Protocolo de Lusaka).

3.11 Neste sentido, a Comissão Militar Mista, com o apoio da ONU, em conformidade com o mandato que for atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou por outros órgãos do sistema da ONU, procede à desmobilização dos efectivos excedentários provenientes das Forças Militares da UNITA e a extinção das Forças Militares da UNITA, compreendendo o seguinte:

- a) A desmobilização individual do pessoal excedentário proveniente das Forças Militares da UNITA.
- b) A extinção formal e definitiva das Forças Militares da UNITA.
- c) A colocação do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA na dependência administrativa do Estado Maior General das FAA, através das Regiões Militares e dos Comandos Operacionais das FAA.

#### **F) REINSERÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DO PESSOAL DESMOBILIZADO DAS EX-FORÇAS MILITARES DA UNITA NA VIDA NACIONAL**

3.12. As Partes reiteram o seu engajamento para dar cumprimento escrupuloso dos seus compromissos e obrigações relativamente à tarefa de reintegração social dos desmobilizados (no espírito do previsto no Anexo 4, do Ponto II.1 da Agenda de trabalhos - Questões Militares II do Protocolo de Lusaka).

3.13 Neste sentido, o Governo, através do Estado Maior General das FAA e de organismos e serviços públicos competentes, com a participação da UNITA e com a ajuda da Comunidade Internacional, procede à reintegração dos desmobilizados na sociedade civil dentro de um programa de reinserção Sócio-Profissional.

3.14 A reinserção Sócio-Profissional do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA compreende o seguinte:

- a) A protecção, alojamento e alimentação do pessoal das ex-Forças Militares da UNITA nos centros de formação.
- b) A formação profissional do pessoal das ex-Forças Militares da UNITA no sentido da sua habilitação para o mercado de trabalho nacional, mediante um programa de reintegração social especial e urgente.

### **CAPITULO III**

#### **COORDENADO E APLICAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**

##### **1- COORDENAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**

1.1. As estruturas institucionais de coordenação do Memorando de Entendimento são as seguintes:

- a) Comissão Militar Mista ó) Grupo Técnico

1.2. A Comissão Militar Mista tem a composição, atribuições e regras de funcionamento seguintes:

- a) Composição e Direcção:

a.1 Com assento na qualidade de membro executivo e presidente da Comissão Militar Mista:

- O representante militar do Governo

a.2 Com assento na qualidade de membro executivo da Comissão Militar Mista:

- O representante militar das Forças Militares da Vi?IT.4

a.3 Com assento na qualidade de membros observadores permanentes da Comissão Militar Mista:

- O representante militar da ONU, em conformidade com o mandato que for atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou por outros órgãos do sistema da ONU
- O representante militar dos EUA
- O representante militar da Rússia
- O representante militar de Portugal

b) Atribuições

b.1 Assistir à Comissão Militar Mista no desempenho das duas atribuições.

b.2 Zelar pela aplicação de todas as disposições do Memorando de Entendimento.

b.3 Organizar reuniões 'ad-hoc' de peritos militares para estudar as causas de eventuais dificuldades que entrem a execução eficaz do Memorando de Entendimento ou outras questões consideradas de interesse pela Comissão Militar Mista.

b.4 Elaborar a calendarização detalhada assim como a precisão das actividades a realizar no âmbito da aplicação do Memorando de Entendimento.

c) Regras de funcionamento:

c.1 Reúne-se, ordinariamente, a fim de preparar as reuniões da Comissão Militar Mista, e extraordinariamente, para analisar as questões dimanadas pela Comissão Militar Mista ou sempre que para tal se revele necessário.

c.2 A nível regional, reúne-se diariamente, sendo dirigida por um perito militar das Forças Armadas Angolanas.

## **2 - CALENDARIZAÇÃO DE APLICAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**

2.1 Para a concretização do Memorando de Entendimento, as Forças Armadas Angolanas e as Forças Militares da UNITA assumem o compromisso do seguinte Calendário de Aplicação:

1) Entrada em vigor do Memorando de Entendimento (Dia D):

- Assinatura do Memorando
- Declaração do cessar-fogo bilateral
- Entrada em vigor do cessar-fogo

2) Funcionamento da Comissão Militar Mista (À partir do Dia D + 001):

- Promulgação da Lei de Amnistia
- Formalização e entrada em funções da Comissão Militar Mista e do Grupo Técnico

3) Realização de todas as actividades consignadas na alínea a) do Ponto II, nomeadamente (Dia D + 001):

- Consolidação do restabelecimento do cessar-fogo

4) Realização de todas as actividades consignadas na alínea b) do Ponto II, nomeadamente (Dia D + 002 a D + 047):

- Desengajamento, Aquartelamento e conclusão da Desmilitarização das Forças Militares da UNITA

- Aquartelamento, Desarmamento e Repatriamento das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controlo das Forças Militares da UNITA

5) Realização de todas as actividades consignadas nas alíneas c) e d) do Ponto II, nomeadamente (Dia D + 048 a D + 078):



- Integração de Oficiais Gerais e de Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNTA nas FAA de acordo com as vagas existentes

- Integração de Oficiais Gerais e de Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, de acordo com as vagas existentes

6) Realização de todas as actividades consignadas na alínea e) do Ponto II, nomeadamente (Dia D + 079 a D + 080):

- Desmobilização dos Efectivos das Forças Militares da UNITA e extinção das Forças Militares da UNITA

7) Realização de todas as actividades consignadas na alínea f) do Ponto II, nomeadamente (Dia D + 081 a D + 262):

- Reinserção Sócio-Profissional do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA na vida Nacional

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **1 - ANEXOS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**

1.1 Constituem Anexos do Memorando de Entendimento, os seguintes documentos:

Anexo 1 - Documento relativo ao Aquartelamento das Forças Militares da UNITA

Anexo 1/A - Documento relativo ao Aquartelamento, Desarmamento e Repatriamento das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controlo das Forças Militares da UNITA

Anexo 2 - Documento relativo à integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA nas Forças Armadas Angolanas, de acordo com as vagas existentes

Anexo 3 - Documento relativo à integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores, provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional, de acordo com as vagas orgânicas existentes

Anexo 4 - Documento relativo à Reinserção Sócio-Profissional do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA na Vida Nacional

Anexo 5 - Documento relativo a considerações referentes às condições para a conclusão do Protocolo de Lusaka

Anexo 6 - Documento relativo a considerações referentes à Segurança Especial nos termos do Protocolo de Lusaka

## **2 – INTERPRETAÇÃO**

2.1 Os diferendos de interpretação ou aplicação do Memorando de Entendimento são submetidos à Comissão Militar Mista para a solução, num espírito de amizade, tolerância e compreensão.

## **3 - ENTRADA EM VIGOR DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**

3.1 O Memorando de Entendimento entra em vigor imediatamente após a sua assinatura pelas Partes.

## **4 - ASSINATURAS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**

4.1 As Partes assinam o Memorando de Entendimento, vinculando-se ao mesmo, aceitando e comprometendo-se a executar, com boa-fé, de modo obrigatório e de forma integral, todas as suas disposições.

Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

GENERAL DE EXÉRCITO ARMANDO DA CRUZ NETO CHEFE DO ESTADO  
MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA  
GENERAL GERALDO ABREU MUENGO UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"  
CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL DAS FORÇAS MILITARES DA  
UNITA

TESTEMUNHADO PELAS ENTIDADES A SEGUIR MENCIONADAS

PELA ONU

IBRAHIM GAMBARI, SUB-SECRETÁRIO GERAL DA ONU E CONSELHEIRO  
ESPECIAL PARA ÁFRICA

PELOS PAÍSES OBSERVADORES DO PROCESSO DE PAZ

CHRISTOPHER WILLIAN DELI,  
EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA EM ANGOLA

ANDREEV SERGUEI VADIMOVICH,  
EMBAIXADOR DA FEDERAÇÃO RUSSA EM ANGOLA

FERNANDO MENDONÇA D'OLIVEIRA NEVES,  
EMBAIXADOR DA REPÚBLICA PORTUGUESA EM ANGOLA

## **ANEXO 1**

AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA

### **DOCUMENTO RELATIVO AO AQUARTELAMENTO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA**

A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente ao Aquartelamento das Forças Militares da UNITA, acordam o seguinte:

#### **1. Generalidades sobre o Aquartelamento**

(i) O aquartelamento das Forças Militares da UNITA deve ter as condições de vida necessárias a permanência dos militares num total de até 50.000, sendo cerca de 12 Generais e 47 Brigadeiros, cerca de 1.700 Oficiais Superiores, cerca de 17.350 Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, cerca de 3.150 Sargentos e cerca de 27.740 Praças, durante um determinado período de tempo que vai desde a recepção do pessoal até a sua integração nas FAA e Polícia Nacional e a reinserção Sócio-Profissional do pessoal desmobilizado.

(ii) As áreas de aquartelamento devem ter uma estrutura de funcionamento gerida superiormente, com capacidade de aquartelar até 1.600 efectivos e com segurança e fáceis acessos.

(iii) O aquartelamento das Forças Militares da UNITA implica, também, por um lado a instalação de 12 Generais e 47 Brigadeiros, nas cidades próximas as áreas de aquartelamento e, por outro lado, a organização e asseguramento dos locais de instalação das famílias dos militares, próximos das áreas de aquartelamento, num total de até 300.000 indivíduos, entre eles homens, mulheres e crianças.

(iv) O asseguramento e a assistência de emergência inicial das famílias dos militares das Forças Militares da UNITA, bem como a promoção da sua reintegração apoiada em pequenas actividades produtivas de bens e serviços isto é, projectos de geração rápida de rendimentos nos domínios da agricultura, do comércio e outros possíveis, a serem garantidos pelos órgãos e entidades competentes da Administração do Estado em estreita colaboração com o Estado Maior General das FAA e com a participação da ONU, em conformidade com o mandato que fôr atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU.

## **2. Estrutura da Área de Aquartelamento**

(i) A área de aquartelamento tem a seguinte estrutura:

- Chefia da Área de Aquartelamento composta pelo Chefe, Chefe Adjunto, Oficial de Educação Cívica, Oficial de Pessoal, Oficial de Armamento, Oficial de Transmissões, de entre o pessoal a aquartelar, pelo Alto Estado Maior geral das Forças Militares da UNITA.

- Grupo de Apoio e Serviços composto pela guarda e guarnição, pelo posto de rádio, pelo posto médico, pela cozinha e refeitório e pela secção de transporte, designado de entre o pessoal a aquartelar, pelo Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNTA.

- Até 16 Companhias de pessoal aquartelado, na composição de 100 efectivos cada uma.

(ii) O Chefe da área de aquartelamento, subordina-se ao Chefe da Equipa de Trabalho do Estado Maior General das FAA e, é o responsável pelo funcionamento e disciplina da área de aquartelamento.

## **3. Gestão das Áreas de Aquartelamento**

(i) A gestão das áreas de aquartelamento é realizada pelo Estado Maior General das FAA, através de uma equipa de trabalho chefiada por um general das FAA proveniente das Forças Militares da UNITA, com a cooperação da ONU, em conformidade com o

mandato que fôr atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU, que presta assistência técnica à organização e gestão, bem como apoio em meios materiais.

(ii) Os locais de instalação das famílias das militares das Forças Militares da UNITA são assegurados materialmente e geridos administrativamente pelos órgãos competentes da Administração do Estado, em estreita colaboração com o Estado Maior General das FAA e, com a participação da ONU, em conformidade com o mandato que fôr atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU, que presta a assistência a organização e gestão, bem como em meios materiais.

#### **4. Localização das Áreas de Aquartelamento**

(i) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do Cope Norte:

- Madimba, na comuna de Madimba, município de M'Banza Congo, província do Zaire;
- Vale do Loge, na comuna do Vale do Loge, município do Bembe, província do Uíge;
- Wamba, na comuna do Wamba, município de Sanza Pombo, província do Uíge;
- Fazenda Santa Cruz, comuna do Quibaxi, município de Quibaxi, província do Bengo;
- Comuna do Mussabo, município de Samba-Caju, província do Kwanza-Norte.

(ii) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COPE Nordeste:

- Capaia, comuna de Capaia, município de Lucapa, província da Lunda-Norte
- Damba Penitenciária, na comuna de Catala, município de Caculama, província de Malanje;
- Ganga Sol, comuna de Quissole, município de Malanje, província de Malanje.
- Chinege, comuna de Muriege, município de Muconda, província da Lunda Sul.
- N'Guimbi, comuna de Xá-Muteba, município de Xá-Muteba, província da Lunda Norte.

(iii) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COPE Centro:

- Gando, na comuna de Cambandua, município do Kuito, província do Bié;

- Capeça, na comuna de Belo Horizonte, município do Cunhinga, província do Bié;
- Ponte do Rio Cacuchi, na comuna de Cachingues, município do Chitembo, província do Bié
- Sachitembo, na comuna de Sambo, município de Tchikala Tchaloanga, província do Huambo
- Lunge, na comuna do Lunge, município do Bailundo, província do Huambo;
- Menga, na comuna de Galanga, município de Londuimbale, província do Huambo;
- Chingongo, na comuna de Chingongo, município do Balombo, província de Benguela;
- Fazenda Caporolo, na comuna de Caporolo, município de Chongoroi, província de Benguela;
- Tchissamba, na comuna de Mussende, município de Mussende, província do Kuanza Sul.

(iv) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COPE Leste:

- Chicala, na comuna de Cangumbe, município do Moxico, província do Moxico;
- Calapo, na comuna de Lucusse, município do Moxico, província do Moxico.

(v) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do ZMI do Cazombo:

- Calala, na comuna de Calunda, município do Alto Zambeze, província do Moxico.

(vi) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COp Sul:

- Quilómetro 50, na comuna de Galangue, município do Chipindo, província da Huíla;
- Kamuambo, comuna da Mupa, município do Cuvelai, província do Cunene.

(vii) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COp Menongue:

- Soba Matias, comuna de Soba Matias, município do Menongue, província do Kuando Kubango.

(viii) Para o pessoal das Forças Militares da UNITA do COp Jamba:

- Tchimbunjango, comuna de Mavinga, município de Mavinga, província do Kuando Kubango.
- Capembe, na comuna de Mavinga, município de Mavinga, província do Kuando Kubango.

Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS GENERAL DE  
EXÉRCITO ARMANDO DA CRUZ NETO CHEFE DO ESTADO MAIOR  
GENERALDAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO" CHEFE DO  
ALTO ESTADO MAIOR GERAL DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

#### **ANEXO 1/A**

AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO  
DE LUSAKA PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E RESOLUÇÃO DAS  
DEMAIS QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO  
DE LUSAKA

**DOCUMENTO RELATIVO AO AQUARTELAMENTO, DESARMAMENTO E  
REPATRIAMENTO DE FORÇAS MILITARES ESTRANGEIRAS EM ÁREAS  
DO TERRITÓRIO NACIONAL SOB CONTROLE DAS FORÇAS MILITARES  
DA UNITA**

A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente ao Aquartelamento, desarmamento e Repatriamento das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controle das Forças Militares da UMTA, acordam o seguinte:



1.1. As Partes reconhecem a existência de Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controle das Forças Militares da UVITA, nomeadamente Unidades compostas por cidadãos congolese da RDC e Unidades compostas por cidadãos do Ruanda de origem tutsi-banyamwende e hutu, e a necessidade de proceder ao seu repatriamento urgente.

1.2 Neste sentido, o Estado Maior General das FAA, em estreita cooperação com o Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UVITA e com a participação da Comissão Militar Mista e apoio da ONU,, em conformidade com o mandato que for atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU, procede ao acantonamento e desarmamento das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controle das Forças Militares da UNITA, compreendendo o seguinte:

a) A informação, pelo Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA, ao Estado Maior General das FAA e à Comissão Militar Mista, de todos os dados fidedignos, e verificáveis, relativos a composição combativa e numérica e localização das unidades das Forças Militares Estrangeiras em áreas do território nacional sob controle das Forças Militares da UNITA.

b) A identificação das unidades das Forças Militares estrangeiras sob controle das Forças Militares da UNITA.

c) O movimento do pessoal das Forças Militares Estrangeiras para as áreas de aquartelamento das Forças Militares da UNITA.

d) A recepção, alojamento e alimentação, bem como, o registo do pessoal das Forças Militares Estrangeiras nas áreas de aquartelamento.

e) O desarmamento, recolha e armazenamento de todo o armamento e equipamento militar das Forças Militares Estrangeiras, nas áreas de aquartelamento. A entrega dos membros das Forças Militares Estrangeiras às competentes organizações internacionais, para efeitos de repatriamento, de acordo com as normas e convenções internacionais, para os seus países de origem, nomeadamente RDC e República do Ruanda.

Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS GENERAL DE  
EXÉRCITO ARMANDO DA CRUZ NETO CHEFE DO ESTADO MAIOR  
GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO" CHEFE DO  
ALTO ESTADO MAIOR GERAL DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

## **ANEXO 2**

AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO  
DE LUSAKA PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E RESOLUÇÃO DAS  
DEMAIS QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO  
DE LUSAKA

**DOCUMENTO RELATIVO À INTEGRAÇÃO DE OFICIAIS GERAIS,  
OFICIAIS SUPERIORES, OFICIAIS CAPITÃES E SUBALTERNOS,  
SARGENJOS E PRAÇAS PROVENIENTES DAS FORÇAS MILITARES DA  
UNITA NAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS DE ACORDO COM AS  
VAGAS EXISTENTES**

A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente a integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA nas FAA de acordo com as vagas existentes, acordam o seguinte:

1. A integração dos efectivos provenientes das Forças Militares da UNITA com base no princípio da incorporação global e, acto contínuo, a incorporação de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças e a subsequente desmobilização e reinserção Sócio-Profissional dos demais efectivos.

2. A designação de Oficiais Generais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças provenientes das Forças Militares da UNITA a integrar nas FAA é da responsabilidade do Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA.

3. A incorporação nas FAA e patenteamento dos Oficiais Generais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Oficiais Subalternos, Sargentos e Praças, é da competência do Estado Maior General das FAA, em conformidade com o quadro de pessoal militar abaixo discriminado:

#### QUADRO DE PESSOAL MILITAR

##### DESIGNAÇÃO TOTAL

GENERAL	4
TTEGENERAL	8
BRIGADEIRO	18
CORONEL	40
TTECORONEL	60
MAJOR	100
CAPITÃO	150
TENENTE	200
SUBTENENTE	250
ASPIRANTE	300
SARGENTO MAIOR	20
SARGENTO AJUDANTE	30
1º SARGENTO	50
2º SARGENTO	200
CABO	500
SOLDADO	3077
TOTAL GERAL	5007

4. A incorporação nas FAA e patenteamento dos demais Oficiais Generais, nomeadamente 6 Tenentes Generais e 14 Brigadeiros e sua colocação na condição de Oficiais Generais à disposição do Estado Maior General das FAA.

Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS GENERAL DE  
EXÉRCITO ARMANDO DA CRUZ NETO CHEFE DO ESTADO MAIOR  
GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO" CHEFE DO  
ALTO ESTADO MAIOR GERAL DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

### **ANEXO 3**

AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO  
DE LUSAKA PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E RESOLUÇÃO DAS  
DEMAIS QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO  
DE LUSAKA

#### **DOCUMENTO RELATIVO A INTEGRAÇÃO DE OFICIAIS GERAIS, OFICIAIS SUPERIORES, PROVENIENTES DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA NA POLÍCIA NACIONAL DE ACORDO COM AS VAGAS ORGÂNICAS EXISTENTES**

A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da UNITA às Conversações Militares, relativamente a integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional de acordo com as vagas orgânicas existentes, acordam o seguinte:

1. A designação de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores provenientes das Forças Militares da UNITA a integrar na Polícia Nacional é da responsabilidade do Alto Estado Maior Geral das Forças Militares da UNITA.
2. A incorporação na Polícia Nacional e patenteamento dos Oficiais Sub-Comissários e Oficiais Superiores, é da competência do Comando Geral da Polícia Nacional, em conformidade com o quadro de pessoal da Polícia Nacional abaixo descriminado:

QUADRO DE PESSOAL MILITAR DESIGNAÇÃO TOTAL SUB-COMISSÁRIO 3  
1º SUPERINTENDENTE 5 SUPERINTENDENTE 14 INTENDENTE 18 TOTAL  
GERAL 40

Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS GENERAL DE  
EXÉRCITO ARMANDO DA CRUZ NETO CHEFE DO ESTADO MAIOR  
GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO" CHEFE DO  
ALTO ESTADO MAIOR GERAL DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

#### **ANEXO 4**

AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO  
DE LUSAKA PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E RESOLUÇÃO DAS  
DEMAIS QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO  
DE LUSAKA

#### **DOCUMENTO RELATIVO A REINserÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DO PESSOAL DESMOBILIZADO DAS EX-FORÇAS MILITARES DA UNITA NA VIDA NACIONAL**

A Delegação das Forças Armadas Angolanas e a Delegação das Forças Militares da  
UNITA às Conversações Militares, relativamente a reinserção Sócio-Profissional do  
pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA, acordam o seguinte:

1. A Reinserção Sócio-Profissional do Pessoal Desmobilizado das ex-Forças Militares  
da UNITA consiste na sua valorização cívica e promoção sócio-económico, por parte  
dos órgãos e entidades competentes do Estado em estreita cooperação com o Estado  
Maior General e com o apoio da ONU, em conformidade com o mandato que for

atribuído pelo Conselho de Segurança da ONU ou outros órgãos do sistema da ONU, considerando para esse efeito a necessidade imperiosa de:

- (i) Garantir a assistência inicial do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA.
- (ii) Garantir a formação geral e específica do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA. (iii) Assegurar a sua reintegração apoiada na vida nacional.

2. O processo de Reinserção Sócio-Profissional do Pessoal Desmobilizados das ex-Forças Militares da UNITA é realizado através das seguintes variantes:

- (i) A Reinserção Sócio-Profissional de desmobilizados das ex-Forças Militares da UNITA no quadro do Serviço de Reconstrução Nacional.
- (ii) A Reinserção Sócio-Profissional de Desmobilizados das ex-Forças Militares da UNITA no quadro do mercado de trabalho nacional, nomeadamente no sector público e no sector privado.
- (iii) A Reinserção Sócio-Profissional de Desmobilizados das ex-Forças Militares da UNITA no quadro do Programa de Reassentamento das Populações.

3. O universo do pessoal desmobilizado das ex-Forças Militares da UNITA a ser objecto de reinserção Sócio-Profissional é de até 45.000 indivíduos.

Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS GENERAL DE  
EXÉRCITO ARMANDO DA CRUZ NETO CHEFE DO ESTADO MAIOR  
GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA GENERAL  
GERALDO ABREU MUENGO UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO" CHEFE DO  
ALTO ESTADO MAIOR GERALDAS FORÇAS MILITARES DA UNITA

## **ANEXO 5**

AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO DE LUSAKA PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E RESOLUÇÃO DAS DEMAIS QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA

### **DOCUMENTO RELATIVO A CONSIDERAÇÕES À LEI E À ORDEM ÀS CONDIÇÕES PARA A CONCLUSÃO DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

Tendo em conta que as Forças Militares da UNITA estavam integradas numa organização político-militar e, atendendo que a extinção da componente militar desta organização conforma à mesma lei e à ordem na República de Angola; Em conformidade com o espírito do disposto nos Pontos 6 e 8 da Declaração do Governo de 13103/2002, bem como no número 1.1, do Ponto 1 do Capítulo II do presente Memorando, e atendendo que a sua assinatura e aplicação pelas Partes institui as condições para a conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka. As Partes consideram estarem criadas as condições que garantem a continuidade da participação da UNTA no processo de conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka.

Assim, recomendam à UNITA a necessidade de estabelecer rapidamente os consensos internos necessários afim de, como parceiro do Governo, participar no processo de conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka. Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS  
GENERAL DE EXÉRCITO ARMANDO DA CRUZ NETO, CHEFE DO ESTADO  
MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA  
GENERAL GERALDO ABREU MUENGO UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"

CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL DAS FORÇAS MILITARES DA  
UNITA

## **ANEXO 6**

AO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COMPLEMENTAR AO PROTOCOLO  
DE LUSAKA PARA A CESSAÇÃO DAS HOSTILIDADES E RESOLUÇÃO DAS  
DEMAIS QUESTÕES MILITARES PENDENTES NOS TERMOS DO PROTOCOLO  
DE LUSAKA

### **DOCUMENTO RELATIVO A CONSIDERAÇÕES À LEI E À ORDEM À SEGURANÇA ESPECIAL NOS TERMOS DO PROTOCOLO DE LUSAKA**

Tendo em conta que o Anexo 5 institui a perspectiva da participação da UNITA, no processo de conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka; As Partes consideram válido e aplicável o disposto no Documento Relativo ao Regime Especial de Segurança Garantido aos Dirigentes da UNITA em Aplicação do Parágrafo 3 das Modalidades da Reconciliação Nacional do Protocolo de Lusaka.

Luanda, República de Angola, aos 04 de Abril de 2002.

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS  
GENERAL DE EXÉRCITO ARMANDO DA CRUZ NETO CHEFE DO ESTADO  
MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS

PELA DELEGAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES DA UNITA  
GENERAL GERALDO ABREU MUENGO UCUATCHITEMBO "KAMORTEIRO"  
CHEFE DO ALTO ESTADO MAIOR GERAL DAS FORÇAS MILITARES DA  
UNITA



## **27 Resolução A/RES/41/11, de 27 de Outubro de 1986,**

### **Declaração de Zona de Paz e cooperação no Atlântico Sul**

A Assembleia-geral,

Consciente da determinação dos povos dos Estados da região do Atlântico Sul em conservar a sua independência, soberania e integridade territorial e desenvolver suas relações em condições de paz e liberdade,

Convencida da importância de promover paz e cooperação no Atlântico Sul, para benefício de toda humanidade e, em particular, das pessoas da região,

Convencida da necessidade de conservar a região livre de medidas de militarização, da corrida armamentista, da presença de bases militares estrangeiras e, sobretudo, de armas nucleares,

Reconhecendo o interesse especial e responsabilidade dos Estados da região de promover a cooperação regional para desenvolvimento económico e paz,

Plenamente ciente que a independência de Namíbia e a eliminação do regime racista de apartheid são condições essenciais para garantir a paz e segurança do Atlântico Sul,

Recordando os princípios e as normas do Direito internacional aplicáveis aos oceanos, em particular, o princípio dos usos pacíficos dos oceanos,

Convencida que o estabelecimento de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul contribuiria significativamente para o fortalecer da paz internacional e segurança e promoção dos princípios e propósitos da Organização das Nações Unidas,

1. Declara solenemente o Oceano de Atlântico, na região situada entre África e a América do Sul, como uma "Zona de paz e cooperação do Atlântico Sul";

2. Exorta todos os Estados da zona do Atlântico Sul a promover a cooperação regional, o desenvolvimento social e económico, a protecção do ambiente, a conservação de recursos vivos e a paz e segurança de toda a região;
3. Exorta todos Estados de todas as outras regiões, em particular os Estados militarmente significativos, que deverão respeitar escrupulosamente a região do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação, em particular, pela redução e eliminação consequente de sua presença militar na região, a não introdução de armas nucleares ou outras armas de destruição massiva e a não extensão à região de rivalidades e conflitos que lhe sejam estranhos;
4. Exortar todos Estados da região e de outras regiões para cooperar na eliminação de todas fontes de tensão na zona, respeitar a unidade nacional, a soberania, a independência política e integridade territorial de cada Estado-membro, abster-se da ameaça ou uso de força, e observar estritamente o princípio que o território de um Estado-membro não será objecto de ocupação militar que resulte do uso da força em violação à Carta da Organização das Nações Unidas, assim é inadmissível o princípio de ocupação de territórios pela força;
5. Reafirma que a eliminação de apartheid e a auto-determinação e independência do povo da Namíbia, assim como a cessação de todos actos de agressão e subversão contra Estados-membros na zona, são essenciais para paz e segurança na região do Atlântico Sul, aconselhando a implementação de todas resoluções de Organização das Nações Unidas relativas ao colonialismo, racismo e apartheid;
6. Solicitar ao Secretário-geral que submeta à Assembleia-geral, na 42ª sessão, um relatório sobre a situação no Atlântico Sul e a implementação da presente declaração, levando em conta os pareceres expressos por Estados-membros;
7. Decide incluir na agenda provisória de 42ª sessão o assunto intitulado "Zona de paz e cooperação do Atlântico Sul".

*(traduzida pelo autor a partir da versão inglesa da Resolução A/RES/41/11, que pode ser lida em <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>)*

## 28 Identificação das Personalidades que responderam aos diferentes Questionários

Nome	Nacionalidade	Ocupação Profissional (actual)	Segunda Ocupação (actual)	Habilitações Literárias	Idade	Residência habitual	Resposta
Adriano Botelho Vasconcelos (ABV)	Angolana	Escritor	Deputado e Secretário-geral da União dos Escritores Angolanos		53	Luanda	Escrita @
António Setas	Angolana	Investigador	Jornalista (Sub-director do semanário <i>Folha8</i> )	Licenciatura em Ciências Políticas		Luanda	Escrita
Brígida Rocha Brito	Portuguesa	Professora Universitária	Investigadora	Doutoramento	41	Lisboa	Escrita
Carlos Manuel Lopes	Angolana	Professor Universitário	Investigador CEA	Doutoramento	40	Lisboa	Escrita
Carlos Pacatolo	Angolana	Funcionário Público Superior, na Administração do Lobito	Professor Universitário	Licenciado em Ciências Políticas e Relações Internacionais	30	Lobito	Escrita
Emanuel Lopes (EL)	Portuguesa	Investigador	Político	Mestrando em Estudos Africanos	53	Lisboa	Escrita @
Feliciano Cangue	Angolana	Professor Universitário	Investigador	Doutor em Engenharia	42	Curitiba, Brasil	Escrita
Fernando Vumby (FV)	Angolana	Técnico de Artes Gráficas	Activista dos Direitos Humanos, Cronista e Bloguista	Curso Técnico de Artes Gráficas	55	Berlim, Alemanha	Escrita @
Gervásio Viana	Luso-angolana	Advogado	Presidente da Casa de Angola, Lisboa	Licenciado em Direito e Mestre Estudos Africanos	60	Lisboa	Entrevista e Escrita
Gerhard Seibert	Alemã	Investigador		Doutorado	55	Lisboa	
Guilherme Freitas	Brasileira	Jornalista	Bloguista	Licenciado Comunicação Social e Mestrando em História Social	22	São Paulo, Brasil	Escrita
Jaime Araujo	Luso-angolana	Contabilista	Político (FNLA) e Vice-presidente da Casa de Angola, Lisboa	Instituto Comercial		Lisboa	Entrevista
Jorge Eurico (JE)	Angolana	Jornalista	Bloguista	Estudante de Direito	33	Luanda	Escrita @
Laurindo Neto	Angolana	Engenheiro	Presidente do partido Aliança Nacional	Engenharia		Luanda	Entrevista
Nuno Vidal	Angolana	Professor Universitário		Doutoramento em Ciência Política	38	Lisboa	Entrevista
Orlando Castro	Luso-angolana	Jornalista	Bloguista	Licenciatura em História	53	Porto	Escrita
Valêncio Manoel	Brasileira	Professor Universitário	Advogado	Doutorado em Antropologia	46	Luanda	Escrita

NOTA: Foram contactados 33 personalidades, tendo respondido positivamente 17 e uma declinado. Uma terceira, apesar de se ter mostrado, no imediato, disponível, por razões profissionais não pode dar o seu contributo. Ainda assim, facultou alguns dados pessoais para fazer deles o melhor uso.

@ Incluiu artigos que, pelo seu conteúdo, careciam de autorização de citação (ABV); questionário sobre as 2 Repúblicas declaradas na Dipanda (EL e JE); relações entre Angola e Moçambique (JE); e período relativo aos acontecimentos do 27 de Maio de 1977 (FV)



**1. Dados pessoais (Curriculum Vitae segundo padrão FCT)**

**Nome completo** Eugénio Luís da Costa Almeida

**Número de identificação fiscal (NIF)** 125613822

**Documento de identificação (BI, passaporte...)** 7900608

**Data de nascimento** 04-11-1956 **Local de Nascimento** ANGOLA

**Sexo** M

**Morada institucional**

Centro de Estudos Africanos (CEA) - ISCTE-IUL  
Av. das Forças Armadas  
1649-026 Lisboa  
PORTUGAL

**Morada de residência**

Rua Prof. Prado Coelho, 17, 5º Dtº  
1600-651 Lisboa  
PORTUGAL

**Telefone instituição** +351 21 790 30 67 **Telefone residência**

**Fax** **Telemóvel** +351 96 296 56 40

**mail** elcalmeida@gmail.com

**URL** http://elcalmeida.net

**2. Formação académica**

**Ano: 2001**

**Grau:** MESTRADO

**Classificação:** Muito Bom

**Instituição que conferiu o grau:** Universidade Técnica de Lisboa

**Faculdade:** Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

**Título da tese:** Fundamentalismo e Tolerância Político-Religiosa em África: Repercussões nas Relações Externas do Continente Africano

**Orientador:** Professor Doutor António Albuquerque de Sousa Lara

**Co-orientador:**

**Domínio científico:** Ciências Sociais

**Anos curriculares:** 2

**Designação do curso:** Mestrado em Relações Internacionais

**Ano: 1991**

**Grau:** LICENCIATURA

**Classificação:** 14 Valores

**Instituição que conferiu o grau:** Universidade Lusíada

**Faculdade:**

**Título da tese:** Vários Seminários (ver publicações)  
**Orientador:** Professor Doutor Joaquim de Carvalho entre outros  
**Co-orientador:**  
**Domínio científico:** Ciências Sociais  
**Anos curriculares:** 5  
**Designação do curso:** Relações Internacionais

**Ano:** 2009  
**Grau:** DOUTORAMENTO  
**Classificação:** Tese em elaboração (a defender em finais de Abril de 2010)  
**Instituição que conferiu o grau:** Universidade Técnica de Lisboa  
**Faculdade:** Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
**Título da tese:** A UNIÃO AFRICANA E A EMERGÊNCIA DE ESTADOS-

**DIRECTORES NO CONTINENTE AFRICANO: O CASO DE ANGOLA**  
**Orientador:** Professor Doutor José Adelino E. de Campos Maltez  
**Co-orientador:**  
**Domínio científico:** Ciências Sociais  
**Anos curriculares:** 0  
**Designação do curso:** Ciências Sociais - ramo Relações Internacionais

### 3. Actividades anteriores e situação actual

**Período - Cargo, categoria ou actividade - Instituição**  
de Mai de 1974 a Mar 1975 - Escriturário - Lourenços Empreiteiros SA - Luanda  
de Mar 1975 a Ago 1975 - Técnico – Intertrade, Lda - Lobito  
1978 a 1981 - de Ajudante de Armazém a Escriturário - Grupo Electroliber  
1981 a Jan de 1982 - 2º Escriturário - Grupo Novum/Anupa  
Fev 1982 a Out 1982 - Indiferenciado - Publicações Alfa SA  
Out de 1982 a 2000 - Técnico de Estrangeiro - Banco Pinto & Sotto Mayor  
(posteriormente integrado no BCP)  
2000 a 2006 - Técnico de Estrangeiro . Banco Comercial Português  
De 2006 em diante Reformado da Banca - Técnico - MillenniumBCP (Banco Comercial Português)

### 4. Área de actividade científica

Ciências Políticas e Sociais

### 5. Domínio de especialização

**Domínio de especialização**

Relações Internacionais com incidência preferencial sobre questões africanas e lusófonas

**Actuais interesses de investigação**

Análise sobre as potências regionais emergentes de África

**Outras competências/actividades**

Em fase final de elaboração de Tese de Doutoramento

**6. Experiência na orientação**

Co-Orientador de Tese de Mestrado em Estudos Africanos, no ISCTE do mestrando Gervásio V. F. Viana, sob o título "O Papel das Alfândegas no Desenvolvimento do Estado - O Caso de Timor-Leste"

**7. Participação em projectos**

Participação em projectos de investigação (coordenador/membro de equipas)

**8. Prémios e Distinções**

Ano	Prémio ou distinção	Entidade promotora
-----	---------------------	--------------------

**9. Publicações**

**Teses**

Fundamentalismo e Tolerância Político-religiosa em África: Repercussões nas

Relações Externas do Continente Africano (tese para Mestrado em Relações Internacionais no ISCSP; não editado)

**Livros (autor)**

"Fundamentalismo Islâmico: A Ideologia e o Estado", edição de Autonomia 27, Azeitão, Dezembro de 2003

"África, Trajectos Políticos, religiosos e Culturais", edição Autonomia 27, Azeitão, Dezembro 2004

**Capítulos de livros**

Prefácio no livro "Alto Hama, Crónicas (diz)traídas" de Orlando Castro, edição de Papiro Editora, Porto, 2006

Prefácio no livro "Dicionário de Administração Eleitoral" de Jorge Castelo David, edição de Prefácio Editora, Lisboa, 2008

"II Antologia de Poetas Lusófonos", (com poesias publicadas sob pseudónimo de Lobitino Almeida N'gola), edição de Folheto Edições & Design, Lda, Leiria, 2009;

"Angola: Saudades 60-70" (com uma poesia publicado sob o pseudónimo de Lobitino Almeida N'gola), edição de iPlay, Lda, 2009;

**Artigos em revistas nacionais com arbitragem científica**

"O Tratado de Luanda (1927)"; publicado na revista "Terra Angolana", n.º 5, páginas 31 a 34, Lisboa, 1990

**Outras publicações**

- Algumas Crónicas no semanário angolano "Semanário Angolense" (Angola);

- Alguns títulos de análise política no portal angolano "Angonotícias" (Angola)
- Alguns títulos de análise política no portal angolano "Angola24Horas.com" (Angola)
- Alguns títulos de análise política no portal angolano "Zwela Angola Notícias" (Angola)
- Crónicas periódicas no semanário santomense "Correio da Semana" (São Tomé e Príncipe);
- Crónicas semanais no semanário electrónico moçambicano "O Observador" (Moçambique);
- Crónicas periódicas no semanário regional português "Frente Oeste" (Portugal);
- Crónicas no portal lusófono "Notícias Lusófonas"
- Crónicas sobre Lusofonia no portal português "Portugal em Linha" (Portugal)
- Algumas análises políticas no matutino português "Jornal de Notícias" (Portugal)
- Alguns títulos de análise política no portal português "Democracia Liberal" (Portugal)
- "Deus Acorda no Horizonte Angolano"; análise do livro "Deus Acorda" da Ana Paula Castro, publicado na revista angolana "Eventos", 2006
- Análise política "A China e o novo El dourado" publicada no portal moçambicano "Canal de Moçambique" (Moçambique)
- Texto inserido no artigo "Associações Africanas na Diáspora" publicado na revista Valor Acrescentado, volume 2, páginas 62-63, Maio de 2006
- . SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - Notas para um estudo sócio-político (ensaio não publicado mas já citado em jornais como o Jornal de Angola e adoptado como base de trabalho na Universidade Lusíada, Luanda, e Agostinho Neto, Luanda).
- . FUNDAMENTOS PARA UM ARRANJO MONETÁRIO LUSO-GUINEENSE: (Regresso da Zona Monetária do Escudo?) - ensaio elaborado para o seminário no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais.
- . COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E OS PALOP NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS (Cooperação Bancária e Seguradora) - ensaio elaborado no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais.
- . COOPERAÇÃO FINANCEIRA EURO-MARROQUINA - ensaio elaborado no âmbito do seminário "Cooperação Euro-África" para o Mestrado em Relações Internacionais.
- . PLURALISMO EM ÁFRICA (Contribuição para o estudo do neo-pluralismo cultural e político em África) - ensaio elaborado no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais.



## **10. Comunicações**

### **Comunicações orais por convite**

"Se o possível se faz todos os dias... tentemos o impossível"; I Congresso Lusófono sobre Ambiente e Energia, painel "Comunicação Social e Ambiente", "Setembro de 2009;

- "Diáspora Angolana em Portugal: Caminhos de Retorno", na Universidade Lusófona/CEDEP, Lisboa, Dezembro de 2007;

- "África, que futuro?", na Universidade Católica de Lisboa, Maio de 2007;

"Que África no Século XXI? Terá o Continente capacidade para albergar Potências Regionais?", na Universidade Lusíada de Angola, pelas "Jornadas de África", em Luanda, Cabinda e Lobito, Maio de 2009;

### **Comunicações em painel ("poster")**

- I Congresso Internacional de Lusofonia, Lisboa, 2007;

- Economia do Desenvolvimento em Angola, realizado pela Casa de Angola, Lisboa, Maio a Julho de 2007;

- I Congresso dos Quadros do Espaço Lusófono, realizado pela Liáfrica, Lisboa, 2004;

## **11. Línguas**

<b>Língua</b>	<b>Leitura</b>	<b>Escrita</b>	<b>Conversação</b>
Inglês	Elementar	Elementar	Elementar
Francês	Elementar	Elementar	Elementar
Espanhol (Castelhano)	Bom	Elementar	Elementar